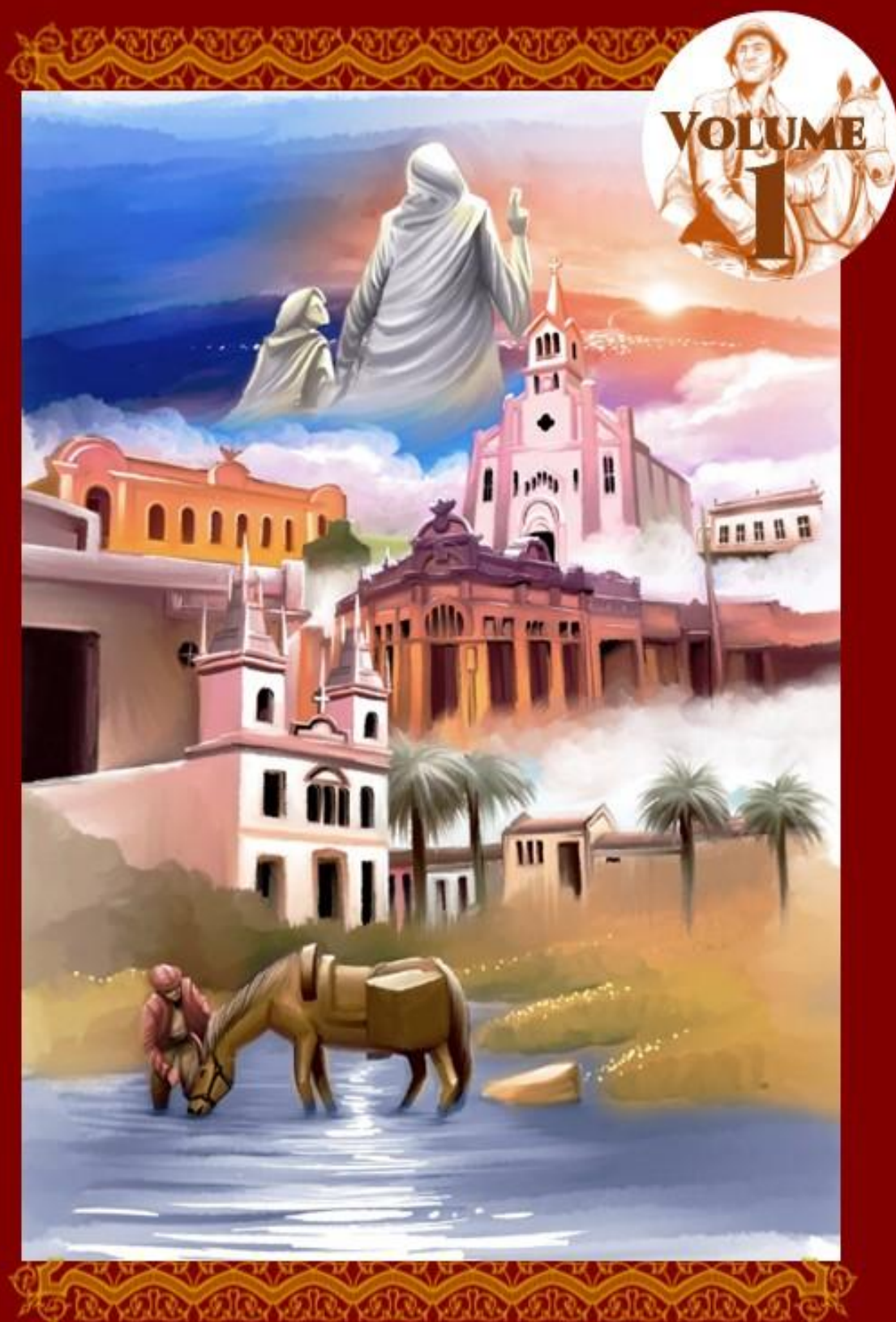


SIMÃO DIAS

TEMPOS E NARRATIVAS



JORGE LUIZ SOUZA BASTOS



EDISE





Foto de Araquém. Cavaleiro de Uauá/BA, ano 2015

SIMÃO DIAS
Tempos e narrativas

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

Governador

Belivaldo Chagas Silva

Vice-Governadora

Eliane Aquino Custódio

Secretário de Estado do Governo

José Carlos Felizola Soares Filho



SEGRASE - SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE

Diretor-Presidente

Francisco de Assis Dantas

Diretor Administrativo-financeiro

Jecson Leo de Souza Araújo

Diretor Industrial

Milton Alves



EDISE

EDISE - EDITORA DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE

Gerente Editorial

Jeferson Pinto Melo

Conselho Editorial

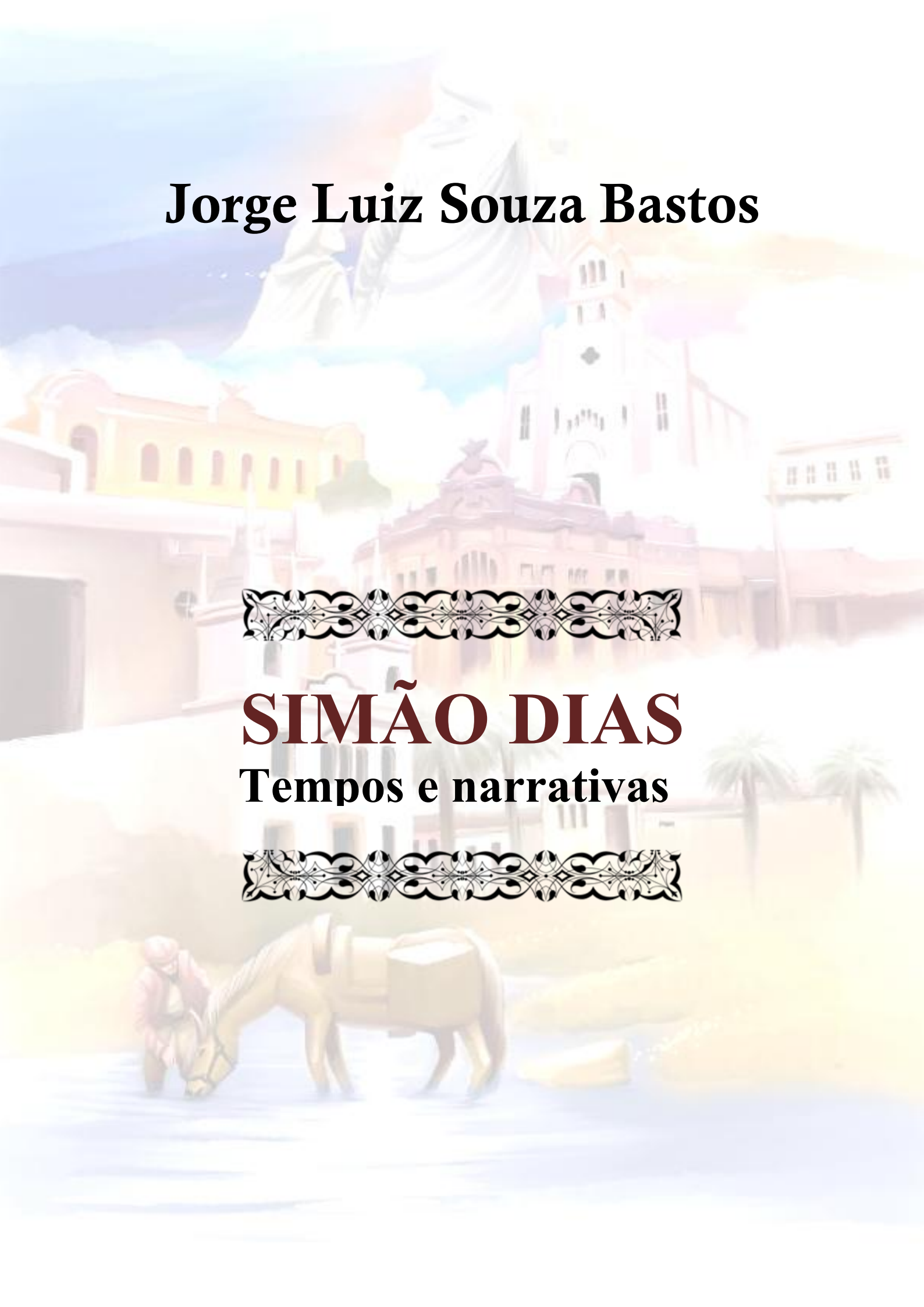
Ezio Christian Déda Araújo

João Augusto Gama da Silva

Jorge Carvalho do Nascimento

José Anselmo de Oliveira

Ricardo Oliveira Lacerda de Melo



Jorge Luiz Souza Bastos



SIMÃO DIAS

Tempos e narrativas



COPYRIGHT©2022 by JORGE LUIZ SOUZA BASTOS

CAPA

Jean Carvalho

DIAGRAMAÇÃO

Rodrigo Carvalho

REVISÃO

PRÉ-IMPRESSÃO

Dalmo Macedo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Bastos, Jorge Luiz Souza
Simão Dias [livro eletrônico] : tempos e
narrativas : volume 1 / Jorge Luiz Souza Bastos. --
Aracaju, SE : Segrase, 2022.
PDF

ISBN 978-65-86004-94-6

1. Biografias 2. Memória coletiva 3. Povos
índigenas (Tapuias) - História 4. Simão Dias (SE) -
História I. Título.

22- 135617

CDD-981.41

Índices para catálogo sistemático:

1. Simão Dias : Sergipe : Estado : História 981.41

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Editora filiada



Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe - EDISE
Rua Propriá, 227 · Centro
49010-020 · Aracaju · Sergipe Tel. +55 (79) 3205 7421 / 3205
7420 edise@segrase.se.gov.br



SIMÃO DIAS, MINHA TERRA

Praz-me conhecê-lo! – é assim que tu dirias;
Se a fundo conhecesse toda a nossa **Simão Dias**,
Todos os seus aglomerados, bairros, centros, povoa-
dos,
Nomenclaturas, conjuntos, toda a topografia,
Gente humilde, afável, carismática, adorável,
Onde a esperança irradia.

Do pioneiro vaqueiro, de Carregosa ao Barão,
Fez das matas uma vila, da vila, a emancipação.
Ambos merecem tributos, pois nesse berço erigiu,
De pecuarista, cafeeiro, da vendola, mercantil,

De seu engenho a cidade,
De sua capela a Matriz
A Simão Dias de outrora,
Fez o teu povo feliz.

A Praça de Santa Rosa, não lhe falta inspiração,
Com a bênção de Sant'Ana, nos enche de emoção,
Fora esbanje alegria, encontros, paz, harmonia, e na
Igreja oração,
As palmeiras imperiais, nos casarões tem história,
Filhos ilustres, notáveis, faz registrar na memória,
Afrontas políticas, progresso, festas e shows enaltece,
Pobres e ricos se dão, e faz do seu canto a prece,
Bênçãos lhes são derramadas e em procissão agra-
dece.

Nessa terra alvissareira, em todo canto se há,
Tradicional expressão da cultura popular,
Samba de coco, capoeira, carnaval e brincadeira,
Novenas, bombos, missão,
Banda de pífano, folguedos, o tradicional São João,
Há anos nos dá orgulho, merece assim cortesia,
Falo da Lira Sant'Ana, que na cidade és maestria.

Tanto fulgura beleza que por destino escolheu,
O dia em que se fez cidade: Eis o amor, floresceu!
Jovens enamorados, casais que andam abraçados,
Filhos que se divertem, momentos são registrados,
Salve Anápolis de outrora, Salve, salve Simão Dias,
Nossa princesa aclamada, Teu povo alegre a irradia.

O Autor



Dedico esta obra:

À memória querida do meu pai **Enoque Leopoldino Bastos** e do meu inesquecível
irmão **Gilmar Souza Bastos**.

Entrego esta obra, com muito empenho e carinho, à minha mãe **D. Maria de Lourdes Souza Bastos**. Através dela conheci o verdadeiro amor ágape.

À minha família e amigos.

À minha boa gente de Simão Dias, às gerações passadas, às contemporâneas e às
gerações futuras, que farão novas todas as coisas, sem esquecer das histórias ou-
trora vividas. Aos que resistem a velha política e que sufragam perseverantemente
na expectativa de implantar mudanças. Em memória dos que vieram antes e para a
honra dos que virão depois.

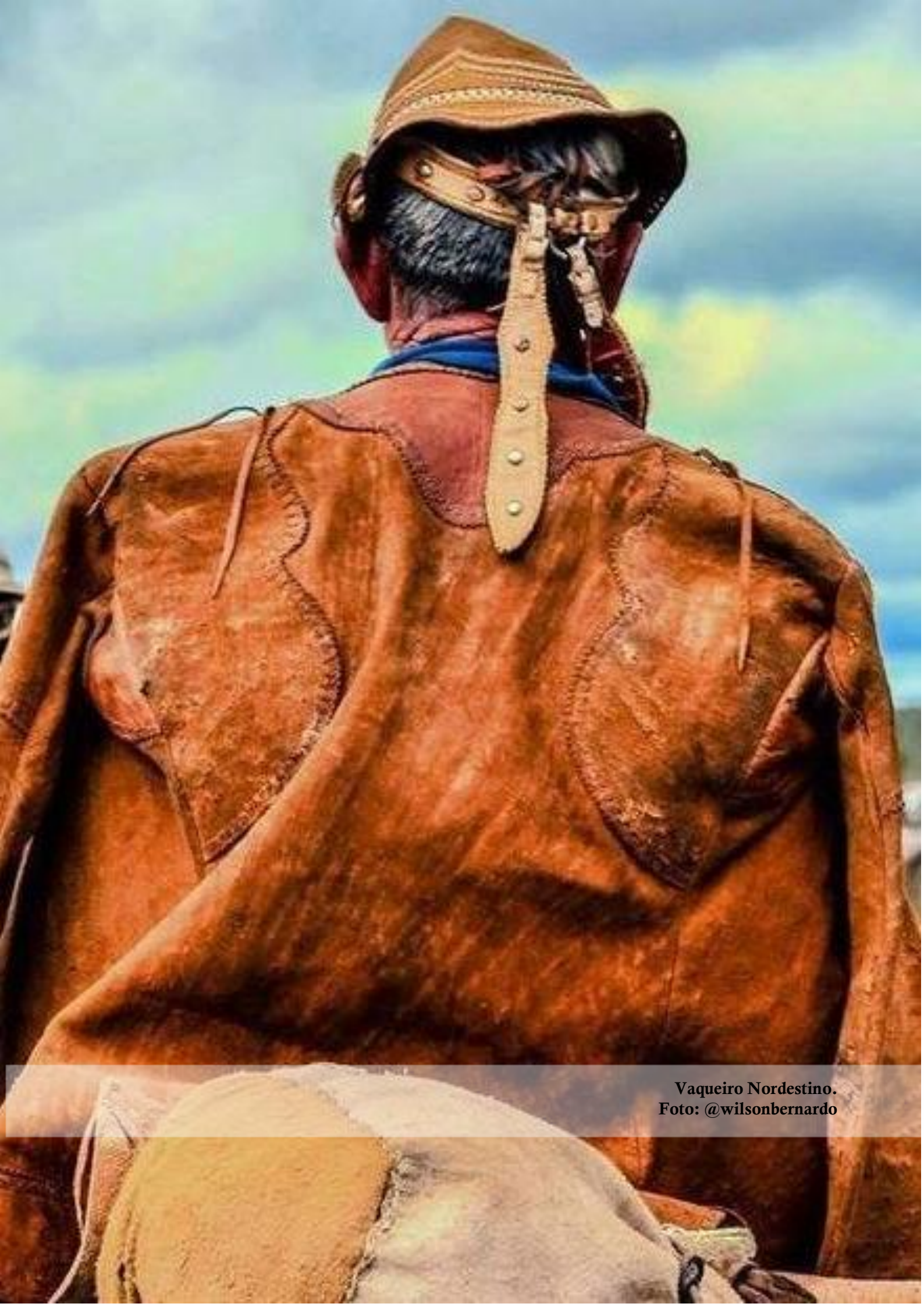
Registro o minha profunda gratidão e reconhecimento:

Ao **Exmo. Sr. Governador Belivaldo Chagas Silva**, que gentilmente autorizou a impressão desta obra.

Ao **Ilmo. Sr. Marival Silva Santana**, eminente político e empresário, pela sua colaboração e presteza durante o processo de produção desta obra.

Ao memorável advogado provisionado, jornalista, político e escritor **José de Carvalho Déda (1898-1968)**, pioneiro na historiografia simão-diense.

Ao imortal mestre e poeta **Udilson Soares Ribeiro (1946-2020)**, que sempre esteve comprometido com a história, a arte e a cultura de Simão Dias.



Vaqueiro Nordestino.
Foto: @wilsonbernardo



AGRADECIMENTO

Este trabalho tem a participação direta e indireta de muitos amigos e colaboradores no passo a passo do planejamento e coletas de dados, na incessante busca de fontes iconográficas de personalidades e acontecimentos que marcaram a nossa história, além do minucioso cuidado de nossos editores, revisores, diagramadores e demais envolvidos. Aqui aprendi a dar cada passo, romper fronteiras e transpor obstáculos, com serenidade e cautela, buscando oferecer aos simãodienses, dados relevantes e marcantes da Simão Dias de outrora, conectando-os a contemporaneidade, de maneira concisa e direta, numa linguagem acessível a todo tipo de leitor.

Desde o primeiro contato com o livro do escritor itabaianense **Vladimir Souza Carvalho**, que apresenta o esboço biográfico do primeiro desbravador simplório que povoou estas plagas, que passei a revisar obras de autores locais e delinear caminhos para a elaboração de uma obra completa sobre a história de Simão Dias. Não foi fácil chegar aqui. Para tanto, careci de parcerias que contribuíram bastante para o arremate final, a quem sou muito grato. Assim, antes de tudo agradeço a Deus.

Aos memoráveis autores e pesquisadores compatriotas **Cônego Dr. João de Mattos Freire de Carvalho** e **Jorge Barreto**, que contribuíram consideravelmente com minhas pesquisas, além dos fragmentos e crônicas de **José de Carvalho Déda** e **Francino Silveira Déda**, que nortearam sobremaneira cada um dos capítulos aqui historicizado.

Às minhas irmãs **Sueli Souza Bastos**, **Roseli Souza Bastos** e **Rosangela Souza Bastos**, pela admiração e incentivo, no qual deu impulso para seguir adiante com minhas pesquisas. Aos meus sobrinhos **Flávio**, **Gessica**, **William**, **Ângela Márcia**, **Gesiane**, **Luiz Guilherme**, **Pedro Henrique** e **Larissa Vitória**, que revigoraram minhas energia e inspiração durante a produção deste livro.

Agradecimento especial ao senhor **Carlos Alberto de Oliveira Déda (Beto Déda)**, que, de modo gentil, aceitou meu pedido para prefaciar este livro, além de mim proporcionar horas e horas de distraídas conversas e disponibilização de seus arquivos.

Ficam registrados os agradecimentos ao governador do estado de Sergipe, o senhor **Belivaldo Chagas Silva** e o Diretor-Presidente da Segrase **Francisco de Assis Dantas**, e a todos os que compõem a Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe (EDISE), em especial aos sempre solícitos **Milton Alves** (diretor industrial) e **Jeferson Pinto Melo** (gerente editorial).

A **Jean Carvalho**, desenhista/design gráfico simãodiense, que prontamente aceitou o convite para ilustrar a capa e outras partes deste livro, cedendo gentilmente os direitos da obra em nome da memória histórica de nossa cidade.

Aos queridos **Ezio Christian Déda Araújo** e **Josevanda Mendonça Franco**, exímios arquiteto e historiadora, que muito aprendi nesta cruzada de pesquisas e valores pelo patrimônio público arquitetural, meus sinceros agradecimentos.

Ao professor **Dênisson Déda de Aquino**, meu amigo particular, que dispôs de seu vasto acervo documental. Aos historiadores conterrâneos, em especial, **Ana Lúcia Andrade de Oliveira**, **Claudia Patrícia Silva Santana**, **Edjan Elencar Santana Almeida**, **Josefa Gicelma dos Santos**, **Josefa Silva dos Santos (Gisélia)**, **Marcelo Domingos de Souza**, **Mônica Nascimento de Santana**, **Rita de Cássia Costa Santos Fonseca** e **Rita de Cássia Cruz**, que deram comigo os primeiros passos para as pesquisas e produções monográficas, sobre diversos temas de nossa história, enquanto alunos da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Às minhas queridas e inesquecíveis professoras de graduação, **doutora Terezinha Alves de Oliva** e a **mestra Lenalda Andrade dos Santos**, inspiradoras em minhas práticas de pesquisas.

Ao professor **Fábio Rabelo de Menezes**, que contribuiu diretamente no encaminhamento deste projeto à SEGRASE, dando o fundamental apoio para a publicação desta obra.

À Prefeitura e Câmara Municipal de Simão Dias, que me deram acesso às informações obtidas; ao Departamento de História da UniAGES; Aos funcionários do Arquivo Público de Sergipe (APES) e da Biblioteca Epifânio Dória, que nos facilitava o trabalho de pesquisa com seus cuidados e prestezas na disponibilização de seus arquivos.

Aos colegas de trabalho, que sempre solícitos, ouviram atentos as minhas informações preliminares e conversas instigantes, da qual ampliou o horizonte das expectativas para ler toda a obra concluída. Aos meus alunos, sobretudo, aos graduados na área de História, pelo carinho, troca de ideias e colaboração no processo de pesquisas. Apesar de estar sempre embevecido nas minhas aulas, não esperava que grande parte destes alunos, posteriormente, se tornariam meus colegas.

A todos quantos me forneceram informações relevantes às pesquisas, e de modo especial, a **José Matos Valadares**, às famílias **Carvalho**, **Matos**, **Déda**, **Dantas**, **Alves**, **Costa**, e outros que não foram aqui nominalmente citados, pelo empenho em fornecer fotos para ilustração dos temas aqui apresentados, a minha profunda gratidão.



PREFÁCIO

Carlos Alberto de Oliveira Déda (Beto Déda) ¹

Simão Dias tem uma boa tradição cultural e isto tem despertado a atenção de muitos estudantes e professores na realização de trabalhos acadêmicos, escrevendo artigos, monografias e teses, abordando fatos de nossa história. Certamente esses jovens conterrâneos sabem o sentido importante do pensamento da historiadora e professora emérita Emília Viotti: **“Um povo sem memória é um povo sem história”**. Pensando em preservar nossa memória, o professor Jorge Luiz Souza Bastos, em linguagem simples, com espírito de cuidadoso pesquisador e em trabalho de fôlego, nos apresenta seu livro sobre a história de nossa terra, que inicia-se com a vinda do vaqueiro Simão Dias Francês para as Matas do riacho Caiçá — local que já abrigava remanescentes dos índios Tapuias — para cuidar do gado de Braz Rabelo. Sua curiosidade o levou a perquirir o que foi objeto de pesquisa de outros escritores sobre a origem do vaqueiro Simão Dias, que deu nome à nossa cidade: quem foi ele, de onde veio, quem foram seus antecedentes ou descendentes, seu porte físico e sua religião. Em seu livro, o prof. Bastos também relembra a evolução do Ensino Primário e Secundário e os debates políticos envolvendo facções partidárias. A política envolveu rivalidades entre as filarmônicas, nas mudanças do local das feiras, nos times de futebol e até entre os ginásios.

Outro ponto importante nos faz lembrar as edificações antigas de nossa cidade: as casas residenciais revestidas com bonitos azulejos portugueses, os sobrados, as mansões e, certamente, o prédio comercial construído por José Barreto de Andrade, local que depois funcionou a loja de Seu Josino Barbosa Sobrinho e que recentemente foi tombado e restaurado pelo governador Belivaldo Chagas Silva, para abrigar o Centro Cultural da cidade. Ao comentar sobre os prédios antigos, o historiador não se esqueceu das edificações admiráveis que foram demolidas. E é bem lembrado o prédio da antiga Prefeitura Municipal, na av. Coronel Loyola (antiga rua da Feira), que, anteriormente, tinha sido a residência do cel. Felisberto da Rocha Prata. Lembro-me, que no salão principal funcionava a Câmara de Vereadores, e ali também eram realizados os debates e julgamentos pelo Tribunal do Júri da cidade. Lamentavelmente, aquela edificação foi demolida e, em seu lugar, foi construída a agência do Banco do Nordeste S.A. Conservaram apenas as duas estátuas que encimavam a escada de acesso da antiga construção. A verdade é que — embora com protestos e sem

¹Nasceu em Simão Dias em 25 de maio de 1947, filho do escritor e político José de Carvalho Déda e Maria Accioly de Oliveira Déda. Foi um dos tipógrafos e redatores do jornal A SEMANA, que circulou em Simão Dias entre 1953 e princípio de 1969.

muita repercussão — também foram demolidos o prédio do Caiçara Clube e, recentemente, o sobrado de Seu Janjão. Fatos lastimáveis!

O livro trata ainda do histórico das filarmônicas da cidade, com destaque para a Lira Sant'Ana. Aí, então, despertei minha memória para o casarão na rua do Coité, no local que depois funcionou o Fórum, onde morava o maestro João Bonifácio de Araújo, que comandava nossa Filarmônica. Os ensaios eram realizados naquele local e os filhos do maestro também eram músicos. Do mesmo modo, lembrei-me do Seu Raimundo Macedo de Freitas, que tempos depois foi o maestro da Lira Sant'Ana, e que realizava o treinamento dos músicos em sua casa residencial, na rua Cônego Andrade, antiga rua do Comércio Velho.

Tive a honra de conversar muito com o professor Jorge Bastos e apresentei diversos documentos de meu acervo sobre fatos de nossa terra natal e, também, arquivos de meu inesquecível pai e mestre Carvalho Déda, conhecido na cidade como Seu Zeca Déda. Ele foi um autodidata, que desde moço já se interessava pela história de Simão Dias. Dedicou-se à pesquisa, escreveu diversos artigos sobre a origem desta cidade, que o acolheu e nos criou, e, por fim, publicou um livro registrando fragmentos de nossa história. Não é demais informar que o livro de Jorge Bastos despertou alegres recordações de minha infância e juventude e suas pesquisas me fizeram lembrar o que escreveu profeticamente Carvalho Déda nas últimas linhas do tópico As razões deste livro, em *Simão Dias – Fragmentos de sua história*, ao afirmar que dava-se por satisfeito ao contribuir com algum material para os futuros historiadores de Simão Dias.

Por fim, recomendo a leitura do novo livro do jovem e inteligente conterrâneo, de modo a ativar nossa memória para preservar a história da querida terra berço.





APRESENTAÇÃO

Na historiografia do município de Simão Dias, pouco são os livros que fornecem dados biográficos mais completos do vaqueiro de Braz Rabelo, mas raros ainda são os que contam a respeito de suas origens, seu nascimento, sua infância, a relação de Simão Dias Francês com seu empregador, sua vida após fixar residência no século XVII no sertão do Vasabarris, até sua morte. Aguçando minha curiosidade e lendo por acaso a obra do escritor e jurista Vlademir Souza CARVALHO, intitulada *Vila de Santo Antônio de Itabaiana*, descobri fatos curiosos sobre sua história, a qual me levou a escrever este livro. A ideia inicial era publicar uma obra completa, seguindo o mesmo roteiro utilizado pelo clássico *Simão Dias – Fragmentos e sua história*, do eminente escritor e político José de Carvalho Déda, complementando fatos e elementos importantes através de suas crônicas publicadas no jornal *A Semana*, além dos acervos documentais disponíveis nos arquivos da Câmara e Prefeitura Municipal, no Arquivo Público do Estado e na Biblioteca Epifânio Dória, entretanto, através de novas descobertas por meio de acessos à imprensa escrita daquela época, registros icnográficos e outras fontes, resultou em diversas obras, a exemplo de *Memórias do Legislativo Municipal – Os primeiros ‘Homens bons’ de Simão Dias*, *As enfermidades dos séculos de Simão Dias*, recentemente publicadas pela Edise – Editora do Diário Oficial de Sergipe, além de outro volume, que trata do contexto histórico-político-religioso-cultural de nosso município. Das narrações relacionadas ao simplório vaqueiro, a historiografia simãodiense se atém apenas a contar as razões que levaram Simão Dias Francês a trazer consigo o grande rebanho de gado bovino do pecuarista Braz Rabelo, de Itabaiana para a região que mais tarde deu nome ao município. Obras como a do Padre Dr. João de Mattos Freire de CARVALHO, José de Carvalho DÉDA e Jorge BARRETO, concordam sobre as razões da migração de Simão Dias a estas paragens, como também abrem discursões a respeito de mais dois ou três Simão Dias, sendo eles: Simão Dias da sesmaria de 1602; o Simão Dias Fontes, sesmeiro coproprietário em 1607, o Simão Dias Francês ou Simão Dias da vendola, este último citado na obra do Padre Dr. João de Mattos. Mas como concluiu Carvalho Lima JUNIOR, em suas notas históricas publicadas na revista do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe (IHGSE), embora se estabelecesse dúvida entre os Simão Dias Fontes e Simão Dias Francês, este último é que se explica a origem do nome que se estendeu da povoação às Matas do Caiçá. JUNIOR também faz menção à esposa do vaqueiro, Maria Damiana, até então pouco conhecida nas obras de outros autores, exceto no livro de BARRETO, onde ele afirma que Simão Dias Francês e sua esposa Damiana, ao chegar as Matas do Caiçá, perceberam a presença dos índios remanescentes dos Tapuias, com os quais sobreviveram simultaneamente, sem qualquer confronto. Sobre a presença destes aborígenes, falaremos no primeiro capítulo, já que eles se fixaram nesta região também fugindo de invasores, décadas antes da

chegada do vaqueiro, especificamente com a invasão das tropas de Luís de Brito, governador das Capitanias do Norte do Brasil. A história destes nativos catequizados pela Companhia de Jesus no início da colonização é abreviada, pois não há muito registro de sua presença nestas paragens.

É meu intento, no segundo capítulo, fazer um breve apanhado de informações sobre a identidade cultural dos vaqueiros, que certamente foi um dos grandes expoentes e responsáveis pela ocupação do sertão nos séculos passados. Em Sergipe, seus povoadores, antes de ser agricultor foi pastor, como afirmou Felisbello Freire no seu livro *História de Sergipe*, editado em 1891. Devido ao rápido desenvolvimento do cultivo da cana-de-açúcar na Bahia, a capitania de Sergipe foi estimulada a aumentar a sua criação de gado, avançando suas fazendas para além do Rio Real. Os criadores forneciam o gado para os engenhos da Bahia e de Pernambuco, tornando-se nessa época a principal economia da capitania. Os sesmeiros passavam a responsabilidade administrativa da criação do gado para o vaqueiro que nas fazendas assumia um papel importante. Ele respondia pela fazenda na ausência do proprietário e por todos os problemas cotidianos ligados à administração. Em seguida o leitor fará novas descobertas sobre o pequeno universo do vaqueiro Simão Dias Francês, a sua lenda e as histórias perdidas em artigos e obras de autores sergipanos que nos antecederam. Embora não existam imagens ilustradas reais do vaqueiro, no texto é possível fazer fluir na imaginação este personagem tão importante, e ao mesmo tempo, pouco conhecido de nossa história. Este livro pode levar o leitor a conhecer fatos desconhecido da história de Simão Dias, já que dados de sua vida não se encontram na historiografia da cidade, estes fatos estão escritos nas obras que contam a história de Itabaiana e nos artigos das revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, que poucos têm acesso ou desconhece a sua existência.

Apesar de muitos autores ter levado aos leitores o básico de informações sobre a vida deste que denominou as terras do sertão do Vasabarris, minha curiosidade aguçada levou a criar uma série de perguntas, dentre elas, a origem de Simão Dias, quem foi ele, de onde veio e quem foram seus antecedentes. E neste apanhado de informações que misturam a lenda de seu nascimento com fatos reais, de sua saída de Itabaiana para as Matas da Moita ou Caiçá, no sertão do oeste de Sergipe, foi possível descobrir fontes que nos levam a conhecer também o Simão Dias pecuarista e comerciante, a querela sobre a devolução do gado do patrão aos seus herdeiros, o vaqueiro que colonizou e povoou as terras, o homem humilde que conseguiu de maneira pioneira e particular, inscrever seu nome na história do município. A vida do vaqueiro simplório que plantou e colheu para a sua própria subsistência, negociando e hospedando viajores em sua vendola, foi construída no decorrer dos anos, e morreu na obscuridade, sem descendentes, não se sabe quando, como e onde. Mesmo com as mudanças ocorridas durante os séculos, a cidade de Simão Dias não perdeu suas raízes, principalmente as comunidades rurais do município, que seu nome deriva tanto da prática da agricultura como a de nomes indígenas. Há nomenclatura de povoados ligados à figura do vaqueiro, a exemplo do Curral dos Bois ou Vargens da Isca, Campo Limpo, Pastinho, Boca da Mata, Mato Verde, Areal, Roça Grande, entre outros.

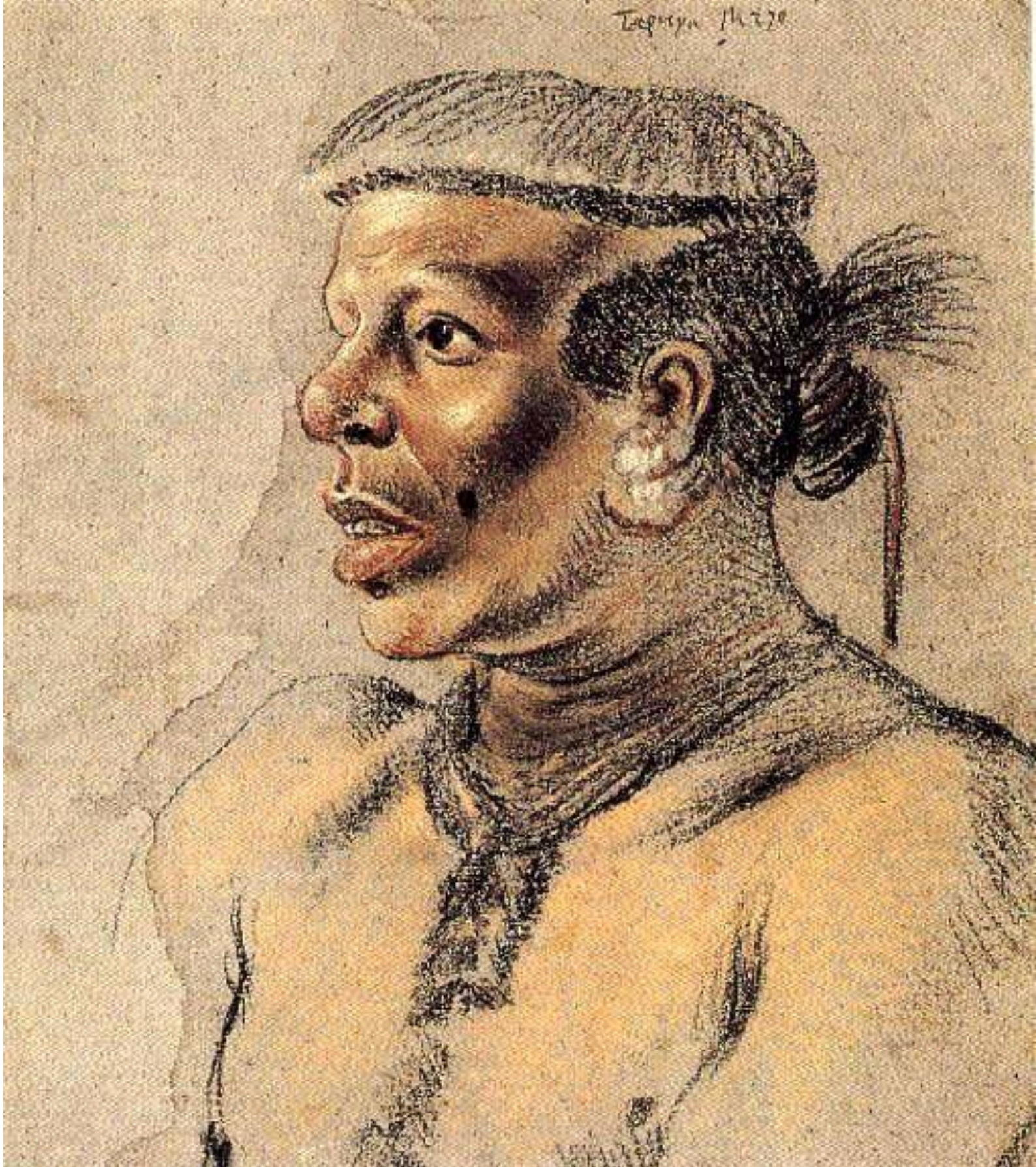
Aqui podemos conhecer fragmentos de nossa tradição política oligárquica, das lutas travadas entre os grandes latifundiários que ocupou posições na esfera política Estadual e Federal desde o Império, a retrospectiva histórica dos processos eleitorais, a evolução do processo de votação e apuração dos resultados eleitorais, além da instalação da Câmara Municipal e as

querelas políticas entre as facções partidárias. De igual modo, aqui listamos parte da história dos mandatários que comandaram Simão Dias no decorrer dos séculos XIX, XX e XXI, deixando, apenas, pequenas lacunas em aberto. Diante deste cenário podemos ver o progresso e retrocesso das comarcas que se instalava e reinstalava, de acordo com a influência daqueles poucos que imperavam a política simãodiense. Com efeito, não é possível fazer mercê ao Poder Judiciário sem revisitar o seu passado, seus pilares eleitos ou nomeados como juizes de paz, suplentes e titulares de juizes municipais, subdelegados e delegados de polícia, desde o período em que Simão Dias ainda era uma simples povoação e depois de sua elevação à categoria de vila de Senhora Sant’Ana.

Esta obra também ver relato da evolução do Ensino Primário e Secundário, das mestras que se doaram a esmera educação das Escolas Isoladas no interior e no núcleo urbano de Simão Dias; O surgimento do imponente Grupo Escolar Fausto Cardoso e as Escolas Reunidas Augusto Maynard, esta última erigida na administração do intelectual e farmacêutico Dr. Marcos Ferreira de Jesus. O auge do Ensino Ginásial e Técnico Industrial, dos principais Centros Educacionais, que vinculados à política, encetaram numa concorrência ideológica e cívica, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, enaltecendo as duas maiores instituições de ensino: Colégio Cenecista Carvalho Neto e a Escola de 1º e 2º Graus Dr. Milton Dortas, antigo Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto.

Com efeito, soma-se a este livro, um estudo superficial dos arquétipos principais de nossa cidade e o esboço biográfico de seus antigos proprietários, desde os palacetes da Praça Barão de Santa Rosa às demais casas comerciais, sobrados e prédios públicos remanescentes, localizados nas principais vias de nossa cidade. Todavia, advirto que não espere uma análise formada de um expert arquiteto, mas de alguém que vê no nosso patrimônio arquitetural a personalização característica do poder e da memória de um povo, que construiu sua identidade e sua história. Aqui fazemos também um histórico das filarmônicas, dando maior ênfase a centenária “fênix” Lira Sant’Ana. A Filarmônica do Maestro José Felipe de São Tiago, fundada no início do terceiro quartel do século XIX, foi a pioneira, seguida de tantas outras. No entanto, a Lira Sant’Ana resistiu, tombou, revivesceu e tornou-se reconhecida como utilidade pública, por prestar relevantes serviços a municipalidade desde sua fundação em 06 de abril de 1900. Assim, em linguagem acessível, este livro oferece informações sobre os índios Tapuias, e em especial, o vaqueiro, não de maneira enciclopédica ou acadêmica, mas de forma que permita ao leitor somar e compartilhar seu conhecimento sobre Simão Dias Francês, valorizando a figura modesta deste homem, que sem intenção povoou uma região desconhecida, e que séculos depois, tornou-se um município vasto, de lugarejos e comunidades tipicamente agrárias e de aspectos e padrões coevos. Faz-se mister ressaltar que esta obra aspira preservar a memória e torná-las acessíveis as suas fontes, de forma clara e aprazível, a todos os simãodienses, cabendo as futuras descendências, suas atualizações, pois os objetos aqui trabalhados, não para no tempo, ambas possuem perenidade. Boa leitura a todos. Esperamos que gostem do resultado.





Representação do homem Tapuia – Gravura de Albert Eckhout
Extraídas da obra *Brasil Holandês*, Organizada por B. N. Teensma e publicada pela PETROBRÁS, através da Editora Index, em 1999.



CAPÍTULO I
ANTES DO VAQUEIRO SIMÃO
DIAS FRANCÊS, TERRITÓRIO
DOS TAPUIAS





Os Tapuias às margens do rio Caiçá.
Jean Carlos, 2022



Reminiscências indígenas nas Mattas do Caiçá

O território hoje pertencente ao município de Simão Dias, antigo Sertão do Vasabarris, era termo e jurisdição de Lagarto, uma das mais antigas vilas da capitania de Sergipe del Rei. A história dos primeiros povoadores desta região está ligada a colonização do Estado, a exemplo dos índios remanescentes da tribo dos Tapuias², que sobreviveram ao genocídio das tropas de Luís de Brito e Almeida, primeiro governador das capitanias do norte, e Simão Dias Francês, que saiu da região da vila de Santo Antônio de Itabaiana com o gado de Braz Rabelo Falcão, fugindo da pilhagem das tropas holandesas, que invadiu a capitania em 1637, realizando incursões em busca de gado, de metais e para combater as tropas luso-brasileiras. Na historiografia sergipana os estudos sobre os elementos indígenas são bastante escassos, e, em se tratando dos remanescentes dos Tapuias torna-se ainda mais insuficiente. Este, como outros redutos indígenas são resultados da ocupação sergipana, que gradativamente veio diminuindo sua população nativa e teve suas terras ocupadas pelos colonos que criavam gado e plantavam para a sua subsistência. A história em si dá mais destaque aos índios Tupinambás, tribo predominante no estado, e que durante anos foi considerada exclusiva nas terras sergipanas, tendo essa peculiaridade negada por estudiosos contemporâneos que reconheceram a presença de outros grupos indígenas, especialmente os Tapuias, que povoaram essas plagas, por volta de 1607. Numa das primeiras tentativas de colonizar Sergipe, movidos por interesses de apaziguar os aborígenes e por solicitação de alguns chefes de tribo, o governo português autorizou a vinda dos jesuítas padres Gaspar Lourenço e João Salônio, e mais vinte neófitos, no ano de 1575, para catequizar os nativos. Fizeram acampamento nas margens do Rio Real, conseguindo em pouco tempo cativar a simpatia e a confiança dos índios. Entre eles estavam a tribo dos Tapuias, palavra oriunda da língua tupi, que significa bárbaro e inimigo, como consideravam os Tupinambás aos seus inimigos ou aos grupos de línguas diferentes do tronco Tupi-Guarani.

Para Câmara Cascudo (1953, p. 856), o termo Tapuia designava os índios do interior, o selvagem, porque a divisão era sumária: no litoral, os Tupis, e nos sertões, os Tapuias. Estevão Pinto (1956, p. 39-40) diz que Tapuias eram todos os grupos que viviam no interior e aqueles considerados de línguas isoladas. Segundo Fabrício Lyrio Santos (2012, p. 61), os antropólogos e historiadores têm demonstrado, há algum tempo, que o termo *tapuia* não deve ser considerado uma designação étnica, mas um termo genérico usado, inicialmente, pelos próprios grupos falantes do Tupi-guarani — e adotada pelos portugueses — para se referir aos demais povos indígenas. Ao longo do período colonial, os tapuias foram quase

² “Tapuia, Tapuio, Tapyia, isto é, indígenas. E esta se mim afigura a sua significação etimológica, se como creio, tapyia é a contração de táua, taba, epy, origem, princípio, ia, fruta, e por via disso mesmo tem o sentido de ‘fruto de origem da taba’” (CASCUDO, 1953, p. 856).

sempre associados ao sertão, muito embora houvesse notícias da existência de povos tupi no sertão e de povos tapuia no litoral. Os Tapuias é uma das variações étnicas dos índios Kiriri³ que se dispersaram com a ocupação dos portugueses no Norte e Nordeste do Brasil. Alguns grupos viviam nos distantes sertões de Pernambuco e Piauí, enquanto outros nativos viviam no Baixo São Francisco e áreas vizinhas, como a de Sergipe, como confirma o trabalho monográfico do século XVII, elaborado pelo cronista neerlandês Elias Herckman e registrado na revista do Instituto do Ceará, analisada e publicada por Pompeu Sobrinho, em 1934, intitulado *Os Tapuias no Nordeste*: **“Os tapuias (...) ocupavam a quase totalidade do território do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, e enormes áreas de Alagoas, Sergipe e Bahia, que apenas defendiam contra a usurpação dos tupis e dos brancos”** (HERCKMAN. In: SOBRINHO, 1934, p. 07). Com inúmeras informações diferenciadas a respeito dos índios tapuias e o uso generalizado destes aborígenes, dificultando sua identificação, concluímos que não podemos individualizá-los, mas diversificá-los, já que não se trata de um grupo, e sim de diversos grupos indígenas, com designações imprecisas e costumes variados de região a região do Nordeste brasileiro, como é no caso dos aldeamentos de Bahia e Sergipe. Seu território inicialmente estendia desde o Paraguaçu e Rio São Francisco até o Itapicuru, afastado da linha da Costa, domínio dos povos da língua Tupi. DEDA afirma que os índios das Matas de Simão Dias são procedentes **“(...) dos aldeamentos de Irapiranga, na foz do Vaza-Barris, também ali perseguidos, e que, tomados de pavor, rumaram para aquelas ensolaradas paragens, pelo caminho do mesmo rio”** (DEDA, 1967, p. 18). Já a obra *Enciclopédia dos Municípios*, editada em 1959, faz uma citação de Carvalho Junior que diz **“que a história do povoamento dessa zona liga-se às primeiras concessões de sesmarias à margem e nas vizinhanças do rio Vasabarris, nos limites com Itabaiana e Geremoabo para o noroeste, dadas pelos capitães-mores de Sergipe. A colonização segundo aquele autor, encaminhou-se ali, de sudeste para noroeste, subindo o rio Vasabarris e o Piauí, espalhando-se pelo rio do Peixe e outros tributários do Vasabarris, em procura dos sertões de Geremoabo e de Jacobina, na Bahia”** (IBGE, 1959, p. 468). Povos diferenciados do grupo Tupi-guarani, os Tapuias ou Kiriri que falavam a língua Kiriri do tronco linguístico Macro-Jê, eram considerados opositores dos Tupinambás que dominavam quase todo o litoral de Sergipe. Devido os constantes confrontos com os Tupinambás, os Tapuias se espalharam pelos sertões, povoando as imediações de Geru e o Baixo São Francisco. Parte de seus remanescentes, que sobreviveram à guerra de Luís de Brito, veio para esta região no Sertão do Vasabarris ou Matas da Moita ou Matas do Caiçá, hoje Simão Dias.

Há um impasse sobre a localização dos Tapuias no território sergipano, quando BARRETO afirma que os índios remanescentes desta tribo habitavam a zona do litoral sergipano, especificamente, na tribo onde Serigy era Cacique. Segundo DANTAS, a faixa litorânea, que pela linha da costa se estendiam de norte ao Sul do país, era domínio dos Tupinambás, grupo que durante o século XVI mantinham relações de escambo com os franceses e que também tinha como caciques os lendários Serigy, Surubi e Aperipê, capturados e mortos após a brutal batalha travada entre os nativos e a expedição armada enviada por Luís de Brito.

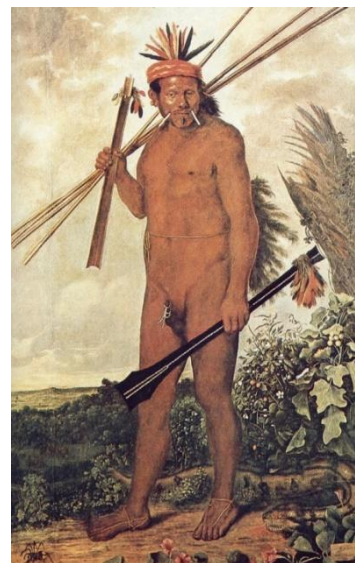
Os Tapuias eram nômades, aventureiros, ousados. Eles paravam onde havia abundância de alimentos e gostavam de viver ao ar livre. Suas habitações eram toscas e precárias, e viviam

³ Cariri, Kiriri ou Quiriri são variações etimológicas de um mesmo grupo indígena (Cit. SANTANA, 2004, p. 34).

da pesca e do plantio apenas da mandioca. Na busca por alimentos regulavam-se segundo as estações, porém, após o processo de catequização e os traumas de guerra contra os brancos, eles passaram a construir suas tabas as margens de rios, a exemplo dos aldeamentos no Rio Real e sua povoação no Caiçá. Antes de sofrerem o processo de catequização sob a liderança religiosa do Padre Gaspar Lourenço e seus colaboradores, os Tapuias tinham costumes diferenciados dos Tupis. Aos poucos as suas práticas consideradas selvagens foram sendo substituída pela cristianização pregada pelos Jesuítas. Um dos estudos mais antigos relativos à vida e a cultura dos Tapuias ou índios Kariris que povoaram o Nordeste do Brasil, se encontra também no trabalho monográfico de Elias Herckman. Ele descreve os costumes dos Tapuias nordestinos ou Carirys de caráter peculiar:

“Andam inteiramente nus, exceto em algumas festas ou quando vão á guerra, então geralmente cobrem o corpo com penas de arara, papagaio e periquito que entre eles são mui formosos. Puxam a pele sobre o membro viril, e o prendem com um atilho de modo que fique todo metido no corpo. Esse liame é a folha de figueira com que encobrem as suas vergonhas, e soltando-se, ou rompendo-se, é isso tão escandaloso para eles quanto seria entre nós descobrir alguém suas partes pudendas. (...) São homens incultos e ignorantes, sem nenhum conhecimento do verdadeiro Deus ou de seus preceitos (...). Para este fim tem seus feiticeiros que são tidos em grande consideração. Uzam uma arma feita de pau-brasil, plana e aguda de ambos os lados, (...) Uzam também de arco e setas (...). Não marcham em ordem, e sim correm em confusão, contudo sabem por suas emboscadas, onde fazem mal aos seus inimigos” (SOBRINHO, 1934, p.17).

Segundo o *Tratado Descritivo do Brasil* de 1587, de Gabriel Soares de Souza, os Tapuias da província da Bahia **“são homens de grandes forças, andam nus, como o mais gentio, e não consentem em si mais cabelos que os da cabeça, e trazem os beiços furados e pedras neles, como os tupinambás. Estes tapuias são conquistados, pela banda do rio de Seregipe, dos tupinambás que vivem por aquelas partes; (...)”** (SOUZA, 1587, p. 339). Herckman também os caracteriza como povo nômade, da qual eles não se preocupavam em guardar coisa alguma para o dia seguinte. Não plantavam, e nas suas excursões não demoravam no lugar mais que dois ou três dias, e seguiam para outros sítios. Por isso eles não construíam casas, a não ser barracão de palhas para se abrigarem no período chuvoso. As mulheres são indistintamente pequenas e mais baixas que os homens. Também andam nuas, encobrindo suas vergonhas na frente e atrás, com folhas verdes. Elas eram submissas aos seus maridos em tudo o que eles desejavam. O homem tapuiano que queria casar-se devia provar sua coragem através da força, vencendo o inimigo ou carregando algumas árvores pesadas para este fim. Passando por esse teste lhe era dada uma mulher. Abriam-lhe um buraco em cada uma das faces onde metiam pauzinhos ou ossinhos brancos, tendo alguns 3 a 5 polegadas de comprimento, como sinal certo de serem casados ao seu modo.



Homem Tapuia
Pintura de Albert Eckhout. 272 X 161 cm, óleo sobre tela, Ethnografic Collection. The National Museum of Denmark, Copenhagen, 1641

Na celebração do casamento o cacique da tribo se fazia presente e havia uma grande demonstração de prantos e gritaria por parte das mulheres e meninos como sinal de júbilo e honra. A festa durava entre 4 a 5 dias com lamentações e algazarras. A noiva era conduzida ao noivo e eles cantavam ao seu modo em voz alta, tendo as caras e os corpos pintados com tintas de urucú e jenipapo. Arriavam-se com penas vistosas, acrescentavam mais os corais e os guizos, de forma que os zunzuns de suas danças se ouviam de longe. Após o primeiro casamento eles podiam tomar as mulheres que quisessem, e só não era permitido a poligamia e o adultério as mulheres. Quando a mulher paria, o seu marido escolhia outra como esposa e as anteriores eram tratadas como escravas, carregando para qualquer parte as bagagens e as redes para onde fosse necessário, pois segundo seus costumes, para isso elas nasciam. HERCKMAN também descreve a cerimônia de nascimento das crianças na tribo, que reuniam amigos com gritarias, e o mais velho deles levantava o menino e o mantinha suspenso. Os demais abriam um furo na parte inferior de cada orelha e no lábio inferior acima do queixo e introduziam uma pedrinha verde, branca, preta ou colorida, e nos buracos das orelhas, pauzinho adrede preparados, como sinal de sua virilidade.



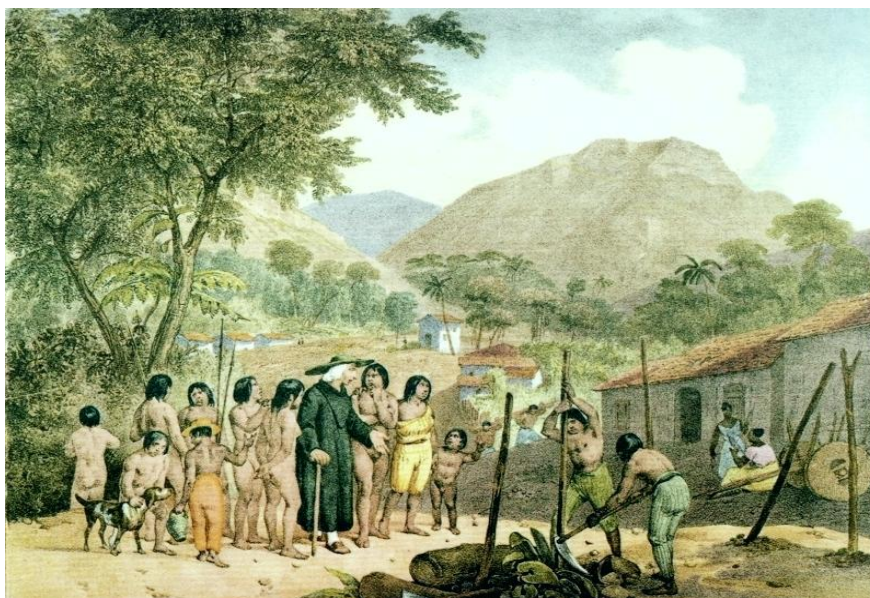
Mulher Tapuia
Pintura de Albert Eckhout. 272 X 161 cm, óleo sobre tela, Ethnographic Collection. The National Museum of Denmark, Copenhagen, 1641

Quanto aos cerimoniais, após a morte de um dos silvícolas tapuiano, sendo eles homem ou mulher, era comido ritualmente, o que se caracteriza como prática de endocanibalismo. Lavavam e esfregavam bem os corpos, faziam um grande fogo acima do qual colocava o corpo e deixavam-no assar bem. Quando não podiam comer todo, guardavam o resto para ocasião oportuna, principalmente os ossos, que depois de queimados, pisados e reduzidos a pó, misturavam a farinha e assim comiam. Quando a mulher dava à luz a uma criança morta, eles comiam igualmente o cadáver, pois segundo sua crença, a melhor sepultura é no corpo de onde veio. Essa forma ritualística de comerem seus próprios parentes mortos é atribuída apenas aos Tapuias Cariris dos Sertões da Paraíba da época do contato, também conhecidos de Tarairiús, mero subgrupo pertencente à nação Cariri. Os tapuias sergipanos são caracterizados como antropofágicos, ou seja, forma ritualista de comerem seus próprios inimigos, o que não descarta a ideia remota de que eles poderiam séculos passados, serem adeptos do endocanibalismo, já que parte de seus costumes eram assemelhados e pertenciam ao mesmo grupo étnico/cultural.

Os missionários jesuítas catequizaram parte dos nativos, batizando, casando, abolindo quase toda manifestação cultural considerada selvagem aos olhos da “civilização”, como a nudez, a poligamia e o antropofagismo, que era considerada pelos religiosos um ato de blasfêmia e heresia a prática cristã. Além disso, combateu as feitiçarias, coordenou a construção de capelas, de escolas, ensinando-lhes um novo modo de ser que os levassem a ter religião, lei e rei, dando uma visão de mundo atrelada a cultura europeia, de uma instituição religiosa chamada Igreja Católica. As fontes documentais dos silvícolas em Sergipe são escassas e sua história só foi registrada a partir das primeiras tentativas de colonização, desde a cristianização dos jesuítas, a das guerras de conquista da capitania, iniciada, em 1575, por Luiz de

Brito, e consumada em 1590, pelo Capitão-Mor Cristóvão de Barros⁴. Quando houve a dispersão dos Tapuias pelo interior do sertão, era comum haver a subdivisão de famílias as quais formavam novos grupos. Esses grupos antes da catequização mantiveram tradições antigas, mas tais costumes foram sendo esquecidos com as atividades missionárias do Padre Gaspar Lourenço e seus colaboradores, e as missões porvindouras.

A catequese foi interrompida quase um ano após seu início, com a chegada de Luís de Brito e suas tropas a região. Aproximando das aldeias, os nativos se sentiram ameaçados e suas tentativas de fuga tornaram-se pretextos para que as tropas do governo atacassem as aldeias, já que, para Luís de Brito, a conquista jamais deveria acontecer de forma pacífica, segundo à revelia do Evangelho, mas pelo uso das armas, que era mais rápido. Os soldados de Luís de Brito chegaram atacando, inclusive tomando para si as mulheres e filhas dos índios, destruindo as aldeias e roças, trucidando barbaramente crianças, deixando um saldo de 2.400 nativos mortos e 4.000 escravizados. Em contrapartida, os índios reagiam sob o uso do arco e flecha, mas não conseguiram resistir ao exército de colonizadores que contava com um grande número de soldados recrutados e com as armas modernas da época.



Aldeia dos Tapuias
Pintura de J. M. Rugendas do século XVII

Os nativos que sobreviveram, fugiram e emprenharam-se nos sertões. Na fuga, um dos grupos remanescentes dos Tapuias errantes e surrados, pararam estupefatos no meio de uma mata virgem, com uma variedade de caça e solo próprio para a plantação de mandioca, nas terras ao oeste da capitania, as margens do rio Caiçá⁵, que serpeava à sombra de gigantescos cedros.

⁴ Cristóvão de Barros era filho natural de Antonio Cardoso de Barros, que fora provedor-mor da fazenda, no tempo de Thomé de Souza. Veio para o Brasil fazendo parte da armada que El-Rei mandou a Mem de Sá, chegando ao Rio de Janeiro em 1567 (Inform. do Brazil, pelo Padre José de Anchieta 1583). Succedeu no governo do Rio de Janeiro à Salvador Correia de Sá (FREIRE, 1891, p. 16).

⁵ “Um riozinho piscoso correndo, perene e manso, à sombra de gigantescos jequitibás” (DEDA, 1967, p. 16); “Confluente do Jacaré, tributário do rio Piauihy. Contracção de caiçara. Cai – Queimada; ara – tempo, ou aa – mata. Jussara – Palmeira deste nome (Euterpes): Matta de Jussaras. Theodoro Sampaio dá a seguinte interpretação: Caá- içá, galhos de matto.” (GUARANÁ, Armindo. In: Revista do IHGS. Ano II. 1914, p. 300).

“O rio Caiçá nasce no outeiro ou serrote do Sabão, tem poucas léguas de curso (...) e perde-se no Jacaré, que vem das terras dos Palmares no outeiro chamado Mocó e atravessando o município pelo lado sul vae desaguar no Piahy (...).” (TELLES, 2013, p. 130).

Os Tapuias construíram sua taba à margem do rio, “uma ‘caiçara’, espécie de cerca de pau-a-pique com grossos toros camuflados com ramas verdes, e dessa espécie de ‘fortaleza’ originou-se o nome do rio ‘Caiçá’ ou “caiçara”. (DEDA, 1967, p. 16). Praticavam a caça, a pesca e plantavam milho e mandioca para a sua subsistência. O plantio do milho e da mandioca iniciava-se na lua nova, seguindo os mesmos costumes e calendário agrícola dos Tupinambás, utilizando técnicas rudimentares como as queimadas e as coivaras, prática essa muito utilizada posteriormente pelos produtores rurais, até ser substituída pelo uso de máquinas. Essa prática indígena de preparar o solo também provocava seu desgaste, entretanto, com a chegada de Simão Dias Francês e a criação de gado nas áreas delimitada do Caiçá, a fertilidade do solo arenoso e úmido foi restabelecida, possibilitando os produtores a desenvolver uma cultura agrícola baseada no plantio do milho, da mandioca e feijão, como veremos mais adiante. Embora tenha sido catequizado pelos jesuítas da Companhia de Jesus, os Tapuias ainda mantinham algumas de suas culturas, entre elas, a cerimônia do “quebramento da flecha”, ato que representava o propósito de paz, ritual praticado nestas paragens. Assim, podemos afirmar que o pacifismo dos índios povoadores da Mata da Moita foi resultado da catequese do Padre Gaspar Lourenço, dos quais os bárbaros soldados de Luís de Brito não conseguiram apagar. Os índios viveram a margem do Caiçá até a chegada de Simão Dias Francês, que desconfiados da presença do vaqueiro e ainda lembrados das atrocidades cometidas pelos soldados de Luís de Brito, abandonaram o aldeamento e seguiram por caminhos diversos:

“Um grupo localizou-se às margens do rio Paracatu, duas léguas ao Sul do Caiçá. O outro, a cerca de meia légua e meia, à margem de uma pequena aguarda, inda hoje chamada ‘Lagoa Escondida’, dentro de espessa mata que mais tarde se apelidaria ‘Malhada Vermelha’, onde foi fundada a atual cidade de Paripiranga, do Estado da Bahia” (DEDA, 1967, p. 17).

Isso explica a origem do nome de determinados povoados de Simão Dias que em sua etimologia são procedentes dos silvícolas, como o Caiçá, palavra definida anteriormente, Paracatu, Pirajá, Jacu, Jatahy ou Jitahí, Carahíbas, Tamburi, Jacaré, Jenipapo, Tabocas, além de um dos primeiros nomes dado a região fronteira, as Matas do Coité. Embora os Tapuias destas plagas se limitassem a viver às margens de rios, e, sendo eles essencialmente nômades, esporadicamente se fez necessário povoar outras regiões destas matas após a presença do Vaqueiro. Esta migração levou a denominação destes povoados, antes afluentes de rios, riachos e córregos, ou plantações nativas. Algumas destas denominações têm significado linguístico do Tronco Tupi, como define Armino Guarani no seu *Glossario Etymologico dos Nomes da Língua Tupi na Geografia do Estado de Sergipe*⁶, de 1886:

1. **Carahyba** ou **Carahybas** – Alteração de Caray... Forte, valente. Riacho confluyente do Jacarecica, tributário do rio Sergipe. Afluente do Vasabarris. Os Tupi davam aos brancos o nome de Carahybas.

⁶GUARANÍ, Armino. Etimológico dos nomes da Língua Tupi na Geografia do Estado de Sergipe. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Nº 05. Vol. II. Aracaju: 1916, p. 297-326.

2. **Coité** – Confluente do Mussununga. Corr. de Cui-êê, Vaso real, cuia boa. Fruta de cui-tezera.
3. **Genipapo** – Corr. de yá-ndi-paba: frutos muitos estancia. É uma referência a grande quantidade de frutas que o genipapeiro carrega.
4. **Jacaré** – Afluentes do rio São Francisco, Real e Piauhy. Yá-carê, o indivíduo torto, sinuoso. Também pode ser: y-echá-carê, o que olha de banda. Nome de diversas espécies de crocodilos.
5. **Jacú** – Y-a-cú, o que se alimenta de frutos.
6. **Jatahy** – Corr. de yá... fruto; atã... rijo; yb... árvore: Árvore de fruto duro. É também o nome de uma abelha, cujo mel é muito apreciado.
7. **Paracatú** – Serra e lugarejo em Simão Dias. Outro nome do rio Jacaré, tributário do Piauhy. Parácátú, o rio bom, piscoso.
8. **Pirajá** – Pirá – Peixe; Viveiro de peixes, pesqueiro.
9. **Tabócas** – Riachos, um confluente do Caiçá. Ta... haste; boc ou bog... furada, ôca.
10. **Tambury** – Ta... Tronco; amby... gomme, resina; -(r)-y---escorre, destila; Tronco que dá gomme. Tamburil – Corruptela de Tamburil.
11. **Coité** – Corr. de cui-êê, vaso real, cuia boa. Fruta da cuitezeira.
12. **Yrapiranga** – Outro nome do Vasabarris indicado pelo Senador Candido Mendes. Yrá por Ybirá... madeira, pau; piranga... vermelho; o pau-brasil; ou irá por eira... mel, abelha; piranga... vermelho.

Além dessa etimologia, parte de nossa cultura procede dos remanescentes que povoaram estas plagas. Na obra *Arte de Grammatica da Lingua Brazilica da Nação Kiriri*, de MAMIANI, por exemplo, nos apresenta vários dados da cultura material e da cultura espiritual, que nos permitem entender certos elementos de nossa cultura popular, praticada principalmente pelos mais velhos, a exemplo de cura de doenças ou mau olhado, feita por benzedores e curandeiros, dar créditos a agouros, a sonhos e superstições, entre outras. Não devemos esquecer que na aldeia dos Tapuias (Kiriri), haviam feiticeiros, que para eles, tinham poder de prever o resultado de uma guerra contra seus inimigos, quem seria morto ou não em combate, ou no dia a dia da aldeia. Segundo eles, os feiticeiros sabiam fazer os espíritos aparecerem na forma que desejarem, mas geralmente apareciam na própria figura, de como era o Tapuia. Os Kiriri deixavam também percorrer o seu corpo, sob a forma de uma mosca ou de outro animalzinho, para lhe predizer coisas futuras que desejavam saber, como está descrito na obra de HERCKMAN (1934, p. 17). Essa afirmativa nos faz compreender nossas crenças populares, que embora diferenciadas, nos remete a cultura espiritual dos nossos primeiros povoadores. No pós-contato as civilizações nativas **“tiveram libertadas suas almas das garras do demônio”** e foram convertidos ao cristianismo, sofrendo o processo de aculturação, abandonando a maior parte de seus costumes e sendo subjugados as suas tradições.

Os Tapuias chegavam a frequentar a povoação de Simão Dias em número considerável. Era perceptível grande ajuntamento deles nos dias de feira, sempre encostados ao alinhamento das casas próximas a Capelinha de Senhora Sant’Ana. Nesta época a feira acontecia aos domingos debaixo de uma grande gameleira situada na frente da casa onde viveu o Tenente-Coronel José Antônio de Souza Prata, aproveitando a agitação dos moradores que vinham assistir à missa dominical celebrada na referida Capelinha, erigida às expensas do Capitão Manuel de Carvalho Carregosa e Ana Francisca de Menezes. O missionário apostólico Frei Cândido de Taggia, religioso Capuchinho, durante a primeira Santa Missão pregada nesta Vila, transferiu a feira para os sábados, provavelmente, por volta de 1854, quando o Cônego

Antônio da Costa Andrade era o Pároco desta Freguesia⁷. O mesmo aparece durante a construção da Matriz de Senhora Sant'Ana, repassando uma soma em depósito ao encarregado da obra. Frei Cândido era oriundo da Itália e foi enviado a Sergipe, em dezembro de 1840, pelo Revmo. Arcebispo da Bahia Dom Romualdo Antônio de Seixas, a pedido da própria Assembleia Legislativa e do Governo Provincial. Além de atuar entre os índios, ele foi enviado com mais dois missionários apostólicos para pregar Santas Missões nas diversas povoações espalhadas por todo o território sergipano e também encarregado da construção do Hospício de religiosos capuchinhos, em São Cristóvão, nome dado ao convento naquela época. Residindo na primeira capital da Província, Frei Cândido de Taggia ocupou também a vice-prefeitura dos Capuchinhos (1843). Como precursor das Santas Missões populares ou itinerantes, o religioso foi responsável pela construção total ou parcial de igrejas matrizes, cruzeiros, capelinhas, açudes, cacimbas, ruas e estradas. Nesta província permaneceu por mais de uma década, quando, em maio de 1856, por razão de um mal-estar, teve que retornar a Itália, como publicou o jornal CORREIO SERGIPENSE daquela época. Frei Cândido de Taggia faleceu em 25 de maio de 1863.

Os silvícolas que se afugentaram para além das Matas do Caiçá e nos limites ao oeste de Sergipe, no antigo Coité ou Malhada Vermelha, deram origem a outras povoações, que mais tarde, foram sendo habitadas por colonos. Nesta região não há registro oficial de cemitério indígena, que cristianizados, enterravam seus mortos em urnas funerárias, feitas artesanalmente da argila. Porém, habitantes do povoado Raposa, nas proximidades da Furna Toca da Raposa do Bonsucesso, afirmaram ter encontrado porrões de barro enterrado nos seus quintais, e dentro deles, ossos aparentemente humanos, além de outros instrumentos que não se sabe bem explanarem. Essas fontes documentais foram destruídas por desconhecerem tal importância para a ciência e para nossa história, mas segundo espeleólogo que visitaram as cavernas e estudaram o bioma do lugar, afirmaram ser possível a presença destes cemitérios na localidade. Segundo pesquisas atuais, Simão Dias é o segundo município com maior número de cavernas no estado de Sergipe, perdendo apenas para Laranjeiras. Para TELLES, nestas paragens **“há grandes áreas composto de enormes lajedos de ardósia ou semelhante chispa argiloso, abre-se em cavernas, grutas e furnas, ignoradas na densidade de suas florestas. A principal delas está a 1 km a sudoeste da cidade quase em linha reta da praça principal (...). É um buraco enorme, horizontal e rente com o solo, com uns 15 palmos de diâmetros, coberto de um lado somente de uma capa de pedra que talvez contribua para argumentar a escuridão que se intromete muito dentro na funda concavidade”** (2013, p. 135-136). O autor refere-se à Caverna Abismo, popularmente conhecida como Furna de Dorinha, que foi cadastrada no CNC/SBE (Cadastro Nacional de Cavidades da Sociedade Brasileira de Espeleologia) com o nome de Abismo de Simão Dias, sob o código SE-8. Sua cavidade consiste em um abismo com desnível de 50 metros e no fundo um lago, com profundidade máxima explorada até 26 metros. Para CARVALHO NETO, na obra *Pela história: Um trecho de Sergipe Ocidental*, ele descreve superficialmente o abismo como uma das mais

⁷ Transcrição de uma entrevista realizada por uma anciã chamada Marcelina, tia e mãe adotiva de Joaquim Hipólito de Andrade, falecido em 23 de dezembro de 1951. O texto original estava se estragando e foi copiado na íntegra por Dr. Gervásio Prata (MANUSCRITO DO DESEMBARGADOR GERVÁSIO DE CARVALHO PRATA: maio de 1915). Em 17 de setembro de 1924, a feira livre das quartas-feiras foi inaugurada em Simão Dias, reunindo grande número de comerciantes e lavradores com cargas de gêneros alimentícios, que se aglomeraram na Avenida Coronel Loyola, onde produziram excelentes resultados, como noticiou a coluna do jornal GAZETA DO POVO no mês seguinte. (09.10.1924, p. 01). A feira foi um projeto arquitetado pelo Cel. Felisberto da Rocha Prata, que conseguiu a permissão do Presidente do Estado para tal fim. Inicialmente a feira funcionou apenas no Mercado Municipal até atingir todo espaço da feira habitual. (A LUCTA, 31.08.1924, p. 02; 07.09.1924, p. 03. passim.).

belas ações da natureza em Sergipe, para ele: **“(...) sumida entre torcidos esgalhos de araçazeiros e palmas tremulantes de ouricurizeiros apendoados, num chão chapeado de lajêdos, escancara-se, fauces ameaçadoras e profundas, a Furna de Simão Dias, assim chamado o lobrego precipício, que corre como sendo uma das maravilhas da natureza sergipana, encravada nessas parajens distantes (...)”**. (1928, p. 61-62). Durante suas pesquisas, CARVALHO NETO visitou três das principais Furnas de Simão Dias, iniciando seu trajeto pela gruta da Fazenda Baixão, propriedade de sua família, onde em suas primeiras observações ele faz uma descrição desta que serve de exemplo para as do Bonsucesso e a da Ladeira Grande:

“Fundas taliscas escalavram externamente o calcareo, dilatando os efeitos seculares de variosajentes de transformação. Um buraco quasi oval dá, lado leste, acesso á furna; e é como um largo bueiro por onde respira o antro escuro. Formando uma antesala, de parêdes corcomidas e tecto pregueado de grotescas esculturas, está o primeiro compartimento da caverna. E abre-se, em seguida, em corredores, ora estreitos e baixos, como absconsos tuneis, outras vezes amplos como salões, mais sempre assimetricos. É um dedalo de camarins e apertados, e até onde chega, mal coada por entre diminutas frestas da abobada, uma luzinha parda e equivocca. Dentro esvoaçam, aninhados nas anfractuosidades sombrias da grotta, morcêgos e morchos, sentinelas lúgubres afeitas á vida noturna da treva (...) Estalagmites truncadas, reunidas em trempe, jazem por todos os lados, atestando ruínas. Solta, facilmente removível, acama-se ebil camada de arjila, entupindo caldeirões. Paleontologicamente nada se conhece originário dai, cumprindo assinalar por entretanto, nunca se haver tentando diligencia neste sentido” (NETO, p. 58-59).

A Furna do Bonsucesso, especificamente, está disposta em galerias, sucedendo em andares que se sobrepõem. Quanto ao terreno, **“nesse local, apenas de mais frequência e de mais espessura são os calcários, aberto em fendas (...), duramente torturado pela ação dos agentes naturais. São caminhos difíceis e cavados em fundas regueiras e brocas em dispersão, com deslocamentos frequentes. Uma furna importante assinala nessas terras o regime caótico das quebradas”** (NETO, p. 53). A furna no século passado foi objeto de estudos de chefes locais e populares, devido às histórias supersticiosas em seu torno. Isso proveniente de dois cidadãos da região e de designações ignoradas que penetraram no interior da caverna em épocas diferentes, e de suas estórias, o surgimento de lendas, mitos e contos. Diziam uns que era mal assombrada porque apareciam fantasmas em certas ocasiões; outros que qualquer vivente que nela entrava, não voltava; que por debaixo do terreno em que ela se via, corria ou passava um rio; que uma pedra que se lançasse dentro de sua abertura ouvia-se um estrondo maior que um tiro de artilharia, etc. Entre as estórias, contava-se sobre a presença de criaturas misteriosas, como o caboclo nauseabundo e sórdido, que vivia tendo e mantendo com a caipora, nas touceiras ríspidas e cortantes dos gravatás e tiriricas, e que, afinal, desapareceu da face da terra como levado pelo diabo; correm narrações de sojorno e passeio ao inferno sem que para o êxito o esperto tenha de morrer, como o personagem descrito no livro de Platão; além da presença de água límpida e potável de um rio subterrâneo na garganta entenebrecida da caverna, entre outras mitologias sertanejas ou superstições, que não foge de contos indígenas presente no folclore brasileiro (TELLES, 2013, p. 137). O governo da província designou um engenheiro para desvendar tais superstições, após os deputados aprovarem o requerimento, no dia 12 de março de 1850, na mesma ocasião que estava sendo discutido pela Assembleia, o projeto de elevação da povoação de Simão Dias a categoria de vila. Segundo o DIARIO DO RIO DE JANEIRO, de 03 de janeiro de 1852, o

engenheiro nomeado pelo presidente da província foi acometido de febre amarela e teve que regressar a capital, sendo impedido de realizar sua missão. O que restou a província foi o relatório elaborado pelo Padre João Pacheco da Silveira Netto, natural de Portugal e Vigário Adjunto da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, desde setembro de 1844. O exame da fuma foi feito a pedido do capitão Joaquim Antônio da Silva Godinho, quando esteve destacado na Vila do Lagarto. O Padre Pacheco concluiu seu relatório, em 27 de outubro de 1851, sendo publicado no CORREIO SERGIPENSE, em 05 de novembro. Utilizando recursos primitivos e expropriados, reuniram-se a equipe e grande número de curiosos ao redor do abismo. O Padre engenheiro subiu guindado a braços por membros de sua equipe e, concluída a expedição, descreveu o Vigário,

“À borda se lhe acercaram varios habitantes da cidade, colimando todo o alvo de desvendar o mistério. Levando cordas de caroá, que foram, depois de ligadas umas às outras, atadas a um tacho. Estava pronto o aparelho de exploração, e pouco depois desaparecia, tragado no abismo, o explorador audaz. Não profundou muito; uma lage, como formando um grande batente de gigantesca escada, interceptou-lhe a descida. Daí, porém, conseguiu despedir uma vazilha, que apanhou, em baixo, no fundo desconhecido, um pouco da agua cristalina e salôbra” (NETO, p. 62). “A fuma de que V. S. me pede relação, dista d’esta Villa quatro legoas, e da de Simão Dias uma, em latitude Sul. Está situada no cimo de uma pequena serra. Antes de se chegar a entrada da fuma, na distância de cem passos, pouco mais ou menos, com a batida dos pés dos cavallos ouve-se um som lympanoso, denotando um subterrâneo sob o qual eles pisavão. Chegando a entrada da fuma, observe-se como que effeito de uma irrupção vulcânica, pois o cimo da estrada da fuma fica quase ao nível do campo adjacente, fazendo então uma pequena baixa, que terá quando muito dous braças em quadro; e d’esta falta de terra é que se forma a boca ou entrada da fuma, a qual entrada terá quinze a vinte palmas de altura e dez de largura, pouco mais ou menos. Um corredor se segue em frente da estrada da fuma, da mesma largura e altura que esta: logo ao entrar se desce por uma pequena roxa, a qual dar uma espécie de degrao; na mesma direcção d’este degrao, e continuação do corredor se desce para o segundo degrao, que fica já no fim d’elle, sendo a prumo toda a descida e só se encontrando assento ou planície uns degraos que terão seis palmos ou mais de largura. O segundo degrao se encontra no âmbito da fuma e porisso se estende a esquerda de quem desce na distância de três braças, fazendo com a mesma fuma uma figura em forma de meia lua; d’este segundo degrao se desce para o terceiro e último, grande e medonho buraco que terá de altura 12 a 15 braças. Logo que se chega embaixo se observa um grande lado, que encosta em todo espaço ou capacidade da fuma e se esconde por debaixo de uma abertura como um arco mor de uma mediana igreja! Ahí avista de observador, em razão da pouca claridade, não podendo eu ver mais coisa alguma, além d’esse arco por terem n’essa occasião algumas pessoas indiscretas queimando algumas grandes bombas e feito-as estourar dentro da fuma para ouvirem o fenómeno occasionado pelo estampido da denotação reproduzido como uma trovoadá, e a fumaça de pólvora ter-se reconcentrado em todo o fundo da fuma, e mui principalmente n’esse dito arco, de maneira que mim vi algum tanto incommodado. Apesar disso não quiz subir sem dar uma prova indesmentível do que eu observava. Do degraoúltimo, se toca a água, que é potável, e não muito inferior as melhores que conheço; tendo eu levado atadas a cintura algumas botijas em razão da tradição de que por ali passava um rio, e que mim parecia impossível, e creio se não confirma a existência talvez de algum reservatório natural, enchi cinco botijas, dei a corda de prevenção e fil-as subir a cima, sendo testemunhas d’isto um grande número de pessoas que mim acompanharão, e ficaram maravilhadas de admiração, provando a água e achando-a fresca e agradável ao gosto. D’este logar admira o pouco scientifico como eu, a grandeza da fuma, sua espaçosa e liza abóboda de uma cor quase preta, seus escondrijos, umas como columnas, que sobem pelos lados etcetc etc. Toda a fuma tem 32 braças de profundidade. (...)” (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 03.01.1952, p. 02).

TELLES, na obra *Sergipense*, editada em 1903 e reeditada em 2013, também faz menção à expedição formada pelo Vigário João Pacheco da Silveira Netto, que munido de cordas de caroá e grandes tachos, encontraram uma fonte límpida e potável, sem os horrores de seres sobrenaturais, como se imaginava. Os mistérios da “Furna de Dorinha” até hoje é assunto entre os mais velhos que ouviam os boatos contados por alguns moradores sobre os desmandos de seu antigo proprietário, o fazendeiro e líder político udenista, José Dória de Almeida (1911-1968), de quem é derivado o nome daquela caverna. Intolerante e ardiloso, Dorinha não admitia anarquia de seus subordinados e costumava mandar seus jagunços lançar seus inimigos no fundo do abismo. Lendas ou não, zunidos e intriga da oposição ou não, esta história contemporânea nunca foi oficialmente comprovada.



As duas fotografias são datadas de 1910. Há um diferencial entre ambas: A figura 01 mostra a imponência dos Coronéis, dando destaque ao Barão de Santa Rosa, sentado de chapéu e guarda-chuva. A figura 02 mostra um grupo de populares que seguiam a expedição com flâmula e Banda de Música.

Acervo particular de Dênisson Dêda de Aquino

Dentre tantas outras expedições vindas posteriormente, destaca-se a de janeiro de 1910, dos quais, entre os desbravadores estavam o Cel. Sebastião da Fonseca Andrade, futuro Barão

de Santa Rosa, como mostra a imagem acima. Embora não tenhamos conseguido identificar Dr. Antônio Manuel de Carvalho Neto na fotografia, provavelmente, foi a partir desta expedição que o jovem Bacharel encontrou elementos necessários para complementar seus estudos para a construção do artigo “Um trecho de Sergipe Ocidental”, publicados em diversos fragmentos no jornal DIÁRIO DA MANHÃ, entre agosto e outubro de 1912, e na revista do IHGSE, edição de 1928. É um trabalho elaborado a partir de umas páginas inéditas dos limites de Sergipe e Bahia. Nas imagens podemos verificar os respectivos expedicionários, formado pelos abastados senhores coronéis e populares, separados entre as duas fotografias, das quais a segunda ilustra o povaréu, e alguns integrantes da Filarmônica, provavelmente resquícios da “Lira Sant’Ana” ou “Santa Cecília”.

A arte ceramista dos índios pode ser evidenciada atualmente em alguns povoados como Mata do Peru e Pastinho, vizinhos do centro urbano da Simão Dias, que mantém a tradição de produzir artesanalmente a cerâmica utilitária, como telhas, potes, panelas, porrões e outros objetos. Neste caso, os oleiros usam técnicas artesanais modernas, sem a beleza ornamental dos antigos aldeamentos. Não existe, no município, população que evidencie atualmente raízes de algum aldeamento Tapuia, exceto traços de sua cultura, como já citamos anteriormente, e seu sangue misturado ao elemento branco e negro, resultante da diversidade étnica, tão peculiar da sociedade brasileira, com características físicas ainda visíveis como cabelo liso, rosto largo e cor morena ou morena avermelhada, entre outras.

Por fim, a presença dos remanescentes dos Tapuias nas Matas do Caiçá, ainda deixa uma lacuna a ser preenchida na historiografia de nosso município, mas já demos o primeiro passo. É notório, através de registros da História de Sergipe, que estes nativos chegaram a estas paragens, catequizados, pacíficos, com influências espirituais e culturais da civilização europeia. Além de sua contribuição linguística, seus costumes e artes, os tapuias acenderam aqui, a chama do cristianismo que recebera no Rio Real e que trouxeram por acaso, para as barrancas do Caiçá, como já dizia o jornalista Carvalho Déda, durante o Congresso Eucarístico Diocesano de Simão Dias, em 1953.







CAPÍTULO II

**SIMÃO DIAS FRANCÊS: DA
LENDA AO HOMEM QUE DEU
NOME A CIDADE**



INVOCAÇÃO
(Ao fundador de Simão Dias)

**Ergue-te de teu túmulo, Simão Dias;
Deixa pra sempre o sono da eternidade,
Vem ver a princesa da terra de Tobias;
Vem comigo Simão Dias percorrer tua cidade.**

**Levanta-te Simão Dias, vem ver tuas Simão Dias
Vem ver teu povo a relembrar tua bondade!
Segue-me, vem gozar por alguns dias,
Os encantos infinitos da tua grande cidade.**

**Deixa o sepulcro escuro e solitário.
A cidade que fundaste é teu rico santuário!
Vem ver o rio teu nome murmurar!**

**Deixa o sepulcro negro escapulário!...
No coração das donzelas vem fazer o teu sacrário.
Vem, Simão Dias, que queremos te adorar...**

Simão Dias, 12/10/1924
José de Carvalho Déda, in: A LUCTA, 19.10.1924, p. 03.

**Vaqueiro do Nordeste, 1880. Fotografia do Acervo fotográfico de Dom Pedro II
no Arquivo Nacional**



Durante mais de um século, o nome histórico dado a antiga região pertencente ao Termo e Jurisdição de Lagarto, era o de Sertão do Vasabarris. Devido as suas primeiras povoações que se estabeleceram as margens do Rio Caiçá, os povos do local e circunvizinhança passaram a chamar a exuberante vegetação de Mattas do Caiçá, ou simplesmente Mattas ou Mattas da Moita, como se refere os documentos destas sesmarias e os registros históricos da antiga capitania de Sergipe del Rei. Entre tantos nomes de antigos sesmeiros, das palavras procedentes dos indígenas remanescentes dos Tapuias, ou ainda do Rio Caiçá que corta a cidade e deságua no Rio Piauí, o nome que se dá à região situada ao oeste do estado de Sergipe é o de Simão Dias. Denominação oriunda de um simples vaqueiro da região de Santo Antônio de Itabaiana, que chegou com sua esposa Maria Damiana neste Território, quando ainda era mata virgem, com uma vasta faixa de terra povoada pelos Tapuias-Kiriri às margens do Rio Caiçá e uma flora propícia para a criação do gado bovino pertencente ao seu empregador Braz Rabelo Falcão, um rico mercador de pano, de origem portuguesa, residente na cidade de São Salvador/BA, casado com Maria Marinho Falcão, desde 1594. Braz Rabelo era dono de fazenda de gado e escravos nas terras as margens de Paraná-açu, além de outra porção de terra nas colinas de Itabaiana, localizada ao noroeste do poente e utilizada para os mesmos feitos. Parte da ocupação do Nordeste pelo agreste e pelo sertão foi feita pela condução do vaqueiro. Estes posseiros fundavam sítios, enfrentavam confrontos com índios e defendiam o gado de seus patrões durante invasões ou guerras de conquistas. Neste caso, especificamente, Simão Dias Francês conduziu o gado de Itabaiana e se estabeleceu no Sertão do Vasabarris, porém, seu primeiro contato com os nativos ocorreu pacificamente. Os Tapuias ainda lembrados dos ataques sofridos na batalha contra as tropas de Luís de Brito, e temerosos com a presença do vaqueiro, se afastaram em dois grupos das margens do Caiçá para outras paragens, como já foi dito no capítulo anterior.

Imagem do vaqueiro usado no brasão oficial do município de Simão Dias. Pintura do designer Jean Carvalho. Ano 2020.



A vida cotidiana do vaqueiro do sertão resumia-se basicamente ao cuidado com a criação do gado e às relações familiares. Durante a maior parte do ano, a fazenda ficava aos seus cuidados, tendo autoridade sobre os outros trabalhadores, enquanto seus empregadores viviam nas cidades, envolvidos com as questões política e econômica da região. No sistema mais antigo de remuneração, o pagamento ao vaqueiro era feito a partir da quartiação das crias da boiada. Além de possuir o seu próprio rebanho, criava muitas vezes suas reses junto com o gado do patrão. Desde a colonização, o gado sempre foi criado solto. Em caso de invasões, a coragem e a habilidade dos vaqueiros eram indispensáveis para fugir com o rebanho sertão a dentro, abrindo estradas e desbravando regiões, tangendo os bois e mantendo-os juntos, parando em determinado lugar favorável para a criação de gado e com solo propício para produção de alimentos para a sua subsistência, criando assim, novos povoamentos, a exemplo de nosso Simão Dias Francês.

**“Cantarolando pela estrada passa
Em fogoso ginete, inda bravio,
Reveste o corpo de forte couraça
Temor não sente, nem do sol nem frio.**

**Acolhe-o o campo, domador de raça,
De fervente sangue e aguçado brio.
Brande a aguilhada e salta e amordaça,
O boi que vive em matagal sombrio.**

**Agora é a toada mais plangente
Que vibra o sertanejo displicente,
Em busca do curral levando a presa,**

**E ao lar, após a luta terminada
Quem sabe que não sente amortalhada
A vida n’um aboio de tristeza?!”⁸**

Origem Lendária

Conta a lenda que Simão Dias Francês nasceu sob a sombra de uma quixabeira, situada à direita da Igreja Matriz de Itabaiana. Esta árvore lendária e secular foi cortada em meados do século XIX, conservando o vestígio de seu tronco até o ano de 1850, aproximadamente. Outros, contudo, afirmam que, suas raízes ainda se viam claramente até o início do século XX. Segundo a narrativa “Histórias Perdidas”, de Dr. José Joaquim de Oliveira, publicada no CORREIO SERGIPENSE (1867) e no JORNAL DE SERGIPE, em 12 de outubro do mesmo ano, e, mais tarde, fragmentada no DIÁRIO DA MANHÃ, de 15 a 22 de outubro de 1912, o próprio Simão Dias afirmou numa audiência pública na Vila de São Cristóvão,

⁸ E. Dantas. Rio de Janeiro, 15.05.1937, in: A LUTA, 27.06.1937, p. 02.

antiga capital do estado, que, cerca de 60 anos antes, teria nascido ao pé de uma quixabeira lendária. Sobre essa audiência pública em que Simão Dias defendia-se como réu numa ação proferida pela família Rabelo, falaremos mais adiante.

Simão Dias era filho de um guerreiro, membro das tropas francesas, saqueadoras do pau-brasil no litoral de Sergipe, com uma índia, provavelmente, membro de uma das tribos da costa sergipana. Seu pai foi um dos poucos aventureiros que escapou do morticínio de 1586, na Serra da Cajaíba, uma batalha travada entre as tropas lideradas por Luiz de Brito, Governador da Bahia, os índios e os aventureiros franceses, da qual saíram derrotados. O soldado francês e sua índia abaís fugiram em direção às matas, chegando mais tarde à região onde se ergueu o centro urbano do município de Itabaiana. Nesta época, ela já estava grávida, e chegando ao pé de uma quixabeira, deu luz a um menino, vindo a falecer minutos depois do parto. No seu primeiro ano de vida, Simão Dias foi amamentado por uma cabra que era criada próxima a árvore secular. A Cabra tanto se afeiçoou ao menino, que o acalentava, e nas horas certas, dava-lhe os peitos a criança, como se fosse sua própria mãe. Um ano após seu nascimento, o menino perdeu também seu pai, porém, de causa mortis desconhecida. Conta a lenda, que a cabra continuou a alimentá-lo, até que ele pôde dispensar os carinhos e cuidados dela. A data do nascimento de Simão Dias, segundo a lenda, remonta ao ano de 1594, cinco anos após a fundação da capitania de Sergipe del Rei. Segundo a narrativa de Sebrão Sobrinho,

“comerciavam os franceses com os índios sergipanos uma luta conjunta para invadir a Bahia. Um desses franceses tinha como amante uma índia abaís, nos limites de Itabaiana, talvez alguma vestal da tribo encarregada de guardar a bebida dos deuses. Eis que chega, em 1586, a expedição de Luís de Brito, a qual afugenta os aliados, vencendo-os em diversas escaramuças. Numa dessas lutas, deserta o francês. Acompanhava-o a Querida que, lancinada de agonia, deu à luz a uma criança do sexo masculino, abaixo de frondosa catingueira, falecendo em consequência do parto. Acostumara o providente desertor a uma cabra vir amamentar ao recém-nato, e essa o fazia até quando alguém o recolheu, dando-lhe o nome de Simão Dias Francês, porque o pai, também, falecera um ano depois” (SOBRINHO, 2003, p. 215),

Alguns aspectos desta lenda nos remetem a fundação de Roma, capital da Itália, que tem como protagonistas os irmãos gêmeos Rômulo e Remo, filho do deus Marte e da jovem Reia, que os vendo ameaçados de morte pelo rei Amúlio, esconderam-nos em um cesto e lançaram-nos nas águas do Rio tigre. Rômulo e Remo foram salvos por uma loba, que os amamentou, e em seguida, foram criados por um casal de pastores. Adulto, Rômulo matou Remo e se tornou o primeiro rei de Roma, oito séculos antes de Cristo⁹. Em suma, a coincidência das lendas é notória, exceto que Simão Dias foi amamentado por uma cabra, enquanto que os gêmeos do rio Tigre por uma loba.

⁹O mito da origem de Roma, in: ALVES, Alexandre. OLIVEIRA, Leticia Fagundes. História Conexões. 1ª ed. São Paulo. Moderna Plus, 2010, p. 118.

Simão Dias Francês – A lenda que se tornou História viva nas Mattas do Caiçá

Segundo CARVALHO, os primeiros pesquisadores de Itabaiana no início se preocuparam mais em contar fatos da história de Simão Dias do que do próprio município. Dentro do que se escreveu sobre o assunto, o vaqueiro foi o primeiro itabaianense civilizado nascido naquela região. Descrevendo o ilustre sertanejo com aproximadamente sessenta anos, segundo as informações ditas pelos antigos colonos e que foi descrito primeiro por Dr. José Joaquim de Oliveira, em seguida, citado pelos cronistas itabaianenses, e DEDA, na sua obra *Simão Dias: Fragmentos de sua história*, sem o uso de nenhum registro fotográfico do então vaqueiro, diziam que ele era um sujeito alto e desempenado, vigoroso e bem nutrido. Tinha olhos gázeos e sombreados por vastas sobranceiras grisalhas, testa larga e espaçosa, ligeiramente enrugada por sulcos horizontais e paralelos, tanto mais superficiais quanto mais próximos *synciput*, onde brilhava uma calva respeitável que lhe levava a melhor parte dos cabelos da frontaria.

Carvalho Déda, em uma de suas publicações do jornal A SEMANA, intitulada “Um retrato de Simão Dias”, apresenta algumas versões de seus antigos biógrafos. Segundo ele, **“Para alguns, Simão Dias nascera em uma casa modesta no lado de uma quixabeira que existiu até o ano de 1850 ao lado da Matriz de Itabaiana, tendo sido criado sem pai, sem mãe, sem amparo de ninguém, até que tornou-se um homem e dedicou-se a profissão de vaqueiro. Para outros, até o ano de 1607, Simão Dias residia em São Cristóvão, onde prestou muitos serviços a S. Majestade, tendo por isso obtida, de sesmária, três léguas de terras devolutas. Para outros ainda, Simão Dias não era senão um aventureiro sem família e sem religião definida, que aqui viveu explorando um pequeno negócio a beira da estrada, para os lados do “Meio Alqueire”** (A SEMANA, 13.10.1946, p. 01). Seu pai, nome desconhecido nas crônicas da qual se fala do vaqueiro, era um aventureiro que escapou de um morticínio na Serra da Cajaíba, entre as tropas de Luiz de Brito, os índios e os franceses, fato já mencionado anteriormente. Segundo Carvalho Lima Junior, os mais velhos contavam que Simão Dias era filho bastardo de um francês, que desertando das fileiras dos índios de Mupapena, por ocasião de um ataque das tropas de Cristóvão de Barros a esta aldeia, em 1590, salvara sua vida e refugiaram-se nas grutas salitrosas da serra da Cahyba (JUNIOR, 1927, p. 15). É certo que a história de Simão Dias se mistura lendas e fatos reais. Isso confunde a sua verdadeira biografia. Difícil precisar onde termina a lenda e onde começa a história, mas as informações obtidas a respeito deste vaqueiro, que deu origem ao município nas fronteiras oeste de Sergipe existiram, e fazendo um apanhado de informações mais concretas de sua vida, é possível escrever sua história real.

Não se tem dúvida de que Simão Dias era filho de um soldado francês que chegou às terras sergipanas numa das caravelas que visitavam constantemente o nosso litoral em busca do pau-brasil, antes da guerra de conquista iniciada, em 1575, pelo governador Luiz de Brito. Os franceses chegaram a futura capitania de Sergipe del Rei antes da colonização portuguesa e aqui praticaram o escambo com os nossos índios, principalmente os Tupinambás que viviam na costa, até os lusitanos resolverem povoar e defender a terra que julgavam ser deles.

Sua mãe era uma índia, não se sabe de qual aldeia sergipana. De uma relação amorosa entre o francês e a aborígene nasceu Simão Dias. Assim, o sobrenome Francês, do qual é conhecido, era procedente de seu pai. O caboclo Simão Dias Francês nasceu em Itabaiana, no ano de 1594, depois que seus pais conseguiram fugir dos ataques surpresa na Serra da Cajaíba, localizada nas terras integrada ao futuro município itabaianense, e lá permaneceu até 1637, época que se mudou para as Mattas do Caiçá. Sua mãe morreu de parto e seu pai morreu quase um ano após, sendo ele adotado por uma família de caboclo do Arraial de Santo Antônio, onde mais tarde se tornou vaqueiro de Braz Rabelo Falcão. Segundo OLIVEIRA (1867), durante a contestação da família Rabelo, representada por um de seus sobrinhos que o acusava de desviar o gado, Simão Dias fez declarações sobre sua infância, dizendo que perdera pai e mãe dentro do primeiro ano de vida, ficando órfão e abandonado, chorando de fome e de frio. Casou-se com Maria Damiana, em 1631, uma jovem natural de São Cristóvão, freguesia onde também realizou o seu enlace matrimonial. Ela, católica fervorosa, resignou-se de bom grado a substituir a lançadeira de tecelão pela vida no campo, e tornar-se a única companheira de toda a sua vida. O casal não teve filhos, por isso toda história está voltada apenas para vida a dois.

Simão Dias administrava a fazenda do mercador Braz Rabelo, que vivia com sua família na capital baiana, vindo a esta capitania de Sergipe apenas para ver como estava sua criação e fazer a quartiação usual do gado ao seu principal gerenciador. Em 1632, por exemplo, Braz Rabelo veio a Itabaiana entregar a Simão Dias sessenta cabeças de gado, quantia exata do salário equivalente a quartiação que o mesmo devia a seu vaqueiro. Após o retorno de Braz Rabelo a Salvador, Simão Dias continuou administrando por mais cinco anos, organizando a fazenda, tomando conta do gado, sempre obedecendo à ordem expressa de seu patrão, até que chegaram, em novembro de 1637, Christóvão Rabelo e o irmão Francisco Gonçalves Rabelo, sobrinho do seu empregador, requerendo como agente de seu tio, a posse da administração da fazenda e do gado, destituindo o vaqueiro do aludido cargo (JUNIOR, 1927, p. 27). Neste mesmo ano, as hostes invasoras do Conde Maurício de Nassau, sediadas no forte de Maurício (atual Penedo/AL) e comandadas por Schkoppe cruzaram o rio São Francisco e invadiram o território sergipano, que, em consequência da União Ibérica, Portugal e suas colônias estavam sob o domínio dos espanhóis, inimigos dos holandeses. Os colonos inicialmente viram a velha Itabaiana ameaçada com uma ordem do Conde de Bagnuolo¹⁰, que se ocupava apenas em arranjar provisões para seus exércitos à custa dos lavradores e criadores sergipanos. Esta ordem transmitida pelo capitão do exército D. João d'Estrada mandava os itabaianenses separar os gados e levar para o Rio Real, sob a pena de prisão, castigos e confisco se não o fizesse dentro do prazo de 30 dias. Os colonos também sofriam riscos por parte dos holandeses que já conhecia a fama de Itabaiana, criadora de gado e possuidora de ouro nas suas serras. Eles não facilitariam a vida de seus colonos, já que além da pirataria, costumavam destruir currais para alimentar suas tropas.

¹⁰ Giovanni Vicenzo de San Felice (João Vicente de São Félix), Príncipe de Monteverde. Veio ao Brasil como sargento-mor do Regimento de Nápoles, ligado a Coroa espanhola, enviado ao Brasil por D. Filipe IV (III de Portugal), com o objetivo de combater os holandeses que se tinham estabelecido na Bahia (1625). Um dos seus maiores feitos foi a defesa da cidade do Salvador, em 1638, data da segunda invasão holandesa, que teve como recompensa o título de príncipe e um morgadio em Nápoles. Em 1636 assumiu o comando do sistema de guerrilhas, realizando inúmeras incursões pela zona açucareira de Pernambuco, inclusive com assaltos, depredações e incêndios de engenhos e povoações dominadas pelos holandeses, sendo, pois, um dos responsáveis pelos flamengos terem abandonado Alagoas. Combateu ainda os holandeses em Sergipe e, pela segunda vez, na Bahia (BARROS, 2005, p. 115-116).

Sob a ordem de Braz Rabelo, Simão Dias, aos 43 anos de idade, e sua esposa, resolveram refugiar-se nas florestas do Sertão do Vasabarris. Antes de providenciar a viagem para as matas onde já se fixavam os remanescentes dos Tapuias, Simão Dias, previdente e preocupado com um futuro desconhecido, resolveu desfazer dos bens que não podia levar consigo. Combinou com Damiana a venda das propriedades que possuíam em São Cristóvão e Itabaiana, acautelando o futuro e assegurando seus bens contra os prováveis assaltos durante as invasões, ou sob prováveis consequências das mesmas. Damiana, por sua vez, lembrou-se do francês Alberto Guillet, de quem eram amigos, mas Simão Dias a convenceu que era melhor vender a seu vizinho Gaspar da Cruz Porto Carreiro, um dos concessionários das terras na Serra da Tabanga, por carta de 30 de agosto de 1625, com Pedro Figueiredo e Domingos da Cruz Porto Carreiro. Então a casa seria oferecida ao seu vizinho e os terrenos poderiam ser vendidos ao francês ou a quem mais interessar. Sobre estes bens do casal, JUNIOR no artigo “Município e Cidade de Simão Dias”, localiza as casas de Itabaiana na Rua de Baixo ou Rua de São Francisco, e os terrenos de São Cristóvão, no Jordão (1927, p. 21). A venda destas propriedades ocorreu 15 dias antes do prazo estabelecido em edital do Conde de Bagnuolo, que ordenava a separação e retirada de parte dos gados de Itabaiana para o Rio Real.

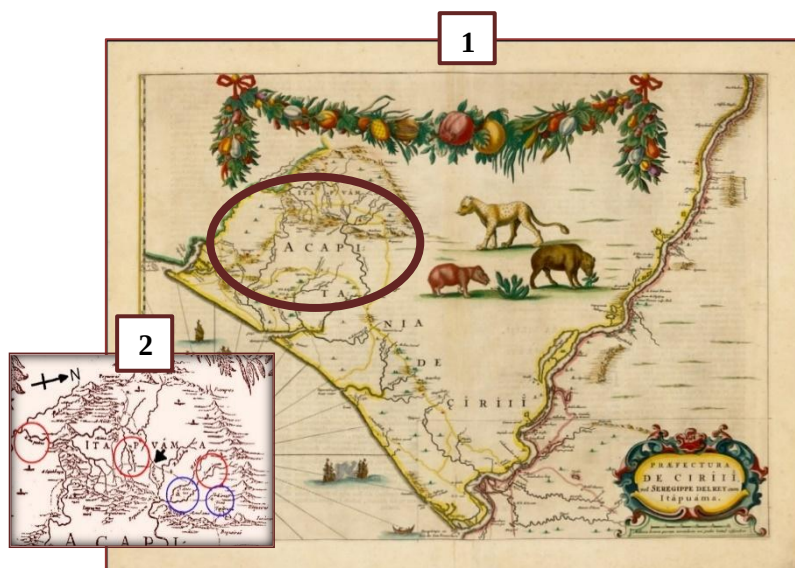


Figura 1–Mapa da Capitania de Sergipe del Rei, de Gaspar Barléu, de 1640. Nele, se localiza os feitos praticados no governo do Conde Maurício de Nassau. Em destaque: Itapuama, como era também conhecida Itabaiana em documentos oficiais.

Figura 2 –Ampliação da área correspondente ao futuro município de Itabaiana. Estava a serviço de Maurício de Nassau, governador dos invasores da Companhia das Índias Ocidentais, dá aqui destaques de vários topônimos, quase todos de origem indígena. Nos círculos vermelhos, à direita, o Rio das Pedras; ao centro, o Riacho Tapuias e à esquerda, o Rio Iacaraacica (Jacarecica). Nos detalhes em azul, mais ao centro, a ermida primitiva de Itabaiana (Igreja Velha) à época ainda conhecido como Povoado de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, no local (seta em preto) para onde confluem as estradas que vem de São Cristóvão (à esquerda) e a que ia para o sertão — rota de fuga de Simão Dias para o lugar cuja cidade hoje tem seu nome. No círculo azul da esquerda a localização da residência de Simão Dias em Itabaiana.

Disponível em: < <http://www.cmitabaiana.se.gov.br/itabaiana-em-1640.html> > Acesso em: 05 ago. 2015

Desde os primeiros pesquisadores que dissertaram sobre a história de Itabaiana e a enigmática origem de Simão Dias Francês, uma das questões mais discutidas são as três cartas de sesmarias de donatários com o mesmo nome do vaqueiro. A aparição de outro Simão Dias

ou Simão Dias Fontes, no final do século XVI e início do século XVII, descarta a chance de estar se falando em Simão Dias Francês, já que este, nesse período, ainda era criança. As concessões destas cartas de sesmarias correspondem aos anos de 1599¹¹, 1602¹² e a última, de 1607¹³, que para JUNIOR,

“Pela data do seu nascimento, que remonta ao anno de 1594, não sendo ele em nossa história colonial o primeiro que apparece com o nome de que usou, forçoso é crer fosse filho de Simão Dias que, já sendo casado e habitante na Capitania, quando obteve a sesmaria de 1599, e sendo esta localizada no Cahype, junto ao Rio Santa Maria, naturalmente chegou até Itabayana com outra concessão, tendo sido provavelmente o primeiro povoador da região quando nasceu Simão Dias Francez, e que este nome não tenha a origem achada pelo Dr. Oliveira, sendo oriundo, porém, por parte materna, pois haviam francezes em Sergipe por ocasião da conquista.” (1927, p. 30).

Segundo Carvalho Lima Junior, o donatário da primeira sesmaria está fora de cogitação, quanto aos outros sesmeiros, segundo DEDA, ele estabelece a dúvida, porque estão localizadas na região do Vasabarris, próximo a São Cristóvão (1967, p. 22). Porém, se estas concessões foram dadas depois do nascimento de Simão Dias Francês e o próprio dissera que seu pai morrera no seu primeiro ano de vida, como menciona Dr. José Joaquim de Oliveira, em seus manuscritos, então, é sumariamente descartada a relação de paternidade.

É importante frisar, que nosso Simão Dias era vaqueiro de profissão e não donatário, visto que naquela época ser possuidor de sesmarias requeria da pessoa, no mínimo, ter vínculo ou negócios com a coroa, além disso, teria que participar do processo de colonização do qual o rei de Portugal decidiu implantar no Brasil. Embora existam divergências e dificuldades para distinguir a veracidade da relação entre os três sesmeiros com o Simão Dias Francês, e alguns historiadores argumentem fragilmente essa ligação, a versão mais absurda que se faz sobre o assunto refere-se à negação de sua existência elidida pelo pesquisador Padre Dr. João de Mattos Freire de Carvalho, que para ele, o certo seria outro Simão Dias que chegou a estas paragens em meados do século XVIII para o XIX. Na Obra Mattas de Simão Dias de 1915, O Padre Dr. João de Mattos afirma:

“O primeiro documento que se refere a este nome é a Acta dos Camaristas do Lagarto em 1757 se dividindo com Geremoabo ‘por mata a quem chamam matta de Simão Dias’ (...) Todos os documentos e sesmarias de 1757 para traz, abrangendo a zona dessas mattas onde estão a serra do Coité e serra do Capitão etc, sem declarar o nome posterior Mattas de Simão Dias, provam que só começou a existir este nome de 1757 por diante; (...). A origem desta denominação Mattas de Simão Dias (...) começando do meiado do século 18, quando instalou-se na margem do rio Cayçá, uma legua perto delas, um indivíduo chamado Simão Dias; que, se tornando conhecido dos transeuntes longiquos, ao irem para suas transacções entre Lagarto e Geremoado, era repetido de bôcca em bôcca como lugar de pousada junto as aguadas do Cayçá” (1915, p. 81-82).

¹¹ Simão Dias, casado e morador na capitania, concessionario de meia legua de terras pelo 2º Capitão-Mór Diogo de Quadros, em 16 de agosto de 1599, correndo rumo direito, nas cabeceiras de Manuel Aimoré e Gaspar de Souza. (JUNIOR. In: Rev. IHGS, 1914, p. 128-149).

¹² Simão Dias, concessionario pelo mesmo Diogo de Quadros em 02 de janeiro de 1602, de meia legua de terras devolutas na Pitanga, perto de São Christóvão, e portanto, do Rio Santa Maria. (IDEM).

¹³ Simão Dias Fontes concessionário com Christóvão Dias e Agostinho da Costa, de 03 leguas de terra em quadro por carta do Capitão Mór Antonio Pinheiro de Carvalho, de 29 de fevereiro de 1607, no valle do Vasa-Barris. (IBIDEM).

Na afirmação acima, o padre Dr. João de Mattos menciona a ausência de documentação da qual se refere o Sertão do Vasabarris como Mattas de Simão Dias no período anterior ao ano de 1757. Porém, é insensato desconsiderar a sua chegada em 1637 e sua importância histórica nesta região. Não seria necessária a imediata denominação de Simão Dias às Mattas do Caiçá durante sua estada nestas paragens. DEDA conclui que o autor de *Mattas de Simão Dias*, em suas pesquisas, talvez estivesse mais preocupado em ressaltar a primazia do Capitão Manoel de Carvalho Carregosa e Ana Francisca de Menezes, fundador e doador da Capela de Sant'Ana, e enaltecer a figura do casal, justificando a infeliz ideia da mudança do nome da cidade de Simão Dias para Anápolis, fato que ocorreu em 25 de outubro de 1912. Enfim, sendo ele a figura que deu o nome as terras do Caiçá, mesmo com sua história arraigada de mistérios e farpas, Simão Dias Francês, com sua força de trabalho e economia pôde converter seu ganho em bens, o que resultara nas propriedades que tentou vender antes de sua vinda para as Mattas do Caiçá, e, posteriormente, as que adquiriu neste território.

Assim que efetuou as vendas, Simão Dias começou a separar todo o gado que conduziria a caminho do oeste, e Maria Damiana, ao anoitecer, foi arrumar as velhas bruacas de couro cru e uma tosca cruz de madeira, símbolo de sacrifício e fé, uma relíquia sagrada que acompanhava o casal desde muitos anos. Eles partiram de Itabaiana a caminho do oeste, margeando os rios Vasabarris e Piauí, transpuseram o rio Lomba, até chegar ao destino previsto. Aqui chegando, deparou-se com os índios Tapuias, que embora amedrontados com a presença do casal e vice-versa, não apresentaram nenhuma resistência, e de forma serena, conviveram pacificamente, até os nativos tomar caminhos diferentes e se afastarem das margens do rio Caiçá. Simão Dias Francês e Maria Damiana cuidaram de edificar os currais e seu pequeno rancho, colocando numa das paredes a cruz que os acompanhavam, cuja proteção viveram por muito tempo.

Tendo já se estabelecido e fixado residência no Sertão do Vasabarris, e o Capitão Bagnuolo sabendo de sua retirada com parte do rebanho de Braz Rabelo para cá, no dia 20 de junho de 1637, enviou as Mattas do Caiçá um de seus soldados com a ordem para Simão Dias lhe entregar parte do gado dos currais de seu patrão. O infante Manoel da Affonseca, que fazia parte da Companhia do Capitão João d'Estrada encontrou o vaqueiro sentado à porta de sua casa, fumando seu cachimbo. Apeou-se em frente, e sem cerimônia, tirou do bolso a ordem de seu general. Apresentou-se e leu a intimação que lhe ordenava entregar cinquenta cabeças de gado. Simão Dias, porém, muito à vontade, interrogou-o sobre as novidades da Capitania, que prontamente lhe respondera, informando-o acerca da presença holandesa nas fronteiras de Sergipe. O fâmulos de Braz Rabelo dissertou sobre o assunto, dando a entender que ele tinha conhecimento sobre a bravura dos superiores da guarda luso-espanhola. Devido à ordem não estar assinada pelo Conde Bagnuolo, e sob ameaças de que se não fosse liberada as reses o próprio seria preso, Simão Dias Francês questionou sobre a veracidade da intimação e da farda do infante, e por prudência pediu que o soldado assinasse um recibo para que lhe desse a segurança de que as ordens foram atendidas. Na saída, o soldado Manoel da Affonseca escreveu algumas linhas, mas justificando que a ordem não tinha sido cumprida por completo, já que pela pressa do retorno não conseguiram reunir todo gado exigido pelo General. Há evidências de que Simão Dias forneceu gado para as tropas espanholas comandadas por Bagnuolo durante a insurreição, sob a ordem de Braz Rabelo. TELLES cita o documento incompleto que comprova esta afirmação, extraído do Livro de notas do Cartório de São Cristóvão:

“Escriptos lançados nesta nota de mim tabelião por despacho do juiz ordinário gaspar Maciel vilas-boas. Diz simão dias francês que por acostar a hua causa que tras com bras rabelo flaquão lhe é necessário justificar hus escritos que lhe derm no tempo do conde banholo de guado que lhe tomaram do partido que vinha do tido brasrabello que somente per hurrol em que vinham nomeadas as pessoas vinha coalquer ajudante do conde e coalquer soldado e mandava vaquejar aos moradores e levava o guado que queria e somente lhe dava hu escrito dos quais tomava, etc.” (TELLES, 2013, p. 133).

O Capitão Gaspar Maciel Vilas-Boas era o Juiz Ordinário de São Cristóvão, em 1655, época em que ocorreu a contenda da família Rabelo contra Simão Dias. A nota acima descrita faz parte do relatório do Juiz sobre as provas apresentadas pelo vaqueiro durante sua defesa, da qual enfatizaremos mais à frente. Em 17 de novembro de 1637, o General Sigismundo Von Schkoppe, no comando de 3.500 homens, transpôs a barra do Vasabarris e de surpresa ocupou São Cristóvão sem sofrer nenhuma resistência. Dias antes de sua chegada e já sabendo da aproximação das tropas holandesas em Sergipe, a tropa espanhola de Bagnuolo, espalhados pelo interior da Capitania, destruíram os campos, as colheitas e as criações de gado de parte deste território, sendo Itabaiana a região mais atingida por causa da fama das minas de ouro. Seu objetivo era para que as forças inimigas não tirassem proveito do que encontrasse. Bagnuolo também autorizou a remoção do gado para margem sul do Rio Real, encarregando o Capitão Alberto Fernandes para a dita missão, ocorrida nos dias 02 a 13 de novembro de 1637. Na primeira data foi retirado o gado repartido aos moradores de Itabaiana e Braz Rabelo, e na última, foram retiradas cento e cinco cabeças de gado dos currais de Braz Rabelo que Simão Dias tinha a cargo.

Tornando a história de Simão Dias Francês, não há registro fotográfico, nem descritivo de sua residência. Porém, CASCUDO (1985, p. 6-7) relata a simplicidade da casa de um vaqueiro, do qual utilizaremos como referência para compreendermos melhor como viveu o casal nesta região. A casa do vaqueiro era simples, a porta de entrada dava para a sala da frente chamada de varanda. Nela tinha uma mesa, cabides para arreios, tamboretas ou bancos e cadeira de couro macia. Era composta por camarinhas, com baús de pregaria com roupas, sendo a maior delas, dos donos da casa. Havia dispensa onde se guardava o queijo trepado no jirau, os surrões com farinhas e garrafas de madeira. Nos fundos ficavam o curral das ovelhas, cabras, porcos e galinhas. Ao lado direito, na frente da casa, o curral de pau-apique, com porteira gemedora. Certamente a residência de Simão Dias tinha alguns aspectos diferentes. Além dos currais para o gado e o celeiro das provisões na parte lateral da casa, o vaqueiro erigiu um casarão amplo e uma vendola anexa à sua residência, já que ele, com sua visão empreendedora, aproveitou-se da razoável população consumidora que veio povoar anos mais tarde as Matas do Coité e arrabaldes, e que se abastecia de gêneros de primeira necessidade em Lagarto. Ele também transformou sua propriedade numa tapera e pousada que servia de rancho para os viajantes distantes, fadigados das longas caminhadas através dos sertões de Jeremoabo ou mais além, encontrando ali hospitalidade para si e seus animais.

Para BARRETO (1967, p. 21), a casa de Simão Dias era o ponto certo para os tropeiros, comerciantes, comboieiros, transportadores de mercadorias, portadores de notícias diversas, que varavam as longínquas estradas desertas e poeirentas da região inóspita e quase selvagem

dos sertões de Sergipe e Bahia. Nas frondosas árvores, os viajantes armavam redes e improvisava o seu fogão, onde preparavam suas refeições, como feijão tropeiro. Regada de um tipo de aguardente, ao anoitecer, acendiam a fogueira para se aquecer, comiam a gostosa refeição na hora da ceia e soltavam suas baforadas fumaças de seu cachimbo, e na manhã seguinte, seguiam viagem. Os tropeiros eram homens fortes, corados, robustos, que se trajavam de roupa de mescla, e seus animais traziam peitoral de couro. Caminhavam cantando suavemente seus versos e trovas toscas e tocando sua sineta, da qual de longe já anunciavam sua vinda. Chegando a residência do vaqueiro, embaixo da copa da árvore, eles faziam as refeições. Enquanto seus animais descansavam, eles dormiam na tapera, aguardando a manhã seguinte¹⁴. Simão Dias conseguiu com a força de trabalho poupar e fazer uma boa fortuna, que para aqueles tempos de sobriedade patriarcal era difícil. Ele receava que acontecesse com seus bens o mesmo que acontecera com o gado de Braz Rabelo, se tornando vítima das consequências de guerra, seja quem fosse o vencedor.

Retomando a contestação da família Rabelo contra Simão Dias Francês dita anteriormente, segundo Carvalho Lima Junior, em meados do ano de 1655, durante o governo de Dr. Gaspar Rodrigues Seixas¹⁵ e do Juiz Ordinário Gaspar Maciel Villas-Boas, o vaqueiro foi acusado de desviar o gado de seu empregador. Nas Mattas do Caiçá, estava ele em frente de sua casa, de onde se via uma capelinha, e mais dispersas, umas casinhas de palha onde moravam alguns colonos que foram povoando aos poucos a região, cultivando o solo, desbravando a área para criar o gado, como assim o fez. Era a hora do almoço, o vaqueiro estava vestido em um cumprido quimo de pataval usado, envolto em um capote de camaleão azul, devido ao frio, sentado no alpendre de sua casa pastoreando suas ovelhas, as quais eram incorporadas ao rebanho de gado que pastava as margens do Caiçá. Um cavaleiro se achegou, apeou seu cavalo e lhe entregou uma ordem do Senhor Juiz Ordinário da Comarca de São Cristóvão, onde o reclamante Braz Rabelo Falcão, mercador de panos e morador da cidade de Salvador, acusava-lhe de extraviar a dezoito anos atrás, umas cabeças de gado, na qualidade de vaqueiro de seus currais de Itabaiana. Ao ouvir as acusações injuriosas, Simão Dias ficou indignado, mas em tom sereno perguntou-lhe ao mensageiro quem era a pessoa encarregada pela ação em São Cristóvão e foi prontamente informado de que era o sobrinho do seu antigo empregador Christóvão Rabello Falcão. Simão Dias tinha para sua segurança um livro de conta e os arquivos de todas as transações que fizera, desde a entrada e retirada dos gados até as vendas dos produtos comercializados em sua vendola e o controle da própria produção agrícola. Ele começou a fazer este controle desde a sua chegada as Matas do Caiçá. Os documentos mais antigos estavam amassados, mas em bom estado, tanto que pode levá-los e apresentá-los diante do Meritíssimo Juiz da Comarca, prestando-lhe conta do que era necessário no processo. Entre tantas notas, virando e revirando os arquivos, Simão Dias soube fazer sua defesa, mostrando aos presentes que nada mais devia à família do ex patrão.

¹⁴ SILVA, Alexandre Cardoso. Os Tropeiros. In: O Ideal. Órgão mensal do Grupo Fausto Cardoso. Ano VIII. Anápolis, 01 de outubro de 1942, p. 04.

¹⁵ JUNIOR, também faz citação do que diz Felisbello Freire em sua obra "História de Sergipe" onde afirma que nesta época, quem exercia o cargo de governador, era o Capitão-Mor Manoel Pestana de Brito, nomeado em 09 de março de 1654 e deposto em 02 de outubro de 1655. Essa asseveração é admitida na obra "Sergipe Colonial I" de NUNES, onde complementa que Manoel Pestana liderou uma revolta contra as autoridades metropolitanas de São Cristóvão, sendo em seguida destituído do cargo pelo Governador-geral Conde de Athoughia. (JUNIOR, 1914, p. 09-48; NUNES, 1989, p. 233-234).

A audiência estava marcada para o dia 08 de junho no Palácio do Conselho do Senado da Câmara de São Cristóvão. Lá estavam presentes as partes interessadas: o procurador, o sobrinho de Braz Rabelo e Simão Dias Francês. Nos principais acentos estavam presentes as autoridades cível e religiosa: o governador, o Vigário Sebastião Pedroso de Góis e o letrado João Soares Terra de Barbuda, este último era o advogado que representava Christóvão Rabello Falcão. A população acotovelava-se no saguão que precedia a sala do Conselho, curiosos não só pela solenidade, mas para ver o Paço que tinha acabado de ser construído e decorado luxuosamente. O Palácio do Senado da Câmara tanto servia para as audiências dos Juizes Ordinários, como também para o Conselho da Câmara e cadeia. Dado o sinal da abertura da audiência, Simão Dias foi chamado para fazer sua defesa. Tranquilo, calmo e seguro do que ia falar, começou a fazer um histórico de sua vida, seu nascimento na quixabeira, a morte de seus pais e sua infância sofrida até ter se tornado o homem honrado, a sua dedicação ao ofício de vaqueiro onde trabalhava sem cessar, conservando suas economias até ter se tornado abastado e respeitado pela sua probidade moral. Com idade de quase 61 anos, soube fazer sua pequena fortuna valorizando a confiança que o depositaram, impoluto na administração dos bens alheios. A acusação de estelionato feita a ele era ultrajante, por isso estava a juízo para limpar a mancha, prestando-lhes contas à Justiça. Terminado sua defesa, se voltou para Christóvão Rabello Falcão e falou do prazer de encontrá-lo para esclarecer de uma vez, os fatos conturbados. Para ambos também estava se dando a chance de se conhecer, principalmente a Christóvão, que o julgava de maneira vil do roubo do gado do tio. Em seguida, sob a ordem do juiz, assumindo ele o papel de seu advogado de defesa, passou a interrogar Christóvão Rabello, fazendo relato da época da invasão holandesa, onde neste período, uma das fazendas do patrão as margens do Paraná-açu, estava a cargo dele e de seu irmão Francisco Gonçalves Rabello; e que, para salvar os bens do tio, em março de 1637, seguiu o Conde Bagnuolo junto a outros fazendeiros, de Porto Calvo¹⁶ até a Vila de São Cristóvão, trazendo consigo uma fortuna móvel, receosos das hostilidades da guerra. Dias depois, acompanhou os soldados luso-espanhóis às campinas de Itabaiana até que cessasse a guerra.

Simão Dias continuou o relato e apresentou as provas, enquanto aqueles que o assistiam, se mantinham silenciosos e atentos. Christóvão Rabello, por outro lado, se perdia em argumentos, afirmando o que não podia negar e negando no que era possível. Durante o interrogatório, Simão Dias também falou que a saída dele para as Matas do Caiçá foi em comum acordo com o sobrinho que representava o patrão, já que Braz Rabelo estava na capital baiana, e ele não podia naquele momento estar na administração da fazenda, nem responder por ela, no caso da invasão. Ele citou o nome de Sebastião Carvalho, Manoel de Souza, Gaspar da Silva e seu irmão Francisco Gonçalves Rabello, como testemunhas, já que estavam presentes no momento em que a administração da fazenda passou para as mãos de Christóvão, com mais de cento e cinquenta cabeças de gado, além das cinquenta cabeças que tinha sido entregue aos soldados para a sustentação do exército. Concluindo o interrogatório e as provas de sua inocência, Simão Dias voltou-se para o Juiz Ordinário e falou que cinco anos antes, em 1632, Braz Rabelo o procurou em Itabaiana para pagar a ele sessenta cabeças de gado, equivalente ao pagamento de seu “salário”, mediante a quartiação da cria usual, reforçando que nada saía da fazenda durante a sua administração, sem a ordem do dono. Pediu, em seguida, ao

¹⁶ Bagnuolo fugiu de Porto Calvo/Alagoas depois de perder para os holandeses, deixando inclusive, às margens do Rio São Francisco, as bagagens que foram tomadas pelo Conde Maurício de Nassau (CASCUDO, Luiz da Câmara. Geografia de Sergipe no Domínio Holandês. In: Revista do IHGS, 1942, p. 01).

presidente da audiência, que juntasse as provas aos autos, incluindo a declaração escrita e assinada pelos sobrinhos de terem recebido o gado, além das cinquenta cabeças de gado, levada pela tropa de Bagnuolo. Simão Dias leu também, pausadamente, o papel assinado por Manoel de Affonseca, soldado da companhia de João D'Estrada, quando no tempo da invasão, chegou até as Mattas do Caiçá para apanhar o gado. Em “História Perdidas” de Dr. José Joaquim de Oliveira, ele apresentou o texto lido pelo vaqueiro, conforme fora escrito pelo alferes:

“Digo eu Manoel da Affonseca, soldado da companhia de D. João D'Estrada, que eu fui por ordem do Sr. Conde buscar gado e tomei dez cabeças do gado que Simão Dias tem a cargo de Braz Rabello, os quaes são de entrega, digo vaccas. Hoje, 30 de outubro de 637. – Manoel da Afonseca” (OLIVEIRA, 1867. In: DIÁRIO DA MANHÃ, 18.10.1912, p. 02).

Simão Dias ainda apresentou mais dois recibos, segundo ele, com letra e firma reconhecida pelo tabelião João Carvalho da Costa, que se referia à remoção do gado de Itabaiana e dos currais que estava em sua custódia, ambos assinados pelo ajudante das tropas de Bagnuolo, o Capitão Alberto Fernandes. E como Christóvão Rabello alegava que não se lembrava de muita coisa, ainda estava sob o poder do vaqueiro, o documento que comprovava a veracidade dos fatos contados por ele, assinado pelo requerente do processo e as testemunhas citadas, quando houve a transferência da administração da fazenda. Ei-lo:

“Dizemos nós Cristóvão Rabelo e Francisco Gonçalves Rabelo que vindo nós de retirada do rio S. Francisco à casa do sr. Simão Dias com a gente do nosso tio Braz Rabelo requereu Simão Dias Francês que tomasse entrega e retirássemos o gado do dito nosso tio Braz Rabelo porquanto o sr. Conde Banholo tinha mandado botar um bando que toda a pessoa que tivesse gado na Itabaiana de partido ou seu o retirasse para a outra banda do Rio Real dentro em 30 dias sô pena de o mandar tirar à custa do dono do gado e ser preso e castigado conforme lhe parecesse e depois do dito bando logo mandou o capitão D. João de Estrada com soldados à mesma Itabaiana a notificar os moradores retirassem os ditos gados sô pena de logo serem executados na dita pena e o dito Simão Dias vendo o pregão requereu aos procuradores do dito senhor mandassem retirar o dito gado por se não perder e os ditos procuradores responderam de palavra e por escrito pelo qual contará quando for tempo que o entregou a Cristóvão Rabelo e a Francisco Gonçalves visto ser lícito retirassem o dito gado aliás digo se ele não pode ser bom às suas causas quanto mais às do dito senhor. Assim logo começaram a retirar o dito gado com brevidade assim de entrega como de multiplicações o qual nos entrega o dito Simão Dias 90 cabeças de multiplicações convém a saber 60 fêmeas e 30 machos das quais lhe virei dar partilha logo que for assim lícito. Assim nos entregou mais 44 vacas de entrega, assim mais nos entregou 4 novilhos da entrega assim mais 2 novilhos da dita entrega que mandei dar ao dízimo que vem a ser seis e mais nos entregou uma vaca que se matou para a gente e por assim se passar na verdade rogamos a Sebastião Carvalho este fizesse e assinasse como testemunha com as mais abaixo assinadas. Declaro que soma as cabeças que recebemos do dito Simão Dias assim da entrega como das multiplicações ao todo 150 cabeças e assim não tiramos mais da entrega por estarem umas paridas e outras abicadas a parir hoje 15 de novembro de 637 anos. – Sebastião Carvalho, Cristóvão Rabelo, Francisco Gonçalves, Manoel Souza, Gaspar da Silva” (OLIVEIRA, 1867. In: DIÁRIO DA MANHÃ, 18.10.1912, p. 02; 19.10.1912, p. 02).

Diante das provas confirmadas e testemunhadas pelo público numeroso que o assistia, o juiz Gaspar Maciel Villas-Boas deu por encerrado o julgamento. Dois dias depois, em 10 de junho de 1655, a sentença correu de boca em boca pelos quatro cantos da cidade, absolvendo

Simão Dias Francês e condenando o requerente a pagar todos os custos do processo. Christóvão Rabello Falcão que ainda poderia recorrer contra a decisão do Juiz desistiu da apelação. Quando chegou ao cartório para pagar os custos do processo, soube que as contas já estavam pagas pelo próprio Simão Dias, além dos honorários do advogado, ambos os valores repassados pelo Vigário de São Cristóvão, que era amigo de Braz Rabelo, e que foi procurado pelo vaqueiro, assim que o Juiz deu por encerrada a querela. Simão Dias confiou ao Padre Sebastião Pedroso Góes, Vigário da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória de Sergipe del Rey, às razões pelo qual estava efetuando todos os gastos do processo no lugar de seus mal-sins, mas lhe pediu segredo. O sobrinho de Braz Rabelo, quando soube que o Vigário intermediou o pagamento da dívida sem revelar seu benfeitor, procurou de imediato o sacerdote. Ele logo lhe contou toda a história, dizendo que Simão Dias Francês, aos 12 anos de idade, fez uma promessa a Deus de que, se ele fosse guiado na vida pelos caminhos da verdade, perdoaria todas as ofensas que lhes fizessem, além de pagar quaisquer gastos caso algum ofensor faça contra ele. E, em seguida, lhe entregou uma carta assinada pelo vaqueiro, a qual foi transcrita nas notas históricas de Carvalho Lima Junior:

“Sr. Christóvão Rabello. Muito meo Sr. a quem venero. — A mim contarão que vossa-mercê desistia da acção que me propõe o Sr. seo tio. Fica-me no coração este favor. Rogo a vossa mercê, que acceitando o papel incluso, mande-o lançar em livro de notas e remetta o original ao Sr. Braz Rabello. Seja a paz do Senhor com vossa-mercê, que espero me dará muitas occasiões do seu serviço. — E sou de v. m. seu creado e venerador. — Simão Dias Francez — S. Christóvão, 10 de junho de 1655” (JUNIOR, 1927, p. 28).

Simão Dias também deixou escrito, em seu nome e em nome de sua esposa Maria Damiana, que não guardaria rancor de Braz Rabelo e sua família, e perdoaria todas as injúrias acomedidas contra ele. Eis o texto na íntegra:

“Por este por mim tão somente assignado, digo eu Simão Dias Francez por mim e como procurador bastante que sou de minha mulher Maria Damiana que de minha livre e boa vontade dou perdão ao Sr. capitão Braz Rabello Falcão mercador da Bahia do Salvador qualquer offensa ou agravo que dele tenha tido não só pelo amor de Deos como por affecto a sua pessoa e assim lhe dou esse perdão de oje para todo sempre de sorte que em nenhum tempo por mim nem pela dita minha mulher e herdeiro e successores lhe possa ser pedida ou demandada qualquer reparação ou restituição e mim obrigo em meo nome e da dita minha mulher herdeiro e successores a ter e manter por bom firme e valioso este dito perdão e nem ir em todo ou em parte contra elle e peço as justças de sua majestade que sendo caso que pela minha parte aja alguma querella ou denunciação contra o dito Braz Rabello é minha vontade que lhe deem favorável livramento porquanto é esta a minha vontade, e quero que valha o dito perdão com todas as solemnidades de direito em certeza do que fiz este por mim feito e assinado em Sergipe de El-Rei aos 10 de junho de 1655 – Simão Dias Francez” (JUNIOR, 1927, p. 28-29).

Na mesma noite que Simão Dias confidenciou ao Padre, dando-lhe o dinheiro para pagar as despesas do processo e do letrado, e também a missiva que seria remetida à Christóvão Rabelo, ele voltou de imediato a sua casa nas Matas do Caiçá. Embora no texto supracitado Simão Dias Francês mencione “herdeiros” e “sucessores”, na sua história não foi encontrado nenhum registro oficial de seus descendentes. A própria história omite qualquer informação sobre o que foi feito de suas terras e propriedades depois de sua morte, pelo menos até o processo de repovoamento perpetrado pela família do Capitão Manuel de Carvalho Carregosa. Pela forma segura de se expressar durante a Ação Judicial, com porte de homem e de

cultura intelectual, sendo ele um vaqueiro simplório que teve uma infância difícil, sem a tutela e os cuidados dos pais, não se sabe dizer onde e como Simão Dias aprendeu a ler. O cronista Dr. José Joaquim de Oliveira nos conta sobre a querela e a defesa de Simão Dias muito bem estruturada, talvez querendo romantizar todo o momento histórico, sem esquivar da verdade e do fato ocorrido. Se quando criança ele teve uma criação e uma esmera educação propedêutica, a história não conta, nem o próprio discorreu em suas declarações durante a audiência. Porém, seu contato com os letrados, com quem conviveu durante o seu ofício de vaqueiro e as inúmeras ocasiões que passou com diferentes viajores que se hospedaram em sua residência nas Mattas do Caiçá, sendo ele um observador e atento a tudo que ocorria a sua volta, soube então absorver tais conhecimentos a seu favor. Após seu retorno, sem mais débitos com a família de Braz Rabelo, Simão Dias continuou vivendo nas terras às margens do Caiçá, plantando e colhendo para suas necessidades, criando seu gado, negociando e hospedando tropeiros e caixeiros em sua residência. Outros colonos, que viviam nos arredores, nas trilhas coleadas das estradas, em suas pequenas habitações rudes de paredes de sopapos e suspensa a uma janelinha estreita, viviam da agricultura e de sua pequena indústria pastoril, colaborando proporcionalmente com a formação de uma pequena comunidade que aos poucos se formavam. Tempos depois, quando Maria Damiana morreu, Simão Dias a sepultou numa humilde cova próximo a sua residência, onde já havia uma capelinha erigida. A sepultura ficou marcada com a cruz trazida pelo casal de Itabaiana, que permaneceu por muito tempo exposta ao sol e a chuva. Quanto ao vaqueiro, não se sabe quando e onde morreu, e muito menos onde descansam seu corpo. Sabe-se apenas que partiu no anonimato, sem descendentes.

A história das Matas de Simão Dias abre-se uma lacuna, sem informação e com ausência de documentos num longo período que vai além de um século. Após a morte de Simão Dias, a modesta capelinha, existente nas proximidades de sua casa, servindo a credence religiosa pelos poucos habitantes da povoação, foi adotada como um patrimônio de terras e gados, pelo Capitão Manoel de Carvalho Carregosa e Anna Francisca de Menezes, que havia adquirido por compra aos moradores do Lagarto.





CAPÍTULO III

**O ADVENTO DA GESTÃO POLÍ-
TICA SIMÃODIENSE: DOS CON-
SELHOS DE INTENDENTES MU-
NICIPAIS AOS EDIS DA NOVA
REPÚBLICA**



Imagem da Praça da Matriz (1892). A foto revela também parte da fachada da antiga Capela e o antigo campanário, aonde viria a ser edificada a atual Igreja Matriz de Sant'Ana.
Arquivo particular de Jorge Barreto Matos



A instalação da Vila de Senhora Sant'Ana e a gênese política-administrativa de Simão Dias

“Os nossos vindouros [...] saberão que jamais desprezamos as origens de nossa história local, os bons atos de nossos patrícios, os seus nomes e de suas famílias, por modestos que fossem, desde que hajam tomado parte no concerto de nossa sociedade. [...] Quando tem sido preciso formar em colunas ou em multidão, os simão-dienses sabem como formar e marchar ao som dos acordes que recebem das nobres causas a enfrentar, dos deveres sagrados a cumprir, dos supremos motivos a considerar. Todos sabem se movimentar como soldados numa batalha. [...] A essa terra assim plasmada por circunstâncias tão felizes, meus patrícios, cabe-nos amá-la aos extremos de nossos sacrifícios. [...] Amar a pátria é obedecer às suas leis e às suas autoridades constituídas; é receber como exemplo o que por ela fizeram os seus filhos consagrados; é venerar a memória de seus grandes homens; é não só conhecer a significação espiritual de seus símbolos, como ainda colocar-se a serviço deles, mesmo sem solicitação [...]”.

Trecho do discurso do desembargador Dr. Gervásio Prata no Centenário da Freguesia de Senhora Sant’Ana, em 05/02/1935, publicado pela revista do IHGSE, Nº 18. Vol. XIII. Pág. 49; 55.

Devido à ausência de documentos oficiais sobre a história política-administrativa de Simão Dias, não foi possível completar todas as informações referentes aos governos nomeados ou eleitos por votos diretos, principalmente no período em que a Vila da Senhora Sant’Ana era administrada pela Câmara Municipal e nos primeiros anos após a sua emancipação. DEDA já havia adiantado sobre a carência de registros históricos, visto que grande parte destes tinham desaparecidos, seja por meio de traças ou incinerados sob a alegação de higienização. Assim, somando-se aos dados relevantes extraídos das obras de Carvalho Déda e Jorge Barreto Matos, dos diversos jornais do estado e local, e dos documentos guardados no Arquivo Público Estadual de Sergipe e na Prefeitura Municipal de Simão Dias, foi parcialmente possível listar as respectivas Juntas Governativas do Município, eleições, posses dos eleitos ou nomeados e os períodos de cada mandato.

A povoação de Simão Dias tornou-se vila em 15 de março de 1850. Por meio da Resolução Nº 264, do presidente da província de Sergipe, o bacharel Dr. Amâncio João Pereira d’Andrade, a freguesia de Simão Dias foi elevada à categoria de vila com a denominação de Villa de Senhora Sant’Ana de Simão Dias. Segundo a Resolução supradita, decretada pela Assembleia Legislativa Provincial e sancionada pelo presidente da província, determinava-se que:

“A Assembleia Legislativa Provincial.

Resolve:

Art. 1. Fica elevada a Cathégoria de Villa a Freguesia da Senhora Sta. Anna de Simão Dias pertencente ao Município do Lagarto.

Art. 2. Sua denominação será a de – Villa de Senhora Sta. Anna de Simão Dias –.

Art. 3. Os limites de seo Termo serão os da Freguezia.

Art. 4. O Governo da Província providenciará para que se proceda a eleição da respectiva Câmara Municipal, para ter lugar a instalação da referida Villa.

Art. 5. Revogão-se as disposições em contrário. Salla das Reuniões
Assembleia Provincial de Sergipe, 14 de março de 1850.

José Francisco de Menezes Sobral, Presidente

Francisco Gonçalves da Cunha, 1º Secretário

Antônio da Costa Andrade, 2º Secretário.”

(O CORREIO SERGIPENSE, 20.04.1850, p. 01).

É importante notar que Antônio da Costa Andrade, o segundo secretário citado no documento, era o Pároco da Freguesia de Senhora Sant'Ana e um dos mais interessados na fundação da aludida vila. Como Deputado Provincial, ele encaminhou um Projeto que desprendia da receita o imposto de 2:500\$00 (dois mil e quinhentos Réis), por cada rez morta comercializada em Simão Dias, para ser aplicado nos reparos e conclusão da Igreja Matriz. Esta Resolução foi sancionada pelo Presidente da Província, em 19 de fevereiro de 1851, e entrada em vigor assim que foi instalada a Câmara Municipal. Com a Povoação de Simão Dias emancipada politicamente e com a criação da Exatoria Provincial desta Vila, a arrecadação dos impostos coletados e a arrematação da percentagem desprendida da receita para as obras da Igreja passou a ser decidida pela vereança de Simão Dias, e não mais por Lagarto.

O Padre Antônio da Costa Andrade havia tomado posse da Paróquia de Senhora Sant'Ana em 1839, mas sua provisão como pároco só ocorreu em 16 de maio de 1840. Era natural de Laranjeiras/SE, filho do capitão Manuel Victorino de Faro Leitão e Maria Rosa do Espírito Santo, nascido em 20 de julho de 1813. De grande influência em toda a província de Sergipe e no Império, como religioso recebeu diversos títulos: Vigário Geral e Delegado Visitador da Comarca Eclesiástica do Bom Conselho, Mestre de Cerimônias, Honorário do Sólido Arquiepiscopal pelo Excelentíssimo e Reverendíssimo Arcebispo da Bahia; foi agraciado com o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo e o de Cônego Honorário da Sé Metropolitana (Capela Imperial), através de Sua Majestade, o Imperador Dom Pedro II. Para a área da Educação, ele foi designado para o cargo de Comissário de Instrução Pública; assumiu a função de Subinspetor Literário e de Delegado Literário da Vila de Simão Dias. Como Deputado Provincial ocupou por quatro vezes o cargo, nos anos de 1846-1847, 1850-1851, 1864-1865 e de 1868-1869, sendo, que a primeira vez, foi como Suplente. O Cônego Andrade faleceu em 17 de outubro de 1882, tendo seu corpo sepultado na Igreja Matriz, no jazigo que ele mesmo mandou construir.

Depois de sancionada a Resolução Nº 264, de 15 de março de 1850, o governo provincial notificou a Câmara Municipal de Lagarto sobre a recém criada vila de Simão Dias. E para que se instalasse oficialmente, deu ordem aos camaristas lagartenses, para que, no dia 02 de junho de 1850, fosse providenciada a eleição da Câmara Municipal, tendo em vista as disposições do Título 4º, da Lei de 19 de agosto de 1846. Como os Camaristas de Lagarto se posicionou contrário à criação da vila de Simão Dias, o presidente da província autorizou o primeiro Juiz de Paz José Zacharias de Carvalho, a encaminhar todos os procedimentos cabíveis para a realização das eleições de vereadores, dentro do prazo de 30 dias, contando com a data em que ele foi oficiado. Assim, a primeira eleição de vereadores da vila de Senhora Sant'Ana foi realizada em 16 de junho de 1850, dando o primeiro passo para a sua emancipação política. O jornal O CORREIO SERGIPENSE, de 26 de junho de 1850, publicou a Ata da apuração oficial dos eleitos a vereadores da vila de Senhora Sant'Ana, dirigida pelo Juiz de Paz José Zacharias de Carvalho, também presidente da Assembleia Paroquial da Freguesia.

“O cidadão José Zacarias de Carvalho, Juiz de Paz Presidente da Assembléa Parochial da Freguesia de Santa Anna de Simão Dias, pela Lei &c. Faço saber que procedendo-se nesta freguezia a eleição de vereadores para a câmara municipal d'esta villa, creada posteriormente a ultima eleição geral de 7 de setembro, obtiverão votos os cidadãos seguintes: – Francisco de Paula Vieira Gatto 202, Felix José de Carvalho 199, Pedro Vidal de Oliveira 192, João da Fonseca Doria 191, José Felipe de São

Tiago 190, Theotonio José de Oliveira 189, Alexandre Ferreira Dias 180, José de Mattos Freire de Carvalho 51, Antonio Jorge de Mattos 45, Manoel Correia de Jesus 39, Victorino José da Rocha 39, Adriano Ferreira da Circuncisão 36, Manoel da Fonseca Dória 37, Lourenço Pereira Bahia 35, Ignácio Antonio de Loyola 32, Antonio José do Espírito Santo 32, Domingos Francisco Gonçalves 32, Antonio Manoel da Cruz 31, Antonio José das Virgens 31, José Ferreira de Jesus 31, Antonio Joaquim da Rocha 31, João José Alves de Araújo 6, o vigário Antonio da Costa Andrade 1, Antonio Mathias Fonseca 1. – Cujá votação apenas concluída por deliberação da mesa, e de conformidade com o artigo 109 da lei regulamentar das eleições se faz pública pelo presente, que será affixado na porta principal da Igreja Matriz desta freguesia, e publicada pela imprensa na capital da província para noticia de todos. Villa de Senhora Santana de Simão Dias 18 de junho de 1850 – José Zacarias de Carvalho, Presidente da Mesa Parochial.” (O CORREIO SERGIPENSE, 26.06.1850, p. 04).

A Câmara Municipal de Lagarto só concluiu a apuração dos votos em 20 de outubro de 1850. Apesar do atraso, até 26 de fevereiro de 1851, os vereadores eleitos da vila de Senhora Sant’Ana de Simão Dias ainda não tinham sido empossados. Pressionados pelo presidente da província, a Câmara Municipal de Lagarto expediu os resultados finais em 09 de março de 1851. Sem encontrar nenhum obstáculo que impedisse os vereadores eleitos e seus suplentes a tomarem posse e prestar o devido juramento, o presidente Dr. Amâncio João Pereira de Andrade deu a ordem para que os Vereadores fossem oficialmente empossados e a Câmara Municipal instalada, fato ocorrido em 29 de abril de 1851. Segundo o officio da egrégia Casa da Câmara, enviado ao presidente da província, os vereadores empossados foram Francisco de Paula Vieira Gatto, Felix José de Carvalho, Pedro Vidal de Oliveira, João da Fonseca Dória, José Felipe de São Tiago e Alexandre Ferreira Dias. Ei-lo:

“Ilmo. e Ex^o Senr.

Apressa-se esta Camara em fazer sentir a V.Ex^a que no dia 29 do mês, teve lugar a sua posse, e q’ estando, como se acha p’ 1^a vez reunida, faz com o mais importante dever subir ao conhecimento de V.Ex.^a, que outros não são os sentimentos que a dejás (sic) e domínio, se não o ter em vista exactamente cumprir as ordens, que lhe forem por V.Ex^atransmittidas, desempenhar as obrigações e promover os meios de sustentar a felicidade pública deste muni^o, quanto couber em suas attribuições. Possuído ainda deste programina, ainda ainda avança offercer a sua decidida coadjuvação ao esclarecido governo de V.Ex^a.

Deos Guarda a V.Ex^a Paço da Camara Municipal da V^a de S. Anna de Simão Dias 1^o de maio de 1851.

Ilmo. e Ex. Senr. Doutor Amancio João Pereira de Andrade Presidente desta Província

Francisco de Paula Vieira Gatto, P.

Félix José de Carvalho

José Felipe de STiago

João da Fonseca Dória

Pedro Vidal d’Oliveira

Alexandre Ferr. Dias”.

(ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE (APES). Coleção Sebrão Sobrinho. Vol.: 27. Notação Atual: 805. Ano 1851.

Apesar do nome do cidadão Theotônio José de Oliveira não ser citado no officio acima, ele foi o sexto vereador mais votado e tomou assento posteriormente, completando o quadro de camarista da vila, que, na época, era composto por sete legisladores.

Devido a povoação de Simão Dias ter sido elevada à categoria de vila dois anos depois de ocorrer a última eleição municipal da província, a duração do mandato destes Vereadores

durou apenas um biênio. No dia 07 de setembro de 1852 todas as vilas da província de Sergipe realizaram as eleições para escolher seus respectivos vereadores e juizes de paz. No transcorrer do processo eleitoral, houve uma série de conflitos entre os membros dos partidos liberais e conservadores, que culminou numa dúplici eleição, uma presidida pelo juiz de paz José Zacharias de Carvalho, e a outra, por Paulo Freire de Mesquita Junior, segundo juiz de paz de Lagarto. Para entender melhor a intervenção de juizes de Lagarto em determinados eventos políticos desta vila, é importante ressaltar que, apesar de elevada à categoria de vila, Simão Dias ainda era distrito da comarca de Lagarto, pelo menos até ser elevada a Termos Judiciários especiais, provida de juizes letrados ou togados, por Decreto Geral Nº 2.483, de 28 de setembro de 1859, como veremos no capítulo seguinte.

O presidente José Zacharias de Carvalho, depois de formar a mesa e instalar a Assembleia eleitoral, assinou a primeira Ata e retirou-se do edifício da Igreja Matriz, que, por Lei, era o lugar designado para a realização das Eleições Paroquiais. Segundo conta, dali ele foi para outro lugar, para fazer uma duplicata com seus correligionários. De acordo com a versão do jornal O CORREIO SERGIPENSE, de 13 de outubro de 1852, o aludido Presidente não aceitou os eleitores escolhidos para compor a Mesa Paroquial e ainda fez a chamada dos votantes usando uma lista que trazia na algibeira. Os eleitores e suplentes que formavam a Mesa não aceitaram o fato, e, por essa razão, José Zacharias de Carvalho abandonou o recinto para fazer separadamente outra eleição, que foi considerada clandestina. Diante da reação de Juiz e sem os demais Juizes presentes, a Mesa Paroquial continuou a funcionar sob a presidência do segundo Juiz de paz de Lagarto, que concluiu tranquilamente os trabalhos eleitorais. Em 09 de novembro de 1852, o Presidente da Província Dr. José Antônio de Oliveira Silva decretou nula a eleição realizada na Casa da Câmara pelo Juiz José Zacharias de Carvalho e deu ordem aos Vereadores da Vila para fazer uma nova apuração, dentro do prazo de 45 dias, dos votos sufragados no edifício da Matriz. Não obedecida as ordens, o Presidente da Província, decidiu suspender os Vereadores de suas funções legislativas, e deu ordem aos Suplentes para assumir os respectivos cargos, até ocorrer a posse dos novos eleitos. Neste caso, coube ao Capitão José de Mattos Freire de Carvalho, Vereador Suplente mais votado, o cargo de Presidente da Câmara. Depois de prestar juramento e assumir a Presidência, foi feita a convocação dos demais Suplentes, em ordem de votação: Antônio Jorge de Mattos, Manoel Correia de Jesus, Adriano Ferreira da Circuncisão, Manoel da Fonseca Dória, Lourenço Pereira Bahia e Ignácio Antônio de Loyola. O Suplente Victorino José da Rocha havia falecido no dia 10 de junho de 1851. Sendo assim, coube ao seu imediato, assumir seu lugar. O Governo Provincial foi notificado, por ofício datado de 27 de novembro de 1852, que os novos membros da Câmara haviam prestado juramento e entrado no exercício de suas funções.

Quanto aos eleitos no pleito de 07 de setembro de 1852, após apurada a eleição que se procedera na Matriz, o Governo Provincial deu ordem para que fossem emitidos novos editais, declarando vitoriosos, todos os cidadãos que obtiveram maior número de votos, e, que no prazo de 15 dias, fossem expedidos os diplomas aos Vereadores e Juizes de paz eleitos. Aqui não foi possível listar o nome de todos os cidadãos que serviram a Vila de Simão Dias durante o quadriênio 1853-1856, exceto, o dos camaristas **Tenente Antônio Joaquim da Rocha (Presidente da Câmara), Antônio Rodrigues da Cruz, Antônio Ferreira dos Santos, Maximiano José de Góis e Antônio da Cruz Nascimento**, que foram citados na Ata de Apu-

ração dos votos para eleitores que serviram no quadriênio 1857 a 1860, datada de 16 de novembro de 1856; e o do **Capitão Francisco José do Espírito Santo e Souza**, que foi citado no jornal O CORREIO SERGIPENSE, de 05 de março de 1853, quando foi recusado para assumir as funções de administrador da obra e conclusão da Igreja Matriz, pois, em observância ao Art. 08, da Resolução Nº 309, de 19 de fevereiro de 1851, nenhum membro da Câmara Municipal poderia ocupar a respectiva função. Nas tabelas, a seguir, apresentamos parcialmente a composição da Câmara Municipal da Vila de Senhora Sant'Ana de Simão Dias, de 1857 a 1889, quando findou o regime imperial e instalou a República no Brasil:

TABELA 01

PERÍODO	VEREADORES	PARTIDO	FUNÇÃO
1857-1860	Tenente Antônio Joaquim da Rocha	Conservador	Presidente
	Antônio Manuel de Carvalho	Liberal	Membro
	Pedro Alexandrino de Andrade	Liberal	Membro
	José Narciso de Menezes	Liberal	Membro
	Antônio Martins da Fonseca	Conservador	Membro
	Francisco Mathias dos S. Fernandes	Liberal	Membro
	Maximiano José de Góis	Liberal	Membro

Fonte: Sessão Extraordinária da Posse dos Vereadores, de 07 de janeiro de 1857.

Segundo o relatório expedido ao Governo Provincial pelo Secretário da Câmara Municipal Serapião Lupércio Pereira (Professor de Francês e Latim da Vila de Simão Dias), em 20 de junho de 1857, o quadro de Vereadores Titulares e Suplentes de Simão Dias, eleitos para o quadriênio 1857-1860 era composto por: **Tenente Antônio Joaquim da Rocha, Presidente; Antônio Manuel de Carvalho, José Narciso de Menezes, Pedro Alexandrino de Andrade, Antônio Martins da Fonseca, Francisco Mathias dos Santos Fernandes e o Tenente João José Álvares de Araújo, Titulares; e Maximiano José de Góis, José Alves da Annuniação, Félix José de Carvalho, Alexandre Magno Ribeiro, Antônio Ferreira dos Santos, Ignácio Antônio de Loyola e o Alferes Carlos Zacharias de Souza, Suplentes.** Nesta lista oficial, não consta o nome do maestro **José Felipe de São Tiago**, citado entre os camaristas que aprovaram o Código de Postura Municipal, de 22 de fevereiro de 1860; nem o nome de **Antônio Francisco de Paula**, citado na Sessão Ordinária de 04 de janeiro de 1861, que relatou ao Presidente Dr. Thomaz Alves Júnior, a situação da economia local e das estradas que ligam a Vila de Senhora Sant'Ana de Simão Dias a Capital da Província. No primeiro ano de mandato, os Vereadores **Pedro Alexandrino de Andrade e Antônio Manuel de Carvalho** assumiram a Presidência da Câmara, sendo que este último, ocupou a cadeira por mais vezes.

O Vereador **Pedro Alexandrino de Andrade**, juntamente com os cidadãos **José Narciso de Menezes** e o Professor **Francisco Mathias dos Santos Fernandes**, ambos do Partido Liberal, foram impedidos de exercer seus mandatos, depois da nomeação do Presidente Conservador João Dabney d'Avelar Brotero, empossado em 05 de agosto de 1857. Eles haviam tomado posse e exercido seu mandato no primeiro ano deste quadriênio, como foram registrados em diversos Ofícios despachados para o Presidente da Província, e que atualmente fazem parte

do Acervo Documental do APES. No dia 27 de maio de 1858, o então Governador da Província havia notificado aos camaristas sobre suas suspensões e autorizou a Câmara a dar posse aos seus imediatos. Segundo o Ofício, José Narciso de Menezes não poderia sequer ser eleito, já que nem mesmo foi qualificado como votante durante a eleição de primeiro grau, pela qual o povo elegeria seus representantes para a escolha dos Vereadores e Juizes de Paz da Vila¹⁷. Sem argumento aplausível, a suspensão de Pedro Alexandrino de Andrade foi anulada. Ele aparece como Vereador Titular em diversas sessões da Câmara, além de notas publicadas no jornal CORREIO SERGIPENSE, como na edição de 17 de outubro de 1859, que tratava da comissão de cidadãos eleitos para recepcionar as Majestades Imperiais durante a sua visita a Província de Sergipe. Nesta publicação, outros cidadãos são citados como camaristas da Vila de Simão Dias, eleitos Vereadores no pleito de 07 de setembro de 1856: **Antônio José das Virgens, Lourenço Pereira Bahia, Quintiliano José do Nascimento, Antônio Rodrigues da Cruz e José Felipe de Sant'Iago**, este último foi anteriormente citado.

José Alves da Annuniação era o primeiro suplente mais votado e foi o primeiro a suceder José Narciso de Menezes, antes mesmo de sua suspensão definitiva. De acordo com a Ata da Sessão Extraordinária, de 23 de novembro de 1857, José Narciso era criador de gado vacum na Fazenda Campo Limpo, deste Termo, e proprietário de algumas casas dentro desta Vila. Aqui ele residia a mais de cinco anos com sua família, e, por isso, teve seu nome incluído na lista geral de votantes, o que por Lei, lhe qualificava para concorrer ao pleito nas eleições municipais. É verdade que o mesmo também possuía plantações e criações de gado vacum e cavalos no lugar Samba, da Freguesia de Riachão, mas foi nesta Vila que ele e sua família decidiu fixar residência. Apesar deste argumento, a suspensão de seu mandato para este quadriênio foi mantida. Contuso de seus direitos, dias depois, José Narciso decidiu mudar-se com sua família para a Freguesia de Riachão.

A razão do impedimento do Professor Francisco Mathias dos Santos Fernandes foi diferente. Além de sua destituição das funções de Vereador, ele também foi exonerado do cargo de segundo suplente de Subdelegado da Vila de Simão Dias, no dia 30 de maio de 1858, por não poder acumular cargos que fosse incompatível com a função de Professor Público, da qual ele já exercia nesta Vila desde 20 de agosto de 1849. Durante o primeiro processo, o professor Francisco Mathias ainda argumentou que Antônio Joaquim da Rocha pôde regularmente acumular funções de seu posto de Tenente da Guarda Nacional do município com as de Vereador, mas, em contrapartida, o Presidente da Província rebateu dizendo que, de acordo com a Resolução de 09 de setembro de 1833, Parágrafo 10, e do Artigo 15, Parágrafo 1º, da Lei Nº 609, de 19 de setembro de 1850, neste caso era permitido o acúmulo voluntário de cargos. A Portaria de 04 de agosto de 1834 também afirmava claramente que não havia incompatibilidade alguma, quando o mesmo indivíduo acumulasse funções de Vereador e de Posto Oficial da Guarda Nacional, bem diferente de situação de Francisco Mathias, que era professor público¹⁸. Diante deste ultimato, coube ao professor renunciar ao cargo de Vereador, mantendo-se apenas na função de catedrático.

Nas disputas eleitorais de 07 de setembro de 1860, houve mais uma possível fraude, envolvendo o Presidente da Câmara e os dois primeiros Juizes de Paz da Vila de Simão Dias.

¹⁷ CORREIO SERGIPENSE, 04.09.1858, p. 01

¹⁸ CORREIO SERGIPENSE, 21.08.1858, p. 01

Segundo consta no jornal CORREIO SERGIPENSE, por razões de doença, Antônio José do Espírito Santo, que ocupava a função de 1º Juiz de Paz, não compareceu à Igreja Matriz para presidir a Mesa Paroquial e foi substituído pelo seu imediato, o Juiz Francisco Antônio de Loyola. Diante de algumas agitações, Loyola também retirou-se do recinto, dando a entender que fosse fazer uma segunda eleição. O 3º Juiz de Paz, Francisco Antônio de Oliveira, acabou assumindo seu lugar na Mesa Paroquial até o fim do pleito.

No dia 22 de setembro de 1860, o Presidente interino da Câmara, Antônio Manuel de Carvalho e os Vereadores Antônio José das Virgens, José Alves da Annuniação e Pedro Alexandrino de Andrade, reuniram-se no Paço da Câmara para dar posse ao 4º Suplente de Juiz Municipal e de Órfãos, José Zacharias de Carvalho. Durante a Sessão Extraordinária, foi entregue na Casa da Câmara, a Ata da eleição de Vereadores e de Juiz de Paz, cuja apuração estava marcada para o dia 01 de outubro. Em 27 de setembro de 1860, o Governo da Província comunicou ao Tenente Antônio Joaquim da Rocha, que recebeu uma denúncia feita por Antônio Manuel de Carvalho, José Alves da Annuniação, Pedro Alexandrino de Andrade e Maximiano José Gois, relatando que o mesmo havia se esquivado de participar da Sessão da Câmara para não empossar o Juiz José Zacharias de Carvalho, e para não receber o Livro de Ata da eleição de Vereadores e Juizes de Paz. A referida Ata seria aquela realizada por Francisco Antônio de Oliveira.

Naquela ocasião, na qualidade de Presidente da Câmara, era pretensão do Tenente Antônio Joaquim da Rocha fazer a apuração apenas da outra eleição realizada por Francisco Antônio de Loyola. Neste caso, o Governo da Província determinou que, mesmo contra a sua vontade, ele deveria estar presente durante o processo de apuração do dia 01 de outubro, devendo ela ocorrer sob sua Presidência, e, ao mesmo tempo, submeter-se a decisão dos demais membros do Legislativo, se devia ou não ser apurada a dupla eleição, que por ventura aparecesse. Por fim, independentemente de sua vontade e de qualquer decisão que ocorresse na Sessão, a Ata deveria ter sua assinatura. Durante o processo de litígio entre os dois grupos políticos e a validação da eleição, o Governo imperial determinou que os Vereadores e Juizes de Paz eleitos, enquanto houvesse dúvidas a respeito da apuração, não poderiam ser diplomados nem empossados. Enquanto isso, permaneciam no exercício de suas funções, os Vereadores e Juizes do último quadriênio. De acordo com a Resolução de 06 de fevereiro de 1861 e o Parecer da Seção dos Negócios do Império do Conselho do Estado, exarado em consulta de 15 de janeiro do mesmo ano, o Governo da Província declarou nulas a eleição presidida por Francisco Antônio de Loyola, e validou a que foi presidida pelo terceiro Juiz, sendo diplomados e empossados os Vereadores, em 19 de março de 1861, conforme discriminados na tabela abaixo:

TABELA 02

PERÍODO	VEREADORES	PARTIDO	FUNÇÃO
1861-1864	José Zacharias de Carvalho	Liberal	Presidente
	José Marçal de Araújo Andrade	Liberal	Membro
	Ignácio José de Mattos	Conservador	Membro
	Domingos José Ribeiro	Liberal	Membro
	Francisco José do N. Lubambo	Liberal	Membro

	Antônio Francisco de Paula	Conservador	Membro
	José Alves da Annuniação	Conservador	Membro

Ofício da Câmara Municipal da Villa de Simão Dias, em 19 de março de 1861¹⁹

As eleições municipais ocorridas em 07 de setembro de 1864, tiveram suas parciais divulgadas no jornal CORREIO SERGIPENSE, de 17 de setembro de 1864, pág. 04. Segundo a publicação, cada um dos cidadãos eleitos a Vereadores da Vila de Simão Dias obtiveram os seguintes resultados: **José Zacharias de Carvalho, 361 votos; José Marçal de Araújo Andrade, 360 votos; Domingos José Ribeiro, 354 votos; Ignácio José de Mattos, 345 votos; José Alves da Annuniação, 342 votos; Manuel Torres de Freitas, 339 votos; Theotonio José d'Oliveira, 337 votos; Pedro José d'Andrade, 153 votos; e Antônio Manoel da Cruz Junior, 151 votos.** Estes resultados diferem um pouco dos nomes dos cidadãos empousados no dia 07 de janeiro de 1865, conforme listamos na Tabela 03, com base no Ofício dirigido ao Presidente de Província Dr. Cincinato Pinto da Silva, em 12 de janeiro do mesmo ano:

TABELA 03

PERÍODO	VEREADORES	PARTIDO	FUNÇÃO
1865-1868	José Zacharias de Carvalho	Liberal	Presidente
	José Marçal de Araújo Andrade	Liberal	Membro
	Ignácio José de Mattos	Conservador	Membro
	Domingos José Ribeiro	Liberal	Membro
	Theotonio José d'Oliveira	Liberal	Membro
	José Alves da Annuniação	Conservador	Membro
	Manuel Torres de Freitas	Conservador	Membro

Fonte: APES. CM¹ – 53. Documento N° 275

Neste mesmo quadriênio, Titulares e Suplentes tomaram assento na Casa da Câmara, mesclando, quase, que cotidianamente, o quadro de Vereadores. Além dos citados no CORREIO SERGIPENSE e no documento de posse dos eleitos estão **Francisco José do Nascimento Lubambo, José Francisco das Chagas e José Felipe de S. Tiago.** Na ausência do Presidente José Zacharias de Carvalho, as sessões da Câmara foram presididas por seu imediato **José Marçal de Araújo Andrade**, a exemplo da Sessão Extraordinária de 17 de dezembro de 1865, que respondeu a uma circular do Vice Presidente da Província Ângelo Francisco Ramos, sobre as necessidades urgentes da Vila de Simão Dias.

A seguir, apresentamos a nova composição dos cidadãos eleitos para o quadriênio 1869 a 1872, embasado nos dados extraídos da Ata da Sessão Extraordinária de 24 de março de 1870, expedida para o Presidente da Província Dr. Francisco José Cardoso Júnior, quando tratava do envio de um novo Código de Postura para a Vila, para ser submetido à aprovação da Assembleia Provincial, assim como o balancete e despesas do ano de 1868-1869, e o orçamento para o ano de 1870-1871:

TABELA 04

¹⁹Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES). CM¹ - 53. Ano 1861.

PERÍODO	VEREADORES	PARTIDO	FUNÇÃO
1869-1872	Cândido Ferreira de Jesus	Conservador	Presidente
	José Cassiano Estrella	Liberal	Membro
	José Ramiro de Almeida	Liberal	Membro
	Antônio Ferreira dos Santos	Conservador	Membro
	Francisco de Souza Lemos	Liberal	Membro
	Francisco José do N. Lubambo	Liberal	Membro
	Martinho Celestiantino de Jesus	Conservador	Membro

Fonte: APES. CM¹ – 58. Documento N° 168. Ano 1870.

Nos acervos do APES podemos encontrar nos arquivos das Câmaras Municipais, outros cidadãos que compuseram a Casa durante o quadriênio 1869-1872. De acordo com a Ata da Sessão Ordinária, de 03 de outubro de 1871, enviada ao Presidente da Província José da Trindade Prado (Barão de Propriá), e que tratava da prestação de contas da obra do Cemitério São João Baptista, nela teve a participação dos Vereadores **Francisco Antônio de Loyola** e **Antônio Francisco de Carvalho**. É importante notar, que no primeiro ano de vereança, a Presidência da Câmara foi ocupada por **Francisco José do Nascimento Lubambo** (1869-1870) e **Francisco Antônio de Loyola** (1870-1872), enquanto que, a Vice-Presidência, ficou a cargo de **Cândido Ferreira de Jesus**. O Vereador **José Cassiano Estrella** ocupava a função de Secretário²⁰.

Para listar os Vereadores eleitos de Simão Dias, que serviram durante o quadriênio 1873-1876, utilizamos como fonte principal o diário JORNAL DO COMMERCIO, do Rio de Janeiro, que publicou um Memorandum da Câmara Municipal, enviado ao Imperador D. Pedro II, no dia 26 de novembro de 1874, solicitando a devolução de uma parte do território usurpado pela Província da Bahia, e, que, por ordem natural, pertencia a Sergipe:

TABELA 05

PERÍODO	VEREADORES	PARTIDO	FUNÇÃO
1873-1876	Coronel Francisco Antônio de Loyola	Conservador	Presidente
	Balbino José de Menezes	Conservador	Secretário
	Martinho Celestiantino de Jesus	Conservador	Membro
	Manoel Alves Maciel Colló	Conservador	Membro
	Francisco José do N. Lubambo	Liberal	Membro
	José Dias da Rocha Fontes	Conservador	Membro
	Manoel Antônio da Cruz Andrade	Liberal	Membro

Fonte: Jornal do Commercio/RJ, 10.01.1875, p. 02

Parte dos Vereadores citados na Tabela acima confere com a lista dos eleitos, publicada no JORNAL DO ARACAJU, onde nele foi apresentada a totalidade dos votos dos sete primeiros colocados: “**Coronel Francisco Antônio de Loyola, 674 votos; Alferes Pedro José d’Andrade, 640 votos; Alferes Antônio Francisco de Carvalho, 632 votos; Tenente Martinho Celestiantino de Jesus, 631 votos; Capitão Francisco José do Nascimento Lubambo, 616 votos; Tenente José Dias da Rocha Fontes, 601 votos; e Antônio Francisco dos Santos, 391 votos**” (19.10.1872, p. 02).

²⁰ APES. CM¹ – 59. Documento N° 152. Ano 1871.

No Ofício de 01 de janeiro de 1874, enviada ao Vice-Presidente da Província pela Câmara Municipal, o nome do Vereador Suplente **Francisco de Souza Lemos** também é citado no documento. Neste mesmo ano, quando a Câmara esteve sob a Presidência interina de **Antônio Francisco de Carvalho**, foi assinado o contrato com José Marçal de Araújo Andrade, para a construção do Mercado Municipal da Vila (DEDA, 1967, p. 58). O JORNAL DO ARACAJU também publicou os resultados das eleições de 08 de abril de 1877, que elegeram os Vereadores para o próximo quadriênio 1877-1882, conforme listamos a seguir:

TABELA 06

PERÍODO	VEREADORES	PARTIDO	FUNÇÃO
1877-1882	Coronel Francisco Antônio de Loyola	Conservador	Presidente
	Alferes Manoel José Ribeiro	Liberal	Membro
	Capitão Domingos José de Mattos	Conservador	Membro
	Tenente Pedro José d'Andrade	Liberal	Membro
	Manuel Hypólito R. de Moraes	Conservador	Membro
	Alferes Pedro Vidal de Oliveira	Liberal	Membro
	Pedro Dias do Bomfim	Liberal	Membro

Fonte: Jornal do Aracaju. 19 de abril de 1877, pág. 04.

O pleito que elegeriam os Camaristas e Juizes de Paz da Vila de Simão Dias estava previsto para o dia 01 de julho de 1876, como assim eram designadas as eleições municipais em todo Império. A eleição foi anulada por ordem do Presidente da Província e realizada uma outra, no dia 08 de abril de 1877. Neste dia, a população de Simão Dias escolheram não só seus Vereadores, mas também os eleitores e os Juizes de Paz. O Partido vitorioso neste pleito, figurando-se em todos os âmbitos, foi o Liberal. O Conservador **Coronel Francisco Antônio de Loyola**, recebeu uma ordem do Governo Provincial e Juiz de Direito de Itabaiana, o Bacharel José Martins Fontes, para renunciar ao cargo de Presidente da Câmara enquanto ele estivesse ocupando as funções de 1º Suplente de Juiz Municipal e de Órfãos da Vila, sendo, assim, substituído pelo segundo Vereador mais votado, o **Alferes Manoel José Ribeiro**. Segundo o comunicado, “**deve ser preferido o exercício do cargo judiciário, de conformidade com os avisos de 18 de março de 1870, 20 de junho de 1873, 26 de maio de 1876, 11 de junho e 17 de setembro de 1877 e 04 de abril de 1878, e permanecer nele até obter sua exoneração**” (GAZETA DE ARACAJU, 25.05.1878, p. 01).

O Coronel Loyola havia sido empossado para o cargo de Suplente de Juiz Municipal, desde o dia 10 de setembro de 1870, juntamente com os cidadãos Francisco de Souza Lemos, Cândido Ferreira de Jesus, Domingos José de Matos e José Freire de Carvalho. Com a nomeação do Presidente Conservador Francisco Correia de Araújo, em 01 de julho de 1877, a permanência do Coronel Francisco Antônio de Loyola na Presidência da Câmara ficou garantida, pelo menos até 25 de maio de 1878, quando seus opositores reassumiram o poder na Província e foi suspenso novamente de seu cargo, juntamente com o Vereador Capitão Domingos José de Mattos. Na Sessão Ordinária da data supradita, a presidência ficou a cargo do Alferes Manoel José Ribeiro e dois dos Vereadores Suplentes tomaram assento em substituição aos eminentes camaristas: **Antônio Bispo de Menezes e Balbino José de Menezes**.

Na Sessão Extraordinária de 20 de maio de 1877, sob a Presidência de **Pedro José d'Andrade**, a Câmara Municipal estava composta pelos Vereadores **Francisco José do Nascimento Lubambo, Martinho Celestiano de Jesus, Antônio Francisco de Carvalho, Manoel José Ribeiro, Francisco de Souza Lemos e Manoel Alves Maciel Colló**²¹. Segundo o Código de Postura da Vila de Simão Dias, de 29 de setembro de 1877, o quadro de Vereadores de Simão Dias era composto por **Francisco Antônio de Loyola, Francisco de Souza Lemos, Pedro José d'Andrade, Manoel Hypólito Rabelo de Moraes, Manoel José Ribeiro e Manoel Alves Maciel Colló**²². De acordo com a Sentença do Tribunal de Relação da Bahia, as eleições de 01 de julho de 1880 foram anuladas em 17 de setembro, e confirmada pelo Governo Provincial, em 24 de janeiro de 1881, conforme noticiou o JORNAL DE SERGIPE, de 26 de fevereiro daquele mesmo ano. Até ser designada outra data para um novo pleito, a Câmara continuou com os mesmos Vereadores eleitos de 08 de abril de 1877, conforme mostrou o Ofício expedido pela egrégia Casa ao Presidente Dr. Herculano Marcos Inglês de Souza, datado de 29 de julho de 1881. Nesta época, a Câmara era representada por **Francisco Antônio de Loyola (Presidente), Manoel Hypólito Rabelo de Moraes, Manoel José Ribeiro, Francisco de Souza Lemos, Domingos José de Mattos, Pedro Vidal d'Oliveira e Pedro José d'Andrade**.

As novas eleições municipais para Vereadores e Juizes de Paz da Vila de Simão Dias só aconteceram em 01 de outubro de 1882. Os novos edis eleitos foram juramentados e empossados para servirem durante o quadriênio de 1883-1886. No segundo ano deste quadriênio, o cargo de Presidente da Câmara foi ocupado pelo **Coronel José Zacharias de Carvalho**, conforme mostrou alguns arquivos da época, a exemplo do Ofício de 17 de março de 1884, que tratava dos balancetes e receitas da Câmara, relativos ao exercício findo de 01 de outubro de 1882 a 01 de setembro de 1883, e do Orçamento da receita e despesas para o período de 1884 a 1885, que foi enviado ao Presidente para ser aprovado pela Assembleia Provincial. No início deste quadriênio, o Cel. José Zacharias de Carvalho também foi eleito Deputado Provincial, onde tomou assento como Presidente da Assembleia em 01 de março de 1883. A Tabela 07 foi elaborada com base nos dados contidos neste e em outros documentos conservados no Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES):

TABELA 07

PERÍODO	VEREADORES	PARTIDO	FUNÇÃO
1883-1886	Capitão Domingos José Ribeiro	Liberal	Presidente
	Coronel José Zacharias de Carvalho	Liberal	Presidente
	Ezequiel Profeta do Nascimento	Liberal	V. Presidente
	Tenente Valeriano Tibúrcio da Hora	Liberal	Membro
	Coronel Francisco Antônio de Loyola	Conservador	Membro
	Alferes José Alves da Annunciação	Conservador	Membro
	Tobias Ferreira de Jesus	Conservador	Membro

Fonte: APES. CM¹ – 72-73. Ano 1884-1885.

²¹ Arquivo Público de Sergipe (APES). CM¹ - 72. Doc. 06. Ano 1877.

²² Arquivo Público de Sergipe (APES). CM¹ - 78. Doc. 02. Ano 1877-1889.

Segundo o Ofício expedido para o Presidente da Província Dr. Luiz Caetano Muniz Barreto, no dia 07 de janeiro de 1885, o **Capitão Domingos José Ribeiro** e o **Tenente Ezequiel Propheta do Nascimento** foram eleitos Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal, respectivamente. Além dos eleitos, fizeram parte desta Assembleia mais dois Vereadores, o **Tenente Valeriano Tibúrcio da Hora** e **Theotônio José de Oliveira**, que era um dos suplentes da Casa. Os conservadores **Coronel Francisco Antônio de Loyola**, o **Alferes José Alves da Annuniação** e **Tobias Ferreira de Jesus**, que estiveram ausentes no dia que ocorreu a Sessão, questionaram a veracidade desta eleição. Ambos justificaram sua ausência dizendo que não haviam sido avisados da Sessão, e que os aludidos Camaristas tinham se reunido em uma casa particular e não no Paço da Câmara, como é de praxe acontecer. Também questionaram a presença de Theotônio José de Oliveira, visto que ele, na qualidade de Suplente, não havia sido juramentado, nem empossado oficialmente para substituir quem quer que seja nas Sessões Ordinárias e Extraordinárias da Câmara.

O Capitão Domingos José Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, ordenou ao Secretário José Ricardo de Santa Anna, que respondesse o Ofício do Presidente da Província, datado de 10 de outubro de 1885, no qual buscava elucidações sobre o ocorrido, com base nos seguintes questionamentos: 1- Em que sessão foi juramentado o suplente Theotônio José d'Oliveira e por que motivo? 2- Em que lugar foi procedido a eleição que se fez em janeiro deste ano para Presidente e Vice-Presidente da Câmara que se achavam funcionando? 3- Se esta Câmara tem legalmente reunido-se no próprio edifício de suas sessões para dar seus expedientes? E a quantas sessões tem deixado de comparecer os Vereadores Francisco Antônio de Loyola, José Alves da Annuniação e Tobias Ferreira de Jesus? No dia 03 de novembro de 1885 foi emitido um parecer do eminente Secretário, conforme transcrevemos abaixo:

“Cumprindo fielmente o quanto mim foi ordenado pela presente portaria, tenho a informar o seguinte: 1º que o Suplente Theotônio José de Oliveira foi juramentado na Sessão Extraordinária de 16 de dezembro de 1884, pelos motivos dos outros Vereadores não quererem comparecer as referidas sessões, a fim de não haver número legal para a Câmara funcionar; ao 2º que a eleição que se fez em janeiro deste ano, para Presidente e Vice-Presidente da mesma Câmara foi feita no seu próprio edifício; ao 3º finalmente, que esta Câmara tem legalmente reunido-se no próprio edifício de suas sessões para ali dar o seu expediente e que os Vereadores Francisco Antônio de Loyola, José Alves da Annuniação e Tobias Ferreira de Jesus, a um ano e meio não comparecem as sessões desta Câmara sem motivo que justifique esta falta. São estas as informações que é passada a V.S.. Villa de Simão Dias, 03 de novembro de 1885. José Ricardo de S. Anna, Secretário da Câmara Municipal” (ARQUIVO PÚBLICO DE SERGIPE – APES. CM¹ - 73. Doc. 04. Ano 1885)

No ano seguinte, a Presidência da Câmara permaneceu sob a administração do Capitão Domingos José Ribeiro, apesar dos Liberais e Conservadores ainda persistirem nestas contendas, mesmo depois de ocorrer as novas eleições municipais. No dia 01 de julho de 1886, a população de Simão Dias escolheu os últimos membros que comporia o quadro de Vereadores e Juizes de Paz do Regime Imperial. De acordo com diversas Portarias e ofícios enviados à Presidência da Província, foi possível nominar todos os cidadãos eleitos a Vereadores e Suplentes da Vila de Simão Dias, ambos empossados no dia 26 de março de 1887.

TABELA 08

PERÍODO	VEREADORES	FUNÇÃO/PERÍODO
1887-1889	José Alves da Annuniação	Presidente (1887-1888)
	José Antônio de Souza Prata	Presidente (1889)
	Alferes Manoel José Ribeiro	Vice-Presidente (1887-1888) Presidente (1889)
	Antônio Alexandrino de Andrade	Vice-Presidente (1889)
	Tenente Camilo de Mattos Hora	Titular
	Alferes João José da Conceição	Titular
	Manoel Marques de Jesus	Titular
	Alferes Justino José das Virgens	Titular
	Antônio Manoel Baptista	Suplente
	Capitão Manoel Pedro da Silva	Suplente
	Aprígio José de Souza	Suplente

Fonte: APES: CM¹ - 78. Portaria: Doc. 01. Ano 1889.

O Alferes Justino José das Virgens, que também aparece na tabela acima, foi eleito depois, para ocupar a vaga do Vereador José Alves da Annuniação, que havia falecido em 28 de dezembro de 1888. Diante da morte do aludido camarista, foi marcada uma nova eleição para eleger seu sucessor, conforme ditava o Art. 206, do Decreto N° 8.213, de 13 de agosto de 1881. O pleito estava marcado para o dia 24 de fevereiro de 1889, mas nesta ocasião, os Liberais já se sentiam ameaçados. Os Tenentes Ezequiel Propheta do Nascimento e Manoel Pedro das Dores Bombinho, membros do Partido Liberal, denunciaram o Deputado Provincial Coronel Francisco Antônio de Loyola, por meio de Carta Aberta ao público, divulgada no jornal A REFORMA, de 02 de fevereiro de 1889. Num dos trechos, o Tenente Bombinho alegava que ele vinha sendo perseguido e sofrendo violência e ameaças de morte. Além disso, que ele havia sido levado à Delegacia de Polícia e lançado em um tronco, a mando do **“famigerado deputado provincial, que brazona, brada e pinoteia ter pólvora e chumbo para vencer a referida eleição” (1889, p. 03)**. Esta discussão acabou adiando a eleição, que só aconteceu em 12 de outubro de 1889.

Com a decomposição do Partido Conservador, tornou-se mais favorável à ascensão dos Liberais em Sergipe, e, consequentemente, em Simão Dias. O Governo Imperial nomeou Presidente da Província, o Conselheiro Jeronymo Sodré Pereira, que tomou posse de seu cargo no dia 05 de julho de 1889. Em vista da proposta do Dr. Chefe da Polícia, em 13 de julho de 1889, o Presidente Jeronymo Sodré exonerou o Delegado de Polícia e os Suplentes, deste Termo, nomeando para substituí-los, os Liberais Tenentes Ezequiel Propheta do Nascimento, Aprígio de Mattos Hora, Manoel Pedro das Dores Bombinho e o Alferes Manoel Joaquim de Araújo. Posteriormente, também foram exonerados o Subdelegado Antônio Marques dos Santos e seus suplentes, e nomeados para os respectivos cargos, Dionizio José de Andrade, João da Silva Vieira, Calixto de Souza Araújo e Aprígio José de Souza. Depois de feita as substituições de Delegado e Subdelegados da Vila, favorecendo os Liberais, foi designado o dia 06 de setembro para a eleição do Vereador que sucederia a vaga deixada em aberto pelo Alferes José Alves da Annuniação. Entretanto, com o agravamento da epidemia de varíola na região, surgida em agosto daquele mesmo ano, a eleição foi mais uma vez adiada para o dia 12 de outubro de 1889, sendo eleito unanimemente para o cargo, o Liberal Alferes Justino José das Virgens, tendo comparecido as urnas 96 eleitores.

Nas vésperas da Proclamação da República, os trabalhos dos Camaristas de Simão Dias ainda se misturavam as ameaças e acusações dos chefes de Partidos, sobretudo, quando se tratava da eleição para o comando da Câmara Municipal. Grupos se divergiam entre seus iguais, chegando a abandonar ou a se esquivarem de participar das Assembleias sobre quaisquer pretextos. Segundo a Portaria de 25 de janeiro de 1889 (Doc. 01), o Secretário da Câmara Cypriano José da Costa fez uma síntese dos trabalhos realizados pelos edis nas primeiras Sessões de janeiro de 1889, quando se procedeu a eleição para eleger o Presidente e o Vice-Presidente da Câmara Municipal:

“Certifico que em cumprimento da portaria retro, ao primeiro quezito, que apenas dos suplentes a Vereadores de número, foi juramentado em vinte e seis de março de mil oitocentos e oitenta e sete, o cidadão Antônio Manoel Baptista, como consta no Livro de Juramentos a folhas dezanove; Ao segundo, que a Câmara esteve reunida em Sessão Ordinária desde o dia primeiro do corrente até o dia sete; Ao terceiro, que na sessão do dia primeiro do corrente apenas leu-se um officio do terceiro Juiz de Paz em exercício, propondo a Câmara o cidadão Antônio Manoel da Cruz Junior, para escrivão de Paz deste Município. Na Sessão de dois compareceu o Procurador da Câmara Severiano Sautino dos Reis Amaral, e apresentou o balancete de receita e despesas do trimestre findo, cujo o balancete foi dado a comissão encarregada para examinar. Na sessão do dia três foi pela comissão apresentado o mesmo balancete com o Parecer, com o qual se confirmando com a Câmara, tomou as contas do Procurador. Na Sessão do dia quatro foi deixada em praça os impostos municipais que foram arrematados por deveres. Na Sessão do dia cinco nada houve. Na Sessão do dia seis marcou o senhor Presidente o dia sete para proceder a eleição do Presidente e Vice-Presidente e mandou que o porteiro avizassem aos vereadores que não se achavam presentes; Na Sessão do dia sete procedeu-se a eleição de Presidente e Vice-Presidente, nomeou-se o escrivão de Paz, por proposta do Juiz de Paz em exercício, comunicou a Sua Excelência o resultado da eleição e respondeu-se em Officio do mesmo. Ao quarto quezito que foram deixados para estas Sessões, os vereadores José Antônio de Souza Prata, Antonio Alexandrino de Andrade e Camillo de Mattos Hora. Ao quinto, que os vereadores declarados, desde que tomaram posse nunca mais compareceram as Sessões quer Ordinária, que Extraordinária, apesar de serem sempre avizados. Ao sexto, que os referidos vereadores Prata, Andrade e Mattos Hora, no dia sete do corrente não se reunirão em Casa da Câmara, antes ou depois das Sessões, para com os votados Manoel Pedro da Silva e Aprígio José de Souza para elegerem o Vereador Prata Presidente e o Vereador Andrade Vice Presidente. Ao sétimo, que quem presidiu as Sessões do dia primeiro ao dia sete foi o Vice Presidente Alferes Manoel José Ribeiro, por ter falecido o respectivo Presidente o Alferes José Alves da Annuniação. É o que tenho a certificar e dou fé. Eu Cypriano José da Costa, Secretário da Câmara que a escrevi. Simão Dias. 25 de janeiro de 1889” (ARQUIVO PÚBLICO DE SERGIPE – APES. CM¹ - 78. Doc. 01. Ano 1889).

De acordo com a Portaria Nº 03, o porteiro da Câmara José Leocádio de Souza fez menção aos Vereadores Suplentes **Capitão Manoel Pedro da Silva e Aprígio José de Souza**, que não compareceram para prestar juramento na Sessão do dia 07 de janeiro de 1889, mas se reuniram com os Vereadores efetivos **Coronel José Antônio de Souza Prata, Coronel Antônio Alexandrino de Andrade e o Tenente Camillo de Mattos Hora**, numa sessão posterior. Isso aconteceu em sua ausência, visto que ele não abriu as portas do Paço para os respectivos Camaristas. Em se tratando da Sessão presidida pelo Alferes Manoel José Ribeiro, em 07 de janeiro de 1889, ele iniciou a Sessão às nove horas e concluiu às duas horas da tarde, na qual participaram o **Alferes João José da Conceição, Manoel Marques de Jesus e Antônio Manoel Baptista**.

Mesmo diante das acusações e evidências apresentadas pelo Presidente **Manoel José Ribeiro**, e os relatos elaborados pelos funcionários da Casa, neste último ano, a Presidência da Câmara passou a ser incansavelmente disputada por ele e pelo **Coronel José Antônio de Souza Prata**, que se alternavam no poder, de forma paralela, até o advento da República, quando, por Decreto de 27 de dezembro de 1889, foi dissolvida as Câmaras Municipais e criado o Conselho de Intendência.

Evolução do Sistema Eleitoral do Império, a tensão entre os Partidos Liberais e Conservadores e a evolução dos ideais Republicanos

Para melhor compreender a composição política-administrativa da Vila de Simão Dias, é imprescindível conhecer, mesmo de forma sintética, as reformas eleitorais que veio ocorrendo no Brasil durante o Regime Imperial. A Lei Regulamentar de 01 de outubro de 1828, criou as Câmaras Municipais em cada Cidade e Vila do Império e deu formas específicas para as eleições de Vereadores, que aconteciam de quatro em quatro anos, no dia 07 de setembro, sendo antes convocadas com quinze dias de antecedência, por meio de editais afixados nas portas das Paróquias. De acordo com esta Lei, para a eleição de Vereadores havia uma relação prévia de eleitores organizada pelo Pároco da Freguesia. Todavia, só na Lei de 04 de maio de 1842, foi criado um Capítulo especial sobre como seria feito este alistamento prévio, *ex officio*.

A qualificação dos eleitores de primeiro grau, chamados “votantes”, era feita por uma Junta de Qualificação formada em cada Paróquia. Para a composição da Junta eram designados quatro cidadãos, sob a presidência do Juiz de Paz mais votado. Feita a lista geral de votantes, seus nomes eram afixados na Igreja Matriz. Quanto aos resultados das Eleições Paroquiais, estes eram apurados e, em seguida, eram declarados eleitos todos aqueles que tivessem a maioria dos votos (Art. 105). A eleição podia ocorrer em três dias seguidos, onde, neste tempo, eram feitas duas ou três chamadas para os eleitores faltosos. No primeiro dia eram reunidos os eleitores da Paróquia e realizada a eleição da Mesa que presidiria os trabalhos. No segundo, dirigiam-se à Igreja Matriz para participar da celebração da Missa votiva do Espírito Santo e ouvir o discurso feito pelo orador mais acreditado do Colégio Eleitoral. No último dia, os eleitores já recebiam as cédulas preparadas e as depositavam na urna. As nomeações de Juizes Municipais, Delegados e Subdelegados de Polícia dependiam do Presidente da Província, e os aliados do governo abusavam de sua autoridade na Vila, tentando sempre favorecer o seu Partido. Por isso era comum os confrontos e a corriqueira prática violenta entre os chefes políticos distritais. Segundo o Tribunal Eleitoral de Sergipe (2002, p. 18), durante o Império, todas as reformas eleitorais foram feitas para assegurar o entendimento entre os Liberais e Conservadores, contudo, não conseguiram evitar os abusos e fraudes nas eleições.

De acordo com a Lei Eleitoral Nº 2.675, de 20 de outubro de 1875, o voto tornou-se secreto e não havia a exigência do eleitor assinar qualquer lista de votação, visto que, os analfabetos também tinham o direito de votar. As eleições municipais de Vereadores e Juizes de Paz passaram a ser realizadas no dia 01 de julho do último ano do quadriênio, e, não mais, no 07 de setembro. Elaborada a qualificação dos eleitores da Freguesia, as Juntas Paroquiais enviavam os seus trabalhos para as Juntas Municipais, que eram compostas pelo Juiz Municipal ou substituto do Juiz de Direito, e por dois membros escolhidos pelos Vereadores da Câmara. Pelo Decreto Nº 6.097, de 12 de janeiro de 1876, foram publicadas as instruções regulamentares para a execução do Decreto Nº 2.675 e instituído pela primeira vez o Título de Eleitor. Este era assinado pelo Secretário da Câmara, e o canhoto era rubricado pelo Presidente da Junta Municipal de Qualificação. Se o titular não soubesse ler, nem escrever, poderia pedir para alguém fazer isso a seu rogo, no momento de retirá-lo.

No dia 09 de janeiro de 1881, por meio do Decreto Nº 3.029, o Imperador sancionou a nova Lei Eleitoral, também chamada de Lei Saraiva, que substituiria todas as anteriores. Com as suas atribuições já reduzidas, os Juizes de Paz ficaram extintos do processo eleitoral, deixando essas atribuições para os Juizes Municipais, que preparavam o alistamento dos eleitores. O Juiz de Direito tornou-se responsável pela organização definitiva do alistamento, papel este, anteriormente designado pela Junta de Qualificação, que, oficialmente, também deixou de existir. Quanto às eleições propriamente ditas, o parágrafo segundo do Art. 15 dispensou as cerimônias religiosas, a leitura das Leis e Regulamentos, que deveriam preceder os trabalhos eleitorais. O local da votação passou a ser em outro edifício, como o Paço Municipal ou Casa da Câmara. Na falta destes, poderiam voltar a usar o recinto da Igreja Matriz. Cada eleitor só podia votar em um nome para Vereador, e seriam eleitos os que obtivessem o quociente eleitoral calculado. O voto para Vereador era uninominal, a apuração geral era feita pela Câmara. O Presidente e o Vice-Presidente da Câmara eram eleitos pelos Vereadores na primeira sessão e a eleição era completamente nula, se os votos das urnas superassem os votos apurados. A Lei também restabelecia o sistema de eleição por Distritos.

Em se tratando da escolha dos eleitores, a legislação do Império tinha como base a Constituição de 1824, que restringia o voto para os cidadãos, salvos aqueles que possuísem determinados níveis de renda. Quanto as Eleições Primárias ou Paroquiais, destas seriam excluídos todos os cidadãos que não tivessem uma renda líquida anual, equivalente a 100\$000 Réis, seja por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego. A Lei Provincial exigia também que todos os eleitores residissem na Vila ou Município, com emissão de título de qualificação renovada a cada dois anos. Isto também era aplicado para aqueles candidatos que, porventura, concorressem a qualquer cargo eletivo. SOUTELO faz um levantamento de dados sobre os Registros de Terras da Freguesia de Sant'Ana de Simão Dias, publicado na Revista da Academia Sergipana de Letras (1997), que corrobora com estas informações:

“(…) O Artigo 92, ao definir os que se excluía do direito do voto nas eleições primárias (paroquiais), preceituava que não podiam votar aqueles que “não tiverem de renda líquida anual 100\$000 por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego”. (...). No caso dos deputados provinciais, vereadores e juiz de paz caiu a exigência de nível de renda, permanecendo o critério do domicílio por mais de dois anos, na província, no município e distrito. Durante a vigência da legislação eleitoral anterior a 1881, os eleitores qualificavam-se perante a junta de qualificação, declarando nome, idade, cor, estado civil, profissão e renda líquida anual, embora este dado apareça raramente

nas listas oferecidas pelas juntas municipais” (SOUTELO, In: Revista da Academia Sergipana de Letras, 1997, p. 140-141).

Inicialmente, o Colégio Eleitoral da Vila do Lagarto era composto pelas Vilas de Campos e de Simão Dias. Já elevada à condição de Vila, em 1852, o Distrito de Simão Dias ainda pertencia a Lagarto formando um colegiado de 62 eleitores, sendo que Campos e Simão Dias eram compostos de 12 cidadãos cada, e a Vila do Lagarto, sua principal sede, era composta de 38 eleitores, ambos eleitos para representar seus habitantes durante as eleições de 2º grau, que elegeriam seus nove ou sete Vereadores e quatro Juizes de Paz em cada quadriênio.

Em 19 de setembro de 1855 foi instituída a Lei dos Círculos no Império, dividindo as Províncias em Distritos Eleitorais e estabelecendo eleições de um Deputado à Assembleia Geral por Distrito, como também dos Membros das Assembleias Legislativas Provinciais. Em Sergipe, através do Decreto Nº 1.811, de 23 de agosto de 1856, a Província foi dividida em quatro Distrito de eleitores, sendo que, de acordo com o Art. 1º, § 3º, a Freguesia de Simão Dias passou a pertencer ao Terceiro Distrito, formando um só Colégio Eleitoral com as Paróquias de Itabaiana, Itaporanga, São Cristóvão e Campo do Brito, tendo Itabaiana como sede. Através do Decreto Nº 2.624, de 22 de agosto de 1860, quando foi organizada a segunda Lei de Círculos, a Província de Sergipe foi dividida em dois Distritos eleitorais, sendo que, o Primeiro era formado pelo Primeiro e Quarto Distrito, tendo sede a cidade de Aracaju; o Segundo era formado pelo Segundo e Terceiro Distrito, subdivididos em sete Colégios eleitorais, tendo por sede, a cidade de São Cristóvão. Assim, a Freguesia de Simão Dias passou a pertencer ao Quinto Colégio do Segundo Distrito Eleitoral da Província, com apenas 12 eleitores, somada as Freguesias de Lagarto, que era composto de 30 eleitores, e Riachão com 27, totalizando 69 votantes.

A sede designada para a realização das eleições era a Paróquia de Lagarto. Naquela época, nas eleições de Primeiro Grau de Simão Dias foram eleitos para o Quatriênio 1861-1863, os seguintes cidadãos: **1. Vigário Cônego Antônio da Costa Andrade – 612 votos; 2. Francisco José do Espírito Santo e Souza – 532 votos; 3. Manoel José de Andrade – 500 votos; 4. Antônio Manuel de Carvalho – 486 votos; 5. Antônio José do Espírito Santo – 484 votos; 6. Manoel de Carvalho Carregosa – 482; 7. Pedro Vidal de Oliveira – 480; 8. Cristóvão Moreira da Costa – 397 votos; 9. Marcolino de Souza Libório – 391 votos; 10. Manoel Joaquim Tavares – 390 votos; 11. Antônio Joaquim da Rocha – 388 votos; 12. João Antônio de Figueiredo Mattos – 384 votos.** Posteriormente, em 07 de setembro de 1872, com um número maior de cidadãos votantes nesta Vila, foi eleito um novo Colégio Eleitoral da Freguesia, ficando assim constituído: **1. Tenente-Coronel Francisco Antônio de Loyola – 905 votos; 2. Capitão Domingos José de Mattos – 890 votos; 3. Capitão José Freire de Carvalho – 881 votos; 4. Capitão Francisco José do Nascimento Lubambo – 872 votos; 5. Tenente José Albino de Menezes – 764 votos; 6. Alferes Pedro José de Andrade – 752 votos; 7. Alferes Antônio Francisco de Carvalho – 741 votos; 8. Alferes Manoel José Ribeiro – 733 votos; 9. Tenente Martinho Celestino de Jesus – 728 votos; 10. Cícero Augusto da Rocha – 716 votos; 11. Alferes Galdino Antônio de Sant'Iago – 710 votos; 12. João Antônio Brandão – 708 votos.**

Quando o Colégio eleitoral da Vila de Simão Dias passou a ser constituído de 21 eleitores, os lavradores se destacavam sempre acima de oitenta por cento, já que esta atividade econômica crescia abruptamente. Contudo, nos registros oficiais não apareciam os proprietários de terras, pois estes eram qualificados entre os lavradores. Poucos latifundiários registravam suas propriedades, outros não residiam nesta Freguesia e um quarto destas terras pertencia à Padroeira Senhora Sant'Ana.

A Lei do Terço, de 20 de outubro de 1875, reformulou a legislação eleitoral em todo o Império: as eleições, portanto, deixaram de ser por Distrito e voltaram a ser por Província, e a qualificação dos cidadãos aptos a votarem passou a ocorrer a cada dois anos. O Art. 3º, do Decreto Nº 8.109, de 21 de maio de 1881, que divide a Província de Sergipe em quatro Distrito, sancionada pelo Conselheiro, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, o senhor Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello (Barão Homem de Mello), e rubricada por Sua Majestade Imperial, determinou que a Vila de Senhora Sant'Ana de Simão Dias passasse a pertencer ao segundo Distrito da Província, junto com os Municípios de São Cristóvão, Itaporanga, Itabaiana, Campo do Brito e Lagarto, tendo por sede Itabaiana:

“(...) O 2º districto eleitoral terá por cabeça a Villa de Itabaiana e se comporá: do municipio de S. Christovam, constituido pela parochia de Nossa Senhora da Victoria de S. Christovam; do municipio de Itaporanga constituido pela parochia de Nossa Senhora da Ajuda de Itaporanga; do municipio de Itabaiana comprehendendo as parochias de Santo Antonio e Almas de Itabaiana e de Nossa Senhora da Boa Hora do Campo do Brito; do municipio de Simão Dias, constituido pela parochia de Sant'Anna de Simão Dias; e do municipio do Lagarto, constituido pela parochia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto”²³.

A última Lei Eleitoral do Império sancionada pela Princesa Imperial regente, em 14 de outubro de 1887, por Decreto Nº 3.340, alterou apenas alguns pontos da última legislação. Em essência, teve por objetivo alterar o processo das eleições dos membros das Assembleias Legislativas, Provinciais e dos Vereadores das Câmaras Municipais. Com o advento da República, embora os Juizes de Paz e os Presidentes das Câmaras tivessem sido eleitos democraticamente, logo tiveram os seus mandatos extintos, ficando a partir daí a depender do Governo Provisório ou Interventores das Províncias que passou a nomeá-los.

Os Partidos Liberais e Conservadores que se alternavam no poder, fundado no Império em 1831 e 1837, viviam em constantes conflitos. Grande parte dos políticos de Simão Dias eram adeptos do Partido Liberal, incluindo o famigerado Tenente-Coronel José Zacharias de Carvalho, seu irmão Tenente-Coronel Antônio Manuel de Carvalho, Sebastião da Fonseca Andrade, Francisco José do Nascimento Lubambo, Vicente José Ribeiro e Ezequiel Propheta do Nascimento. Até o ano de 1860, o Tenente-Coronel Francisco Antônio de Loyola era também Liberal e extremamente exaltado, mas diante de alguns desentendimentos filiou-se ao Partido Conservador, tornando-se chefe local até ser extinto. Embora influente nesta Vila, o Partido do Cel. Loyola era representado por uma pequena ala conservadora, e diante de alguns conflitos internos, foram aos poucos perdendo aliados para os liberais, findando praticamente sem força política na Vila. Entre os simpatizantes dos ideais conservadores podemos destacar os cidadãos Tenente Antônio Joaquim da Rocha, José Alves da Annuniação,

²³Decreto da divisão das Províncias do Império em distritos eleitoraes. In: Brasil. Ministério do Império: Relatório da Repartição dos Negócios do Império (RJ) - 1888, p. 12.

Manoel Alves Maciel Colló, Cândido Ferreira de Jesus, José Francisco do Espírito Santo, Manoel Hypólito Rabelo de Moraes e Christóvão Moreira da Costa.

Em 04 de junho de 1889, aos 50 anos de idade, o Tenente-Coronel Francisco Antônio de Loyola sentiu-se com a saúde abalada, afastando-se da política e dos negócios. Seu Engenho Quimgimbe, por meio de uma carta assinada de próprio punho, passou a ser administrado pelo seu feitor de confiança Manoel Cipriano do Rêgo. Seu estado de saúde se agravou em 20 de dezembro, vindo a falecer em 09 de janeiro de 1890²⁴. Mesmo debilitado, ainda assistiu à deposição do Imperador Dom Pedro II e o advento da República.

O Tenente-Coronel José Zacharias de Carvalho se consolidou na política como chefe do Partido Liberal da Vila de Simão Dias, exercendo cargos por meio de eleição popular, por nomeação do Governo, ou ainda se destacando como Deputado, Presidente da Assembleia e Vice-Presidente da Província. Contudo, sua liderança foi se dividindo com o intrépido Sebastião da Fonseca Andrade, futuro Barão de Santa Rosa. Este adentrou na política sob influência do sogro Major Manoel de Carvalho Carregosa, do Tenente-Coronel Antônio Manuel de Carvalho, até se firmar em 1886, com o reconhecimento destes e dos chefes liberais de renome em toda Província: o Cel. José de Faro Rollemberg e o Antônio Dias Coelho e Melo (Barão de Estância). Na presença deste último, foi fundado, em 22 de setembro de 1884, o Diretório do Partido Liberal de Simão Dias, sendo eleitos diretores, os Capitães José Marçal de Araújo Andrade, Domingos José Ribeiro e Sebastião da Fonseca Andrade. Em 06 de outubro de 1889 o Capitão Sebastião da Fonseca Andrade foi eleito Presidente do Diretório do Partido Liberal ao lado de seus correligionários: Coronel Antônio Alexandrino de Andrade (Secretário), Coronel José Antônio de Souza Prata, os Tenentes Ezequiel Profeta do Nascimento e Camilo de Mattos Hora (Membros).

A ala radical do Partido Liberal fundou no Império o Partido Republicano. Segundo a historiadora Maria Thetis Nunes, na Província de Sergipe os ideais republicanos tiveram pouco eco antes de 1888, até mesmo com a eclosão de movimentos radicais ocorrido no Nordeste, que se estendeu de 1817 com a Revolução Pernambucana, até 1848, com a Insurreição Praieira. Apenas com a Confederação do Equador (1824) foi possível encontrar resquícios dentro de alguns setores da população urbana de Sergipe, mas de caráter embrionário. Como líder desta época, podemos destacar o mulato baiano Antônio Pereira Rebouças, que também era secretário do Presidente da Província Brigadeiro Manuel Fernandes Silveira (1824-1825); Padre Manuel Moreira de Magalhães em torno de quem se reuniu em Estância simpatizantes da causa republicana; e Padre Francisco Missionário, que chegou na Província em 1824, um exímio divulgador da ideologia revolucionária pernambucana. Para o historiador itabaianense Francisco Antônio de Carvalho Lima Junior, **“em Sergipe, pelo menos até 1870, não havia um republicano”**²⁵. Segundo GOIS, Estância foi a primeira cidade sergipana a fundar um clube republicano. Em 21 de agosto de 1887, reuniram-se seis cidadãos estancianos na sede do jornal O PHAROL, para instalar o novo Partido e eleger sua Diretoria.

²⁴ Para DEDA a morte de Tenente-Coronel Francisco Antônio de Loyola ocorreu no dia 10 de janeiro de 1890 (1967, p. 153). No entanto, segundo o Livro de óbito da Paróquia de Senhora Sant’Ana de Simão Dias, vítima de cranco aos cinquenta anos de idade, foi sepultado aos 09 de janeiro deste mesmo ano, envolto em hábito fúnebre, sob o rito de encomendação solene (LIVRO DE ÓBITO N° 4, 1878-1894, p. 150v).

²⁵ NUNES, Maria Thetis. Sergipe no Processo Republicano Brasileiro. In: Revista do IHGB. N° 28. 1979-1982, p. 09-17.

A campanha republicana repercutiu na cidade de Laranjeiras, em 1887, com a criação do Clube Democrático, fundado por jovens intelectuais e apoiados por uma geração de militares como Samuel de Oliveira, Ivo do Prado, Moreira Guimarães, José Siqueira Menezes e Pereira Lobo. Posteriormente seus ideais ganharam força com as notas divulgadas nos jornais O Laranjeirense, O Horizonte e o Republicano, até se concretizar com O Manifesto de 18 de outubro de 1888. Tais fundamentos teve como mentor intelectual, o crítico lagartense Sylvio Romero (1851-1914), a quem foi unanimemente delegado poderes para representar o Partido perante o Congresso Republicano na Corte do Rio de Janeiro onde o mesmo residia. Na sessão de 25 de dezembro de 1888 foram designadas comissões de propaganda para diversos pontos da Província das quais foram nomeados para Simão Dias e Itabaiana, Dr. Silvio Anacleto de Souza Bastos, Paulo Cardoso de Menezes e Domingos Dias Dantas Melo. Na medida em que as antigas lideranças políticas do estado abdicavam dos Partidos Liberal e Conservador, crescia também o número de senhores de terras e chefes distritais que aderiam as ideologias republicanas.

O primeiro Club Republicano Simãodiense foi fundado em 01 de dezembro de 1889. No edifício da municipalidade, às 14:00 horas, e em sessão extraordinária, foi constituída a mesa, presidida pelo Capitão Manoel Pereira de Oliveira Coelho, que proferiu sua eloquente oratória minutos antes de serem aclamados os membros do diretório, eleitos por votação nominal: Capitão Sebastião da Fonseca Andrade (Presidente), Ezequiel Profeta do Nascimento (Vice-Presidente), Camilo de Mattos Hora (Secretário), Pedro Freire de Carvalho (Orador), e os demais membros: José Antônio de Souza Prata, Antônio Alexandrino de Andrade e Firmo Alexandrino de Andrade. Nesta mesma data o clube passou a ser chamado de Club Republicano Sylvio Romero, em homenagem ao mentor intelectual dos fundamentos do Partido em evidência. Na sessão do dia 27 de dezembro de 1889, o Estatuto do Club Republicano Sylvio Romero foi submetido à apreciação dos membros para sujeitar-se as modificações que achavam necessárias e depois entregue ao Governador do Estado para o mesmo aprovar. Durante a primeira década republicana, após um pequeno período de instabilidade política, o Partido cindiu-se em duas facções extremadas denominadas de Pebas e Cabaús, assunto que retomaremos adiante, quando formos tratar do advento da República e suas consequências.

Outras contendidas eleitorais na Vila de Simão Dias: Manipulação, fraudes e violência

Durante a eleição de 07 de maio de 1857, que votariam nos eleitores responsáveis pela escolha de um Senador da Província nas eleições de 05 de junho daquele ano, a Mesa Paroquial foi presidida pelo 1º Juiz de Paz Antônio José do Espírito Santo. O clima de conspiração

tomou parte do cenário político da Vila de Simão Dias, que se dividia entre o poderio exacerbado dos líderes políticos que comandavam os Partidos Liberais e Conservadores, resultando numa tumultuada eleição marcada pela inesperada participação de cidadãos das Vilas vizinhas, sob a liderança do Promotor Público da Vila de Lagarto, Dr. Francisco Joaquim da Silva, de quem este Termo pertencia. O Promotor que se proclamava enviado do Governo Provincial, chegou acompanhado de duas ordenanças e soldados de polícia, além de um grupo de pessoas que interromperam o pleito com gritos, alaridos e convícios, apelidando os membros que compunham a Mesa Paroquial: Francisco Antônio de Loyola, Francisco Mathias dos Santos Fernandes, Marcelino Cândido da Silva, Christóvão Moreira da Costa e Manoel Francisco de Jesus Estrella.

O motim deu início desde a instalação da Mesa. Coagido, o Juiz foi forçado a interromper a chamada de votantes, e diante da perturbação e sossego, a Mesa foi ocupada por mais quatro membros intrusos, que estavam certos de não ter nesta Vila a maioria de eleitores de seu Partido. Essa situação já se demonstrava totalmente propensa à nulidade dos trabalhos eleitorais. Contudo, pessoas não qualificadas, inclusive de Freguesias estranhas, passaram a votar, prorrompendo o povo numa grande desordem, entre pancadas e ferimentos, dos quais fez vítima o Alferes Carlos Zacharias de Souza, que foi agredido por um dos membros que se apossou da Mesa. No dia seguinte à urna foi roubada da Igreja Matriz por um integrante do grupo invasor e depois entregue ao Promotor Dr. Francisco Joaquim da Silva. Realmente era dever do Juiz de Paz e Presidente da Mesa suspender os trabalhos, já que não podia conter os amotinadores que perturbaram o pleito, designando em edital outra data para a eleição, e comunicando as ocorrências ao Presidente da Província, para que, na próxima, pudesse garantir a liberdade do voto e o respeito às autoridades. Como assim o fez.

Em 10 de maio de 1857, o Vice-Presidente da Província ordenou ao Alferes Manoel José de Mesquita, Comandante da Guarda Nacional de Laranjeiras, para se dirigir à Vila de Simão Dias, acompanhado de seis praças e o Cabo do Corpo da Polícia, para permanecer na Vila e manter a ordem, respeito à Lei e garantias às autoridades, até o ultimatum das eleições. O Alferes também foi ordenado, por Decreto de 01 de junho, que após o término das eleições, ele voltasse a Laranjeiras trazendo consigo os seis praças efetivos de Simão Dias e o Cabo da esquadra. Em contrapartida, os novos praças e o Cabo que acompanharam o Alferes Manoel José de Mesquita permaneceriam no Destacamento da Guarda Nacional desta Vila. No dia 23 de maio, depois de realizada uma nova eleição e a apuração dos votos, sob a mesma formação da Mesa Paroquial, Antônio José do Espírito Santo entregou ao Presidente da Província a Ata dos trabalhos eleitorais, ultimados neste mesmo dia. O Presidente, porém, interpelou sobre a lista de votantes, pois, segundo a Ata, Antônio José do Espírito Santo fez a chamada dos eleitores baseando-se numa cópia de uma suposta lista de qualificação fornecida pelo Secretário da Província, quando, na verdade, o mesmo nem fez semelhante requisição e nem tão pouco houve cópia fornecida pelo respectivo Secretário. É importante lembrar que naquela época, para a qualificação dos votantes era imposta uma Junta de Qualificação presidida pelo Juiz de Paz e formada por quatro membros nomeados pelos eleitores, através de um complicado processo descrito minuciosamente. A qualificação era feita pelos requisitos constitucionais, lançada em livro e lavrada em Ata. A lista era colocada em edital na porta da Matriz e as cópias parciais eram enviadas para os Distritos.

O Promotor Dr. Francisco Joaquim da Silva promoveu um processo crime contra Francisco José do Espírito Santo e Sousa, no intuito de vingar-se. É bom lembrar que, além de Suplente de Juiz Municipal, Francisco José também exercia a função de Delegado de Polícia da Vila de Simão Dias. Tanto ele, como o Subdelegado Tenente Antônio Joaquim da Rocha, já haviam pedido a exoneração de seus cargos, por se julgarem sem força moral para manter a ordem e a lei, devido às graves ocorrências que ali se deram, em 07 de maio, durante os trabalhos eleitorais. Posteriormente, o Governo Provincial aceitou o pedido de demissão de ambos, mas ainda manteve o primeiro, no cargo de 1º Suplente de Juiz Municipal. A demissão do subdelegado Antônio Joaquim da Rocha ocorreu no dia 10 de setembro de 1857. Na mesma ocasião, por conveniência de serviço, foi demitido também o primeiro suplente de Subdelegado, que igualmente ocupava o cargo de 1º Juiz de Paz da Vila de Simão Dias, Antônio José do Espírito Santo. Quatro dias depois foram nomeados os cidadãos Felix José de Carvalho (Delegado), Francisco Antônio de Oliveira (Subdelegado), e mais dois suplentes de Subdelegados nos cargos que se achavam vagos: Francisco Mathias dos Santos Fernandes e Domingos José de Mattos. Em substituição ao Delegado Félix José de Carvalho, que falecera dias depois, vítima da *Cholera Morbus*, o Presidente nomeou, em 25 de setembro de 1857, o cidadão José de Mattos Freire de Carvalho.

Em 01 de agosto de 1878, os votantes (eleitores de 1º grau) da Vila de Simão Dias elegeram seus vinte e um eleitores de Paróquias (eleitores de 2º grau), que formariam o Colégio Eleitoral designados para eleger, em 04 de setembro de 1878, os quatro Deputados membros da Assembleia Geral Legislativa, ambos representantes desta Província de Sergipe d'Rei. No dia 02 de agosto, Eleitores e Suplentes foram convocados para comparecer a Igreja Matriz desta Freguesia, a fim de proceder a eleição da Mesa Paroquial, que teria como função, receber e apurar a votação destes 21 cidadãos qualificados. A Igreja Matriz havia sido cercada nas vésperas pela força pública, ameaçando a todos que apoiassem o Governo, de prisões, derramamento de sangue e muitas outras vexações, sendo até, algumas efetuadas. Esta força era formada por um grande número de capangas eleitorais armados de cacetes, facas, facões e bacamartes, fazendo coro com os agentes oficiais, assustando e indignando a opinião pública. Impossibilitado de presidir a Sessão, o Juiz de Paz José Antônio da Rocha resolveu suspender o pleito e transferir a votação para o outro dia, sendo designado para isso, a Casa da Câmara Municipal, entretanto, mais uma vez foi impedido. No dia 04 de agosto de 1878, o Paço Municipal foi cercado por dez praças do Corpo da Polícia da Província e um grande número de capangas armados, e achando as portas fechadas, parte deles abriram o portão dos fundos com uma chave falsa e arrombaram as janelas para invadir a Câmara. Segundo DÉDA, em sua crônica "A pimenteira de João Sabino", publicada no jornal A SEMANA, de 08 de janeiro de 1955, os invasores arrebentaram os portões dos fundos, quebraram fechaduras e ferrolhos, entraram no quintal e arrancaram plantas e sementeiras e inutilizaram o jardim. Dentro do prédio quebraram móveis, rasgaram papéis, quebraram quadros, deixaram tudo em desordem. No dia 05 de agosto, José Antônio da Rocha, na qualidade de Juiz de Paz mais votado e Presidente da Mesa, comunicou os fatos ao Juiz Municipal do Termo, Dr. Lourenço Freire de Mesquita Dantas, conforme foi publicado no JORNAL DO ARACAJU, de 24 de agosto de 1878:

"Achando-se preparado na qualidade de juiz de paz mais votado, para comparecer com os eleitores e suplentes convocados na Matriz desta freguesia, a fim de proceder a eleição da mesa parochial do dia 2 do corrente que tinha de receber e apurar a

votação dos cidadãos qualificados para a eleição geral, succedeu que não foi isso possível, porque a força pública no amanhecer d'aquelle dia fez um cerco a mesma matriz, (...). Pelo que não querendo concorrer para quaesquer desgraças, designei a casa da câmara municipal, servindo-me para isso de disposições legais, afim de ter lugar a fallada eleição, mas tendo noticia o delegado, o subdelegado e o commandante da força que ali se tratava para eleger a mesa effectiva, appareceram no dia 4 seguidos de soldados e achando já as portas fechadas arrombaram com violência as janellas do fundo depois de terem com chaves falsas conseguido abrir o portão. Em vista disso designei outra casa na mesma rua defronte a casa da câmara com aviso aos mesários, porque logo que se effectuou o arrombamento postou-se uma guarda armada e com ordem de não consentir que nella funcionasse a mesa parochial” (JORNAL DO ARACAJU, 24/08/1878, p. 01).

Na Câmara havia em dinheiro uma valiosa quantia de 532\$000 (Quinhentos e trinta e dois mil Réis), que estava sob a responsabilidade do procurador João Sabino da Conceição. Os agressores policiais e capangas arrebentaram o portão dos fundos do prédio, quebraram fechaduras e ferrolhos, entraram no quintal, arrancaram plantas e sementeiras, arrombaram uma janela dos fundos que dava para o interior da Câmara e entraram quebrando móveis, rasgando papéis, quebrando quadros, deixando o ambiente numa perfeita desordem.

O Juiz Dr. Lourenço Freire de Mesquita Dantas, tomou as providências necessárias para investigar o ocorrido, procedendo, assim, o corpo de delito, com a ciência do Dr. Promotor público. Segundo DEDA, foram nomeados como perito o Alferes José Alves da Annunciação e o músico Manoel Marques de Jesus, que procederam à perícia sob o olhar das testemunhas Marcolino Cândido da Silveira e Pedro Pereira Bahia, depois de terem prestado juramento sobre a Bíblia. A perícia também foi acompanhada pelo Procurador da Câmara João Sabino da Conceição. No cofre de madeira estava intacta a quantia que tanto preocupava o aludido Procurador, no entanto, o jardim dos fundos da Assembleia havia sido destruído pelos vândalos, que arrancaram todas as plantas, inclusive a velha pimenteira cultivada por João Sabino²⁶. Segundo o Juiz Dr. Lourenço Freire de Mesquita Dantas, o relatório dos peritos foi concluído que não houve o tal arrombamento, diferentemente da argumentação feita na denúncia perpetrada pelo então Juiz de Paz José Antônio da Rocha.

A eleição da Mesa Paroquial acabou acontecendo no dia 07 de agosto, numa residência particular, defronte à Casa da Câmara, ficando totalmente composta de Liberais: João Gualberto Carneiro, Domingos José Ribeiro e o Vigário Cônego Antônio da Costa Andrade. De acordo com os votos apurados da eleição de 01 de agosto, dos vinte e um cidadãos eleitos para compor o Colégio Eleitoral, dois terço deles eram compostos por Liberais, e o outro terço, pelos Conservadores. Na ocasião, houve murmúrios de que os Conservadores, ao saber da concessão do terço e os riscos de perder nas urnas, tentou organizar outra Mesa Paroquial, mas até a apuração oficial, nada havia sido entregue a Junta de Qualificação, não havendo, assim, a certeza de que eles realmente foram avante com o criminoso intento.

A invasão à Casa da Câmara era mais frequente do que se imagina. Nos anais da história do Legislativo Municipal da Vila de Simão Dias foi registrado um outro arrombamento em 12 de agosto de 1879, do qual foi subtraído a quantia de 400\$000 (Quatrocentos Mil Réis) em moedas de prata que estava depositada no cofre. Este evento ocorreu dias antes da eleição

²⁶ DEDA, Francino Silveira. A pimenteira de João Sabino. In: A SEMANA. Ano VIII. Nº 119. Simão Dias/SE, 08.01.1955, p. 01.

de Deputados Provinciais para o biênio de 1880 a 1881. O Governo da Província publicou no diário JORNAL DE SERGIPE a resposta do ofício de 14 de agosto de 1879, enviado pela Câmara Municipal de Simão Dias, e recomendou as respectivas autoridades da Vila para que tomassem as providências necessárias para descobrir os autores do crime e puni-los no rigor da Lei. Nada foi encontrado sobre os possíveis resultados desta investigação. Em 28 de novembro de 1910, a Câmara foi mais uma vez invadida por um grupo comandado pelo Coronel Sebastião da Fonseca Andrade e seus aliados: Vicente José Ribeiro, Luiz de Souza França, Francisco Sant’Ana e o afamado Tenente Manoel Pedro das Dores Bombinho, que nesta época, já vivia em Paripiranga/BA. Armados de pistolas, revólveres e punhais, arrombaram a ferro o portão detrás e a porta da sala interna do edifício da casa, depois de ter batido violentamente, com fortes pancadas, a porta principal. Neste ataque destruíram todas as fechaduras das salas, conforme descrevera os membros do Conselho, na ocasião, presidido pelo Coronel Cristóvão Moreira da Costa e secretariado por José Guimarães Macedo, num ofício enviado ao Presidente do Estado José Rodrigues da Costa Dória (APES – CM 7, Vol. 10, Doc. 05).

Representatividade da Vila de Simão Dias na recepção ao Imperador Dom Pedro II

Diferentemente das desordens e embusteirices políticas partidárias ocorrido durante as Eleições Gerais, Provinciais e Municipais, em 03 de dezembro de 1859, os membros da Câmara Municipal de Simão Dias reuniram-se em Sessão Extraordinária, sob o olhar de outras autoridades e líderes partidários, para deliberar a nomeação de uma comissão especial que iam representar a Câmara e seus munícipes, na visita do Imperador do Dom Pedro II e a Imperatriz Tereza Cristina Maria de Bourbon, nesta Província. A egrégia bancada eleita unanimemente para felicitar Suas Majestades foi composta pelo Reverendíssimo Vigário Geral e Pároco Cônego Antônio da Costa Andrade, o Comandante Superior Tenente Antônio Manoel da Fraga, Reverendo Padre João Antônio de Figueiredo Mattos, Capitão José do Espírito Santo e Souza, Manoel José de Andrade, José Zacharias de Carvalho, Tenente Antônio Joaquim da Rocha, José de Mattos Freire de Carvalho e José Alves da Annuniação.

Suas Majestades Imperiais e comitiva visitaram a Província de Sergipe entre os dias 11 a 20 de janeiro de 1860, passando pela Capital e pelas Vilas Barra dos Coqueiros, Propriá, Vila Nova (Neópolis), Porto da Folha e Itaporanga; também, visitaram as cidades de Maruim, Laranjeiras, Estância e São Cristóvão. Na ocasião, o Ofício dirigido ao Presidente da Província Dr. Manoel da Cunha Galvão foi assinado pelo Presidente da Câmara Tenente Antônio Joaquim da Rocha e os demais vereadores: Quintiliano José do Nascimento, Maximiano José de Góis, Antônio Rodrigues da Cruz, José Felipe de São Tiago, José Alves da Annuniação e Pedro Alexandrino de Andrade, conforme publicado no jornal CORREIO SERGI-PENSE, de 17 dezembro de 1859, p. 02.

Notícia alvissareira: Nasce o Príncipe, neto e real herdeiro de Dom Pedro II

O nascimento de um dos membros da família imperial, no Rio de Janeiro, ocorrido em 21 de maio de 1869, foi celebrado e registrado em Ata pelos membros da Câmara Municipal de Simão Dias, no dia 01 de julho do mesmo ano. Os ilustres Camaristas se reuniram no Paço Municipal, em Sessão Extraordinária, e em conformidade com toda pompa que a ocasião exigia, conforme registrou DÉDA, em suas crônicas nos jornais O IDEAL (1942) e A SEMANA (1946), deste Município. Como era de costume, a notícia alvissareira chegou tardiamente nesta Vila, devido à distância entre a Capital do Império e a Província de Sergipe d'Rei. Além disso, os serviços do Correio eram precários, principalmente para chegar correspondências em lugares longínquos da Capital, a exemplo de Simão Dias.

Segundo DEDA, após a leitura da Carta Imperial, o Presidente da Câmara Tenente Francisco José do Nascimento Lubambo ordenou ao porteiro que divulgasse a notícia a todos os habitantes da Vila. Este saiu percorrendo todas as ruas com uma sineta anunciando a Sessão Extraordinária e convidando todo vilarejo para participar da solenidade onde seria divulgado o marcante acontecimento. As ruas foram enfeitadas com arcos e folhas de “camarão”, palmas de coqueiros e ouricuri. Em frente da Casa da Câmara e da própria residência do Presidente haviam arcos ornados de flores de diferentes cores e um grupo de homens abastados da Vila, que aguardavam ansiosos para desvendar o mistério, que até aquele momento não havia sido revelado. Ao Procurador da Câmara, João Sabino da Conceição, foi ordenado que ele comprasse seis torcidas de algodão e um balão de azeite, para que durante a noite, a Casa da Câmara fosse iluminada. A cerca de nove horas da manhã, saiu o Presidente Lubambo acompanhado das demais Vereanças e o povo, em direção a Casa da Câmara, onde, em Sessão aberta, o Presidente leu o Documento Oficial, cujo conteúdo apenas ele conhecia:

“Levo ao conhecimento dessa Municipal Câmara que a Divina Providência acaba de felicitar a este Império com o nascimento de um Príncipe, que Sua Alteza, a Serafina Senhora D. Leopoldina, deu a luz no dia 21 de maio do corrente ano, as seis horas e cinquenta minutos da manhã. Essa Câmara fique ciente e dê nesse Município a conveniente publicidade a tão notável acontecimento” (A SEMANA, 10.11.1946, p. 01).

Todos os presentes prorromperam em palmas após a leitura da Carta Real. Dando por encerrada a Sessão, o Presidente mandou que se lavrasse uma Ata e saiu, em seguida, retornou a sua residência, acompanhado por alguns de seus confrades.

O recém-nascido era Dom José Fernando Francisco Maria Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Saxe-Coburgo e Bragança, o terceiro filho de Dona Leopoldina de Bragança e Bourbon, neto de Dom Pedro II e da Imperatriz Thereza Cristinade Bourbon, a “Mãe dos Brasileiros”, como fora apelidada. Sua mãe havia renunciado aos seus títulos ao casar-se com o Príncipe

Luís Augusto de Saxe-Coburgo-Gota, e passou a assumir os títulos de Princesa de Saxe-Coburgo-Gota e Duquesa de Saxe. Ela era a segunda na linha de sucessão ao trono do Império do Brasil devido à dificuldade que tinha a Princesa Isabel de gerar filhos. O Príncipe falecera aos 19 anos de idade, solteiro, na Áustria, no dia 13 de agosto de 1888.

As lideranças que protagonizaram a Política na Vila de Senhora Sant'Ana de Simão Dias (1850-1889)

Durante o Regime Imperial, a centralização política-administrativa das Vilas estava toda concentrada na Câmara Municipal e o Poder Executivo era exercido pelo Presidente do Legislativo, função conferida ao Vereador mais votado do Município. Apesar de eleito por um Colégio de Eleitores nominalmente seletos, seu poder era limitado, sujeito a suspensão ou revogação do mandato, por decisão do Presidente da Província, assim como as demais autoridades municipais eleitas, caso deixe de executar o cumprimento de seus afazeres, como ocorrera nesta Vila na primeira Legislatura. Desde a instalação da Câmara Municipal, assumiram a Presidência do Legislativo na Vila de Senhora Sant'Ana: Francisco de Paula Vieira Gatto, Capitão José de Mattos Freire de Carvalho, Tenente Antônio Joaquim da Rocha, José Zacharias de Carvalho, Tenente Francisco José do Nascimento Lubambo, Cândido Ferreira de Jesus, Coronel Francisco Antônio de Loyola, Capitão Domingos José Ribeiro, Alferes José Alves da Annuniação, Coronel José Antônio de Souza Prata e o Alferes Manoel José Ribeiro. Em exercício, a Câmara também foi presidida por Pedro Alexandrino de Andrade, Antônio Manuel de Carvalho, José Marçal de Araújo Andrade, Antônio Francisco de Carvalho e Pedro José d'Andrade. Diante das fontes documentais da Paróquia de Simão Dias e Lagarto, e pequenos apontamentos publicados nos jornais da época, foi possível reunir dados pessoais destes políticos nominados, resultando num pequeno esboço biográfico que apresentamos a seguir:

Francisco de Paula Vieira Gatto era natural de Simão Dias, filho de Felix José dos Santos e Dona Maria da Graça. Em 18 de janeiro de 1831, casou-se no subúrbio da Vila de Nossa Senhora da Piedade de Lagarto, com Isabel Joaquina de Hungria, filha de José Gregório Mascarenhas e Ana Joaquina de São José. Deste enlace foram testemunhas, o Padre José Francisco de Menezes, primeiro Vigário de Simão Dias, e seu irmão José Antônio de Menezes. Após a morte de sua primeira esposa, em 11 de janeiro de 1842, Francisco de Paula casou-se novamente no dia 17 de setembro de 1844, na Freguesia de Senhora Sant'Ana, com Josepha Maria do Sacramento, filha do Capitão Joaquim José de Mattos e Dona Mariana Margarida de Jesus. Marianna Olympia de Jesus, uma de suas filhas, uniu-se em matrimônio, em 25 de fevereiro de 1865, com outro político de renome, o Coronel José Antônio de Souza Prata, que no último ano do Império também assumiu a Presidência da Câmara de

Simão Dias. O Alferes Francisco de Paula Vieira Gatto morreu em 24 de janeiro de 1885, aos 100 anos de idade.

O **Capitão José de Mattos Freire de Carvalho**, também conhecido como Zezé do Buril, era filho do Capitão Geraldo José de Carvalho e D. Anna Joaquina Freire de Mesquita, neto dos doadores do patrimônio da Freguesia de Senhora Sant'Ana. Como de costume entre as famílias aristocráticas da antiga Povoação de Simão Dias, ele se casou, em 01 de maio de 1843, com sua sobrinha Ana Francisca de Carvalho, filha de seu irmão Capitão Domingos José de Carvalho e D. Antônia Francisca de Carvalho. Apesar de estar diretamente ligado aos líderes políticos da Vila, como seus irmãos Coronel José Zacharias de Carvalho e Coronel Antônio Manuel de Carvalho, Zezé do Buril só tomou assento na Câmara de Vereadores apenas uma vez, inicialmente como primeiro suplente, depois como Presidente da Casa, quando seus membros efetivos foram suspensos de suas funções, enquanto eram investigados de haver manipulado os resultados finais das eleições municipais 07 de setembro de 1852, fato já mencionado anteriormente. Entre o período de 1873 a 1876 exerceu a função de primeiro Juiz de Paz de Simão Dias, eleito nas eleições de 07 de setembro de 1872.

O Capitão José de Mattos Freire de Carvalho assumiu diversos cargos por nomeação na Vila de Simão Dias: Em 31 de janeiro de 1842 foi nomeado segundo Suplente de Subdelegado de Polícia; Em 14 de julho de 1858 ocupou a função de Suplente de Juiz Municipal e de Órfãos, cargo que exerceu até 21 de março de 1860. Em 01 de dezembro de 1871, com a subdivisão do Termo da Comarca de Itabaiana em três Distritos especiais, foi nomeado Juiz Municipal do 3º Distrito, que principiava na estrada da Malhada Vermelha (atual Paripiranga), dividindo-se com a mesma Província da Bahia até a estrada Canafistula, seguindo para a Fazenda Mulungu, e por esta abaixo sobre a dita Vila. Em 31 de dezembro de 1879, foi designado para exercer o cargo de 3º suplente de Juiz Municipal e de Órfão de Simão Dias, junto com os cidadãos Domingos José Ribeiro e José Marçal de Araújo Andrade, sendo empossado em 05 de fevereiro de 1880. A partir de 15 de março de 1887, com a saída de Domingos José Ribeiro, o eminente biografado passou a ocupar a segunda suplência, enquanto que, para seu lugar, foi nomeado, o cidadão Sebastião da Fonseca Andrade, futuro Barão de Santa Rosa. O Capitão José de Mattos Freire de Carvalho morreu em 14 de agosto de 1895.

O **Tenente Antônio Joaquim da Rocha** era natural da Vila de Lagarto, filho de Antônio Francisco da Rocha e Francisca Maria da Incarnação. Casou-se, em 10 de outubro de 1843, com Maria José do Nascimento, filha do Capitão Joaquim José de Mattos e Dona Maria Margarida de Jesus. Nas funções eletivas, foi o Vereador mais votado das eleições municipais de 07 de setembro de 1852, o que levou a Presidência da Câmara durante o quadriênio 1853-1856, sendo reeleito na eleição seguinte, mantendo-se na função de Presidente por mais quatro anos (1857-1860). Foi nomeado primeiro suplente de Subdelegado de Polícia, em 18 de novembro de 1847. Com a demissão do Subdelegado Theotônio José de Oliveira, em 27 de setembro de 1849, passou a exercer provisoriamente a aludida função, fato que se repetiu, em 09 de setembro de 1851, quando ocupou este cargo, em substituição ao Cel. José Zacharias de Carvalho, que havia sido exonerado nesta mesma data. Com a criação do Foro Civil na Vila de Senhora Sant'Ana, em 03 de fevereiro de 1855, foi nomeado 2º Juiz Municipal, permanecendo no referido cargo até 04 de novembro de 1857. Posteriormente, em 29 de julho de 1862, foi nomeado também Juiz Municipal e de Órfãos. Polêmico, astuto e com

tendência a crescer na política em todos os âmbitos, acabou encerrando sua carreira precocemente, quando aos 52 anos de idade, morreu, em 26 de novembro de 1862, vítima de moléstia crônica. Apesar de não deixar nenhum herdeiro político, duas de suas filhas casou com outras personalidades políticas, como Ana Maria de Jesus (esposa de seu tio Capitão Domingos José de Mattos) e Adelina Maria de Jesus (esposa do Deputado Tenente Cândido Ferreira de Jesus, que também ocupara a função de Presidente da Câmara de Simão Dias).

O **Coronel José Zacharias de Carvalho** é um personagem muito mencionado na história política da Vila de Senhora Sant'Ana. Nasceu em 05 de novembro de 1825, filho do Capitão Domingos José de Carvalho e Ana Francisca de Carvalho, descendência dos doadores do Patrimônio de Senhora Sant'Ana. Casou-se com Delfina Maria dos Anjos, com quem teve duas filhas: Antônia Francisca de Carvalho, esposa do Tenente-Coronel Manuel Antônio de Carvalho Andrade (Manuel Munganga) e Maria Tibúrcia de Carvalho, solteira, que faleceu de apoplexia em 10 de novembro de 1909, com 57 anos de idade. Possuía diversos imóveis na cidade e no interior do Município, como as fazendas Quixabeira, Malhada do Burgo, a fazenda de café Sangue Suga, e as fazendas de gado do sertão de Jeremoabo/BA. Em um de seus sítios chamado Olhos d'Água de São João Batista, localizado às margens do Caiçá, foi construída uma casa assobradada e instalado um alambique.

Durante o Império, foi líder distrital do Partido Republicano e ocupou diferentes cargos eletivos ou por nomeação dos Presidentes da Província. Como Deputado Provincial presidiu os trabalhos da Sessão Legislativa no período entre 01 de março a 01 de maio de 1883, numa mesa composta por Dr. José de Aguiar Botto de Barros e Dr. Conrado Álvaro de Córdova Lima (1º e 2º Vice-Presidentes), Capitão Manuel Joaquim de Oliveira Campos e o Tenente-Coronel Luiz Antônio da Costa Melo (1º e 2º Secretários). Reeleitos para o segundo semestre, presidiu uma Sessão Extraordinária entre os dias 25 de agosto a 08 de setembro de 1883²⁷. Na Comarca de Gararu foi formado dois Batalhões de Infantaria com oito companhias cada um, e destes, a força de reserva ficou agregadas, segundo o Art. 7º, do Decreto de 21 de março de 1874, aos corpos da ativa, criados nas diversas Freguesias. Destas, por Decreto de 08 de janeiro de 1880, o Major José Zacharias de Carvalho foi nomeado Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional da Comarca de Itabaiana, onde, posteriormente, prestaram juramentos e tomaram posse, os seus irmãos Major Antônio Manuel de Carvalho e Manuel de Carvalho Carregosa, o primeiro em 12 de junho de 1881, como Tenente-Coronel do Quartel de Comando do Batalhão da Guarda Nacional Nº 12 do Município de Simão Dias, e o outro, em 15 de julho do mesmo ano, como Major Ajudante de Ordens e Servindo de Secretário Geral do Comando Superior da mesma Comarca. Por despacho de 25 de agosto de 1883, o Cel. José Zacharias de Carvalho foi nomeado o 5º Vice-Presidente da Província de Sergipe, na mesma ocasião em que o Cel. José de Faro Rollemberg foi nomeado para ocupar o 1º cargo.

Dado ao cultivo das letras escreveu “*Algumas palavras aos Exmo. Srs. Deputados Gerais por esta Província de Sergipe*”; sobre os limites das Províncias de Sergipe e Bahia, artigo publicado no CORREIO SERGIPENSE, de 07 de setembro de 1861 e transcrito na Mensagem à Assembleia Legislativa de Sergipe, em 07 de setembro de 1906, pelo Presidente do Estado Josino Odorico de Menezes; e “Estrada de ferro central, publicado no JORNAL DE SERGIPE, de

²⁷ LIMA JUNIOR, Francisco A. de Carvalho. Memória sobre o Poder Legislativo em Sergipe. In: Revista do IHGSE. Anno IV. Vol. IV. Imprensa Oficial: Aracaju, 1919, p. 92.

23 de abril de 1881. José Zacharias de Carvalho também liderou as campanhas pró-reconstrução da antiga e penúltima Igreja Matriz de Senhora Sant'Ana, das obras de reedificação e conclusão do Cemitério São João Baptista. Sobre o velho sonho para a construção da estrada de ferro que ligava Simão Dias a Laranjeiras, ele utilizou de seu real prestígio político na Assembleia Provincial e do apoio de parte da imprensa, especialmente os diários JORNAL DE SERGIPE, SERGIPE, ECHO SERGIPANO, entre outros. O primeiro contrato foi assinado entre o Governo da Província e Eugênio José de Lima, em 08 de janeiro de 1873, que projetava a linha férrea de Laranjeiras a Simão Dias. Dois anos depois, por meio da Resolução Nº 1.002, de 02 de abril de 1875, ficou determinada a construção de uma só ferrovia ligando a Capital a Simão Dias, passando em Socorro, Laranjeiras e Itabaiana. Por fim, chegou ainda a ser decretado pela Assembleia Legislativa e sancionado pelo Presidente do Estado a Lei Nº 129, de 02 de abril de 1895, que autorizava a emissão de apólice e empréstimo pela Companhia Estrada de Ferro do Norte do Brasil, e na medida em que fosse concluindo a construção da ferrovia, iria hipotecando ao estado. O Coronel Nonô Zacharias, como popularmente era conhecido, faleceu em 17 de maio de 1896, no Engenho Olhos d'Água, deste Termo. Sua esposa D. Delfina Maria dos Anjos morreu quatro anos depois, aos 18 de maio de 1900.

Pouco se sabe sobre o **Tenente Francisco José do Nascimento Lubambo**. Era natural do Bom Conselho, atual Cícero Dantas/BA. Chegou a antiga Povoação de Simão Dias, antes mesmo da Freguesia ter sido elevada à categoria de Vila. Apesar de vim a Freguesia com frequência, inclusive de batizar parte de seus filhos naturalizados baianos, o Tenente da Guarda Nacional só fixou residência aqui em 1855. Era casado inicialmente com Petronila da Rocha Lima, que falecera em 02 de maio de 1861, aos 36 anos de idade, e se casou novamente, em 15 de agosto deste mesmo ano, na Freguesia de Senhora Sant'Ana com Maria Francisca do Nascimento, filha de Manoel Batista de Santana e Maria da Purificação Santana. Nesta época, ele já havia se aliado ao Partido Liberal, mantendo forte relações com outras lideranças políticas de Simão Dias, como os irmãos José Zacarias de Carvalho, Félix José de Carvalho e Antônio Manuel de Carvalho, que o incentivou para ingressar na política. Grande parte da família Carvalho foram padrinhos de seus filhos, além do Padre João Batista de Carvalho Daltro e o Cônego Antônio da Costa Andrade, Vigário desta Freguesia. Em 30 de outubro de 1863, Francisco José do Nascimento Lubambo foi nomeado para os postos de Tenente, juntamente com José Marçal de Araújo Andrade. Ele foi eleito Vereador da Vila de Simão Dias por três mandatos: 1861-1864, 1869-1872 e 1873-1876, tendo sido na segunda legislatura, o mais votado, período este que assumiu por um tempo as funções de Presidente da Câmara.

O **Tenente Cândido Ferreira de Jesus** nasceu em março de 1847 e foi batizado em 13 de junho de 1847, sendo seus padrinhos, o Padre Antônio da Costa Andrade e Luíza Maria dos Santos. O tino para política herdara de seu pai José Ferreira de Jesus (1805-1865), que concorrera ao cargo de Vereador na primeira eleição municipal ocorrida nesta Vila. Sua mãe era Rosa Jesuína do Nascimento, que falecera em 16 de abril de 1854, aos 33 anos de idade. Cândido Ferreira casou-se, em 29 de novembro de 1866, com Adelina Maria de Jesus, filha do Tenente Antônio Joaquim da Rocha, já mencionado na lista dos Presidentes da Câmara, e Maria José do Nascimento, eminente senhora que pertencia à família do Capitão Joaquim José de Mattos. Ele ficou viúvo muito cedo. Sua esposa falecera vítima da varíola, aos 31 anos, em 28 de junho de 1879. Nesta época, ele já havia exercido na Vila a função de Vice-Presidente e Presidente da Câmara durante o quadriênio 1869-1872, além das funções de Juiz

Municipal e de Órfãos, cargo que ocupou desde 10 de setembro de 1870. Eleito pelo 2º Distrito, o Tenente Cândido Ferreira de Jesus tomou assento como Deputado Provincial na Legislatura de 1886-1887, ao lado do Coronel Francisco Antônio de Loyola. Neste período, o mesmo assumiu também a função de Segundo Secretário da Assembleia Provincial.

Apesar de não deixar legatários políticos diretos, seu sobrinho Dr. Marcos Ferreira de Jesus foi destaque na política sergipana. Na primeira metade do século XX, chegou a eleger-se Prefeito de Simão Dias, em 14 de outubro de 1935, e por nomeação do Interventor Federal, em junho de 1941. Também foi nomeado Prefeito de Aracaju, por Decreto de 21 de agosto de 1947 e elegeu-se Deputado Estadual no pleito de 02 de dezembro de 1946, Presidente da Assembleia Constituinte em 1947, suplente de Deputado Federal, em 03 de outubro de 1950, chegando a tomar assento em 1954, quando faleceu o titular da cadeira, Dr. Antônio Manuel de Carvalho Neto; além de ocupar diversos cargos por nomeação.

O Tenente-Coronel Francisco Antônio de Loyola (Cel. Loyola) é outra personalidade importante na história política da Vila de Senhora Sant'Ana de Simão Dias. Sua linhagem é oriunda da antiga povoação de Santo Antônio e Alma de Itabaiana. Ali nasceram seus avós Manoel José da Rocha e Ana Francisca do Espírito Santo, além de seu pai Ignácio Antônio de Loyola, que ainda rapaz mudou-se para as Matas de Simão Dias, onde casou-se com Antônio Francisca de Loyola, sua genitora. De data desconhecida, Francisco Antônio de Loyola nasceu no lugar denominado Saco Grande das Carahíbas, deste Termo, onde tornou-se um dos rapazes mais ilustres de sua época, licenciado para exercer a advocacia e grande senhor de terra e escravos, proprietário do Engenho Quimgimbe de fabricar açúcar. Casou-se com Quitéria de Loyola Rocha, na Fazenda Lagoa Formosa do Termo da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Riachão, no dia 16 de fevereiro de 1860, na propriedade de Marçalina Maria da Rocha e na presença do Vigário Padre Antônio da Costa Andrade da Freguesia de Simão Dias e do religioso Carmelita Frei João da Conceição e Araújo. A nupcial já era viúva de Felix José de Carvalho, delegado desta Vila de Simão Dias, morto pela Cólera Morbus em 1857. O Cel. Francisco Antônio de Loyola não teve filhos legítimos. Os seis que tiveram são frutos de um relacionamento extraconjugal que manteve com Francelina Maria de Jesus, que foram perfilhados com o consentimento de sua esposa e criados na casa grande do Engenho onde o mesmo residia. Todos eles tratavam D. Quitéria de Loyola como sua própria mãe: Leôncio Uchoa Loyola, Otaviana Leopoldo de Loyola, Leonízia Ozória de Loyola, Odilon Zózimo de Loyola, Érico Erotides de Loyola e Antônio Erasmo de Loyola.

Nesta Vila assumiu diversos cargos públicos como Juiz Municipal e de Órfãos, Delegado Literário, Presidente da Câmara, e desde 1860, tornou-se chefe do Partido Conservador. Sua habilidade para a política herdada de seu pai Ignácio Antônio de Loyola, um dos primeiros Vereadores da Vila de Simão Dias, eleito no mesmo período que ele ocupava o cargo de Juiz de Paz da Vila. Assumiu por três legislaturas o cargo de Deputado Provincial. A primeira delas no período de 15 de fevereiro a 20 de abril de 1886; em seguida, de 02 de abril a 02 de junho de 1887, além de compor a mesa do legislativo durante a última Assembleia Provincial de Sergipe, entre os dias 03 de abril a 03 de junho de 1888²⁸. Foi mantenedor de Filarmônica

²⁸LIMA JUNIOR, Francisco A. de Carvalho. Memória sobre o Poder Legislativo em Sergipe. In Revista do IHGSE. Anno IV. Vol. IV. Imprensa Oficial: Aracaju, 1919, p. 01-103.

a quem deram o nome de “Música do Loyola”, e um incansável embaixador na luta pela transferência da antiga feira da Rua do Comércio Velho para a Estrada da Caraíbas, atualmente chamadas de Calçada Dr. Joviniano de Carvalho e Avenida Cel. Loyola, uma das mais importantes da cidade. Na qualidade de Alferes da Vila de Senhora Sant’Ana foi nomeado em 05 de janeiro de 1856 para coadjuvar o trabalho dos médicos em combate ao tratamento dos enfermos infectados pela Cólera Morbus. Em 1870, por conta da bolsa de caridade disponibilizada pelo Presidente da Província, o Cel. Loyola em parceria com o Vigário Cônego Antônio da Costa Andrade, compôs a comissão de distribuição de cereais equitativamente (milho e feijão) para os plantadores pobres de Simão Dias. Ele fez parte também da comissão responsável pela aquisição de produtos expostos na Província em 1872, numa comissão formada novamente pelo Vigário Cônego Antônio da Costa Andrade, além do Major José Zacharias de Carvalho, Capitão José Marçal d’Araújo Andrade e Domingos José de Mattos. Dentre os senhores de terras de Simão Dias, foi um dos primeiros a receber a patente de Tenente Coronel da Guarda Nacional.

O Coronel Loyola faleceu em 09 de janeiro de 1890, vítima de câncer, aos cinquenta anos de idade. Durante quase meio século, a mocidade estudiosa de Simão Dias dava como certo o nome do Cel. Loyola como “Antônio Francisco Loyola”, conforme constava em um retrato posto nos salões da Prefeitura, tributo em sua memória, por iniciativa do jornal O Progresso que circulava nesta cidade. Neste mesmo retrato continha a seguinte legenda: **“Cel. Antônio Francisco de Loyola – Político de valor e saudoso benfeitor desta terra onde nasceu – Retrato tirado pelo povo simão-diense, para ser oferecido ao ‘Gabinete de Leitura’, como tributo e gratidão. – Iniciativa de ‘O Progresso’ – Diretor Umberto Freire”**. No entanto, segundo comprovam documentos públicos diversos e seu testamento assinado de próprio punho, seu verdadeiro nome era Francisco Antônio de Loyola. (DEDA, 1967, p. 151). O Gabinete de Leitura foi inaugurado no salão de honra do Conselho Municipal, no dia 25 de outubro de 1920, tendo como Presidente Diretor Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho.

O **Tenente Domingos José Ribeiro**, político de destaque em Simão Dias, foi um dos últimos Presidentes da Câmara Municipal, quando o Município ainda era Vila. Procedente da família Ribeiro, que chegou nesta Povoação no início do século XIX, nasceu por volta de 1830, filho de Antônio José Ribeiro e D. Antônia Maria do Espírito Santo. Casou-se em 1856 com Marcolina Maria de Jesus, uma jovem de 13 anos, que morreu prematuramente, em 30 de agosto de 1883. Deste casamento nascera Maximiano José Ribeiro, Cipriano José Ribeiro e o Major Tibúrcio José Ribeiro, inspetor da Tesouraria e de grande prestígio na cidade. Em 17 de março de 1863, Domingos José Ribeiro foi nomeado Presidente do Distrito Médico, que teve como membros auxiliares, o Vigário Cônego Antônio da Costa Andrade e Francisco Mathias dos Santos Fernandes. A sede do Lazareto funcionou numa casa oferecida por José Marçal de Araújo Andrade. Ainda enfrentou uma onda pandêmica de Cholera Morbus, chegando a internar 32 pacientes no Lazareto, sendo curadas 28 pessoas e apenas 04 faleceram. Nesta ocasião, Domingos José Ribeiro ocupava seu primeiro mandato de Vereador da Vila de Simão Dias, eleito nas eleições de 07 de setembro de 1860, sendo reeleito para o quadriênio seguinte. O eminente biografado foi nomeado Suplente de Subdelegado de Polícia em 02 de junho de 1864; Foi nomeado Promotor Adjunto da Comarca de Itabaiana, Termo de Simão Dias, em 1870, sendo exonerado destas funções, em 23 de setembro de 1872. Foi nomeado primeiro Suplente de Juiz de Municipal e de Órfãos, em 31 de dezembro de 1879,

vindo a tomar posse de suas funções em 05 de fevereiro de 1880. Com a reorganização do Batalhão Nº 12 da Guarda Nacional do Município de Simão Dias, o Presidente da Província o nomeou Capitão. Nas eleições ocorridas em 1882, o Tenente Domingos José Ribeiro foi mais uma vez eleito Vereador de Simão Dias, para o quadriênio de 1883-1886, período que exerceu por um tempo a Presidência da Câmara. Apesar de ser benquisto na cidade, este foi seu último cargo eletivo ou por nomeação, exercido em Simão Dias. Ele falecera em 22 de julho de 1912, aos 82 anos de idade.

O Alferes José Alves da Annuniação, político de grande influência na Vila de Simão Dias, é natural deste Termo, filho de José Marcelino da Rocha e Ana Joaquina de Jesus. Inicialmente, em 28 de julho de 1854, casou-se com Francisca Lins de Mascarenhas, na residência da própria nubente, numa cerimônia presidida pelo Vigário de Laranjeiras Padre Antônio José de Oliveira. Ela era viúva de Antônio Francisco da Conceição. Em 12 de fevereiro de 1872, sua esposa morreu aos 38 anos de idade, e o Alferes casa-se com Dona Luíza Maria de Jesus, filha do Capitão Joaquim José de Mattos e Maria Margarida de Jesus, também viúva de dois maridos: José de Jesus de Vasconcelos e Pedro José das Virgens. Apesar de inicialmente estar ligado aos Liberais, José Alves da Annuniação tornou-se forte liderança quando aliou-se ao Partido Conservador. Na terceira eleição municipal da Vila, ocorrida em 07 de setembro de 1856, foi eleito primeiro Suplente de Vereador, período que substituiu José Narciso de Menezes, quando teve seu mandato cassado. Foi Vereador durante os quadriênios 1861-1864, 1865-1868, 1883-1886, 1887-1890, sendo que neste último mandato, ele ocupou a função de Presidente da Câmara, mas falecera aos 28 de dezembro de 1888, aos 69 anos de idade.

O Coronel José Antônio de Souza Prata ou Sr. Prata, senhor de terra e de escravo, era natural da Vila de Lagarto, mas morador da Povoação de Simão Dias, desde o início do século XIX. Era filho de Manoel Dias de Souza e Joanna Luduvina da Piedade e se casou duas vezes: o primeiro enlace com Constância Maria do Sacramento, ocorreu em 15 de novembro de 1860, filha de João Damasceno e D. Marianna de Jesus, com que teve apenas dois filhos, um deles era Manoel Antônio de Souza Prata, pai do Desembargador Dr. Gervásio de Carvalho Prata. Com a morte desta, em 01 de outubro de 1864, aos 18 anos de idade, o Senhor Prata casou-se com Marianna Olímpia de Jesus, em 25 de fevereiro de 1865, filha de Francisco de Paula Vieira Gato e Josepha Maria de Jesus. Deste segundo casamento nasceram Laurinda de Souza Prata, primeira esposa do Coronel Pedro Freire de Carvalho; Agripino Souza Prata, Intendente Municipal de Simão Dias entre 1917 e 1919; Ana Souza Prata Dutra, que casou com o Intendente Alexandre Dutra da Silva; o Bacharel Dr. Salustiano Souza Prata; dentre outras personalidades influentes na política e na sociedade simão-diense.

De acordo com o Decreto Nº 5.373, de 21 de março de 1874, José Antônio de Souza Prata foi nomeado Capitão da 4ª Companhia do Batalhão Nº 12 da Guarda Nacional da Vila de Simão Dias. Com a criação do Comando Superior da Guarda Nacional da Comarca de Simão Dias, por Decreto Nº 1.397, de 21 de fevereiro de 1891, em 12 de agosto de 1892, o Capitão José Antônio de Souza Prata foi elevado a função de Tenente-Coronel Comandante do 30º Batalhão de Infantaria. Era membro do Partido Liberal ao lado do Coronel Sebastião da Fonseca Andrade, Pedro Alexandrino de Andrade, Ezequiel Profeta do Nascimento e Camilo de Mattos Hora, líderes fundadores do Club Republicano Simão-diense, fundado em

01 de dezembro de 1889. Inclusive, foi o Senhor Prata, o portador da notícia da Proclamação da República, em 26 de novembro, quando o eminente político ocupava a função de Presidente da Câmara Municipal de Simão Dias. Em 07 de agosto de 1890 foi nomeado membro do Conselho de Intendente de Simão Dias, cargo que ocupou até 03 de setembro de 1891, quando solicitou ao Governo Federado sua exoneração.

O Coronel José Antônio de Souza Prata morreu em 20 de setembro de 1912, aos 75 anos de idade. O jornal CORREIO DE ARACAJU, de 22 de setembro de 1912, em virtude de sua morte, publicou uma honrosa homenagem ao ilustre biografado, que diz: **“Regido em costumes e caracter, o saudoso e prateado morto, hoje uma tradição de benemerência, vivo, corporalizava solidamente, em seu coração consagrado as obras de generosidade e altruísmo, virtudes finas e de alto valôr, que o cobrião de epithetos laudatórios, attrahindo para elle a grande estima e consideração pública. A sua palavra era de um homem de princípios, incapaz de contemporizar com fraquezas Moraes; e suas ideias intimas e saus de um homem verdadeiramente religioso, que sabia ter em muito a família, a sociedade, a pátria e a religião de seus avós, na qual nasceu, foi creado e morreu, ainda forte e relativamente moço”** (p. 02).

O Vereador **Manoel José Ribeiro**, Alferes da Guarda Nacional, secção Vila de Simão Dias, era filho de Januário José Ribeiro e Ana Rosa de Jesus. Casou-se, em 19 de janeiro de 1865, com Marcolina Maria de Jesus, filha de João José e Maria Angélica de Jesus, num solene ato realizado na casa do Cônego Antônio da Costa Andrade e presidido pelo Padre Pedro Antônio de Almeida. Tomou assento na Câmara Municipal nos quadriênios 1877-1881 e 1887 a 1889, sendo que, nas duas legislaturas, ele assumiu a presidência da Casa. Entre os anos de 1887-1888 ele foi eleito Vice-Presidente, ao lado de José Alves da Annuniação, e após a morte deste, concorreu ao cargo de Presidente, vindo a ser eleito na Sessão Extraordinária de 07 de janeiro de 1889, embora fosse contestado seus resultados pelo grupo opositor liberado pelo Coronel José Antônio de Souza Prata. No último contrato para a construção da Casa de Mercado e durante a sua inauguração, o eminente político ocupava a Presidência da Câmara.

Com a instalação da República e a criação do Conselho Municipal, o Alferes Manoel José Ribeiro foi eleito membro durante as eleições de 01 de outubro de 1892. Em sua vida pública também foi nomeado Delegado e Subdelegado de Polícia, e Juiz Municipal do Termo. Morreu aos 65 anos de idade, no dia 11 de agosto de 1899. Na lista de Presidente da Câmara ainda aparecem como membros os negociantes Pedro Alexandrino de Andrade e José Marçal de Araújo Andrade, e o eminente Coronel Antônio Manuel de Carvalho, de quem ainda trataremos no decorrer desta obra. Quanto aqueles que assumiram a respectiva função em caráter provisório, como Antônio Francisco de Carvalho e Pedro José d’Andrade, poucos foram os dados encontrados nos anais da Câmara Municipal de Simão Dias. Sabe-se apenas que o primeiro deles, era filho de Luiz Félix de Carvalho e Maria Cesária da Conceição, casado desde 25 de janeiro de 1865 com Leandra Maria de Jesus, filha de Lourenço Pereira Bahia e Rosalina Maria de Jesus, e que faleceu em 29 de agosto de 1907; enquanto que o Tenente Pedro José d’Andrade, eleito Vereador para servir nos quadriênios 1861-1864, 1873-1876 e 1877-1881, era filho de Januário José de Jesus e Marianna Francisca de Jesus. Aliado político e amigo particular, seu casamento com Isabel Maria da Rocha, realizado em 17 de

novembro de 1858, ocorreu na residência particular de Francisco de Souza Lemos, sendo ela filha de José Francisco Borges e Maria Nunes da Rocha.

Apesar de não compor o quadro de Presidentes da Câmara Municipal da Vila de Simão Dias, duas personalidades políticas merecem destaques na história deste Município: O professor Francisco Mathias dos Santos Fernandes e o Alferes Manuel Hypólito Rabelo de Moraes. Apesar de não serem naturalizados simãodienses, exerceram papéis importantes na área da educação e da política, dividindo opiniões e ideologias, mobilizando em sua defesa, massa de políticos e a sociedade, quando era perseguido por seus opositores.

Francisco Mathias dos Santos Fernandes, catedrático e rábula, era filho de Manoel Fernandes Vianna e Rita Thomasia de Sousa. Chegou a Povoação de Simão Dias em 20 de agosto de 1849, quando assumiu a função professor de primeiras letras do sexo masculino. Naquela época, para o exercício de funções públicas era preciso prestar juramento perante as autoridades competentes, antes de iniciar seus trabalhos, caso contrário, o empregado poderia ser suspenso ou forçado a pagar multa. O eminente professor havia sido nomeado, em caráter de urgência pelo Presidente da Província Zacarias de Góis e Vasconcellos, mas diante da censurável demora da Câmara Municipal de Lagarto se reunir para empossá-lo, o mesmo se encarregou de tomar assento na cadeira que lhe foi creditada. Ele prestou seu juramento no dia 05 de setembro de 1849, como foi notificado em ofício, dirigido ao Palácio do Governo e publicado no jornal O CORREIO SERGIPENSE (22.09.1849, p. 02). Em consequência dele dar aula antes mesmo de prestar o juramento de praxe, nenhum processo foi instaurado, apenas não foi pago a ele os dias que lecionou antes de sua posse. Casou-se em 23 de maio de 1856 com Josefa Joaquina dos Santos, filha de José Joaquim dos Santos e Ana Francisca dos Santos. Destacou-se na política de Simão Dias coligando-se ao grupo dos Liberais, onde, por vezes, foi duramente redarguido por seus adversários políticos. Foi nomeado suplente de Subdelegado pelo Governador da Província (1857), foi eleito Vereador (1857-1860), e no quadriênio seguinte, Juiz de Paz (1861-1864). Seu ingresso na política de Simão Dias, rendeu muitos embates com o líder Conservador Tenente Antônio Joaquim da Rocha, sobretudo, quando este era o Presidente da Câmara e o ilustre Professor, o Juiz de Paz.

Inicialmente, o Tenente Antônio Joaquim da Rocha enviou uma carta aberta ao jornal CORREIO SERGIPENSE, datada de 27 de agosto de 1861, acusando o professor Francisco Mathias de ter abusado de seu poder e de impetrar atestados destrutivos contra seus alunos. O mesmo Tenente já havia denunciado o caso ao Governo da Província Dr. Joaquim Jacinto de Mendonça, pedindo de imediato o seu afastamento da turma de primeiras letras da Vila de Simão Dias. Embora o governo se declarasse totalmente imparcial quanto à sua preferência partidária, em 03 de outubro de 1861, o Presidente acabou aprovando a deliberação de sua suspensão, enquanto era dado andamento ao processo disciplinar que foi instaurado contra o mesmo. Diante desta suspensão, parte da população da Vila de Senhora Sant'Ana, organizaram um manifesto em favor do professor e o enviou para o Presidente da Província e o Inspetor Geral das aulas, justificando que, Francisco Mathias dos Santos Fernandes vinha sendo vilmente caluniado, deprimido e ofendido pelo Tenente Antônio Joaquim da Rocha, e que a sua suspensão era resultado de um processo disciplinar criado por uma representação forjada. Segundo dizia o abaixo assinado, o professor foi assíduo e frequente, mesmo sem receber seus ordenados, muitas vezes durante o espaço de sete ou oito meses,

quando a Província passava por uma forte crise financeira. Por fim, concluiu o abaixo assinado solicitando a reparação urgente da injusta suspensão do professor para que o mesmo retome as atividades como preceptor das crianças e jovens da Vila²⁹. Durante o tempo em que Francisco Mathias esteve afastado do cargo, a vaga foi ocupada pelo Professor Gonçalves Ferreira Bomfim, na qual tomou posse da turma no dia 29 de outubro de 1861. Este permaneceu no cargo até o dia 31 de dezembro, data na qual o eminente letrado reassumiu sua turma, após ser absolvido no processo instaurado contra ele. Não satisfeito com os resultados, o aludido Presidente da Câmara iniciou um processo de cassação de seu mandato de 2º Juiz de Paz, sob a justificativa de incompatibilidade de funções, mesmo ele tendo exercido este cargo desde sua posse, em janeiro de 1861. Após julgado e exonerado oficialmente, Francisco Mathias foi transferido em 08 de agosto de 1864 para a cidade de Estância, onde permaneceu como professor público de primeira letras até 09 de agosto de 1869, quando solicitou ao Governo da Província, sua jubilação provisória. Para a vaga de Juiz de Paz foi empossado o seu imediato José Joaquim de Santa Anna e Souza.

O Alferes **Manuel Hypólito Rabelo de Moraes** era natural do Povoado Sabão, Termo de Patrocínio do Coité, atual Paripiranga/BA, nascido em 13 de agosto de 1832. Casou-se com D. Josefa Francisca de Sousa, em março de 1860, com quem teve diversos filhos, quase todos nascidos e batizados na Freguesia de Senhora Sant'Ana de Simão Dias, porém, só quatro deles sobreviveram. Chegou a esta Vila após seu casamento, e logo filiou-se ao Partido Conservador do qual o Coronel Loyola era o chefe, tornando-se Subdelegado de Polícia, função que exerceu por três anos até ser nomeado efetivo, por mais quatro anos. Foi eleito Vereador da Vila em 07 de setembro de 1876, chegando a assumir provisoriamente a Presidência da Câmara. Em março de 1883 mudou-se para o Município de Itabaiana, onde permaneceu neutro na política até 1889, ano que findou o Império. Em 12 de dezembro de 1890, com a criação do Foro da Vila de São Paulo (atual Frei Paulo), foi nomeado Subdelegado de Polícia, cargo que exerceu até o Governo de Felisbello Freire, quando, por este, foi nomeado suplente do Delegado de Polícia. Durante a administração do Cel. José de Calazans Silva foi nomeado Presidente do Conselho, depois eleito Intendente do Município de Frei Paulo (1898). Por fim, no Governo de Dr. Josino Menezes, foi novamente nomeado Delegado de Polícia, função que desempenhou até dezembro de 1911. Faleceu na referida Vila, em 25 de julho de 1912, aos 80 anos de idade.

²⁹ A pedido, o jornal CORREIO SERGIPENSE transcreveu na íntegra o abaixo assinado com as seguintes subscrições dos pais dos alunos, diretores e alguns populares: José da Motta Ribeiro, Juiz Municipal em exercício. – Padre José Rodrigues de Freitas, coadjutor. – Manoel Francisco Estrella, negociante. – Lourenço Pereira Bahia, lavrador. – Domingos José Ribeiro, negociante. – José Felipe de São Tiago, artista. – Antônio Aniceto Pacheco, negociante. – Carlos José Lino de Meneses, artista. – Januário José Ribeiro, lavrador. – Antonio Francisco de Paula, negociante. – Francisco de Souza Lemos, negociante. – Pedro Vidal d'Oliveira, negociante. – Pedro Alexandrino de Andrade, negociante. – Francisco Antonio d'Oliveira, negociante. – Manoel Luciano de Jesus, negociante. – Lourenço Justino de Andrade, negociante. – José Antonio de Souza Prata, negociante. – José Francisco das Chagas, Alfaiate. – Cypriano José da Costa, negociante. – Caetano José Pereira Guimarães, negociante. – Francisco José do Nascimento Lubambo, negociante. – Antonio Joaquim da Paixão, empregado público. – Antonio Manoel da Cruz Junior, negociante. – José Verissimo de Andrade, empregado público. – Luiz José de França, lavrador. – José Joaquim de Sant'Anna Souza, lavrador. – Josino José da Silva Lisboa, empregado público. – Pedro Vidal de Cruz, lavrador. – Escolástico Martins de Santa Anna, lavrador. – José Lourenço da Rocha, lavrador. – Manoel Joaquim Pereira Neris, lavrador. – Manoel Ferreira Carlos, lavrador. – João Ribeiro Capristano, lavrador. – Francisco Borges da Fonseca Doria, lavrador. – Felipe José d'Oliveira, lavrador. – Theotonio José d'Oliveira, lavrador. – Manoel Esteves de Meneses, lavrador. – José dos Santos Carregosa, alfaiate. – Maximiano José de Góis, lavrador. – Victor José de Santa Anna, lavrador. – Alexandre José de Carvalho, lavrador. – José de Mattos Freire de Carvalho, lavrador. – Antonio Francisco de Jesus, negociante. – Joaquim Januário de Carvalho, lavrador. – Bernardino Pereira de Carvalho, lavrador. – Alexandre Pereira dos Santos, artista. – João Pereira Franklin, lavrador. – Justino José d'Andrade, artista. – Joaquim Manoel d'Oliveira, seleiro. – Joaquim José de Sant'Anna Junior, negociante. – José Dias da Rocha Fontes, negociante. – Luís Paulino da Rocha, negociante (O CORREIO SERGIPENSE, 09.11.1861, p. 02).

Com a República, a Vila de Senhora Sant'Ana de Simão Dias é elevada à categoria de Cidade

Após a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, toda a Província de Sergipe passou a manifestar seu apoio ao novo regime. Segundo DEDA, a notícia de que o Imperador Dom Pedro II havia sido destituído do poder chegou a Simão Dias no dia 26 de novembro de 1889, trazida pelo Presidente da Câmara Tenente-Coronel José Antônio de Souza Prata, que na época, estava na capital da Província. Este fato também foi mencionado por GÓIS, em sua obra *A República de Sergipe*, quando ele afirma que as lideranças políticas da Vila de Simão Dias manifestaram-se a favor do regime entre os dias 24 de novembro a 01 de dezembro daquele mesmo ano. Parte dos Vereadores já declarados republicanos, como o Coronel Antônio Alexandrino de Andrade, Tenente Camilo de Mattos Hora e o Alferes Justino José das Virgens, se dirigiram a Casa da Câmara e propôs uma aliança partidária entre seus pares, que foi aceita unanimemente por todos os membros do Legislativo. O que parecia impossível aconteceu. O advento da República brasileira uniu antigos aliados do Partido Conservador e Liberais de Simão Dias, logo após ser proclamada. O Vereador Tenente Camilo de Mattos Hora, tomou a palavra naquela memorável Sessão Extraordinária e congratulou a egrégia Câmara, por ver unidos todos os seus membros, que, em seguida, assinaram o manifesto e registraram em Ata:

“Cidadãos! A Câmara Municipal desta Villa, em sessão extraordinária de hoje, interpretando os votos de seus munícipes, deliberou, por unanimidade, felicitar o insigne cidadão Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, que consultado lealmente os sentimentos do povo brasileiro, fez proclamar República esta Pátria que tanto amamos! Cidadãos! A Câmara Municipal de Simão Dias, rejubila-se por tão feliz acontecimento e com particular agrado a aclamação do cidadão Felisbelo Firmo de Oliveira Freire, para Presidente deste Estado Federal, a quem pede fazer chegar suas saudações ao Governo Central dos Estados Unidos do Brasil! Simão Sias, 26 de novembro de 1889” (A SEMANA, 20.10.1946, p. 01).

É importante notar que o Tenente Coronel José Zacharias de Carvalho foi o primeiro chefe distrital do Partido Republicano e o primeiro a assinar o manifesto de apoio e adesão a Proclamação da República, ao governo do Marechal Manoel Deodoro da Fonseca e a indicação de Dr. Felisbelo Firmo de Oliveira Freire, que foi nomeado para o cargo de Presidente deste estado. Outros cidadãos eminentes, como o professor e rábula Coronel Raphael Archanjo Montalvão, o Tenente-Coronel Antônio Manuel de Carvalho, o clínico Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho e o Coronel Pedro Freire de Carvalho, também assinaram o manifesto de adesão ao regime.

Antes da nomeação de Felisbelo Firmo de Oliveira Freire, o governo provisório de Sergipe foi composto pelos cidadãos Capitão José de Siqueira Menezes, Coronel Antônio de Siqueira Horta e o Major Antônio Diniz Dantas e Mello, sendo estes dois últimos substituídos pelo

Coronel Vicente Luiz de Oliveira e o professor Balthazar Góis, em 17 de novembro de 1889. Os dignos triúmviros nomearam, em 21 de novembro de 1889, o Major Manoel Antônio da Cruz Andrade³⁰, para assumir o cargo de Delegado de Polícia de Simão Dias, dividindo as opiniões entre os apoiadores da República desta referida Vila. Enquanto um grupo aplaudia os membros do governo pela nomeação do Delegado, o outro protestavam energicamente esta indicação. O próprio Cel. José Zacharias de Carvalho, sogro do Major, ainda visitou o professor Balthazar Góis, a fim de convencê-lo a manter seu genro no cargo, apesar de ser comprovada a sua impopularidade diante das duas mensagens enviadas e subscritas pela população de Simão Dias. A primeira delas, que declarava de bom grado a nomeação de Manuel Munganga foi assinada por 68 cidadãos, enquanto que a segunda, que repudiava e pedia sua deposição, obteve as subscrições de 151 cidadãos, entre os quais se destacavam quatro membros do Câmara Municipal e três Juizes de Paz. Gabriel Archanjo Montalvão, que manifestou-se contrário a nomeação do Delegado, declarou seu apoio ao Major, num texto a parte, justificando que, inicialmente, havia sido ludibriado pelos opositores, que afirmavam que o abaixo assinado seria apenas um manifesto de adesão a causa republicana. O Major Manoel Antônio da Cruz Andrade manteve-se no cargo até o dia 27 de dezembro de 1889, quando por decisão do governo, foi exonerado de suas funções e substituído pelo Tenente-Coronel Antônio Manuel de Carvalho. Em 21 de dezembro de 1889, Felisbello Freire já havia sido nomeado primeiro Governador do Estado Federado de Sergipe, cargo que exerceu até 17 de agosto de 1890. Por Decreto de 27 de dezembro de 1889, ele dissolveu a Câmara Municipal de Simão Dias e criou a Junta Governativa ou Conselho de Intendência. Este Conselho era composto pelo Tenente-Coronel Antônio Manuel de Carvalho, Padre José Joaquim Ludovice e o Capitão Sebastião da Fonseca Andrade, sendo que, este último, foi nomeado Presidente da Junta, ambos empossados, em 07 de janeiro de 1890. De acordo com o disposto no Artigo 4º, de 27 de dezembro de 1889, um de seus primeiros atos do Conselho de Intendência, era proceder a um exame completo sobre a receita e despesas referente a administração da antiga Câmara Municipal, verificando-se os contratos ou quaisquer outros serviços, e de como foram aplicados os recursos. Neste relatório foi incluído também as informações necessárias relacionadas ao contrato da construção do barracão ou Casa de Mercado, com declaração da Ata em que foi assinado o contrato e seus valores.

³⁰ Manoel Antônio da Cruz Andrade ou Manuel Munganga morreu em 22 de dezembro de 1910 com 64 anos de idade. (LIVRO DE ÓBITO DA PARÓQUIA DE SENHORA SANT'ANA. N° 07. 1904-1912). Era filho de Pedro Vidal da Cruz e Ana Francisca de Jesus, batizado solenemente na Matriz de Senhora Sant'Ana, em 31 de março de 1845, aos três meses de idade, numa cerimônia presidida pelo Frei João da Conceição. Casou-se com Antônia Francisca de Carvalho, em 13 de junho de 1882, filha do Cel. José Zacharias de Carvalho e D. Delfina Maria dos Anjos (LIVRO DE CASAMENTO DA PARÓQUIA DE SENHORA SANT'ANA. N° 04. 1878-1894). [Grifo do autor]



Felisbello Firmo de Oliveira Freire
Fonte: Galeria de Governadores de Estado – Palácio
Olimpio Campos – Aracaju/SE

Dr. Felisbello Freire decretou por Ato Nº 51, de 12 de junho de 1890, a emancipação política de Simão Dias, dias depois de nomear o novo conselheiro da Intendência, o MM. Senhor Juiz Municipal e de Direito Dr. Zacharias Horácio dos Reis, a pedido da Junta Governativa, e por se achar vago. A nomeação oficial ocorreu em 09 de junho, no mesmo dia em que o magistrado recebeu a comunicação para assumir de imediato o exercício de suas funções. Sua indicação ocorreu no dia 04 de maio, em substituição ao Vigário Padre José Joaquim Ludovice, que, a seu pedido, teria sido exonerado no dia 18 de abril daquele mesmo ano. Dr. Zacharias Horácio dos Reis já havia sido Presidente da Comissão Municipal de revisão e qualificação de eleitores de Simão Dias, em conformidade do Art. 22, do DOC. Nº 200, de 08 de fevereiro de 1890, junto ao Presidente da Intendência Capitão Sebastião da Fonseca Andrade e o Delegado de Polícia Cel. Antônio Manuel de Carvalho. Contudo, o aludido magistrado permaneceu no cargo até o dia 03 de março de 1891, quando, por ato do Governo Federado, foi exonerado por incompatibilidade de suas funções de Juiz Municipal e de Direito, sendo logo substituído pelo Tenente Camilo de Mattos Hora. Por Ato oficial de 07 de agosto de 1890, o Governo resolveu elevar para cinco, o número de membros do Conselho Municipal, como era sua antiga formação na Casa da Câmara. Assim, sendo, dois deles foram imediatamente ocupados pelo Major Manoel Antônio da Cruz Andrade e o Coronel José Antônio de Souza Prata.

Outras substituições ocorreram durante os primeiros anos da Era Republicana até se compor definitivamente a Junta Governativa do Município e ocorrer a posse do Intendente e os membros do Conselho Municipal, eleitos por votos diretos, no pleito de 01 de outubro de 1892. O Tenente-Coronel Antônio Manuel de Carvalho, que vinha acumulando as funções de Delegado de Polícia e Intendente, desde o dia 27 de dezembro de 1889, resolveu pedir exoneração do cargo de comissário para se ocupar apenas da função de Conselheiro. Em 27 de agosto de 1890, o Governo do Estado Federado, em vista da proposta do Dr. Chefe de Polícia, exonera o Tenente-Coronel Antônio Manuel de Carvalho e nomeia para substituí-lo, o Capitão Sebastião de Fonseca Andrade. Este, por haver aceitado o lugar de Delegado de Polícia da mesma localidade onde ocupava a Presidência do Conselho, cargos que não podiam serem mais acumulados, foi afastado da função de Intendente e substituído pelo Coronel Antônio Alexandrino de Andrade, que permaneceu no cargo até o dia 09 de dezembro de 1890. O Vice-Governador em exercício, Dr. Lourenço Freire de Mesquita Dantas, o exonera e nomeia para substituí-lo, o professor e rábula Coronel Raphael Archanjo Montalvão. Com a saída do Capitão Sebastião de Fonseca Andrade, a vaga de Presidente do Conselho de Intendente passou a ser ocupada pelo Tenente-Coronel Antônio Manuel de Carvalho. Em 03 de setembro de 1891, a pedido do Coronel José Antônio de Souza Prata, o Governador concede sua exoneração de Conselheiro Municipal, sendo substituído por Manoel Marques de Jesus. Observe a Tabela abaixo:

NOMEAÇÃO / EXONERAÇÃO	CONSELHO DE INTENDENTES	FUNÇÃO
27.12.1889 27.08.1890	Capitão Sebastião da Fonseca Andrade	Presidente
27.12.1889 27.08.1890*	Tenente-Coronel Antônio Manuel de Carvalho	Membro e Presidente
27.12.1889 18.04.1890	Padre José Joaquim Ludovice	Membro
09.06.1890 03.03.1891	Dr. Zacharias Horácio dos Reis	Membro
07.08.1890 03.09.1891	Capitão José Antônio de Souza Prata	Membro
07.08.1890	Major Manoel Antônio da Cruz Andrade	Membro e Vice-Presidente
27.08.1890 09.12.1890	Coronel Antônio Alexandrino de Andrade	Membro
09.12.1890	Professor Raphael Archanjo Montalvão	Membro
03.03.1891	Tenente Camillo de Mattos Hora	Membro
03.09.1891	Alferes Manoel Marques de Jesus	Membro

* Data de sua nomeação como Presidente do Conselho de Intendente.

FONTE: Pesquisas realizadas no Jornal O REPUBLICANO 1889-1891

Na Ata de instalação da Comarca do Alto Vasabarris, datada de 20 de novembro de 1891, e subscrita pelo escrivão oficial Christóvão Moreira da Costa, quatro dos cinco membros que compõem o Conselho de Intendentes são citados no referido documento: o Tenente-Coronel Antônio Manuel de Carvalho (Presidente da Intendência), o Major Manoel Antônio da Cruz Andrade (Vice-Presidente), Alferes Manoel Marques de Jesus e o Coronel Raphael Archanjo Montalvão, omitindo, apenas, o último designado para o cargo, Tenente Camilo de Mattos Hora. A Comarca do Alto da Vasabarris foi criada de acordo com a Lei Nº 03, de 19 de setembro de 1891, composta dos Termos de Simão Dias, Lagarto e Riachão, tendo por sede a cidade de Simão Dias, extinguindo, assim, a antiga Comarca de Lagarto, como veremos no capítulo seguinte.

A nova gestão da cidade: Simão Dias para a ser exercido por um Intendente e o Conselho Municipal

Por Decreto de 21 de novembro de 1890, o Vice-Governador em exercício, também Juiz de Direito da Comarca do Rio Real/Sergipe, Dr. Lourenço Freire de Mesquita Dantas, promulgou provisoriamente a Constituição Estadual de Sergipe, pela qual, nos Artigos 70 e 71, cada Município seria governado por um Conselho Municipal, eleito para exercer suas funções por

período de quatro anos. Esta Constituição foi revogada em 08 de junho de 1891 por uma Assembleia Constituinte, convocada e instalada no início daquele ano. Dentre os constituintes eleitos, em 10 de março de 1891, estavam o Juiz de Direito de Simão Dias, Dr. Heráclito Diniz Gonçalves e o clínico Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho, que assumiu a função de primeiro Secretário. A partir desta nova Constituição, a primeira promulgada no Estado, os Municípios passaram a ser administrado por uma Câmara de Vereadores e um Presidente, eleito anualmente por voto direto.

Com a renúncia do Presidente da República Marechal Manuel Deodoro da Fonseca e a ascensão do alagoano Marechal Floriano Peixoto, muitos governos estaduais que não eram favoráveis ao novo Presidente, foram destituídos de seus cargos e seus imediatos tiveram que promulgar outra Constituição. O Marechal de Ferro depôs o Presidente Cel. Vicente Luís de Oliveira Ribeiro, em 24 de novembro de 1891, e o substituiu pelo Comandante da Guarnição Federal do Estado, o Major Joaquim Baltazar da Silveira. Quatro dias depois, por meio do Decreto Nº 17, o Major transferiu a administração do Estado para uma Junta Provisória, formada pelos cidadãos Dr. Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825-1909), Dr. Olyntho Rodrigues Dantas (1861-1932) e Marcelino José Jorge (1860-1945), que se mantiveram frente à administração do Estado até 18 de maio de 1892. Esta Junta considerou sem nenhum efeito todos os atos do Governador Vicente Luís de Oliveira Ribeiro, revogando a Constituição Estadual de 1891 e dissolvendo a Assembleia Constituinte, eleita em 10 de março daquele mesmo ano, por Decreto Nº 21, de 05 de janeiro de 1892, e convocando, em seguida, uma nova Assembleia, desta vez presidida pelo Padre Olímpio de Souza Campos e outros constituintes, dos quais foram eleitos os Coronéis Sebastião da Fonseca Andrade e Raphael Archanjo Montalvão. Outro ato revogado do Governador Vicente Ribeiro foi as eleições para Vereadores, que estavam previstas para acontecer em todo Estado de Sergipe, em dezembro de 1891. A Constituição de 18 de maio de 1892 determinava que a sede de cada município passaria a ser exercido por um Intendente e um Conselho, ambos eleitos pelo povo, com mandato de quatro anos. De acordo com a Lei Nº 130, de 04 de abril de 1895, e confirmada pela Reforma Constitucional de 10 de outubro de 1901, este mandato foi diminuído para um biênio, com o direito de seus membros concorrerem à reeleição (CARVALHO, 1973, p. 45).

As eleições municipais para o cargo de Intendente no Estado de Sergipe ocorreu em 01 de outubro de 1892. Em Simão Dias, o Tenente-Coronel, professor e advogado provisionado Raphael Archanjo Montalvão (1854-1934), foi eleito com 470 votos, mas não assumiu o cargo, devido aos sérios desentendimentos com o chefe político local, líder dos “Pebas” e Presidente do Club Republicano Simãodiense, o Capitão Sebastião da Fonseca Andrade, futuro Barão de Santa Rosa. Este era muito influente na política, uma espécie de senhor feudal, onde nada se fazia ou podia fazer sem o seu consentimento, ou pelo menos tolerância de sua parte. Este poder era garantido pelo Presidente do Estado, com quem ele tinha afinidade e para quem ele enviava cotidianamente nomes de aliados políticos, indicados para assumir certos cargos públicos nesta cidade, como soldados, Delegados, Subdelegados, Promotores e Juízes Municipais, até mesmo Conselheiros e Intendente, mesmo sendo estes dois últimos, cargos eletivos. Como era de costume, quando determinado partido opositor assumia as rédeas do poder no Estado, mudanças imediatas ocorriam nas Vilas e cidades do interior: o destacamento policial era sumariamente substituído por cidadãos de sua confiança; era entregue uma lista negra com o nome dos adversários que tinham de sofrer, por

inconveniências ou acintes perpetrados, ou como vingança de represálias anteriores. Muitos que haviam sofridos perseguições, davam o troco, por isso, sucediam-se uma série de prisões e degredos, até que se concluisse o mandato. Enfim, devido ao desentendimento entre os chefes locais, o Tenente-Coronel Raphael Archanjo Montalvão instalou a sede de seu governo na Fazenda “Domingos dos Santos”, a duas léguas da cidade, após fugir com o Livro de Ata, quando percebeu o movimento conspiratório do Capitão Sebastião da Fonseca Andrade e seus aliados. Este último invadiu a Casa da Câmara e se fez também Intendente do Município com o apoio reservado do Governo Estadual (DEDA, 1967, p. 63).

Na Fazenda, sobre a tosca mesa do vaqueiro foram lavradas as Atas mais interessantes, os protestos mais enérgicos contra a violência e os decretos de cunho legalista que não foram executados. Os amigos que lá apareciam, iam escondidos, e quando perceberam as ameaças de invasão a esta sede, sumiram todos, inclusive o secretário *ad-hoc* para assinar os atos do governo³¹. Esta dualidade de governo durou pouco tempo, já que, sem as garantias e o apoio que esperava do Presidente do Estado, e a ausência de seus companheiros, que aos poucos aderiam ao adversário, o Tenente-Coronel Raphael Archanjo Montalvão resolveu renunciar ao seu mandato de Intendente (IDEM, 1967, p. 63-64). Após a consequente renúncia, todos os eleitos foram destituídos dos cargos e o poder ficou sob os desmandos do Capitão Sebastião da Fonseca Andrade e seus partidários.

Diante do esboço biográfico organizado por DEDA e Armindo GUARANÁ, além das informações contidas na imprensa sergipana e nos raros registros da Câmara Municipal de Simão Dias, foi possível reunir importantes fatos da história do Tenente-Coronel Raphael Archanjo Montalvão, deste eminente rábula, político e catedrático, que viveu aqui durante 44 anos e que a história rudemente o ignorou. Filho de José Esteves de Montalvão e Ana Manuela do Rosário, nasceu em Vila de Campos do Rio Real (atual Tobias Barreto), em 22 de outubro de 1854. Deixou a casa de seus pais e mudou-se para Vila de Lagarto, aos doze anos de idade, onde estudou as primeiras letras e francês, e, deste modo preparado, em 1872, foi nomeado professor substituto da cadeira do Ensino Primário daquela Vila. Em 1875 foi transferido como professor efetivo para a Vila de Riachão. Em Simão Dias assumiu o cargo de professor público do Ensino Elementar, em 22 de março de 1879, e, em 15 de abril de 1890, foi transferido para a Vila de Capela.

Na memória de DEDA, o biografado **“era um homem alto, de corpo delgado, tês alva e acetinada, trajava com o aprumo de um fidalgo português. De chapéu preto com o mesmo jeito que saíra da loja, de paletó, de boa alparcata preta e calça listrada, colarinho duro de pontas viradas, gravata escura de manta, e segurando com firmeza a inseparável bengala, com a qual ia batendo aqui e acolá numa pedra mal colocada nos calçamentos das ruas, como que fazendo instintivamente uma crítica moderada e discreta contra os administradores que lhe sucederam”** (A SEMANA, 30.01.1954, p. 04). Casou-se em 06 de maio de 1876, na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade



Cel. Raphael Archanjo Montalvão
(Professor, rábula e Intendente de Simão Dias)
Acervo de Jorge Barreto Matos

³¹ A SEMANA, 16, 23 e 30 de janeiro de 1954 apud Revista do IHGB. N° 22. Vol. XVII 1955-1958, p. 135-140)

de Lagarto, com D. Ana de Almeida Montalvão, filha do comerciante Francisco José de Almeida e Claudina de Almeida Menezes com quem teve 14 filhos, grande parte deles falecidos prematuramente. Apenas seis deles sobreviveram. Sua filha mais velha, Aurora Montalvão, casou-se com Joaquim José de Mattos, filho do Padre João Antônio de Figueiredo Matos e Donária Gracinda Lins.

Por ordem do Vice-Presidente da Província, conforme requereu o Professor Raphael Archanjo Montalvão, na petição documentada por Ofício Nº 95, de 30 de abril de 1881, foi concedido, em 04 de maio daquele mesmo ano, o título de vitaliciedade do Magistério público do Ensino Elementar da Vila de Simão Dias. Mesmo com sua carreira consolidada como catedrático nesta e em outras Vilas da Província, em 27 de setembro de 1882, o eminente professor solicitou ao Presidente da Província uma licença de 05 anos para concluir os seus estudos preparatórios e cursar qualquer Faculdade do Império, em vista de uma Resolução Provincial que autorizava esse tipo de licença. O mesmo apresentou um substituto habilitado para a cadeira de Simão Dias (JORNAL DE SERGIPE, 04.10.1882, p. 01). Neste período, o Poder Judiciário deu a autorização para ele exercer, em primeira instância, a postulação de rábula. Aos 36 anos de idade chegou a montar sua banca de advogado provisionado, função que assumiu por mais de 40 anos, vencendo diversas causas na Primeira Instância dos Tribunais, inúmeras vezes advogando gratuitamente em defesa dos pobres e amigos afortunados, o que contribuiu para que ele não acumulasse riquezas. Prova de sua probidade e simplicidade está no valor de seu espólio deixado para os seus seis filhos, uma importância equivalente a quinhentos mil Réis. Segundo DEDA, durante seu legado político, raramente teve o reconhecimento de seus aliados. Nos atos acertados os méritos ficavam para os outros, em contrapartida, os erros eram seus, restando o papel de “bode expiatório”. Recebia dos próprios amigos alcunhas de Raposa, Golpista e Manobrista, para se exculparem de suas más escolhas. Mesmo assim, seu caráter e honestidade prevaleciam. Estudioso de diversos assuntos relacionados a Província de Sergipe e Bahia, foi autor de textos como “Bahia-Sergipe: Questão de limites”, publicado no O ESTADO DE SERGIPE, de 30 de julho de 1914; “O caso de Anápolis. Protesto aos Altos Poderes da Nação e ao Público”, de 09 de setembro de 1914, e “Limites de Bahia e Sergipe”, em 11 de novembro de 1914, ambos publicados no JORNAL DO POVO de Aracaju. O primeiro texto citado, Raphael Archanjo Montalvão também publicou no JORNAL DO POVO, nas edições de 30 de julho a 01 de agosto de 1915.

Raphael Archanjo Montalvão foi eleito Deputado Constituinte em 1892, onde se destacou na elaboração da Constituição do Estado de Sergipe. Neste mesmo ano findou seu mandato e retornou à cidade de Simão Dias, lançando-se candidato a Intendente Municipal, sendo eleito no fatídico pleito de 01 de outubro, que o levou à renúncia do cargo, como já mencionamos aqui. Foi reeleito Deputado Estadual em mais de uma legislatura, algumas delas em períodos contínuos (1902-1907 e 1912-1916), e nos intervalos de cada mandato chegou a assumir, por diversas vezes, a Presidência da Câmara Municipal de Simão Dias e a própria Intendência, ambas em caráter permanente ou como substituto legal. Neste Termo também assumiu as funções de Juiz Municipal, como suplente ou titular, uma delas para o quadriênio 1904-1907, por Ato de Nº 150, juntamente com Francisco Antônio de Carvalho e Izidoro Julião do Nascimento. Por Ato Nº 254, de 07 de dezembro de 1907, reassumiu suas funções de Juiz Municipal, mas não chegou a concluir o mandato. A seu pedido, foi exonerado em 13 de janeiro de 1908, sendo de imediato substituído pelo Tenente-Coronel Francisco da

Cruz Andrade. Em 23 de abril de 1908 foi nomeado Delegado de Higiene de Simão Dias, por Ato Nº 52, do Presidente Guilherme de Souza Campos. Em 22 de maio de 1917 foi nomeado Promotor Público da Comarca de Simão Dias, cargo que ocupou até 06 de abril de 1918, quando assumiu a Exatoria Estadual de Anápolis (antiga denominação de Simão Dias). Ele já havia assumindo a função de Promotor adjunto na Vila de Lagarto (1875), e, neste Termo, por nomeação de 25 de abril de 1891. Quando foi constituída a Delegacia da Comissão de Organização das Forças de 2ª Linha (Guarda Nacional) nas Comarcas, o General Manoel Antônio da Cruz Brilhante o nomeou Tenente-Coronel das subcomissões de Anápolis. Sua nomeação como Exator Estadual ocorreu em 14 de maio de 1918, de acordo com o Ato Nº 51, do Governador do Estado Manoel P. de Oliveira Valladão. Em 23 de outubro de 1923, data de sua exoneração, ele deixa a vida pública. Morreu, aos 80 anos de idade, no dia 28 de agosto de 1934, sendo sepultado, às 17 horas, no Cemitério São João Batista, desta cidade, onde, em 14 de novembro de 1935, também foi inumada sua esposa Dona Ana Almeida Montalvão.

Com a ausência de documentos oficiais, assim como a carência de jornais da época, o resultado da disputa política travada pelo Capitão Sebastião da Fonseca Andrade contra o Cel. Raphael Archanjo Montalvão não ficou bem definida. Provavelmente, quando o Intendente eleito renunciou ao cargo, favorecendo os desmandos do futuro Barão de Santa Rosa, houve uma aliança forçada entre ambos, na qual levou o Professor eleito por vias diretas a reassumir a Intendência, agora empossado oficialmente no cargo que era seu por direito. Este acordo foi chamado nos manuscritos de Dr. Gervásio de Carvalho Prata de “acordo de cavalheiros”, como assim discorreu no esboço biográfico do futuro Barão de Santa Rosa: **“Mas ao lado de um processo assim primitivo, desencorajando, os entusiasmos pela recente república no Brasil, há o belo advento de um acordo político entre os mesmos chefes que se gladiaram, em virtude do qual e ‘sob palavra de cavalheiro’, dividiam entre os dois respectivos partidos, os cargos de Juiz de Paz, de Intendente, e de Conselheiros Municipais. Era isso [...] o pacto estava assinado por Raphael Archanjo Montalvão, José Zacharias de Carvalho e Antônio Manuel de Carvalho; Sebastião da Fonseca Andrade, José Antônio de Souza Prata e Tito Lívio Vieira Dortas”**. Nos Anais da Câmara dos Deputados de 1894, durante o inquérito do tiroteio ocorrido na Praça da Matriz entre os partidários do Cel. José Zacharias de Carvalho e, mais uma vez, o agora Cel. Sebastião da Fonseca Andrade, há uma carta do Intendente Cel. Raphael Archanjo Montalvão, dirigida ao Presidente do Estado Dr. José Calazans, que confirma sua ascensão ao cargo de Intendente de Simão Dias, o primeiro na história deste Município. De acordo com o acervo documental do APES, para o quadriênio 1893 a 1896, a composição do poder político-administrativo de Simão Dias ficou assim distribuídos:

DATA DA ELEIÇÃO	PERIODO	INTENDENTE	CONSELHEIROS MUNICIPAIS
01/10/1892 (Eleição)	1893-1896 (Quatriênio)	Coronel Raphael Archanjo Montalvão	Coronel Sebastião da Fonseca Andrade (P) Alferes João José da Conceição (VP) Capitão Jerônimo José da Rocha (S) Tenente José Antônio de Souza Prata (C) Tenente Camilo de Mattos Hora (C) Alferes Manoel José Ribeiro (C)

			Alferes Manoel Marques de Jesus (C)
Presidente (P)	Vice-Presidente (VP)	Secretário (S)	Conselheiro (C)

Fonte: APES, CM7, Vol. 03, DOC. 02

O Conselho Municipal de Simão Dias foi instalado no dia 01 de janeiro de 1893, no mesmo dia que ocorreu a solenidade de posse de seus membros. É importante lembrar que a Vila de Simão Dias havia sido emancipada politicamente em 12 de junho de 1890, dando maior ênfase àquele momento, quando inaugurava-se uma nova era para os seus munícipes, desta vez, totalmente independente do jugo das autoridades políticas lagartenses.

O Regimento interno do Conselho Municipal de Simão Dias foi alterado no ano seguinte, por meio de Lei Nº 19, de 20 de abril de 1894, determinando que as eleições para a composição da Mesa do referido Conselho, deveriam ocorrer de seis em seis meses, diferentemente da anterior, que eram realizadas na primeira sessão ordinária de cada ano. Neste quadriênio, entre os membros da Casa Legislativa, apenas o Cel. Sebastião da Fonseca Andrade foi eleito e reeleito Presidente do Conselho. Em 24 de outubro de 1894, o Tenente-Coronel José Antônio de Souza Prata assumiu o exercício do cargo, quando o futuro Barão de Santa Rosa tomou assento na Assembleia Legislativa do Estado. Retomando o cargo, em 01 de janeiro de 1895, o Coronel foi reeleito como Presidente do Conselho, mas teve que assumir a Intendência Municipal, porque o Professor Raphael Archanjo Montalvão havia sido mais uma vez afastado de suas funções. Eleito Vice-Presidente, o Tenente Camilo de Mattos Hora tornou-se seu imediato, primeiro tomando assento no cargo de Presidente da Casa, e, depois, em 18 de março de 1895, assumindo a Intendência, enquanto o Cel. Sebastião da Fonseca Andrade participava da Sessão Extraordinária como Deputado Estadual, convocada para o dia 20 de março daquele mesmo ano. Em 01 de outubro de 1895, período da quarta Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Simão Dias, o Tenente-Coronel José Antônio de Souza Prata assumiu interinamente a Presidência da Casa. Ainda nesta legislatura, o Alferes João José da Conceição foi eleito e reeleito Vice-Presidente do Conselho (1893-1894) e o Capitão Jerônimo José da Rocha assumiu as funções de Secretário durante

os quatro anos. Em 22 de janeiro de 1893 também foi formada a Comissão Municipal, composta por José Antônio de Souza Prata (Presidente), Jerônimo José da Rocha, Pedro Freire de Carvalho, Vicente José Ribeiro e Antônio José Ribeiro.

Dois fatos marcaram o período do mandato do Tenente Camilo de Mattos Hora como Presidente do Conselho: A eleição de dois Conselheiros para substituírem os Alferes Manoel José Ribeiro e Manoel Marques de Jesus, e a suspensão da Sessão Ordinária de 06 de julho de 1895, em razão da morte do Marechal Floriano Peixoto, ocorrida em 29 de junho do mesmo ano. Os Alferes Manoel José Ribeiro e Manoel Marques de Jesus haviam sido suspensos de seus mandatos, por faltar três Sessões Ordinárias consecutivas, entre os meses de julho a outubro de 1894, além das Sessões Extraordinárias de 10 de novembro a 13 de dezembro do mesmo ano, sem causas justificadas. Em contrapartida, outras fontes apontam as principais razões de suas cassações, dentre elas, a que foi descrita por MATTOS (2007), em sua obra “Sesquicentenário do Barão de Santa Rosa”, quando ele faz menção a um documento oficial, datado de 02 de julho

de 1894, que foi encaminhado pelo Coronel Sebastião da Fonseca Andrade ao Juiz Seccional do Estado Dr. Lourenço Freire de Mesquita Dantas, notificando-o sobre sua reeleição para o cargo de Presidente do Conselho Municipal de Simão Dias e prevenindo-o da farsa de dois membros suplentes da Casa, aliados de seus adversários, que realizaram clandestinamente outra eleição, da qual foi eleito Presidente, o Alferes Manoel José Ribeiro.

De acordo com o Ofício, a primeira eleição ocorreu na Casa do Conselho, no primeiro dia útil do mês de julho, conforme estava previsto por Lei Nº 19, de 20 de abril de 1894. Segundo a Ata Oficial, que foi anexada ao documento destinado ao Juiz Seccional, às 10:00 horas da manhã, na Sala de Sessões estiveram reunidos o Coronel Sebastião da Fonseca Andrade, o Alferes João José da Conceição, o Capitão Jerônimo José da Rocha e os Tenentes José Antônio de Souza Prata e Camilo de Mattos Hora, para proceder a eleição da Mesa. Sem nenhuma justificativa, faltaram à Sessão Ordinária, os Alferes Manoel José Ribeiro e Manoel Marques de Jesus, principais articuladores da segunda eleição clandestina, que, obviamente, foi nula. Enfim, na Sessão Ordinária de 12 de janeiro de 1895, presidida pelo Tenente Camilo de Mattos Hora, foi designada a data de 15 de fevereiro para ocorrer a eleição dos novos Conselheiros, da qual foram eleitos, os cidadãos Ignacio de Loyola Araújo e Joaquim Correia dos Santos. No dia 06 de julho de 1895, houve uma Sessão Ordinária de profundo pesar na Sala do Conselho Municipal de Simão Dias, em sufrágio da morte do ex-Presidente Marechal Floriano Peixoto. A notícia foi dada pelo novo Conselheiro Joaquim Correia dos Santos, que, em seguida, leu a seguinte monção: **“O Conselho Municipal desta Cidade intérprete dos sentimentos de seus munícipes, tendo notícia do infausto passamento do ínclito Marechal Floriano Peixoto, suspende os seus trabalhos da sessão de hoje em signal de profundo pesar”**. Tendo submetida a votação da dita monção, foi aprovada unanimemente pelos Conselheiros, sendo, em seguida, remetida uma cópia da Ata para o Governador do Estado, que era amigo próximo do falecido, para que depois este fizesse chegar a família ilutada, o ato de solidariedade e piedade cristã dos eminentes edis desta cidade.

No final do século XIX, uma série de eventos políticos interviram no funcionamento do Conselho Municipal de Simão Dias, sobretudo, durante o biênio 1898 a 1899. O Intendente e demais membros do Conselho resignaram de seus mandatos, em 10 de julho de 1899, passando o comando do Legislativo para os Conselheiros que serviram durante o quadriênio 1893-1896, pelas seguintes razões: Além de serem solidários ao manifesto apresentado a Assembleia Legislativa Estadual pelo Deputado Tenente-Coronel Pedro Freire de Carvalho, contra a decisão do Presidente Dr. Martinho Garcez, a disciplina política lhe impuseram o dever patriótico e fidedigno, em obediência ao seu chefe político Coronel Sebastião da Fonseca Andrade, Deputado Estadual e o mais novo adversário do supracitado Presidente do Estado, que passou a perseguir seus antigos aliados e a prestigiar seus adversários, entregando-lhes todas as posições oficiais. Abreviando a situação política estadual daquela época, Dr. Martinho César da Silveira Garcez havia sido empossado para o cargo de Presidente, em 24 de outubro de 1896. Para resolver questões de seus interesses, ele solicitou uma licença de seu cargo e viajou para o Rio de Janeiro, deixando em seu lugar, o Vice-Presidente José Joaquim Pereira Lobo, que o substituiu interinamente em 11 de outubro de 1897. Desta licença, o Presidente Dr. Martinho Garcez resolveu afastar-se definitivamente de suas funções, entregando sua carta renúncia à Assembleia Legislativa do Estado.

Em 01 de dezembro de 1897 ainda houve um manifesto por parte do Deputado Dr. João Vieira Leite, solicitando aos colegas da distinta Casa, que recorresse ao Dr. Martinho Garcez, para que ele desistisse de sua renúncia, no entanto, mesmo havendo protesto de seus partidários e uma breve retirada de sua abdicação, sua renúncia foi mantida. Em um curto espaço de tempo, a administração de Pereira Lobo não agradou o ex-presidente, gerando uma série de conflitos. Assim, Dr. Martinho Garcez decidiu retornar para Sergipe e invalidar sua renúncia, levando, inclusive, o caso à Justiça. O Governo Federal Prudente de Moraes resolveu intervir em favor de Dr. Martinho Garcez, facilitando sua retomada ao poder. Mesmo tendo o apoio de seus companheiros de armas do 26º Batalhão e de outros aliados, Pereira Lobo foi retirado do cargo, enquanto Dr. Martinho Garcez reassumia, em 24 de abril de 1898, a Presidência do Estado. Enfim, estas disputas internas acabou culminando num acordo político entre o Presidente do Estado e o Monsenhor Olímpio de Souza Campos, principal líder dos “Cabaús” e inimigo fidalgo dos “Pebas”. Esta mudança partidária viabilizou a eleição de Dr. Martinho Garcez para o Senado e a vitória do Monsenhor nas eleições estaduais de 30 de julho de 1899, que o tornou seu sucessor direto no Governo de Estado. Dr. Martinho Garcez não chegou a terminar seu mandato de Presidente, já que, em 14 de agosto de 1899, renunciou mais uma vez ao seu mandato, sendo substituído interinamente pelo Cel. Apulcro Mota Rabelo, que nesta época, era presidente da Assembleia Legislativa do Estado e seu imediato, visto que o Vice-Presidente Pereira Lobo havia se afastado da política e o seu cargo encontrava-se vago.

O fato crucial que findou o acordo político entre o Cel. Sebastião da Fonseca Andrade, seus aliados e este governo, foi a aproximação de Dr. Martinho Garcez com o maior adversário político dos “Pebas”, o Monsenhor Olímpio Campos. Segundo o manifesto escrito pelo Cel. Sebastião da Fonseca Andrade, aqui em Simão Dias, eles passaram a sofrer ameaças dos agentes do Governo, que passou a prestigiar apenas seus adversários. Particularmente, quando o Coronel ocupava, paralelamente, o cargo de Deputado e outras obrigações neste Município, solicitou ao Presidente Dr. Martinho Garcez que colocasse um de seus aliados para substituí-lo na Assembleia Estadual, mas teve seu pedido negado, culminando assim, no rompimento definitivo entre ambos. O Tenente-Coronel Pedro Freire de Carvalho decidiu seguir seu cunhado, o Cel. Sebastião da Fonseca Andrade, e rompeu também com o Governo. Assim, diante da pressão de seus adversários e em apoio aos seus chefes locais, o Intendente e o Conselho Municipal anexou ao manifesto suas renúncias, entregando oficialmente os seus cargos para os Conselheiros que serviram durante o quadriênio 1893-1896. Notícia falsa ou não, a GAZETA DE NOTÍCIAS³², do Rio de Janeiro/RJ, publicou na mesma época uma outra nota, afirmando que os renunciantes divulgaram uma nova declaração, dizendo não ter abdicado dos cargos, principalmente, após os suplentes empossados procederem a um exame judicial na escrituração, já que verificou irregularidades na receita e despesas do Município. No entanto, em telegrama, Dr. Martinho Garcez notificou a mesma GAZETA DE NOTÍCIAS, dizendo: **“Falsa deposição Intendências. A de Simão Dias renunciou conforme documentos oficiais, firmas reconhecidas”**³³.

³² GAZETA DE NOTÍCIAS. ANNO XXV. Nº 200. Rio de Janeiro: 19 de julho de 1899, p. 01.

³³ IDEM. Nº 202. Rio de Janeiro: 21 de julho de 1899, p. 01.

Segundo a circular do suplente Manoel Vicente de Oliveira, datada de 11 de julho de 1899, todos os imediatos foram convocados para fazer parte das sessões do Conselho, em conformidade com o Art. 42, da Lei Nº 187, de 20 de março de 1896, mas se abstiveram de seus direitos, convocando-o, em seguida, para assumir a presidência da Casa, na qual ele deliberou uma data para a realização das eleições para o preenchimento das vagas de Intendente e Conselheiros Municipais, dentro do prazo de 30 dias, para servir a municipalidade até o resto do biênio 1898-1899. A eleição ocorreu na própria Casa do Conselho, em 09 de agosto de 1899, sob a presidência do Capitão Manoel Joaquim de Oliveira, do Secretário Severiano Santino dos Reis Amaral e dos demais membros da Mesa Eleitoral: José Pinto, Porphírio Alves da Annuniação, Antônio José de Sant'Anna, Aristides Freire de Carvalho e Josias Montalvão. De tal modo, nos três últimos biênios do século XIX, a Intendência e o Conselho Municipal de Simão Dias estava assim organizado:

DATA DA ELEIÇÃO	PERIODO	INTENDENTE	CONSELHEIROS MUNICIPAIS
01/09/1895 (Eleição)	1896-1897 (Biênio)	Dr. Tito Lívio Vieira Dortas	Ten. Cel. Aprígio de Mattos Hora (P) Cap. Francisco José de Sant'Anna (VP) Ten. Francisco Amarinho de Sant'Anna (S) Cap. Theotônio de Carvalho (C) Ten. Carlos José de Sant'Anna (C) Ten. Joaquim Alves Filho (C) Ten. José Benício de Menezes (C)

Presidente (P) Vice-Presidente (VP) Secretário (S) Conselheiro (C)
Fonte: Diário Oficial do Estado de Sergipe, 07.09.1895, p. 03.

DATA DA ELEIÇÃO	PERIODO	INTENDENTE	CONSELHEIROS MUNICIPAIS
19/09/1897 (Eleição)	1898-1899 (Biênio)	Geraldo José de Carvalho	Ten. Cel. Camilo de Mattos Hora (P) Capitão Jeronymo José da Rocha (VP) Manoel Pedro das Dores Bombinho (S) Ignacio José de Araújo (C) José de Souza Araújo (C) Philomeno de Souza Prata Joaquim José de Sant'Anna (C)

Presidente (P) Vice-Presidente (VP) Secretário (S) Conselheiro (C)
Fonte: APES, G1 vol.1.530. Doc.03

DATA DA ELEIÇÃO	PERIODO	INTENDENTE	CONSELHEIROS MUNICIPAIS
09/08/1899 (Eleição)	1899	Cel. Antônio Manuel de Carvalho	Capitão Tobias Ferreira de Jesus (P) Tenente Francisco Ferreira Carlos (C) Tenente João Antônio de Andrade Filho (C) Major Manoel Cândido da Costa Silva (C) Capitão José de Mattos Júnior (C) Capitão José Leopoldino de Sant'Anna (C) Tenente José Antônio do Espírito Santo (C)

Presidente (P) Vice-Presidente (VP) Secretário (S) Conselheiro (C)
Fonte: APES, G1 vol. 1.530. Doc. 04

O jornal O ESTADO DE SERGIPE, de 02 de agosto de 1898, publicou uma nota oficial, informando que Geraldo José de Carvalho foi exonerado do cargo de adjunto do Promotor Público da Comarca de Lagarto, Termo de Simão Dias, por Ato Nº 49, de 20 de julho de 1898, por ter aceitado o cargo de Intendente Municipal. Anterior a este fato, a função de Intendente foi exercida pelo suplente Capitão Francisco José de Sant'Anna, empossado em 02 de janeiro de 1898, conforme foi citado numa circular enviada ao Presidente do Estado, pelo egrégio Conselho Municipal de Simão Dias, datada de 11 de janeiro de 1898³⁴. É importante lembrar que este Geraldo José de Carvalho não é o filho do Capitão Manoel de Carvalho Carregosa, doador do patrimônio de Senhora Sant'Ana, mas bisneto dele. Este era filho do Capitão José de Mattos Freire de Carvalho e Antônia Francisca de Carvalho, casado com sua prima Jovina Freire de Carvalho, filha do Major Manoel de Carvalho Carregosa e Jovina de Mattos Freire, em 19 de novembro de 1887, numa cerimônia realizada na Matriz de Senhora Sant'Ana e presidida pelo tio dos nubentes, o Cônego João Baptista de Carvalho Daltro³⁵.

Durante a primeira década do século XX, o médico Dr. Jovinião Joaquim de Carvalho assumiu o comando da cidade por quase cinco mandatos. Quando era Deputado Federal, ele afastava-se da Intendência, sem sequer empossar seu imediato legítimo, causando desconforto com o grupo opositor, que o denunciava as autoridades competentes, assunto que trataremos adiante. Os coronéis Raphael Archanjo Montalvão, Christóvão Moreira da Costa e o próprio Antônio Manuel de Carvalho assumiram, por diversas vezes, a Intendência, enquanto o titular tomava assento na Câmara Federal. Dr. Jovinião Joaquim de Carvalho era natural da Vila Patrocínio do Coité (Paripiranga), nascido em 05 de maio de 1856, filho do Capitão Joaquim José de Carvalho e Maria Prima Salomé de Carvalho. Feitos os estudos primários e concluídos o de Humanidades, seguiu para Salva-



Dr. Jovinião Joaquim de Carvalho
Acervo do Memorial de Simão Dias

dor/BA, formando-se doutor em Ciências médico-cirúrgicas pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 14 de julho de 1881, tendo entre os doutorandos desta época, o lagartense Dr. Felisbelo Firmo de Oliveira Freire. Enquanto era aluno da Faculdade, foi adjunto do médico interno do Hospital Santa Isabel da Bahia. Casou-se com D. Josepha Freire de Carvalho (1867-1923) na Freguesia de Senhora Sant'Ana de Simão Dias, em 24 de maio de 1883, na presença do Revmo. Cônego João Baptista de Carvalho Daltro, filha do Coronel Antônio Manuel de Carvalho e D. Josepha Emília de Mattos Freire. Teve três filhos: Dr. Antônio Manuel de Carvalho Neto, Dr. João de Mattos Carvalho e Maria Salomé de Mattos Carvalho, esposa de Dr. Gervásio de Carvalho Prata, que, depois da morte de sua mãe, passou a chamar-se Maria Josefina. Em 1889, quando alastrava-se uma epidemia de cólera em Simão Dias, Dr. Jovinião Joaquim de Carvalho foi nomeado Delegado de Higiene, permanecendo no referido cargo até 17 de setembro de 1890. Por ato de 10 de julho deste mesmo ano, com o surgimento de uma

³⁴Cf. APES, CM7, Vol. 05, Doc. 18

³⁵Na genealogia da família CARVALHO, seguindo a linha direta iniciada pelo Capitão Manoel de Carvalho Carregosa, doador do patrimônio da Freguesia de Senhora Sant'Ana, era muito comum encontrar homônimos, seja filho, neto ou bisneto do patriarca. O Major Manoel de Carvalho Carregosa seria nesse caso bisneto do primeiro, filho do Capitão Domingos José de Carvalho e pai de Ana Freire de Carvalho, a Baronesa de Santa Rosa. Entre ambos casaram-se primos-irmãos, o que se explica a proximidade de parentesco entre Geraldo José de Carvalho e Jovina Freire de Carvalho. (GENEALOGIA DA FAMÍLIA CARVALHO – MANUSCRITOS DE DR. GERVÁSIO DE CARVALHO PRATA)

epidemia de febres de mal caráter na cidade, o Governo do Estado Federado de Sergipe o nomeou para encarregar-se do tratamento dos indigentes, vítimas desta moléstia, perdurando no cargo até 17 de setembro, quando o perigo que grassava na cidade já havia terminado. No começo da República foi Deputado Estadual pela Bahia, e, logo em seguida, transferiu-se para Sergipe. Em 06 de abril de 1891 assumiu interinamente a promotoria pública de Simão Dias,



Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho, no Rio de Janeiro, em 1912.

Fonte: O Congresso na rua – Coluna da Revista Fon Fon, VI Anno. N° 20, de 18 de maio de 1912.

por nomeação do Juiz da Comarca, substituindo o Bacharel João Ferreira de Faria, por 60 dias, enquanto este cuidava de sua saúde. Neste mesmo ano, foi eleito membro da Assembleia Constituinte de Sergipe durante as eleições de 10 de março, aprovada sem impugnação na sessão solene de 30 de abril, data de sua instalação. Nesta Assembleia, Dr. Joviniano de Carvalho foi eleito primeiro Secretário Constituinte. Foi eleito Deputado Federal pelo Estado de Sergipe para o biênio de 1901-1902, reeleito para o triênio 1903-1905 e renovando seus mandatos nos pleitos seguintes, até o período que exerceu a sua última Legislatura 1912-1914. Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho faleceu aos 17 de agosto de 1929, com 73 anos de idade, sendo sepultado no Cemitério São João Batista de Simão Dias.

O Tenente-Coronel Antônio Manuel de Carvalho era senhor do Engenho Mercador e proprietário da Fazenda Baixão, localizada nas terras que divide o Município de Simão Dias/SE e a vizinha Paripiranga/BA. Embora tenha ocupado diversos cargos eletivos ou por nomeação, de maneira especial, na Presidência da Casa da Câmara e na Intendência Municipal, o reconhecido patriarca da família Carvalho se destacou na agropecuária, sobretudo, na lavoura cafeeira, da qual fora

premiado na Exposição Nacional do Rio de Janeiro com a medalha de ouro, em 1908. O Cel. Antônio Manuel de Carvalho foi o primeiro a plantar o café no Engenho do Baixão, com sementes oriundas da cidade de Arauá/SE. Como pecuarista foi criador de gado da raça vacum, tanto em seu Engenho no Baixão, como no sertão de Jeremoabo/BA, onde também tinha fazenda. De acordo com o jurista Dr. Antônio Manuel de Carvalho Neto, **“propozitadamente ali plantou, contornando os seus domínios, grandes cercas de arame, rasgando matas e rompendo capuêras, descendo baixadas e galgando cêrros (...)”** (NETO, 1928, p. 23). Segundo José de Carvalho Déda, em seu discurso proferido, em 28 de junho de 1966, numa homenagem ao governador Dr. Sebastião Celso de Carvalho e D. Bertilde Andrade Carvalho, o Cel. Antônio Manuel de Carvalho chegou a pôr em prática o sistema de loteamento de terras com pagamento a longo prazo, nas regiões do Paracatu, Lagoa Grande, Bonsucesso e Mato Verde, informações conferidas nas escrituras da família, que escaparam a ação das traças. É importante notar que a Vila de Senhora Sant’Ana de Simão Dias foi escolhida para receber 25 famílias estrangeiras, no programa governamental de colonização. De acordo com a Resolução N° 599, de 10 de maio de 1860, os colonos se obrigariam a cultivar e a desenvolver a lavoura da mandioca, feijão, milho e arroz, além de desenvolver e aperfeiçoar a criação de aves domésticas e gado miúdo e outros tipos de alimentação compatíveis com as circunstâncias do lugar e número de povoadores. A mesma Resolução previa que entre os colonos contratados deveria haver, para cada Colônia, um carpina, um pedreiro, um alfaiate, um sapateiro e um ferreiro, aos quais eram

permitidos aceitar aprendizes (BARRETO, 1990). Filho do Capitão Domingos José de Carvalho e Antônia Francisca de Carvalho, nasceu nos indos de 1830. Totonho do Baixão, como era conhecido, casou com Josepha Emília de Mattos Freire (Iaiá do Baixão), sua prima de primeiro grau, descendência da família Freire de Estância/SE, filha de João de Mattos Freire e Anna Josefa de São Pedro. O enlace matrimonial ocorreu em 12 de maio de 1857, no oratório do Cassunguê do Município Jardim de Sergipe, sob as bênçãos do Revmo. Vigário Padre João Baptista de Carvalho Daltro. Josepha Emília de Mattos Freire falecera no dia 02 de setembro de 1921. O casal teve três filhos: O Padre Dr. João de Mattos Freire de Carvalho, seu irmão gêmeo Eduardo (falecido aos seis anos e três meses), e Josepha Freire de Carvalho, a esposa de Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho. Desta estirpe surgiram outras gerações de políticos como Dr. João de Mattos Carvalho (Intendente Municipal), Dr. Antônio Manuel de Carvalho Neto (Deputado Federal), Dr. Gervásio de Carvalho Prata (Deputado Estadual e Federal) e Dr. Sebastião Celso de Carvalho (Prefeito, Vice-Governador e Governador de Sergipe, Deputado Estadual e Federal).



Cel. Antônio Manuel de Carvalho e Josepha Emília de Mattos Freire
Acervo particular do autor

No dia 10 de julho de 1863, o Vice-Presidente da Província nomeou Antônio Manuel de Carvalho para exercer o cargo de Capitão Comandante da Companhia da Guarda Nacional da Vila de Simão Dias. Foi promovido em 16 de fevereiro de 1881 a Tenente-Coronel da Guarda, onde prestou juramento e tomou posse do Quartel de Comando do Batalhão da Guarda Nacional Nº 12, do Município de Simão Dias, sendo, posteriormente, reformado para o postodo 12º Batalhão de Infantaria da Guarda Municipal, por Decreto de 29 de julho de 1892. Mais tarde, por Decreto de 25 de fevereiro de 1895 foi declarado sem efeito este último Decreto, sendo agregado para o mesmo Estado Maior o seu sobrinho, o Tenente-Coronel Pedro Freire de Carvalho. De reconhecido prestígio local, o patriarca da família Carvalho não chegou a assumir nenhum cargo no Legislativo Estadual, nem Federal, diferentemente de Dr. Joviniano Carvalho, que fora eleito para ambos os cargos. Em 1900 foi encontrado registro do Cel. Antônio Manuel de Carvalho como Delegado de Polícia de Simão Dias, cargo que, segundo a história, já havia sido ocupado por ele outras vezes. Sua carreira política iniciou aos 27 anos de idade, quando, interinamente, chegou a assumir a presidência da Casa (1857-1860). No entanto, foi durante a República, que seu poder político se intensificou. Inicialmente foi nomeado membro do Conselho de Intendência, e, no ano seguinte, Presidente. O Cel. Antônio Manuel de Carvalho faleceu aos 86 anos, no dia 10 de fevereiro de 1916, sendo sepultado no Cemitério São João Batista, no jazigo da família que ele mesmo mandou construir em 1908.

Há ausência de informações quanto ao Intendente e os membros do Conselho Municipal de Simão Dias eleitos para o biênio 1906 e 1907, exceto o nome do Capitão Caetano José Pereira do Espírito Santo, que presidiu as Sessões do Conselho durante quase todo o mandato, conforme informação extraída do Arquivo público de Sergipe, de 09 de outubro de 1906 e

08 de julho de 1907. A Mesa Provisória do Conselho Municipal de Simão Dias, reunida em 03 de outubro de 1909, reconheceu os cidadãos eleitos para o exercício do biênio 1910 e 1911, sendo o Intendente, o Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho, e o suplente, o Capitão Porphírio Alves da Annuniação, além dos oito **Conselheiros Municipais**: Tenente-Coronel Raphael Archanjo Montalvão, Tenente-Cel. Christóvão Moreira da Costa, Major Manoel Candido Costa Silva, Tenente José Antônio do Espírito Santo, Jeremias de Mattos Carvalho, Tenente Francisco Ferreira Carlos, Aprígio da Cruz Andrade e Paulo José de Almeida. **Su-
plente**: Marcolino de Souza Gama, Jovino Álvares da Fonseca, Miguel dos Anjos Pimentel, Salomão de Oliveira Carregosa, João Baptista de Sant'Anna, Hermínio de Araújo Amaral, Porçolino dos Santos, Antônio José Barbosa Guimarães (APES, CM7, Vol. 10, Doc. 03).

Em 04 de julho de 1910, o Presidente Interino do Conselho Tenente-Coronel Christóvão Moreira da Costa enviou uma circular dirigida ao Presidente do Estado, comunicando que a Intendência de Simão Dias estava a mais de seis meses abandonada pelo Intendente Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho. Em 02 de abril de 1910, o aludido Intendente já havia notificado a Presidência do Estado, que havia passado o cargo de Intendente para seu substituto legal, no entanto, segundo o protesto do Conselho Municipal, datado de 10 de maio de 1910, essa transferência havia sido arbitrária. De acordo com a denúncia, sem o apoio do povo e do próprio Conselho Municipal, Dr. Joviniano retirou todo o arquivo municipal da Casa da Câmara, recusando-se em devolver sob a garantia de imunidades particulares. Tal manifesto estava assinado por **Christóvão Moreira da Costa, José Antônio do Espírito Santo, Aprígio da Cruz Andrade, Antônio Raphael de Oliveira e Jesuíno José Vieira**³⁶. Em 04 de outubro de 1910, um simãodiense anônimo fez outra denúncia no jornal O ESTADO DE SERGIPE, acusando Dr. Joviniano de Carvalho de tentar transferir a feira popular de Simão Dias para a cidade de Patrocínio do Coité, sua terra natal. Segundo a denúncia, Dr. Joviniano estava decepcionado com os rumos políticos que tomou Simão Dias após sua saída da Intendência. Além disso, estava vendo o progresso de Simão Dias e as condições irrisórias de sua terra, que na ocasião conservava-se estacionária, de pouco movimento comercial. A tempos ele procurava arrumar um jeito de transferir a feira para lá, justificando que seria melhor, pois propiciava a acumulação dos mercadores, mas na verdade, segundo o autor da denúncia, isso se tratava de vingança contra seus opositores e membros do Conselho de Simão Dias, e por ele não cair nas graças do Presidente do Estado (25.09.1910, p. 02).

Além do Intendente Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho, os três Conselheiros Tenente-Coronel Raphael Archanjo Montalvão, Major Manoel Candido Costa Silva e Paulo José de Almeida foram suspensos por abandonar as sessões mais de seis meses, enquanto que, o Tenente Francisco Ferreira Carlos e Jeremias de Mattos Carvalho renunciaram aos cargos. Na Sessão do dia 07 de outubro de 1910, o Conselho Municipal deliberou o dia 07 de novembro para proceder a eleição de Intendente, e dos três Conselheiros para servir a municipalidade durante o resto do biênio 1910 a 1911, pelas vagas em aberto por perda ou renúncia de seus mandatos, na conformidades do Art. 11, parágrafos 7º e 8º, da Lei Nº 36, de 18 de agosto de 1892 e do Art. 20, do Regulamento Eleitoral de 02 de outubro de 1907. Procedida as eleições, foram eleitos Intendente, o cidadão Francisco da Cruz Andrade, e para Conselheiros, Pedro Modesto de Souza, Isidoro José do Espírito Santo e Alcino de Vasconcelos Hora. Os respectivos cidadãos compareceram à Sessão Extraordinária de 28 de novembro

³⁶ O ESTADO DE SERGIPE, Anno XII. Nº 3.318. Aracaju, 08.07.1910, p. 02.

de 1910, onde exibiram suas autênticas, servindo-lhes de diplomas, prestaram os devidos compromissos e tomaram posse de seus cargos sem qualquer contestação.

Apesar desta afirmativa, momentos depois da Sessão Extraordinária, apareceram um grupo de cidadãos comandados pelo Coronel Sebastião da Fonseca Andrade, dentre eles, Manoel Pedro das Dores Bombinho, Vicente José Ribeiro, Luiz de Souza França, Francisco Sant'Anna e muitos outros, fato já mencionado nesta obra. O ocorrido foi denunciado as autoridades competentes para que os culpados fossem punidos com rigor no regime da lei. Além deste episódio, os Conselheiros Tenente-Coronel Raphael Archanjo Montalvão, Paulo José de Almeida, Major Manoel Candido da Costa e Silva, Tenente Francisco Ferreira Carlos e Jeremias de Mattos Carvalho, que, por decisão dos demais membros perderam seus mandatos, recorreram oportunamente para o Egrégio Tribunal da Relação do Estado, e enquanto aguardavam a decisão dos magistrados, continuaram reunindo-se na Casa do Conselho, formando-se dois grupos de Conselheiros Municipais, cada um seguindo a atual situação política do Estado, inclusive, realizando separadamente a eleição da respectiva Mesa, sendo que, em 01 de janeiro de 1911, foi eleito Presidente Tenente-Coronel Raphael Archanjo Montalvão e secretário Paulo José de Almeida, conforme foi publicado no jornal FOLHA DE SERGIPE, de 12 de janeiro de 1911, p. 01. O relatório do primeiro Juiz de Paz em exercício, José Esteves Montalvão, enviado ao Presidente do Estado, vai mais além. Segundo ele, no último ano do biênio, o Município estava funcionando com três Intendentes, três Conselhos Municipais e três quadros de Juizes de Paz, ambos dependendo da decisão do egrégio Tribunal de Relação do Estado, causada pela divisão entre os grupos políticos da cidade, que acompanham separadamente o atual governo do Estado. (APES, CM3, Vol. 89. Doc. 01). Enquanto era visto os autos, examinados, relatados e discutidos sobre o Recurso Eleitoral, o Município de Simão Dias tornou-se cenários de diversos confrontos e acusações entre as partes, revezando na Intendência, o suplente Capitão Porphírio Alves da Annuniação e o Tenente-Coronel Christóvão Moreira da Costa, enquanto que, diversas Sessões Ordinárias e Extraordinárias foi presidida pelo Coronel Raphael Archanjo Montalvão, inclusive a última, datada de 23 de dezembro de 1911, convocada pelo Intendente Municipal Suplente em exercício, para decidir sobre a votação do Projeto Lei que tratava dos vencimentos dos empregados municipais, do subsídio do Intendente para o biênio 1912 e 1913 e orçamento de receita e despesas para o exercício de 1912 (APES, CM7, Vol. 10, Doc. 07).

Houve também um impasse ambíguo sobre o Intendente e Conselheiros Municipais eleitos durante o pleito de 03 de setembro de 1911 para o biênio 1912-1913, devido as dualidades de notas publicadas em diferentes jornais da época. Segundo o jornal DIÁRIO DA MANHÃ, de 06 de setembro de 1911, após a apuração das urnas em Simão Dias, obteve-se os seguintes resultados: **“Intendente – Antônio Manuel de Carvalho; Conselheiros – Raphael Archanjo Montalvão, José Lourenço do Amarante, Porphyrio Alves da Annuniação, Manoel Candido Costa Silva, Francisco Ferreira Carlos, Alípio Andrade Dortas e Francisco Sant'Anna”**. Já o CORREIO DE ARACAJU (18.10.1911, p. 02), publicou os seguintes resultados: **“Intendente: Geraldo José de Carvalho 142 votos. Conselheiros: Cel. Christóvão Moreira da Costa, 100 votos; Major Agrippino de Souza Prata, 95 votos; Justino José de Sant'Anna, 85 votos; Lourenço da Silva Vieira, 70 votos; Antônio Raphael de Oliveira, 65 votos; Camilo de Mattos Hora, 60 votos; João José da Conceição, 55**

votos. SUPLENTEs: João dos Santos Pereira, 45 votos; Máximo Bispo da Hora, 40 votos; Calixto de Souza Araújo, 30 votos; João Baptista de Sant'Anna, 20 votos; Rufino José de Sant'Anna, 15 votos; Pedro da Silveira Sobrinho, 15 votos; Carlos José de Sant'Anna, 15 votos". Apesar das informações dúbias, no Arquivo Público do Estado há circulares e Ofícios da época, entre eles, um datado de 13 de março de 1912, em resposta ao Ofício N° 01, de 21 de fevereiro do referido ano, do Secretário do Governo do Estado, cujo conteúdo está incluso a relação dos Conselheiros Municipais e suplentes, em ordem de votação: "T. Cel. Raphael Archanjo Montalvão, 111 votos; Capitão José Lourenço do Amarante, 95 votos; Capitão Porphyrio Alves da Annunciação, 90 votos; Major Manoel Candido Costa Silva, 86 votos; Tenente Francisco Ferreira Carlos, 82 votos; Alípio Andrade DORTAS, 80 votos; e Francisco Sant'Anna, 75 votos. Os Suplentes: Cypriano José Ribeiro, 39 votos; Marcolino de Souza Gama, 34 votos; Antônio José Barbosa Guimarães, 32 votos; Carlos José de Sant'Anna, 28 votos; Benvenuto de Souza Ramos, 26 votos; Hermínio de Araújo Amaral, 23 votos; Porçolino dos Santos, 21 votos" (APES, CM7, Vol. 11, Doc. 05).

O tiroteio da Praça: Política e violência a qualquer custo



Um dos prédios assobradados da Praça da Matriz, embora hoje esteja totalmente modificado, até o início do século XX foi prova cabal de que as facções políticas disputavam o poder a qualquer custo. No decorrer de nossa história é possível rememorar querelas envolvendo líderes políticos, juízes, clérigos, ambos dispostos a confrontar-se, mesmo que, em último caso, fosse necessária a intervenção de tropas estaduais ou federais. Segundo SOUZA, **“Por ser uma política oligárquica as disputas eleitorais não são travadas no campo ideológico, mais sim no âmbito da disputa pela manutenção do status quo, onde os motivos mais fúteis e banais dão margem a atos de agressões e violências”** (2002, p. 28). Homens de nome e honra arrogavam a política de nossa terra, um cunho de apreço e respeito inegável, incentivando seus correligionários a darem por sua causa, não só a admiração, a dedicação e a lealdade, mas também a vida, se necessário. Diferentemente do conflito que culminou na renúncia do Intendente eleito Cel. Raphael Archanjo Montalvão, este novo embate ocorreu durante o pleito que elegeria o Presidente e o Vice-Presidente do Estado, no dia 30 de julho de 1894. Para DEDA (1967, p. 64), este confronto ocorreu em torno do livro de Atas e na tentativa de destituir o Intendente Cel. Antônio Manoel da Cruz Andrade, também conhecido pela alcunha de Manuel Munganga, personagem já mencionado neste capítulo, quando, no início da República, foi empossado para o cargo de Delegado de Polícia e teve sua nomeação contestada pelo grupo adversário. Provavelmente, houve uma amalgamação de ideias do autor, já que este fato incidiu numa data próxima a deposição de Manuel Munganga (1889) e a alteração envolvendo o Intendente eleito Cel. Raphael Archanjo Montalvão e o Cel. Sebastião da Fonseca Andrade (1892). Embora o conflito de 30 de julho de 1894 não tenha sido em torno da destituição do Intendente Municipal, o jornal FOLHA DE SERGIPE publicou em setembro daquele mesmo ano que após o Presidente Valladão assumir ilegalmente o governo, tornou o Estado anarquizado e o Intendente Municipal foi intimado a renunciar. Para MATTOS na sua obra **“Sesquicentenário do Barão de Santa Rosa”**, o fato realmente aconteceu durante a eleição de Presidente do Estado, na qual, segundo ele, **“a política sergipana pegou fogo, havendo escaramuças em vários municípios, inclusive aqui, onde houve confronto armado entre a força de linha do Batalhão 33º e os jagunços do Coronel José Zacarias de Carvalho, resultando da refrega muitos feridos e até um óbito”** (2007, p. 24). Há apenas uma confusão quanto ao ocorrido. Na página 25 desta obra, o autor afirma que o Intendente Municipal Raphael Archanjo Montalvão refugiou-se na Fazenda São Domingos onde instalou a sede do governo da comuna, fato que aconteceu após as eleições de 01 de outubro de 1892, e não nesta, especificamente. Nos jornais da época e nos **“Anaes da Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro (1894-1895)”**, hoje mais acessíveis via internet, há relatórios e ofícios que narram o que houve durante o **“Tiroteio do Sobrado”** sob a ótica dos dois grupos envolvidos, que corroboram com a tese de que tudo ocorreu durante as eleições presidenciais do Estado.

Para entender melhor este conflito, vamos conhecer um pouco o cenário político interno do Estado de Sergipe, na época, quando se colidia o governo relativamente austero e criterioso de Dr. José de Calazans Ferreira da Silva e o Chefe de Polícia do Estado Cel. Manuel Prisciliano de Oliveira Valladão, digno aliado do governo provisório da República, o Marechal Floriano Peixoto. Neste período, cindiu-se o Partido Republicano Federal (PRF), formando-se duas facções: Pebas e Cabaús. A nível municipal, o primeiro pertencia ao grupo político do Cel. Sebastião da Fonseca Andrade, enquanto que, o Cabaús, era chefiado pelo Cel. José Zacharias de Carvalho. Após o falecimento deste, ocorrido em 17 de maio de 1896, o Partido Cabaús passou a ser representado pelo médico Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho.

O Presidente do Estado Dr. José Calazans marcou a Eleição Geral para o dia 28 de fevereiro de 1894 e a eleição de Presidente e Vice-Presidente do Estado para o dia 30 de julho. Na primeira eleição, o PRF conseguiu eleger a maior bancada, além de mandar um representante para o Senado e três para a Câmara Federal. O Cel. Valladão havia recebido a proposta de Dr. José Calazans para concorrer à Câmara Federal, mas ele não aceitou, preferindo concorrer para o cargo de Senador, contudo, foi derrotado nas urnas pelo seu opositor, o velho Conservador Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel. Culpendo o Presidente do Estado por sua derrota, o Cel. Valladão rompeu com Dr. José Calazans e passou a mobilizar seus aliados, em todo estado, para apoiar sua candidatura à Presidência do Estado nas eleições de 30 de julho de 1894. Na Capital Federal, o Partido Republicano Democrático Sergipano, liderado por João Alves Gouvêa Lima, Ivo do Prado, Felisbelo Freire e Silvio Romero, passaram também a apoiar sua candidatura (DANTAS, 1989, p. 35). No interior do Estado, o Cel. Valladão conseguiu fazer alianças com chefes políticos influentes, e com o envio das Forças Federais do 33º Batalhão para controlar o processo eleitoral, conseguiu eleger-se Presidente do Estado, mesmo que, por via direta, sua vitória tenha sido marcada de controvérsias.

Para Simão Dias foi enviado um contingente de soldados da Força Federal para fiscalizar o processo eleitoral, ficando a serviço dos aliados do candidato Cel. Valladão, representado aqui pelo Juiz de Direito Dr. Heráclito Diniz Gonçalves e o Cel. Sebastião da Fonseca Andrade, que na ocasião recebeu o vulgo de “promólga”. Ainda procuraram justificar outros fins para a chegada aqui do 33º Batalhão de Infantaria, como podemos notar na publicação do jornal GAZETA DE SERGIPE, de 11 de setembro de 1894, que diz que a pequena escolta da força de linha, em Simão Dias, tinha o objetivo de capturar desertores. O Intendente Cel. Raphael Archanjo Montalvão mencionou em seu relatório sobre estas escusas, quando considerou falsa a nota do referido jornal e lançou sua crítica a presença da força de linha durante as eleições, considerando-a uma espécie de atentado direto contra a Constituição da República, promulgada em 18 de maio de 1892, na qual era garantida a autonomia dos Estados. Para obter ganho de causas durante as eleições, ameaçaram eleitores com prisões, espancamentos, distorções, e prometeram deposições as autoridades constituídas que não se prestassem a sufragar e auxiliar a candidatura do Coronel Valladão. Quatro praças da Guarda Municipal uniram-se a Força Federal após abandonar o Quartel da Polícia e passaram a espancar e prender cidadãos em cárcere privado, desobedecendo seu respectivo Comandante, as ordens do juizado de Paz, Cel. Francisco da Cruz Andrade, e o próprio Intendente Cel. Raphael Archanjo Montalvão.

O Cel. José Zacharias de Carvalho era líder do Partido Republicano Federal na cidade, mas declarado adversário do Cel. Valladão e seus aliados. O eleitorado tomou o cuidado

de não se separar, reunindo-se todos no sobrado do referido Coronel, de onde devia sair agrupado para a eleição. Assim, na manhã do dia 30 de julho, a Força Federal junto com capangas do Cel. Sebastião da Fonseca Andrade, e sob as ordens do Juiz de Direito Dr. Heráclito Diniz Gonçalves, atirou contra os eleitores aquartelados no sobrado, onde muitos repeliram ao ataque e outros revidaram a agressão, causando mortes e ferimentos entre os envolvidos. No jornal FOLHA DE SERGIPE, de 03 de agosto de 1894, publicou que **“[...] Na cidade de Simão Dias correu o sangue de eleitores, amigos nossos e de soldados federais. O sr. coronel Valladão precisava de uma eleição escripta com sangue! Teve-a. [...] No dia 30, pela manhã, achavam-se reunidos no sobrado do nosso prestigioso amigo coronel Zacharias de Carvalho os eleitores que tinham de suffragar os nossos candidatos, quando foram surpreendidos com uma descarga de artilharia que partiu da casa do coronel Sebastião da Fonseca, dada pela força federal, sob as ordens de dr. Heráclito Diniz, Juiz de Direito em disponibilidade. Aggredidos os nossos amigos barbaamente, repelliram o ataque, havendo um tiroteio que resultou ficarem feridos 5 soldados e 3 amigos nossos [...]”**.

Segundo o depoimento do Intendente Cel. Raphael Archanjo Montalvão, o 33º Batalhão de Infantaria, composto de 15 praças e comandado pelo Sargento Colimério do Nascimento Lubambo, chegaram a Simão Dias no dia 26 de julho de 1894, às 05:00 horas da tarde. Logo, no dia seguinte, o Juiz Dr. Heráclito Diniz Gonçalves e o Coronel Sebastião da Fonseca Andrade, fizeram com que desertassem do quartel da Guarda Municipal, o Sargento Justino Gonzaga das Dores e os praças José Pereira dos Santos, João Baptista de Jesus e Genésio Justiniano de Menezes, conduzindo consigo João Francisco de Andrade, um criminoso de justiça que se achava recolhido no quartel. Tendo permanecido três praças fiéis ao cumprimento de seus deveres, estes foram logo ameaçados de prisão, a qual não se realizou pela coragem com que se portaram, causando admiração até a própria força de linha. O Cel. José Zacharias de Carvalho, vestido de sua farda de Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional, passeava frente a seu sobrado e abanava um lenço encarnado, zombando da fúria de seus adversários, incapazes de vencer as eleições nas urnas livres.

Logo, pelas 07:00 horas da manhã, do dia 30 de julho de 1894, apareceu um contingente de linha em frente da casa do Cel. Sebastião da Fonseca Andrade, que se achava guarneçada de capangas. Apontando as armas para o sobrado do Cel. José Zacharias de Carvalho, retiraram-se para o Quartel da Polícia. O Major João Baptista de Carvalho foi agredido em frente de sua casa pelos capangas do Cel. Sebastião da Fonseca Andrade, quando o mesmo voltava de seu estabelecimento comercial para a sua residência. Os capangas dispararam dois tiros contra ele, servindo de sinal para começar o ataque contra o sobrado do Cel. Nonô Zacharias, rompendo um grande fogo contra os eleitores que se achavam no aludido sobrado, os quais tiveram que repelir a agressão, guardando a defensiva. De acordo com o depoimento do segundo Juiz de Paz em exercício, Francisco da Cruz Andrade, os primeiros tiros saíram da casa de aposentadoria do Cel. Sebastião da Fonseca Andrade, onde naquelas proximidades já se achavam a força. DEDA contradiz essa versão, quando afirma que os primeiros tiros partiram do sobrado do Cel. Nonô Zacarias:

“A tropa de linha aquartelada na ‘Casa da Câmara’ marchou numa clama manhã, em direção ao sobrado do chefe dissidente, que já a esperava, apoiado no seu ‘dispositivo de segurança’. Ao entrar na praça a força federal recebeu o seu batismo de

fogo, vindo do entrincheiramento do sobrado. A tropa atacante recuou, entrincheirando-se numa casa em construção, sita na esquina sul da Rua do Coité com a Praça da Matriz, de onde respondeu com serrada fuzilaria” (DEDA, 1967, p. 64-65)

O contingente do 33º Batalhão se achavam munidos com armas de comblain, além de dispor de “Mannlichers” e dos rifles e espingardas utilizadas pela Guarda Municipal e capangas, dando-lhes mais vantagens contra o armamento arcaico dos “homens” do Cel. Nonô Zacharias, que se valiam apenas de espingardas de fecho-de-pedra. A resistência do sobrado foi abandonando aos poucos o solar do Cel. Nonô Zacharias, pois o mesmo já havia se retirado pelos fundos para o seu Engenho “Olhos d’água de São João Batista”, cuja lateral da casa grande tinha sido construída com frestas para se armar contra um possível ataque. Após a fuga do Coronel, o sobrado foi invadido e nele encontraram apenas dois de seus jagunços. O primeiro deles prostrado na porta descarregou o seu trabuco no primeiro praça, lhe estrçalhando a cabeça. Após fugir pelo oitão da casa, foi perseguido e morto numa residência situada na Avenida Coronel Loyola, onde mais tarde viveu Manoel da Fraga Dantas. Este soldado se escondeu detrás da porta tentando carregar sua espingarda, mas foi localizado pelos inimigos que o perseguia; estes sangraram e suprimiram a vítima com seus rifles compridos pela fresta da porta. O outro guarda que cobriu a fuga do Cel. Nonô Zacharias fugiu ferido, mas morreu a caminho do Engenho.

Segundo a versão do jornal FOLHA DE SERGIPE, de 03 de agosto de 1894, citado por MATOS (2007, p. 25), um dia antes de ocorrer o ataque ao sobrado, o Cel. José Zacharias de Carvalho foi alvo de disparos partido dos capangas do Cel. Sebastião da Fonseca Andrade, quando ele passava pela frente do casarão de Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho, que também foi agredido quando repeliu com energia o possível ataque. Auxiliados por amigos escapou de ser vítima. Por outro lado, o Juiz de Direito Dr. Heráclito Diniz Gonçalves, vendo a gravidade do tiroteio, que durou mais de 2 horas, refugiou-se no sótão da casa de seu amigo Tenente Ezequiel Profeta do Nascimento. O sobrado do Cel. José Zacharias de Carvalho, além das residências mais próximas, como a de Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho, do Vigário Padre José Joaquim Ludovice e do Major João Baptista de Carvalho, ficaram crivadas de balas, sendo que, esta última, foi atingida superficialmente.

Com o acesso aos ofícios e relatórios de autoridades locais e civis da época, bem como os laudos periciais das vítimas, podemos delinear algumas informações pertinente sobre parte dos feridos e das vítimas fatais, mesmo que de forma concisa, pois, em alguns casos, a perícia foi realizada sem a presença de um profissional especializado. Da parte do Cel. José Zacarias de Carvalho se procedeu o corpo de delito do eleitor Ângelo Martins Fontes, que foi ferido na mão esquerda, e do cidadão Manoel José da Cruz, que se feriu na região torácica, do lado esquerdo, por um projétil de arma de fogo. Para realizar a perícia foram convocados o médico Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho, o professor Delmiro José de Oliveira, este sem formação profissional, além das testemunhas Manoel Joaquim Tavares e Porphírio Alves da Annunciação. O Juiz de Paz em exercício, Francisco da Cruz Andrade, deferiu aos peritos o juramento aos Santos Evangelhos, de bem fielmente declarar com verdade o que encontrar e em sua consciência entender, e, em seguida, deu início ao referido exame. O auto do corpo de delito do cidadão Manoel José da Cruz, ocorrido na residência do Juiz de Paz Francisco da Cruz Andrade, em 04 de agosto de 1894, foi descrito o seguinte: **“Que encontraram no indivíduo Manoel José da Cruz, maior de 70 annos, preto, cabelloscarapinhados, cinco**

orifícios; soluções de continuidade na região thoraxica no lado esquerdo, sendo dous abaixo do mamillo esquerdo e três acima em direcção clavícula, notava que esse lado já dito se achava bastante inflammado (...)³⁷. Manoel José da Cruz era natural de Lagarto e filho de João José da Cruz. Residia no Povoado Areal, deste Termo, e, segundo a sua versão, ele estava na frente do sobrado do Cel. José Zacharias de Carvalho quando chegaram os filhos de Antônio Gonçalves Valença e Moysés Sapateiro e depararam dois tiros em sua direção. Em seguida, surgiu a Força de Linha do 33º Batalhão em frente da casa aberta de Joaquim Francisco de Andrade Barbadinho, sita a Praça da Matriz, da qual se rompeu o fatídico ataque contra o sobrado. Do outro lado, do oitão e beco da casa do Tenente-Coronel José Antônio de Souza Prata também havia outro grupo de soldados, liderado pelo Sargento da Guarda Municipal Justino Gonzaga das Dores Bombinho, atirando contra os eleitores e jagunços aquartelados no sobrado, que rebatiam a agressão. A vítima Manoel José da Cruz estava desarmado, até porque, na sua idade, não lhe permitia oferecer resistência.

Do lado dos aliados do Cel. Valladão, resultou em oito pessoas feridas, sendo que cinco eram soldados e três eram civis. Dentre os soldados, podemos destacar Silviano José dos Santos, que se feriu por uma bala de clavinote no fêmur esquerdo, e Martinho de Tal, que faleceu dias depois de gangrena, em consequência de um ferimento na perna, que partiu da arma de um de seus companheiros no ato de carregar. O soldado de Infantaria Silviano José dos Santos estava à paisana na Praça de Matriz. Segundo o parecer do escrivão Christóvão Moreira da Costa, datado de 07 de agosto de 1894, que teve como base os dados periciais da vítima, declarou que o projétil aparentemente se alojou na parte interna da coxa, próximo ao fêmur do lado esquerdo.

A perícia foi realizada na casa de residência do Juiz Municipal Suplente em exercício Alferes Dionísio José de Andrade, onde estaria hospedado o soldado ferido. Os peritos convocados para este laudo eram Manoel Pedro das Dores Bombinho e José Ricardo de Sant'Anna, ambos sem especialização, o que tornou-se vaga e insegura as informações obtidas durante o exame. Como testemunhas foram nomeados novamente os cidadãos Manoel Joaquim Tavares, Porphírio Alves da Annunciação e o supradito escrivão cível. Quanto ao soldado Martinho de tal, segundo o Livro de Assentos de Óbito do Distrito de Simão Dias, Comarca de Itabaiana, datado de 05 de agosto de 1894, declarado em Cartório pelo Inspetor de Quartelão desta cidade José das Mercês Ribeiro e assinada pelo escrivão de Paz Adolpho José de Sant'Anna, foi confirmado que, neste dia, às 09:00 horas da manhã, o referido soldado oriundo da capital e pertencente ao 33º Batalhão de Infantaria, Martinho de Tal faleceu aos 30 anos de idade. Segundo os depoimentos de Apolinário José de Carvalho, Gabriel Archanjo Montalvão e o Alferes Vicente José Ribeiro, que fazia parte da guarda partidária do Juiz Dr. Heráclito Diniz Gonçalves, o soldado foi ferido em uma perna, cuja arma disparou involuntariamente por outro soldado do Batalhão.

Para a realização deste exame cadavérico foram novamente convocados como peritos Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho e Delmiro José de Oliveira, além das testemunhas Manoel José de Carvalho e Zacarias Victório de Jesus. Pardo, de estatura regular, Martinho de Tal era casado e tinha filhos, ambos de nomes ignorados, e foi sepultado no cemitério público

³⁷Annaes da Camara dos Deputados, 08 de outubro de 1894, p. 294-295.

desta cidade. **“Encontraram na perna direita em seu terço médio duas soluções de continuidade, sendo uma na parte superior, e outra na parte anterior, tendo esta última uma polegada de extensão, e a outra meia polegada mais ou menos; notaram mais que esses orifícios se correspondiam; notaram mais grande inflamação que se estendia da perna ao terno superior da caixa, notando-se mais muitas tolhas e dilaceração do derme e epiderme. Assim, a causa morte do cadáver foi a gangrena causada por tiro de arma de fogo”**.³⁸ Já a perícia do sobrado do referido Coronel, que ocorreu no dia 11 de agosto de 1894, às 10:00 horas da manhã, estiveram presente o Juiz de Paz Francisco da Cruz Andrade, o escrivão de Paz Adolpho José de Sant’Anna, os peritos notificados João Baptista de Sant’Anna (carpinteiro) e José Antônio de Santa Anna (pedreiro), ambos residente nesta cidade, além das testemunhas José Leopoldino de Santa Anna e Olympio da Silva Barreto, também aqui moradores. Segundo o laudo pericial foi encontrado grandes estragos nos azulejos, nas vidraças e janelas, nas paredes exteriores, não só do pavimento térreo, como também do superior, feitos notórios do crivamento de grande número de balas atiradas contra o mesmo sobrado. Ainda foi encontrada no local projétil de arma comblain, com danos avaliados numa quantia equivalente a 2:000\$000 (Dois Mil contos de Réis). Este sobrado foi reconstruído, posteriormente, pelo Cel. João Pinto de Mendonça, que adquiriu o imóvel na primeira década do século XX, e cujos descendentes ainda hoje são seus proprietários. No dia 14 de janeiro de 1895 foi preso em Aracaju, o cidadão Antônio Alves de Franca, acusado de ter matado Martinho de Tal, o soldado do 33º Batalhão de Infantaria, ferido durante o confronto. Ele viajava na companhia do Tenente-Coronel Raphael Arcanjo Montalvão, Intendente Municipal, que tinha ido para a capital a negócios. Além da prisão aparentemente arbitrária, o preso foi espancado na cadeia pelos soldados e seus oficiais. Segundo o FOLHA DE SERGIPE, esta prisão **“foi uma picardia ao Tenente-Coronel Raphael, inimigo fidagal dos Pebas”**. (18.11.1895, p. 01-02)

Vale ressaltar que, as eleições de 30 de julho de 1894, era uma data próxima a primeira sessão preparatória, na qual os Deputados Estaduais eleitos, em 28 de fevereiro de 1894, seriam oficialmente diplomados. Em 03 de setembro, quando os Deputados eleitos chegaram na Assembleia Legislativa para tomar posse, foram surpreendidos com a bancada tomada por 14 deputados não diplomados, que haviam se apossados dos cargos, passando a repelirem os oficialmente eleitos, com vozerias e violência, ambos protegidos pelo Batalhão Federal de Aracaju. Dentre os usurpadores do poder estavam o próprio Cel. Sebastião da Fonseca Andrade e o Juiz Dr. Heráclito Diniz Gonçalves, que haviam sido derrotados no pleito de 28 de fevereiro. Nomes conhecidos de Simão Dias legitimamente eleito, mas que foram impedidos de assumir seus cargos, estavam o médico Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho, o Juiz Dr. Zacarias Horácio dos Reis e Cel. Felisberto da Rocha Prata, que nesta ocasião, tinha sido eleito pelo Distrito de Lagarto³⁹. Rapidamente, o Presidente Dr. José Calazans baixou um Decreto e instalou a nova sede do governo na Vila do Rosário, e no mesmo dia empossou os deputados legalistas, estabelecendo uma duplicidade de Assembleias, já que na capital também se instalou uma outra presidida por Dr. João Vieira Leite. Dia 11 de setembro, num

³⁸ IDEM, p. 290-293.

³⁹ Na lista dos 54 Deputados mais votados na eleição de 28 de fevereiro de 1894, os resultados foram os seguintes: Dr. Zacarias Horácio dos Reis obteve 3.013 votos; Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho, 2.996 votos; Cel. Felisberto da Rocha Prata, 2.833 votos; Dr. Heráclito Diniz Gonçalves, 2.079 votos; e Cel. Sebastião da Fonseca Andrade, 756 votos. Em vez de reconhecer eleitos os imediatos ao 24º votados, escolheram alternadamente, sem seguir a ordem da votação, segundo a conveniência do momento (ANNAES DA CAMARA DOS DEPUTADOS DO RIO DE JANEIRO, 105ª Sessão. 08 de outubro de 1894, p. 281).

comício ocorrido na Praça “Benjamin Constant”, de Aracaju, Silvio Romero incitou a população presente, acusando Dr. José Calazans de abandonar o governo, e, em seguida, com o apoio das Forças Federais e aliados, aclamou Dr. João Vieira Leite, o imediato, que assumiu interinamente a Presidência do Estado até a posse do Presidente eleito na eleição de 30 de julho de 1894.

No relatório da sala de comissões eleita pela Assembleia Legislativa de Sergipe, seção Aracaju, datada de 14 de setembro de 1894, e formada por Homero de Oliveira (Presidente), João Alves de Gouveia Lima (Secretário), Dr. Heráclito Diniz Gonçalves, Cel. Sebastião da Fonseca Andrade e Rosendo Garcia Rosa, apesar de não possuir as autênticas das eleições e ser impossibilitados materialmente de fazer a apuração, no seu parecer foram identificadas duplicata em Simão Dias, conforme certidão passada pelo próprio escrivão Christóvão Moreira da Costa, da qual afirmava que a duplicata supracitada teria ocorrido na casa do médico e candidato Dr. Jovinião Joaquim de Carvalho. Esta mesa, que foi presidida por Hosmundo da Cruz, não funcionou no lugar designado por Lei, porque seus mesários foram ameaçados, como assim também declarou a mesa eleitoral em Atas oficiais. As demais mesas validadas por esta comissão foram as presididas pelo Coronel José Antônio de Souza Prata (1º seção), Antônio Gonçalves Valença (2º seção), Camilo de Mattos Hora (3º seção) e o Tenente-Coronel Pedro Freire de Carvalho (4º seção). Assim, estas foram apuradas e a outra ignorada, conforme estabelece o § 7º do Art. 64, da Lei Nº 19, de 10 de agosto de 1892, que diz: **“Em caso de duplicata deverá a Comissão apurar somente os votos dados na eleição que tiver sido feita nos lugares previamente designados”** (PAIZ, 01.10.1894, p. 03).

A Comissão de Aracaju, mesmo sem a presença do representante oficial do Poder Executivo Estadual, declarou eleito Presidente o Cel. Manuel Prisciliano de Oliveira Valladão e Vice-Presidente Dr. Gonçalo de Faro Rollemberg, que tomaram posse dos referidos cargos no dia 24 de outubro de 1894, abaixo de protesto nacional, inclusive de dentro do próprio Congresso Nacional. Segundo o parecer da comissão mista formada pela Assembleia legalista da Vila do Rosário, que teve seus nomes aprovados pelo Superior Tribunal do Estado, e que se reuniram em Assembleia com o Presidente Dr. José Calazans, após apurar as autênticas das eleições de trinta municípios em número de sessenta discriminadas, reconheceu como Presidente eleito o Senador Dr. José Luiz Coelho e Campos e como Vice-Presidente Antônio de Siqueira Horta. Esta Assembleia declarou nulos a minoria de votos dados ao Cel. Valladão, a vista do Art. 06, Nº 03, da Constituição Federal. Apesar dos resultados, esta decisão foi ignorada, validando a apuração da supramencionada comissão eleita de Aracaju, dando pôr fim a vitória do Cel. Valladão e de Dr. Gonçalo Rollemberg. Depois deste fato, a Assembleia da Vila do Rosário teve que suspender suas sessões e a de Aracaju continuou funcionando até o término de seus mandatos. O episódio do “tiroteio do sobrado”, que marca a história política da cidade de Simão Dias, foi o maior conflito armado já visto nestas paragens, e que repercutiu em grande parte da imprensa nacional, sendo debate nas sessões ordinárias e extraordinárias do Congresso Federal, embora aqui, esta história tenha sido esquecida ou ignorada por gerações.

A Nova República: marcos, intervenções, substituições e rearranjos políticos-administrativos de Simão Dias

Com a Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas e seus aliados, que derrubou o governo de Washington Luiz e impediu a posse legal do eleito presidente Júlio Prestes, a situação política muda em todo país. No estado de Sergipe, o Governo Provisório, por Decreto N° 01, de 06 de novembro de 1930, dissolveu os Conselhos Municipais de todos os municípios e cassou os mandatos de seus respectivos Intendentes. Neste caso, o Intendente Cel. José Barreto de Andrade, que administraria Anápolis (antiga denominação de Simão Dias) até 12 de dezembro de 1931, foi deposto, e o município passou a ser governado por um Intendente nomeado pelo Governo Provisório do Estado ou Interventor Federal, até que se reestabelecesse o Regime Constitucional da República. Com a extinção do Poder Legislativo, este órgão foi substituído por um Conselho Consultivo, composto de três membros, ambos nomeados pelo Interventor Federal, instalado em 12 de dezembro de 1931, e que funcionou até 10 de abril de 1935, quando foi suprimido pelo Decreto N° 02. De acordo com o livro de Atos Oficiais da Prefeitura Municipal de Anápolis, o Artigo 03, letra b, do Decreto N° 20.348, de 29 de agosto de 1931, um dos conselheiros deveria ser indicado pelo Intendente Municipal e os demais, seria de livre escolha do Interventor. Neste caso, no dia 13 de novembro de 1931, Alexandre Dutra Silva indicou para compor o Conselho Consultivo, o capitalista, agricultor e industrial Dr. João de Mattos Carvalho.

NOMEAÇÃO/ EXONERAÇÃO	POSSE	INTENDENTE	CONSELHO CONSULTIVO
07/11/1930 a 30/04/1932	12/11/1930	Alexandre Dutra da Silva	Cel. Felisberto da Rocha Prata – Presidente Dr. João de Mattos Carva- lho – Secretário Cel. João de Deus Concei- ção – Membro
13/05/1932 a 29/03/1935	18/05/1932	José de Carvalho Déda	
01/05/1935 a 12/08/1935	21/05/1935	Gonçalo Leal	
12/08/1935 a 30/11/1935	14/08/1935	Alexandre Dutra da Silva	

Fonte: Livro de Atos Oficiais e de Posse da Prefeitura Municipal de Simão Dias

No dia 30 de abril de 1932, após sérios desentendimentos políticos com Cel. Felisberto da Rocha Prata, Presidente do Conselho, Alexandre Dutra da Silva, voluntariamente, pediu sua exoneração do cargo de Intendente. Este já havia mudado de partido, em 1925, quando rompeu com o Cel. Pedro Freire de Carvalho. Com o pedido de sua exoneração, Anápolis passou a ser administrado por seu substituto legal, o cidadão João Guimarães Macedo, Secretário da Intendência, até a nomeação e posse de José de Carvalho Déda. Este fato também aconteceu em 20 de março de 1935, quando o Secretário Edgar Soares assumiu interinamente a Intendência, até a nomeação de seu sucessor Gonçalo Leal.

Alexandre Dutra da Silva, político influente e proprietário da Farmácia Confiança, era natural da cidade de São Salvador/BA, filho de Antônio Dutra da Silva e D. Otávia Dutra da Silva. Era casado desde março de 1921 com Ana Prata Dutra (1887-1959), viúva do Cel. Francisco da Cruz Andrade (1859-1913), filha do comerciante e político Cel. José Antônio de Souza Prata e D. Mariana Olímpia de Souza Prata. Desde que passou a viver em Simão Dias e adquirir sua farmácia, passou a integrar-se à política, aliando-se a políticos influentes, chegando a ser nomeado pelo Presidente Maurício Graccho Cardoso, em dezembro de 1923, primeiro suplente do Juiz Municipal de Anápolis. Em 12 de agosto de 1935, ele reassume a Intendência Municipal, após o rápido governo de Gonçalo Leal, mantendo-se no poder até novembro deste ano, quando ocorreu as eleições diretas para Prefeito e Vereadores de Anápolis, da qual foi eleito Dr. Marcos Ferreira de Jesus, de quem falaremos mais tarde.

O Intendente José de Carvalho Déda sujeitou-se a um plebiscito popular, realizado em 08 de maio de 1932, o primeiro ocorrido no município. É importante lembrar que, neste período, o Governo Provisório havia suprimido as eleições e os Intendentes deveriam ser nomeados à revelia do Interventor Federal. No entanto, coube a Anápolis a primazia de eleger seu alcaide, mesmo que secretamente, contudo, sem o poder de impossá-lo. O plebiscito apenas tinha como objetivo indicar ao chefe do Estado um nome escolhido pelos próprios munícipes. Deste pleito foram sugeridos cinco candidatos para o cargo: José de Carvalho Déda, Raymundo de Andrade Barbadinho, Manoel da Fraga Dantas, Aristheu Montalvão e Júlio Manoel de Oliveira. No primeiro momento, o Capitão Raymundo Barbadinho obteve a maioria absoluta dos votos, porém, sem uma explicação aplausível, resolveram proceder



José de Carvalho Déda
Intendente Municipal
Acervo de Carlos Alberto de Oliveira Déda

com o segundo escrutínio, causando um verdadeiro desconforto entre os candidatos, principalmente com Júlio Manoel de Oliveira, que se retirou do Paço Municipal antes mesmo de divulgarem os resultados. Aristheu Montalvão aguardou até o final da segunda apuração, ao lado dos demais candidatos, parte deles incomodados com as manifestações de populares que clamavam o nome de José de Carvalho Déda, que saiu vitorioso desse segundo *half-time*, com apenas 05 votos à frente de Raymundo Barbadinho, favorito na primeira contagem. Os demais candidatos, Manoel da Fraga Dantas obteve 10 votos, Aristheu Montalvão 08 votos, enquanto que, Júlio Manuel de Oliveira, não foi votado. O que causou espanto neste pleito eleitoral de 1932, é que, nesta época, Anápolis tinha aproximadamente 2.200 eleitores, como notícia o jornal A TRIBUNA, de Aracaju, e, naquela ocasião, só compareceu 117 votantes. Provavelmente as autoridades locais não mobilizaram todo município para o pleito, criando uma cortina de interesses onde pudessem obter os resultados previsíveis, sem gerar subversões. Talvez parte da população tivesse sido desmotivada pela atual conjuntura política e não se dispusessem a participar deste plebiscito, sem a licitude do qual dispunha as novas leis do país. Ou ainda, como frisou A TRIBUNA, os políticos situacionistas não tinham prestígio o bastante para fazer comparecer o eleitorado as urnas; ou a maioria dos munícipes, menos ingênuos do que se supõem, não quis tomar parte dessa comédia criada *por e pater leibour-geois*. Enfim, José de Carvalho Déda tomou posse em 18 de maio de 1932, entretanto, renunciou ao mandato três anos depois, em solidariedade ao amigo Major Augusto Maynard Gomes, que teria sido exonerado do cargo de Interventor Federal, em 27 de março de 1935,

quando telegrafou ao Presidente Getúlio Vargas o pedido irrevogável de sua renúncia e a transferência do referido cargo ao Secretário Geral Interino Dr. Napoleão Aristides de Carvalho. O antigo prédio do Açougue ou Talho Municipal de Simão Dias, localizado na Rua Dr. Joviniano de Carvalho, onde atualmente funciona a Agência do BANESE (Banco do Estado de Sergipe), foi totalmente restaurado durante o governo de José de Carvalho Déda e com recursos oriundos do Interventor exonerado Major Augusto Maynard Gomes. O Talho Municipal já foi inaugurado pelo Intendente interino, no dia 30 de março de 1935. Além de manter as subvenções pagas a Filarmônica Lira Sant'Ana e reconhecê-la como patrimônio público (Ato Nº 51, de 19 de dezembro de 1932), durante seu mandato ocorreu também no município, a comemoração do primeiro centenário da Paróquia de Senhora Sant'Ana, evento realizado em 06 de fevereiro de 1935.

Gonçalo Leal, Tenente-Coronel da Guarda Nacional e comerciante na capital do Estado, tornou-se Intendente de Anápolis, por nomeação do Interventor Eronildes Ferreira Carvalho. Em pouco tempo, a seu pedido deixou o cargo, provavelmente por ser caracterizado como um homem aparentemente apolítico. Embora DEDA cognominasse o Intendente de Gaspar Leal, o jornal A LUTA publicou notas de seu governo, a exemplo do jornal que circulou em 26 de maio de 1935, que transcreveu o ofício enviado pelo próprio Intendente, confirmando sua posse e subscrito por Gonçalo, como citamos a seguir:

“Intendência Municipal de Annapolis em 21 de maio de 1935.

Ilmo. Snr. Director do jornal ‘A Luta’.

Ei-me sobremodo grato a participar a V. Sa. que nesta data, após as formalidades do estilo assumi o cargo de Prefeito deste Município para o qual fui nomeado por Decreto do Exmo. Snr. Dr. Governador do Estado e no qual espero me seja dado o apoio de V. S. e de todo nobre apoio Anapolitano. Com o meu protesto de elevada estima e distinta consideração firmo-me de V. S. amigo e apreciador(a) Gonçalo Leal. Prefeito Municipal” (A LUTA, 26.05.1935, p. 03).

Alguns livros oficiais, que faz parte do acervo documental da Prefeitura Municipal de Simão Dias, como o de Atos Oficiais e Termos de Posses, confirmam este equívoco de DEDA, visto que neles aparecem Posses, Portarias, Atos e Decretos com a própria assinatura do aludido Intendente Gonçalo Leal. No domingo, dia 18 de agosto de 1935, após ser exonerado, o ex Intendente recebeu, em sua residência, as homenagens do povo anapolitano, onde, entre tantos oradores, se pronunciou Dr. Belmiro da Silveira Góis, Promotor Público de Simão Dias. O Vigário Cônego Domingos Fonseca de Almeida agradeceu em nome do homenageado, e no final, houve um animado baile. Respectivamente, naquela semana, por nomeação do governador do estado, o farmacêutico Alexandre Dutra da Silva retornou ao cargo de Intendente. Este faleceu em 31 de dezembro de 1948, aos 64 anos de idade, sendo sepultado, no dia seguinte, no Cemitério São João Batista. Já o Tenente-Coronel Gonçalo Leal não chegou a residir permanentemente em Simão Dias, e segundo nota publicada no jornal A SEMANA, seu falecimento ocorreu no início de junho de 1967, na capital do Estado.

O cargo de Prefeito, que equivale a mesma função de Intendente, foi criado no Brasil em 11 de abril de 1935, pela Assembleia Provincial Paulista. Este exemplo foi seguido por alguns Estados do Nordeste, como Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Sergipe. Com a Constituição Estadual de Sergipe, promulgada em 16 de julho de 1935, foram realizadas, em 14 de outubro do mesmo ano, novas eleições para prefeito e Vereadores no Estado.

Em Anápolis compareceram às urnas 1.139 eleitores, para eleger um entre os quatro candidatos a Prefeito, dos quais foi eleito Dr. Marcos Ferreira de Jesus, do P.R.S. (Partido Republicano de Sergipe), com 439 votos. Os demais ficaram assim colocados: Cel. Pedro Freire de Carvalho obteve 418 votos; Cel. João Pinto de Mendonça, que representava o governo, 241 votos; Emílio Rocha, dos integralistas “camisas verdes”, apenas 08 votos.

ELEIÇÃO E POSSE	PREFEITO	VEREADORES
14/10/1935 (Eleição) 01/12/1935 (Posse)	Dr. Marcos Ferreira de Jesus	José de Carvalho Déda Manoel da Fraga Dantas João Caetano de Oliveira Arthur Tavares de Souza Dr. Manuel dos S. Aguiar Dr. Clovis Mozart Teixeira Oscar Siqueira e Silva João Barretto de Andrade

Fonte: Livros de Atos Oficiais e Posse da Prefeitura de Simão Dias



Dr. Marcos Ferreira de Jesus
Fonte: Galeria da galeria de Prefeitos do
Memorial de Simão Dias

Dr. Marcos Ferreira de Jesus foi empossado no prédio do Conselho Municipal, numa solenidade onde discursaram, respectivamente, Dr. João Bosco de Andrade Lima, o Vereador José de Carvalho Déda, Dr. Francisco Leite Neto e o próprio Prefeito empossado. A Filarmônica Lira Sant'Ana tocou várias peças, e, durante a noite, houve um baile na casa de Dr. Marcos Ferreira. Segundo o hebdomadário A LUTA, de 19 de abril de 1936, em substituição aos Vereadores Dr. Clovis Mozart Teixeira e Dr. Manuel dos Santos Aguiar, que desistiram de seus mandatos por acúmulo de cargos, foram empossados os suplentes João Barretto de Andrade e Oscar Siqueira e Silva. Além de Dr. Aguiar exercer a medicina, ele havia sido nomeado, em março daquele ano, Diretor do Grupo Escolar Fausto Cardoso. Dr. Clóvis Mozart Tei-

xeira era formado em engenharia civil e geográfica e pertencia a tradicional família de Simão Dias, proprietário da Farmácia Teixeira. Confrontando estas informações, DEDA afirma que a cadeira de Dr. Aguiar foi ocupada por Dr. Clovis Teixeira, que também renunciou ao mandato e foi substituído por João Batista da Conceição (1967, p. 80).

No dia 17 de maio de 1936, durante o governo de Dr. Marcos Ferreira de Jesus, foi inaugurada a Escolas Reunidas Augusto Maynard, na antiga Rua do Comércio Velho, atual Cônego Andrade. Na ocasião, além dos discursos de praxe do prefeito Dr. Marcos Ferreira, do Vereador José de Carvalho Déda e do jornalista Francino Silveira Déda, houve um baile no salão de teatro infantil, centrado nas dependências do Educandário. Na Escola havia três salões com as seguintes denominações: Monsenhor João Baptista de Carvalho Daltro, Cônego Philadelpho Macedo e Dr. Pedro Barreto de Andrade. Apostos nas paredes havia os quadros instrutivos, além de uma ampla área de recreio e material escolar. A direção ficou a cargo da professora Dona Grigória do Prado Dantas, esposa de Manoel da Fraga Dantas, membro da Câmara Municipal. Foi também no governo de Dr. Marcos Ferreira, que as residências de todas as ruas de Simão Dias passaram a ser numerada. Em outubro de 1937

foram colocados números metálicos no frontal de cada casa, dando assim um aspecto moderno a cidade.

Em 10 de novembro de 1937, quando Getúlio Vargas instalou a ditadura do Estado Novo, a Constituição Federal de 1936 foi revogada e tornou-se mais uma vez extintas as eleições para Prefeitos e Vereadores. Em decorrência disso, extingue-se também, por definitivo, o Senado Federal, as Assembleias Legislativas dos Estados e as Câmaras Municipais. Dr. Marcos Ferreira de Jesus, que fazia oposição ao governo, renunciou ao cargo de Prefeito, no dia 25 de novembro de 1937, antes mesmo de ser oficialmente afastado. No dia seguinte, o Interventor Federal Eronides Ferreira de Carvalho, com base no Artigo 27, da Constituição Federal de 1937, destituiu todos os Prefeitos do interior do Estado, investidos nos cargos por meio de eleições, e nomeou o Coronel João Pinto de Mendonça, em 29 de novembro de 1935, para exercer as funções de Prefeito de Anápolis, que foi empossado no dia seguinte, às 10:00 horas da manhã. Após sua renúncia, o Prefeito Dr. Marcos Ferreira de Jesus retomou ao cargo de Diretor do Grupo Escolar Fausto Cardoso.

O Coronel João Pinto de Mendonça, natural de Campo do Brito/SE, nasceu em 04 de abril de 1878. Era filho do Cel. Gonçalo Pinto de Mendonça e Maria Francisca Felizarda do Socorro. Casou-se, em 18 de abril de 1901, com Maria da Conceição Dortas de Mendonça, filha do Bacharel Dr. Tito Lívio Vieira Dortas e de Joaquina Andrade Dortas. Fazendeiro e político de grande projeção, o Cel. João Pinto era proprietário da Fazenda Santa Rita, também chamada Olhos d'água, em Campo do Brito, onde foi Intendente Municipal em caráter provisório, após a emancipação política da cidade, decretada por Lei Estadual Nº 624, de 29 de outubro de 1912, e instalada solenemente, em 01 de janeiro de 1913. Seu governo, em Anápolis, findou em 25 de junho de 1941, quando foi exonerado do cargo pelo Interventor Federal Capitão Milton Pereira Azevedo (1941-1942) e substituído pelo Secretário Manoel Messias Mendonça⁴⁰, até a nomeação de Dr. Marcos Ferreira de Jesus, quando retornou ao cargo de Prefeito, após ser nomeado pelo Interventor. O Cel. João Pinto de Mendonça morreu aos 74 anos de idade, no dia 22 de agosto de 1951, às 11:45 horas, sendo sepultado no Cemitério São João Baptista. Na ocasião, o Presidente da Câmara José Neves da Costa, que assumiu eventualmente o cargo de Prefeito, decretou luto oficial em todo território do Município, enquanto que Nelson Pinto de Mendonça, filho do Cel. João Pinto, era o Prefeito de Simão Dias (CORREIO DE ARACAJU, 1951, p. 01). Devido às diversas alternâncias de Interventores Federais no Estado, os municípios passaram também a mudar, constantemente, de Prefeitos, como podemos verificar na Tabela abaixo:



Cel. João Pinto de Mendonça
Fonte: Galeria da galeria de Prefeitos do Memorial de Simão Dias

NOMEAÇÃO/ EXONERAÇÃO	POSSES	PREFEITOS NOMEADOS

⁴⁰A pedido, Manoel Messias Mendonça foi exonerado de seu cargo, por Decreto Nº 14, de 21 de julho de 1941, e sucedido, por Decreto Nº 15, desta mesma data, pelo cidadão Aristóteles da Silva Amarinho (Prefeitura Municipal de Simão Dias. Livros de Decretos Nº 01, 1940-1955).

29/11/1937 a 25/06/1941	30/11/1937	Coronel João Pinto de Mendonça
21/07/1941 a 31/07/1944	21/07/1941	Dr. Marcos Ferreira de Jesus ⁴¹
01/02/1945 a 31/01/1946	28/02/1945	Manoel da Fraga Dantas ⁴²
31/01/1946 a 27/03/1946	31/01/1946	Cícero Ferreira Guerra
14/04/1946 a 31/03/1947	14/04/1946	Manoel da Fraga Dantas
22/04/1947 a 09/11/1947	27/04/1947	Francino Silveira Déda

Fonte: Livros de Atos Oficiais e Posse da Prefeitura de Simão Dias



Manoel da Fraga Dantas

Fonte: Galeria da galeria de Prefeitos do Memorial de Simão Dias

O farmacêutico Manoel da Fraga Dantas, nomeado duas vezes Prefeito de Simão Dias, nasceu em 12 de julho de 1882, filho de Thomé da Fraga Pimentel Neto e D. Josepha Correia Dantas. Casou-se em 1910 com a professora D. Grigória Frique do Prado Dantas (1884-1975), filha de Bartolomeu Frique do Prado e Thereza Diniz, com quem constituiu família, prezando os princípios religiosos ministrados pela Igreja Presbiteriana da qual tornou-se Presbítero. Foi em sua residência, em 21 de abril de 1927, que a Congregação Presbiteriana de Simão Dias foi elevada à categoria de Igreja. Nesta data foi lançada a pedra fundamental do Templo na rua Cel. Antônio Alexandrino de Andrade, que, por coincidência, foi inaugurado com um culto solene nos exatos 21 de abril de 1929.

Manoel da Fraga Dantas fez seu Exame Prático de Farmácia em 31 de janeiro de 1911, no Gabinete de Química e Física do Colégio Atheneu Sergipense, gentilmente cedido pelo Diretor daquele estabelecimento. Estava presente Dr. Francisco de Barros Pimentel Franco (Inspetor de Higiene), Aurélio do Prado Vieira (Farmacêutico), Álvaro da Silveira Brito (Farmacêutico), ambos da bancada examinadora, nomeados na forma da Lei Nº 560, de 16 de abril de 1910. Ele passou pelo Exame específico em Farmacologia Prática e reconhecimento de substâncias medicinais, posologia e noções de manipulação farmacêutica, com base no Artigo 01, parágrafo único, da supracitada Lei. Após responder a arguição, foi aprovado com louvor pelos examinadores presentes. Luiz Curvelo de Mendonça, amanuense interino da Inspetoria de Higiene lavrou o termo de exame prático de Farmácia, que, em seguida, foi assinado pelos respectivos examinadores e o arguido Manoel da Fraga Dantas. O Dr. Horácio Vieira de Mello, Delegado de Higiene de Simão Dias, sendo notificado de sua admissão, e de que ele estava montando uma Farmácia na cidade, deu procedimento ao processo de avaliação do novo estabelecimento, que foi aprovado conforme as exigências da Lei. Com o

⁴¹ Segundo mandato de Prefeito de Simão Dias, desta vez, nomeado pelo Cel. Augusto Maynard Gomes. Foi afastado do cargo para assumir a Diretoria do Departamento das Municipalidades. (DEDA, 1967, p. 79). Até a nomeação do cidadão Manoel da Fraga Dantas, a Prefeitura foi administrada pelo Secretário Municipal Aristóteles de Silva Amarinho. [Grifo nosso]

⁴² Exonerado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, o Desembargador Hunald Santaflor Cardoso (1945-1951), que assumiu a Interventoria, quando o Presidente Vargas foi deposto e José Linhares, que era Presidente do Supremo Tribunal Federal, assumiu a Presidência da República. Neste caso, todos os Estados tiveram seus Interventores substituídos pelos Presidentes do Tribunal de Justiça. Após reassumir o cargo em março de 1946, Manoel da Fraga Dantas administra o Município até abril do ano seguinte. (IDEM)

Alvará concedido, em 31 de março de 1911, Manoel da Fraga Dantas inaugurou sua Farmácia na antiga Rua Barão do Rio Branco. Politicamente, ele assumiu diferentes cargos por nomeação, como o de adjunto de Promotor Público deste Termo, ajudante de Procurador seccional e Tesoureiro da Intendência Municipal, por nomeação do Intendente Alexandre Dutra da Silva, em 12 de novembro de 1930. Deste último cargo ele foi exonerado em 30 de abril de 1932. Entre suas duas nomeações como Prefeito de Simão Dias, Manoel da Fraga Dantas foi afastado do cargo por um curto espaço de tempo. Quando foi exonerado de seu primeiro mandato, foi substituído pelo comerciante Cícero Ferreira Guerra. Depois de sua renomeação, foi suspenso de suas funções, em 23 de setembro de 1946, sendo, naqueles dias, substituído pelo seu secretário Aristóteles da Silva Amarinho, até retornar para o cargo, semanas depois. Além de Prefeito, foi também membro da Câmara Municipal de Vereadores, eleito democraticamente para o triênio 1923 a 1925, e, nas eleições de 10 de outubro de 1935.

Por Decreto de 31 de março de 1947, assinado pelo Governador Dr. José Rollemberg Leite e referendado pelo Secretário Geral do Estado, foram exonerados do cargo todos os Prefeitos Municipais do Estado de Sergipe. De acordo com este Decreto, cada município passou a ser administrado por seus respectivos secretários.⁴³ Neste período, Aristóteles Amarinho retornou ao cargo de Prefeito interino, até a nomeação de Francino Silveira Déda. Já era pretensão de Manoel da Fraga Dantas ser substituído por outro amigo partidário, entretanto, era de seu conhecimento que Joaquim Sabino Ribeiro, ex-Interventor e Presidente do Conselho Administrativo do Estado, não lavraria a demissão de qualquer Prefeito que, durante seu governo, estivessem a serviço da municipalidade. A nomeação do Intendente Cícero Ferreira Guerra foi muito combatida por



Cícero Ferreira Guerra

Fonte: Galeria da galeria de Prefeitos do Memorial de Simão Dias

críticas no jornal DIÁRIO DE SERGIPE, especialmente, através de seu correspondente, o jornalista e político Francino Silveira Déda. O comerciante Cícero Guerra foi empossado no dia 31 de janeiro de 1946, mesmo sendo acusado pelos oposicionistas de não apoiar a candidatura do General Eurico Gaspar Dutra a Presidência do Brasil. No cerimonial de posse o clima era de desconfiança, poucas presenças, poucos aliados udenistas. Trecho do discurso foi publicado no DIÁRIO DE SERGIPE:

“Meus correligionários: aqui estou tomando posse desta ‘brefaia’, graças a ‘berlinques’ e ‘berloques’... O meu programa é simples e resume-se em dois problemas de maior importância, a saber, luz e muriçoca (palmas). Quanto a luz posso afirmar que já entrei em entendimento com compadre Panta de Mata Grande, em torno da energia de Paulo Afonso. Como sabeis, eletricidade na minha terra é mato e aqui o quem tem faltado é administração. Agora tereis. Quanto as muriçocas senhores, este ‘ano teles dípteros’, intruzas, boquiabertas, pernlongas e zuadentas, em número tão elevado e espantoso como o dos nossos adversários, os ‘pessedistas’, para elas e eles já encomendei uma bomba atômica” (DIÁRIO DE SERGIPE, 02.02.1946, p. 04).

⁴³ Aristóteles da Silva Amarinho era filho de Francisco Amarinho de Santana e Ana Maria do Sacramento, nascido em fevereiro de 1893 e batizado na Matriz de Senhora Sant’Ana quatro meses depois. Casou-se com Maria da Glória Amarinho. Foi funcionário dos Correios em Aracaju, exerceu o cargo de Tabelião na Comarca de Simão Dias e Secretário da Prefeitura, função pela qual se aposentou. Faleceu em Aracaju, aos 62 anos, no dia 03 de abril de 1955 (A SEMANA, 09.04.1955, p. 01).

Nos poucos meses de mandato mandou cortar a energia das sedes da Filarmônica Santa Bárbara (Lira Sant'Ana), União Beneficente Operária, Associação Desportiva Sport Clube Anápolis, por não se entender previamente com as respectivas diretorias, ambas pessedistas, como informou por meio de Ofício o Maestro Jerônimo Santa Bárbara, o jornalista Francino Silveira Déda e Benedito Macedo Freitas. Diante da colisão política ocorrida no Estado de Sergipe, três meses depois Cícero Ferreira Guerra foi exonerado do cargo pelo Interventor Coronel Antônio de Freitas Brandão.

Em 14 de abril de 1946, o farmacêutico Manoel da Fraga Dantas reassumiu o exercício do cargo de Prefeito de Simão Dias, em substituição ao edil deposto. O ato se revestiu de toda solenidade, contando com a presença de Dr. Ruy Eloy Santos (Secretário particular do Interventor Federal), Dr. Marcos Ferreira de Jesus (Secretário Geral do Estado), Dr. Antônio Manuel de Carvalho Neto (Consultor Jurídico), João de Araújo Monteiro (Diretor do Departamento da Fazenda), Professor Manoel Ribeiro, Conselheiro Manoel Conde Sobral, senhores Arnaldo Garcez e José Conde Sobral. Entre os oradores falou em nome do povo de Simão Dias Inocêncio Nascimento. Este foi o derradeiro cargo político exercido por Manoel da Fraga Dantas em Simão Dias. Jairo do Prado Dantas (1914-1968), seu filho, que era também farmacêutico, ainda concorreu uma vez, ao cargo de Prefeito Municipal, pelo PSD (Partido Social Democrático), em 07 de outubro de 1962, mas foi derrotado nas urnas pelo candidato Udenista Nelson Pinto de Mendonça. Este morreu repentinamente, vítima de um infarto fulminante, em 14 de setembro de 1968. Manoel da Fraga Dantas morreu em 05 de abril de 1971.

O jornalista Francino Silveira Déda ou Sininho Déda, último prefeito nomeado de Simão Dias, assumiu a Prefeitura no dia 27 de abril de 1947, numa cerimônia de posse que contou com diversas autoridades política do Estado. Na solenidade estiveram presente o Secretário Geral do Governo Dr. João de Araújo Monteiro, que veio representando o Governador, Dr. Marcos Ferreira de Jesus (Presidente da Assembleia Legislativa), os Deputados Dr. Manoel Ribeiro e José de Carvalho Déda, o Diretor das Municipalidades José Sobral, entre outros. O casal Inocêncio e Djanira Nascimento ofereceram um almoço as ilustres visitas, que aguardavam a hora solene de posse, marcada para as 15:00 horas, no Paço Municipal. O Secretário Aristóteles Amarinho usou da palavra na qualidade de Prefeito interino, e, em seguida, transmitiu o poder ao novo Prefeito nomeado. Depois do discurso do edil empossado, falou o Desembargador Dr. Gervásio de Carvalho Prata (Presidente da Comissão Executiva do PSD, seção Sergipe e do Diretório local) e o seu antecessor Manoel da Fraga Dantas. Após uma longa sequência de discurso, a Filarmônica Lira Sant'Ana executou peças de seu repertório, enquanto era servido bebidas finas aos convidados. Por fim, Dr. Gervásio de Carvalho Prata lançou o convite aos presentes para seguirem em passeata até a residência do Prefeito, onde marcharam acompanhados por representantes dos Colégios locais e populares, e lá foram proferidos mais discursos. À noite, no Grupo Escolar Fausto Cardoso, foi designada a criação das seis escolas noturnas para adultos, e no final, seguiram para o Paço Municipal, onde nos salões da Prefeitura houve o baile, que se perdurou até meia noite, quando se retirou para a Aracaju a comitiva



Francino Silveira Déda
Intendente Municipal
Acervo de Carlos Alberto de Oliveira

do governo. Francino Silveira Déda nasceu na cidade de Paripiranga/BA, no dia 03 de junho de 1897. Era filho de José Antônio de Carvalho Déda e Olívia Silveira Déda, irmão de José de Carvalho Déda, um dos mais importantes políticos, rábula e escritor, de quem já falamos e a quem tributamos esta obra, pela sua contribuição na historiografia de Simão Dias. Fez curso primário na cidade de Riachão do Dantas, no Colégio da Professora Grigória do Prado Dantas. Casou-se, em 30 de novembro de 1918, na Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio, em Paripiranga/BA, com Alzira Batista Déda, filha de José Romano dos Anjos e Lydia Baptista dos Anjos. No ano seguinte, serviu no 3º Regimento de Infantaria na Praia Vermelha/RJ, sendo licenciado em 31 de dezembro de 1919. Em 1920 foi nomeado Agente Postal em Paripiranga, no entanto, transferiu a função para sua consorte. Em 1921 foi nomeado pelo Governo do Estado da Bahia, José Joaquim Seabra (1855-1942), Tabelião de Notas do Termo de Paripiranga, cargo que exerceu até 18 de abril de 1934, quando faleceu sua esposa Alzira Batista Déda. Com isso, decide vim morar em Simão Dias com seus três filhos, onde passa a trabalhar como Tabelião e Escrivão do Cartório de 2º Ofício, após ser nomeado por Decreto do Governador Augusto Maynard Gomes, em 25 de junho de 1934. Para este ofício ele havia se preparado desde 1921, através do curso de Português e Aritmética cursado na capital baiana. Casou-se novamente em 08 de junho de 1937 com a professora Lucilla Macedo Déda, filha legítima de Pedro dos Santos Freitas e Maria da Conceição Macedo, natural desta Freguesia. Entre tantas funções públicas que ocupou em Simão Dias, Francino Silveira Déda se destacou como Presidente efetivo do Esporte Clube Lyra Sant'Anna (1934), por quase uma década; foi designado Presidente da União Beneficente Operária de Simão Dias (1943); nomeado Comissário de Ensino de Simão Dias, por Ato de Dr. José Fernando Barros de Mendonça, Diretor do Departamento de Educação de Sergipe (1955), Escrivão e Tabelião do 2º Ofício de Justiça, entre outros. Do cargo de Escrivão e Tabelião da Justiça foi aposentado em maio de 1964 e substituído por sua cunhada Maria da Soledade Macedo Déda. Francino Silveira Déda morreu em 11 de fevereiro de 1979.

Com o fim do Estado Novo e o processo de redemocratização do Brasil, no dia 16 de julho de 1947, foi promulgada uma nova Constituição em Sergipe, três meses antes das eleições municipais. O processo democrático já vinha sendo retomado a partir do Decreto-Lei Nº 7.586, de 28 de maio de 1945, e, com a realização das eleições diretas de 02 de dezembro deste mesmo ano, para os cargos de Presidente da República, Senador e Deputado Federal. No entanto, com a quarta Carta Magna do país, promulgada em 18 de setembro de 1946, foram estabelecidas regras mais detalhadas sobre a Justiça Eleitoral, garantindo assim o retorno do voto popular suprimido com a instalação do regime do Estado Novo (1937-1945). Neste contexto, foram realizadas as eleições municipais no Estado, em 19 de outubro de 1947, sendo candidato único para Prefeito de Simão Dias, o Bacharel Dr. Sebastião Celso de Carvalho, em concordância com as duas facções políticas partidárias da municipalidade, o PSD (Partido Social Democrático) e a UDN (União Democrática Nacional), lideradas pelo Desembargador Gervásio de Carvalho Prata e o Deputado Estadual José Dória de Almeida. Diante desse processo de redemocratização, as campanhas eleitorais no município exigiram de seus candidatos uma nova postura e de forte apelo popular. Oriundo de uma forte herança política elitizada, Dr. Celso de Carvalho enfrentou o eleitorado, visitando-os em suas casas, numa espécie de corpo a corpo, totalmente adverso à época precedente, onde o mandonismo prevalecia. Esse período se estende até 31 de março de 1964, quando a democracia foi mais uma vez golpeada com a tomada de poder pelos militares, que iniciaram

uma nova ditadura, que se perdurou até 1985. A Câmara Municipal de Simão Dias foi instalada solenemente no dia 09 de novembro de 1947, às 15:00 horas, no salão nobre da Prefeitura, designada para funcionar a respectiva sede. O ato solene foi dirigido pelo Juiz de Direito desta Comarca e Juiz Eleitoral desta 17ª Zona, Dr. Belmiro da Silveira Góis, que convidou os Vereadores eleitos para prestar juramento e tomar posse, e na sequência, deram procedimentos a eleição da mesa diretora, eleita entre os próprios membros da Câmara. Dentre as autoridades presentes estava o Governador do Estado Dr. José Rollemberg Leite, do Vice-Governador Dr. Moacir Sobral Barreto e sua comitiva. Neste dia também foi empossado o Prefeito Municipal Dr. Sebastião Celso de Carvalho, que entrou no recinto a convite dos vereadores Mario Sebastião do Amaral e Joviniano Antônio de Jesus, sob aplausos das autoridades presentes. Em seguida, proferiu o juramento de praxe, prometendo **“manter e defender a Constituição do Estado, observar as leis, promover o bem geral do povo de Simão Dias, cooperar com o governo da União e do Estado em defesa da unidade e integridade da Pátria”**. Na sessão ordinária do dia seguinte, foi lido o ofício do ex-prefeito Francino Silveira Déda, comunicando a egrégia Casa que havia retomado a sua antiga função de Tabelião de notas do Município.

Sebastião Celso de Carvalho nasceu na Fazenda Baixão, Termo de Simão Dias, em 24 de janeiro de 1923, filho de Dr. João Mattos de Carvalho e Rosa de Andrade Carvalho. Pelo lado materno descendia da família do Cel. Sebastião da Fonseca Andrade (Barão de Santa Rosa), e do lado paterno, era neto de Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho, médico e político de destaque, já mencionado neste capítulo. Fez o curso primário com o professor Antônio Borges da Silva, em Simão Dias, e seguindo a tradição da família, aos 10 anos de idade, migrou para Aracaju, onde, como interno do Colégio Tobias Barreto, fez o ensino secundário. Da hierarquia militarizada do Colégio chegou a Capitão, sendo comandante da segunda unidade e porta bandeira. Em 1940 foi para Salvador/BA estudar no Colégio Marista (1940-1941), onde passou a fazer



Dr. Sebastião Celso de Carvalho
Fonte: Galeria de Prefeitos do Memorial de Simão Dias

os cursos preparatórios para a Faculdade de Direito da Bahia. Ingressou no curso jurídico em 1942, bacharelando-se em 1946, aos 23 anos de idade. Formado, regressou a Simão Dias, passando a advogar e a se preparar para a carreira política. Casou-se no dia 06 de setembro de 1952, em Currais Novos/RN, com D. Bertilde Barreto Carvalho, filha do Desembargador Tomaz Salustino Gomes de Melo e Teresa Bezerra Salustino, com quem viveu toda a sua vida. Dr. Celso de Carvalho foi o último herdeiro político da família Carvalho, com forte influência em todo Estado de Sergipe e na capital federal. Assim que terminou o mandato de Prefeito, concorreu ao cargo de Deputado Estadual, sendo eleito, consecutivamente, para as legislaturas de 1954 a 1963. Neste último ano, em 01 de fevereiro de 1963, elegeu-se Vice-Governador do Estado, e depois de participar das articulações conspiratórias contra o Presidente João Goulart (1961-1964), da qual culminou no Golpe Militar de 1964 e na prisão do Governador Seixas Dória, foi empossado, em 04 de abril de 1964, como Governador de Sergipe. Entre os anos de 1975 a 1986, Dr. Celso de Carvalho exerceu a função de Deputado Federal. Ele faleceu no dia 14 de agosto de 2009, em Aracaju, vítima de falência múltipla dos órgãos.



Demeval Martins Guerra
Primeiro Vice-Prefeito eleito de
Simão Dias

Fonte: Galeria da galeria de Prefeitos do Memorial de Simão Dias

Em 12 de março de 1967, ocorreu em todo Estado de Sergipe, com exceção da capital, à primeira eleição para Vice-Prefeito, sendo registrada conjuntamente com a candidatura do Prefeito, numa mesma legenda ou sublegenda partidária. A figura do Vice-Prefeito não é meramente decorativa, inativa, mas cabe a este a substituição do Prefeito em caso de ausência ou impedimento, função esta que há década foi mal conduzida por grande parte de seus ocupantes, deixando a própria população alheia e esquecida de quem realmente a ocupa. Inicialmente, o Vice-Prefeito também poderia assumir a Presidência da Câmara, no intuito de estar à frente dos encargos municipais, poderia votar em leis complementares, acompanhando de perto a administração, para que, numa eventual substituição, ele pudesse assumir as rédeas do Executivo, fato este nunca visto na história política de nosso Município. O primeiro Vice-Prefeito eleito de Simão Dias foi o comerciante e professor da Demeval Martins Guerra, filho do também comerciante e político Cícero Ferreira Guerra e Ana Martins Guerra, nascido em Mata Grande, município de Alagoas, no dia 02 de setembro de 1925. Casou-se em 30 de dezembro de 1958, na Igreja Matriz de São José, em Aracaju, com Vanda Carvalho Vieira, sendo ela, filha de Raul José Vieira e Maria Andrade de Carvalho. Demeval Guerra foi eleito para o cargo de Vice-Prefeito por duas vezes, ao lado dos dois irmãos: Antônio Carlos Valadares (1967-1970) e José Matos Valadares (1973-1976). Durante o primeiro mandato, o Prefeito afastou-se do cargo para concorrer ao Legislativo Estadual no pleito de 15 de novembro de 1970, ficando sob sua responsabilidade à continuidade de seu governo. Antes, segundo o Livro de Termos de posse, o Vice-Prefeito já havia exercido a função de Prefeito, interinamente, em diversas ocasiões. Mesmo eleito Deputado, Antônio Valadares reassumiu a Prefeitura até sua posse na Assembleia Legislativa Estadual, em 15 de março de 1971 (Revista do IHGB, Nº 35, 2006, p. 192).



Antônio Carlos Valadares
Fonte: Galeria da galeria de Prefeitos do Memorial de Simão Dias

As eleições municipais, que estavam previstas para o dia 25 de dezembro de 1966, foram adiadas por iniciativa do Tribunal de Justiça Eleitoral, com a justificativa de que teriam apenas 40 dias para o pleito, visto que, em 15 de novembro daquele ano, já teriam sido realizadas as eleições parlamentares. Assim, as referidas eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores foram remarcadas para março do ano seguinte, com base no Ato complementar Nº 26, regulamentado pelo Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco. Neste pleito, diante de um entendimento político entre as lideranças locais, ficou decidido que Dr. Sebastião Celso de Carvalho indicaria o candidato a Prefeito, e que seria apoiado por todos, e o Deputado José Dória de Almeida indicaria o candidato a Vice. Quanto à representação da Câmara de Vereadores, os dois lados seriam contemplados com as indicações (A SEMANA, 03.12.1966, p. 01). Porém, como os grupos políticos resolveram abraçar a mesma ARENA separadamente, lançaram seus próprios candidatos: A ARENA I estava representada por Dr. Lauro Ferreira do Nascimento e José da Silva Góis, e a ARENA II era representada por Antônio Carlos Valadares e Demeval Martins Guerra. Foi nesta ocasião que, durante o

pleito, surgiu ironicamente o cognome das duas forças partidária do Município: Jacaré e Crocodilo. O primeiro era o grupo de Dr. Sebastião Celso de Carvalho, e o segundo, o partido eleito, representado por Antônio Carlos Valadares. Essas duas facções partidárias ganharam mais forças na década seguinte.



José Neves da Costa
Fonte: Galeria da galeria de Prefeitos do Memorial de Simão Dias

De acordo com o Ato Institucional Nº 03, de 03 de fevereiro de 1966, Art. 04, os prefeitos das capitais passaram a ser nomeados pelos governadores, mediante a precedente aceitação da Assembleia Legislativa, os chamados cargos “biônicos”. Nas eleições de 15 de novembro de 1970, com exceção das capitais, foi lançada nos demais Municípios a candidatura de Prefeito e Vice-Prefeito, com apenas um concorrente. Em Simão Dias, quem disputou o referido cargo, foi o Vereador José Neves da Costa. Este representava a força política dos Valadares, e seus adversários, que vinham amargando sucessivas derrotas, não chegaram a indicar nenhum. Assim, naquele ano foi eleito o novo alcaide e seu vice Francisco Rocha Almeida, para exercer o chamado “mandado tampão”, que equivalia a um biênio, no intuito de organizar as Eleições Gerais de uma só vez. Isso também era esta-

belecido para os vereadores eleitos, agora composto de doze membros. A nova distribuição de cadeiras no Legislativo foi estabelecida na Lei Orgânica dos Municípios, por emendas aprovadas pela Assembleia Legislativa do Estado, no dia 17 de setembro de 1968, entre as quais, a de Nº 08, que determinava que cada Município teria uma quantidade de Vereadores, baseando-se no número de eleitores cadastrados. Para Simão Dias, neste caso, condizia no rol de 8.001 a 9.000 eleitores.

A composição político-administrativa da Câmara Municipal, a partir de 1971, passou a ser composta de Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, além de dois suplentes de Secretário, que substituiria os titulares em seus impedimentos, eleitos para dirigir os trabalhos da Câmara durante o Biênio. Neste caso, para a composição da mesa diretora, os Vereadores realizavam novas eleições a cada dois anos, sendo, em alguns casos, reeleita a mesma mesa. É importante lembrar, que no período anterior, a Mesa do Legislativo era composta apenas pelo Presidente e Secretário, eleitos anualmente, havendo sempre eleições no dia 01 de fevereiro, início de cada período legislativo.

Saída política e embusteirices: Impeachment de Prefeitos perpetrado pela Câmara Municipal

Pedro Almeida Valadares, prefeito eleito para o quadriênio 1959-1963, surgiu em Simão Dias como a maior expressão do fenômeno populista. Nascido em Campos (atual Tobias Barreto), no dia 26 de novembro de 1911, era filho de Antônio Carlos de Almeida e Carolina Almeida Valadares. Casou-se, aos 28 anos de idade, nesta Freguesia, no dia 27 de março de 1940, com Josefa Menezes Mattos, filha de Manoel José de Mattos e Valeriana Gomes de Menezes, natural de Paripiranga/BA e residentes no Povoado Raposa, deste Termo. Agricultor e industrial, residente no Povoado Araci, atual Pau de Leite, iniciou sua carreira política como Vereador, em 03 de fevereiro de 1951, ligado a UDN, partido que tinha como liderança regional o Deputado Estadual José Dória de Almeida (Dorinha). Depois aliou-se a Cândido Dortas de Mendonça, após compor com ele uma dissidência com o grupo de Dorinha. Por duas legislaturas (1951-1954/ 1955-1958) foi Vereador na Câmara Municipal de Simão Dias, e quase concluído o seu mandato de Prefeito, licenciou-se do cargo, em 22 de agosto de 1962, para concorrer às eleições estaduais, vindo a ser eleito Deputado pelo PR, em 07 de outubro de 1962, mandato este que não chegou a concluir, pois morreu prematuramente, aos 53 anos de idade, em 05 de março de 1965.



Pedro Almeida Valadares
Acervo particular de José Matos Valadares

Pedro Valadares tornou-se liderança em Simão Dias, criando uma política assistencialista, tornando-se popular e amado entre as massas. A conduta de servir a população de forma incondicional fez dele um líder. Em contrapartida, incomodava seus adversários elitistas, inclusive o próprio José Dória de Almeida, e, posteriormente, Cândido Dortas de Mendonça. Estes dois influentes políticos simãodienses, diante de algumas decisões “inconsequentes” do Prefeito Pedro Almeida Valadares, uniram-se a Dr. Sebastião Celso de Carvalho, e ambos auxiliaram os Vereadores de oposição, a pedirem o seu impeachment. O Presidente da Câmara Manoel Prata Dortas⁴⁴, do PSD, assumiu interinamente a Prefeitura Municipal de Simão Dias, em 13 de abril de 1959, depois, oficialmente, em 07 de junho do mesmo ano, por meio de uma lei emergencial que dava ao prefeito Pedro Almeida Valadares o direito de se ausentar para cuidar de sua saúde na Capital Federal, uma licença concedida até 07 de setembro, deste mesmo ano, quando o Prefeito titular reassumiu o cargo. Quando o Vereador Manoel Prata Dortas assumiu

⁴⁴ Manoel Prata Dortas, simãodiense da velha cepa, nasceu em Simão Dias no dia 15 de julho de 1906. Era filho do Alípio de Andrade Dortas e Maria de Carvalho Prata Dortas. O escrivão civil do Termo de Simão Dias, nomeado em 1934; Por Ato do Governador em exercício, o Desembargador Hunald Santa Flor Cardoso, foi nomeado de oficial vitalício do Registro Civil de Simão Dias, sendo empossado no Fórum da cidade, em 18 de abril de 1964, perante o Juiz Dr. Lauro Pacheco de Oliveira. Era casado com Guiomar Hora Dortas, natural de Propriá/SE, quando a recebeu em matrimônio no dia 15 de dezembro de 1927. Faleceu no dia 12 de fevereiro de 1976, sendo sepultado no Cemitério São João Batista (A LUCTA, 23.12.1934, p. 01; A SEMANA, 25.04.1964, p. 04). [Grifo do autor]

interinamente a Prefeitura, o suplente Joviniano Antônio de Jesus ocupou o seu lugar na Câmara. A mesa diretora passou a ser Presidida pelo Vereador Mário Sebastião do Amaral e o cargo de Secretário foi ocupado por Joviniano Antônio de Jesus. Em 01 de fevereiro de 1960, houve uma eleição para compor a nova Mesa, da qual foi eleito o Presidente e Secretário Mário Sebastião do Amaral e Pedro Domingues de Santana, ambos do PSD, passando este Partido a comandar majoritariamente a Casa do Legislativo até 01 de fevereiro do ano seguinte. Na nova eleição da diretoria de 1962, Manoel Prata DORTAS retomou a Presidência da Casa e permaneceu no cargo até o término de seu mandato.

A liderança e o prestígio político de Cândido DORTAS de Mendonça, suplantada pelos feitos dos CARVALHOS e VALADARES, o levou a Assembleia Legislativa Estadual por quatro vezes: nos quadriênios 1951-1954, eleito pela Aliança Popular; 1959-1962, pelo PSP; 1963-1966, pelo PTB; e 1967-1970 pelo ARENA, tendo no intervalo de 1955-1959, assumido as funções de Prefeito de Simão Dias, por indicação do Presidente da UDN, seção Estadual, Dr. Leandro Maciel, durante as eleições de 03 de outubro de 1954. Cândido DORTAS rompeu com a UDN e filiou-se ao PSP (Partido Social Progressista), lançando-se candidato a Deputado Estadual, cargo para o qual fora eleito em 1958. Neste segundo mandato como Deputado assumiu interinamente a presidência da Assembleia. Candinho, como era popularmente conhecido, nasceu em 31 de dezembro de 1906, fi-



Cândido DORTAS de Mendonça
Fonte: Galeria da galeria de Prefeitos do Memorial de Simão Dias

lho de Alexandre Pinto de Mendonça e Maria Rosa de Andrade DORTAS de Mendonça. Sua descendência paterna é oriunda da cidade de Campo do Brito, grande criador e lavrador das Matas de Itabaiana, o Coronel Gonçalo Pinto de Mendonça. Já sua mãe, era filha do Bacharel Dr. Tito Lívio Vieira DORTAS e Joaquina de Andrade DORTAS, esta última, irmã do afamado Barão de Santa Rosa. Ele chegou a ser nomeado Delegado de Polícia de Simão Dias, em maio de 1935, mas foi na política que mais se destacou, exercendo a função de Prefeito Municipal e Deputado Estadual, por quatro legislaturas. Casou-se com Ana Prata Góis, em 28 de junho de 1936, na residência de Dona Maria da Conceição Prata, filha de Fenelon da Silveira Góis e Maria Prata Góis. Cândido DORTAS morreu em 08 de março de 1993.

Os Vereadores José da Silva Góis e Joviniano Antônio de Jesus, apresentaram um requerimento, em 12 de junho de 1961, sob a orientação do Deputado Cândido DORTAS de Mendonça, solicitando um exame rigoroso das contas da Prefeitura, que durante os dois primeiros anos chegou a empregar doze milhões de Cruzeiros, sem justificativas aplausíveis. Após meses examinando as contas foi dado um parecer rejeitando todas as contas relativas a 1959 e 1960, e, em seguida, foi instaurado um processo contra o Prefeito Pedro Almeida Valadares, sob o argumento de improbidade administrativa, nos Termos da Lei Federal Nº 3.528, de 03 de janeiro de 1959, como assim determinou o Parecer da Comissão Especial da Câmara de Vereadores de Simão Dias, que teve como relator Joaquim Neves dos Santos:

“(...) esta Comissão Especial, examinando as provas do processo em tela e, considerando que a vista dessas provas, o Prefeito Pedro Almeida Valadares incorreu nos crimes previstos nos números 12, 13 (parte final), 15, 18 e 19, todos do artigo 1º da citada Lei nº 3.528, de 3 de janeiro de 1959; considerado o mais que consta da referidas contas não aprovadas pelo plenário, somos de parecer que o presente processo

de responsabilidade contra o Prefeito Pedro Almeida Valadares seja julgado objeto de deliberação, na conformidade da norma determinada pelo art. 20 da lei nº 1.079 de 10 de agosto de 1950, para o fim de ser o acusado devidamente processado, julgado e condenado nos termos da dita Lei de Responsabilidade. É o nosso parecer. Sala das Sessões, Simão Dias, 30 de agosto de 1961. Mario Sebastião do Amaral (Presidente), Joaquim Neves dos Santos (Relator), Pedro Domingues de Santana (Membro), Joviniano Antônio de Jesus (Membro)” (A SEMANA, 02.09.1961, p. 04).

Segundo as testemunhas, Pedro Almeida Valadares havia comprado certa quantidade de lenha a Manuel Correia Cruz e utilizado na sua própria fazenda para descaroçar algodão; outros afirmaram que receberam por muito tempo, gratificações pagas pelos cofres municipais, sem quaisquer nomeações ou portarias autorizadas por lei. Assim, em votação nominal e por cinco votos contra um, foi decretado o impeachment, em 16 de outubro de 1961. Nesta sessão, da qual seria nomeado o substituto legal para o cargo de Prefeito, enquanto se concluída o curso processual de absolvição ou condenação do acusado, surgiram pessoas ocupando a sede da prefeitura, que impediu a posse do eventual substituto do comando do Executivo. Outro fato incluído nos autos do processo contra o Prefeito foi à acusação de perturbação dos trabalhos do Legislativo. Segundo o relator, esta agitação foi determinada pelo próprio Prefeito afastado, que reuniu funcionários, trabalhadores e dois oficiais de justiça do Termo, estes últimos subordinados ao Juiz da Comarca Dr. Lauro Pacheco de Oliveira, que armados, cometeram atos em plena sessão na sede da Câmara, desmoralizando e ameaçando os Vereadores, a ponto destes transferirem as sessões para outra casa, que serviu por um tempo como a sede do Legislativo. É importante salientar que o Prefeito afastado também esteve presente durante a sessão exibindo uma arma de fogo, fato narrado detalhadamente por testemunhas que presenciaram o caso. Isso ocorreu depois do Parecer, datado de 10 de outubro de 1961. Há também depoimentos de populares, que disse que nesta sessão, a primeira dama Josefa Matos Valadares ou Dona Caçula, como era conhecida, também se fez presente, e sem cerimônia alguma, expôs a arma que portava em sua bolsa nas primeiras fileiras da sala da Câmara. De acordo com a crônica “Retalhos da Política – Maria Bonita do Caiçá”, escrita e publicada por Antônio Carlos Valadares, ele conta:

“Os vereadores adversários estavam dispostos a dar posse ao ‘novo prefeito’ a qualquer custo, que seria o presidente da Câmara. Com esse intento, marcharam em direção à Prefeitura que ficava na Av. Cel. Loyola. Mas, a caminho, tiveram que recuar imediatamente, porque receberam um recado de D. Caçula de que resistiria até o último homem, e que ela jamais deixaria que ninguém invadisse a Prefeitura. Os adversários souberam que um grupo bem postado no interior da Prefeitura havia sido organizado por D. Caçula, a maioria do Povoado Pau de Leite, e esse grupo estava disposto a dar sua própria vida em defesa do mandato legítimo de Pedro Valadares. Ao pressentirem a gravidade da situação, os Vereadores desistiram da posse, e ficaram quietinhos e ansiosos em suas casas, aguardando o pronunciamento da Justiça que havia sido acionada por meu pai na cidade de Aracaju, onde ele se encontrava lutando para preservar o mandato que estava prestes a ser usurpado”⁴⁵.

Essa agitação foi essencial para a restauração da ordem institucional do município, e a participação da matriarca ganhou repercussão em todo Estado de Sergipe, sendo um dos temas abordados na própria Assembleia Legislativa Estadual, onde o Deputado Nivaldo Santos, representante da oposição, durante o seu discurso na tribuna, apelidou D. Caçula Valadares

⁴⁵Disponível em: <https://blogdovaladares.com.br/850-2/> Acesso: 06.01.2022.

de Maria Bonita do Caiçá, dizendo que ela, **“armada até os dentes, à frente de uma verdadeira cabroeira vinda do Pau de Leite impedira a posse do novo prefeito ‘eleito’ pela Câmara”**.⁴⁶ Em contrapartida, o Deputado da situação, José Onias de Carvalho, chegou a compará-la a guerreira Maria Quitéria, primeira mulher soldado no Brasil, que defendeu bravamente a integridade de sua pátria. O processo de improbidade de Pedro Almeida Valadares passou para o âmbito judicial. O Juiz Dr. Lauro Pacheco de Oliveira concedeu um mandato liminar de segurança contra o impedimento do prefeito, enquanto o advogado da Câmara de Vereadores abriu um processo de suspeição do Juiz para a instância superior. O Tribunal de Justiça baixou em agenciamento o processo de suspeição do Juiz, aguardando maiores informações a serem prestadas pelo mesmo, e caso fosse rejeitada suas suspeitas, o mandato contra o prefeito seria invalidado. Enfim, o processo contra Pedro Almeida Valadares foi suspenso, conferindo-lhe maior prestígio político entre a população e ampliando mais ainda a sua popularidade. Para o Juiz Dr. Lauro Pacheco de Oliveira, as consequências foram mais severas, já que nos próprios autos do processo do impeachment teve seu nome citado como responsável pela autorização de pagamentos ilícitos às diárias de soldados e fornecimentos de bebidas para o Júri, fato que envolveu toda a instituição, numa determinada sessão. Ele enfrentou um processo disciplinar no dia 30 de março de 1966, movido pela Procuradoria Geral do Estado, que culminou na sua remoção compulsória, ficando em disponibilidade remunerada, sem condições para jurisdizer nesta Comarca.

Processo semelhante e com resultados diferentes ocorreu décadas depois, agora com Manoel Ferreira de Matos. Fazendeiro e pecuarista, natural da cidade de Paripiranga/BA, nascido em 14 de junho de 1931, filho de João Ferreira Matos e Corina Menezes de Matos. Apesar do sobrenome Matos ter se popularizado na política de Simão Dias e Paripiranga/BA, sua descendência é oriunda da Freguesia do Bom Conselho (Cícero Dantas). João Ferreira Matos era filho de Manoel José de Matos e Valeriana Gomes de Menezes, e irmão de Josefa Matos Valadares, matriarca da família Valadares. Seu avô, que casara em 29 de abril de 1898, era filho de José Thomaz de Carvalho e Anna Francisca de Matos. Foi este casal, pais de Manoel José de Matos, que vieram da Freguesia do Bom Conselho/BA, para residir em Paripiranga, em meados do século XIX. Manoel Ferreira de Matos casou-se, em 14 de julho de 1958, com Rivalda Silva Matos, com quem teve seis filhos, dentre os quais, Marcelo José Silva Matos e Mônica Silva Matos, que também seguiram carreira política. D. Rivalda Silva Matos era natural de Simão Dias, nascida em 11 de abril de 1938, filha de Tibúrcio Dias da Silva e Marieta Matos Silva.

⁴⁶IDEM



Santinhos distribuídos na campanha política de 1976

Fonte: Arquivo particular do autor

Seu Caçulo, como era conhecido, ingressou na política tardiamente. Apoiado por Dr. Celso de Carvalho, lançou-se candidato a Vice-Prefeito de Simão Dias, ao lado de Abel Jacó dos Santos, eleitos nas eleições de 15 de novembro de 1976, primeira vitória do grupo Jacaré contra os Crocodilos, grupo político representado por José Matos Valadares, que neste pleito, concorria à reeleição. Findando seu mandato de Vice, foi lançado candidato a Prefeito de Simão Dias, eleito nas eleições de 15 de novembro de 1982, para o período de 1983-1988. Segundo o parecer do Tribunal de Contas Estadual, foram rejeitadas as contas do Exercício Financeiro do ano de 1983, além da imputação de débitos e omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados pela Petrobrás. Inicialmente, o Tribunal Regional rejeitou as contas, caracterizando improbidade administrativa e malversação de dinheiro público. Essa decisão resultou na inelegibilidade do ex-prefeito por cinco anos, a contar de 1990, quando, naquela ocasião, teve sua candidatura a Deputado Estadual negada. Posteriormente, o egrégio Tribunal Superior Eleitoral estabeleceu a nulidade do diploma do mesmo, sendo que, a aplicação da inelegibilidade prevista no artigo 1º, I, g, da Lei Complementar Nº 64/90, ficaria condicionada a rejeição das contas pela Câmara Municipal e não pelo parecer prévio do Órgão de Contas. Com relação às contas do exercício financeiro de 1983, foram aprovadas pelo Legislativo, porém, o Tribunal permaneceu com a sua decisão, impedindo a candidatura de Manoel Ferreira de Matos até o ano de 1995. Apesar disso, ele se lançou candidato a Prefeito e concorreu ao pleito de 15 de novembro de 1992, do qual foi eleito, sendo empossado em 01 de janeiro de 1993. O candidato derrotado Dr. Virgílio de Carvalho Oliveira Sobrinho recorreu ao Supremo Tribunal Federal, contestando a diplomação do Prefeito, com base na decisão do conspícuo Tribunal, que decretara, em 1990, a elegibilidade do eleito, por cinco anos. Vale ressaltar que, Dr. Virgílio de Carvalho Oliveira Sobrinho foi o segundo candidato mais votado nas eleições de 15 de novembro de 1992, ao lado de seu Vice-Prefeito Israel Andrade Cruz. Naquele pleito concorreram três candidatos a Prefeito: Manoel Ferreira de Matos (PSD) teria sido eleito com 9.320 votos; Dr. Virgílio de Carvalho Oliveira Sobrinho (PST) obteve 7.317 votos; e Denílson Silva Andrade (PT), 495 votos. Em 28 de dezembro de 1993, dando cumprimento à decisão do Tribunal Superior Eleitoral, Manoel Ferreira de Matos foi afastado do cargo de Prefeito, sendo empossado pelo Juiz Dr. José Anselmo de Oliveira, da 22ª Zona eleitoral, até ulterior deliberação da Justiça, o Presidente



Manoel Ferreira de Matos

Fonte: Galeria da galeria de Prefeitos do Memorial de Simão Dias

da Câmara Manoel Souza Menezes (Seu Nô). Na ocasião, assumiu interinamente a direção da Casa Legislativa, o Vereador José Roberto de Souza, que convidou o Prefeito em exercício a proferir seu juramento, e, em seguida, o declarou empossado. Esteve presente o Deputado Federal Pedro Almeida Valadares Neto, os Deputados Estaduais Abel Jacó dos Santos e Belivaldo Chagas Silva, a ex-prefeita Josefa Matos Valadares, entre outros. Dr. Virgílio de Carvalho Oliveira Sobrinho, que era por direito o sucessor do cargo, estava também presente no auditório. Essa foi a segunda tentativa do então Presidente, de tomar posse do cargo. De imediato, o Prefeito afastado Manoel Ferreira de Matos recorreu à Justiça e foi suspensa a liminar em menos de 24 horas, o reintegrando ao cargo. Numa dessas ocasiões, a esposa do Vereador Manoel Souza Menezes, nem chegou a descer do carro estacionado frente à Câmara, pois a liminar cancelando a cassação foi entregue à Câmara antes mesmo

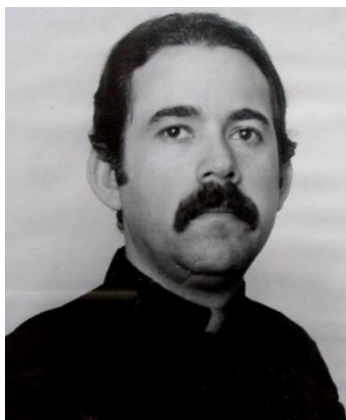
de iniciar a solene sessão de posse. Manoel Ferreira de Matos retomou o poder até ser votado por definitivo o seu impeachment, em 17 de agosto de 1995.



Charge publicada no jornal com Manoel Ferreira de Matos conduzindo a liminar que suspendia sua cassação.

Fonte: Roteiro Sergipano. Ano II. Nº 14, maio de 1993, p. 01

O jornal ROTEIRO SERGIPANO, que era distribuído gratuitamente entre a população de Simão Dias, passou a noticiar, superficialmente, esta disputa judicial, satirizando, inclusive, o vai e vem de liminares judiciais concedidas ao Prefeito Caçulo, através de cartuns, um tipo de humor gráfico, muito bem elaborado pelo cartunista Edidelson. Este jornal circulava na cidade, desde 1993, sob a direção de Edécio Pereira da Silva, e tinha como principal colaborador, o ilustre professor e poeta Udilson Soares Ribeiro. Após ser deferido outro Parecer do Supremo Tribunal Federal, que culminou por definitivo no impeachment pelos autos da petição Nº 841-3, do Prefeito Municipal Manoel Ferreira de Matos, e, conseqüentemente, de seu Vice-Prefeito Dr. Luiz Albérico Nunes da Conceição, a Juíza substituta de Direito desta 22ª Zona Eleitoral, Dr.ª Gardênia Carmelo Prado, foi comunicada da decisão do STF por meio de um telegrama datado de 16 de agosto de 1995. A eminente Juíza determinou o cumprimento da decisão do Supremo Tribunal, dando andamento à posse da Presidente do Legislativo, D. Maria Valadares de Andrade (Edna Valadares), que assumiu interinamente os trabalhos do Executivo. Em seguida, a Presidência da Câmara passou para as mãos do



**Dr. Virgílio de Carvalho Oliveira
Sobrinho**

Fonte: Galeria da galeria de Prefeitos do Memorial de Simão Dias

Vice-Presidente João Policarpo do Nascimento, que dirigiu a solene sessão, empossando a nova Prefeita interina de Simão Dias. Para a vaga aberta de Vereador, foi empossado, no dia seguinte, o suplente Eduardo Pereira de Santana. A prefeita interina Edna Valadares, como era popularmente conhecida, manteve-se no cargo até o dia 20 de outubro de 1995, quando numa Sessão Extraordinária foram empossados o Prefeito Dr. Virgílio de Carvalho Oliveira Sobrinho e o Vice Israel Andrade Cruz, em face da determinação judicial. Em seguida, o Presidente em exercício João Policarpo do Nascimento passa a sua cadeira da presidência para a eminente vereadora, que, de imediato, retornou para o cargo. Na solenidade de posse estiveram presentes diversas autoridades constituídas, dentre elas, anti-

gos aliados do Prefeito cassado Manoel Ferreira de Matos, que naquela ocasião eram fiéis interessados pelo seu afastamento. Parte deles estava por trás de todo processo, a exemplo do ex-governador Dr. Sebastião Celso de Carvalho, o Deputado Federal Pedro Almeida Valadares Neto e o Senador Antônio Carlos Valadares, que usaram a tribuna da Casa do Legislativo congratulando os novos prefeito e vice-prefeito empossados. A rixa política entre Manoel Ferreira de Matos e os Valadares, após esse episódio, tornou-se quase impossível de adstringir. No entanto, após uma aliança entre ambos, no ano de 2000, que culminou no lançamento da candidatura de sua filha Mônica Silva Matos ao cargo de Vice-Prefeita, em cima de um palanque no Povoado Caraíbas de Baixo, deste Termo, num comício ocorrido em 01 de setembro de 2004, faleceu Manoel Ferreira de Matos, aos 73 anos de idade, vítima de infarto fulminante. Não se sabe ao certo se foi ironia do destino ou mal-estar, por estar fazendo parte de um grupo político, que anos atrás foram de certa forma culpados pela sua cassação. É importante lembrar que na política não há amigos ou inimigos, há aliados ou adversários, ambos sujeitos a uma aliança política partidária ou um súbito rompimento. O que interessa na política é estar lucrando, mesmo que estas artimanhas manchem sua honra e sua decência ética, perante a sociedade. Quanto a sua esposa, D. Rivalda Silva Matos, fragilizada com a morte de seu filho Marcelo José Silva Matos, ocorrida em 28 de agosto de 2018, faleceu no dia 16 de outubro deste mesmo ano, sendo sepultada no Cemitério São João Batista desta Freguesia.

“Bendita sois, mulheres da política”

No início do terceiro quartel do século XX, surgia no cenário político de Simão Dias a primeira representação feminina, disputando um cargo eletivo na Câmara Municipal: **D. Clarita Sant’Anna Conceição**. Nascida em Pedra Mole, antiga Freguesia de Campo do Brito/SE, era filha do Cel. João Lucas Sant’Anna e Dona Maria Umbelina de Oliveira Sant’Anna. Parte de seus irmãos viveram ou visitavam com frequência este município, sobretudo, quando a família decidiu mudar-se para cá e deu continuidade as suas atividades comerciais: Elvira Sant’Anna Rocha era esposa de Emílio Rocha, jornalista e fundador do Hospital Bom Jesus; Dr. Virgínio Sant’Anna era professor do Colégio Estadual de Sergipe e benemérito também do Hospital Bom Jesus; Dr. Tito Lívio de Sant’Anna, engenheiro civil e vereador do Rio de Janeiro, na década de 1920 e 30, vinha com frequência para Simão Dias e participava de eventos sociais e políticos importantes desta cidade. Seus pais faleceram nesta cidade: João Lucas, aos 83 anos, no dia 08 de fevereiro de 1942, e Dona Umbelina Sant’Anna, aos 96 anos de idade, em 05 de janeiro de 1961, ambos sepultados no Campo Santo “São João Baptista”. D. Clarita Sant’Anna casou-se na Matriz de Senhora Sant’Ana, no dia 31 de janeiro de 1935, com João Conceição Neto, comerciante influente, ex-diretor do Hospital Bom Jesus e um dos subsecretários do Diretório Regional da UDN nos anos 50, filho de Fausto José da Conceição e Dona Marianna Francisca da Conceição. Na cerimônia civil e religiosa, o casal foi apadrinhado por amigos e parentes abastados de Simão Dias, dentre estes, Dr. Virgínio Sant’Anna, Emílio Rocha, João de Deus Conceição, Arthur Sant’Anna, Mariana Sant’Anna Campos, Elvira Sant’Anna Rocha, Josephina Sant’Anna Fonseca e Lindaura Conceição.



Clarita Sant’Anna Conceição

Fonte: Imagem de divulgação da campanha eleitoral – Jornal “A Semana”, de 04/09/1954, p. 01.

Ladeada de chefes políticos, legatários do coronelismo e senhores ainda adeptos do mandonismo político eleitoreiro, se lançou candidata à vereadora pela UDN, no pleito de 03 de outubro de 1954, sob a liderança de Cândido Dortas de Mendonça, que também concorria ao cargo de Prefeito. Clarita Sant’Anna, escreveu para o jornal A SEMANA, dizendo: **“Recebi e agradeço a honrosa tarefa e prometo defender os interesses da mulher simãodiense na Câmara dos Vereadores, sobretudo, os interesses da nossa querida cidade, lutando pelo seu aformoseamento. Prometo outrossim, com a maior sinceridade de minha alma, zelar pelos interesses da Matriz de Santana, defendendo a religião dos meus pais. Espero que a mulher cerre fileiras com entusiasmo nesta jornada [...]”** (21.08.1954, p. 01). Apesar de não conseguir atingir seus objetivos no pleito de 03 de outubro de 1954, Clarita Sant’Anna teve ainda uma votação expressiva, tornando-se a primeira suplente dos vereadores udenistas Pedro

Almeida Valadares e Antônio Andrade Filho. D. Clarita Sant'Anna Conceição, extremamente religiosa, desempenhou funções de grande relevância na Paróquia de Senhora Sant'Ana. Foi zeladora do Apostolado da Oração e das Vocações Sacerdotais; uma das grandes colaboradoras no Congresso Eucarístico Diocesano de Simão Dias, ocorrido em 1953, iniciando no final deste ano, o armamento do clássico presépio natalino, mantendo a tradição nos anos seguintes, dos quais tiveram destaques nos Jornais A CRUZADA, de Aracaju, especialmente, o presépio de dezembro de 1955, quando a sua residência foi uma das mais visitadas no Natal, devido à imponência de sua lapinha. Coordenou diversos eventos na Matriz, principalmente durante o Mês Mariano, sendo mais uma vez destaque na imprensa:

“As novenas de maio foram festejadas por senhoras, tendo no dia 22, dia de S. Rita, patrocinada pela Exma. D. Clarita Santana Conceição, que deu a nossa cidade uma noite brilhante. Um cortejo com mais de cem crianças, todas de ramalhetes belíssimos, umas ionetas e tantas moças ladeando as crianças, uma fila de rosa e outra de azul, inclusive seis anjinhos ricamente trajados, iluminados por estrelinhas de prata, saíram da residência de D. Clarita Santana e foram apanhar o Revmo. Padre Mario Reis, levando para a Igreja com cânticos à Virgem Maria. (...) ainda mandou distribuir com todos os fiéis um lindo cartãozinho com este pensamento: ‘Cultuar Virgem Santíssima é coroar a alma de consolação’” (A CRUZADA, 18.05.1955).

D. Clarita Sant'Anna Conceição representou a Paróquia no XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, realizado nos dias 17 a 24 de julho de 1955, no Rio de Janeiro; organizou diversos espetáculos de sua lavra teatral em benefícios dos necessitados, sobretudo, durante o período que presidiu a Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra (1949-1953), sendo aclamada sócia benemerita da Sociedade. Foi colaboradora no hebdomadário A SEMANA e escritã do Cartório de 1º Ofício de Simão Dias, nomeada meses depois da morte de seu antecessor Antônio Mascarenhas de Andrade, que falecera em 14 de janeiro de 1957. Nesta função ela foi substituída por Joaquim Fontes Freire, em junho de 1963, até ser nomeada a nova Escrivã, a professora Olda do Prado Dantas, quando prestou concurso realizado pelo Tribunal de Justiça, no final de junho de 1964. Clarita Sant'Anna Conceição morreu em 16 de agosto de 1987.

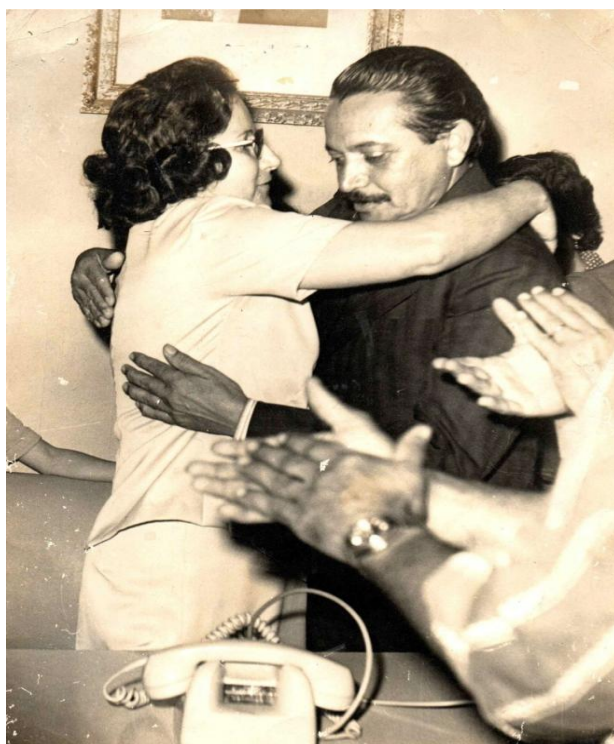
Apesar de não ter assumido cargos eletivos em Simão Dias, ainda no final dos anos 1960, outra mulher surgiu de forma indireta na política simãodiense, chegando a ocupar, por um curto espaço de tempo, o comando da cidade: **Maria Rita Santana de Jesus**. O prefeito Nelson Pinto de Mendonça havia nomeado a eminente senhora para o cargo de Secretária Titular da Prefeitura, de acordo com o Decreto Municipal de 30 de abril de 1964. Em 30 de março de 1967, horas antes da posse de Antônio Carlos Valadares e Demeval Martins Guerra, prefeito e vice-prefeito da cidade, o Interventor Municipal Nelson Pinto de Mendonça, passou para Maria Rita de Santana, a incumbência de transmitir o cargo do Executivo Municipal, durante a solenidade de posse, no salão nobre da Prefeitura. O aludido Interventor fazia oposição aos eleitos e não queria participar da solenidade, nem officiar a entrega do respectivo cargo. Isso causou um certo constrangimento, a ponto do novo gestor demonstrar-



Maria Rita de Santana Santos (Rita Nunes)
Fonte: Acervo particular de Maria Rita Santana de Jesus.

se insatisfeito com a situação e negar-se a receber das mãos da eminente Secretária Interventora, o Termo de Posse. Após uma série de queixas e contendas, a transmissão do cargo ocorreu, mas sem nenhum registro oficial de ambas as partes. Posteriormente, Maria Rita de Santana assumiu a função de Auxiliar de Administração, em 01 de fevereiro de 1977, como Prefeita interina, entregou oficialmente o cargo para o Prefeito eleito Abel Jacó dos Santos. D. Rita Nunes, como era conhecida, nasceu em 24 de novembro de 1937, filha de Joaquim Nunes de Santana, vereador por dois mandatos consecutivos (1971-1972 e 1973-1972) e Dona Maria da Graça de Santana. Casou-se em 02 de maio de 1961, com o comerciante Eliseu Francisco dos Santos Filho, filho de Eliseu Francisco dos Santos e Dona Maria da Glória dos Santos. Desde o dia 16 de outubro de 1966, data do registro cadastral de sua Empresa, que a família lida com o comércio varejista de ferragens e ferramentas, hoje inativada. No início, o “Armazém Santa Rita” comercializava bebidas nacionais e estrangeiras, conservas em geral, produtos farmacêuticos, estoque de cimentos, entre outros, como descreveu algumas publicações nos classificados do jornal A SEMANA. Antes de assumir diversas funções administrativas na Prefeitura Municipal de Simão Dias, D. Rita Nunes havia sido nomeada professora, por Decreto de 12 de março de 1958, para compor o quadro de professores das Escolas Reunidas Augusto Maynard, que, naquela época, tinha ultrapassado o número de alunos para mais de duzentos, o que se fazia necessário aumentar o número de salas e de docentes. Desta função, ela foi exonerada em 18 de outubro deste mesmo ano, de acordo com a Portaria Nº 29, do Prefeito Cândido Dortas de Mendonça, sendo, em seguida nomeada Escriturária Municipal.

Durante a gestão do Prefeito Pedro Almeida Valadares, de acordo com a Portaria Nº 07, de 17 de abril de 1959, foi designada para assumir as funções de Secretária interina, em substituição ao secretário titular Ivan Rabelo Dortas, que se licenciou de suas funções para tratamento de saúde. Em 02 de setembro de 1960, por Portaria Nº 25, ela passou a responder pelo expediente da Tesouraria Municipal, até o dia 31 de março de 1962, quando Adele de Carvalho Oliveira, a titular do cargo, reassumiu as suas funções. Dias depois, por Decreto de 18 de abril de 1962, a Tesoureira pediu exoneração de seu cargo e Pedro Valadares a designa para assumir as funções de Tesoureira titular da Prefeitura. Vale ressaltar que, durante o processo de cassação do Prefeito Pedro Valadares, D. Rita Nunes respondia pelas contas da Prefeitura. Diante da ação



Fraterno abraço entre D. Rita Nunes e o Prefeito Abel Jacó dos Santos, durante a posse, na transmissão do cargo.
Fonte: Acervo particular de Maria Rita Santana de Jesus.

da Polícia Federal (PF), que investigava o suposto esquema de fraudes na administração, a mesma garantiu aos investigadores que nada seria encontrado, pois todas as receitas e

despesas da Prefeitura, antes de assiná-las, teria que passar por sua rígida avaliação. Intransigente em suas opiniões, condutas e caráter, no final da inquirição da PF nada foi encontrado. O seu recato como profissional, garantiu o seu reconhecimento em todos os âmbitos públicos municipais e estaduais, sendo, às vezes, chamada de doutora pelos magistrados e autoridades constituídas.

Em 30 de abril de 1963, a eminente senhora retorna as funções de Secretária da Prefeitura, por um breve espaço de tempo. Por Decreto Municipal de 30 de abril de 1964, o Interventor Municipal Nelson Pinto de Mendonça exonera, a pedido, o Secretário da Prefeitura Ivan Rabelo Dortas, e, de acordo com o Art. 02, do mesmo Decreto, fica efetivada para o referido cargo a senhora D. Rita Nunes. O mesmo Interventor, por meio da Portaria N° 12, de 23 de maio de 1964, resolveu designá-la para responder pela Carteira do Departamento Municipal de Estradas e Rodagens, até ulterior deliberação. Em 02 de dezembro de 1968, ela passou a exercer a função de Auxiliar da administração. Em 09 de março de 1970, por meio da Portaria N° 78, do Prefeito Antônio Carlos Valadares, foi designada para exercer o cargo em comissão de secretária, Símbolo FC-02, até 15 de maio de 1970, quando foi renomeada para o cargo precedente, com o padrão 15, função que exerceu até o início do mandato de José Neves da Costa, passando, a partir daí, a compor diversas comissões na Prefeitura. Em 28 de janeiro de 1977, por Portaria N° 42, foi nomeada para substituir a Secretária Bernadete P. da Silva, que havia saído de férias, por 30 dias. Com a posse de Abel Jacó dos Santos, Udilson Soares Ribeiro foi nomeado Secretário da Prefeitura, enquanto que D. Rita Nunes passou a compor a Comissão Permanente de Licitação. Outras nomeações foram acontecendo nos anos seguintes: Em 03 de fevereiro de 1977, D. Rita Nunes foi nomeada mais uma vez Tesoureira Municipal; por Portaria N° 28/78, de 01 de agosto de 1978, o Prefeito Abel Jacó designou a funcionária para exercer as funções de Secretária Geral de Administração. Por Decreto de 04 de fevereiro de 1983, foi nomeada Diretora do Serviço de Administração Geral (SAG), classificada no Setor de Administração Geral. Neste período ela também exerceu, concomitantemente, as funções de Diretora dos Serviços de Finanças, sendo que, esta última, era em caráter interino. A partir de 04 de maio de 1984, D. Rita Nunes se licencia do cargo, passando a ser substituída por Manoel Lima Carvalho e Creuza Armandina Déda de Araújo, nas funções supraditas. Após 30 anos de serviço público, D. Rita Nunes se aposentou em 16 de outubro de 1986, por decisão do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe. Por Portaria N° 47/91, de 22 de abril de 1991, a Prefeita Josefa Matos Valadares ainda colocou a servidora a disposição da Fundação SESP (Serviço de Saúde Pública), sob o regime da CLT. D. Rita Nunes também dedicou sua vida aos serviços da família, do comércio e da Igreja, onde exerceu importante papel na presidência do Apostolado Sagrado Coração de Jesus, como membro da Pia União Filhas de Maria, além de outros movimentos pastorais da Igreja.

Na Câmara Municipal de Simão Dias, as mulheres só conquistaram definitivamente seu espaço na década de 1970. A primeira a compor a Mesa do Legislativo, eleita pela ARENA,

com 160 votos, foi **D. Alaíde Ribeiro da Costa**, filha do Prefeito José Neves da Costa e Dona Júlia Rosa Ribeiro. Nasceu em 30 de abril de 1929 e foi batizada nesta Freguesia, no dia 19 de maio do mesmo ano, sendo seus padrinhos Leandro José da Costa e Isabel Maria de Jesus. Inicialmente, Alaíde Ribeiro da Costa exerceu a função de professora e escriturária da Prefeitura Municipal de Simão Dias. Por Portaria Nº 56, de 10 de março de 1954, foi designada como professora da Escolas Reunidas Augusto Maynard, em substituição a Nair Santa Bárbara, que havia sido nomeada diretora desta mesma Instituição. Por Decreto de 02 de fevereiro de 1964, foi nomeada professora da Escola Isolada do Povoado Lagoa Grande, em substituição a sua professora titular, D. Ana Alves do Nascimento, que havia falecido. Um mês depois, por Portaria Nº 02, de 02 de março, o prefeito Nelson Pinto de Mendonça a nomeia interinamente para exercer a função de escri-



Alaíde Ribeiro da Costa atuando como Secretária da Câmara Municipal
Fonte: Acervo particular da família Costa

turária da Prefeitura, tornando-se efetiva no cargo, em 01 de agosto de 1964, quando, através da Portaria Nº 13, foi exonerada da função de Professora da Lagoa Grande. Por Resolução 30/65, de 30 de setembro de 1965, o Prefeito Municipal Nelson Pinto de Mendonça pôs Alaíde Costa Ribeiro a disposição do Cartório Eleitoral, a pedido do Juiz da 17ª Zona Eleitoral de Simão Dias. Interinamente ocupou a função de Chefe de Divisão de Tributos (1968), Secretária da Prefeitura (1968) e Secretária da Junta de Serviço Militar – J.S.M. (1968), tornando-se Secretária titular, em 03 de janeiro de 1969, de acordo da Portaria Nº 49, do Prefeito Antônio Carlos Valadares. A partir desta data, Alaíde Costa passa exercer ao mesmo tempo, as funções de Escriturária e Secretária da J.S.M, sendo que para esta última, ela foi nomeada em 01 de abril de 1972. Durante sua gestão como Vereadora, que corresponde um biênio de 01 de março de 1971, quando foi eleita primeira Secretária da Câmara, a 31 de janeiro de 1972, quando termina seu mandato no legislativo. D. Alaíde Costa aposentou-se como escriturária da Prefeitura, em 30 de setembro de 1985, por meio do Decreto Nº 16/85, durante a gestão do Prefeito Manoel Ferreira de Matos. Ela morreu em 03 de outubro de 2020.

D. Maria Valadares de Andrade e D. Creuza Armandina Déda Araújo foram eleitas, pela primeira vez, nas eleições de 15 de novembro de 1988, ambas filiadas ao PFL, sendo empossadas em 01 de janeiro de 1989 nas cadeiras do Legislativo. **Maria Valadares de Andrade** ou **Edna Valadares**, como é conhecida, é natural de Palmares, Município de Riachão do Dantas, nascida em 04 de janeiro de 1939, filha de Moisés Carlos Valadares e Dona Domitildes Vila Nova Valadares. Casou-se na Freguesia de Senhora Sant'Ana de Simão Dias, em 07 de junho de 1962, com Antônio Correia de Andrade ou Antônio Batalha, sendo ele, pecuarista, proprietário rural de Palmares, natural de Paripiranga/BA, filho de José Correia de Andrade e Dona Jovina Vieira de Andrade. Maria Vila Nova Valadares (nome de solteira), funcionária pública estadual, foi nomeada Professora do Ensino Primário do Povoado Curral dos Bois, em julho de 1955, cargo que exerceu até 1967, quando foi transferida para o recém-inaugurado Grupo Escolar João de Mattos Carvalho, onde passou a exercer a função de Secretária. Desde o início do mandato do Prefeito José Neves da Costa, Edna Valadares

foi cedida à Prefeitura Municipal e nomeada para compor o quadro de funcionários do setor administrativo, cargo que exerceu também na gestão do Prefeito José Matos Valadares (1973-1976), até a ascensão do Grupo do Jacaré, quando ela pede a sua exoneração e retornou para o estado.

Durante o Governo de Augusto do Prado Franco, quando Antônio Carlos Valadares exercia o cargo de Secretário de Educação e Cultura, foi inaugurada a Escola de 1º Grau Pedro Valadares, no dia 08 de outubro de 1981. D. Edna Valadares foi nomeada a primeira funcionária da Instituição, única responsável pela matrícula das primeiras turmas, que começou a frequentar as aulas no início do ano seguinte. Nos primeiros meses ocupou a função de diretora, até a nomeação de Maria Matos Valadares, que a sucedeu, enquanto ela passou a ocupar a função de Vice-Diretora. Já exercendo a função de Vereadora de Simão Dias, D. Edna Valadares pediu sua transferência para o Centro de Estudos Supletivos Marcos Ferreira de Jesus. No entanto, antes mesmo de ser transferida, foi logo aposentada, por tempo de serviço. Apesar de pertencer a uma família de políticos, ingressou tardiamente na política, sendo eleita Vereadora por quatro mandatos: 1989-1992 (PFL) / 1993-1996 (PST) / 1997-2000 (PSB) e 2001-2004 (PSC). Durante seu segundo mandato, foi eleita Presidente da Câmara, tornando-se a primeira mulher a assumir o referido cargo na Assembleia Legislativa Municipal de Simão Dias. Como Presidente também chegou a assumir interinamente a Prefeitura Municipal, enquanto se arrolava o processo contra o Prefeito Manoel Ferreira de Matos, como já mencionamos anteriormente. Em 17 de agosto de 1995, a Juíza Eleitoral substituta Dr.^a Gardênia Carmelo Prado, enviou o Ofício N° 70/05, autorizando a aludida Presidente da Câmara a assumir de imediato o cargo de Prefeita Municipal interina, até ulterior. Dona Edna Valadares ficou no cargo até o dia 20 de outubro de 1995, quando foi dada a posse ao novo Prefeito Virgílio Carvalho Oliveira Sobrinho e ela retomou suas funções de presidenta da Casa. Sofrendo, posteriormente, um processo administrativo, e tendo sua candidatura invalidada, lançou sua filha **Fábria Valadares de Andrade** no pleito eleitoral de 03 de outubro de 2004, da qual foi eleita Vereadora para o quadriênio de 2005-2008 (PSB), entretanto, sem sucesso nos pleitos vindouros. Depois de mais de uma década inclusa e com sua saúde abalada, Edna Valadares faleceu no dia 02 de outubro de 2022.



Maria Valadares de Andrade
(Edna Valadares)
Foto divulgação

Creuza Armandina Déda Araújo, empresária, filha de João da Silveira Déda e Dona Benedita Andrade Déda, nasceu em 09 de outubro de 1943, nesta Freguesia. Casou-se em 19 de novembro de 1964 com José Febrônio de Araújo, filho de José Febrônio de Araújo e Dona Rita Menezes de Araújo. Segundo a coluna do jornal A SEMANA, o cronista Francino Déda falou de seus talentos:

“Desde menina, florescia a sua inteligência revelada nos lindos festivais líricos recitativos e cômicos promovidos pela inteligente Prof. Carmen Dantas do Amaral, ou nas poesias, odes e discursos nas festas cívicas escolares, [...] a sua inteligência é revelada e aprimorada na arte de Alto Corte e Costura, diplomada que foi pela Escola

Brasil, da Prof. Noemi Dantas. [...] Sem cursar a arte culinária, é fruto de sua própria inteligência, a sua perfeição e fino gosto em confeitar bolos e preparar salgadinhos. [...] Na classe dos comerciantes ela tem demonstrado sua capacidade invulgar. No Magazine do Sr. José Ribeiro, a balconista vem se demonstrando a sua inteligência, aptidão, critérios e habilidade comercial. [...]” (06.04.1963, p 01).

Sua experiência como comerciante, lhe garantiu êxito no futuro, quando foi sócia de diversas empresas, entre elas, “Cerâmica Santana – Indústria de Artefatos de Cerâmica Santana LTDA” e a “Climis – Clínica de Medicina Integrada Dr. Manoel Salustino LTDA”, esta última fundada em 02 de agosto de 2018. Creuza Armandina Déda Araújo foi Vereadora de Simão Dias por três legislaturas consecutivas: 1989-1992 (PFL) / 1993-1996 (PSD) / 1997-2000 – (PSDB), sendo que, nesta última, assumiu a Presidência da Câmara. Após a Convenção oficial do Partido para a eleição de 01 de outubro de 2000, foi lançada sua candidatura a Vice-prefeita, numa coligação com o ex-deputado Estadual José Matos Valadares, líder do PSB no município, os quais foram eleitos para o quadriênio de 2001 a 2004. Após concluir o seu mandato, concorreu mais uma vez a cadeira do Legislativo, obtendo uma totalidade de 1.076 votos, mas devido à legenda não conseguiu eleger-se. Além dos mandatos eletivos, Armandina Déda assumiu outros cargos por nomeação: Foi Presidente da Comissão de Licitações da Prefeitura e Diretora do SAG (Serviços de Administração Geral), nomeada pelo Prefeito Manoel Ferreira de Matos; Exerceu também a função de Secretária Municipal da Saúde, na última gestão de José Matos Valadares e Dênisson Déda de Aquino.



Creuza Armandina Déda Araújo
Fonte: Acervo particular de José Matos Valadares

D. Irailde de Oliveira Souza, natural do Município de Pinhão/SE, nasceu em 02 de setembro de 1953, filha de José Melquíades de Oliveira, um dos responsáveis pela emancipação política daquele Município, e Dona Paulina Marques de Oliveira. Das mulheres atuantes na Câmara Municipal de Simão Dias, esta serviu mais tempo, acumulando diversos mandatos de Vereadora e um de Vice-Prefeita, o que fez dela a pioneira neste cargo, em 01 de janeiro de 1997, numa coligação com o jovem médico Dr. Luiz Albérico Nunes da Conceição. A ilustre Vereadora descende da tradicional família Marques, com representação política também em Pinhão/SE e na vizinha cidade de Paripiranga/BA. O Primeiro prefeito de Pinhão, José Emigdio da Costa Filho, juntamente com seu pai José Melquíades de Oliveira e Leandro Maciel, foi um dos articuladores da emancipação política do Município, desmembrado de Campo do Brito, de acordo com a Lei N° 525-A, de 25 de novembro de 1953. Como Vereadora de Simão Dias, desde 01 de janeiro de 1993, assumiu os mandatos de 1993-1996 – PSD, de 2005-2008 – PMDB, de 2009-2012 – PSB, de 2013-2016 – PSB, de 2017-2020 – PSB, e no



Irailde de Oliveira Souza
Fonte: Foto divulgação de campanha 2020

atual quadriênio 2021-2024 – PSD. Neste último, foi eleita mais uma vez Presidente da Câmara Municipal.



Mônica Silva Matos
Fonte: Acervo particular da família Matos

Mônica Silva Matos nasceu no dia 26 de novembro de 1965, filha do político e pecuarista Manoel Ferreira de Matos e Dona Rivalda Silva Matos. Depois de cursar o ensino primário e ginásio, em Simão Dias, foi estudar o Ensino Médio em Aracaju, no Colégio Dinâmico. Graduiu-se na área de Serviço Social, pela Universidade Tiradentes (UNIT). Desde muito nova viveu diretamente cercada por lideranças políticas que frequentavam a sua casa nas campanhas eleitorais de seu pai. No último mandato do prefeito (1993-1995), foi nomeada por ele para exercer a função de Secretária Geral da Prefeitura. Foi a terceira mulher a ocupar o cargo de Vice-Prefeita de Simão Dias, quando sucedeu D. Creuza Armandina Déda Araújo, eleita no pleito de 03 de outubro de 2004, após formar uma aliança política com o empresário e primo José Matos Valadares.

Antes de exercer a função de Vice-Prefeita de Simão Dias, Mônica Silva Matos também ocupou o cargo de Vereadora por duas vezes: 1997-2000, pelo PFL, e 2001-2004 pelo PPS. Nesta última legislatura foi eleita Presidente da Câmara por três biênios consecutivos. Apesar de sua popularidade e serviços prestados, ela ainda concorreu mais uma vez como Vereadora no pleito de 05 de outubro de 2008, filiada ao PP, mas não obteve sucesso. Além das funções eletivas, entre os cargos exercidos neste município, Mônica Silva Matos trabalhou no Núcleo de Apoio ao Saúde da Família – NASF e na Secretária Municipal de Inclusão, Assistência Social e do Trabalho, nesta última, durante a segunda gestão do Prefeito Marival Silva Santana.



Rosa Cecília Bispo Viana
Fonte: Foto divulgação

Além das mulheres supracitadas, também tomaram assento no Legislativo Municipal, a professora **Maria Luzia DORTAS do Nascimento** (2001-2004, PSDB, e 2005-2008, PMDB), que foi casada com o médico e político Dr. Luiz Albérico Nunes da Conceição, e a funcionária pública **Rosa Cecília Bispo Viana** (2013-2016 – PP), filha de Pedro Torquato dos Santos e Cecília Bispo Neta, esposa de Aluizio Souza Viana, que por cinco legislaturas consecutivas acumulou o cargo de vereador deste município. Quando se lançou candidato a Vice-Prefeito de Simão Dias, nas eleições de 07 de outubro de 2012, resolveu também lançar a candidatura de Rosa Cecília Bispo, sendo eleita vereadora deste município com uma quantidade expressiva de votos. Rosa Cecília é formada na área de Psicopedagogia, com graduação em Neuropsicopedagogia e Educação Especial e Inclusiva. Mais recentemente,

na egrégia Casa da Câmara, duas novas vozes femininas compõem o quadro de Vereadoras: **Alaizi Cardoso Viana** e **Ana Maria Oliveira Santos**, eleitas no pleito de 15 de novembro de 2020.



Josefa Matos Valadares (D. Caçula)
Fonte: Acervo particular de José Matos Valadares

Outra figura expressiva na política de Simão Dias é **Josefa Matos Valadares**, popularmente conhecida como Dona Caçula Valadares, única mulher a administrar o município, eleita democraticamente no pleito de 15 de novembro de 1988. Natural de Paripiranga/BA, nasceu em 06 de dezembro de 1922, filha do agricultor Manoel José de Matos e Dona Valeriana Gomes de Menezes. Ainda criança, vivendo com seus pais no Povoado Raposa, deste Termo, Caçula Valadares passou uma temporada vivendo na pequena Fazenda do agricultor Francisco Alves de Sales, situado no Povoado Lagoa Grande, onde aprendeu as primeiras letras numa escola isolada daquela colina, mantida às expensas de seu proprietário. Casou-se com o industrial e político Pedro Almeida Valadares, no dia 27 de março de 1940, filho de Antônio Carlos de Almeida e Carolina Almeida Valadares, com quem teve 10 filhos, dentre eles, os renomados políticos José Matos Valadares e Antônio Carlos Valadares. Dona Caçula Valadares candidatou-se ao cargo de Prefeita, quando em 1988, seus dois filhos Arnaldo Matos Valadares (PFL) e José Matos Valadares (PDC) pretendiam, respectivamente, disputar ao aludido cargo. Para impedir um confronto político entre irmãos, provocando inclusive a divisão do eleitorado, fizeram uma reunião em família, com a participação de Antônio Carlos Valadares, que era governador do estado, e decidiram por uma votação simples de 20 a 07, que a matriarca da família seria a candidata a prefeita. Embora aparentemente este acordo fosse satisfatório para ambos, José Matos Valadares ainda se lançou candidato ao cargo nas eleições posteriores, contudo, o seu irmão Arnaldo afastou-se definitivamente da política de Simão Dias. É importante lembrar que D. Caçula também teve influência durante o processo de cassação de Pedro Valadares, posicionando-se diante dos adversários políticos e acompanhados por aliados e populares para impedir que a Câmara desse a posse ao prefeito interino, fato mencionado anteriormente. A eminente matriarca morreu no dia 07 de abril de 2015, aos 93 anos de idade, no Hospital São Lucas, em Aracaju, sendo sepultada na tarde do dia seguinte, no Cemitério São João Batista, desta cidade.

Simão Dias – Celeiro de políticos consagrados

Para concluir, a hegemonia política de Simão Dias rompeu suas divisas e atingiu cargos a níveis de Estado ou de Federação. Ainda no Império, os Coronéis José Zacharias de Carvalho, Francisco Antônio de Loyola e Cândido Ferreira de Jesus fizeram parte da Assembleia Provincial de Sergipe. O Padre João Antônio Figueiredo Mattos, embora vivendo na Vila de Imperatriz dos Campos do Rio Real (Tobias Barreto), também compôs a egrégia casa do Legislativo por mais de um mandato. Nos primeiros anos de República, o médico Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho e os Coronéis Sebastião da Fonseca Andrade (Barão de Santa Rosa) e Raphael Archanjo Montalvão, ocuparam cargos de Deputado e membros da Assembleia

Constituinte Estadual. Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho foi mais além: tomou assento na Câmara Federal por diversas vezes, cargo este, que foi exercido mais tarde, por Dr. Antônio Manuel de Carvalho Neto e Dr. Sebastião Celso de Carvalho, filho e neto do eminente político. Oriundos de Vilas ou cidades distintas, aqui viveram grande parte de suas vidas, constituíram família e tombaram ainda no primeiro quartel do século passado. Com a Redemocratização do Brasil (1946) destacaram-se na Assembleia Estadual José de Carvalho Déda e José Dória de Almeida (Dorinha), políticos que também adotaram Simão Dias como sua cidade. O simãodiense Dr. Marcos Ferreira de Jesus, durante o mandato de Deputado foi eleito Presidente da Assembleia Constituinte de 1947. Neste mesmo ano, o Governador José Rollemberg Leite o nomeou Prefeito de Aracaju, por Decreto de 21 de agosto de 1947. Dr. Marcos Ferreira renunciou ao cargo na Assembleia Legislativa Estadual e assumiu a Prefeitura da Capital até a conclusão de seu mandato, em 31 de janeiro de 1951. Na década de 1950 elegeram-se também Parlamentares, os simãodienses Cândido Dortas de Mendonça e Pedro Almeida Valadares. Deste último descendeu José Matos Valadares e Antônio Carlos Valadares, que foram eleitos Deputados durante o período do Regime Militar (1964-1985).



José Matos Valadares
Fonte: Acervo do Memorial de Simão Dias

José Matos Valadares, empresário e político, três vezes eleito Prefeito de Simão Dias, iniciou sua carreira política nos anos 60, pleiteando uma vaga na Assembleia Legislativa Estadual, nas eleições de 15 de novembro de 1966, data posterior a morte de seu pai, que falecera precocemente no dia 05 de março de 1965, quando ainda exercia seu mandato de deputado. Filiado ao ARENA, Zé Valadares foi eleito para o quadriênio 1967-1971. A nível municipal, foi eleito prefeito de Simão Dias no pleito de 15 de novembro de 1972. Este foi o seu primeiro mandato, dentre os três decorrentes. Em 01 de outubro de 2000 Zé Valadares retorna ao cargo de prefeito, agora eleito pelo PSD (Partido Socialista Brasileiro), sendo quatro anos depois reeleito para o mesmo cargo, mantendo-se no poder de 2000 a 2008. José Matos Valadares também foi nomeado secretário adjunto da Secretaria do Estado, durante o governo

de Augusto do Prado Franco, por Decreto de 15 de outubro de 1980. Antônio Carlos Valadares ocupou duas vezes o cargo de deputado estadual (1971-1974/1975-1978), assumindo na última legislatura, a presidência da Assembleia Legislativa. Eleito deputado federal em 15 de novembro de 1978, licenciou-se do cargo para assumir a Secretaria de Educação e Cultura de Sergipe (1979-1982). Foi eleito vice-governador (1983-1986) na mesma chapa do governador João Alves Filho (PDS). Para o senado federal elegeu-se em 03 de outubro de 1994, sendo reeleito, ininterruptamente, até 31 de janeiro de 2019. Nas eleições de 07 de outubro de 2018 o eminente político foi derrotado, encerrando, assim, seu mandato no Congresso Nacional. Da família Valadares ainda destacamos Pedro Almeida Valadares Neto (Pedrinho), que foi deputado federal por Sergipe em três mandatos: de 1991 a 1995; de 07 de janeiro de 1997 a 31 de janeiro de 1999, como suplente de Jerônimo de Oliveira Reis, que renunciou para assumir a prefeitura de Lagarto; e de 05 de agosto de 2010 a 31 de janeiro de 2011, também como suplente do mesmo deputado, que perdeu o mandato por improbidade administrativa. Pedrinho Valadares nasceu em Simão Dias, em 04 de setembro de 1965, filho de Laura Matos Valadares e Antônio Nunes de Santana. Morreu no dia 13 de agosto de

2014, devido a um acidente aéreo que matou também o candidato à presidência da República nas eleições de 2014, Eduardo Campos. Abel Jacó dos Santos foi outro político que ascendeu politicamente em Simão Dias. Natural de Cícero Dantas/BA, após ser reinstalado o regime democrático (1985), foi eleito, por duas vezes, Deputado Estadual (1987-1990/1991-1994). Na nova República também tomaram assento na Assembleia Legislativa Estadual, os simão-dienses Belivaldo Chagas Silva (1991-1994/1995-1998/1999-2002) e Marcelo Déda Chagas (1987-1990).

A herança genética de Simão Dias é marcante no quadro de políticos que governaram o estado: Cel. Pedro Freire de Carvalho (1914), Dr. Sebastião Celso de Carvalho (1964-1966), Antônio Carlos Valadares (1987-1991), Marcelo Déda Chagas (2007-2011/2011-2013) e Belivaldo Chagas Silva (2018/Atualidade). Além destes, em 25 de agosto de 1883, foi nomeado 5º vice-presidente da província de Sergipe, o Cel. José Zacharias de Carvalho, fato noticiado no jornal BRAZIL,⁴⁷ do Rio de Janeiro. Ainda assumiu o governo interinamente, o farmacêutico Dr. Marcos Ferreira de Jesus, entre 1946 e 1947, quando este exerceu o cargo de secretário geral do Estado durante a interventoria de Antônio de Freitas Brandão. Os Desembargadores Dr. Belmiro da Silveira Góis (Presidente do STF – 1964-1965/ 1966-1967) e Dr. Arthur Oscar de Oliveira Déda (Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) – 1979-1981), também assumiram interinamente o governo do estado, contudo, sem delongas.



**Cel. Pedro Freire de
Carvalho**



**Dr. Sebastião Celso de
Carvalho**



Antônio Carlos Valadares



Marcelo Déda Chagas



Belivaldo Chagas Silva

O Cel. Pedro Freire de Carvalho tomou posse como vice-presidente do estado em 24 de outubro de 1911, e, em consequência da renúncia do presidente José Siqueira de Menezes,

⁴⁷ BRAZIL. Órgão do Partido Conservador. Anno I. N° 38. Rio de Janeiro, 28.08.1883, p. 02.

que deixara o mandato para concorrer às eleições no senado federal, ele assumiu a presidência do estado no dia 29 de julho de 1914, apoiando a candidatura de seu aliado Oliveira Valadão ao governo do estado (1914-1918), transmitindo-lhe o cargo em 24 de outubro de 1914. Ainda como vice-presidente, em março de 1914 foi nomeado comandante superior da Guarda Nacional de Aracaju. Diferentemente deste, Dr. Sebastião Celso de Carvalho assumiu o governo do estado em decorrência do Golpe Militar de 31 de março de 1964. João de Seixas Dória (PR) foi eleito democraticamente governador de Sergipe, em 07 de outubro de 1962. Atuando politicamente em favor dos militares, após ser decretado o golpe, Dr. Celso de Carvalho foi empossado como governador de Sergipe, em 04 de abril de 1964. Segundo ALMEIDA (2002, p. 39), o vice-governador foi convocado para assumir a cadeira vazia do governador e ele aceitou prontamente. Quatro horas da manhã do dia 02 de abril, o IV Exército de 28º Batalhão de Caçadores (28 BC) invadiu o Palácio Olímpio Campos e levou Seixas Dória preso para Salvador/BA, onde permaneceu incomunicável no quartel do 19 BC, e de lá foi levado para uma prisão na ilha de Fernando de Noronha (DANTAS, 1989, p. 295). Na Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa, de 04 de abril de 1964, por meio da Resolução Nº 04, Dr. Sebastião Celso Carvalho prestou juramento perante a Assembleia e foi empossado para exercer o cargo de governador por definitivo.

Na gestão de Antônio Carlos Valadares a sede administrativa do governo foi transferida para Simão Dias, entre os dias 04 a 06 de outubro de 1987. Na sede da Prefeitura Municipal de Simão Dias, Valadares despachou normalmente com seus secretariados e assessores, repetindo esta ação em outros municípios. Após a Missa de Ação de Graças, celebrada na Matriz pelo Monseñor João Barbosa de Souza, o governador participou da solenidade de transferência de seu governo, com honras e desfiles das tropas militares, hasteamento das bandeiras, assinatura de Decretos de transferência de governo e inauguração de obras públicas frente ao Banco do Nordeste S.A., e nos dias que se seguiram, inaugurou a Escola de 1º Grau Senador Lourival Baptista, no povoado Triunfo, o Centro Comunitário do Povoado Mata do Peru, além de fazer visita a comunidade Pau de Leite, entre tantas outras ações. Foi durante esta visita que o governador Valadares começou a pôr em prática o Projeto Campo Verde.



Governador Antônio Carlos Valadares
Fonte: Acervo particular de José Matos Valadares

Marcelo Déda Chagas (PT) era filho de Manoel Celestino Chagas e D. Zilda Déda Chagas, nascido em 11 de março de 1960, na rua Cônego Andrade, na cidade de Simão Dias. Fez o Curso Primário no tradicional Grupo Escolar Fausto Cardoso. Em 1973, aos 13 anos, deixou a cidade para estudar na capital, no Colégio Estadual Atheneu Sergipense, até a conclusão do 2º Grau. Ingressou na Universidade Federal de Sergipe (UFS) em 1980, onde bacharelou-se em Direito. Sua militância política teve início quando passou a participar de movimentos secundaristas, acadêmicos e sociais. Também começou a trabalhar com seus companheiros na criação do PT (Partido dos Trabalhadores), durante a reforma partidária, no final do governo Figueiredo, tornando-se um dos fundadores do Partido no estado. Casou-se duas vezes: Com Márcia Leite Barreto, com quem teve três filhas: Marcela, Yasmim e Luísa; e com a repórter fotográfica Eliane Aquino Custódio, com quem teve dois filhos: João Marcelo e Matheus. Esta última chegou a se eleger vice-prefeita (2017-2018) e vice-governadora do estado (2019 aos dias atuais). Marcelo Déda exerceu a função de deputado estadual no período de 1987 a 1991. Foi eleito deputado federal por duas vezes: 1995-1999 e 1999-2000. Em 26 de maio de 2000, Marcelo Déda ingressa no processo eleitoral como candidato a prefeito de Aracaju, vencendo a eleição de 01 de outubro de 2000, ainda no primeiro turno, com 52,80% dos votos válidos, ao lado do então vice-prefeito Edvaldo Nogueira Filho. Em 01 de janeiro de 2001, ele renuncia ao mandato de deputado federal e é oficialmente empossado para administrar a capital do estado. Em 31 de março de 2006, Déda renunciou ao mandato de prefeito de Aracaju para disputar a vaga no governo do estado. Numa vitória histórica, Marcelo Déda foi eleito governador com 52,48% dos votos, numa aliança com o vice-governador Belivaldo Chagas. Foi reeleito para o cargo, em 03 de outubro de 2010, tomando posse no dia 01 de janeiro de 2011, mas não chegou a concluir o mandato. Na luta contra um câncer, Déda licenciou-se do cargo para tratar-se no Hospital Sírio Libanês, em São Paulo/SP. Falecera na madrugada do dia 02 de dezembro de 2013.



Marcelo Déda Chagas (Governador) e Belivaldo Chagas Silva (Vice-Governador)
Foto divulgação

Atualmente, o estado de Sergipe é governado pelo bacharel Belivaldo Silva Chagas (MDB), cargo que assumiu desde 06 de abril de 2018, quando o governador Jackson Barreto de Lima afastou-se do aludido cargo para concorrer a vaga no Senado Federal. Reeleito para o cargo

no processo eleitoral de 28 de outubro de 2018, foi empossado na Assembleia Legislativa de Sergipe em 01 de janeiro de 2019. O eminente político é filho de Dona Maria Belizana Silva e Arivaldo Chagas Silva, nasceu em Simão Dias em 19 de abril de 1960, onde cursou o Ensino Primário. Em Salvador/BA concluiu o Ensino Médio, em seguida, retornou a Sergipe, onde graduou-se em Direito pela Universidade Tiradentes (UNIT). Chegou a exercer diversos cargos públicos por nomeação como o de Secretário de Estado da Articulação com os municípios, Coordenador Geral do Projeto Nordeste (PRONESE), Secretário de Estado de Desenvolvimento Municipal de Aracaju, Secretário Extraordinário de Relações Institucionais e de Articulação Política do Município de Aracaju, Diretor-Presidente dos Serviços Gráficos de Sergipe (SEGRASE) e Secretário de Estado de Educação e Secretário de Estado-Chefe da Casa Civil. Para cargos eletivos, foi eleito deputado estadual, vice-governador e governador do estado. Na Assembleia Legislativa Estadual tomou assento por três mandatos, mandatos que iniciou em 03 de outubro de 1990, quando foi eleito com 10.851 votos. Em 2006, foi eleito pela primeira vez vice-governador de Sergipe ao lado de Marcelo Déda Chagas do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 2014, assumiu o cargo pela segunda vez ao lado de Jackson Barreto Lima, do MDB, e, em 07 de abril de 2018, assumiu como governador do estado após a renúncia de Jackson Barreto, quando se afastou do governo para concorrer às eleições para o senado federal. Em 29 de outubro de 2018, Belivaldo Chagas foi reeleito governador do estado, no segundo turno, com a soma de 679.051 votos, maior votação registrada em segundo turno em pleitos eleitorais no estado, tendo como sua vice, Eliane Aquino Custódio (PT).



**Posse de Belivaldo Chagas Silva – Governador, e Eliane Aquino Custódio -Vice-Governadora, em 01 de janeiro de 2019.
Foto: Divulgação**





CAPÍTULO IV
O PODER JUDICIÁRIO: SUA
CRIAÇÃO E RECRIAÇÃO, SEM-
PRE VINCULADA ÀS OLIGAR-
QUIAS POLÍTICAS





Juizado de Paz de Simão Dias

Antes de tratarmos do Distrito, Termo e Comarca de Simão Dias, faremos uma abordagem sobre os Juízes de Paz, muito mencionado no Capítulo anterior, autoridades eletivas que atuaram neste Município antes mesmo da Povoação ser elevada à categoria de Vila. O Juizado de Paz foi estabelecido no Brasil na Constituição de 1824 e suas atribuições foram regulamentadas com a Lei de 15 de outubro de 1827, que tinha como base quatro categorias: conciliatórias, judiciárias, policiais e administrativas. Entre as suas atribuições, cabia ao Juiz de Paz processar e julgar as causas cíveis, cujo valor não excedesse a dezesseis mil Réis, manter a ordem nas reuniões públicas e dissolvê-las em caso de desordem, fazer destruir os quilombos, elaborar autos de corpo de delito, interrogar delinquentes, prendê-los e remetê-los ao Juiz competente, fazer observar as Posturas Policiais das Câmaras, dividir o Distrito em quarteirões, entre outras coisas. Inicialmente, de acordo com o Artigo 88, da Lei de 01 de outubro de 1828, tornou-se atribuição dos Juízes de Paz, a “**competência privativa para conhecer das multas por contravenção às Posturas Municipais**”. Suas atribuições judiciárias e policiais foram gradativamente aumentadas a partir de 16 de dezembro de 1830, com a promulgação do Código Criminal. Com a sanção da Lei de 06 de junho de 1831, passou a ser competência do Juiz de Paz, julgar crimes policiais com autoridade em todo o Município e nomear os Delegados de Quarteirão em seus Distritos. Em 18 de agosto de 1831, uma nova Lei deu poder para presidir as Juntas Paroquiais de alistamento da Guarda Nacional. A partir daí, outras atribuições foram sendo ampliadas, dando maior importância ao cargo. Entretanto, em 1841, foi centralizado no Ministério da Justiça, o controle da estrutura judiciária. Os poderes do Juiz de Paz foram quase eliminados, quando reduziram sua competência e perderam sua jurisdição policial para os Juízes Municipais e para os Chefes de Polícia e seus Delegados. Com a Lei Nº 2.033, de 20 de setembro de 1871, decretada pela Assembleia Geral e sancionada pela Princesa Imperial Regente, para o Juiz de Paz foi destinada apenas à competência para o processo e o julgamento das infrações das Posturas Municipais.

No início notamos que durante as eleições municipais, haviam apenas a escolha de um Juiz de Paz e seu imediato, eleitos de quatro em quatro anos, no dia 07 de setembro; no dia 07 de janeiro do ano seguinte, os eleitos eram convidados pela Câmara Municipal a prestar juramento e tomar posse. As eleições ocorriam durante o pleito que sufragavam também os membros da Câmara, e, posteriormente, o Intendente. No início do século XX, apesar das

eleições para a escolha do Intendente, Conselhos Municipais e Juizes de Paz ocorrerem excepcionalmente no dia 01 de setembro, os dois primeiros tinham mandatos de dois anos, enquanto que, os Juizes de Paz, eram de quatro anos. Partes dos cidadãos eleitos permaneciam no cargo por vários mandatos consecutivos. Com a promulgação da primeira Constituição Republicana, cabia aos Estados à decisão de manter o Juiz de Paz para conciliação. Em Sergipe foi mantido os respectivos cargos até o final da República Velha. O Código judiciário, baseado no Decreto-Lei Nº 76, de 03 de setembro de 1931, Art. 27 e 28, estabeleceu que os Juizes de Paz fossem nomeados, a cada biênio, pelo Governador do Estado ou Interventor Federal, apesar destes cargos terem sido sempre escolhidos por meio de eleições. Na Constituição de 16 de julho de 1934, de acordo com o § 4º do Art. 104, permitiu a manutenção da Justiça de Paz “eletiva”, porém, sem caráter obrigatório, pois cabia aos estados-membros mantê-la ou não. Disposição igual foi estabelecida no Art. 104, da Carta de 10 de novembro de 1937. A Constituição de 1946, inciso X do Art. 124, manteve facultativa a criação da justiça de paz pelos estados-membros e inovou ao torná-la “temporária”, concedendo-lhe a atribuição de celebração de casamento. Neste período, os cargos de Juiz de Paz e seus imediatos já haviam desaparecidos de nossos arquivos, o que se conclui, que estas funções judiciárias haviam sido extintas em Simão Dias.

Antes de ser elevada à categoria de Vila, os Juizes de Paz da antiga Povoação de Simão Dias eram eleitos na Vila de Lagarto, durante o processo eleitoral do qual eram escolhidos também os membros da Câmara Municipal e os Juizes de Paz. Na época, as autoridades constituídas de nossa Povoação eram formadas apenas pelos Juizes de Paz, os Subdelegados e o Destacamento de Guardas, sendo que estes dois últimos eram nomeados pelo Governo Provincial, fato que discutiremos mais adiante. Embora fossem eleitos quatro Juizes de Paz para cada quadriênio, nos arquivos dos quais tivemos acesso, os primeiros cidadãos que apareceram no cargo, foram José Joaquim de Sant’Anna e Souza e Francisco de Paula Vieira Gatto. (CM³ – Nº 69. Doc. 05). O jornal O CORREIO SERGIPENSE, de 28 de março de 1840, publicou um ofício do Governador da Província, Wenceslau de Oliveira Bello, notificando o Comandante do Destacamento de Simão Dias, Antônio Soares Andrade, das acusações apresentadas contra ele e o Destacamento de Guardas Permanentes do Distrito, feitas pelo Juiz de Paz Suplente João Antônio Dias. Mais tarde, eleitos para o quadriênio de 1841 a 1844, aparecem ainda João Antônio Dias e o Capitão Domingos José de Carvalho. Para o período de 1845 a 1848 foram eleitos Juizes de Paz: José Joaquim de Sant’Anna e Souza, Leonardo Freire de Mello e Manoel Ferreira Carlos. O Juiz de Paz José Zacharias de Carvalho foi eleito no pleito de 07 de setembro de 1848, para o quadriênio de 1849 a 1852, no mesmo período que assumiu também o cargo de Subdelegado de Polícia da Vila, para qual foi depois nomeado em 05 de março de 1850. Em 07 de dezembro de 1848, o Governo Provincial julgou nulas as eleições de Vereadores e Juizes de Paz de Lagarto, garantido apenas a posse dos Juizes de Paz de Simão Dias. Além de José Zacharias de Carvalho, durante o quadriênio 1849-1852, foram também eleitos, os cidadãos José Ferreira de Jesus, José Alves Correia e Antônio Manuel de Carvalho.

Em se tratando dos Juizes de Paz do quadriênio 1853-1856, dos quatro membros eleitos para o cargo, foram encontrados os nomes de José Ferreira de Jesus, Domingos José de Mattos e Domingos Francisco Gonçalves. Na tabela abaixo, é possível identificar alguns dos cidadãos que foram empossados para o cargo de Juiz de Paz da Vila de Senhora Sant’Ana de Simão Dias, entre o período de 1857 a 1924, com algumas lacunas em aberto:

PERÍODO	JUIZES DE PAZ
1857-1860	1º Antônio José do Espírito Santo. 2º Francisco Antônio de Loyola; 3º Francisco Antônio de Oliveira; 4º José Joaquim de Sant'Anna e Souza.
1861-1864	1º Pedro Alexandrino de Andrade; 2º Francisco Mathias dos Santos Fernandes; 3º Antônio da Silva Vieira; 4º Pedro Vidal da Cruz; 5º José Joaquim de Santa Anna e Souza ⁴⁸ .
1865-1868	1º Pedro Alexandrino de Andrade; 2º Joaquim Januário de Carvalho; 3º Pedro Vidal da Cruz; 4º Francisco Antônio d'Oliveira ⁴⁹ .
1873-1876	1º Capitão Domingos José de Mattos; 2º Capitão José dos Santos Teixeira Rocha; 3º Capitão José Freire de Carvalho; 4º José Antônio da Rocha.
1877-1880	1º José Antônio da Rocha; 2º Capitão Francisco de Souza Lemos; 3º Pedro Alexandrino de Andrade; 4º Alferes Bemvindo da Silva Vieira ⁵⁰ .
1881-1882	1º José Antônio da Rocha; 2º Capitão Francisco de Souza Lemos; 3º Alferes Bemvindo da Silva Vieira; 4º Francisco José de Mattos.
1883-1886	1º José Antônio da Rocha; 2º Pedro Vidal de Oliveira; 3º Alferes Bemvindo da Silva Vieira; 4º Joaquim Martins de Menezes. ⁵¹
1887-1890	1º Capitão Sebastião da Fonseca Andrade; 2º Alferes Vicente José Ribeiro; 3º Juvêncio José de Oliveira; 4º Firmo Alexandrino de Andrade.
1893-1896	1º Vicente José Ribeiro; 2º Francisco da Cruz Andrade; 3º Pedro Freire de Carvalho; 4º Valeriano Tibúrcio da Hora
1897-1900	1º Cel. Pedro Freire de Carvalho; 2º Tenente Valeriano Tibúrcio da Hora; 3º Lourenço da Silva Vieira; 4º Eliziário Casimiro de Souza ⁵² .
1901-1904	1º Tobias Ferreira de Jesus; 2º Juvêncio José de Oliveira; 3º José Antônio do Espírito Santo; 4º Antonio da Costa Andrade.
1905-1908	1º Tobias Ferreira de Jesus; 2º Juvêncio José de Oliveira; 3º José Antônio do Espírito Santo; 4º Antonio da Costa Andrade.
1909-1912	1º José Esteves Montalvão; 2º Alferes Jovino Álvares da Fonseca; 3º Capitão Marcos Ferreira de Jesus; 4º Capitão José Lourenço do Amarante ⁵³ .

⁴⁸ O Juiz José Joaquim de Santa Anna e Souza, na qualidade de 5º Juiz mais votado, entrou no último ano deste quadriênio, na lista quadrupla dos Juizes de Paz da Paróquia de Senhora Sant'Ana, por ter Francisco Mathias dos Santos Fernandes se afastado do cargo pela incompatibilidade de função, quando exercia a cadeira de professor público desta Vila (CORREIO SERGIPENSE, 27.07.1864, p. 01). Ele já havia presidido a eleições de eleitores ocorrida no dia 09 de agosto de 1863, na Freguesia de Campo do Brito, Distrito eleitoral de Itabaiana, do qual a Vila de Simão Dias fazia parte, por Decreto Nº 842, de 19 de setembro de 1855).

⁴⁹ IDEM, 14.09.1864, p. 02.

⁵⁰ Pedro Alexandrino de Andrade morreu em 27 de julho de 1877, aos 58 anos de idade. Por ter sido anuladas as eleições de 1880, foram mantidos nos cargos de Vereadores e Juizes de Paz, os eleitos para o quadriênio de 1877 a 1880, até ocorrer novas eleições, as quais foram realizadas em 30 de julho de 1882. Neste mesmo ano, assumiu a vaga de 4º Juiz de Paz, o cidadão Francisco José de Mattos, enquanto que, o Alferes Bemvindo da Silva Vieira subiu para a 3ª posição. Nos Atos Oficiais do Presidente da Província, durante o expediente de 20 de junho de 1880, publicado no "Jornal de Sergipe", o governo respondeu a um Ofício, datado de 30 de maio e enviado pelo 4º Juiz de Paz Francisco José de Mattos, no qual mandava afixar o Edital, fazendo as convocações para as próximas eleições de Vereadores e Juizes de Paz. (JORNAL DE SERGIPE, 27.07.1880, p. 01). O Juiz Francisco José de Mattos também faleceu, vítima de uma moléstia crônica, em 18 de junho de 1881, sendo substituído por Manoel Cândido da Costa Silva, conforme dita a Circular, datada de 02 de julho de 1882, enviada ao Presidente da Província pelo 2º Juiz Francisco de Souza Lemos. (CM¹ – 69. Doc. 05. Ano 1882)

⁵¹ Os nomes dos cidadãos Pedro Vidal de Oliveira e Joaquim Martins de Menezes aparecem em algumas circulares de parte do acervo do APES – Arquivo Público de Sergipe. O primeiro aparece em 10 de agosto de 1883, durante a convocação para o alistamento militar dos cidadãos aptos para os serviços do Exército. (CM¹ – 71. Ano 1883). Joaquim Martins de Menezes é autor de duas circulares, uma delas como 4º Juiz de Paz em exercício (29.12.1885) e a outra como Titular do cargo, datada de 27 de novembro de 1886, justificando a falta do envio de mapas parciais da estatística policial e judiciária, dos quais tratava o Cap. 03. Art. 23, do Regulamento Nº 7.001, de 17 de agosto de 1878. (CM¹ – 73. Ano 1885-1886)

⁵² Em 01 de janeiro de 1900, o cidadão José Antônio d'Oliveira assumiu o exercício do cargo de 4º Juiz de Paz, na forma da Lei. (APES, CM3, vol.88. Doc. 04)

⁵³ Na Sessão Ordinária do Conselho Municipal, ocorrida em 01 de janeiro de 1909, prestaram compromisso e assumiram o exercício de suas funções, o 1º e o 2º Juiz de Paz deste Termo, deixando vago os demais lugares. Posteriormente, José Lourenço

1913-1916	1º José Esteves Montalvão; 2º Francisco Amarinho de Sant'Anna; 3º Manoel da Fraga Dantas; 4º José Lourenço de Freitas.
1917-1920	1º Cel. João José da Conceição; 2º Capitão Gabriel Archanjo da Conceição; 3º Ten. Pedro da Silveira Sobrinho; 4º Ten. Vicente José Ribeiro.
1921-1924	1º Cel. João José da Conceição; 2º Capitão João da Silva Vieira; 3º Ten. Pedro da Silveira Sobrinho; 4º Ten. Vicente José Ribeiro. ⁵⁴

FONTE: Pesquisas realizadas nos Jornais de Estado de Sergipe e na obra de DEDA (1967).

Para o quadriênio 1869 a 1872, excluído da tabela acima, foi encontrado apenas como Juiz de Paz da Vila de Simão Dias, o cidadão João Antônio Brandão, eleito durante as eleições de 07 de setembro de 1868 (JORNAL DO ARACAJU, 21.08.1872, p. 01). Nos primeiros anos do século XX, o Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940 apresenta uma sinopse de cada cidade brasileira, das quais citam como Juizes de Paz do Termo e Distrito de Simão Dias, eleitos para o quadriênio 1925-1928, os cidadãos: 1º João da Silva Vieira; 2º Rufino José de Sant'Anna; 3º Francisco Antônio de Lima; 4º José Alves de Oliveira. Entre os anos de 1929 e 1930, o lugar de 1º Juiz de Paz foi exercido por João Evangelista da Silva e o 2º por João da Silva Vieira. As demais posições permaneceram ocupadas pelos cidadãos Francisco Antônio de Lima e José Alves de Oliveira.

Em 27 de dezembro de 1931, início da Era Vargas, Alexandre Dutra da Silva indicou para exercer as funções de Juiz de Paz de Anápolis (atual Simão Dias), os cidadãos Raymundo Joaquim Barbadinho (Titular), Aristheu Montalvão, Inocêncio Nascimento e João Baptista dos Santos (Suplentes), sendo ambos oficialmente nomeados, por Ofício Nº 15, de 31 de dezembro daquele mesmo ano. Em 02 de novembro de 1939, foram indicados para as funções de Juiz de Paz, os senhores Pedro José da Conceição (Titular), Francisco Ribeiro de Almeida (1º Suplente) e José Zacarias de Carvalho (2º Suplente), ambos designados para o biênio 1939-1940. Estas foram as últimas informações sobre o Juizado de Paz deste Município, que se tenha notícias. Estes dados foram extraídos do Livro de Atos Oficiais da Prefeitura Municipal de Simão Dias (1930-1935). Nos livros de Atas da Câmara Municipal, a última eleição de Juizes de Paz documentada, ocorreu em 12 de dezembro de 1920.

Evolução Histórica da Comarca de Simão Dias

Na história da Comarca de Simão Dias há uma série de recomeços, sobretudo, quando se trata do período que precede a criação da Comarca, em 08 de maio de 1890. Quando era

do Amarante perdeu o cargo, por não tomar posse de suas funções dentro do prazo estabelecido. Com a morte de Marcos Ferreira de Jesus, o Conselho Municipal deliberou a data de 07 de novembro de 1910 para proceder as eleições para compor as vagas em aberto, sendo eleitos Antônio da Costa Andrade e Caetano José Pereira do Espírito Santo. Além destes, José Macedo Guimarães foi eleito para o lugar de um Suplente de Juiz de Paz, conforme está registrado na Ata da Sessão Extraordinária do Conselho, de 28 de novembro de 1910. (APES, CM7, Vol. 10, Doc. 02 e 04).

⁵⁴Em 20 de dezembro de 1921, morreu, aos 82 anos de idade, o Coronel João José da Conceição, Juiz de Paz mais votado na última eleição de 12 de dezembro de 1920. Ele era natural do Povoado Cumbe, casado inicialmente com Maria Pastora de Jesus, e depois deviúvo, casou-se em 22 de julho de 1914 com Marianna de Oliveira, filha de Manoel José de Oliveira e Ignez Maria de Jesus. [Grifo nosso]

uma simples Povoação, o Distrito de Simão Dias era Termo de Lagarto, e no curso dos tempos, com a instalação da Comarca de Itabaiana, alternadamente passou a pertencer as duas Jurisdições, mesmo chegando a Termos especiais de Juizes letrados ou togados, em 09 de julho de 1859. Nas vésperas de sua emancipação política, Simão Dias foi elevada à categoria de Comarca, no entanto, no decorrer dos anos, foi supressa três vezes.

Inicialmente, com a extinção das Ouvidorias (1832), o Presidente, em Conselho, dividiu a Província de Sergipe em três Comarcas: São Cristóvão, Estância e Santo Amaro das Brotas. A proposta em dividir a Província em Termos e Comarcas foi remetida em Ofício para a Assembleia Geral, em 31 de maio de 1833, na qual determinava que a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Lagarto, passaria a pertencer a Comarca de Estância. Com a decretação do Ato Adicional de 1834, foi criada a quarta Comarca em Vila Nova de São Francisco, ambas composta por um Juiz de Direito com jurisdição e competência civil e criminal. Somente com os Decretos Gerais de 1842 e 1843, foi cogitada a ideia de existir Promotores em cada uma das quatro Comarcas. A partir de 1843, foi criado sete Termos com Juizes Municipais e de Órfãos, letrados, dentre os quais, o de Lagarto, na qual reunia a Vila de Campos (Tobias Barreto) e a de Itabaianinha. A Vila de Lagarto só foi elevada à categoria de Comarca em 09 de maio de 1854, com base na Resolução Provincial Nº 379, provida por um Juiz letrado, abrangendo ainda os Termos de Itabaianinha e Campos, tendo Lagarto como sede. Simão Dias, apesar de ter sido elevada à categoria de Vila, em 15 de março de 1850, continuou como um simples Distrito da Comarca de Lagarto, pelo menos nos primeiros sete anos. A Vila de Simão Dias deixou de ser Distrito e foi elevada à categoria de Termo, em 20 de fevereiro de 1857, por meio da Resolução Nº 461:

“Resolução Nº 461 de 20 de fevereiro de 1857. Dando novas divisões as Comarcas da Província. Salvador Correia de Sá e Benevides. Bacharel Formado em sciencias Jurídicas e Sociaes pela Academia de Olinda, Moço fidalgo com exercício na Casa Imperial, e Presidente da Província de Sergipe: Faço saber á todos os seos Habitantes que Assembléia Legislativa Provincial Decretou e eu Sanccionei a Resolução seguinte: Art. 1. A Comarca da cidade de Estância comprehenderá, além do Município de seu nome, os de Santa Luzia e Espirito Santo. Art. 2. A Comarca do Lagarto, os Municípios do Lagarto, Simão Dias, Itabaianinha, e Campos. Art. 3. A Comarca de Laranjeiras, os Municípios de Laranjeiras, Itabaiana, e Divina Pastora. Art. 4. A Comarca de Maroim, os Municípios de Maroim, Rozario, Santo Amaro, e Capella. Art. 5. A Comarca de São Christóvão se denominará – Comarca do Aracajú, que fica sendo a sede da mesma Comarca, e comprehenderá além do Município da Capital, os de São Christovão e Itaporanga. Art. 6. A Comarca de Villa-nova se denominará – Comarca de Propriá -, que fica sendo a sede da mesma Comarca, e comprehenderá, além do Município do mesmo nome, os de Villa-nova e Porto da Folha. Art. 7. Revogão-se as disposições ao contrário. Mando por tanto & C.” (CORREIO SERGI-PENSE, 13.05.1857, p. 01).

Com a criação da Resolução Provincial Nº 569, de 09 de julho de 1859, a Vila de Simão Dias passou a pertencer a recém criada Comarca de Itabaiana, que desde 24 de janeiro de 1846, já era Termo especial, constituído por Juiz Municipal e de órfãos⁵⁵, de Direito ou togados, por Decreto Geral Nº 444:

⁵⁵ O Juiz Municipal foi criado no Império em substituição aos Juizes de Fora e os Ordinários. Inicialmente, eram nomeados pelo Presidente da Província, mediante a proposta da Câmara Municipal, porém, em 1847, por força legal, o Presidente passou a nomear os Juizes Municipais e de Órfãos, sem a necessidade da lista enviada pela Câmara. Este cargo sobreviveu até os primeiros anos da República, sendo extinta formalmente em 1906, pelo menos no que se refere aos Juizes nomeados segundo as leis do Império. Como a Constituição de 1891, estabeleceu que cada Estado organizaria a Justiça comum, mas alguns deles ainda persistiram com a nomeação de Juizes Municipais, como foi o caso do Município de Simão Dias (REIS, 1943, p. 73)

“Resolução N. 569 de 9 de julho de 1859, crea nesta Província huma uma Comarca que se denominará de Itabaiana, com os seus Termos e Municípios. Manoel da Cunha Galvão, Bacharel em Letras pela Universidade de Pariz, Doutor em Mathemática pela Faculdade do Rio de Janeiro, Capitão do Corpo de Engenheiros, Cavalleiro da Ordem da Rosa, e Presidente da Província de Sergipe. Faço saber a todos os seus Habitantes, que a Assembleia Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Resolução seguinte: Art. 1. Fica creada nesta Província uma Comarca, que denominará de Itabaiana, comprehendendo os Termos de Itabaiana e Simão Dias, e o Município de Nossa Senhora das Dores. Art. 2. Revogão-se as disposições em contrário. Mando por tanto &” (CORREIO SERGIPENSE, 16.07.1859, p. 01).

Por Decreto Nº 2.484, de 28 de setembro de 1859, do Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, representado por João Lustoza da Cunha Paranaguá e a rubrica de sua Majestade, o Imperador Dom Pedro II, a recém-criada Comarca de Itabaiana foi declarada de primeira Entrância. Paralelamente, por Decreto Geral Nº 2.483, deste mesmo dia e ano, Simão Dias foi elevada a Termos Judiciários especiais, provida de Juizes letrados ou togados. Esses Juizes eram nomeados pelo Imperador, dos quais era exigida a formação de Bacharel em Direito, com experiência de pelo menos um ano de prática de Fórum, adquirida após a sua formatura. O primeiro nomeado para o Termo de Simão Dias foi o Bacharel Dr. Manoel Ignacio de Medeiros Rego Monteiro. Abaixo, transcreveremos o Decreto publicado pelo jornal CORREIO SERGIPENSE, pelo qual foi criado para o Termo de Simão Dias, o cargo de Juiz Municipal e de Órfãos, e sua desanexação da Comarca de Lagarto:

“Artigo único. Fica desannexado o termo de Simão Dias do de Lagarto, na Província de Sergipe, e creado n’elle o lugar de Juiz Municipal que accumulará as funções de Juiz dos Órfãos – João Lustoza da Cunha Paranaguá, do meu Conselho, Ministro e Secretário d’Estado dos Negócios de Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e oito de setembro de mil oitocentos e cinquenta e nove, trigésimo oitavo da Independência e do Império – Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador – João Lustoza da Cunha Paranaguá – Conforme Josino do Nascimento Silva” (CORREIO SERGIPENSE, 29.10.1859, p. 01).

Nas décadas de 1860 e 1870, o Termo de Simão Dias estava anexado a Comarca de Itabaiana. Em 1867 existia na Província oito Comarcas constituídas de 20 Termos em suas circunscrições Judiciárias, contudo, três anos depois, as referidas Comarcas estavam divididas por entrâncias⁵⁶, sendo que Simão Dias ainda pertencia a primeira entrância, com sede em Itabaiana. Com exceção da ampliação de Comarcas e Termos de simples ou providos de Juizes letrados, até 1881, Simão Dias pertencia a Itabaiana. Com a Resolução Nº 1.170, de 23 de março de 1881, o Termo de Simão Dias voltou a pertencer a Comarca de Lagarto, como podemos verificar no documento a seguir:

“Luiz Alves Leite d’Oliveira Bello, Bacharel formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, Bacharel em Letras pelo Imperial Colégio Dom Pedro II e Presidente da Província de Sergipe. Faço saber em todos os habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a resolução seguinte:

Art. 1º - Fica pertencendo a Comarca de Lagarto o termo da Villa de Simão Dias, desmembrada da de Itabaiana.

Art. 2º - Revogão-se as disposições em contrários.

⁵⁶ O Dec. Geral Nº 559, de 28 de junho de 1850, dividiu as Comarcas do Brasil em 1ª, 2ª e 3ª entrâncias. Nas de primeira, os Juizes deviam passar 4 anos, na segunda, 3 anos, para obterem remoção de uma para outra (Revista do IHGS. Nº 18. Vol. XIII. Aracaju: 1946, p. 92).

Mando portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida resolução pertencer que o cumprão e façam cumprir como inteiramente nela se contem. O Secretário da Província a faça imprimir, publicar, correr. Palácio do Governo de Sergipe em 23 de março de 1881, sexagenário da Independência e do Império (L.S.). Luiz Alves Leite d'Oliveira Bello – Selada e publicada na Secretaria do Governo de Sergipe em 23 de março de 1881. – Dr. Luiz Antônio de Faria. – Secretário” (JORNAL DE SERGIPE, 29.03.1881, p. 02).

Só com a promulgação da Constituição de 1892, o estado ficou dividido em nove jurisdições, por meio do Decreto Nº 45, de 15 de fevereiro de 1893, sendo que, Simão Dias passou a pertencer a Comarca de Itabaiana, respectivamente com o Termo de São Paulo (atual Frei Paulo). Os Decretos e Resoluções porvindouros trataremos adiante, inclusive este último, que foi sancionado logo após a supressão da Comarca do Alto Vaza-Barris, da qual Simão Dias era sede. Segundo o JORNAL DE SERGIPE, de 08 de abril de 1879, a primeira sessão judiciária deste Termo ocorreu em 12 de março de 1879, encerrando na mesma data, por não haver processo algum a ser julgado. Essa sessão foi presidida pelo Juiz de Direito da Comarca de Itabaiana, Dr. Lourenço Freire de Mesquita Dantas.

Através de periódicos publicados nos jornais deste e de outros estados da federação, foi possível encontrar nomes de Juizes Municipais e de Órfãos titulares ou suplentes, nomeados pelo Presidente da Província em períodos distintos de nossa história. Apesar de não encontrar a data da nomeação do Juiz titular deste Termo, Dr. Manoel Ignacio de Medeiros Rego Monteiro, o DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO divulgou, em 07 de agosto de 1860, sua remoção para a Comarca de Porto Alegre/RS. Já o Bacharel Dr. Felipe Xavier de Almeida, que ocupou a função de Juiz Municipal e de Órfãos, desde 12 de julho de 1861, por nomeação de Sua Majestade, o Imperador Dom Pedro II, foi removido do cargo em 24 de setembro de 1866. Em 18 de novembro deste mesmo ano, Dr. Aurélio Ferreira Espinheira foi designado para substituí-lo. Na década seguinte, o cargo de Juiz Municipal e de Órfãos passou a ser ocupado pelo Dr. Francisco Alves da Silveira Brito, oriundo do Estado da Bahia e formado Bacharel pela Faculdade de São Paulo. Este começou o curso em Coimbra/ Portugal e recebeu o grau no dia 27 de outubro de 1831, quatro anos depois da fundação dos cursos Jurídicos no Brasil. Segundo o JORNAL DO ARACAJU, o Decreto de nomeação de Dr. Francisco Alves foi expedido por ordem do Presidente da Província, em 31 de agosto de 1872, e, em 21 de setembro próximo, prestou seu juramento de posse diante dos membros do Legislativo Municipal. Na ocasião, o Tenente-Coronel Francisco Antônio de Loyola, que era o seu imediato, vinha ocupando o referido cargo desde o dia 30 de julho de 1872, já que o Juiz efetivo antecedente, um dia antes, havia completado o seu quadriênio. Em 06 de outubro de 1872, enquanto o Magistrado afastava-se por dois meses para cuidar de sua saúde fora do Termo, o Tenente-Coronel Loyola reassumiu interinamente as funções de Juiz titular. A licença de Dr. Francisco Alves da Silveira Brito se estendeu por mais tempo, visto que, em 16 de fevereiro de 1873, o mesmo tomou assento na Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe, e só reassumiu as funções de Magistrado, em 11 de junho de 1875, conservando-se no cargo até 30 de outubro deste mesmo ano. O Tenente-Coronel Francisco Antônio de Loyola também ocupou o cargo de primeiro Suplente do Juiz Municipal e de Órfãos durante o mandato de Dr. Lourenço Freire de Mesquita Dantas, nomeado para suceder Dr. Francisco Alves Silveira Brito, em 30 de outubro de 1875. Este magistrado também deixou o cargo em 25 de fevereiro de 1877 para tomar assento na Assembleia Legislativa Provincial.

Sobre o Bel. Dr. Antero Simões da Silva Cuim Attuá, que ocupou o cargo de Juiz Municipal deste Termo, entre 24 de abril de 1867 a 13 de junho de 1868, depois de exercer sua magistratura na Província de Pernambuco, foi transferido para Comarca de São Francisco, Província de Minas Gerais, onde foi barbaramente linchado e assassinado com um de seus filhos, o Capitão Octaviano Cuim Attuá, de 18 anos, que procurava defendê-lo. Um grupo de indivíduos armados cercou a casa de residência do magistrado na noite de 31 de março para o dia 01 de abril de 1896, onde ele reagiu aos tiros com a cooperação de seus filhos e do destacamento policial da cidade. Deste ataque foram mortos também seu sobrinho Eufrásio Attuá, o Tenente-Coronel Miguel José dos Passos, o vaqueiro Olympio Rodrigues de Lima e parte de seus agressores. Na Província mineira, Dr. Antero Simões da Silva Cuim Attuá assumiu suas funções de Juiz de Direito de primeira entrância, no dia 09 de maio de 1881, quando foi transferido da Comarca de Oricury, Província de Pernambuco. Apesar de sua estada neste Termo ser breve, em terras simãoenses ainda foi sepultada uma de suas filhas com Dona Maria do Carmo dos Santos Attuá, chamada Jorgina, que falecera aos três anos de idade, em 17 de junho de 1868. Também aqui nasceu Pedro Cuim Attuá, batizado na Igreja Matriz de Sant'Ana, em 02 de julho de 1868, tendo como padrinhos o Tenente-Coronel Manoel Geraldo do Carmo Barros e Idalina Pessoa do Carmo Barros.

Dr. Zacharias Horácio dos Reis, nomeado Juiz Municipal deste Termo, em 21 de julho de 1887, assumiu interinamente as funções de Juiz de Direito, em 25 de abril de 1891, quando o titular Dr. Heráclito Diniz Gonçalves afastou-se de suas funções para tomar assento na Assembleia Constituinte do Estado, permanecendo no cargo até o dia 31 de maio. Neste mesmo ano, Dr. Zacharias Horácio dos Reis foi transferido para a Comarca de Itabaiana para assumir a titularidade daquela jurisdição. Além de exercer o cargo de Juiz de Direito nas Comarcas de Rio Real, com sede em Itabaianinha, e na Comarca de Estância, Dr. Zacharias Horácio dos Reis tornou-se Chefe da Polícia do Estado, Procurador Geral do Estado, Desembargador e Presidente do Tribunal da Relação de Sergipe (REIS, 1949-1951, p. 157). Parte destes Juizes Municipais e de Órfãos que estiveram a serviço da Vila de Senhora Sant'Ana de Simão Dias no Regime Imperial, no período correspondente aos anos de 1861 a 1887, foram citados no trabalho publicado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS), como mostramos a tabela a seguir:

ANO	JUÍZES MUNICIPAIS E DE ÓRPHÃOS	NOMEAÇÃO OU REMOÇÃO
1861	Bel. Felipe Xavier de Almeida	12/07/1861
1867	Bel. Antero Simões da Silva Cuim Attuá	24/04/1867
1870	Bel. Tito Lívio Vieira Dortas	-
1872	Bel. Francisco Alves da Silveira Britto	07/08/1872
1875	Bel. Lourenço Freire de Mesquita Dantas	-
1884	Bel. Tito Lívio Vieira Dortas	05/01/1884
1887	Bel. Zacharias Horácio dos Reis	21/07/1887

Fonte: REIS, 1949-1951:157

Dr. Tito Lívio Vieira Dortas, que aparece duas vezes na Tabela acima, nasceu na cidade de Estância/SE, em março de 1839, filho de Cândido Vieira Dortas e Isabel d'Oliveira Lins,

sendo batizado na referida Freguesia no dia 13 de outubro do mesmo ano, tendo como padrinho, o Capitão Manoel Faustino dos Santos Passos. Formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo, na turma de 1862 a 1866. Casou-se em 17 de abril de 1871 com Joaquina Glicéria de Andrade Dortas, filha do fazendeiro Manoel José de Andrade e Roza da Fonseca Andrade, irmã do Barão de Santa Rosa. No início do Regime Republicano, foi eleito Intendente Municipal de Simão Dias (1896-1899). Exerceu diversos cargos públicos neste estado: Além de ocupar a função de magistrado, por duas vezes, na Vila de Senhora Sant'Ana de Simão Dias, em 05 de janeiro de 1884, foi nomeado Juiz Municipal e de Órfãos da Comarca de Itabaiana. Em Natal/RN, foi Chefe de Polícia e Secretário de Estado durante o Império; Juiz de Direito na Comarca de Soledade/RS, na Comarca de São João Batista de Campos Novos/SC e na Comarca do Rio Paracanjuba/GO. Apesar de possuir uma carreira jurídica promissora, em sua obra *Academia de São Paulo – Tradições e reminiscências*, NOGUEIRA o define como **“um fraco estudante de estatura pouco abaixo de mediana, magrinho, pálido, moreno, de cabelos pretos e barba escassa”** (1907, p. 281). Dr. Tito Lívio Vieira Dortas faleceu, aos 65 anos de idade, no dia 06 de maio de 1915, sendo sepultado na Matriz de Senhora Sant'Ana, onde jazia os restos mortais de sua esposa, falecida em 22 de março de 1914.

Sobre os Suplentes de Juizes Municipais e de Órfãos do Termo de Simão Dias, esta função passou a ser exercida quando foi criada o Foro Civil, em 03 de fevereiro de 1855, pelos termos do Art. 223, do Regulamento de 31 de janeiro de 1842. O Presidente da Província, depois de informado pelo Juiz de Direito de Lagarto, que a respectiva Vila já possuía uma quantidade mínima de 50 jurados, decidiu criar o Foro Civil e nomear seis dos cidadãos probos da Vila, para compor os cargos de suplente do Juiz Municipal e de órfãos, ficando assim distribuído: 1º Francisco José do Espírito Santo e Souza; 2º Antônio Joaquim da Rocha; 3º Antônio Manuel de Carvalho; 4º José Zacharias de Carvalho; 5º Manoel José de Andrade; 6º Joaquim José de Mattos. No expediente de 14 de julho de 1858, em virtude do Decreto Provincial N° 2.012, de 04 de novembro de 1857, o Presidente da Província resolveu nomear para o novo quadriênio, os cidadãos: 1º Antônio Manuel de Carvalho, 2º Manoel José de Andrade, 3º José Freire de Carvalho, 4º Pedro Vidal de Oliveira, 5º Francisco José do Espírito Santo e 6º Ignacio José de Mattos. Com exceção do 1º e 2º Juiz Municipal, os demais nomeados não tiveram interesse em tomar posse dos competentes títulos, e no dia 21 de março de 1860 foi nomeado para preencher a vaga em aberto, os cidadãos 3º José Zacharias de Carvalho, 4º Francisco Antônio de Oliveira e 5º José da Motta Ribeiro.

Findando este último quadriênio, em 30 de julho de 1862, os suplentes de Juiz Municipal e de Órfãos nomeados foram: 1º Antônio Manuel de Carvalho, 2º Manoel José de Andrade, 3º Antônio Joaquim da Rocha, 4º José Zacharias de Carvalho, 5º Francisco Antônio de Loyola e 6º Pedro Vidal de Oliveira. Após a morte de Juiz suplente Antônio Joaquim da Rocha, ocorrida em 26 de novembro de 1862, o governo provincial tardou em nomear seu substituto. Por meio da Portaria de 12 de julho de 1864, o 4º Juiz José Zacharias de Carvalho foi nomeado para ocupar o referido cargo, assim como os demais imediatos: o 5º passou para o lugar do 4º e o 6º ocupou a 5ª vaga. Para assumir as funções do 6º Suplente, foi nomeado o cidadão José da Motta Ribeiro.

Por Ato de 21 de junho de 1866, usando das atribuições que lhe confere, o Presidente da Província nomeou para os respectivos cargos: 1º Antônio Manuel de Carvalho, 2º Manoel

José de Andrade, 3º José Zacharias de Carvalho, 4º Francisco Antônio de Loyola, 5º Pedro Vidal d'Oliveira, e 6º Pedro Alexandrino de Andrade. Para suceder estes últimos, de acordo com o Ofício de 10 de setembro de 1870, nesta mesma data foram juramentados para o quadriênio próximo, os seguintes cidadãos: 1º Francisco de Souza Lemos, 2º Cândido Ferreira de Jesus, 3º Tenente Coronel Francisco Antônio de Loyola, 4º Domingos José de Mattos e 5º José Freire de Carvalho (CM¹ – 58. Ano 1870).

Com as alterações das Normas Judiciárias, embasada na Lei Nº 2.033, de 20 de setembro de 1871, as substituições ou suplência de Juizes Municipais foram reduzidas para três. Com a subdivisão dos Termos em três Distritos especiais⁵⁷, de acordo com o § 04, do Art. 06, do Regulamento Nº 4.824, de 22 de novembro de 1871, em 01 de dezembro de 1871, foram nomeados os seguintes cidadãos: 1º Distrito – Tenente Coronel Francisco Antônio de Loyola, 2º Distrito – Capitão Domingos José de Mattos e 3º Distrito – José de Mattos Freire de Carvalho, ambos juramentados, diante do Juiz Municipal Titular, três meses depois. Por Ato de 24 de abril de 1874, Pedro José de Andrade e Francisco de Souza Lemos foram designados para a vaga de 2º e 3º Suplente (JORNAL DO ARACAJU, 02.05.1874, p. 03). O Tenente Coronel Francisco Antônio de Loyola foi nomeado para a vaga de 1º Suplente. Posteriormente, o Presidente da Província nomeou para os cargos de Suplentes de Juiz Municipal e de Órfãos de Simão Dias, os cidadãos 2º Domingos José de Mattos e 3º Antônio José do Espírito Santo. Visto que Domingos José de Mattos não podia mais exercer a aludida função, em consequência de ser incompatível com a de escrivão de órfãos que o mesmo exercia, por meio da Portaria de 09 de maio de 1878, ele acabou sendo exonerado do aludido cargo. Para substituí-lo, o 3º Suplente foi transferido para o seu lugar, e para preencher a última vaga, foi nomeado o cidadão José Marçal de Araújo Andrade (JORNAL DO ARACAJU, 15.05.1878, p. 01).

Em 31 de dezembro de 1879, o governo provincial nomeou, para exercerem os cargos dos três primeiros suplentes de Juizes Municipais e de Órfãos, os cidadãos 1º Domingos José Ribeiro, 2º José Marçal de Araújo Andrade, 3º José de Mattos Freire de Carvalho, ambos empossados para o exercício do quadriênio 1880-1883. Em 09 de março de 1882, o Capitão Domingos José Ribeiro foi exonerado do cargo, em virtude dele ter aceitado um posto na Guarda Nacional. Assim, o quadro foi alterado: José Marçal de Araújo Andrade e José de Mattos Freire de Carvalho assumiram as funções de 1º e 2º, respectivamente, e, para a vaga aberta da 3ª suplência, coube ao cidadão Sebastião da Fonseca Andrade (SERGIPE, 12.03.1882, p. 01). No quadriênio seguinte, os suplentes supracitados permaneceram ativos. O cidadão Francisco de Souza Lemos completou o quadro, logo quando assumiu a quarta suplência. É importante frisar que, em 14 de abril de 1888, este último foi nomeado 3º Suplente de Juiz Municipal, prestando o devido juramento, em 21 de abril do mesmo ano.

Com o advento da República, o Termo de Simão Dias foi elevado à categoria de Comarca. Um mês antes da Vila ser elevada à categoria de cidade, o Presidente da Província Felisbelo

⁵⁷ 1º Distrito – Compreenderá a Villa, seguindo pela estrada que se dirige a Laranjeiras até o riacho Pombo, e dali pelo do lado Sul, dividindo-se com o termo de Lagarto, e da Villa de Campos até a estrada da Canafistula, e por esta abaixo até a mesma Villa de Simão Dias, sendo a sede do Distrito da dita Villa. 2º Distrito – Princiará do riacho Pombo, rumo direito ao rio Vasabarris, e por este acima até o riacho barra do Salgado, e d'ahi dividindo-se com a Província da Bahia pelo lado do poente até a estrada que vai de Simão Dias para a Malhada Vermelha, e por esta abaixo até a Villa. Sede na mesma Villa. 3º Distrito – Princiará da Malhada Vermelha, dividindo-se com a mesma Província da Bahia até a estrada Canafistula, que segue para a Fazenda Mulungu, e por esta abaixo sobre a dita Vila. Sede na mesma Villa (Jornal do Aracaju. Ano III. Nº 254. Sergipe, 23.03.1872, p. 01).

Firmo de Oliveira Freire, instalou, por meio do Decreto N° 43, de 08 de maio de 1890, a nova Comarca de Simão Dias, desmembrando-a mais uma vez da Comarca de Lagarto, como transcrevemos a seguir:

“O governador do Estado Federado de Sergipe, attendendoá necessidade de melhor encaminhar os negócios da justiça do mesmo Estado. E considerando: que a Villa de Simão Dias pertencia á Comarca de Lagarto, pela sua grande população e commercio prospero está em condições de merecer um melhoramento que consulte a boa marcha da justiça e interesse das partes; que a mesma Villa em futuro próximo, muito mais progredirá por ser o ponto terminal da estrada de ferro, que partirá desta capital; que o facto de limitar-se com o Estado da Bahia demonstra a conveniência de ser o serviço da justiça da dita Villa regularmente organizado, a fim de prevenir que os criminosos zombem da acção da lei como actualmente acontece, visto como os indivíduos que praticam delictos n’aquelle Estado passam-se impunemente para este e vice versa; Decreta: Art. 1º Fica creada a Comarca de Simão Dias, composta do termo do mesmo nome, desmembrado da comarca de Lagarto. Art. 2º O termo do Riachão fica desmembrado da comarca de Boquim, passando a fazer parte da do Lagarto. Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário” (O REPUBLICANO, 13.05.1890, p. 01).

Em 30 de maio de 1890 foi nomeado Juiz de Direito desta nova jurisdição, o magistrado Dr. Heráclito Diniz Gonçalves (1864-1905). Era natural da cidade de Sabará/MG, nascido em 03 de julho de 1864, quando seu pai Dr. Victor Diniz Gonçalves, magistrado baiano, exercia ali a função de Juiz de Direito da Comarca. Sua mãe, Dona Maria Petrina de Oliveira Ribeiro, era sergipana, procedente da cidade de Laranjeiras. Aos cinco anos de idade veio para Sergipe, quando seu pai foi transferido para ocupar o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Lagarto, onde iniciou seus estudos e passou a frequentar a escola do professor Eutíquio Novais Lins. Em Aracaju/SE cursou humanidades no Paternon Sergipense. Em março de 1881, matriculou-se na Faculdade de Direito de Recife, onde formou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 09 de novembro de 1885, tendo entre seus colegas os bacharéis sergipanos Gumercindo Bessa, Manoel dos Passos de Oliveira Teles e Filomeno de Vasconcelos Hora. Veio para esta Província no ano seguinte, passando a ocupar o cargo de Promotor Público de Gararu (08 de fevereiro de 1886), Capela (30 de março de 1887), Juiz Municipal e de Órfãos em Laranjeiras (1888), depois de Vila Nova, atual Neópolis. Em 02 de julho de 1890 deixou o cargo de Chefe de Polícia do Estado de Sergipe para assumir as funções de Juiz de Direito de Simão Dias. Durante o período de sua magistratura, Dr. Heráclito Diniz Gonçalves ocupou também o cargo de Deputado Estadual na Assembleia Constituinte de 1891. Para este fim, teve que afastar-se provisoriamente de suas funções, deixando o exercício de seu cargo no dia 25 de abril, sendo substituído interinamente pelo Juiz Municipal e de Órfãos Dr. Zacarias Horácio dos Reis. Como Deputado, foi Dr. Heráclito Diniz Gonçalves quem apresentou a emenda referente à organização do ensino, que vedava casamento às professoras do ensino primário sergipano. A Lei que ficou conhecida como Lei Estrompa, condenava ao celibato as professoras, sob a alegação de que a profissão e a vida familiar eram incompatíveis, pois os alunos terminavam perdendo a atenção que seria desviada para os filhos⁵⁸. Em 19 de setembro de 1891, o Governo do Estado criou a Comarca do Alto Vaza-Barris, mantendo por sede o Município de Simão Dias e conservando como Juiz de Direito Dr. Heráclito Diniz Gonçalves. A Comarca do Alto Vaza-Barris era composta também pelos Termos de Riachão do Dantas e Lagarto. Este último teve sua Comarca extinta com esta

⁵⁸ Cf. Dicionário do Poder Legislativo de Sergipe, 2008.

Resolução. Veja na íntegra a cópia da Ata da instalação da referida Comarca datada de 20 de novembro de 1891:

“Aos vinte dias do mez de Novembro de anno do nascimento de N. S. Jesus Christo de mil oitocentos e noventa um, nesta cidade de Simão Dias em casa da Intendencia Municipal, as dez horas do dia, ahi presentes o Merentissimo Doutor Juiz de Direito da Comarca Heraclito Diniz Gonçalves, o Doutor Promotor Publico Interino da Comarca João Ferreira de Faria Oliveira, o Juiz Municipal Suplente em Exercicio Manoel Candido da Costa Silva, o Presidente da Intendencia Tenente Coronel Antonio Manoel de Carvalho, o vice-presidente Intendente Major Manoel Antonio da Cruz Andrade, Marcel Marques de Jesus, Rafael Archanjo Montalvão o escrivão de Orphãos Candido Ferreira de Jesus, os Officiaes de Justiça Pedro Alexandrino da Silva, Manoel Rozalino de Oliveira e Herculano Dias de Gois e diversos outros Cidadãos. O Doutor Juiz de Direito leu em alta voz o Art. 13 da lei nº 3 de 19 de setembro deste mesmo anno, e declarou installada esta comarca, ordenou que se officiasse aos Escrivãos dos termos de Lagarto e Riachão, para receberem dos Juizes de Direito das Comarcas extintas do Lagarto e Boquim, todos os autos prementes de decisões e que lhes fizessem conclusos e ordenou a mim Escrivão de seu cargo abaixo nomeado que lavrasse a presente acta, da qual fosse extrahidas duas copias, uma para ser remittida ao Exmo. Senhor Governador deste Estado e outra ao Tribunal de Apellações deste mesmo Estado, como preceitua o nº 2 do Decreto nº 9 de 6 deste corrente mez e anno, e deu por encerrada esta audiência, de que para constar, mandou lavrar a presente Acta que assinou. Eu Christovão Moreira da Costa Escrivão que o escrevi. (A) Diniz Gonçalves⁵⁹.

Em 15 de fevereiro de 1893, por Decreto Nº 45, a Comarca do Alto Vaza-Barris foi supressa, voltando o Termo de Simão Dias a pertencer a Comarca de Itabaiana. Neste mesmo Decreto foi restaurada a Comarca de Lagarto. O eminente Juiz Dr. Heráclito Diniz Gonçalves ficou à disposição da Justiça até 15 de janeiro de 1896, quando foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Capela, função que exerceu até 06 de outubro deste mesmo ano, quando tornou-se Desembargador do antigo Tribunal de Relação. No entanto, sua nomeação tornou-se sem efeito, cabendo-lhe logo a função de Juiz de Direito da Comarca de Lagarto, de onde foi removido para Estância, em 22 de janeiro de 1897, e desta para Aracaju, por Decreto de 27 de setembro de 1897, onde falecera, em 13 de outubro de 1905, sendo sepultado no Cemitério Santa Isabel. Era casado com Guilhermina Diniz Gonçalves, com quem teve cinco filhos. Com a Resolução da Lei Nº 192, de 09 de novembro de 1896, Simão Dias foi desmembrada de Itabaiana e voltou a pertencer a Lagarto. Por Ato Nº 53, de 01 de agosto de 1898, o Presidente do Estado concedeu ao Bacharel João Ferreira de Faria Oliveira, Juiz Preparador do Termo de Simão Dias, o prazo para assumir o exercício de suas funções.

Em 1891, nomes como o de Leôncio Uchoa de Loyola (08 de agosto) e de Manoel Cândido Costa da Silva (06 de novembro), aparecem como Juiz Municipal e de Órfãos, do Termo de Simão Dias. Em 02 de janeiro de 1892, João Ferreira de Farias Oliveira foi nomeado titular do Juizado Municipal, empossado em 12 de janeiro. Seus Suplentes foram designados posteriormente: 1º Aprígio de Matos Hora e 2º Joaquim Martins de Menezes, foram nomeados no dia 20 de janeiro e empossados no dia 21 de março de 1892; O 3º Dionísio José de Andrade e o 4º Belmiro da Silveira Góis foram nomeados em 02 de janeiro e empossados dia 21 de março de 1892. Com a extinção da Comarca do Alto Vaza-Barris, estes mesmos Juizes titulares e Suplentes foram renomeados no dia 10 de abril de 1893 e prestaram juramente perante o Juiz de Direito da Comarca de Itabaiana, no dia 15 de abril do ano em curso.

⁵⁹ Cópia da Acta de Instalação da Comarca do Alto Vasabarris de Simão Dias, arquivo particular de Dênisson Déda de Aquino.

Por Ato Nº 150, de 29 de dezembro de 1903, do Presidente do Estado Josino Menezes, durante o quadriênio de 1904 a 1907 foram nomeados suplentes do Juiz Municipal, os cidadãos 1º Raphael Archanjo Montalvão, 2º Francisco Antônio de Carvalho e 3º Izidoro Julião do Nascimento. Estes triúmviros já vinham exercendo estas funções deste o quadriênio anterior. Francisco Antônio de Carvalho tomou posse no dia 01 de agosto de 1902, como 2º Suplente de Juiz Municipal, por ceder a primeira suplência a Raphael Archanjo Montalvão. Por Ato de Nº 264 de 07 de dezembro de 1907, para o quadriênio de 1908 a 1911, foram nomeados os Juizes Municipais Suplentes: Raphael Archanjo Montalvão e Francisco Antônio de Carvalho. O primeiro pediu exoneração do cargo, sendo oficialmente destituído por Ato Nº 08, de 13 de janeiro de 1908. Nesta mesma data e pelo mesmo Ato, foi designado para substituí-lo, o Tenente-Coronel Francisco da Cruz Andrade, que permaneceu no cargo até o dia 05 de abril de 1909, quando por Ato Nº 29, foi exonerado a pedido, para assumir suas funções de Delegado de Polícia. Para o seu lugar foi nomeado Manços do Espírito Santo, que ocupava a função do segundo suplente, desde 31 de dezembro de 1907. Para o segundo e terceiro suplente de Juiz Municipal foram indicados Firmo José dos Santos e Jovino Benício de Menezes. Em 05 de abril de 1909, Manços do Espírito Santo assumiu a primeira suplência do Juiz Municipal e de Órfãos. O 1º e 3º Suplente de Juiz Municipal Francisco José de Araújo e Marcolino de Souza Gama, ambos nomeados em 15 de fevereiro de 1912, foram empossados em 27 de fevereiro, conforme fora registrado em circular, enviado ao Presidente do Estado no dia 08 de março de 1912 (APES, CM3 vol. 58. Doc. 6 e 8).

Por Decreto Nº 591, de 21 de setembro de 1911, o Presidente do Estado instituiu no Termo de Simão Dias, Comarca de Lagarto, o lugar do Juiz Municipal, provido com juiz letrado, passando o último deste a pertencer a Comarca de Itabaiana. Em 02 de outubro de 1911, assumiu o cargo de Juiz Municipal desta Comarca, o Bacharel Dr. Salustiano de Souza Prata. Este era natural de Simão Dias, nascido em 17 de setembro de 1884, filho do Cel. José Antônio de Souza Prata e Mariana Olympia de Souza Prata. Formou-se em Direito pela Faculdade da Bahia, e, no ano seguinte, foi nomeado Promotor Público da Comarca de Maruim e Juiz Municipal do Termo de Vila Nova (Neópolis). Ao seu pedido foi exonerado do cargo e transferido para sua cidade natal para ocupar a mesma função. Em outubro de 1914 tomou posse como Procurador Geral da República, secção Sergipe, cargo que exerceu até 1916, quando foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Estância. Padecendo de intensa neurastenia, Dr. Salustiano Prata morreu enforcado na cidade de Estância, aos 34 anos, no dia 16 de maio de 1919. Era casado com Dona Luiza de Andrade Prata, com quem teve cinco filhos.

Quando a cidade passou a chamar-se Anápolis, o Termo de Simão Dias ainda manteve-se ligado a Comarca de Lagarto. Com a ascensão do Coronel Pedro Freire de Carvalho a Presidência do Estado de Sergipe, essa situação mudou. Com a Resolução da Lei Nº 665, de 11 de setembro de 1914, foi instalada no Município a Comarca de Anápolis, para a qual, por Decreto de 12 de setembro de 1914, foi nomeado Juiz de Direito Dr. Pedro Barreto de Andrade. O CORREIO DE ARACAJU publicou o supradito Decreto conforme sancionado pelo Presidente Cel. Pedro Freire de Carvalho:

“Lei Nº 665 de 11 de setembro de 1914 crêa a Comarca de Annapolis

O Presidente do Estado de Sergipe: Faço saber que a Assembléa Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica creada a Comarca de Annapolis, constituída pelos Termos de Annapolis e Campo do Britto, tendo sua séde na cidade de Annapolis. Art. 2º - O Termo do Riachão fica pertencendo á Comarca do Lagarto. Art. 3º - Fica o Presidente do Estado autorizado a abrir os créditos preciso para execução desta Lei, que entrará em vigor após a sua publicação. 4º Revogam-se as disposições ao contrário.

Palácio do Governador do Estado de Sergipe, Aracaju, 11 de setembro de 1914, 26ª da República.

Pedro Freire de Carvalho

Gervasio de Carvalho Prata” (CORREIO DE ARACAJU, 13.09.1914, p. 02).

No dia 21 de setembro de 1914, houve na sede do Conselho Municipal de Anápolis, a sessão solene de posse do distinto magistrado, como descreveu o jornalista Francino Silveira Déda em sua crônica no jornal A SEMANA:

“(...) Às doze horas, no salão do Conselho Municipal, reuniu-se o Governador do Estado, Intendente Municipal, chefes de repartição, autoridades eclesiais, funcionários, comerciantes, entre outros para assistir a instalação da Comarca da Cidade, abolindo de vez a necessidade de procurar justiça na Comarca de Lagarto. O primeiro Juiz de Direito nomeado foi Dr. Pedro Barreto de Andrade, e como Promotor Público, o Acadêmico de Direito Otávio Teles de Almeida, que no momento se juntavam ao Dr. Abílio de Vasconcelos Hora, Juiz Municipal e ao Escrivão do Juízo, Ozeas de Carvalho Andrade. Tomando assento na mesa de honra, o Juiz de Direito nomeado convida para presidir a sessão de instalação, o Governador Cel. Pedro Freire de Carvalho, acompanhado do Bispo Diocesano Dom José Tomaz Gomes da Silva, Dr. Braz do Amaral, Delegado dos limites da Bahia, Dr. Magalhães Carneiro; Padre Francisco Freire de Menezes, Intendente de Campo do Brito; Dr. Manoel dos Passos de Oliveira Teles, Juiz da 1ª Vara da Capital; Dr. Joaquim do Prado Sampaio Leite e José de Carvalho Andrade, Juiz Municipal de Riachuelo, e assumiu a presidência da sessão dizendo dos fins da mesma e concedendo a palavra aos presentes, que após ouvirem aclamados discursos dos ilustres representantes, concluiu a solenidade o Governador do Estado que presidia a sessão e o Juiz nomeado que naquele momento solenizava a sua posse como titular vitalício da nova Comarca (...)” (A SEMANA, 02.09.1961, p. 01).

Embora a cidade fosse cognominada Anápolis, em 19 de outubro de 1916, com o Decreto Lei Nº 717, a Comarca passou a chamar-se Comarca de Simão Dias, constituída dos Termos de Anápolis e Campo do Brito, porém, com sede em Anápolis.

O Juiz Municipal Dr. Abílio de Vasconcelos Hora, depois de servir na Comarca de Capela e Laranjeiras foi transferido para Simão Dias, em 12 de setembro de 1914. Cunhado do Cel. Felisberto da Rocha Prata, era natural de Lagarto, nascido em 15 de novembro de 1886. Filho do Tenente-Coronel Francisco Basílio de Vasconcelos Hora e Maria Perpétua de Vasconcelos Hora, formado Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Livre de Direito da Bahia (1908). Era casado com Dona Lucia de Aguiar Hora, com quem teve dois filhos: José Basílio e Tereza Lúcia. Em 1909, foi nomeado Promotor Público de Propriá. Foi Juiz Municipal de Capela (1912) e de outras Comarcas. Em Simão Dias, permaneceu como Juiz Municipal até 1916, retornando para esta jurisdição como Juiz de Direito, por Decreto de 15 de julho de 1919, logo após o falecimento prematuro do Juiz Dr. Pedro Barreto de Andrade, cargo que exerceu até 11 de julho de 1926, quando foi removido para a Comarca de Maruim, e, posteriormente, Chefe de Polícia do governo de Manoel Dantas. Em 1931 foi nomeado Corregedor de Justiça, e, por fim, Desembargador (1943), até sua aposentadoria.

Morreu em Aracaju, no dia 01 de maio de 1943, aos 61 anos de idade. O Bacharel Dr. Octavio Telles de Almeida, que já atuou com Promotor Público de Anápolis entre 1914 a 1918, voltou para esta Comarca para suceder Dr. Abílio de Vasconcelos Hora, em 13 de julho de 1926. Quando foi removido para Marumim, foi nomeado para substituí-lo, em outubro de 1926, o Juiz de Direito Dr. Fiel Martins Fontes.

O Juiz Municipal Dr. Francisco Itabyra de Brito, embora não se tenha uma data definida de sua nomeação, seu nome aparece em várias solenidades importantes de Anápolis, entre os idos de 1911 a 1926. Depois de pedir sua remoção desta jurisdição, foi transferido em 02 de setembro de 1923 para a Comarca de Porto da Folha, onde permaneceu até seu falecimento, datado em 10 de agosto de 1926. Lá, casou-se com Lydia Pinheiro de Britto, em 26 de outubro de 1924. Quanto aos suplentes de Juizes Municipais, por Ato Nº 128, de 25 junho de 1919, foi nomeado para a primeira vaga, o cidadão Jayme Almeida de Montalvão. Em 16 de julho do mesmo ano, este assumiu o exercício pleno do cargo de Juiz Municipal, substituindo Dr. Francisco Itabyra de Britto, quando este assumiu a função de Juiz de Direito da Comarca. Ainda como substitutos, durante a década de 1920, podemos encontrar Alexandre Dutra da Silva – 1º Suplente de Juiz Municipal e Tibério Bezerra – 3º Suplente de Juiz de Direito, sendo este último nomeado por Ato de 29 de dezembro de 1924, vago pela morte do respectivo titular. Ainda nesta década, o quadro de Suplente de Juiz de Direito estava assim distribuído: José Benício de Menezes Filho, Antônio Franca de Carvalho e Lúcio Alves de Sant’Anna.

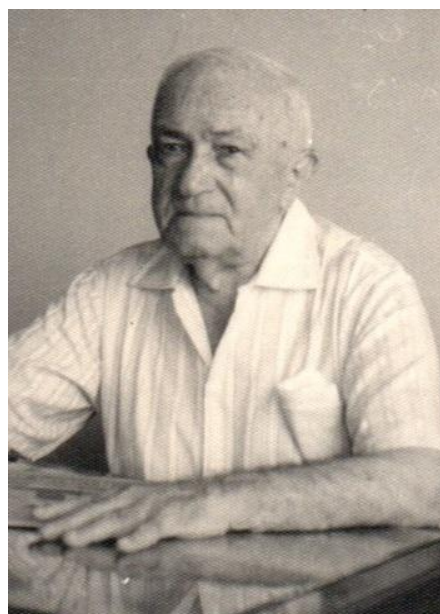
Dr. Gervásio de Carvalho Prata foi empossado Juiz de Direito da Comarca de Simão Dias, em 05 de setembro de 1928. Natural desta cidade, o ilustre magistrado era filho do Coronel Manoel Antônio de Souza Prata e Dona Constância Freire de Carvalho Prata, nascido em 18 de junho de 1886. Aos treze anos, tornou-se órfão de mãe, falecida de parto, em 06 de abril de 1900, e, mais tarde, em 22 de novembro de 1902, morreu seu pai, ficando sua tutela para o seu tio Coronel Pedro Freire de Carvalho, devido a afinidade de sangue e amizade de família. Oriundo de uma família de políticos, Dr. Gervásio Prata era neto do Capitão Manoel de Carvalho Carregosa e afilhado do Barão de Santa Rosa. Formou-se em Direito pela Faculdade Livre da Bahia, em 07 de dezembro de 1907, juntamente com o Bacharel Dr. Salustiano de Souza Prata. Em 12 de fevereiro de 1908, casou-se com sua prima, Maria Salomé de Mattos Carvalho (Maroca)⁶⁰, filha de Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho e D. Josepha Freire de Carvalho, com quem teve três filhas: Marieta Prata Fraga Lima, Josefina Prata Lobo e Constância Prata Souza. Aos 20 anos de idade, Dr. Gervásio de Carvalho Prata assumiu a Promotoria Pública da Comarca de Capela/SE. Em 08 de abril de 1908 foi nomeado Juiz Municipal de Lagarto, passando depois a atuar em Riachão do Dantas (1910), de onde foi reconduzido por meio do Decreto de 08 de abril de 1912, Juiz do Termo da Comarca de Lagarto, cargo que exerceu até o dia 12 de agosto de 1914. No dia seguinte, Pedro Freire de Carvalho, Presidente de Sergipe, o nomeia para exercer o cargo de Secretário do governo. Entre os anos de 1916 e 1918, foi Juiz Municipal dos Termos de Brotas de Macaúbas, Santo Sé e Amparo, ambos na Bahia, sendo transferido para o Estado de Sergipe e nomeado Juiz de Direito da Comarca de Itabaiana. O Bacharel Dr. Gervásio

⁶⁰Segundo dados da família, Maria Salomé de Mattos Carvalho, após a morte de sua mãe D. Josepha Freire de Carvalho ocorrida em 11 de agosto de 1923, a mesma resolveu homenageá-la mudando seu nome para Maria Josephina de Carvalho Prata. Todavia, entre amigos era conhecida por Dona Maroca (MANUSCRITOS DE DR. GERVÁSIO DE CARVALHO PRATA – Acervo particular de Dênisson Déda de Aquino)

Prata exerceu também os cargos de Diretor da Secretaria Geral do Estado (1918), Chefe de Polícia (1921-1922), Procurador Geral do Estado (1922) e Presidente do Conselho Penitenciário do Estado (1941).

O Deputado Estadual Cel. Pedro Freire de Carvalho, a pedido da Baronesa de Santa Rosa, solicitou ao Presidente do Estado, Manuel Correia Dantas (1927-1930), a homologação da permuta que transferiria o Juiz de Direito Dr. Fiel Martins Fontes, desta Comarca para a de Itabaiana, onde o referido Bacharel era o Juiz por Decreto de 14 de julho de 1919. Inicialmente, Manuel Dantas, preocupado com a animosidade existente entre o Dr. Gervásio Prata e o Intendente José Barreto de Andrade, ponderou sobre o assunto, passando alguns meses prorrogando a transferência e impondo a condição de que a troca entre eles, só ocorreria se o Juiz Dr. Fiel Martins Fontes estivesse de acordo. Em concordância com a permuta, o Decreto foi assinado na presença de ambos os interessados, que prontamente foram investidos para os respectivos cargos. Segundo nota oficial, assinada por José Silvério dos Santos, Secretário Geral do Estado de Sergipe, em 17 de junho de 1928, Dr. Gervásio de Carvalho Prata foi removido para a Comarca de Simão Dias, por meio do Decreto do dia 16 do corrente mês e ano. Em Itabaiana, onde Dr. Gervásio Prata exerceu sua última judicatura, a sua despedida foi alvo de expressivas homenagens com a colocação de seu retrato no salão de júri. Após a solenidade de sua posse como Juiz da Comarca de Simão Dias, em 05 de setembro de 1928, o referido magistrado dirigiu-se ao palacete da Baronesa de Santa Rosa com sua família e inúmeras pessoas que o acompanhava. Lá, foi oferecido um banquete, seguida das alocuções proferidas por Dr. Marcos Ferreira de Jesus, que falou em nome do povo de Simão Dias, e por Dr. Pedro Dias Sobral, Promotor Público de Itabaiana, que representava sua antiga Comarca. Dr. Gervásio Prata agradeceu as homenagens, e, em seguida, houve um baile mui elegante, que se prolongou até altas horas da noite.

Durante o processo eleitoral para as eleições de 1930, da qual seriam eleitos o Presidente da República, Senadores e Deputados Federais, houve alguns desacertos e desentendimentos entre o Deputado Cel. Pedro Freire de Carvalho e o Juiz Dr. Gervásio Carvalho Prata, que culminou, mais tarde, na supressão da Comarca de Simão Dias. Segundo FRAGA LIMA, autor de *Memórias do Desembargador Dr. Gervásio de Carvalho Prata*, era função do Juiz de Direito, naquela época, alistar eleitores novos e convocar os mais antigos, e este passou a atender a todos, indistintamente, sem favorecer a nenhum dos Partidos. O Cel. Pedro Freire de Carvalho, percebendo a tendência de parte do eleitorado para a oposição, procurou o Magistrado e tentou convencê-lo a agir a seu favor, mas teve o pedido negado. Sem acordos, os aliados de Pedro Freire de Carvalho, sob sua liderança, procuraram meios para afastar o Juiz de Direito da Comarca, suprimindo-a e pondo Dr. Gervásio de Carvalho Prata em disponibilidade. O Desembargador e Acadêmico Dr. Artur Oscar de Oliveira Déda, no seu discurso de posse da Academia Sergipana de Letras diz que: “A



Des. Dr. Gervásio de Carvalho Prata
Último registro fotográfico do eminente Desembargador, no Rio de Janeiro, em
06.01.1968

Fonte: Maria Virgília de Carvalho Freitas

supressão da Comarca de Simão Dias, quando ele era juiz, foi simplesmente um meio de afastá-lo das funções judicantes. (...) O ato visava, apenas, eliminar o mais forte opositor às pretensões políticas do deputado Pedro Freire de Carvalho” (DEDA, 2005, p. 32). O Intendente José Barreto de Andrade, seu desafeto mais antigo, sempre o quis longe desta Comarca, devido a sua aproximação com seu adversário político, o Deputado Federal Dr. Antônio Manuel de Carvalho Neto. Este último não residia em Simão Dias, mas aspirava ampliar aqui sua base eleitoral e formar aliança com o Cel. Pedro Freire de Carvalho. O Intendente José Barreto de Andrade era aliado político do Coronel, seu cunhado e sogro, com quem não tinha tanta afinidade, mas respeitava a chefia.

Outro episódio mencionado por DEDA em sua obra *Simão Dias: Fragmentos de sua História*, que se tornou um dos estopins da supressão da Comarca, envolvia o Judiciário e a Guarda local. O rábula José de Carvalho Déda conseguiu um habeas corpus em favor de um detento, popularmente conhecido como José Pitú, filiado no Partido opositorista do Cel. Pedro Freire de Carvalho. Este cidadão era natural de Anápolis (Simão Dias) e estava sendo acusado de praticar furto, ato este, que, segundo a defesa, teria sido perpetrado por outro cidadão, seu homônimo, e que estaria foragido. Na época, o Delegado de Polícia era Lourenço da Silva Vieira e o primeiro suplente de Delegado era o Cel. João Barreto de Andrade, irmão do Intendente. Inconformados com os esclarecimentos do advogado, os comissários negaram-se a aceitar a comprovação da coincidência homonímica e preferiu mantê-lo preso, fazendo com que o rábula Carvalho Déda, que o defendia, impetrasse a medida constitucional. Aberto o processo, o réu foi levado ao Fórum e julgado pelo Juiz Dr. Gervásio de Carvalho Prata, que deu seu parecer em concordata com o parecer do Promotor Dr. João de Deus Teixeira, pondo José Dantas Pitú em liberdade. O réu foi liberado e saiu do Tribunal munido do salvo-conduto, enquanto a autoridade policial sentiu-se diminuída e desmoralizada. Os opositores de Dr. Gervásio de Carvalho Prata, valendo-se da situação foram solidários ao Delegado e encontraram nessa brecha mais uma razão para bloquear definitivamente o referido Juiz. Assim, suprimiu a Comarca, com base na Lei Nº 1.055, de 21 de outubro de 1929, voltando Anápolis a pertencer a Comarca de Lagarto, ficando o magistrado em disponibilidade. No caso do Promotor Público João de Deus Teixeira, foi exonerado do cargo no dia 22 de julho de 1929, sendo substituído pelo Promotor Adjunto José de Cerqueira, que se posicionou tal qual o parecer de seu predecessor. Este último foi destituído do cargo em 15 de outubro de 1929, seis dias antes da supressão da Comarca. É importante lembrar que as dissensões política, em Simão Dias, não extinguiu a Comarca apenas esta vez. MATTOS nos lembra da supressão da Comarca do Alto Vaza-Barris, por Decreto Nº 45, de 15 de fevereiro de 1893, deixando o Juiz de Direito Dr. Heráclito Diniz Gonçalves em disponibilidade, assim, como, em 1966, quando Dr. Lauro Pacheco de Oliveira ficou impedido de julgar nesta Comarca, fato que discutiremos adiante. Nos anos de 1909 a 1910, o Juízo Municipal da Comarca de Lagarto, seção Simão Dias, também foi suprimido, inconstitucionalmente, por ordem do Presidente do Estado, fundamentado na Lei Estadual Nº 513, de 16 de novembro de 1906.

Os embates se intensificaram entre o Cel. Pedro Freire de Carvalho e o Juiz Dr. Gervásio de Carvalho Prata, que perante os fatos supraditos, tornou-se literalmente político. No jornal DIÁRIO DA MANHÃ, de 06 de novembro de 1929, foi publicado um protesto do povo de Anápolis contra a supressão, seguida da transcrição de 1.258 assinaturas daqueles que rejeitavam a Lei que extinguiu a nossa jurisdição.

“Nós, os habitantes de Annapolis, feridos nos nossos sentimentos de amor por este berço, e no brio que leva o homem a querer e a defender o pedaço do solo onde nasceu, ou a que consagra o seu affecto, vimos protestar em público contra a lei n. 1.055 de 22 de Outubro corrente, que suprimiu esta nossa Comarca de Simão Dias, reduzindo em nosso município e entregando ao domínio judiciário de outra comarca. Esta lei é um atentado ao nosso progresso, é uma afronta á dignidade da nossa terra, é a negação da realidade do que somos e o desconhecimento do respeito que se deve aos melindres de uma população consciente de si mesma (...). A supressão da nossa comarca é um atentado à Constituição porque vibra um golpe profundo a uma cidade e a uma terra que fazem honra ao nosso Estado” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1929, p. 01).

O Cel. Pedro Freire de Carvalho, a quem o manifesto se refere como “filho ingrato de Annapolis”, se justificou argumentando que o Juiz Dr. Gervásio Prata pertencia a uma facção política, e que o mesmo, em nome do seu grupo, corrompeu a liberdade eleitoral e traiu os seus compromissos com a justiça. Tal justificativa revoltou ainda mais os insurgentes, que conclui a declaração com uma frase de ordem contra a supressão: **“Não queremos a supressão da comarca de Simão Dias e sim a sua elevação, a sua grandeza. Não queremos o afastamento do nosso Juiz de Direito, mas a sua conservação. Não queremos outro domínio judiciário, que não seja o nosso, porque temos a consciência do nosso valimento”** (IDEM). Na mesma edição, o jurista Dr. Antônio Manuel de Carvalho Neto publicou uma crônica chamada “Bilhete ao Bobo”, fazendo crítica ao Cel. Pedro Freire de Carvalho:

“Li a sua entrevista (...) Imagine que há muito eu não punha olhos em sua cara, e ella vem na gazeta que é mesmo um dengue. Redonda, bochechuda, gordurosa, um palmo de rosto, que é um assombro... E aquelle olhar absorto, perdido, apatetado... que photographia parecida!... E o sorriso... manhoso, furtivo, estudado, malicioso, brejeiro... Oh! Pedro, quanta pose feliz, quanto encanto nesse retrato de cara de promessa! Mas... a entrevista... Sim, a resposta eu l’ha daria hoje mesmo, como você pede, numa carta de elogios... numa carta escripta agora, e não em uma que você me quer atribuir, há dezoito annos passados. Uma carta nova, authentica, recente, palpitante, que o acompanha de dezoito annos atrás até hoje. Quero, porem, fazer como tenho feito: – falar por último. E já que você acaba de romper os derradeiros escrúpulos do seu Sobrinho Dr. Gervásio Prata, elle não terá mais piedade da miseria moral em que você cahiu. Dar lhe á, em breve, a resposta. Espere apenas, que elle, ausente, leia a entrevista. É questão de poucos dias. Depois disso, então, você receberá a minha carta de elogios, a sua biographia em pergaminho com dorso de marroquim. Você verá a razão de haver esquecido tão depressa o libello-crime a quem não quiz responder... Por enquanto você está tonto, coronel Pedrinho. Tonto da malvadez dos seus amigos. Não podendo defender-se das infamias e torpezas que commette, julga que se absolve com elogios, que diz escriptos em 1911! Ora, vá descansar; vá para casa, amarre a cabeça, tome chá de losna, respire um pouco. Toda a côrte tem um bôbo feliz. Você tem sido de mais de uma e ainda será de outras.–Que lhe falta? Dinheiro? Não.–Juízo? Tem de sobra. – Vergonha: É um armazém.–Saúde? É um suíno.–Inteligência? De camarão.–Palavras? Algumas dúzias.–Crédito? Nos registros públicos... Que lhe falta então? Nada! Ou, não!, talvez alguma coisa lhe falte: um pouco de piedade pela sua sandice explorada, mercadejada, mascateada. Eu terei esta piedade na carta que lhe annuncio. Sim, prometto ser piedoso, mais do que os seus amigos. Até breve” (Carvalho Neto. In: DIÁRIO DA MANHÃ, 06.11.1929, p. 04).

Ainda com a Comarca em processo de extinção, e diante da pressão política, Dr. Gervásio Prata passou a alistar eleitores, convocando todo povo a votar, incluindo a massa popular e

aqueles que colheram milhares de assinaturas para o abaixo assinado do qual já mencionamos. Na capital, a Assembleia Legislativa, representada por uma minoria, se pronunciava contra a supressão da Comarca, mas o Deputado Pedro Freire de Carvalho, com sua “em-páfia” de Coronel, retrucava dizendo que se a Comarca foi criada por ele, ele sentia-se no direito de suprimi-la. Diante da situação política que se formara na cidade, D. Maria Júlia de Andrade Carvalho ou Dona Marocas Freire⁶¹, como era conhecida sua esposa, escreveu uma carta para o Cel. Pedro Freire, que, naquela época, se encontrava na Capital exercendo a vice-presidência da Assembleia Legislativa Estadual, informando-o dos últimos acontecimentos em Simão Dias. Eis o que diz alguns trechos da missiva, transcrita por MATOS (1991) no esboço biográfico da vida de Maria Júlia de Andrade Carvalho:

“Meu querido Pedro Freire. Abraço-lhe com as mais vivas saudades. Manifestar-lhe as minhas tristezas e contrariedade que tenho sofrido depois da chegada do Sr. Juca⁶², é-me impossível por carta, pois ele narrou-me tudo que você aí tem sofrido de contrariedades. Tenho implorado ao Sagrado Coração de Jesus pelo seu descanso de espírito. Só peço meu querido Pedro Freire, que tudo faça sem ferir a sua dignidade e sem colocar mal os seus amigos. Não acredite em palavras e juramentos que aí lhe fizerem. Ainda domingo houve pic-nic político e o juiz saiu pelas matas com os seus companheiros a procurarem eleitores e alistaram na quarta-feira uns 30, e você? O José Barreto tá mais satisfeito. Conversei com ele ontem, vamos portanto voltar o que era. (...) Não esmoreça que havemos de triunfar com os poderes de Deus, pois você tem um coração bom e ele há de proteger. (...) A reunião hoje em casa do Juiz foi concorridíssima, está causando terror: Eu só vejo aqui é valentia... Os adversários foram receber o Sr. Juca para saber das novidades. Saudades, saudades, saudades. Marocas”. (MATOS, 1991, p. 11-13)

Quando foi marcada a audiência de encerramento da Comarca pelo Juiz Dr. Gervásio de Carvalho Prata, percebendo as ameaças e interferência da polícia para impedir a solenidade, as senhoritas da sociedade se organizaram, divulgando e convidando todos para o Ato na casa do Magistrado, já que o Fórum tinha sido fechado por ordem do Intendente José Barreto de Andrade. Por mais que a polícia tivesse cercado a casa de Dr. Gervásio Prata, as pessoas passavam entre os soldados, fazendo com que, mais uma vez, o Delegado da cidade saísse desmoralizado com suas tropas. Alguns jornais do Rio de Janeiro, como o DIÁRIO CARIOCA, publicou notas sobre esta última audiência, incluindo o comentário de que estavam foragidos 34 cidadãos, ambos ameaçados pela polícia local, e que o advogado Dr. Antônio Manuel de Carvalho Neto havia entregado uma petição de habeas corpus ao Tribunal de Relação do Estado, a favor destes, ordem esta que lhes foram concedidas pelo egrégio Conselho, em comum acordo.

Durante o pleito de 01 de março de 1930, ambos os partidos apoiaram Júlio Prestes de Albuquerque para Presidente da República, mas divergiram nos governos estaduais e municipais. O grupo do Cel. Pedro Freire deu ordem à polícia para impedir nas estradas os eleitores oposicionistas de chegar à cidade para votar. Dr. Gervásio Prata, apoiado por Manoel da

⁶¹ Nasceu em Simão Dias, no dia 06 de outubro de 1891, filha de Antônio Alexandrino de Andrade e Maria Júlia Barreto de Andrade. Casou-se com o médico Constantino da Silva Tavares, que acometido por uma moléstia, ficou tísico. Tentou tratamento em Uauá/BA, mas faleceu prematuramente no dia 17 de fevereiro de 1909. Seu irmão e Juiz desta Comarca Dr. Pedro Barreto de Andrade apresentou-lhe o pedido formal de casamento em nome do Cel. Pedro Freire de Carvalho, que foi aceito, oficializando as núpcias no dia 28 de junho de 1917, na Igreja Matriz de Senhora Sant’Ana. Faleceu em 14 de fevereiro de 1975, ao lado do Desembargador Dr. Pedro Barreto de Andrade (sobrinho), sua enteada Maria Freire de Carvalho (D. Pequena Freire), Dalva Barreto de Andrade e Isabel, sua serviçal de mais de cinquenta anos. Pequena Freire morreu 10 meses depois, em 05 de dezembro de 1975, aos 70 anos de idade (MATOS: 1991, p. 1-19).

⁶² O Juca Cerqueira ou José Cerqueira que ela se refere era o adjunto Promotor Público da Comarca (IDEM, 1991, p. 13)

Fraga Dantas, procurou seus aliados em Aracaju, que conseguiu enviar a força militar estadual para Simão Dias, com o apoio do Deputado Cel. Francisco de Souza Porto. Diante disso, a eleição decorreu tranquilamente, derrotando no final do pleito, o Deputado Cel. Pedro Freire e seus aliados.

Dr. Gervásio de Carvalho Prata contou em seu discurso pronunciado na reintegração de posse do diretor do Grupo Escolar “Fausto Cardoso” Dr. Marcos Ferreira de Jesus, que **“a polícia não era para policiar, mas perseguir; o voto do cidadão não era solicitado, mas extorquido pela força das armas; a cadeia se relaxou para os viciados e criminosos, recolhendo os homens inermes e pacatos”**. Não ocorrendo à posse dos eleitos devido a Revolução de 1930, Getúlio Vargas assumiu a Presidência da República e o Capitão Augusto Maynard Gomes foi nomeado Interventor Federal do Estado de Sergipe. Após cessada sua disponibilidade por um Decreto, Dr. Gervásio de Carvalho Prata foi à Aracaju, acompanhado do Bacharel Dr. Oscar Hora Prata, e expôs para o Interventor, o caso da Comarca de Simão Dias, pedindo-o para revogar a supressão da Comarca e a sua renomeação para o cargo de Juiz de Direito, como reparação ao que lhe ocorreu em 1929. Em contrapartida, o Capitão Augusto Maynard sugeriu sua nomeação para Desembargador do Tribunal de Justiça, no qual aceitou prontamente. Assim, o Magistrado acabou sendo nomeado oficialmente Desembargador, em 16 de dezembro de 1930. A partir desta data Dr. Gervásio de Carvalho Prata passou a exercer relevantes funções no Estado: foi Delegado de Sergipe nas Questões de Limites Bahia-Sergipe (1932); Presidente do Tribunal de Justiça do Estado (1937), sendo reeleito, consecutivamente, para mais cinco mandatos, até 1941, e 1942 para mais novos períodos à frente do Tribunal de Apelação. Foi membro fundador da Academia Sergipana de Letras (ASL), ocupando a Cadeira número 28, cujo patrono era Dr. Salustiano Orlando de Araújo Costa. Na magistratura encerrou sua carreira aos 56 anos de idade, quando se aposentou por meio do Decreto de 04 de fevereiro de 1943. Nesta ocasião, transferiu sua residência para a Fazenda Santa Rosa, em Simão Dias, antiga propriedade do Barão e de sua tia Baronesa de Santa Rosa, de quem recebera a propriedade como doação com base na cláusula *in articulo mortis*. Na política saiu decepcionado, sobretudo, após sua frustrada tentativa de candidatar-se a Governador do Estado no início da década de 1950, entregando a chefia política a seu sobrinho Dr. Sebastião Celso de Carvalho, último varão da família Carvalho a chefiar o PSD e a ARENA I. Morreu no dia 23 de janeiro de 1968, na capital do Rio de Janeiro, onde vivia a décadas.

O Município de Anápolis, como era chamado na época, mesmo com a sua Comarca extinta, ainda compunha, em 1933, um único Distrito, o da sede municipal. Entre o período referente à supressão e a restauração da Comarca, foram nomeados Juízes Municipais do Termo de Anápolis, os magistrados Dr. João Bosco de Andrade Lima (1931-1932), que foi empossado em 09 de janeiro de 1931, natural de Arauá/SE, formado em Ciências Jurídicas e Sociais, no Rio de Janeiro, em 1929. Apesar de exercer o cargo de Promotor Público Substituto da Comarca de Estância, quando ainda era estudante, em Anápolis, foi sua primeira jurisdição após sua graduação. Dr. Waldemar Fortuna de Castro (1932-1935) era filho de José Valentim Gomes de Castro e Marieta Borges Fortuna de Castro e iniciou sua carreira de Magistrado como Juiz Municipal do Termo de Anápolis, em julho de 1932, período que também assumiu a função de Comissário de Ensino deste Município. Casou-se aos 08 de novembro de 1934 com D. Maria de Lourdes Prata Figueiredo, desta Freguesia, filha de Dr. Juarez

Figueiredo e Isaura Prata Figueiredo. O enlace matrimonial ocorreu na Freguesia de São José, em Aracaju, num oratório particular, assistido pelo Vigário Padre Moysés Ferreira.

A Comarca de Simão Dias foi restaurada por Decreto Nº 273, em 31 de janeiro de 1935, por Resolução do Interventor Federal Major Augusto Maynard Gomes, durante o Centenário da Freguesia de Sant'Ana. Segundo o Decreto:

“Art. 1º - Fica restaurada a comarca de Annapolis, 12º do Estado, com sede e termo na cidade do mesmo nome, sendo a sua jurisdição a dos limites do município.

Art. 2º - Para a respectiva instalação fica designado o dia 6 de fevereiro próximo em comemoração do 1º centenário da fundação da cidade.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Interventor Federal no Estado de Sergipe, Aracaju, 31 de janeiro de 1935, 47º da República.

Augusto Maynard Gomes

Nicanor Ribeiro Nunes” (DEDA, 1967, p. 86).

A sessão da instalação foi presidida pelo Juiz de Direito de Lagarto, o Bacharel Dr. João Bosco de Andrade Lima. A mesa de audiências do Paço Municipal foi composta pelo presidente, o Tabelião Francino Silveira Déda, o último Juiz Municipal do Termo Dr. Waldemar Fortuna de Castro, o Prefeito José de Carvalho Déda, Dr. Marcos Ferreira de Jesus, o Cônego Dr. João de Mattos Freire de Carvalho, da Paróquia de Paripiranga/BA, o Desembargador Dr. Gervásio de Carvalho Prata, que representava também o Presidente do Tribunal de Relação Dr. Lupicínio Amyntas da Costa Barros e Dr. Antônio Manuel de Carvalho Neto, que representava o Interventor Federal Major Augusto Maynard Gomes. O Presidente declarou instalada a 12ª Comarca do Estado, da qual teria como primeiro Juiz de Direito, o Bacharel Dr. Nicanor de Oliveira Leal, e como Promotor Público, o acadêmico Dr. Belmiro da Silveira Góis. Em seguida, mandou lavrar a Ata. Nesta sessão discursaram Dr. Marcos Ferreira de Jesus, o Desembargador Dr. Gervásio de Carvalho Prata e Dr. Antônio Manuel de Carvalho Neto. Os funcionários Francino Silveira Déda e o Dr. Waldemar Fortuna de Castro receberam elogios do Presidente da solenidade Dr. João Bosco de Andrade Lima, pelos trabalhos que vinham realizando no Fórum. O Juiz Bacharel Dr. Nicanor de Oliveira Leal não pode estar presente no dia da instalação da Comarca. Ele era natural do Município de Capela/SE, filho do Major Honorino Leal e Dona Evangelina de Oliveira Leal. Formou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Recife, em 11 de agosto de 1927, e, na semana seguinte, iniciou sua carreira como Juiz Municipal da cidade de Nossa Senhora das Dores. Dr. Nicanor de Oliveira Leal veio transferido da Comarca de Vila Nova (atual Neópolis) e foi empossado no dia 22 de fevereiro de 1935.

Segundo a Enciclopédia dos Municípios, **“em divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 a 31 de dezembro de 1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual nº 69, de 28 de março de 1938, o município de Anápolis compreende o único termo judiciário da Comarca de Anápolis e permanece com um só distrito. Essa situação se mantém inalterada com o Decreto-lei estadual nº 150, de 15 de dezembro de 1938, para 1939-1943”** (IBGE, 1959, p. 469). Com a sanção do Decreto-Lei Estadual Nº 533, de 07 de dezembro de 1944, que revogou a denominação Anápolis, além do Município, a Comarca, o Termo e o Distrito voltou a chamar-se Simão Dias. Este Município era composto de um único Termo Judiciário, tendo sua divisão territorial foi confirmada no dia 06 de junho de 1945, por meio do Decreto Nº 651. Em 25 de novembro de 1953, com a emancipação política de Poço Verde,

por Lei Nº 525-A, o Poder Judiciário daquela cidade passou a pertencer a Comarca de Simão Dias, mantendo-se na mesma situação com a fixação da divisão administrativa e judiciária do Estado, que vigorou no período de 1954-1958, ou conseguinte, da Lei Estadual Nº 823, de 24 de julho de 1957, do Código da Organização Judiciária do Estado. Dos Juizes de Direito e de Órfãos nomeados para Comarca de Simão Dias desde sua primeira instalação, em 08 de maio de 1890, podemos citar:

ANO	JUÍZES MUNICIPAIS, DIREITOS E ÓRFÃOS	NOMEAÇÃO E/OU REMOÇÃO
1890	Bel. Dr. Heráclito Diniz Gonçalves ⁶³	1890-1891
1908	Bel. Dr. Salustiano de Souza Prata	1908-1913
1914	Bel. Dr. Pedro Barreto de Andrade ⁶⁴	1914 -1919
1919	Bel. Dr. Abílio de Vasconcelos Hora ⁶⁵	1919-1926
1926	Bel. Dr. Octávio Teles de Almeida ⁶⁶	1926
1926	Bel. Dr. Fiel Martins Fontes	1926-1928
1928	Bel. Dr. Gervásio de Carvalho Prata	1928-1929
1931	Bel. Dr. João Bosco de Andrade Lima	09/01/1931-1932
1932	Bel. Dr. Waldemar Fortuna de Castro	1932-1935
1935	Bel. Dr. Nicanor de Oliveira Leal	1935-1945
1945	Bel. Dr. Belmiro da Silveira Góis	1945-1956
1949	Bel. Dr. Raymundo Rosa Santos ⁶⁷	1949
1956	Bel. Dr. Lauro Pacheco de Oliveira	1956-1966
1959	Bel. Dr. Mário Almeida Lobão ⁶⁸	04/1959 a 10/1959
1966	Bel. Dr. Antônio Ferreira Filho	1966-1975
1975	Bel. Dr ^a . Clara Leite de Resende	1975
1975	Bel. Dr ^a . Marilza Maynard S. de Carvalho	1975-1977
1977	Bel. Dr. José Emídio do Nascimento ⁶⁹	1977-1984
1978	Bel. Dr. Rinaldo Costa e Silva ⁷⁰	1978-1980
1978	Bel. Dr. Valteilton Ribeiro Silva	1978-1989
1986	Bel Dr ^a . Madeleine Alves de Souza Gouveia	1986-1987
1989	Bel. Dr. Netônio Bezerra Machado	1989-1993

⁶³ As datas supracitadas correspondem as duas nomeações do Bacharel Dr. Heráclito Diniz Gonçalves nesta Comarca. Por Decreto do Governador do Estado Felisbello Freire, cria-se a primeira Comarca de Simão Dias e é designado para a mesma o aludido Juiz de Direito (1890). No ano seguinte, com a criação da Comarca do Alto Vaza-Barris (1891), com sede em Simão Dias, o mesmo Juiz permanece no cargo por meio do Decreto Nº 45 (DEDA, 1967, p. 82-83).

⁶⁴ Antes de assumir o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Simão Dias, por Decreto de 12 de setembro de 1914, foi nomeado Promotor Público de Capela (1908), Juiz Municipal do Termo de Riachuelo (1911) Chefe de Polícia do Estado em 30 de julho de 1914. (BARRETO, 2003). Casou-se com Ester Dantas Vieira, com quem teve três filhos, entre eles, Pedro Barreto de Andrade Filho (1918-1984), nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, em 1964, pelo Governador do Estado, Dr. Sebastião Celso de Carvalho (DICIONÁRIO DO PODER LEGISLATIVO DE SERGIPE, 2008).

⁶⁵ Após ser removido para a Comarca de Maruim, o Intendente José Barreto de Andrade e sua comitiva foram visitá-los em 16 de agosto de 1926 e o homenageou com uma estatueta de bronze, onde se destacava um relógio suspenso pelo braço, um cartão de ouro com a inscrição da homenagem e um sólido pedestal de mármore (CORREIO DE ARACAJU, 19.08.1926, p. 01).

⁶⁶ O Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais foi nomeado Promotor de Anápolis (1914), quando ainda era acadêmico. Depois de formado assumiu a Promotoria de Estância (1917); Juiz Municipal de Vila Nova (1919), Pacatuba (1920-1923), Nossa Senhora das Dores (1923) e para Vara Privativa de Aracaju (1923-1926). Retorna para a Comarca de Simão Dias em 1926, na condição de Juiz de Direito, mas foi logo removido para a Comarca de Maruim (DICIONÁRIO DO PODER LEGISLATIVO DE SERGIPE, 2008).

⁶⁷ Foi designado como Juiz de Direito substituto das Comarcas de Simão Dias e Tobias Barreto. (IDEM, 2008).

⁶⁸ Em abril de 1959 assumiu a Comarca de Simão Dias, o Juiz de Direito da Comarca de Frei Paulo, Dr. Mário Almeida Lobão, enquanto Dr. Lauro Pacheco de Oliveira, juiz titular efetivo ficou em disponibilidade (A SEMANA, 18.04.1959, p. 01).

⁶⁹ Dr. José Emídio do Nascimento bacharelou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Sergipe no dia 08 de dezembro de 1967. Em 1964, ainda acadêmico foi Promotor Público substituto da Comarca de Simão Dias, sendo em 1977, Juiz Eleitoral da mesma. [Grifo do autor]

⁷⁰ Dr. Rinaldo Costa e Silva assume as 12ª e 22ª Zonas eleitorais de Lagarto e Simão Dias até 1980, quando retorna a Aracaju como Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal (DICIONÁRIO DO PODER LEGISLATIVO DE SERGIPE, 2008).

1994	Bel. Dr. José Anselmo de Oliveira	1994-1999
1999	Bel. Dr ^a . Olga Silva Barreto	1999-2001
2001	Bel. Dr. Marcos Oliveira Pinto	2001-2008
2008	Bel. Dr ^a . Maria Angélica Almeida Leite	2008-2013
2013	Bel. Dr. Henrique Britto de Carvalho ⁷¹	2013
2015	Bel. Dr. Sidney Silva de Almeida ⁷²	2015

Dados extraídos dos Arquivos do Fórum Des. Gervásio Prata e do Tribunal de Justiça de Sergipe.

Nos primeiros anos de República, o Governo Provisório, por meio do Decreto Nº 848, de 11 de outubro de 1890, criou a Justiça Federal no Brasil, passando, então, a existir a dualidade do Poder Judiciário, constituído pela Justiça Federal e os chamados Juízes de Secção, um para cada Estado, nomeados pelos Presidentes da República, sem previsão de concurso público. Com o Decreto de 21 de maio de 1891, ampliou as atribuições dos substitutos dos Juízes Seccionais, determinando, de acordo com o Art. 01 auxiliar os Juiz Titular nos atos preparatórios dos processos crimes e cíveis de sua jurisdição, mas sem poder proferir sentenças, salvo o caso de substituição plena em um ou mais feitos. O Bacharel Dr. Lourenço Freire de Mesquita Dantas foi o primeiro magistrado a assumir o cargo. Com a sanção da Lei Nº 221, de 20 de novembro de 1894, em substituição ao juiz *ad hoc*, que atuavam somente na impossibilidade dos juízes substitutos, foi instituído os cargos de três Juiz suplente para o Juiz substituto do Juiz seccional. Este modelo adotado na Constituição de 24 de fevereiro de 1891 se perdurou até a Constituição de 1937.

O Decreto Nº 3.084, de 05 de novembro de 1898, regulamentou a Lei Nº 221/1894 e aprovou a Consolidação das Leis referentes à Justiça Federal, que passou a ser chamada de “Justiça Federal da União”, composta pela Supremo Tribunal Federal, pelos juízes seccionais, juízes substitutos e suplentes, além dos tribunais do Júri Federal. Esses juízes suplentes são nomeados por indicação do Juiz seccional, para exercício durante quatro anos. Do Art. 2º, § 2º, da supradita Lei, observa-se que os suplentes eram escolhidos, preferencialmente, dentre graduados em Direito, no entanto, para as cidades interioranas como Simão Dias, suas nomeações dependiam de sua influência no governo, a exemplo dos Coronéis Antônio Manuel de Carvalho, Francisco da Cruz Andrade e Firmo José dos Santos, que exerceram a suplência de Juiz substituto seccional no primeiro decênio do século XX. O Promotor Adjunto Manoel da Fraga Dantas, neste período, chegou a ocupar o cargo de Ajudante do Procurador seccional de Simão Dias. Em 05 de maio de 1912, o Cel. João Baptista de Carvalho foi nomeado 1º Suplente substituto do Juiz Seccional, posteriormente empossado, em 22 de junho do mesmo ano. Em 16 de julho de 1919 foi nomeado 2º Suplente, o cidadão Albino de Andrade DORTAS. Além destes, nos anos 1920, a função de suplente de Juiz Seccional também foi exercida pelo Cel. João Pinto de Mendonça, Ramiro Moreira da Silveira, João Baptista da Conceição e Tharcísio José de Oliveira.

⁷¹Foi nomeado Juiz de Direito da 1ª Vara Cível e Criminal, em decorrência da aposentadoria da Juíza Dra. Maria Angélica Almeida Leite, por meio da Portaria Nº 227/2013 – GP2 – Constitutivas (DIÁRIO DA JUSTIÇA. Nº 3708. Aracaju/SE, 14 de fevereiro de 2013, p. 03)

⁷² Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e Criminal, instalada em 21 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://www.pge.se.gov.br/subprocuradora-geral-representa-governador-em-inauguracao-da-2a-vara-de-simao-dias>> Acesso em 13 mar. 2019.

Durante décadas, os serviços da municipalidade e o Fórum funcionaram no mesmo lugar, no antigo edifício da rua Presidente Vargas. No entanto, durante o mandato do Prefeito Dr. Marcos Ferreira de Jesus, a antiga residência e comércio do Cel. Felisberto da Rocha Prata foi adquirida com recursos próprios da Intendência, reformada e adaptada para servir como sede da Prefeitura e Câmara Municipal. O velho edifício também permaneceu sediando o Poder Judiciário até o início do terceiro quartel, quando o Fórum retornou para a Rua Presidente Vargas, para o antigo prédio, reformado e adaptado para atender as necessidades da jurisdição. Durante a inauguração do Fórum Desembargador Gervásio de Carvalho Prata, em 15 de agosto de 1960, o Juiz Dr. Lauro Pacheco de Oliveira declarou aberta a audiência especial e convidou para compor a mesa, o homenageado, o Prefeito Municipal, os Deputados presentes, o Vigário da Freguesia, o Secretário da Prefeitura, o Delegado de Polícia e o Tabelião do 2º Ofício. Após ler a Lei Nº 70, de 23 de junho de 1960, que denominou o aludido Fórum, Projeto do Vereador Manoel Prata Dortas, o Delegado Tenente-Coronel João Machado Filho, fazendo a vez do Prefeito Pedro Almeida Valadares, entregou o prédio e adaptações a Justiça. O Vereador Mario Sebastião do Amaral discursou em nome da Câmara Municipal. Dona Clarita Sant'Anna Conceição, representou em seu discurso os funcionários, seguida dos discursos do Vereador Manoel Prata Dortas e do Tabelião Francino Silveira Déda, que relembrou seu pedido feito na audiência de 29 de abril de 1954 de colocar no salão do Fórum, o retrato do jurista e conterrâneo Dr. Antônio Manuel de Carvalho Neto (1889-1954). Por fim, encerrou os discursos antes do homenageado, o Deputado Estadual e causídico Dr. Sebastião Celso de Carvalho. No momento em que o Desembargador subiu à tribuna para proferir seu discurso, foi acolhido sob calorosa salva de palmas. Foi ele o primeiro a utilizar aquele espaço, onde expressou a sua verdadeira vocação para a Magistratura e a política, demonstrando-se emoção e emocionando os presentes. Após seus agradecimentos, fez referências aos oradores e a quem teve a iniciativa de homenageá-lo. Dr. Lauro Pacheco de Oliveira deu por encerrada a solenidade, concluindo que, naquele Fórum, continuaria se fazendo justiça com retidão.



Antiga Intendência e Fórum Municipal , sita a
Rua Presidente Vargas
Acervo do Memorial de Simão Dias

O Auditório e a Sala de audiência do Fórum Desembargador Dr. Gervásio de Carvalho Prata recebeu o nome do Bacharel Dr. Antônio Manuel de Carvalho Neto, falecido em 27 de abril de 1954. Uma das figuras mais admiradas no mundo jurídico, nasceu em Simão Dias em 14 de fevereiro de 1889, mas não viveu aqui. Filho do médico e político Dr. Jovinião Joaquim de Carvalho e Josepha Freire de Carvalho, cursou a Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, bacharelando-se em 06 de janeiro de 1911. Dr. Antônio Manuel de Carvalho Neto iniciou sua carreira de advogado trabalhando com o seu professor Herculano Marcos Inglês de Souza, na Capital Federal, retornando para Sergipe em 1912 quando foi eleito para tomar assento na Assembleia Estadual. No dia 12 de setembro de 1912, casou-se com Ventúria Hora Prata, filha do Cel. Felisberto da Rocha Prata e Ana Hora Prata, com que teve cinco filhos: Celina de Carvalho Leite, Cacilda Carvalho Andrade, Drs. Jovinião, Paulo e Antônio de Carvalho Neto. Embora tenha se estabelecido na Capital do Estado, desde 1918, o jurista levou o nome de sua cidade natal muito além fronteira. Atuou na política, advocacia, jornalismo, tornando-se escritor de renome, destacando-se em Projetos, diversas obras jurídicas, políticas e sociais. Seus trabalhos na área jurídica ainda são utilizadas como fontes bibliográficas para estudantes de Direito. Suas principais obras são: *Advogados: Como vivemos, como lutamos, como vencemos* (1946), que foi traduzido em outros idiomas; *No Parlamento: Discursos e Projetos* (1921); *Legislação do Trabalho: Polêmica e Doutrina* (1926); *Casas de Laranjeiras* (1942); *Patronatos dos Libertados e Egressos definitivos da Prisão* (1944); *Alfredo Montes: Grande Educador* (1945); *Vidas Perdidas* (1948); *Apreciações como Legislação do Trabalho*; *Cinzas da Província* (1955). Em sua carreira de Magistrado foi nomeado Juiz Municipal do Termo de Itabaiana, por Decreto de 25 de maio de 1913; e de Japaratuba (1916-1918). Como Deputado Federal, foi eleito para as legislaturas de 1921-1923, 1924-1926 e 1950-1954. Por Ato Nº 136, de 19 de julho de 1918, foi nomeado para fazer parte da comissão encarregada da organização do Código de Processo Civil e Comercial do Estado. Assumiu o cargo de Diretor Geral de Instrução Pública, por Decreto de 11 de novembro de 1918, função na qual permaneceu até 28 de outubro de 1920. É considerado pioneiro na defesa da instrução para crianças anormais, com o Projeto Nº 480, apresentado no Congresso Nacional, em 14 de outubro de 1921; Fez parte da Comissão de Legislação Social versando o Código do Trabalho (1926); Foi um dos fundadores da Academia Sergipana de Letras, da qual foi Presidente em 1930; Foi nomeado Consultor Jurídico do Estado e Presidente de Conselho Penitenciário (1934). Professor e primeiro diretor da Faculdade de Direito de Sergipe, Dr. Antônio Manuel de Carvalho Neto lecionou também no curso de Administração da antiga Escola de Comércio Conselheiro Orlando; presidiu o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Sergipe. Como jornalista e membro da Associação Sergipana de Imprensa, além de colaborador de diversos jornais do estado, foi diretor-redator do SERGIPE JORNAL.



Dr. Antônio Manuel de Carvalho Neto
Galeria de Quadros do Salão Nobre do Hospital Bom Jesus – inaugurado em
02.03.1924

O autor Jorge Barreto, em sua obra *Simão Dias, minha terra minha gente*, fez crítica a denominação de instituição pública da cidade, que recebeu o nome de jurista, e questiona sobre quais benefícios prestou aqui, quer como advogado, quer como Deputado Federal. Para Déda, em suas diversas crônicas, o ilustre causídico e abalizado escritor honrou nossas tradições. O jornal A LUTA

tecia elogios durante as visitas rotineiras de Carvalho Neto à Simão Dias, numa delas pelas doações feitas ao Hospital de Caridade Bom Jesus, no qual foi colocado seu retrato no salão de honra, em 02 de maio de 1924. As críticas, os encômios e honrarias nos remetem a história de tantos outros políticos e compatriotas que ajuízam segundo sua ideologia partidária, insciência histórica e desapontamento, por menosprezarem outros homens notórios que tanto fez pela municipalidade, mas que são imêmorens na poeira dos arquivos. Faleceu em Aracaju no dia 27 de abril de 1954, em pleno exercício do mandato de Deputado.

Em meados da década de 1950, em virtude de não haver inscritos candidato algum no concurso para Juiz de Direito de Simão Dias, o egrégio Tribunal de Justiça de Sergipe, por proposta do Desembargador Hunald Santaflor Cardoso, decidiu organizar a lista tríplice de candidatos aprovados em concurso para outras Comarcas. Dos três indicados, foi convocado para assumir a função de Juiz de Direito de primeira entrância de Simão Dias, o Bacharel Dr. Lauro Pacheco de Oliveira, por meio do Decreto do Governador Leandro Maynard Maciel, de 17 de dezembro de 1956. Sua posse ocorreu no dia 07 de janeiro de 1957. Natural de Riachuelo/SE, filho de Durval de Oliveira e Josefa Pacheco de Oliveira, neste período conturbado de sua carreira, casou-se em Japoatã/BA com D. Altair Bezerra de Oliveira, onde a mesma residia. Aqui, Dr. Lauro Pacheco de Oliveira enfrentou sérios problemas de natureza política, que o levou a enfrentar um processo disciplinar movido pela Procuradoria Geral e que culminou na sua remoção compulsória, ficando em disponibilidade remunerada, sem condições para jurisdizer nesta Comarca. O Juiz teria pedido garantias ao Tribunal de Justiça, pois não estava conseguindo exercer sua judicatura, principalmente eleitoral, por coação da política local. Ele também acusava o Governador do Estado Dr. Sebastião Celso de Carvalho, de haver mandado assassiná-lo. Segundo o jornal A SEMANA, o aludido Juiz se ausentou, algumas vezes, desta Comarca, onde, duas delas, foi substituído pelos juízes da vizinha Comarca de Lagarto e Frei Paulo. Numa carta aberta ao Juiz, publicada no dia 23 de setembro de 1961, DÉDA o lembra que, nos autos do processo contra o Prefeito Pedro Almeida Valadares, o nome dele é citado autorizando pagamentos ilícitos às diárias de soldados, além de fornecimentos de bebidas para o Júri. Enfim, por meio deste processo denunciado pelo Procurador Geral do Estado João Gonçalo Rollemberg Leite, no dia 30 de março de 1966, os nove membros da Corte de Justiça julgou procedente a acusação por unanimidade, deixando Dr. Lauro Pacheco, nesta Comarca, até surgir uma vaga numa mesma entrância. Caso o Juiz punido se recusasse a assumir a vaga posterior, ele seria declarado avulso, sem direito a qualquer promoção. Dr. Lauro Pacheco de Oliveira permaneceu em disponibilidade até junho de 1966, quando veio assumir esta Comarca o novo Juiz Dr. Antônio Ferreira Filho. Ele foi transferido para a cidade de Neópolis, onde, no ano seguinte, foi mais uma vez denunciado ao Tribunal de Justiça por “má formulação de sentenças”. Apesar dessas convergências políticas e processos disciplinar, nas décadas porvindouras, Dr. Lauro Pacheco de Oliveira tornou-se um dos Magistrados mais respeitados no estado. Foi pioneiro na libertação de presos políticos no período de anistia; Secretário de Segurança Pública de Sergipe (1979-1982), por nomeação do Governador Dr. Augusto do Prado Franco, e Procurador Geral da Justiça (1982-1983). Já aposentado, morreu aos 99 anos de idade, em 14 de julho de 2017, vítima de câncer no fígado. Apesar do Fórum funcionar a décadas na rua Presidente Vargas, o prédio só foi doado oficialmente para o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, em 30 de maio de 1979, por meio da Lei Nº 271, sancionada pelo Prefeito Abel Jacó dos Santos. Segundo o Art. 1º da referida Lei, o imóvel media na frente 11,43m e 10m de largura ao fundo, por 27,50 de frente a fundo, internamente compartimentada com três salas, dois quartos, dois

banheiros, uma cozinha, uma área livre e quintal murado, limitando-se a direita com o prédio que funciona a Fundação SESP, à esquerda com o prédio que sedia o Círculo Operário Rural de Simão Dias. Posteriormente, o prédio onde funcionava o SESP foi também doado ao Tribunal de Justiça, durante a administração da Prefeita Josefa Matos Valadares. De acordo com a Lei Nº 20/90, de 27 de setembro de 1990, a doação dava possibilidade ao egrégio Tribunal de Justiça, ampliar as dependências do Fórum local, com todas as instalações que se fizerem necessárias.



Antigo Prédio do Fórum Desembargador Gervásio de Carvalho Prata (atual Prefeitura Municipal de Simão Dias) e o atual prédio do Fórum Gov. Marcelo Déda Chagas, inaugurado em 26 de agosto de 2016.

Arquivo particular de José Matos Valadares

Assim, através do Projeto Campo Verde, criado no governo de Antônio Carlos Valadares (1987-1991), em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado e a Prefeitura Municipal, a Comarca de Simão Dias passou por uma grande reforma. No final de seu mandato, o prédio foi entregue a Comarca e inaugurado em 1991, numa solenidade que contou com a presença do Desembargador Dr. José Nolasco de Carvalho, Presidente do Tribunal de Justiça, eleito para o biênio 1991-1993, que promoveu em sua gestão a celebração do Centenário do Poder Judiciário de Sergipe por meio de construção de Fóruns, entre eles, o da cidade de Simão Dias. Em 06 de outubro de 2006 o Fórum foi reinaugurado após passar por mais uma grande reforma. A solenidade de reinauguração ocorreu sobre a presidência da Desembargadora Dra. Marilza Maynard Salgado de Carvalho, Presidenta do Tribunal de Justiça do Estado e ex-juíza desta Comarca. O Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador Dr. Claudio Dinart Déda Chagas e o Juiz da Comarca Dr. Marcos Oliveira Pinto também participaram do ato inaugural, ladeado do Prefeito Municipal José Matos Valadares (2004-2008), representantes do Poder Legislativo Municipal e o Pároco desta Freguesia, o Revmo. Padre Humberto da Silva. Desde sua criação, a Comarca de Simão Dias funcionava apenas com uma única Vara Cível e Criminal e de competência cumulativa.

No mesmo prédio funcionava o Fórum Eleitoral, o Tribunal de Justiça e a Procuradoria. Em 21 de novembro de 2014 ocorreu a instalação da 2ª Vara Cível e Criminal da Comarca de Simão Dias, conforme a Portaria Nº 59/2014 – GP1 Normativa. Essa medida tomada pelo Tribunal de Justiça de Sergipe foi necessária devido ao grande número de processos acumulados, de diversas instâncias, atribuídos a um só Juiz. Várias autoridades compareceram à solenidade, entre elas, o Vice-Governador Belivaldo Chagas Silva e o Prefeito Municipal Marival Silva Santana. O Fórum Desembargador Dr. Gervásio de Carvalho Prata foi transferido para suas novas instalações

no dia 26 de agosto de 2016. A obra que custou R\$ 3,6 milhões de reais, sita a Rodovia Lourival Baptista (SE-240), Nº 2.398, passou a funcionar duas unidades jurisdicionais, contando com dois pavimentos com recepção, auditório, salas de custódia, cartório, gabinetes para juízes, promotores e defensores, salas de audiência, conciliação e da OAB, central de mandados, depósito de apreensão, área de serviço, refeitório, banheiros adaptados para portadores de necessidades especiais, guarita de segurança, aposentos completos para Juiz e Promotor, como também garagens cobertas. De acordo com a Portaria Nº 072/2016 do Tribunal de Justiça do Estado, o expediente no antigo prédio foi suspenso em 26 de agosto de 2016, tendo em vista a inauguração das novas instalações, agora cognominado de Fórum Governador Marcelo Déda Chagas. A decisão de mudar o nome foi tomada pelos membros do Tribunal de Justiça de Sergipe, que por unanimidade, decidiram em 23 de março de 2016, alterar sua denominação para Marcelo Déda Chagas, também simãodiense, falecido em 02 de dezembro de 2013. O prédio da rua Presidente Vargas, antigas instalações do Fórum Desembargador Gervásio de Carvalho Prata, foi cedido pelo egrégio Tribunal de Justiça de Sergipe a municipalidade para funcionar como sede do Poder Executivo, sendo inaugurado em 01 de agosto de 2017, na gestão do empresário e político Marival Silva Santana. A Prefeitura retoma sua antiga localização, após passar por diversos pontos migrados em decênios de história.



Dr. Belmiro da Silveira Góis foi Promotor e Juiz de Direito desta Comarca.

Fonte: Memorial de Simão Dias

Outro passo dado pelo Tribunal de Justiça para facilitar os trabalhos dessa comarca foi à construção do Tribunal Eleitoral Desembargador Dr. Belmiro da Silveira Góis, inaugurado no dia 08 de agosto de 2005, e a construção do edifício-sede da Procuradoria de Justiça Gilberto Vila Nova de Carvalho, inaugurado em 20 de novembro de 2006. O Magistrado que dera o nome ao egrégio Tribunal Eleitoral é natural de Simão Dias, filho de Felton da Silveira Góes e Maria das Neves Prata Góes. Nasceu em 04 de junho de 1914. Ocupou o cargo de Promotor Público de Anápolis (atual Simão Dias) quando ainda estava no segundo ano de Direito pela Faculdade de Direito da Bahia, onde formou-se, em 1938, Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Manteve-se no cargo até julho de 1941, quando por Decreto do Interventor Federal do Estado foi nomeado Chefe da Polícia de Sergipe. Em 17 de julho de 1945 retornou a Comarca de Simão Dias como Juiz de Direito, permanecendo no aludido cargo até 29 de setembro de 1956, data

da solenidade de encerramento de sua judicatura nesta Comarca, por razão de sua remoção para a cidade de Estância. Tomou posse como Desembargador do Tribunal de Justiça em setembro de 1960, por Ato do Governador Luiz Garcia. Em janeiro de 1967, após ser condecorado com o Colar do Mérito Judiciário, encerrou sua carreira na magistratura. Morreu aos 97 anos de idade, em 11 de outubro de 2011.

O Tribunal Eleitoral destinado a 22ª Zona foi construído num terreno cedido pela Prefeitura Municipal à União. O espaço era uma extensão da Escola Municipal Carvalho Neto, antes pertencente à CNEC (Campanha Nacional de Escola da Comunidade). O Prefeito José Matos Valadares adquiriu o terreno mediante a declaração de utilidade pública, através do Decreto Municipal Nº 1.279/2005 e o Processo de desapropriação, cuja Imissão de posse foi

concedida pelo Juiz de Direito Dr. Marcos de Oliveira Pinto no dia 11 de novembro de 2005. Na oportunidade, foi entregue pelo Diretor-Geral, Dr. Wilson Barreto Leite, aos familiares presentes, fotos do homenageado, enquanto Desembargador, e publicações editadas pelo TRE de Sergipe. Na inauguração, além de homenageado e parte de seus familiares, estiveram presente o Desembargador Dr. José Alves Neto (Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral), a Desembargadora Dra. Madeleine Alves de Souza Gouveia, a Juíza de Direito da Comarca Dra. Maria Angélica Almeida Leite, o Promotor Dr. Ricardo Sobral Souza, o Bacharel Dr. Sebastião Celso de Carvalho, o Prefeito Municipal José Matos Valadares, o Pároco Padre Humberto da Silva, entre outros.



Fórum Eleitoral Desembargador Dr. Belmiro da Silveira Góis, inaugurado em 08 de agosto de 2005.
Arquivo particular de José Matos Valadares

O edifício-sede da Promotoria de Justiça de Simão Dias que recebeu o nome do Procurador Gilberto Vila Nova de Carvalho funcionou desde o dia 20 de novembro de 2006, no entanto, desde a criação e restauração da Comarca houve Promotores Públicos titulares e adjuntos exercendo suas funções. Todavia, foi a partir de 1978, que os Promotores dessa jurisdição foram nomeados em caráter permanente. Segundo os dados da Procuradoria de Justiça, os Promotores que assumiram o cargo desde aquele ano foram Dra. Maria Izabel Santana de Abreu, de 08 de maio de 1978 a 11 de junho de 1980; Dr. Celso Luís Dória Leó, de 07 de maio de 1982 a 02 de janeiro de 1991; Dr. Arnaldo Figueiredo Sobral, de 25 de novembro de 1992 a 17 de junho de 1996; e Dr. Carlos Cesar Souza Soares, de 06 de agosto de 1996 a 17 de fevereiro de 2005.

No momento, os Promotores de Justiça que atuam na Procuradoria de Simão Dias são: Dr. Ricardo Sobral Souza, que assumiu suas funções em 17 de fevereiro de 2005; e Dr. Carlos Henrique Siqueira Ribeiro, nomeado pela Portaria 1762/2015, de 30 de junho de 2015. Por meio desta Portaria ficou designado Dr. Ricardo Sobral Souza para primeira Promotoria e Dr. Carlos Henrique Siqueira Ribeiro para a segunda. Dentre os Promotores nomeados interinamente para assumir as funções eleitorais na Comarca de Simão Dias, segundo dados da Promotoria de Justiça de Sergipe foram: Dra. Alessandra Pedral de Santana, no período

de 02 a 31 de janeiro de 2007; Dr. Ricardo Sobral Souza, de 01 a 30 de julho de 2007; Dr. Gilton Feitosa Conceição, de 02 a 06 de outubro de 2007; Dr. Iúri Marcel Menezes Borges, de 07 a 31 de outubro de 2007, estes dois últimos por razões de férias do Promotor titular. De acordo com as notas publicadas em jornais do Estado e local, site do Ministério Público de Sergipe, e outros, foi possível listar grande parte dos Promotores Públicos titulares ou adjuntos, que atuaram nesta cidade, desde 1872, em algumas situações, sem datas precisas, como vemos a seguir:

PROMOTORES ADJUNTOS E TITULARES	DATA DE NOMEAÇÃO E/OU REMO- ÇÃO
Tenente Domingos José Ribeiro	Exonerado Promotor adjunto da Comarca de Itabaiana, Termo Simão Dias, em 23.09.1872.
José Marçal de Araújo Andrade	Promotor adjunto exonerado a pedido em 14.10.1873.
Dr. Tito Lívio Vieira Dortas	Nomeado interinamente Promotor Adjunto em 14.10.1873. Depois de um tempo afastado, retoma o cargo em Abril de 1879 até dezembro de 1880.
Tibúrcio Valeriano Ribeiro	Promotor Adjunto, foi exonerado do cargo por ato de 01.05.1883.
Geraldo José de Carvalho⁷³	Nomeado Promotor Adjunto em 29.05.1883. Exonerado do cargo em 23.12.1890. Depois retorna para o cargo e é exonerado do cargo por Ato Nº 49 de 01.08.1898 para assumir a Intendência Municipal.
Dr. Joaquim Martins Fontes da Silva	Nomeado em 1890. Exonerado a 01.04.1891.
Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho	Assumiu interinamente o cargo em 06.04.1891.
Raphael Archanjo Montalvão	Nomeado em 25.04.1891. Exonerado em 03.05.1891.
Dr. João Ferreira de Faria e Oliveira⁷⁴	Nomeado em 03.05.1891.
Francisco Sant'Anna	Nomeado Promotor Adjunto por Ato Nº 49 de 01.08.1898.
Manoel da Fraga Dantas	Nomeado Adjunto do Promotor por Ato 162 de 10.12.1902.
Dr. Octavio Telles de Almeida	Nomeado em 12.09.1914. Exonerado em 1917.
Antônio Rodrigues de Oliveira	Exonerado Promotor Adjunto, por Decreto Nº 251, de 03.10.1914.
Odilon Palmeira Vieira	Nomeado Promotor Adjunto, por Decreto Nº 252, de 03.10.1914.

⁷³ Geraldo José de Carvalho era filho do Capitão José de Mattos Freire de Carvalho e Dona Ana Francisca de Carvalho, neto do Capitão Geraldo José de Carvalho, seu homônimo. Casou-se com sua prima D. Jovina Freire de Carvalho, em 19 de novembro de 1887, filha do Major Manoel de Carvalho Carregosa e D. Jovina de Matos Freire (LIVRO DE REGISTRO DE CASAMENTO DA PARÓQUIA DE SENHORA SANT'ANA. Nº 03. 1866-1891). Geraldo José de Carvalho ainda tomou posse como Promotor interino, em 21 de setembro de 1890, em substituição do efetivo Dr. Joaquim Martins Fontes da Silva, que entrou em gozo da licença de três meses. (O REPUBLICANO, 24.10.1890, p. 01) Geraldo José morreu em 13 de abril de 1930 e sua esposa em 26 de junho de 1934. (LIVRO DE ÓBITO DA PARÓQUIA DE SENHORA SANT'ANA. Nº 09. 1933-1937)

⁷⁴ Em 23 de maio de 1891 saiu de licença para cuidar da saúde por sessenta dias, enquanto isso, no dia seguinte, foi nomeado para substituí-lo, o cidadão Cypriano José da Costa (O REPUBLICANO, 06.06.1891, p. 01)

Raphael Archanjo Montalvão	Nomeado em 1917. Removido do cargo de Promotor em 06.04.1918.
Aurelino da Fonseca Passos	Nomeado Promotor Público em 13.04.1918, por Ato Nº 77. Exonerado do cargo por Ato Nº 26, de 05.05.1921.
Nicolino João Archieri⁷⁵	Promotor Adjunto exonerado por Ato Nº 223, de 07.11.1918.
Lúcio Alves Sant'Anna⁷⁶	Nomeado Promotor Adjunto por Ato Nº 223, de 07.11.1918. Foi empossado em 06.12.1918.
Dr. Laurindo Rodrigues da Silva	Nomeado Promotor Público por Ato Nº 26, de 05.05.1921. Exonerado a seu pedido por Ato 95, de 26.06.1921.
Francolino Machado Filho	Nomeado Promotor por Ato Nº 105, de 05.07.1921. Era Advogado provisionado.
Humberto Freire de Carvalho	Nomeado Promotor Público no dia 16.09.1924.
Arthur Prado	Adjunto de Promotor Público 1927-1931
Dr. João de Deus Teixeira⁷⁷	Exonerado em 22.07.1929.
Dr. José de Cerqueira	Nomeado em 22.07.1929. Exonerado em 15.10.1929
José Manoel Palmeira da Silva	Nomeado Promotor Adjunto em 29 de abril de 1931. Sua posse ocorreu em 25 de maio de 1931.
Milton Alves de Oliveira	Adjunto do Promotor Público de Anápolis, exonerado em 1935.
Dr. Belmiro da Silveira Góis	Nomeado Promotor Titular em 1935. Exonerado em 25 de julho de 1941.
Manoel da Fraga Dantas	Nomeado Adjunto do Promotor Público por Decreto de 25.07.1941.
Pedro Martins Guerra	Nomeado Adjunto do Promotor Público por Decreto de 03.11.1942.
Dr. José Conceição⁷⁸	Nomeado em dezembro de 1946. Exonerado em 04.12.1955.

⁷⁵ Nicolino João Archieri, também chamado de senhor Alfaiate, era filho de Vicente Archieri e D. Isabel Arclina Archieri. Casou-se com Maria da Conceição Hora, em 03 de junho de 1914, na Igreja Matriz de Senhora Sant'Ana de Simão Dias. De descendência italiana, sua família veio com os imigrantes no final do terceiro quartel do século XIX, e aqui fixaram residência. Um dos casais mais antigos desta família foi encontrado nos registros da Paróquia, nos indos de 1875, sendo ele, Antônio Archieri e Luíza Jimene. Devido a isto, a Rua dos Ribeiros passou a chamar-se "Rua da Itália", nomenclatura dada por José Archieri, conforme dita a crônica de José de Carvalho Déda, de 17 de novembro de 1946. (A SEMANA, 17.11.1946, p. 01)

⁷⁶ Em 06 de dezembro de 1918 assumiu o cargo de Promotor interino da Comarca, em vista de está licenciado o Promotor titular Aurelino da Fonseca Passos. (ESTADO DE SERGIPE, 25.12.1918, p. 01). Além de Maestro da Filarmônica Lyra Sant'Ana, Lúcio Alves de Sant'Anna também assumiu a função de sacristão e cantor sacro na Matriz de Senhora Sant'Ana. (A SEMANA, 09.09.1961, p. 01) Filho de Valentina de Sant'Anna, foi casado com Jovina Pereira de Sant'Anna. Faleceu aos 54 anos de idade, no dia 07 de agosto de 1934 (LIVRO DE ÓBITO DA PARÓQUIA DE SENHORA SANT'ANA)

⁷⁷ Segundo diziam seus amigos, o farmacêutico João de Deus Teixeira veio para Simão Dias corrido de Bom Conselho/BA, naturalmente, por questões políticas. Fixou residência e abriu uma drogaria na cidade denominada "Pharmacia Teixeira", filiada da de Itabaiana, com fórmulas elaboradas por ele próprio. Era filho de Rodrigo José Teixeira e Ana Valporto Teixeira. Inicialmente fez parte do grupo político do Cel. Pedro Freire de Carvalho e José Barreto de Andrade, e, em 1929, foi nomeado Promotor desta Comarca. Neste mesmo ano, às 17h00min, do dia 06 de abril, foi abordado por um pistoleiro que o atingiu a queima roupa com três disparos, sendo socorrido por populares. Depois de socorros médicos guardou leito em sua própria residência. Foi diretor proprietário do Jornal Sergipe, que circulou em Simão Dias entre 1927 e 1929 (MATOS, 2005, p. 66).

⁷⁸ O acadêmico Dr. José Conceição foi nomeado Promotor titular da Comarca de Simão Dias por meio do Decreto do Interventor Federal de Sergipe, sendo este transferido da Comarca de Itabaianinha (A SEMANA 22.12.1946, p. 02). O mesmo deixa a promotoria desta Comarca quando foi nomeado primeiro Juiz de Direito da Comarca de Boquim/SE, instalada dia 04 de novembro de 1955, por Decreto do Governador Leandro Maynard Maciel (IDEM, 10.12.1955, p. 01).

Dr. Lauro Ferreira do Nascimento	Empossado como Promotor interino em 03.11.1953 até o retorno do efetivo Dr. José Conceição.
Dr. Lourenço da Silva Neto ⁷⁹	Nomeado em março de 1955. Exonerado em outubro de 1956.
Dr. Eraldo Ribeiro Aragão ⁸⁰	Nomeado em 02.06.1956. Exonerado em junho de 1961.
Dr. Fernando Ferreira de Matos ⁸¹	Nomeação: 1961; Remoção: 1966
Dr. José Gomes Andrade	Foi nomeado em 18.12.1961. Exonerado em junho de 1965.
Dr. Humberto Mourão Guimarães	Nomeado Promotor interino em 01.07.1963, em substituição ao Juiz titular Dr. Fernando Ferreira de Matos, que saiu em gozo de férias.
Dr. José Emídio do Nascimento	Nomeado Promotor interino em 1964. Nesta época era acadêmico do curso de Direito.

FONTE: Pesquisa em sites do Tribunal de Justiça e na Procuradoria do Município e no jornal A SEMANA.

Da Guarda Nacional, Delegado e Subdelegado à Polícia Civil de Simão Dias

Antes mesmo de ser elevada à categoria de Vila, em 15 de março de 1850, na Povoação de Simão Dias já existia o Batalhão de Guarda. Em 1835, ano da fundação da Paróquia de Senhora Sant'Ana, o Presidente da Província Dr. Manoel Ribeiro da Silva Lisboa, liberou recursos e autorizou a Câmara Municipal da Vila de Lagarto, que revertesse a quantia de 200U000, para a construção de uma Casa de Prisão nesta Povoação (CORREIO OFFICIAL DO RIO DE JANEIRO, 04.12.1835, p. 02). Assim, a Casa de Prisão foi uma das primeiras obras públicas construída em Simão Dias, nas proximidades da Capelinha de Senhora Sant'Ana e da casa do Capitão Geraldo José de Carvalho, a mais antigas da Praça, que segundo MATTOS (1915, p. 114), era uma casa baixa e comprida, anexa ao engenho de açúcar e criatório de gado. Um dos comandantes mais antigos do Destacamento de Simão Dias foi Antônio Soares de Andrade (1839). Já elevada à categoria de Vila, o Presidente da Província,

⁷⁹ Dr. Lourenço da Silva Neto foi Promotor substituto desta Comarca em 1955, enquanto o Promotor Titular Dr. José Conceição estava de férias. Natural desta cidade, era filho do industrial e político Artur Tavares de Souza e Tereza da Silva Tavares. (IBIDEM, 16.07.1955, p. 01). Meses depois ele pediu demissão da Promotoria Pública para assumir o cargo de Oficial de Gabinete da Casa Civil do Governador do Estado da Bahia Antônio Balbino de Carvalho Filho (1955-1959). (IBIDEM, 30.06.1956, p. 04).

⁸⁰ Segundo Antônio Mascarenhas de Andrade, "O promotor Público substituto desta Comarca Dr. Eraldo Ribeiro Aragão, assumiu as funções do aludido cargo, vago em virtude do titular efetivo Bacharel Dr. José Conceição ser nomeado para o cargo de Juiz da Comarca de Boquim, e posteriormente, vago em virtude da demissão a pedido, do Promotor substituto Bacharel Dr. Lourenço da Silva Neto." (IBIDEM, 27.10.1956, p. 04). Em junho de 1961, data de sua remoção, foi nomeado Procurador de um Instituto de Previdência em São Luiz/MA (IBIDEM, 10.06.1961, p. 04).

⁸¹ Na sessão extraordinária de 10 de dezembro de 1967, Dr. Fernando Ferreira de Mattos recebeu o título honorário de cidadão simão-diense. Nesta ocasião ele havia sido afastado do cargo para assumir a função de Primeiro Delegado de Polícia de Aracaju/SE. (ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS, 10.12.1967, p. 183v-184v). Foi Presidente da associação Sergipana do Ministério Público (1983-1987) e nomeado Procurador Geral da Justiça de Sergipe (1993-1995). (REVISTA DO CINQUENTENÁRIO DA ASSOCIAÇÃO SERGIPANA DE MINISTÉRIO PÚBLICO 1943-1993)

nomeou para os cargos vagos da Companhia avulsa de Guardas Nacionais, o Tenente Antônio Joaquim da Rocha e os Alferes Domingos José de Mattos e Francisco Antônio de Loyola. Em 30 de julho de 1863 foi nomeado para os postos de Tenente e Alferes, os cidadãos José Marçal de Araújo Andrade e Francisco José do Nascimento Lubambo.

Por Decreto Nº 3.685, de 20 de julho de 1866, o Ministério de Justiça elevou à categoria de secção de Batalhão, a Companhia avulsa de Infantaria do serviço ativo da Guarda Nacional, organizada na Vila de Simão Dias e formada por duas companhias. Com base nos Termos do Decreto Nº 5.373, de 21 de março de 1874, o Presidente da Província resolveu reorganizar o Batalhão Nº 12 da Guarda Nacional do Município de Simão Dias, nomeando para os cargos, no dia 26 de março de 1881, os seguintes cidadãos: **Estado Maior:** Marcolino Magno Ribeiro (Tenente ajudante, servindo de Secretário); Tobias Ferreira de Jesus (Tenente Quartel Mestre). **1ª Companhia:** Domingos José Ribeiro (Capitão); Sebastião da Silva Vieira (Tenente); Minervino Alves de Macedo (Alferes). **2ª Companhia:** Sebastião da Fonseca Andrade (Capitão); Antônio José Ribeiro (Tenente); Francisco Mattos Hora (Alferes). **3ª Companhia:** Ignácio José de Mattos (Capitão); Theotônio José de Oliveira (Tenente); Vicente José Ribeiro (Alferes). **4ª Companhia:** José Antônio de Souza Prata (Capitão); Camillo de Mattos Hora (Tenente); Izidoro Julião do Nascimento (Alferes). **5ª Companhia:** Pedro Vidal da Cruz (Capitão); Ezequiel Baptista do Nascimento (Tenente); Manoel Joaquim de Araújo (Alferes). **6ª Companhia:** Manoel Pedro da Silva (Capitão); Valeriano Tibúrcio da Hora (Tenente); Justino José das Virgens (Alferes). **7ª Companhia:** Alexandre José de Carvalho (Capitão); Roberto José das Virgens (Tenente); Francisco José de Araújo (Alferes). **8ª Companhia:** Pedro Vidal de Oliveira (Capitão); Marcolino da Fraga Pimentel (Tenente); Antônio Rodrigues de Siqueira e Souza (Alferes).

Com o advento da República, foi criado na Comarca de Simão Dias, o Comando Superior da Guarda Nacional, através do Decreto Nº 1.397, de 21 de fevereiro de 1891, como foi publicado no jornal O REPUBLICANO, de Aracaju:

O Chefe do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brazil resolveu decretar o seguinte:

Artigo único: Fica desligada da Comarca de Itabaiana no Estado de Sergipe a força da Guarda nacional da de Simão Dias no estado de Sergipe com ella creado um Commando Superior de Guardas Nacionaes o qual se corpora do Batalhão de infantaria nº 12, já organizado na Freguesia de Simão Dias e de outro batalhão de mesma arma ora creado com a designação de 30 e que será formado de seis companhias de guardas de serviços activos qualificados na segunda das referidas comarcas: revogadas as disposições ao contrario. O Ministro dos Negócios de Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisório na Cidade do Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1891. 3ª da República. Manoel Deodoro da Fonseca – Barão de Luceno (O REPUBLICANO, 12.06.1891, p. 01).

Da segunda metade do século XIX e início do século XX, podemos ainda citar como chefe do Estado Maior do Comando Superior das Guarda Nacional de Simão Dias, o Tenente-Coronel José de Souza Freire (1852); Capitão Francisco José do Espírito Santo e Souza (1852); Tenente-Coronel Antônio Manoel da Fraga (1852); Tenente Coronel Francisco de Loyola; Tenente-Coronel Antônio Manuel de Carvalho (1881); Tenente-Coronel José Zacharias de Carvalho (1881); Major Manoel de Carvalho Carregosa (1881); Tenente-Coronel

José Antônio de Souza Prata (1892); Tenente-Coronel Sebastião da Fonseca Andrade (1892); Tenente-Coronel Manoel Antonio da Cruz Andrade (1892); Capitão Antonio Alexandrino de Andrade (1892); Tenente-Coronel Pedro Freire de Carvalho (1895); Tenente-Coronel Raphael Archanjo Montalvão (1904); Capitão João da Silva Vieira (1918); entre outros.

O cargo de Delegado de Polícia foi criado com base na Lei Nº 261, de 03 de dezembro de 1841, regulamentada pelo Decreto Nº 120, de 31 de janeiro de 1842, que alteraram dispositivos do Código de Processo Criminal de 1832, instituindo a figura do Chefe de Polícia para o Município da Corte e para cada uma das Províncias do Império, bem como, os cargos de Delegado e Subdelegado de Polícia, ambos nomeados por seus Presidentes, em conformidade com o Artigo 07, do Regulamento Nº 122, de 02 de fevereiro de 1842. Nesta época, a região de Simão Dias pertencia ao Termo de Lagarto, o que lhe garantia apenas a nomeação de um Subdelegado de Polícia, cargo que foi exercido pioneiramente pelo Capitão Domingos José de Carvalho, nomeado em 16 de abril de 1842 (CORREIO SERGIPENSE, 30.04.1842, p. 01). No dia 19 de maio de 1842, o Presidente da Província nomeou para a Freguesia de Senhora Sant'Ana, os primeiros seis suplentes de Subdelegados de Polícia: 1º Alexandre Correia Dantas, 2º José de Mattos Freire de Carvalho, 3º Leonardo Freire de Mesquita, 4º Antônio Jorge de Mesquita, 5º Domingos da Fonseca Maciel e 6º Pedro José de Mattos. Em substituição ao Subdelegado Capitão Domingos José de Carvalho, que falecera, aos 54 anos de idade, em 08 de março de 1843, o Governo Provincial nomeou o cidadão Theotônio José de Oliveira, que manteve-se no cargo até o dia 27 de setembro de 1849. O 1º Suplente Antônio Joaquim da Rocha, nomeado em 18 de novembro de 1847, assumiu a vaga de Subdelegado, interinamente. Este foi demitido no dia 28 de janeiro de 1850.

Devido à escassez de documentos oficiais, nestes primeiros anos de Freguesia, a única fonte documental que tivemos acesso para listar os nomes dos Delegados e Subdelegados nomeados para a Povoação de Simão Dias, foi o jornal O CORREIO SERGIPENSE. Antes de ser elevada à categoria de Vila, na lista de nomeados para as funções de suplentes de Subdelegado de Polícia, encontramos apenas o nome do cidadão José Ferreira de Jesus. No expediente de 05 de março de 1850, o Presidente da Província Amâncio José Pereira designou José Zacharias de Carvalho para assumir as funções de Subdelegado, e o cidadão José Joaquim de Sant'Anna e Souza para o cargo de 1º Suplente de Subdelegado (IDEM, 09.03.1850, p. 03). Com a exoneração de José Zacarias de Carvalho, em 09 de dezembro de 1851, Antônio Joaquim da Rocha tornou a assumir suas funções de Subdelegado. A vaga aberta de 1º Suplente foi ocupada por Antônio José de Espírito Santo, em 10 de dezembro de 1852, mas, por razões de doença do titular, em 23 de maio de 1853, ele assumiu interinamente a Subdelegacia.

Achando-se criado o Foro Civil de Simão Dias em 03 de fevereiro de 1855, o Chefe de Polícia da Província passou a nomear alguns cidadãos para exercer na respectiva Vila, os cargos de Delegado de Polícia e seus suplentes. Por expediente do dia 08 deste mesmo mês e ano, o Presidente Inácio Joaquim Barbosa, passou a nomear Francisco José do Espírito Santo para exercer o cargo de Delegado e como os seus Suplentes foram designados os cidadãos Antônio Manuel de Carvalho, José Zacharias de Carvalho e Manoel José de Andrade, sendo que,

este último, no dia 17 de fevereiro, foi promovido para o lugar de primeiro Suplente (IBI-DEM, 14.02.1855, p. 01). Novas nomeações e substituições foram aparecendo no transcorrer do tempo. Com base nos jornais sergipanos que circulavam na Província, a exemplo do CORREIO SERGIPENSE, A REFORMA, JORNAL DE SERGIPE, JORNAL DO ARACAJU e o O REPUBLICANO, podemos citar, mesmo de forma abreviada, os diversos cidadãos designados para o cargo de Delegado de Simão Dias. Por Ato do Presidente da Província João Dabney de Avelar Brotero, em 11 de setembro de 1857, o cidadão Félix José de Carvalho foi nomeado Delegado de Polícia. Nesta mesma data, também foi designado para Subdelegado, o cidadão Francisco Antônio de Oliveira. Para 1º Suplente de Subdelegado, foi empossado Francisco Mathias dos Santos Fernandes, em substituição a Antônio José do Espírito Santo, que havia sido demitido (O CORREIO SERGIPENSE, 23.10.1857, p. 02). Em 19 de setembro de 1857, o imediato Manoel José de Andrade assumiu interinamente a Delegacia de Polícia, substituindo Félix José de Carvalho, que havia falecido de Cholera Morbus, em 19 de setembro de 1857, aos 40 anos de idade. No mês seguinte, em 25 de outubro de 1857, foi nomeado Delegado Titular de Simão Dias, o cidadão José de Mattos Freire de Carvalho (IDEM, 09.11.1857, p. 02). Com a exoneração de Manoel José de Andrade, em 14 de dezembro deste mesmo ano, foi investido para o lugar vago de 1º suplente de Delegado, o senhor José Freire de Carvalho. Francisco Mathias dos Santos Fernandes foi exonerado de suas funções de suplente de Subdelegado de Polícia, por Ato de 30 de maio de 1858, por ser incompatível com sua função de professor público, enquanto que, nesta mesma data, foi nomeado para sucedê-lo, o cidadão Pedro Vidal de Oliveira, e para o cargo de 2º Suplente que estava em aberto, foi designado o cidadão Ignácio José de Mattos. Em 21 de março de 1859, para as funções de 2º Suplente de Delegado, foi nomeado o cidadão Antônio Manuel de Carvalho. No dia 02 de junho de 1864, em virtude da proposta do Chefe de Polícia da Província, foram designados para o 4º, 5º e 6º Suplente de Subdelegado de Simão Dias, os cidadãos Domingos José Ribeiro, Antônio Rodrigues de Siqueira e Souza e Antônio Francisco de Paula.

Durante a década seguinte, o JORNAL DO ARACAJU, passou a publicar todas as nomeações de Delegado e Subdelegado de Polícia e seus imediatos, respectivamente. Em 09 de março de 1872, o Presidente da Província nomeou os cidadãos Pedro José d'Andrade (Delegado); José Antônio da Rocha, José dos Santos Ferreira Rocha e Martinho Celestiano de Jesus (1º, 2º e 3º suplente de Delegado); Balbino José de Menezes (Subdelegado); José Dias da Rocha Fontes, Antônio Francisco de Carvalho e Manoel Hipólito Rabelo de Menezes (1º, 2º e 3º suplente de Subdelegado). (12.03.1872, p. 04). Em 16 de abril de 1875, para a Vila de Simão Dias foram designados: Joaquim Magalhães de Menezes (Delegado); José Antônio do Espírito Santo e Manoel Bento da Cruz (2º e 3º suplente de Delegado); Francisco Freire Dantas (Subdelegado); Manoel José da Fonseca, Francisco José de Matos e João José da Conceição. (1º, 2º e 3º suplente de Subdelegado) (JORNAL DO ARACAJU, 24.04.1875, p. 04). Manoel Antônio da Cruz Andrade (1º Suplente de Delegado), havia sido exonerado, a pedido, do cargo, por ter sido nomeado comandante da Guarda Nacional da Vila de Simão Dias. Nesta época, quem o sucedeu foi o senhor João Barbosa de Góis. Em 24 de abril de 1875, o 3º suplente de Delegado Manoel Bento da Cruz, juntamente com Francisco José de Matos e João José da Conceição, 2º e 3º suplentes de Subdelegado, renunciaram os respectivos cargos, sob a justificativa de **“não pertencerem a dissidência e cujas bandeiras se aliam aqueles que se lembraram de seus nomes”** (IDEM, 29.05.1875). Por Ato, de 28 de abril de 1875, foi nomeado para exercer as funções de Delegado, o cidadão Manoel José Ribeiro,

visto que Joaquim Magalhães de Menezes não residia, nem era conhecido neste Termo. Para o 1º suplente foi nomeado Martinho Celestiantino de Jesus, em consequência da vaga deixada pelo comandante da Guarda Municipal. Devido a renúncia de Manoel Bento da Cruz, pelo mesmo Ato de 28 de abril de 1875, a vaga foi preenchida pelo cidadão Galdino Antônio de Santiago. (IBIDEM, 02.06.1875, p. 03). Por fim, em 26 de março de 1878, foram exonerados dos respectivos cargos: Manoel José Ribeiro (Delegado); Martinho Celestiantino de Jesus, José Antônio do Espírito Santo e José Alves da Annunciação (1º, 2º e 3º suplente de Delegado); Manoel Hipólito Rabelo de Menezes (Subdelegado); João José da Conceição, Manoel Joaquim Pereira Nunes e Manoel Alves Maciel Colló (1º, 2º e 3º suplente de Subdelegado). Nesta mesma data, foram nomeados para substituí-los: Antônio José Ribeiro (Delegado); Ezequiel Propheta do Nascimento, Pedro Vidal de Oliveira e Sebastião da Fonseca Andrade (1º, 2º e 3º suplente de Delegado); João Antônio Brandão (Subdelegado); Francisco José de Araújo, Raymundo José das Virgens e Manoel Torres de Freitas. (1º, 2º e 3º suplente de Subdelegado) (IBIDEM, 30.03.1878, p. 04). Em 26 de setembro de 1879, a seu pedido, Antônio José Ribeiro foi exonerado de suas funções, sendo nomeado para substituí-lo, o Alferes Tibúrcio Leite de Menezes.

Outro órgão de imprensa sergipana que divulgava os Atos, Decretos e Resoluções do Governo Provincial nos últimos anos de Império, foi o jornal A REFORMA. Segundo o órgão, em 15 de março de 1887, as funções de 1º e 3º suplente de Delegado de Simão Dias, foram exercidas pelos cidadãos Francisco José de Araújo e Domingos José de Santana. Outros citados neste período são Benvindo da Silva Vieira e Manuel Cândido da Costa e Silva, Delegado e Subdelegado de Polícia, respectivamente, sendo que, este último, já exercia as funções de Subdelegado desde 1885, quando substituiu seu antecessor Marcolino da Fraga Pimentel, que ocupara estas funções desde 1882. Cypriano José da Costa também exerceu, em 1885, as funções de 1º Suplente de Subdelegado.

Em vista da proposta do Chefe da Polícia da Província, em 12 de julho de 1889, o Presidente Jerônimo Sodré Pereira exonerou o Delegado Benvindo da Silva Vieira e seus imediatos, nomeando, em seguida, para substituí-los, os Liberais Tenentes Ezequiel Propheta do Nascimento, Aprígio de Mattos Hora, Manoel Pedro das Dores Bombinho e o Alferes Manoel Joaquim de Araújo. Posteriormente, também foram exonerados o Subdelegado Antônio Marques dos Santos e seus Suplentes, e nomeados para os respectivos cargos, Dionizio José de Andrade, João da Silva Vieira, Calixto de Souza Araújo e Aprígio José de Souza. Em 19 de novembro de 1889, por Ato do Governo Federado de Sergipe, foi nomeado Subdelegado de Polícia, o cidadão Antônio Rodrigues de Mendonça. Sob a mesma proposta de Chefe de Polícia, em 29 deste mês e ano, assumiu as funções de 1º suplente de Subdelegado, o senhor Francisco Fabrício dos Santos. Nesses entremeios, no dia 21 de novembro, Manuel Antônio da Cruz Andrade, foi nomeado Delegado de Polícia de Simão Dias, mantendo-se no cargo até o dia 27 de dezembro de 1889, quando foi exonerado e substituído pelo Tenente-Coronel Antônio Manuel de Carvalho. Nesta mesma data, o Governo Federado nomeou João José da Conceição e Francisco da Cruz Andrade para 2º e 3º suplente de Delegado, assim como, os cidadãos Pedro Freire de Carvalho, Geraldo José de Carvalho, Joaquim Francisco de Andrade Barbadinho e Jerônimo José da Rocha, para exercerem as funções de Subdelegado e a vaga de 1º, 2º e 3º Suplentes de Subdelegados da Vila de Simão Dias (O REPUBLICANO 04.01.1890, p. 02). Em 27 de agosto de 1890, o Tenente-Coronel Antônio Manuel de Carvalho é exonerado do cargo de Delegado, pelo fato de também exercer

o cargo de Intendente, sendo nomeado para substituí-lo, o Capitão Sebastião da Fonseca Andrade. Por Ato de 27 de maio de 1891, foi exonerado, a pedido, o Subdelegado Pedro Freire de Carvalho e nomeado para o mesmo cargo, José Tobias da Cruz. No expediente de 02 de junho de 1891, o Vice-Governador do Estado exonerou o Delegado Capitão Sebastião da Fonseca Andrade, visto que seu cargo era incompatível com a função de Juiz de Paz, que o mesmo ocupava, nomeando para substituí-lo, o Coronel José Zacharias de Carvalho. Em 17 de junho de 1891, o 1º suplente do Delegado Aprígio de Mattos Hora foi exonerado, a seu pedido. Assim, o Governo Federado, no expediente de 08 de julho deste mesmo ano, nomeou para substituí-lo, o cidadão João Baptista de Carvalho. Depois disso, abre-se uma lacuna com ausência de dados referentes as indicações de cidadãos nomeados ou exonerados dos cargos relativos à Delegacia e Subdelegacia de Simão Dias. No entanto, apesar das informações serem incompletas, foi possível coletar alguns nomes dos que compuseram os aludidos cargos, nas primeiras décadas do século XX. Por Ato Nº 90, de 30 de dezembro de 1910, foi exonerado, a pedido, o primeiro suplente de Delegado José Antônio do Espírito Santo, e nomeado para substituí-lo, o cidadão Tobias Ferreira de Jesus.

Por Ato Nº 07, de 14 de janeiro de 1911, de acordo com o Artigo 04 da Lei Nº 569, de 31 de outubro de 1910, o Presidente do Estado resolveu formar um Distrito Regional de Polícia Civil e Judiciária, nos Municípios de Lagarto, Simão Dias, Riachão, Estância, Espírito Santo, Boquim, Santa Luzia, Itabaianinha, Arauá, Vila Cristina e Campos, com sede na vila do Boquim, sendo nomeado para o cargo de Delegado Regional e Alferes do corpo policial Olympio Chagas. A partir daí, uma série de Atos foram sancionados pelo Presidente do Estado, nomeando ou demitindo Delegado ou Subdelegado e seus imediatos: Em 14 de setembro de 1911, por Ato Nº 29, foi exonerado do cargo de Delegado de Polícia Francisco da Cruz Andrade, sendo nomeado para substituir, o Comendador Sebastião da Fonseca Andrade. Por Ato Nº 30, de 17 de setembro de 1911, foi exonerado do cargo de 1º suplente de Delegado, o senhor Tobias Ferreira de Jesus, e nomeado para substituí-lo, o cidadão Justino José de Sant'Anna. Em 09 de novembro de 1911, por Atos Nº 94, 95 e 96 foram nomeados 2º e 3º suplente de Delegado de Simão Dias, Porçalino dos Santos e Jeremias de Mattos Carvalho; o Subdelegado Leonel Cardoso da Silva e os 1º, 2º e 3º Suplente Antônio Barbosa de Souza, José Antônio de Oliveira Neves e José Antônio de Sant'Anna Matos. Foi nomeado o subdelegado Joventino Caetano de Oliveira e os 1º, 2º e 3º Suplente de Subdelegado Hermínio de Araújo Amaral, José Gregório de Oliveira e José de Sant'Anna Filho. Por fim, por Ato Nº 98/1912, o Comendador Sebastião da Fonseca Andrade foi exonerado de Delegado de Polícia e nomeado para substituí-lo, o Coronel João Baptista de Carvalho.

Por Ato Nº 31, de 30 de julho de 1914, foi exonerado do cargo de 1º suplente de Delegado, o cidadão Justino José de Sant'Anna, que foi substituído por Lourenço Souza Vieira. De acordo com o Ato Nº 66, do dia 22 de outubro de 1914, o Major Alcino de Vasconcelos Hora foi designado para assumir as funções de Delegado. No ano seguinte, em 01 de julho de 1915, o Comendador Sebastião da Fonseca Andrade reassumiu o comando da Delegacia da cidade. O eminente político chegou a ser eleito Conselheiro e Intendente Municipal nos anos seguintes, no entanto, quando deixou o governo municipal ainda reassumiu a chefia do Quartel de Polícia, sendo exonerado no dia 04 de março de 1925, quando foi substituído por José Barreto de Andrade. Ainda em 01 de julho de 1917, foi fundado no Município uma linha de tiro, para servir como instrução militar dos seus respectivos habitantes. O Barão de Santa Rosa, título concedido ao Comendador Sebastião da Fonseca Andrade pela Igreja Católica, foi eleito Presidente da linha. Em 30 de maio de 1925, o eminente Barão de Santa

Rosa faleceu. Para os lugares de 1º, 2º e 3º Suplente de Delegado, foram nomeados Genésio Justiniano de Menezes, Porphírio Alves da Annuniação e Rufino José de Sant'Anna. É importante ressaltar que, o General Manuel Antônio da Cruz Brilhante, de acordo com o Art. 01, das Disposições transitórias do Decreto Nº 13.040, de 29 de maio de 1918, formou as subcomissões de Delegacias nos municípios sergipanos, uma espécie de força de 2ª linha da Guarda Nacional. Na sede municipal, dos oficiais que ocuparam os cargos das subcomissões podemos destacar, o Tenente-Coronel Raphael Archanjo Montalvão e o Capitão João da Silva Vieira.

O Chefe de Polícia do Estado, por Ato Nº 07, de 18 de janeiro de 1918, já havia subdividido o Município em 11 Distritos policiais, também chamados de Delegados de Quarteirão. **1º Distrito:** Compreende a cidade de Anápolis, onde ficaria a sede; **2º Distrito:** os Povoados Pastinho, Saco Grande e Lages, com sede no Povoado Pastinho; **3º Distrito:** os Povoados Saco, Paracatú, Galho Cortado, Roça de Dentro, Mulungú e Lagoa de São Francisco, tendo como sede o Saco; **4º Distrito:** os Povoados Raposa, Furna, Roça Grande, Jenipapo, Lagoa Grande e Bonsucesso, tendo como sede o Povoado Bonsucesso; **5º Distrito:** os Povoados Mato Verde, Borges, Pau Ferro, Deserto, Bete e Apertado de Pedras, sendo este último a sede; **6º Distrito:** os Povoados Caraíbas, Cumbe, Jaqueira, Taboca, Areal e Curral Novo, tendo como sede o Povoado Caraíbas; **7º Distrito:** os Povoados Saco do Pia, Massaranduba, Laranjeiras, Dionísia e Saco da Cova, que seria a sede; **8º Distrito:** os Povoados Campo Limpo, Buril Várzea das Capoeiras, tendo por sede, o Povoado Campo Limpo; **9º Distrito:** os Povoados Saloubra, Ilhota, Pombo e Lagoa Seca, tendo como sede a Saloubra; **10º Distrito:** o povoado Oiteiros que seria sede; **11º Distrito:** Compreende os Povoados Curral dos Bois, Várzea da Isca e outros, até encontrar os municípios de Riachão do Dantas e Campos (Tobias Barreto), tendo como sede, o Povoado Curral dos Bois.

Estudos registrados pelo autor, em sua Tese sobre o Povoado Lagoa Grande (2002), foram encontrados depoimentos sobre as funções desempenhadas pelos Delegados e seus Inspetores de Quarteirão, sua intervenção em casos de conflitos locais nas querelas, na organização, defesa e nos serviços assistenciais dos Povoados, especialmente, nas décadas de 1920 e 1930. Naquela povoação foi encontrado registro de Delegados ou Subdelegados como Calixto de Souza Araújo, senhor de terras e escravos, com forte influência política em Simão Dias; João Correia de Oliveira, amigo particular do Barão de Santa Rosa; o cidadão Joaquim Alves de Sales, que assumiu o respectivo cargo nos idos de 1925 a 1930, auxiliado pelo Inspetor João Camilo de Souza; Rosendo de Souza Araújo, filho de Calixto de Souza Araújo, que colaborou com as famílias humildes daquela comunidade, atingidas pela fome, durante a seca de 1932, e auxiliado pelo inspetor Egídio Cabral. Respectivamente ocupou também o cargo na Povoação do Jenipapo, auxiliado pelo cidadão João Dória. José Alves de Sales (Zé Lúcio) foi o último Subdelegado de Quarteirão da Lagoa Grande, no início de 1955, conforme foi publicado no jornal A SEMANA. Além dele, também foram nomeados para servir em outras povoações: Firmo José de Souza (Deserto), José Lourdes da Conceição (Cumbe), Amarílio José Viana (Pastinho), Joaquim Neves dos Santos (Saloubra), João Espírito Santo (Mato Verde), Filomeno Celestino de Santana (Campo Limpo) e Manoel Martins de Araújo (Jacaré). **“O provimento dos aludidos cargos por pessoas de reconhecidas idoneidade, é um eloquente atestado do espírito público e dos propósitos de paz dos responsáveis pelo par-**

tido dominante local, desejos de ser mantido um clima de segurança, respeito, paz e tranquilidade” (19.02.1955, p. 01). Nesta época, o subdelegado José Alves de Sales teve como inspetor de quartirão, o cidadão Vicente Rita Nascimento.

Segundo o Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940, apesar de ambíguos, entre 1927 a 1930, os nomes dos cidadãos nomeados para os cargos de Delegado e Subdelegados de Polícia de Anápolis (Simão Dias) são amiadados: Em 1927, João Barreto de Andrade era o Delegado de Polícia, por indicação de seu irmão e Intendente Municipal José Barreto de Andrade. Enquanto o cargo de 1º suplente de Delegado estava vago, Rufino José de Sant’Anna e Porphírio Alves da Annunciação assumia as funções de 2º e 3º Suplentes. Os Subdelegados ou Delegados de Quartirão, que eram qualificados por Distritos ou Povoados, eram ocupados por: Antônio Martins dos Reis, Antônio Nunes da Silva, Cândido Alves Lima, Cícero Costa e Silva, João Salgueiro da Rocha, Joaquim Alves de Sales, José da Gama Ribeiro, José Lucindo de Souza, Pedro Domingos de Souza e Policarpo Bispo de Aguiar. Entre 1927 a 1931, as autoridades policiais de Anápolis eram formadas por: Lourenço da Silva Vieira (Delegado); João Barreto de Andrade, Porphírio Alves da Annunciação e Rufino José de Sant’Anna (1º a 3º Suplente de Delegado); Subdelegados: Antônio Martins dos Reis, Antônio Nunes da Silva, Cândido Alves Lima, Cícero Costa e Silva, João Salgueiro da Rocha, Joaquim Alves de Sales, José da Gama Ribeiro, José Lucindo de Souza, Pedro Domingos de Souza, Policarpo Bispo de Aguiar, José Roberto dos Santos e Antônio de Sant’Anna Mattos. João Leonardo de Andrade, Suplente de Delegado, assumiu em caráter interino a Delegacia de Polícia, no dia 29 de outubro de 1931. No mês seguinte, em 30 de novembro, assumiu o cargo de Delegado da cidade, o rábula José de Carvalho Déda. Com a nomeação deste para o cargo de Intendente Municipal em 1932, a função de Delegado passou a ser exercida por João Caetano de Oliveira. Em 1938, exercia as funções de Delegado de Anápolis, o Tenente Manoel Ramos de Oliveira.

Durante a administração do Intendente Barão de Santa Rosa, foi construído um novo Quartel da Polícia e Cadeia Pública, sito a Praça São João, atualmente denominada Praça José Barreto de Andrade. Para esta construção, o Município contou com recursos oriundos do Presidente do Estado José Joaquim Pereira Lobo. A inauguração da Cadeia Pública Municipal ocorreu durante a tarde do dia 21 de maio de 1922. Durante o Ato inaugural, o Presidente Pereira Lobo não pode comparecer, mas foi representado pelo médico e ex-Deputado Federal Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho. Os alunos das Escolas Primárias saíram de suas sedes para participar do evento, conduzidos por suas professoras Octaviana Odília da Silveira, Marocas Ribeiro, Maria das Dores Barros, Sinhazinha Mendonça, Sinole Bezerra, Zizi e Zilda Lemos. Tendo à frente de cada ala, um porta-bandeira, empunhando galhardamente a Bandeira Nacional, desfilaram pela antiga rua do Coité, em direção à praça. Na concentração, na Praça da Matriz, foi tirada uma fotografia com todo alunado, registrando este momento para a posteridade. Em frente ao Quartel da Polícia ou Cadeia Pública, estava as autoridades: Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho, o Barão de Santa Rosa (Intendente Municipal e digno representante de Jurista Dr. Gervásio de Carvalho Prata, Chefe de Polícia do Estado), Dr. Abílio Vasconcelos Hora (Juiz de Direito), Dr. Francisco Itabyra de Britto (Juiz Municipal), Lucio Alves de Sant’Anna (Promotor Adjunto), Alípio de Andrade Dortas (Superintendente do Juiz Federal), Manoel da Fraga Dantas (Adjunto do Procurador da República), Pedro da Silveira Sobrinho (Juiz de Paz), Justino José de Sant’Anna (Delegado de Polícia), os subdelegados Manoel Heleodório de Abreu, Pedro de Araújo Dória, Agostinho

de Pádua, João Salgueiro da Rocha, Torcato de Jesus, Marciano Soares, João Correia de Oliveira, Vital Araújo Dória e Joaquim Dias, os tabeliões e escrivães Silvío Freire de Carvalho, Aristóteles da Silva Amarinho e João dos Santos, além do Comandante do destacamento, o Tenente Augusto Alves de Moraes, o farmacêutico Dr. Marcos Ferreira de Jesus, entre outros. O Conselho Municipal estava representado pelo Presidente da Vigário Cônego Philadelpho Macedo (Presidente), o Tenente-Coronel Raphael Archanjo Montalvão (Secretário) e os demais Conselheiros, Major Francisco Amarinho de Sant'Anna e Leonel Cardoso da Silva. Durante o discurso, ainda em frente do novo prédio, o Intendente falou sobre o responsabilidade de construir a obra com verbas estaduais, confiada pelo Presidente Pereira Lobo, e que, naquele momento, seria solenemente aberta e entregue à população. As autoridades enchiam os salões, enquanto os demais populares acumulavam-se nos corredores. Inicialmente o Cônego Philadelpho Macedo tomou as vestes para a cerimônia litúrgica das mãos do Promotor e sacristão Lúcio Alves de Sant'Anna e abençoou as novas instalações. O médico Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho, segurando uma caneta de ouro de alto quilate, com elos grossos e pesados, verificou o horário, certificando-se que eram 16:00 horas, e discursou em nome do Presidente do Estado, a quem teceu elogios. Seguido das autoridades presentes, o orador Dr. Marcos Ferreira de Jesus falou com eloquência e foi bastante ovacionado, principalmente quando elogiou o Intendente Municipal, Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho, o Cônego Philadelpho Macedo e o Juiz de Direito Dr. Abílio Vasconcelos Hora. Do lado de fora às crianças das Escolas Primárias, em coro uníssono, entoaram hinos patrióticos. As demais autoridades, reunidas nos salões do prédio, serviam-se de bebidas finas.



Delegacia de polícia e Memorial de Simão Dias – Imagem do mesmo prédio em duas épocas diferentes na História de Simão Dias.

Acervo do Memorial de Simão Dias

Desde a sua inauguração, diversos delegados foram nomeados para o cargo, alguns deles com mandatos temporários, pois suas obrigações e encargos, na maioria das vezes, deveriam estar voltados para os interesses políticos daqueles que governavam a cidade. Entre tantos nomeados deste Distrito podemos citar: José Barreto de Andrade, João Barreto de Andrade, Lourenço da Silva Vieira e José de Carvalho Déda, ambos já citados anteriormente, Tenente José Januário dos Santos, Tenente João José dos Anjos, Tenente Manoel Ramos dos Anjos, Justino José dos Santos, Nelson Pinto de Mendonça, Jerônimo Santa Bárbara, Cândido Dortas de Mendonça, Francisco Matias de Almeida, Capitão Amintas Gonçalves, Tenente Benedito Cezário Laranjeiras, Tenente José Ferreira dos Santos, Raimundo Manoel dos Anjos,

Coronel João Machado Filho, Coronel João Pedro de Jesus, Coronel Antero José de Almeida, Sargento Bigode de Ouro, Coronel Rosalvo Melo, Tenente Ernesto Carvalho, Coronel Faustino Santos, Major Lenine Mendes; Capitão José Candeia Irmão, Capitão Ataíde Alves Figueiredo, Pierre de Andrade Freitas; Joviniano Antônio de Jesus, Capitão Miguel Silva Santana, Isidoro Dórea de Matos, Jefferson Pires de Alvarenga, João Martins da Silva Maia da Cunha, Marcelo Paes dos Santos, Eurico Cesar Nascimento, Fábio Alan Pinto Pimentel, entre outros.

Durante o centenário de emancipação política da Simão Dias (1990), a Delegacia de Polícia foi transferida para o Conjunto José Neves da Costa e o prédio da antiga Cadeia Pública foi cedido ao Município em regime de comodato, para sediar o centro de documentação e memória histórica de Simão Dias, anexa, inicialmente, à Biblioteca Pública Lucila Macedo Déda. A nova Delegacia de Polícia ou Cadeia de Comarca fez parte do Projeto Campo Verde do Governador do Estado Antônio Carlos Valadares (1987-1991), em parceria a Prefeitura Municipal de Simão Dias, administrada, na época, pela matriarca da família Josefa Matos Valadares (1988-1992). Esse prédio foi desativado recentemente com a construção do Centro Integrado em Segurança Pública (CISP), através do Programa Sergipe Cidades do Governo do Estado Marcelo Déda Chagas, que morreu em 02 de dezembro de 2013. O CISP é um novo modelo de unidade policial, que concentra, no mesmo imóvel, forças policiais militares e civis, inaugurado no dia 22 de julho de 2013.

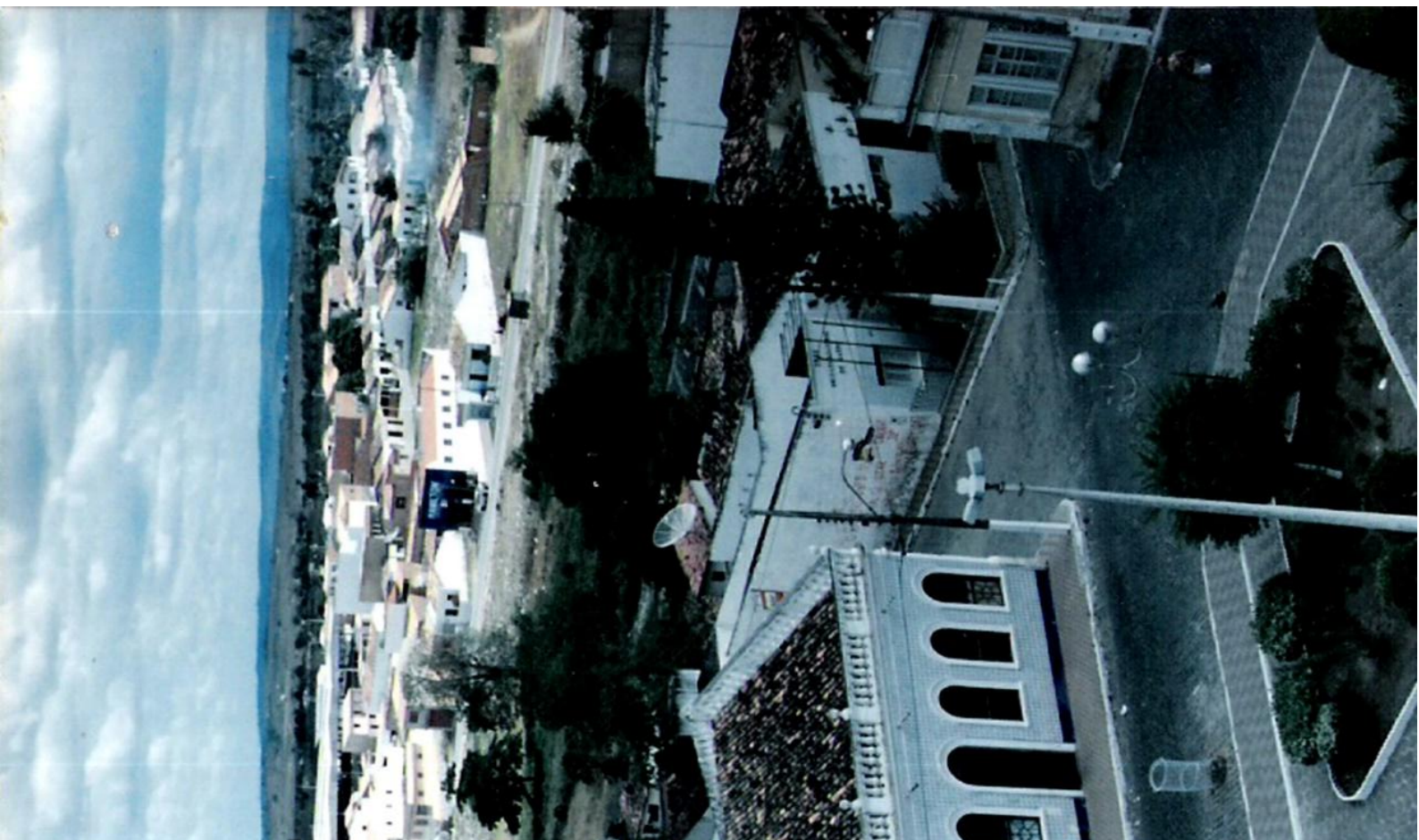






CAPÍTULO V

OS ARQUÉTIPOS SECULARES
QUE CONTAM PARTE DE
NOSSA HISTÓRIA

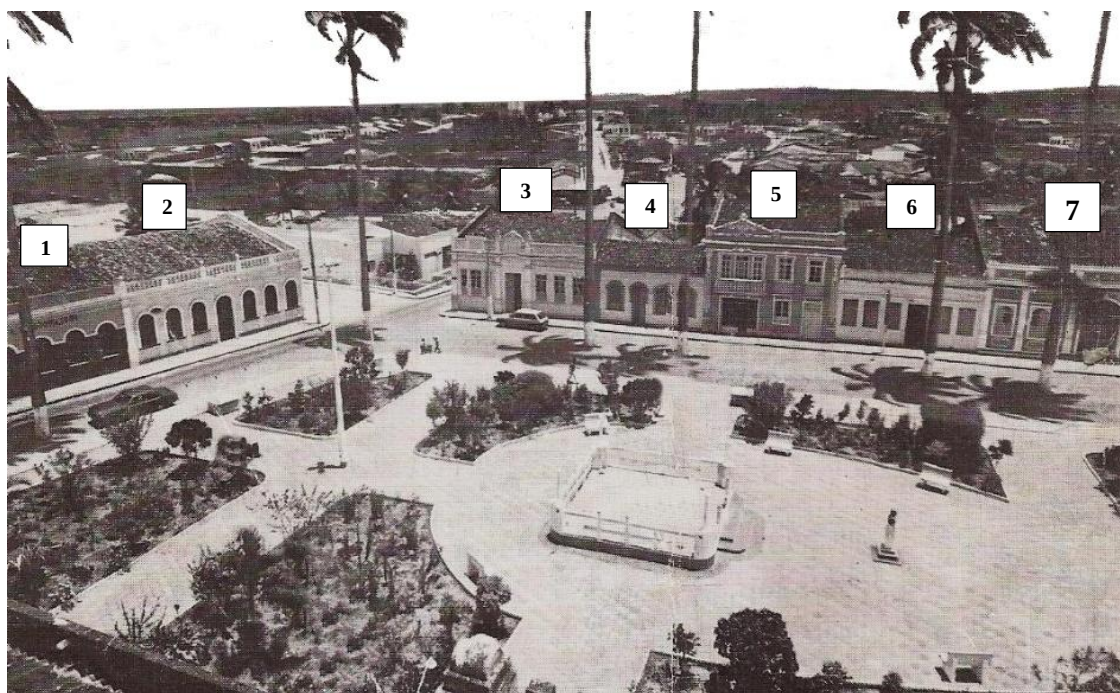




O Município de Simão Dias apresenta um rico patrimônio arquitetônico datado por quase dois séculos e preservados por gerações, dos quais podemos utilizá-los como fontes cogentes da nossa história. Embora alguns prédios antigos tenham sido demolidos por gestores ou munícipes que desconhecem sua importância histórica, atualmente, a cidade ainda mantém parte de sua rica arquitetura, referência fundamental de seu tempo, que circundam a Matriz de Senhora Sant'Ana e margeiam suas principais ruas e avenidas, dando um aspecto harmonioso a Cidade, cenário onde preponderou à força do Barão e dos Coronéis, suas rivalidades e querelas políticas, sociedade oriunda de pequenas caixas às margens do rio, seguida de fazendas, engenhos e arruados de casas grandes e populares, caracterizada a seu modo, conforme sua época. Na história da Freguesia de Senhora Sant'Ana e Vila de Simão Dias, no período entremeios de sua criação, a povoação foi esquecida pelos poderes públicos e as residências particulares vieram surgindo aos poucos. Só a partir da segunda metade do século XIX, é que, arrabaldes da Igreja Matriz, apareceram determinados casarões que ainda hoje se mantêm preservados, principalmente as suas fachadas. Podemos iniciar este capítulo falando da Praça da Matriz ou a Praça Barão de Santa Rosa, que possui um maior acervo de casas tombadas pelo patrimônio público, mantendo caracteres oriundos da época de suas construções, com poucas modificações, exceto a antiga propriedade de José Dória de Almeida ou Dorinha, como era conhecido, que foi demolida para construir o Centro Empresarial Florípes Freire de Carvalho, e que a população o batizou de Pelourinho, devido a sua semelhança com o colorido visto nos sobrados coloniais do Pelourinho histórico da cidade de São Salvador/BA. É nesta Praça que se concentrou as residências de políticos importantes e influentes do nosso Município e do Estado, como o Major Manoel de Carvalho Carregosa, o Cel. José Antônio de Souza Prata, o Cel. José Zacarias de Carvalho, o próprio Barão de Santa Rosa e o Cel. Pedro Freire de Carvalho.

A Praça Barão de Santa Rosa recebeu esse nome durante as solenidades alusivas ao Centenário da Independência do Brasil, em 07 de setembro de 1922. Esse projeto já vinha sendo discutido, desde 1918, quando o Conselho Municipal outorgou unanimemente, em sessão extraordinária, a denominação da Praça Barão de Santa Rosa, conforme noticiou o jornal A LUCTA, de 17 de novembro daquele ano. A festividade foi iniciada, às 05:00 horas da manhã, com os clarins despertando a cidade. A Lira Sant'Ana tocou a alvorada em frente à sede do Conselho Municipal, seguida da queima de fogos. Às 10:00 horas, todos os alunos das escolas, trajados de branco, e seus respectivos professores, entraram na Igreja Matriz cantando o Hino da Independência, e com a comunidade, participaram da Missa em Ação de Graças, celebrada pelo Vigário Paroquial Cônego Philadelpho Macedo. De volta para a sede do Conselho, no salão nobre deu-se início a sessão cívica, presidida pelo Intendente Barão de Santa Rosa, que passou a palavra para a senhorita Rosita Mascarenhas, para ela proferir seu discurso histórico. A mesma oradora descerrou a cortina que cobria o quadro do Presidente do Estado Cel. José Joaquim Pereira Lobo, exposto no salão da Intendência. Em seguida, Dr. Francisco Itabyra de Britto, Juiz de Direito da Comarca, discursou enaltecendo a administração do homenageado. Naquela ocasião falou também o Senhor Isaac Ettinger, seguido dos alunos Antônio Alves Santana, Berenice Dortas, José Alves Filho, Sinhazinha Ferreira, Juannita Pereira, Olda do Prado Dantas, Maura Rocha, Terêncio Piedade, Maria Amélia de Jesus, Julieta Mendonça, Venina Almeida e Maritas de Jesus. Finalizada a sessão, reuniram-se em frente do Paço Municipal, onde se ouviu um discurso introdutório feito pelo

jornalista Emílio Rocha, seguido do juramento a Bandeira Nacional e a execução do Hino Nacional, acompanhado pela Filarmônica Lira Sant'Ana.



1. Casa onde funcionou o Hotel São José nos anos 50 e 60, de Raimunda Passos Cruz. Em 1966, a proprietária passou a gerência do Hotel para Waldemar Andrade; 2. Residência da família Carvalho, hoje pertencente ao Poder Público; 3. Casa do Cel. João Pinto de Mendonça, posteriormente, José Dória de Almeida e Hotel Joelma de Licanor Dantas de Andrade (demolida); 4. Antiga residência de Manoel Prata Dortas; 5. Sobrado do Cel. José Zacharias de Carvalho (Nonô Zacarias), depois Nelson Pinto de Mendonça; 6. Casa Paroquial (demolida); 7. Casa de aposentadoria do Cel. Sebastião da Fonseca Andrade, o Barão de Santa Rosa.

Fonte: Folder distribuído na reinauguração do Mercado no sexto ano da administração de Abel Jacó dos Santos

Foi no turno da tarde que iniciaram as inaugurações das ruas e praças de Simão Dias, como Rua Coronel Pereira Lobo, onde discursaram Dr. Francisco Itabyra de Britto e as crianças Odilon Costa, Aloysio Prata e Izilina de Carvalho Oliveira; Rua Cônego Philadelpho Macedo, onde falaram José Manoel Palmeira da Silva, representando o Cônego que se fazia ausente, e os alunos Eunice Palmeira, Lucila Macedo Freitas, A. A. Andrade e Noêmia Rocha; Na Rua Santana, foram os oradores as alunas Geny Ferreira e Míleta Oliveira Andrade; Na inauguração da Rua Cônego Andrade falaram José Alves Filho, Gerson Oliveira, José de Santana, Belmiro Portela e Belmiro Santana; por fim, na Praça da Independência foi proferido discurso dos alunos Antônio Mascarenhas de Andrade, Milton Oliveira, Therezinha Mendonça, Oswaldo Mascarenhas de Andrade e Tennyson Oliveira.

Durante a inauguração da Praça Barão de Santa Rosa, na presença do homenageado, discursaram as crianças Noêmia Rocha, A. A. Andrade, Luiza Palmeira e os senhores Dr. Francisco Itabyra de Britto e José Manoel Palmeira da Silva, no entanto, em nome do Barão, os agradecimentos foram feitos por Isaac Ettinger. A solenidade encerrou com um coquetel oferecido na residência do Barão de Santa Rosa. A noite funcionou os cinemas e houve uma animada festa com jogos divertidos na Rua Coronel Pereira Lobo. Por ocasião do centenário da independência foi proposto também denominar uma das principais ruas com o nome do

General Ivo do Prado, sendo inaugurada, posteriormente, em 15 de novembro de 1922, com uma solene consagração, reunindo populares e autoridades, com discursos e retretas tocadas pela Filarmônica Lira Sant'Ana, que com maestria, executou diversas peças e o Hino Nacional. Na ocasião, quem subiu mais uma vez à tribuna foi o Juiz Dr. Francisco Itabyra de Britto, que falou sobre o General Ivo do Prado e seu tirocínio militar e político.

O casarão onde funcionou por quase uma década a sede do Poder Executivo Municipal foi construído pelo Major Manuel de Carvalho Carregosa (1826-1882), na segunda metade do século XIX, perto de onde localizava-se a casa de algodão e de negócio do Capitão Geraldo José de Carvalho, seu avô paterno. O Major Manoel de Carvalho Carregosa era filho do Capitão Domingos José de Carvalho e D. Antônia Francisca de Carvalho. Foi casado com Jovina de Mattos Freire, oriunda da cidade de Estância e moradora desta Vila, filha de João de Mattos Freire e Ana Joaquina de Mattos Freire, que naquela época, já haviam falecidos. A cerimônia ocorreu no dia 15 de outubro de 1861, no Sítio Baixão, propriedade de Antônio Manuel de Carvalho. Por serem primos de segundo grau, o Juiz de Órfãos apresentou dispensas de impedimentos e os nubentes receberam as bênçãos diante do Padre João Baptista de Carvalho Daltro e das suas testemunhas: José Zacharias de Carvalho e Antônio Manuel de Carvalho. A sua patente de Major Ajudante de Ordens, foi concedida em 15 de julho de 1881, como está registrado na folha 05, versos 06, do Livro da Secretaria do Comando Superior da Guarda Nacional da Comarca de Itabaiana⁸². No ano seguinte, em 13 de abril de 1882, Manoel de Carvalho Carregosa morreu, aos 47 anos de idade, sendo seu corpo inumado na Capelinha de Santa Rosa do Engenho Mercador, propriedade de sua família, após solene encomendação presidida por seu irmão Revmo. Cônego João Baptista de Carvalho Daltro. Sua esposa, D. Jovina de Mattos Freire, faleceu aos 62 anos de idade, no dia 04 de março de 1910.



Major Manuel de Carvalho Carregosa
Acervo particular de Antônio S. Carregosa

O Senhor do Engenho Mercador Major Manuel de Carvalho Carregosa, construiu o casarão para servir de residência para seus familiares, tanto que, após sua morte, a propriedade passou para um de seus irmãos, o Cel. Antônio Manuel de Carvalho ou Totonho do Baixão, codinome proveniente do seu Engenho Baixão, localizado nos limites de Simão Dias e Paripiranga/BA. Depois deste, a propriedade ficou para sua filha, D. Josefa Freire de Carvalho, que era casada com o médico Dr. Jovinião Joaquim de Carvalho. Este casal, passou o imóvel para o Desembargador Dr. Gervásio de Carvalho Prata, que era casado com sua única filha, Maria Josefina de Carvalho (D. Marocas Prata), propriedade que, em meados do século XX, foi adquirida por seu sobrinho Dr. Sebastião Celso de Carvalho, seu herdeiro político. Antes do casarão ser vendido a Prefeitura Municipal e transformada em sede administrativa, Dr. Celso de Carvalho cedeu a casa a seu aliado político Abel Jacó dos Santos, para

⁸² Simão Dias, de acordo com a Resolução Nº 569, de 09 de julho de 1859 a 08 de maio de 1890, quando foi revogada a Resolução e sancionado o Decreto Nº 43, nesta época, a Vila de Simão Dias pertencia a Comarca de Itabaiana, assim como o Termo de São Paulo (Antiga denominação de Frei Paulo/SE). (DÉDA, 1967, p. 82-83)

ele viver com sua família. Oriundo da Freguesia de Cícero Dantas/BA, Abel Jacó era filho de Claudiano Jacó de São José e Josefa Francisca dos Santos, casado em suas primeiras núpcias com a professora D. Rita Guimarães Hora Santos, e, após o falecimento desta, em 10 de agosto de 1984, aos 64 anos de idade. Em seguida, casou-se, em 26 de julho de 1985 com Djanira Santana dos Santos, oriunda do Povoado Mata do Peru, deste Termo, filha de Joviniano Ferreira dos Santos e Alice da Conceição Santana. Antigo partidário do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e um dos fundadores do Grupo dos Onze, em Simão Dias, trabalhou no SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social) e na COBAL (Companhia Brasileira de Alimentos), fez carreira política aliado a um partido de esquerda até formar uma coligação com Dr. Celso de Carvalho no início da década de 1970, que o sagrou representante da ARENA I ou do grupo Jacaré, chegando a se eleger Prefeito Municipal de Simão Dias. Ainda nesse grupo e filiado ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) foi eleito Deputado Estadual para o quadriênio 1987 a 1990, sendo reeleito na eleição seguinte, desta feita, aliado ao Grupo dos Valadares.



Casa do Major Manuel de Carvalho Carregosa – Praça Barão de Santa Rosa
Acervo particular do autor

O casarão é uma construção térrea, com planta retangular e cobertura de duas águas. Marco da arquitetura neoclássica, na sua fachada frontal conta-se com seis janelas e uma porta alargada que dá acesso ao hall de entrada, ambas com arco pleno superior, sendo que a porta é de madeira almofadada e suas janelas são bem elaboradas com caixilhos de vidros formados por linhas ortogonais e diagonais; as superiores são do tipo guilhotina, com bandeira fixa. Pode-se constatar a utilização de platibandas e ricas balaustradas, unidas as cornija superior e duas cimalkas retas modeladas acima dos azulejos portugueses. Sua frontaria é literalmente azulejada com padrão semi-industrializado, reprodução célere com técnica de estampilha azul, tendo acabamento a pincel com intervenção manual sobre o fundo branco. Neste caso, a escala do desenho tem que estar de acordo com a superfície forrada para que se obtenha uma perfeita integração arquitetônica do revestimento azulejar. As características geométricas, constituídas pelas retículas quadriculares são formadas pelas juntas, que dão diferentes efeitos estéticos quando é observado de perto e de longe. Ao longe as imagens cintilam, tornam-se difusas, perdem em forma e enriquecem em textura. Os azulejos, segundo mostra

SIRRICO (2009), em anexo de sua Tese de Mestrado, são oriundos do século XIX, das Fábricas de Aveiro, Portugal⁸³, provavelmente da Fábrica da Fonte Nova ou Fábrica dos Santos Mártires, que na época eram responsáveis por este estilo de produção. Embora não haja documentos escritos que confirme qual foi a fábrica ceramista dos azulejos usados na fachada frontal deste casarão, por certo, este material tenha vindo de uma destas duas fábricas, já que no banco de azulejo anexado a Tese, existem três modelos idênticos a estes azulejos revestidos, como mostra as figuras abaixo:



Azulejos de padrão
Início do séc. XIX
Estampilha
Fábrica da Fonte Nova
28x28cm



Azulejos de padrão
Primeiro quartel do séc. XX
Estampilha
Fábrica dos Santos Mártires
29x29cm



Azulejos de padrão
Finais do séc. XIX
Estampilha
Fábrica da Fonte Nova
28x28cm

No casarão do Major Manoel de Carvalho Carregosa há cercadura nas ombreiras dos seis janelões, ajustando com as cores padrões dos azulejos. Oriunda do final do século XIX, a cercadura é proveniente da Fábrica da Fonte Nova. Para o rodapé revestiu-se com azulejos menores, em quatro fileiras, ambos azuis escuros, harmonizando também com as cores padrão da fachada. Na lateral do casarão os vãos das cinco janelas se repetem como em sua frente, seguida de um portão de alumínio que substituiu o de madeira na sua última reforma. Na parte superior mantém os mesmos balaústres usados na platibanda da fachada frontal, numa estrutura com empena. No alto da empena, um óculo central em forma de losango, e logo abaixo, uma linha reta com volutas nas duas pontas que se limita o oitão do casarão. É perceptível a existência de respiradores, próximo ao rodapé do casarão. Internamente o piso dos cômodos é de madeira.

Em 22 de março de 2008, o Prefeito José Matos Valadares inaugurou a sede anterior da Prefeitura Municipal de Simão Dias, antigo palacete do Major Manoel de Carvalho Carregosa e seus herdeiros naturais. Este casarão foi adquirido em 2006, quando a Prefeitura funcionava numa residência alugada na Praça Barão de Santa Rosa, defronte ao Abrigo Caiçara. Depois de uma rápida reforma e restauração, a sede foi inaugurada no dia 22 de março de 2008, hoje, mais uma vez, transferida para o seu antigo endereço.

Além desta, na Praça Barão de Santa Rosa existem mais duas casas revestidas de azulejos portugueses: a residência das Professoras D. Maria Virgília de Carvalho Freitas e D. Olda

⁸³ A fábrica da Fonte Nova, fundada em 15 de agosto de 1882, pelos sócios Luís da Silva Melo Guimarães (1853-1909) e Norberto Ferreira Vidal (1843-1886), foi a principal produtora de azulejos para o distrito de Aveiro, Portugal. Ao longo da primeira década do século XX, ao pressentir uma iminente falência, o pintor do Centro de produção João Aleluia, juntamente com seus colegas, funda em 1905, no Largo dos Santos Mártires uma pequena unidade cerâmica, passando a produzir especialmente azulejos de revestimento estampilhados (SARRICO, 2009, p. 34 e 151).

do Prado Dantas, *in memoriam*. O primeiro casarão segue quase toda a tipologia do palacete do Major Manoel de Carvalho Carregosa, exceto, em alguns detalhes da fachada. A platabanda balaustrada foi substituída por outra de reta simples, contudo, numa altura suficiente para esconder o telhado na parte frontal. Os vãos das cinco janelas-guilhotinas são retangulares, de madeiras em duas folhas guarnecidas, fixas por caixilharia de vidros e desenhados com arco pleno na parte superior; na parte interna há janela de madeira almofadada, também em duas folhas, que se abre para o interior. Sua divisão já era desproporcional, pois estava constituída de quatro janelas à esquerda e três à direita, separada por uma porta de madeira almofadada. Com as alterações sofridas há poucas décadas, uma das janelas foi tirada e substituída por mais uma porta, descaracterizando com prejuízo de leveza a estética original da fachada. Nos vãos das janelas foi posto suporte de ferro ornamentado com cântaros de plantas naturais, dando nova estética ao ambiente. Em contrapartida, na época da restauração a proprietária Maria Virgília de Carvalho Freitas buscou recuperar o frontispício de azulejos que foi destruído pelo tempo. Para isso contratou um ceramista em Salvador/BA, que fez réplicas com um modelo do azulejo original, para ser colocada no espaço que faltava. Observando com bastante cuidado a diferença é perceptível, já que os azulejos originais cintilam, ao contrário das réplicas que não provocam o mesmo efeito. Na lateral esquerda também foram realizadas alterações, abrindo logo no primeiro salão uma janela com portão de aço de enrolar e moldurado com ferro ornamentado por volutas, contudo, internamente, uma espécie de vitrine foi bloqueada por vidraça, onde, por algum tempo, funcionou uma boutique. Ainda na lateral esquerda há dois óculos circulares com vitrais, substituindo as janelas que foram tiradas durante uma das reformas. A única janela da lateral esquerda está protegida por grade de ferro, de vãos retangulares, com ombreira de alvenaria em alto relevo, possui bandeira fixa em caixilharia de vidro sobre verga reta, com treliça de madeira nas quatro folhas das quais estão subdivididas.

O casarão foi construído pela família Prata, tornando-se no primeiro quartel do século XX, propriedade da família Freire. Maria Freire de Aguiar ou Pequena Freire, como era conhecida, era filha do Cel. Pedro Freire de Carvalho e Laurinda Prata Carvalho, e esposa de Dr. Manoel dos Santos Aguiar, médico de renome nesta cidade. Após a morte de Dona Pequena Freire ocorrida no dia 05 de dezembro de 1975, o aludido casarão, assim como o solar do Cel. Pedro Freire de Carvalho, foram herdados por Pedro Freire Barreto de Andrade (Pedrito), único filho e herdeiro de Dona Pequena, fruto de seu primeiro casamento com José Barreto de Andrade, conforme a certidão de herança transcrita no Registro de Imóveis desta Comarca, datado de 23 de outubro de 1976. Devido ao seu problema com álcool, Pedrito começou a se desfazer dos bens e dos imóveis que herdara. Órfão de pai aos quatro anos de idade, foi criado por seus padrinhos de batismo Cel. Pedro Freire de Carvalho e Maria Júlia de Andrade Carvalho, após sua mãe D. Maria Freire de Andrade casar-se com Dr. Manoel dos Santos Aguiar, numa cerimônia realizada, em 30 de janeiro de 1940. Sua tutela foi entregue aos padrinhos diante de um acordo feito entre sua mãe e sua família, já que Dr. Aguiar não queria criar a criança.



À direita: Casa da professora Olda do Prado Dantas; à esquerda, professora Maria Virgília de Carvalho Freitas. Com fachadas de azulejos oriundos de Portugal, ambas as residências pertenceram a Família Prata, construídas no final do século XIX.
Foto divulgação

A mencionada propriedade mede 13,70m de largura na sua parte frontal e 12,30m de largura no fundo por extensão de 38,00m de frente a fundo. Na época contava com duas salas de frente, sete quartos, sala de jantar, cozinha, quintal murados com dois depósitos aos fundos. No segundo quartel do século XX, a propriedade foi alugada e transformada em pensão, inicialmente administrada pelo comerciante Corcino Cavalcante Lima e sua esposa Teresinha Nery Cavalcante. Comerciante nato, em abril de 1936, havia também reaberto sob sua direção o Café Central na esquina da Rua General Siqueira. Ao assumir a função de escrivão da Coletoria Estadual, em Ribeirópolis/SE, em meados da década de 1940, Corcino Cavalcante Lima passou a gerência da Pensão Familiar para seu filho José Cavalcante Lima, popularmente chamado de Liminha, que ocupava o cargo de carteiro da Agência de Correios e Telégrafos desta cidade. Este último era casado com Corina Hora Amaral, com quem teve cinco filhos, entre eles, o poeta Antônio Amaral Cavalcante⁸⁴, nascido em 11 de julho de 1946, que em uma de suas crônicas O zunido das cigarras⁸⁵, descreve internamente o antigo casarão com grande propriedade:

“(...) No salão principal, o das visitas, mantinha-se um conjunto de cadeiras de braço e sofá de palhinha, rodeando uma mesinha onde se expunham os únicos objetos propriamente decorativos da sala: um cristal, tão bruto quanto o gosto estético do meu pai, uma florista de alabastro levantando a saia e um caramujo gigante, tão raro naquelas bandas, onde eu costumava ouvir – como numa cornucópia – o barulho de hipotéticas ondas regurgitando distâncias nas areias de uma longínqua praia. (...)”

⁸⁴ Em Aracaju, Amaral Cavalcante fez política estudantil e participou ativamente do movimento de contracultura de Sergipe com Mário Jorge e Ilma Fontes. Em 1968, foi finalista do Concurso José Sampaio, promovido pelo Clube Sergipano de Poesia e, em 1970, conquistou o título de melhor poeta nordestino com o poema Romance da Aparição, no I Concurso de Poesia Falada do Nordeste. Exerceu as funções de Diretor de Promoções do Departamento de Turismo de Aracaju, da Galeria de Arte Álvaro Santos e da Fundação Estadual de Cultura (FUNDESC). Eleito, em 2010, para a Academia Sergipana de Letras, onde passou a ocupar a cadeira de número 39, que tem como patrono o poeta Joaquim Martins Fontes da Silva, e que foi ocupada pela professora e historiadora Maria Thétis Nunes, falecida em 25 de outubro de 2009. A solenidade oficial de posse ocorreu no dia 11 de julho de 2011, no Centro de Convenções de Sergipe, que contou com a presença do governador Marcelo Déda Chagas (1960-2013), além de artistas sergipanos e autoridades políticas. Foi ator do filme Sargento Getúlio, baseado no livro homônimo de João Ubaldo Ribeiro com roteiro escrito pelo próprio autor, juntamente com Hermann Penna e Flavio Porto. Com a direção de Hermann Penna, o premiado filme foi rodado em 1977 e lançado em 1983, e foi protagonizado pelo ator Lima Duarte, no papel do Sargento Getúlio (Disponível em: <<http://www.institutomarcelodeda.com.br/marcelo-deda-prestigia-posse-do-poeta-amaral-cavalcante-na-asl>> Acesso em: 19 out. 2018.

⁸⁵ Disponível em: <<http://grupominhaterraesergipe.blogspot.com.br/2015/05/o-zunido-das-cigarras.html>> Acesso em: 19 out. 2018.

Seguindo o corredor central chegava-se à sala de jantar, onde somente havia três vestustas mesas para muitos comensais e uma envidraçada cristaleira onde se guardavam as sobras ancestrais das louças e cristais familiares. Dali chegava-se à cozinha dominada por um velho fogão à lenha de ferro trabalhado, rodeado de prateleiras onde serenavam os alguidás, os tachos de cobre, os painéis de barro, os cacos de frigar lombos e os utensílios de temperar (...)

Artistas como Jackson do Pandeiro, Marinês, Wilson Simonal e Luiz Gonzaga foram hóspedes desta pensão. O rei do baião se apresentou por duas vezes no Cine Ipiranga, antigo Sylvio Romero, sendo que, sua última apresentação neste teatro, ocorreu no dia 10 de dezembro de 1953. A pensão de Liminha disputava hóspedes com o Hotel São José, de Raimunda Passos Cruz, inclusive aqueles que chegavam de Aracaju ou de outras cidades na marinete de Joviniano dos Santos, o Jove da Marinete, que era responsável pela linha de ônibus Simão Dias a Aracaju desde 1931. As marinetes viajavam para Aracaju desde o início da década de 1930. Em 07 de setembro de 1934 foi inaugurado um serviço de transporte de ônibus daqui para Aracaju, uma marinete de luxo de Antônio Barbadinho Neto, fixados nos dias de segundas, quartas e sextas-feiras. Cada ônibus comportava onze pessoas. O proprietário era simão di-



Marinete da Empresa Nossa Senhora de Fátima, fundada em 1953 – Linha Simão Dias a Aracaju

Fonte: Floriano Santos Fonseca

ense, filho de Joaquim Francisco de Andrade Barbadinho e Silvina Félix de Andrade, casado nesta Freguesia com Maria Rosa da Fonseca. Em 1937, Antônio Barbadinho aumentou sua pequenina frota, adquirindo um caminhão para levar passageiros de Simão Dias e regiões à capital baiana. Seu Jove da Marinete trabalhou nos seus últimos anos de vida para a Empresa Nossa Senhora de Fátima. A Firma foi fundada em 17 de janeiro de 1953, pelos sócios Josino José de Almeida e José Martins Neto, inicialmente denominada de Almeida Martins e Cia Ltda. A Empresa era composta de duas marinetes que transportavam passageiros nas linhas Simão Dias/Lagarto/Salgado/Aracaju. A primeira delas foi apelidada pelos populares de “vaidosa”. Seu Jove permaneceu na viação até sua súbita morte ocorrida na capital sergipana, no dia 29 de abril de 1960.

Depois que a família Cavalcante Lima mudou-se para a Capital, a pensão ficou sob a administração da senhora Hermenegilda Soares de Oliveira, que na época era proprietária de um pequeno botequim nas proximidades da Avenida Coronel Loyola. Dona Miné, como era popularmente conhecida, nasceu em Simão Dias em 13 de abril de 1922, filha de Estanislau Soares de Santa Catharina e Joanna Maria de Oliveira. Aos 06 de abril de 1950 nasceu um de seus filhos, Eraldo Soares de Almeida, casado desde 04 de outubro de 1976 com Rosinelda Leal dos Santos, fundadora e proprietária do Colégio Eduardo Marques de Oliveira. A pensão Dona Miné funcionou por quase duas décadas. O proprietário Pedro Freire Barreto de Andrade inesperadamente vendeu o imóvel para o pecuarista Jeconias Pinto de Almeida,

conforme consta na escritura de compra e venda, lavrada em 30 de julho de 1977. Perante o Tabelião, Pedrito Barreto foi representado por sua procuradora Elísia Montalvão, outorgando a propriedade em nome de Maria Virgília de Carvalho Freitas, esposa de Jeconias Pinto de Almeida. Na época, Dona Miné foi obrigada a fechar sua pousada. Ela tinha a pretensão de comprar o casarão, mas nem sequer pôde renovar o contrato de aluguel, visto que seus novos proprietários tinham planos para o imóvel. Dona Hermenegilda Soares de Oliveira falecera, em 04 de maio de 1996.

Desde setembro de 1937, neste ramo de hotelaria já havia sido fundada na cidade a Pensão Familiar ou Pensão Duas Irmãs, das coproprietárias Raimunda Passos Cruz e sua irmã Maria Cordélia Cruz, inicialmente localizada na Rua General Siqueira, e na década seguinte, cita a Praça Barão de Santa Rosa. Maria Cordélia Cruz formou-se em Arte Culinária, em dezembro de 1946, na Escola Doméstica Kate White, da cidade de São Salvador/BA. No início da década de 1950, deixou Simão Dias e foi para a capital do estado, para exercer a função de professora de Arte Culinária no SESI (Serviço Social da Indústria), empresa sergipana, fundada em 15 de maio de 1948. Com o egresso de Maria Cordélia Cruz, a pensão mudou sua nomenclatura para Hotel São José, que devido às excentricidades e dinamismo da administradora, era bastante frequentado, tanto pela sociedade simãodiense, como para aqueles que vinham de outras cidades. Em 31 de março de 1966, durante um almoço de confraternização oferecido em seu Hotel, D. Raimunda Felipe se despediu do ramo de hotelaria por onde passou cerca de trinta anos e assinou um contrato bilateral de compra, venda e aluguel com o comerciante Waldemar Andrade, que a partir dali, passou a gerenciar como seu, o Hotel São José. Ela, no entanto, passou a morar com seu filho Raimundo Ricardo Godolfim Cruz, na Rua General Siqueira.

Aos 17 anos, e assistido por sua mãe, Raimundo Ricardo Godolfim Cruz requereu uma Ação de Investigação de Paternidade contra os herdeiros de seu pai Ivo Moraes Godolfim, ex-fiscal do imposto de consumo, falecido a 04 de agosto de 1944. Julgada procedente a filiação paterna de Raimundo Ricardo, teve seu registro retificado com o nome paterno e seus direitos de herança garantidos, como descreve o Edital de 15 de maio de 1959, citado no jornal A SEMANA, de 30 de maio deste mesmo ano. Décadas depois, Raimunda Passos Cruz retomou o Hotel e o administrou até o início da década de 1990, quando, devido a sua idade e saúde frágil, despediu-se definitivamente da vida comercial, vindo a falecer em 02 de setembro de 1995. Divertida e direta, comportadamente uma “Dercy Gonçalves” do agreste sergipano, na década de 1980, Raimunda Passos Cruz chegou a se apresentar por três vezes no SBT, no Programa do empresário Silvio Santos. Ela também foi mencionada na revista VEJA, edição de 03 de setembro de 1997, numa reportagem que tratava da passagem por Simão Dias, do escritor peruano Mario Vargas Llosa, quando realizava suas pesquisas para o romance *A Guerra do fim de Canudos*. Segundo a VEJA, Vargas Llosa e seu guia Renato Ferraz, quando fizeram uma escala pela nossa cidade, em 1979, ficou hospedado no Hotel São José, de Raimunda Felipe. Ela sabendo pelo seu funcionário da presença do estrangeiro, invadiu o quarto do hóspede chamando-o “argentino”, no intento de conhecê-lo. No dia seguinte, quando os hóspedes se preparavam para seguir viagem, Dona Raimunda pediu carona até a cidade de Lagarto. Chegando ao seu destino, sentada no banco detrás do fusca, retirou-se cautelosamente do carro, e sem ao menos Vargas Llosa esperar, ela prendeu-se ao seu pescoço e tacou-lhe um beijo na boca. Mal sabia D. Raimunda Felipe que estava beijando um futuro Nobel da Literatura, prêmio que o escritor e jornalista recebeu em 2010.

O Hotel Joelma também funcionou na Praça Barão de Santa Rosa, na antiga propriedade do Deputado José Dória de Almeida, entre a década de 1980 e meados da década de 1990. Dorinha, de quem já citamos nesta obra, era filho de Jeconias José de Almeida e Rosentina Dória de Almeida, nascido no dia 09 de maio de 1911, na cidade de Lagarto/SE. Casou-se com Adélia Pinto de Mendonça, em 12 de setembro de 1933, sendo ela, filha de Júlia Neves Pereira e do Cel. João Pinto de Mendonça. Segundo informações da família, o Cel. João Pinto manteve um caso extraconjugal com D. Júlia Neves Pereira, oriunda de Pinhão, sem que ela soubesse que o mesmo já fosse casado. Desse relacionamento nasceram seus dois filhos: Adélia e Nelson Pinto de Mendonça. As duas crianças foram tiradas de sua mãe biológica ainda pequenas e levadas para Campo do Brito para viver com seu pai e sua legítima esposa Maria da Conceição de Andrade Dortas. Já adultos, os irmãos souberam do fato e procuraram conhecer D. Júlia Neves Pereira, apesar de nutrir por sua mãe adotiva sentimentos de gratidão e cuidado de filhos legítimos.

José Dória de Almeida era grande latifundiário e comerciante de prestígio nos meios financeiros entre os criadores deste estado e na Bahia, especialmente, na área da bovinocultura, acumulando por anos dezesseis fazendas e uma das maiores fortunas. Político temido e respeitado pelos simãodienses, apesar de não pleitear cargo a nível municipal, o líder da União Democrática Nacional (UDN), seção Simão Dias, militou na política partidária no âmbito estadual. Além de ser um dos fundadores UDN no Estado, foi Deputado Estadual por três mandatos consecutivos, até deixar a política para se dedicar aos seus interesses particulares. Segundo consta na obra *100 Anos de Eleições em Sergipe*, o Deputado José Dória de Almeida tomou assento na Assembleia Legislativa Estadual nos períodos de 1948-1950 (UDN); 1951-1954 (Coligação Democrática Sergipana); 1955-1959 (PR). Nas eleições de 03 de outubro de 1958, ainda concorreu a Assembleia Legislativa, pelo PR, mas ficou na suplência. (2002, p. 101-108). Vítima de uma síncope cardíaca, José Dória de Almeida morreu no dia 10 de julho de 1968, no Povoado Areal, quando viajava sozinho para uma de suas fazendas à margem da Rodovia Simão Dias-Frei Paulo. O seu corpo foi velado na sua Fazenda São José. Depois de celebrada as exéquias na Matriz de Senhora Sant'Ana, o cortejo fúnebre seguiu para Lagarto para ser sepultado no Campo Santo daquela cidade. Nas suas últimas homenagens esteve presente o Governador do Estado Dr. Lourival Batista.

O comerciante Licanor Dantas de Andrade, dono do Armazinho Licanor, situado na frente do antigo Caiçara Club de Simão Dias, decidiu mudar seus negócios para o comércio hoteleiro. Ele era filho de Joel Dantas de Andrade e Júlia da Silva Andrade, e casado desde 01 de março de 1962, com Raimunda Abreu de Andrade, filha de José Antônio de Abreu e Maria Jardelina de Abreu. Deste modo, alugou o imóvel de D. Adélia Pinto de Almeida, viúva de Dorinha, que em meados da década de 1990, pediu a obliteração do contrato de aluguel, justificando que, sua mãe D. Maria da Conceição Dortas de Mendonça (D. Caçula Pinto), em vida, teria doado o imóvel para a Igreja Matriz de Senhora Sant'Ana. A doação teria sido feita durante o paroquiano do Cônego Afonso de Medeiros Chaves, conforme foi registrado no Livro de Tombo, em 24 de outubro de 1954. Diante disto, Licanor Dantas de Andrade transferiu a sede do Hotel Joelma para a Rua de Sant'Ana. Após sua morte, a viúva Raimunda Abreu de Andrade assumiu o comando da hospedaria até o início do primeiro quartel do século XXI.



Praça Barão de Santa Rosa – Ao centro, Hotel Joelma de Licanor D. de Andrade.
Acervo do Memorial de Simão Dias

Ainda sobre os casarões de azulejos portugueses da Barão de Santa Rosa, a propriedade de Dona Olda do Prado Dantas, ladeada a residência da professora Maria Virgília de Carvalho Freitas, segue o mesmo padrão de sua estrutura na fachada frontal, porém, de proporção menor. Seus azulejos são datados da segunda metade do século XIX, seguindo os padrões da região de Aveiro, com revestimentos de estampilha azul e branco, com apontamentos manuais geométrico e três estrelas em cada aresta. Os azulejos também é composto por uma tarja nos cantos das extremidades, que ao se encaixar, forma-se a corporatura padrão. Em contrapartida, assentando habilmente com as formas de sua composição, o rodapé azulejado possui estampilhas quadriculadas azuis e realces pretos, perfazendo a organização estética e natural da sua principal fachada. Na parte superior, os azulejos unem-se a cimalha e a platabanda simples frontal decorada com cornijas, que esconde o telhado de duas águas. Possuem três vãos de janelas e porta de canto, ambas com verga e bandeira em arco pleno. As janelas guilhotina, atualmente travadas, são formadas por caixilharia de vidro, que guarnecem externamente as duas folhas internas verticais de madeiras. São emolduradas por ombreiras de alvenaria branca em alto relevo. Dona Olda do Prado Dantas adquiriu o imóvel já no terceiro quartel do século XX, no entanto, antes dela, o casarão pertenceu a Maria da Conceição Prata, nascida em 14 de junho de 1878, mais conhecida como Dona Pequena Prata, e a Amélia de Souza Prata, nascida em 01 de março de 1881. As duas irmãs pertenciam a tradicional família Prata, desta e da vizinha cidade de Lagarto, sendo filhas do político Cel. José Antônio de Souza Prata (Sinhô Prata) e D. Mariana Olympia de Souza Prata. Ambas morreram solteiras: D. Amélia, aos 77 anos, no dia 22 de janeiro de 1959, e D. Pequena, aos 83 anos, na manhã de 12 de junho de 1962. Com as reformas que a construção original recebeu, foi preservada em quase toda sua totalidade a fachada original, exceto a porta de madeira

que foi substituída por outra de metal de duas folhas, mantendo sua estrutura retangular e arco pleno, internamente emolduradas por vidraria, e, abaixo, as treliças na altura do rodapé.

A residência do Barão de Santa Rosa, que foi deixada para os seus legatários, está hoje sob os cuidados de sua bisneta Rosa Salustino de Carvalho, casada com o empresário Alberto de Carvalho, dono da Concorde Veículos e do Centro Empresarial Florípes Carvalho. Para entender a ligação da família Salustino com o Barão de Santa Rosa, é preciso relembra um pouco de sua história. O Barão de Santa Rosa não teve herdeiro naturais com nenhuma de suas esposas. Com a Baronesa D. Ana Freire de Andrade, ele adotou, ainda criança, Rosa de Andrade Carvalho, filha de Alípio de Andrade Dortas (1875-1960) e Maria Prata de Carvalho Dortas (1886-1906), de quem eram tios. Rosa de Andrade Carvalho (1904-1969) casou-se aos 22 de janeiro de 1920, com Dr. João de Mattos Carvalho (1893-1965), e desta união tivera seis filhos, dentre os quais, Ana Carmen de Carvalho Salustino (1920-1999), mãe de Rosa Salustino de Carvalho, que é atualmente a legítima proprietária. Rosa Salustino de Carvalho era filha do médico Dr. Manuel Salustino Neto (1907-1989) e Ana Carmen de Carvalho Salustino (1920-1999), nascida em 22 de novembro de 1957. Médico de renome na cidade, Dr. Salustino Neto era natural de Currais Novos/RN, filho do Desembargador Dr. Thomaz Salustino Gomes de Melo e D. Teresa Bezerra Salustino. Após concluir o curso de especialização na Universidade de La Plata/Argentina, e retornar ao Brasil, aceitou o convite para clinicar na cidade de Lagarto, contudo, escolheu Simão Dias para montar seu consultório, cita a Praça Barão de Santa Rosa, onde se localizava o Restaurante Tempero da Fazenda. Em 1936 passou a atender também pacientes em tratamento de olhos, equipando todo o seu consultório com aparelhos atinentes, tudo em ordem e posto em vitrines, como noticiou o jornal A LUTA, em 21 de junho daquele ano. Após casar-se com Carmita de Carvalho, em 12 de setembro de 1940, o casal recebeu de presente a majestosa e antiga casa de aposentadoria do Barão de Santa Rosa e o transformou em sua principal residência.

O Palacete do Barão de Santa Rosa, que foi edificado para sua aposentadoria, foi construído pelo mestre Pedro de Alcântara, o mesmo que depois teria sido contratado para construir a Igreja Matriz de Senhora Sant'Ana, inaugurada em 06 de janeiro de 1910. Segundo manuscritos do Desembargador Dr. Gervásio de Carvalho Prata, o casarão foi levantado no lugar onde o Barão tinha um pequeno prédio que servia de pouso para a família quando vinha à cidade. A maior parte de seu tempo viveu na Fazenda Santa Rosa, herança de família. O responsável pela obra seguiu à risca todo projeto arquitetural pela vastidão de seus salões de visitas e do refeitório, menos as linhas proporcionais dos cômodos. Bem preservado, é típico da arquitetura neoclássica em seu eixo de simetria.



Na sua fachada principal conta-se com quatro janelas e um portão de ferro que dá acesso ao hall de entrada. Os vãos têm vergas retas e as janelas de madeira possuem do lado direito guilhotina com caixilharia de vidro e arco pleno superior. Do lado esquerdo, possui as mesmas características, exceto, a presença de treliças de madeira. É emoldurada por ombreiras em alto relevo e na parte superior, uma sobreverga reta. Ainda em alto relevo há seis pilares entre as janelas e porta, além de elementos geométricos na parte superior do portão de ferro e da platibanda. Esta última que esconde todo telhado é formada por pináculos que circundam todo casarão. Os pilares possuem em suas extremidades capitel em frisos, que terminam logo abaixo das cornijas. O que atribui uma aparência menos colonial e estilo neoclássico são os portões de ferro, o principal de acesso ao casarão e o da lateral direita, que leva ao jardim e ao pátio de serviço. Ambos apresentam um suntuoso que fazer da serralheria na grade, dividido em duas partes até sua extremidade, sendo que superior a eles, há arcos bem trabalhados que nos relembra o leque. Este portão de acesso ao pátio e jardim do casarão possui características semelhantes à fachada principal, porém, além dos pilares em alto relevo e o capitel, há um diferencial: nos cantos de seus vértices superiores tem duas esculturas de cães. O muro foi construído por uma estrutura rígida e metade gradeada, delimitando os arredores que circundam o jardim e uma pequena área alpendrada.

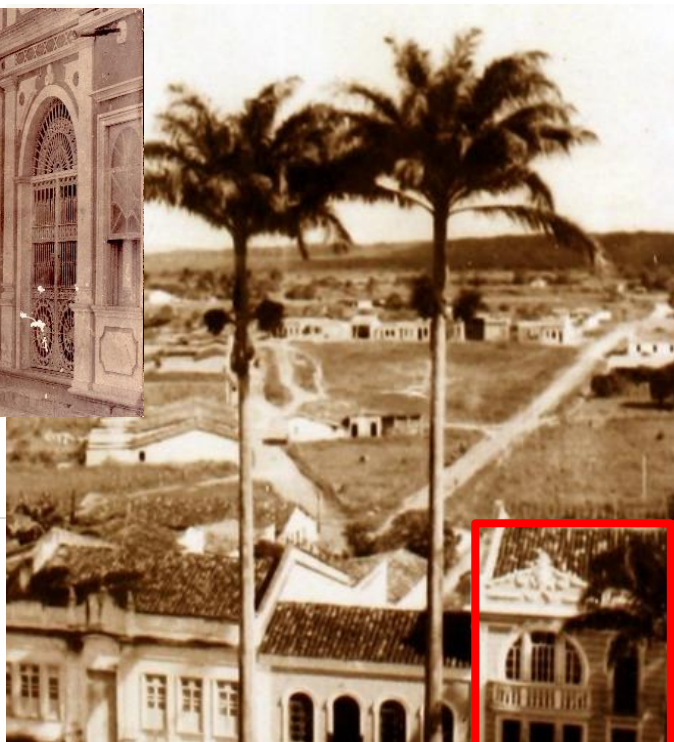
A casa é constantemente pintada, sempre alterando suas cores originais, embora não se tenha registro de sua cor primitiva. Numa de suas últimas reformas foi posto grades na sua frente como forma de conservar o casarão. Como os proprietários vivem na capital do estado, principalmente à noite, grupos se reuniam frente à casa e ficavam sentados no rodapé da frente, sem cuidados com o patrimônio que, diante de sua beleza histórica, deveriam ser preservados. Foi em um de seus salões, que o Barão de Santa Rosa, em 27 de dezembro de 1889, instalou o Club Republicano Simãodiense, reuniu e liderou o grupo político Peba contra o Cabaús, articulou negociações políticas e financeiras, hospedou Presidentes de Estado, como o General Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão, em 1903, e José Joaquim Pereira Lobo, em 1920, ofereceu luxuosos jantares como o da noite de inauguração da Igreja Matriz de Senhora Sant'Ana, em 06 de janeiro de 1910, recepcionou Arcebispos e Bispos, como Dom José Thomaz Gomes da Silva, em 1915; e durante as festas de Senhora Sant'Ana, abriu as portas de sua residência para receber as autoridades políticas do Estado, tradições que mantiveram seus herdeiros, após a Missa solene das 10:00 horas do dia 26 de julho, quando as autoridades políticas e eclesiásticas saem em cortejo da Igreja Matriz até a Casa Paroquial, confinante ao casarão.

Um dos prédios mais antigos da Praça Barão de Santa Rosa é o sobrado do Coronel José Zacharias de Carvalho. A história deste edifício está intimamente ligada ao fatídico evento do dia 30 de julho de 1894, durante as eleições presidenciais do Estado, pleiteada

pelos candidatos Coronel Manuel Prisciliano de Oliveira Valladão e Dr. José Luiz Coelho e Campos, ambos divididos entre as facções Pebas e Cabaús. Na ocasião, as tropas federais que representava o Coronel Sebastião da Fonseca Andrade, atiraram contra os jagunços e eleitorado do Coronel Nonô Zacharias, deixando a frente azulejada do sobrado toda crivada de balas, fatos contados anteriormente. Após a morte do Coronel Nonô Zacharias, em 17 de maio de 1896, a trágica lembrança deste dia ficou marcada até o primeiro quartel do século passado, quando o Coronel João Pinto de Mendonça adquiriu o imóvel e reconstruiu toda a sua fachada. A única reforma que se tem registro deste sobrado é a de 28 de julho de 1918. Segundo a nota do jornal A LUCTA, o engenheiro Dr. Floro Freire, da companhia *International Ore Corporation Limited*, foi convidado a ver a reconstrução da fachada do prédio do Cel. João Pinto de Mendonça, com aspecto mais moderno, seguindo o modelo fiel da planta elaborada pelo arquiteto Pedro Piedade. Na ocasião Dr. Floro Freire estava hospedado no Hotel Popular, de Firmo José dos Santos, empenhado pela construção de açudes e nas buscas de minas nesta região, especialmente, a mina de manganês, nas terras do Cel. Pedro Freire de Carvalho, do Barão de Santa Rosa, e de outros. Após a morte do Cel. João Pinto de Mendonça, em 22 de agosto de 1951, a propriedade passou para seu filho, o Prefeito Nelson Pinto de Mendonça, cujos familiares ainda hoje são seus proprietários. Na foto do prédio abaixo, datada do terceiro quartel do século passado, mostra a fachada com detalhes diferente da atual. Havia quatro portas retangulares no térreo, sendo que as três estreitadas seguiam os moldes da sacada acima, que depois foram substituídas pelo portão de ferro. No lado direito do piso superior, que era apenas uma porta, foi retirada e anexada duas delas com dois balcões de gradil de ferro. No piso térreo, logo abaixo da porta central superior acrescentou uma janela retangular, na mesma largura da porta do piso superior, ligada entre si pela mísula de cimento. Os vãos das três portas superiores são constituídos por um semicírculo ornado e por elementos de alto relevo que cercam a verga. Do ponto de vista estilístico a atual fachada do sobrado carrega características do estilo arquitetônico neoclássico incorporando elementos formais de natureza eclética. No nível térreo, a fachada está dividida por uma porta retangular almofadada e um imenso portão de ferro fundido com vãos de verga reta, ambos separados por uma janela central seguindo o mesmo formato e estilo da porta, exceto pelo detalhe do caixilho de vidro que protege a parte interna de folhas amadeirada.



Na imagem acima, ao fundo é possível, observar o sobrado do Cel. José Zacarias de Carvalho, o Cel. Nonô Zacarias no qual, junto com as tropas municipais, enfrentou a artilharia da Força Federal. (Foto de Jorge Barreto, 1909). Ao lado, em destaque, a nova fachada do sobrado, provavelmente inaugurada em 1918.





Atual fachada do sobrado do Cel. João Pinto de Mendonça.
Acervo Particular do autor

Em contrapartida, no andar superior, seguindo o padrão térreo, há três portas amadeiradas com caixilhos de vidros e sobrevergas alteadas, realçadas com ricos ornatos. Sob elas há balcões de ferro de grande projeção, porém, a varanda alargada a esquerda possui balaústres, ambos suportados por volumosas mísulas de cimento estucadas. Logo abaixo da platibanda lisa, interrompida por um o frontão triangular ornamentado de elementos em alto relevo, há uma cornija que con-

fere unidade ao conjunto, assim como nos seus vértices, possui pilares ornados de capitel também em alto relevo.

Sobre o antigo solar do Coronel Pedro Freire de Carvalho, o término de sua construção é datada de 1920, no entanto, parte dos recursos utilizados no início de sua edificação, foi adquirida durante a Guerra de Canudos, quando Pedro Freire, aos 29 anos de idade, e em sociedade com o Barão de Santa Rosa, forneceu víveres, forragens e transportes às tropas comandadas pelo General Claudio do Amaral Savaget, por contrato assinado durante a passagem da brigada nesta cidade, em maio de 1897. Atualmente sua beleza faz parte do patrimônio histórico do Município, em conjunto com os demais prédios preservados da Praça Barão de Santa Rosa. Segundo entrevista concedida por Dalva Barreto de Andrade⁸⁶, o palacete é réplica de outra casa que ele viu durante o período que estudou no Seminário Episcopal de Taubaté/SP. Era seu projeto construir um solar idêntico ao de São Paulo, por isso foi erguido aos poucos. A obra foi iniciada quando ele ainda estava casado com D. Laurinda Prata de Carvalho, e terminada, em 1920, quando ele estava casado com Dona Maria Júlia de Andrade Carvalho. Depois do ato civil e religioso de seu segundo casamento, em 28 de junho de 1917, os salões nobres do palacete, ricamente preparado e iluminado, foi oferecido um grande baile, que se prolongou até a madrugada. As comemorações se estenderam até o dia seguinte, quando o casal proporcionou para os seus amigos um grande banquete servido à francesa. Os noivos brindaram elegantemente após os discursos de Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho, Dr. José de Sá e Dr.

⁸⁶ Dalva Barreto de Andrade conviveu por décadas em companhia de sua tia D. Maria Júlia de Andrade Carvalho. Era artesã de bordados e pinturas, além de produzir estandartes para diversos movimentos da Igreja. Também era de sua responsabilidade, a decoração de altares e charolas durante os eventos produzidos por Dona Maria Júlia de Andrade Carvalho na Matriz de Senhora Sant'Ana. (MATOS, 1991, p. 17) Filha por adoção de Dr. Pedro Barreto de Andrade quando este era ainda solteiro, depois de seu casamento com D. Ester Dantas Vieira de Andrade, em 29 de janeiro de 1914, com acedência de sua esposa, foi morar na residência de seu pai na cidade de Capela/SE até quando ocorreu a morte prematura do magistrado, em 19 de julho de 1919 (MATOS, 2003, p. 09).

Pedro Barreto de Andrade, Juiz de Direito de Simão Dias e irmão da nubente. A animação ficou por conta da Filarmônica Lira Santa Cecília, que executou, entre tantas músicas, a *Mimosas Valsas*, *Ouverture* e *Felizes Nupcias*.

De estilo neoclássico e eclético, sua estrutura foi construída de cal e pedra sobre um porão alto, como os antigos sobrados do Período Colonial que conservava a altura elevada das janelas, protegendo a intimidade da família e proporcionando uma vista melhor da praça. Em todo palacete há mais de vinte janelas, sendo que cinco delas são frontais. Ambas são em formato retangular, com cornijas, frisos e ornamentos em volutas, e com sobreverga alteada em alto relevo. Os vãos são em verga reta de madeira e caixilho de vidros transparentes com detalhes vermelhos. A bandeira é fixa, com janela guilhotina que ornamente externamente as duas folhas internas de madeira almofadada. Sua planta arquitetônica é quadrada e simétrica, coberta por telhado em quatro águas, protegida por platibanda emoldurada em alto relevo e formas circulares, e em suas extremidades são delineadas por pináculos. No centro de fachada principal há um frontão com volutas ornadas sob um cariátide, assim como em cada um dos vértices do solar. As janelas estão divididas por pilastras almofadadas, interligada entre o capitel e a base do porão, revestida de pedra de alvenaria, na altura do muro balastrado que protege a varanda que dá acesso à entrada.

O estreito jardim fronteiro fica separado da via pública por um gradeamento metálico, engastado em pilares vistosamente enfeitado, com grandes peças de remate e um imenso portão de ferro fundido em arco pleno adornado em volutas. Sobre as colunas coroadas com delicado detalhe de capitel, no portão há duas estátuas de leão e um escudo que nos lembra um brasão, sendo que em um deles está cravado o ano de sua construção. Sobre os demais pilares um pináculo. A figura zoomórfica também aparece abaixo das colunas em alto relevo da parede que divide a propriedade e o jardim. Há duas escadarias no jardim, ambas de muros com balaústres: na primeira que dar acesso à varanda e a porta principal do palacete, acima das duas colunas primárias, são decoradas por pináculos e nas colunas acima das escadarias duas estatuárias femininas. A segunda nos leva ao escritório localizado do lado esquerdo da casa. Nessa fachada, especificamente, os pináculos da platibanda são substituídos por figuras decorativas e entalhes, dando mais vislumbre a esplêndida águia exposta no canto da parede. A porta e janela de madeira almofadada são enquadradas num semicírculo ornado com floraes em alto relevo. Acima da cornija reta superior do escritório, há um frontão quadrado separando a platibanda, e na lateral direita, logo abaixo do frontão decorado por outra majestosa águia, forma-se um arco pleno ligando seus vértices ao capitel. Aos fundos do jardim há uma porta de acesso que leva ao refeitório e as demais dependências do solar, entre elas,



Palacete do Coronel Pedro Freire de Carvalho. Embora sua cor predominante seja o branco, nesta época percebe-se que parte da fachada era colorida.
Acervo particular de Jorge Barreto Matos

O palacete da família Pedro Freire de Carvalho foi uma das residências mais importantes de Simão Dias. Ali serviram banquetes e jantares, receberam hóspedes das mais altas autarquias deste e de outros estados, fizeram bailes, e como diretora da Pia União das Filhas de Maria, durante o Congresso Eucarístico de 1953, Dona Marocas Freire, como era conhecida, hospedou padres, frades e freiras, além de oferecer o espaço como oficina de trabalhos manuais na confecção de ramalhetes, grinaldas, faixas, cartazes, escudos, bandeirolas, estandartes, entre outros.



Palacete do Cel. Pedro Freire de Carvalho visto por dois ângulos, dando uma visão do jardim e as três divisões do solar.
Acervo particular do autor

Um de seus últimos eventos realizados nos salões do solar foi à festa do Centenário do nascimento do Coronel Pedro Freire, ocorrido em 16 de abril de 1968. A solenidade foi idealizada pelo Prefeito Antônio Carlos Valadares, que designou comissões composta por Carlos Alberto de Oliveira Déda, Professor Udilson Soares Ribeiro, Raimundo Roberto de Carvalho, Maria Helena da Silva Tavares e as professoras Iolanda Rosa Montalvão e Olda do Prado Dantas, para a realização do evento. O Prefeito decretou ponto facultativo naquele dia, considerando que a data toca os sentimentos cívicos dos simãodienses pelos trabalhos prestados pelo Coronel Pedro Freire de Carvalho na esfera política e como republicano convicto, quando demonstrou suas qualidades como expedicionário de Canudos, como chefe de família, e tantos outros atributos. No palacete, a viúva Dona Marocas Freire acolheu diversas homenagens, tanto de seus amigos, como da imprensa. Chegaram telegramas de todos os setores políticos e de diversas partes do estado, além das autoridades e populares da cidade de Simão Dias. Nas ruas desfilaram alunos dos Ginásios Industrial e Carvalho Neto, do Grupo Escolar Fausto Cardoso e demais escolas do município. A alvorada ficou por conta da bandinha do Ginásio Carvalho Neto. Depois da Santa Missa na Matriz de Senhora Sant'Ana, em sufrágio da alma do homenageado, seguiram a multidão para o Cemitério São João Batista, onde o prefeito Antônio Carlos Valadares proferiu um discurso e depositou sobre o túmulo uma grinalda de flores. À noite, no Cine Brasil, o jornalista José de Carvalho Déda discursou fazendo um relato sobre a vida do Cel. Pedro Freire de Carvalho, frente à mesa de honra constituída pelas seguintes autoridades: Dr. Antônio Ferreira Filho (Juiz da Comarca), os Desembargadores Dr. Pedro Barreto de Andrade e Dr. Antônio Vieira Barreto, o ex-governador Dr. Sebastião Celso de Carvalho, o Deputado Estadual José Matos Valadares, os médicos Dr. Manuel Salustino Neto e Dr. Manuel de Souza Aguiar, o escritor Joaquim Góis, etc. Dr. Pedro Barreto de Andrade, representando a família, encerrou os discursos. Enfim, hoje a propriedade encontra-se praticamente fechada, contudo, sem perder sua suntuosa beleza que perdura por quase um século de história.

Outra casarão da Praça, que merece destaque, é a antiga residência do cirurgião dentista Dr. José Fraga Matos. Construída no primeiro quartel do século XX, é uma casa térrea que cativa a todos pelos seus traços arquiteturais, todo ornado no seu frontispício. De planta baixa e de influência neoclássica, as paredes da fachada frontal são guarnecidas por elementos em alto relevo, de pilares com capitel coríntio entre as quatro janelas e a porta centralizada. Os vãos das janelas são retangulares de madeira e vidro, possuem verga reta e sobreverga alteada, e logo abaixo das janelas, alinhada as vergas, uma espécie de balaústre ornado em alto relevo. A janela possui duas folhas de madeira que se abre para o interior, resguardado pela vidraça externa também em madeira e caixilhos de vidros. Sobre o friso e a cornija reta, lisa e corrida, está à platibanda decorada com elementos em alto relevo e dividida por três colunas que tem em todos os vértices um pináculo. Nos cantos sob o friso aparecem duas esculturas aladas; e propositalmente ou não, acima da sobreverga das janelas ladeada com a porta, envolto da bica aparecem duas figuras que nos lembra um dente com um rosto moldurado em alto relevo.



Antiga residência e família Fraga Matos (Foto 01); Dr. José Fraga Matos, sua esposa Celina Tavares Matos e um de seus filhos (Foto 02).

Acervo particular Maria Virgília Carvalho Freitas

Dr. José Fraga Matos era natural de Paripiranga/BA, nascido no dia 03 de fevereiro de 1897, filho do Cel. Joaquim de Mattos Carregosa e Joana Fraga Matos. Depois de cursar o Ensino Primário com o ilustre catedrático Francisco de Paula Abreu, ingressou no Seminário Sagrado Coração de Jesus, em Aracaju/SE. Ainda neófito, desistiu do sacerdócio e iniciou seus estudos na área de Odontologia, em julho de 1922, pela Faculdade de Medicina da Bahia, onde foi graduado doutor, em 19 de dezembro de 1925, juntamente com seu conterrâneo, estudante de medicina, Dr. Joaquim Fraga Lima. De volta a Paripiranga, em 06 de janeiro de 1926, acompanhado por Dr. Fraga Lima, foram recepcionados na Ferrovia de Salgado e trazidos por seus amigos em escolta, composta de três caminhões e dois automóveis e recebidos em sua terra natal com flores, palmas e vivas em profusão. É importante frisar que, antes de atuar como cirurgião nestas cidades, ele estreou sua profissão na região baiana de Monte Santo e Uauá, e também em Januária/MG. Aqui foi nomeado Delegado Sanitário, empossado em 25 de maio de 1934. Viveu mais de trinta anos ladeado de sua esposa D. Celina Tavares Matos, com quem casara, em 25 de setembro de 1929, na Matriz de Frei Paulo, filha de Conrado Tavares da Silva e Ana Carvalho Tavares. Deste casamento tiveram três filhos: A professora Maria Auxiliadora Tavares de Matos e os cirurgiões dentistas Dr. José Gildo Tavares de Matos e Dr. José Gilson Tavares de Matos. Este último formou-se em 10 de dezembro de 1954, passando a exercer a odontologia no Posto de Saúde Municipal de Simão Dias, no Hospital Bom Jesus e em seu gabinete, montado na residência de seus pais. Este consultório foi inaugurado em 03 de fevereiro de 1955, sob a bênção eclesiástica do Padre Manoel Magalhães de Araújo, Vigário Colado da Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio de Paripiranga. Dr. José Gildo Tavares de Mattos formou-se também pela Faculdade de Odontologia da Bahia, nos dias 04 de dezembro de 1959. Recém-formado e atendendo o convite do Coronel Egidio Nascimento, em abril do ano seguinte, tornou-se diretor do Posto Odontológico de Tucano/BA, onde também fixou residência. Mais tarde voltou a Simão Dias e montou seu próprio consultório, também anexo à residência de seus pais. Com o falecimento do seu pai José Fraga Mattos, em 16 de setembro de 1960, solicitou transferência para a cidade de Paripiranga/BA, pois assim poderia dar mais atenção à mãe, D. Celina Tavares de Mattos, e sua irmã, Maria Auxiliadora Tavares de Mattos, ainda na tenra idade. Nessa mesma época assumiu suas funções como dentista em Simão Dias, atendendo paralelamente nos dois Municípios, como fazia o seu pai. Atualmente, a propriedade ainda pertence à família. Embora exista numa das janelas a placa do consultório de Dr. José Gildo Tavares de Matos, o gabinete odontológico de Dr. José Gilson Tavares de Mattos, que funcionava nos fundos da casa e com acesso pelas laterais da residência, depois de sua morte, em 15 de agosto de 2013, foi demolido e transformado em pequenos espaços para serem alugados e funcionar como lojas e escritórios.

Concluindo a análise dos suntuosos casarões da Praça Barão de Santa Rosa, do lado direito da casa dos Fraga Matos, encontra-se o único prédio onde funciona a primeira escola pública

do Município de Simão Dias, o Grupo Escolar Fausto Cardoso. Construído durante o governo de Dr. Maurício Graccho Cardoso (1922-1926), o projeto inicial consistia na adaptação da Cadeia Pública Municipal, atual Memorial de Simão Dias, contudo, em decorrência de sua localização, o projeto foi reelaborado e o espaço foi mudado para a praça principal da cidade. O governo de Dr. Graccho Cardoso buscava criar as modalidades de escolas primárias em condições de salubridade e o prédio da Cadeia Pública Municipal dividia o muro com o Cemitério São João Batista, contrastando com as propostas higienistas. Assim, percebendo as condições insalubres para implantação do Grupo Escolar naquele local, o Presidente Graccho Cardoso encarregou o Engenheiro-Coronel Antônio Baptista de Mendonça, para que escolhesse com o Intendente Dr. João Mattos de Carvalho, um local mais adequado. Ficou decidido que o Grupo Escolar seria erguido na Praça Barão de Santa Rosa ou Praça da Matriz, e, em contrapartida, a Intendência expropriaria alguns imóveis residenciais centrados nas imediações, para obter espaço suficiente para a sua construção. Essa expropriação tinha como base o Decreto Nº 811, de 23 de maio de 1923, do eminente Presidente, que declarava **“de utilidade pública, na cidade de Annapolis, a desapropriação de diversos prédios, para a construção de um Grupo Escolar que se denominará Simão Dias”**. Se a proximidade do Cemitério com a Delegacia Pública foi a principal causa da transferência da construção do referido edifício para a Praça de Matriz, o que diria Dr. Maurício Graccho Cardoso a respeito da existência do Cemitério dos Missionários, mesmo que desativado, detrás do Grupo Escolar? Relembrando: havia uma necrópole arrabalde da Matriz, que segundo DEDA, **“tornara-se deficiente em proporção ao crescimento da população, e por isso, durante a administração de Nonô Zacarias, foi construído noutro local o Cemitério chamado São João Batista”**. De certa forma, a edificação do Grupo Escolar na praça principal acabou seguindo a finalidade do governo de Dr. Graccho Cardoso e do regime republicano, que era de construir prédios públicos em lugar de referência, e o estabelecimento de ensino ao lado da Igreja Matriz tornava-se modelo para a sociedade. Por isso o arquétipo dos Grupos Escolares deste governo eram majestosos edifícios, solenemente exposto nas vias centrais das cidades, transparecendo os preceitos pedagógicos, políticos, higienistas, arquitetônicos e modernos, ao contrário das escolas isoladas que foram abolidas posteriormente. Inicialmente denominado de Simão Dias, o Presidente Dr. Maurício Graccho Cardoso veio, inesperadamente, no dia 11 de abril de 1923, para inspecionar o local da construção do Grupo Escolar, fato relatado no Diário Oficial de Sergipe do dia 12 de abril de 1923:

“Na excursão que o Sr. Presidente do Estado acaba de fazer a Lagarto e Annapolis, no objetivo de observar pessoalmente os trabalhos que se fazem mister para a transformação das cadeias locais em escolas primárias teve a companhia do Professor Alencar Cardoso, diretor da Instrução Pública” (Diário Oficial de Sergipe, 12 de abril de 1923, Anno VI, nº 985. P. 4. Acervo: APES. Pacotilha: 1-23-Abril a Junho apud SILVA, 2009, p. 28).

Numa visita a redação do jornal A LUCTA, em maio de 1923, o engenheiro Adolpho Freire confirmou a decisão de construir o Grupo Escolar na Praça Barão de Santa Rosa, e que o início das obras estaria previsto para agosto do ano em curso. Durante o processo de instalação, o Grupo Escolar de Anápolis foi denominado Grupo Escolar Simão Dias, por decreto publicado em 23 de maio de 1923, contudo, por Ato Nº 08, de 10 de janeiro de 1925, do

Presidente Dr. Graccho Cardoso, o grupo tem sua nomenclatura mudada e passa a denominar-se Grupo Escolar Fausto Cardoso⁸⁷, personalidade sergipana que melhor representava os ideais republicanos. Quem dirigiu os trabalhos foi o engenheiro-Coronel Antônio Baptista de Mendonça, que deu início as escavações para os alicerces no dia 29 de outubro de 1923. Para colocar a primeira pedra fundamental foi designada uma comissão representativa do Presidente do Estado, visto que, na ocasião, Dr. Mauricio Graccho Cardoso não poderia estar presente. Na planta original do projeto o Grupo era composto de duas entradas laterais, com secretarias, quatro salões, sendo oito janelas de frente com jardim em roda. O orçamento inicial estava avaliado em 115:000\$000, mas com a obra concluída os valores atingiram 120:000\$000. No dia 02 de abril de 1924 o engenheiro construtor Coronel Antônio Baptista de Mendonça entregou o prédio já concluído ao representante do Presidente do Estado. Antônio Amorim trabalhou como administrador das obras, permanecendo na respectiva função por um longo período de seis meses. No dia 19 de abril de 1924, Dr. Graccho Cardoso chegou, inesperadamente, em Simão Dias, acompanhado de sua comitiva. Uma comissão composta por José Barreto de Andrade, Anphiloquio Valle, Antônio Alexandrino Filho, Emílio Rocha, Verçosa Pitanga, Bernadino Andrade, Jovino Benício, Alexandre Dutra Silva e Álvaro Costa Barros, foram encontrá-lo de automóvel na entrada da cidade. Entre a comitiva presidencial estava o Diretor de Instrução Coronel Manoel Correia Dantas, que chegando na Praça Barão de Santa Rosa, foram direto para o Grupo Escolar ainda denominado Simão Dias. O Presidente percorreu todo o prédio, observando-o detalhadamente cada cantinho da construção, dando por fim seu ultimato: “É o mais moderno do Estado”.

Com um retrocesso considerável da inauguração, o prédio foi aos poucos se deteriorando. Com as chuvas torrenciais de junho de 1924, o Grupo Escolar sofreu alguns estragos interna e externamente. O zinco da mansarda mostrava a madeira exposta. Em setembro de 1924 havia chegado as primeiras mobílias, passo inicial da inauguração, que aguardava mais uma vez o Presidente do Estado para presidir o solene ato. No entanto, só em 02 de abril de 1925, o edifício foi oficialmente inaugurado. Para o evento foi convidado para fazer o discurso de saudação ao Presidente Dr. Maurício Graccho Cardoso, o cognominado “rouxinol de Anápolis” Dr. Marcos Ferreira de Jesus. Em 28 de junho de 1925, a sociedade simãodiense homenageou o Presidente Graccho Cardoso colocando seu retrato no salão nobre do Grupo Escolar. Na solenidade, o encarregado escolar Dr. Abílio Vasconcelos Hora entrou no salão com representantes da imprensa e algumas autoridades locais, enquanto os alunos formados em alas cantavam o Hino Sergipano acompanhados pela Filarmônica Lira Sant’Ana. Aberta a sessão, o presidente da mesa Dr. Abílio Vasconcelos Hora convidou para secretariá-lo, o poeta Chagas e Silva e o Major José Manoel Palmeira da Silva. Depois de expor a razão da solene festividade, foram convidados para discursar, o jornalista Emílio Rocha, a Diretora Octaviana Odília da Silveira e os respectivos secretários. Por fim, descerrando as cortinas e

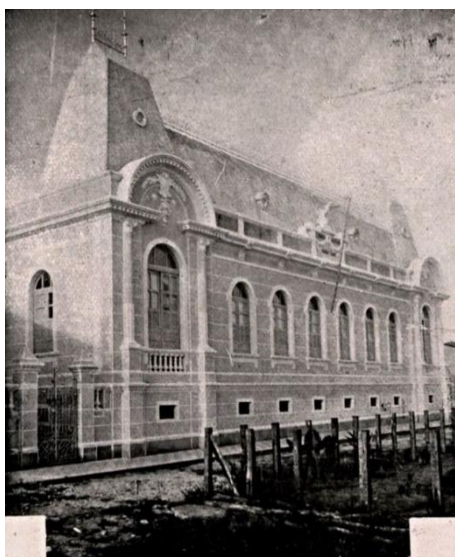
⁸⁷ Fausto de Aguiar Cardoso, advogado, filósofo, poeta e político (Divina Pastora 22.12.1864 – Aracaju 28.8.1906), considerado o discípulo dileto de Tobias Barreto, redigiu e colaborou com diversos jornais de Sergipe, de Pernambuco e do Rio de Janeiro. Advogado renomado, orador brilhante, se fez político, exercendo mandato de Deputado Federal (1901-1902), sendo também eleito para a legislatura (1906-1908). Em 1906, tendo fundado o Partido Progressista, lidera em Sergipe uma revolução que no dia 10 de agosto depõe o Presidente Guilherme Campos. Atingido por um tiro, disparado por um integrante das forças legalistas, aquartelado para repor a autoridade do Governo, morre na Praça do Palácio onde, seis anos depois, é homenageado. Publicou vários livros, destacando-se *Concepção Monística do Universo* (Rio de Janeiro: Laemmert, 1894), *Taxionomia Social* (Rio de Janeiro: Tipografia Moraes, 1898) e *Lei e Arbítrio*, discurso em defesa de uma ditadura parlamentar, pelo Congresso Nacional (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902). (BARRETO, Luiz Antônio. *Pequeno Dicionário Prático de Nomes e Denominações de Aracaju*. Aracaju: Ibetec/Banese, 2002.)

segundo com uma inspeção nos salões de ensino, ouviu-se uma animada exposição musical. A noite foi oferecido um baile na residência do jornalista Emílio Rocha.



Grupo Escolar Simão Dias. Segundo legenda da Revista Fon Fon, “uma das cidades mais próximas do Estado, sendo de certos aspectos para Sergipe, o que Uberaba é para Minas Gerais”.
Fonte: Revista Fon Fon. Anno XIX. Nº 12. Rio de Janeiro, 21.03.1925, p. 62.

No primeiro ano de funcionamento, foram matriculados 178 alunos, sendo 50 do 1º Ano, 50 do 2º, 44 do 3º, 30 do 4º e 04 do 5º Ano. O primeiro ano letivo foi encerrado em 28 de novembro de 1925, obtendo as seguintes promoções: Do 1º para o 2º Ano foram aprovados 07 alunos; do 2º para o 3º Ano, 08 alunos; Do 3º para o 4º Ano, 02 alunos; do 5º para o 6º Ano, 04 alunos, segundo os dados publicados no jornal A LUCTA de 29/11/1925. Para os exames compareceram Dr. Abílio de Vasconcelos Hora (Delegado de Ensino), o Cônego Philadelpho Macedo, o Farmacêutico Dr. Marcos Ferreira de Jesus, o Cel. Pedro Freire de Carvalho, José Benício Menezes Filho, João de Deus Teixeira, Daniel Silva (do Cine Jornal) e o poeta Abelardo Romero, do jornal A LUCTA.



Grupo Escolar “Simão Dias”

Fonte: Revista Fon Fon. Anno XIX. Nº 35. Rio de Janeiro, 29.08.1925, p. 55.

Sobre o majestoso prédio Fausto Cardoso, que de início foi avaliado no orçamento, uma quantia de 115 contos, é interessante observar as belas linhas arquitetônicas neoclássicas, com escadarias nas duas laterais dando acesso ao corredor, e desse, as salas e ao terraço, quatro salões amplos, secretaria e um pátio interno descoberto. Sob as salas um imenso porão com respiradouros, podendo prestar-se para vários fins. Nos corredores internos, há grandes portas de madeira que dá acesso às salas, cada uma com janelas de madeira envidraçadas e arco pleno superior. O formato da construção é da letra “U”, e bem na sua frente, na parte central e mais alta do prédio, uma notável e pujante águia de asas abertas, de olhar vigilante, prontas para o voo, brasão que indica talento e astúcia de homens notáveis, um dos símbolos que o governo Dr. Graccho Cardoso usava em quase todas

as suas obras. As torres erigidas na largura da linha horizontal do prédio, tinha em suas extremidades um gradil de ferro, muito bem elaborado e simetricamente distribuído acima do sótão masardo. Na primeira grande reforma realizada durante o governo do Major Augusto Maynard Gomes, as duas torres e o sótão foram retirados, mantendo-se intacta sua fachada, exceto o frontão que sustenta a águia. Este frontão toma forma de arco com frisos adornados, onde está subscrito o nome da instituição. Há também uma guirlanda em ambos os lados, que contribui com a decoração da fachada. O Fausto Cardoso tem em sua frente oito janelas divididas por salas, dando uma visão deslumbrante da magnitude da Praça Barão de Santa Rosa, sempre ladeada de prédios e um jardim que circunda a Matriz de Senhora Sant’Ana. Mas a dicotomia do mostrar/esconder ligada ao projeto arquitetônico é a sua imponência. Do propósito de atrair a atenção dos transeuntes e, ao mesmo tempo, manter a prudência dos seus alunos durante a aula, o Engenheiro-Coronel Antônio Baptista de Mendonça usou na construção a estratégia do uso de porões, escadarias e janelas mais elevadas, evitando que as crianças observassem o cotidiano e a paisagem da Praça durante suas atividades escolares, tática que também foi utilizada na construção de maior parte dos grupos escolares daquela época. Quando SANTOS (2009) faz uma análise a respeito das imponentes construções do governo de Dr. Graccho Cardoso, ele menciona o uso de uma sineta no Grupo Escolar Fausto Cardoso, que tinha como atribuição demarcar o tempo escolar. Este objeto hoje substituído por sirene e câmeras, era um elemento básico que junto ao relógio, cronometravam as atividades pedagógicas dos alunos, tornando-os obedientes, como se faziam as sirenes das fábricas.

Diante da instabilidade política provocada pela eclosão do Movimento Tenentista e a repercussão da Coluna Prestes no Norte da Bahia, algumas escolas foram ocupadas pela Força Pública do Estado de Sergipe, por ordem do Presidente Graccho Cardoso. Por ser divisa com o Estado baiano, a Força Expedicionária, composta de um batalhão montado e comandada pelo Capitão Jorge Freire de Távora, aquartelou-se no Grupo Escolar “Fausto Cardoso”. Um dos objetivos da Coluna liderada por Luiz Carlos Prestes era desestabilizar a ordem constituída do governo de Artur Bernardes. Vale ressaltar que, a Revolução se rebelou neste Estado, em 1924, e, no dia 31 de agosto, o governo enviou tropas para Anápolis (Simão

Dias), conforme mostra o telegrama do Presidente do Estado Graccho Cardoso, dirigido ao Intendente Dr. João Mattos de Carvalho, transcrito na íntegra no jornal O PALADINO, de 07 de setembro daquele mesmo ano. Os oitenta praças, batalhão policial, saiu de Aracaju no trem expresso, bem municiados, comandados pelo 2º Tenente João José dos Anjos, que assumiu também o cargo de Delegado de Polícia da cidade, por Ato Nº 55, do Presidente do Estado, de 04 de setembro de 1924. Em 1926 o governo agiu com mais rigor na tentativa de conter o movimento. De tal modo, os Grupos Escolares foram ofuscados diante da revolta e as aulas paralisadas. O ano letivo do Grupo Escolar Fausto Cardoso estava previsto para iniciar suas aulas no dia 01 de março de 1926, o que não ocorreu, como informou o ofício de Dona Octaviana Odília da Silveira à Diretoria Geral de Instrução:

“Em cumprimento ao meu dever levo ao conhecimento de V.Exa. que o Grupo Escolar ‘Fausto Cardoso’ desta cidade acha-se ocupado pela força pública aqui estacionada em defesa da legalidade, e que por tão justo motivo, deixa-se de ter início hoje, as aulas do alludido Grupo; logo parece que o mesmo seja desocupado, iniciarei as referidas aulas” (Ofício de 01.03.1926, da diretoria do GEFC para a DGI apud AZEVEDO, 2009, p. 232).

Neste curto espaço de tempo, as tropas estiveram em operação na cidade de Jeremoabo/BA, juntamente com outros soldados do Estado da Bahia, e o batalhão patriótico, liderado pelo Coronel João Gonçalves de Sá, que tolheram a incursão dos revoltosos naquela localidade, entrincheirando-os nos cerros de Jeremoabo. Após a retirada dos soldados do Fausto Cardoso, a direção informou a Diretoria Geral de Instrução, que o Grupo Escolar tinha muita sujeira acumulada deixada pela Força Pública. Em 22 de março de 1926, o batalhão reocupou o prédio (AZEVEDO, 2006, p. 229). As tropas regressaram contentados com seus feitos patrióticos, alguns retornaram a Aracaju, outros permaneceram aquartelados em Simão Dias, ambos municiados, aguardando para seguir novamente pelos ínvios sertões e retomar o combate contra os insurgentes. A reocupação da Força Pública inviabilizou o início do ano letivo mais uma vez e a Diretoria de Instrução foi novamente informada da impossibilidade de iniciar as aulas:

“Accusando o telegramma de V. Exa. tenho a dizer-vos que deixo de iniciar, hoje, os trabalhos lectivos do Grupo Escolar Fausto Cardoso, em virtude, do mesmo, achar-se muitissimo sujo, em completa immundisse devido a estadia da força pública; e que, após rigoroso asseio, o qual será feito com a maxima urgência, iniciarei os referidos trabalhos” (Ofício de 16.03.1926, do Grupo Escolar Fausto Cardoso para a Diretoria Geral da Instrução apud AZEVEDO, 2009, p. 233).

Entre os dias 24 e 25 de março o Presidente Dr. Graccho Cardoso veio a Simão Dias em companhia do General Marçal Nonato de Faria e sua comitiva, inspecionar as tropas aquarteladas no Grupo Escolar Fausto Cardoso, hospedando-se todos no palacete do Coronel Pedro Freire de Carvalho. O Intendente José Barreto de Andrade encomendou uma Missa campal na Praça da Matriz, em Ação de Graças pelo regresso das tropas sergipanas, que contou com a presença do Presidente do Estado e sua comitiva, autoridades locais, oficialidades, praças e o povo. Após a Missa, o Padre Dr. João de Mattos Freire de Carvalho proferiu seu discurso incitando as tropas a cumprir seu dever patriótico. Em seguida falaram o General Marçal Nonato de Faria e Presidente do Estado, que reforçou as palavras do Vigário, sendo respondido com um eloquente e patriótico improviso do comando da Força Pública, representado pelo Capitão Jorge Freire de Távora. Por fim, não só o Presidente do

como o General, abraçou a oficialidade. Foram erguidos os vivas a República, as altas autoridades, a nação e a Força Legalista de Sergipe. A Infantaria desfilou pela Praça montada em seus cavalos, encerrando assim a solenidade. (A LUCTA, 28.03.1926, p. 01). Dias depois, a Força Expedicionária deixa Anápolis. Na mensagem de 1926, o Presidente Dr. Graccho Cardoso justificou os problemas na área educacional alegando que **“há de adiantar que em vários municípios, especialmente o de Anápolis, o Grupo escolar esteve ocupado durante mais de dois meses com as forças que ali estacionaram em defesa à provável invasão dos rebeldes”** (SERGIPE, 1926, p. 81 apud SANTOS, 2009, p. 173). As aulas finalmente foram iniciadas no dia 12 de abril de 1926 (AZEVEDO, 2006, p. 229). Para o encerramento das aulas no primeiro ano de funcionamento do Grupo Escolar, foi realizada as solenidades de férias, no dia 28 de novembro de 1926, da qual teve o Padre Domingos Fonseca de Almeida como Presidente da sessão. O diretor Dr. Marcos Ferreira de Jesus proferiu seu discurso e encaminhou seus alunos para receber seus diplomas e a avaliação da prova escrita. Depois seguiu-se a sessão de recitativos, cantos e monólogos. A aluna Lucila Macedo Freitas fez um pronunciamento comovente, despedindo-se de seus colegas e de sua professora Dona Octaviana Odília da Silveira. Durante a solenidade houve uma exposição de bordados, desenhos e costuras produzidos pelos alunos do Grupo Escolar, e nos intervalos a Filarmônica Lira Sant’Ana tocou diversas peças, enquanto as senhoritas distribuíam bombons entre os presentes. No terceiro ano de funcionamento do Fausto Cardoso, o número de matrícula decaiu devido a uma epidemia de coqueluche que tinha se alastrado em Simão Dias, como cita AZEVEDO em sua dissertação intitulada “Grupos escolares em Sergipe (1911-1930): Cultura escolar e civilização”, fazendo referências ao relatório do Delegado Regional de Ensino Florival de Oliveira, depois de visitar a Unidade, em 17 de setembro de 1928. Segundo o relatório, foi verificado os seguintes registros: 1ª classe 51 alunos, sendo 21 meninos e 30 meninas; 2ª classe 23, sendo 12 meninos e 11 meninas; 3ª classe 28, sendo 10 meninos e 18 meninas; 4ª classe 12, sendo 03 meninos e 09 meninas (2006, p. 157).

Quanto a estrutura arquitetural do Grupo Escolar Fausto Cardoso, apesar de achar-se em bom estado de conservação, em 16 de fevereiro de 1927, o edifício encontrava-se com a mansarda necessitando de segurança, não só para prevenir prejuízos na cobertura, como também para evitar o gotejamento das águas pluviais, informação essa que foi registrada no Termo de Visita realizada pelo Delegado do Ensino Antônio Xavier de Assis (AZEVEDO, 2009, p. 11). Além desses reparos, até a década de 1950, há registros de mais duas reformas: uma ocorrida durante o governo do Major Augusto Maynard Gomes (1930-1935), e outra, durante o governo de Arnaldo Rollemberg Garcez (1951-1955). Durante a primeira reforma, praticamente resolveu o problema da cobertura, retirando as duas torres e a mansarda, vindo a ser reinaugurada no dia 17 de junho de 1934. No ato inaugural estiveram presente o Dr. Marcos Ferreira de Jesus (Diretor), José de Carvalho Déda (Intendente Municipal), Dr. Waldemar Fortuna de Castro (Juiz Municipal), Cônego Domingos Fonseca de Almeida (Pároco), entre outros. Os alunos cantaram diversos hinos patrióticos e o Reverendíssimo Vigário formalizou a bênção do novo prédio. O Interventor Major Augusto Maynard Gomes não esteve presente na festividade, entretanto, durante os discursos seu nome foi lembrado por dotar nesta cidade um dos estabelecimentos de ensino mais bonito, mantendo-se a principal essência, marca do governo de Dr. Maurício Graccho Cardoso.



Grupo Escolar Fausto Cardoso com visão parcial expondo o formato da letra “U”, símbolo de Graccho Cardoso
Acervo do Memorial de Simão Dias

O prédio sofreu algumas modificações internas durante as reformas ocorridas na segunda metade do século XX. O piso de madeira foi substituído por concreto e as pontas finais do edifício foram acrescidas com duas salas do lado direito, e outra à esquerda, acima do banheiro. Neste caso o jardim foi retirado e o espaço de recreação que chegava ao muro, e que torneava o prédio, foi diminuído. No muro frente às escadarias central, onde antes haviam dois banheiros, hoje há uma área coberta. Do seu lado direito foi construída a cantina, e do esquerdo, o depósito.

Quanto ao corpo administrativo do Grupo Escolar, por ordem nomeados foram à professora Octaviana Odília da Silveira (1883-1975), Dr. Marcos Ferreira de Jesus (1893-1983), Dr. Manoel Santos Aguiar (1905-1986), José de Carvalho Déda (1898-1968), Professora Agnor Hora Fonseca (1905-1992), Professora Matilde Dortas Rodrigues, Maria Nize Carvalho Matos, Ana Lúcia Menezes Santos, Maria de Lourdes Santos Cruz, Misalva Martins de Andrade, Maria do Carmo Santos Ribeiro, Domingos José da Silva, Cleonice Pinto de Farias e Vera Cristina Carvalho Oliveira. A professora Octaviana Odília da Silveira nasceu em 08 de julho de 1883, filha legítima de Maria Rosa do Nascimento, e por adoção, de José Leopoldino da Silveira Collête (Zé Collête) e Belmira Baptista da Silveira, moradores desta Freguesia. Segundo as fontes orais, a ilustre preceptora era afilhada de D. Ana Freire de Andrade, a Ba-



Octaviana Odília da Silveira
Diretora do Fausto Cardoso
Acervo particular do autor

ronesa de Santa Rosa. Estudou o Ensino Primário, e deste modo preparada, logo assumiu uma cadeira de primeiras letras neste Município. No exercício de suas funções teve uma trajetória profissional admirável, chegando a ser a primeira professora pública nomeada de Simão Dias. Em 1913, ela dava aula para uma turma mista composta de 44 alunos, na época era a única instituição de ensino particular da cidade. Foi professora da

Escola Isolada do Bairro Bomfim, fundadora e professora da Escola Menino Jesus, situada na esquina da Praça da Matriz, onde se localiza o antigo prédio da Telergipe. Sem formação acadêmica, ainda ocupou o cargo de Diretora do Grupo Escolar Fausto Cardoso. Durante o governo de Graccho Cardoso, a nomeação de diretor escolar deveria recair para professores que tivesse aptidão pedagógica comprovada, experiência como docente no ensino primário e competência administrativa na ordem dos trabalhos que regia. Assim, em 1925, D. Octaviana foi designada para assumir a diretoria do Fausto Cardoso em caráter provisório, sendo substituída no semestre seguinte por Dr. Marcos Ferreira de Jesus. Já na década de 1930, ela aparece como diretora do Colégio privado Jesus, Maria, José.

O jornal A LUCTA, de 25 de novembro de 1917, publicou uma nota sobre os exames finais realizados na Escola do Bomfim, da qual fizeram parte da banca examinadora o Juiz de Direito Dr. Pedro Barreto de Andrade, o Juiz Municipal Dr. Francisco Itabyra de Britto e a professora regente da turma D. Octaviana Odília da Silveira. Esta mesma Escola ainda foi noticiada pelo mesmo hebdomadário, em decorrência dos últimos exames da turma de meninas, ocorrido entre os dias 22 e 23 de novembro de 1921. Desta feita, fizeram parte da mesa examinadora Dr. Francisco Itabyra de Britto, José Manoel Palmeira de Silva, as professoras Marocas Ribeiro e Maria Rosa Mendonça (Sinhazinha). Terminado os exames, D. Octaviana comemorou com suas alunas, desfilando pelas ruas e cantando diversos hinos pátrios, fazendo uma pequena pausa na passagem pela redação do jornal A LUCTA. Neste período inda era costume as escolas primárias participarem das solenidades cívicas, especialmente o dia da Independência do Brasil e o 24 de outubro (feriado em que se comemorava a emancipação política de Sergipe). Em 21 de novembro de 1920, os alunos e alunas das Escolas Primárias participaram de uma sessão solene na sede do Conselho Municipal, presidida pelo Barão de Santa Rosa. Às 11:00 horas, quando o presidente da casa adentrou no salão nobre do Conselho, as crianças entoaram solenemente o Hino Sergipano. D. Octaviana foi convidada para ler as notas de seus alunos, sendo, em seguida, julgadas todas as redações que se achavam sobre a mesa. Houve a recitação de poesia que antecedeu o término da sessão, e, na parte da tarde, o desfile cívico coordenado pelas professoras Octaviana Odília da Silveira, Maria Rosa Mendonça (Sinhazinha) e Maria das Dores Barros. Quando foi designada para reger a cadeira do ensino primário em Estância/SE, D. Octaviana mudou-se, em 20 de fevereiro de 1923, para aquela cidade. Entretanto, em abril deste mesmo ano, o Presidente Graccho Cardoso revogou sua permuta, reintegrando-a ao quadro de professoras de Simão Dias, e, conseqüentemente, removendo D. Ana Bezerra desta cidade para a vaga, em aberto, na cidade de Estância. No dia 15 de maio de 1923, foi rezada uma Missa em Ação de Graças pelo regresso de sua preceptora, onde compareceram as Irmandades do Sagrado Coração de Jesus e a Pia União das Filhas de Maria, a Filarmônica Lira Sant'Ana e diversas pessoas. Depois acompanharam-na até sua residência, onde discursou José Manuel Palmeira da Silva e a própria homenageada, que agradeceu aos presentes. Extremamente religiosa, D. Octaviana Odília da Silveira ocupou funções importantes em diversos movimentos da Igreja Matriz de Senhora Sant'Ana: Presidiu o Apostolado do Sagrado Coração, fundou aqui a Ordem Terceira de São Francisco, foi devota fervorosa da Pia União das Filhas de Maria, presidente dos Santos Anjos da Guarda e do movimento da catequese. Na Irmandade Franciscana ela recebeu o nome de Irmã Beatriz. Solteira, D. Octaviana faleceu no dia 26 de setembro de 1975. No ano seguinte, foi inaugurada a Escola pública Municipal do Povoado Brinquinho, a quem dera o nome de Grupo Escolar Otaviana Odília da Silveira, tributo a ilustre educadora.

A pedido do Coronel Pedro Freire de Carvalho, no primeiro ano de funcionamento do Grupo Escolar Fausto Cardoso, o Presidente do Estado Graccho Cardoso nomeou Dr. Marcos Ferreira de Jesus para assumir a direção da Escola. Sua posse ocorreu em 30 de outubro de 1926, sendo iniciado o ato solene, às 10:00 horas da manhã, com uma passeata saindo de sua residência até o Grupo Escolar, acompanhado pelas autoridades, por um crescido número de amigos, pela Lira Sant'Ana e os alunos, ambos formados em duas alas. Lá foi recebido pelas professoras, que o acompanhou até a sala de recepção, onde se ouviu os discursos de D. Octaviana Odília da Silveira, do encarregado escolar José Manoel Palmeira da Silva⁸⁸, do farmacêutico João de Deus Teixeira e do Vigário Padre Domingos Fonseca de Almeida. Dr. Marcos Ferreira falou por último, num breve improviso. Depois que a professora Octaviana expôs vários trabalhos de arte de suas alunas, o novo diretor percorreu todos os salões do Grupo Escolar, acompanhado do Intendente Municipal José Barreto de Andrade. A noite ofereceu, em sua residência, um baile para seus amigos.



Dr. Marcos Ferreira de Jesus
Diretor do Fausto Cardoso
Acervo particular de Maria Virgília de C. Freitas

Marcos Ferreira de Jesus nasceu em Simão Dias no dia 24 de março de 1893, filho de Marcos Ferreira de Jesus e de Maria de Araújo Ferreira. Aqui iniciou o curso primário, depois entrou no internado do Padre Philadelpho Macedo, até viajar com o aludido Vigário para Manaus/AM, onde passou a estudar num Seminário. Mudando-se, em 1909, para Salvador/BA, estudou no Colégio Florêncio, onde fez o curso preparatório para Farmacologia. Concluiu o curso de Bacharel na Faculdade de Farmácia da Bahia, em 1915. Iniciou sua carreira de Farmacêutico no Estado do Pará, e, em 1918, retornou a Simão Dias, onde instalou sua própria Farmácia. Durante anos passou a atender a domicílio, inclusive no interior do Município, montado no lombo de um cavalo. Depois de alguns anos, transferiu sua Farmácia para a cidade de Jeremoabo/BA. Casou-se por lá, em 31 de janeiro de 1922, na Freguesia de São João Baptista, com D. Olga de Sá Ferreira, com quem teve três filhos: Marcos, Luciano e Cordélia de Sá Ferreira. Naquela cidade

foi nomeado diretor do Grupo Escolar. Também foi convidado para concorrer ao cargo de Deputado Estadual pelo Estado da Bahia, mas recusou o convite. Posteriormente voltou a Simão Dias e associou-se à Manoel da Fraga Dantas, na compra de uma nova Farmácia.

Por questão política, o Presidente de Estado Manuel Correia Dantas, durante o seu terceiro mandato (1927-1930), exigiu que o Diretor da Instrução Manoel Franco Freire demitisse Dr. Marcos Ferreira do cargo de diretor do Grupo Escolar Fausto Cardoso. Franco Freire tentou argumentar que Dr. Marcos Ferreira era tido como um dos melhores diretores, e que precisaria ser revista essa demissão. No entanto, Manuel Dantas não cedeu. Franco Freire, diante da atitude partidária

⁸⁸ Nomeado encarregado escolar de Anápolis, por Decreto de 26 de outubro de 1926. CORREIO DE ARACAJU, 27.10.1926, p. 01)

ria do então Presidente, preferiu afastar-se do seu cargo de Diretor de Instrução a demiti-lo injustamente. Em 04 de abril de 1929, Dr. Marcos Ferreira de Jesus foi exonerado de seu cargo, tendo sua demissão repercutida em todo cenário político sergipano. Essa demissão foi resultado de sua escolha partidária no processo de supressão da Comarca de Simão Dias, arquitetado pelo próprio Cel. Pedro Freire de Carvalho, quando se declarou contrário à sua extinção. Na ocasião, Dr. Marcos Ferreira intentou uma ação contra o Presidente Manuel Correia Dantas, e após ser julgada procedente, o Governo recorreu à Justiça. Reanalizando a apelação interposta pelo Estado através do Meritíssimo Juiz dos Feitos da Fazenda Dr. João Dantas de Brito, em 05 de novembro de 1929, o Tribunal de Relação sentenciou improcedente a ação de Dr. Marcos Ferreira de Jesus. Com a Revolução de 1930 e a destituição do Presidente Manuel Correia Dantas, foi possível reparar a injustiça e Dr. Marcos Ferreira foi reintegrado ao cargo de diretor do Grupo Escolar, por meio do Decreto Nº 13/30, do Presidente Provisório do Estado, sendo empossado em 23 de novembro de 1930. Para isso, o mesmo renunciou algumas vantagens a ele concedidas para permanecer frente à gestão da instituição de ensino. O ilustre diretor foi reempossado com fastos, numa solenidade que contou com a presença de alunos e preceptores, pais de alunos, parte da população anapolitana e políticos aliados como o Bacharel Dr. Gervásio de Carvalho Prata. Este proferiu o discurso receptivo ao ilustre diretor, que, em seguida, foi conduzido a cátedra da Diretoria. Segundo disse o Desembargador, na conclusão de seu discurso: **“Levai-o nas vossas mãos até à cathedra da Directoria, transportado pelo povo numa demonstração symbolica de que os verdadeiros valores humanos não se anniquillam com a prepotência do poder que passa, mas sobrevivem mais fortes e puros no fervor das multidões conscientes”** (Dr. Gervásio Prata, 1930).



Alunos do Grupo Escolar Fausto Cardoso, turma de 1940. Ao centro, Dr. Marcos Ferreira de Jesus, e a sua esquerda, a professora Otaviana Odília da Silveira.

Acervo particular de Maria Virgília de C. Freitas

Diante da competente administração de Dr. Marcos Ferreira de Jesus, no dia 08 de setembro de 1935, foi posto em um dos salões do Grupo Escolar o seu retrato. Durante a solenidade presidida por Dr. Mário Rocha, estiveram presentes representantes da imprensa e outras personalidades. Uma das oradoras do cerimonial foi a senhorita Edna Soares, que enalteceu a personalidade de Dr. Marcos Ferreira, e, em seguida, foi descerrada a cortina que cobria o

retrato entre aplausos dos presentes. A Filarmônica Lira Sant'Ana tocou diversos hinos. Ainda na residência do Diretor, ouviu-se as palavras do integralista José Alves de Souza e a do próprio homenageado, que, por fim, ofereceu um chá dançante.

Durante o pleito eleitoral de 14 de outubro de 1935, Dr. Marcos Ferreira foi eleito Intendente de Anápolis (atual Simão Dias), tomando posse de seu respectivo cargo no dia 01 de dezembro. Para se dedicar as suas novas funções, o então Interventor Federal do Estado o exonerou do cargo de diretor do Grupo Escolar e nomeou para substituí-lo, o médico Dr. Manuel dos Santos Aguiar. Para Dr. Marcos Ferreira sua exoneração era desnecessária, visto que, os trabalhos da Intendência não o impedia de administrar o Grupo Escolar. No entanto, seu regresso a direção do Fausto Cardoso só ocorreu em dezembro de 1937, após sua renúncia do cargo de prefeito. Na área da Educação, Marcos Ferreira ainda ocupou o cargo de Inspetor Geral do Ensino Normal e Primário (1945) e Presidente do Conselho Administrativo da Escola Industrial de Sergipe. Na área política, a convite do Interventor Federal Major Augusto Maynard, foi nomeado Diretor do Departamento de Municipalidades e Subsecretário Geral do Estado, neste governo e nos governos de Dr. Francisco Leite Neto (1945) e Antônio de Freitas Brandão (1946-1947). Filiado no Partido Social Democrático (PSD), foi eleito Deputado Estadual, no pleito de 02 de dezembro de 1946, e Presidente da Assembleia Constituinte. Um ano depois renunciou ao cargo para assumir, por Decreto de 21 de agosto de 1947, do Governador José Rollemberg Leite (1947-1951), a Prefeitura Municipal de Aracaju. Foi eleito suplente a Deputado Federal por Sergipe, em 03 de outubro de 1950, vindo a tomar assento em abril de 1954, quando o titular Dr. Antônio Manuel de Carvalho Neto veio a falecer. Depois que deixou a Câmara Federal, Dr. Marcos Ferreira retomou o cargo de Inspetor Geral do Ensino Normal e Primário e, concomitantemente, o cargo de Diretor Presidente do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal, onde passou quatorze anos. Dr. Marcos Ferreira de Jesus foi presidente da Academia Sergipana de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e do Conselho Regional de Farmácia, além de fundador e secretário-geral da Sociedade Artística de Sergipe (SCAS). Como jornalista fundou o jornal O ORÁCULO de Simão Dias (1926), tornando-se diretor e redator do tabloide, diretor e redator do DIÁRIO DE SERGIPE e presidente da Associação Sergipana de Imprensa. Depois de abandonar a vida pública, passou a dedicar-se a atividades intelectuais e à maçonaria. Desta última tornou-se Grão-Mestre. Morreu, aos 90 anos de idade, em 01 de dezembro de 1983.

Dentre os docentes que marcaram a importante trajetória do Fausto Cardoso, tiveram destaques às professoras Maria Rosa de Mendonça, Consuelo Freire de Almeida, Agrippina Ferreira Alves, Isabel Nabuco, Daura de Aguiar Britto, Rita Guimaraes Hora Santos, Ana Santa Rosa de Carvalho, Iolanda Rosa Montalvão, Olda do Prado Dantas, Vandete de Oliveira, Vanda de Carvalho Guerra, Bernadete Daltro Tavares, Silvina Prata Góis, Dalva Déda Fraga, Aliete da Silva Andrade, Norma Carvalho Vieira, Maria Tereza dos Santos Mendes, Maria Nery Varjão, Alzira Macedo Déda, Cecília Cardoso Silva, Nailde de Carvalho Matos, Enedina Chagas Silva, entre outras.



Olda do Prado Dantas
Acervo particular da Família Dantas



Nas escadas do Fausto Cardoso, as professoras Norma Carvalho Vieira, Miralda Borges Rezende Silva, Maria Nery Varjão, Rosália Freire de Carvalho, Miletta Alves de Oliveira Andrade, Aliete da Silva Andrade, Josephina Souza, Emília Guimarães (Ano 1967). Aos fundos ainda aparece a sineta, que era utilizada como sirene para cronometrar as atividades pedagógicas.

Acervo particular de Família Dantas

Das mestras supracitadas, mas não menos importante, daremos destaque a Olda do Prado Dantas, exímia educadora, nascida em Simão Dias, em 03 de março de 1912, filha de Manoel da Fraga Dantas e Grigória do Prado Dantas. Aos 06 anos de idade obteve o conhecimento das letras, estudando na Escola Isolada Monsenhor Daltro, fundada e administrada por sua mãe. Posteriormente, mesmo sediada na residência dos Fraga Dantas, esta Escola passou a pertencer ao Município, contudo, continuou sendo administrada por sua fundadora. Terminado o curso primário, Olda do Prado mudou-se para o Município de Ponte Nova/BA, para estudar no Colégio Americano Cassius Bixiler, onde completou seus estudos e formou-se em 11 de novembro de 1934. Retornando a Simão Dias foi nomeada professora das Escolas Reunidas Augusto Maynard, por Ato Nº 161, do Prefeito Dr. Marcos Ferreira de Jesus, datado de 13 de maio de 1936. Na ocasião, o eminente gestor tinha a finalidade de reunir todas as Escolas Isoladas do Município num único prédio, projeto sancionado por Ato Nº 157, Art. 01, da Lei Nº 02, de 08 de abril de 1936. A denominação das Escolas Reunidas Augusto Maynard, foi sancionada por Lei Nº 162, de 13 de maio de 1936 e inaugurada no dia 17 deste mesmo mês e ano, sendo nomeada diretora da Instituição, a eminente professora D. Grigória do Prado Dantas. Em 02 de maio de 1939, ela também foi designada para exercer a função de diretora interina da “Augusto Maynard”. Por Decreto Nº 19, de 16

de setembro de 1941, assim que Dr. Marcos Ferreira assumiu pela segunda vez a administração municipal, exonerou D. Olda do Prado das funções de professora das Escolas Reunidas Augusto Maynard, em vista de um Ofício encaminhado no dia 11 de setembro pela própria mestra, informando de sua nomeação como Professora do Grupo Escolar “Fausto Cardoso”, Instituição esta, que lecionou até a década de 1960, quando se aposentou. Neste último decênio, a professora também lecionou nos Ginásios Carvalho Neto (CNEG) e no Industrial Carvalho Neto, instituições públicas das quais trataremos nos capítulos seguintes. Em Aracaju, a Professora Olda do Prado fez alguns cursos de especialização, que lhe conferiu habilidades técnicas específicas na área de Suficiência em Canto Orfeônico e em Educação Física, disciplinas de destaque nas Escolas Reunidas Augusto Maynard. A metodologia adotada pela diretora D. Grigória do Prado Dantas tinha como alicerce as práticas das Instituições Educacionais Presbiteriana, que aprendeu quando foi normalista da Escola Americana de Aracaju. D. Olda seguia a mesma metodologia de ensino. As disciplinas dadas por ela no Grupo Escolar Fausto Cardoso, foi muito além do Curso Normal: Ela ensinou Português, Matemática e Educação Física. Nesta última grade de ensino foi adotada a prática da ginástica sueca, utilizada para educar o corpo das crianças com a racionalidade desejada, por suas múltiplas propriedades pedagógica, higiênica, educativa, social, corretiva, ortopédica, enérgica, viril, patriótica, disciplinadora e formadora de caráter (AZEVEDO, 2006, p. 167-170). A ginástica sueca, de acordo com o regulamento, era realizada durante o recreio. Além do Ofício de Professora, D. Olda do Prado Dantas foi nomeada Escrivã do Cartório do 1º Ofício de Justiça, deste Termo, por aprovação de um concurso realizado em junho de 1964, função na qual se aposentou em 07 de outubro de 1966, por Ato do Governo do Estado Dr. Celso de Carvalho. Ela faleceu aos 104 anos de idade, na sua residência sita a Praça Barão de Santa Rosa, no dia 03 de novembro de 2016.



Turma de alunos do Grupo Escolar Fausto Cardoso – Ano 1941.

Acervo particular da professora D. Olda do Prado Dantas

Era comum naquela época, tanto no início como no término das aulas, cantar-se os Hinos Pátrios, assim como o Hino Marcha Grupo Escolar Fausto Cardoso, versados pelo diretor

José de Carvalho Déda e regidos pela professora Olda do Prado Dantas, dedicado aos estudantes anapolitano e publicado pelo O IDEAL de 01 de agosto de 1942. Eis o Hino:

**“Somos do Grupo Fausto Cardoso
Disciplinados estudantes.
Cada estudante, um corajoso,
E cada mestre, um bandeirante.**

**A escola chama, a pátria quer
Que a juventude venha aprender
Os nossos livros são os instrutores
Que nos ensinam a combater.**

**A pátria quer que o juvenil,
Estudioso e varonil,
Seja a defesa do Brasil.**

**Somos do Grupo Fausto Cardoso
Disciplinados estudantes.
Cada estudante, um corajoso,
E cada mestre, um bandeirante.**

**Na Escola a mestra vai ensinar
Ser patriota até morrer
Os nossos livros são ‘instrutores’
Que nos ensinam a combater.**

**A pátria quer que o juvenil,
Estudioso e varonil,
Seja a defesa do Brasil."**

Por iniciativa de D. Agnor Hora Fonseca, em 1934, foi fundado pelos alunos do 4º ano primário do Grupo Escolar Fausto Cardoso, o jornalzinho O IDEAL. Provavelmente este jornal foi o primeiro criado em Grupos Escolares de Sergipe. Eram distribuídos mensalmente e constituídos de textos elaborados pelos alunos, que tornaram seus redatores, com a supervisão da direção da Escola. Quando a professora da turma foi transferida de turma, o jornalzinho parou de circular, iniciando sua segunda fase no dia 02 de maio de 1938, quando, a pedido de sua nova turma do 4º ano, solicitou a volta da pequena gazeta. Durante a sua fundação, o aluno eleito para a direção foi Jeferson de Macedo Soares, quanto que no primeiro ano da segunda fase, a diretoria foi assumida pela aluna Doralice Montalvão (1938). Nesta nova fase, a direção ficou assim composta:

PERÍODOS	ALUNOS (AS)
1939	Romeu Barreto Fontes (Diretor), Lauro Ferreira do Nascimento (Secretário), Odete Andrade (Tesoureira) e diversos redatores.
1940	Geonice Carvalho Déda (Diretora), Josefina Daltro Carvalho (Secretária), Gildrácio Silva (Tesoureiro) e diversos redatores.
1941	José Rosa Montalvão (Diretor), Marieta Prata Dortas (Secretária), José Saturnino de Sant’Anna (Tesoureiro) e diversos redatores.
1942	José Rosa Montalvão (Diretor), José Matias Neto (Secretário), Alexandre Cardoso da Silva (Tesoureiro) e diversos redatores.

Fonte: Jornal “O IDEAL”, 1939-1942

Os poucos exemplares encontrados deste jornalzinho estão disponíveis nas mãos de particulares, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e na Biblioteca Estadual de Sergipe. José de Carvalho Déda, quando esteve diretor do Grupo Escolar Fausto Cardoso, nomeado por Decreto de 25 de julho de 1941, também chegou a exercer a função de redator do jornal O IDEAL, utilizando o pseudônimo de CARDÉ, suas iniciais. Carvalho Déda deixou a direção do Grupo Escolar Fausto Cardoso quando foi nomeado Inspetor de Ensino, em 1942. A partir deste ano, o Instituição passou a ser dirigido pela professora D. Agnor Hora Fonseca. O jornal O IDEAL ficou em circulação por quase uma década, porém, não devemos

confundi com o jornal do mesmo nome, que circulou em Paripiranga/BA, entre os dias 03 de maio de 1953 a 17 de setembro de 1961. Este último semanário foi fundado pelo Coronel Jhonatas Lima Menezes (Diretor-Proprietário) e por José Araújo Sant'Anna (Diretor-Gerente).

Durante as comemorações do Centenário da Freguesia de Senhora Sant'Ana, em 06 de fevereiro de 1935, o prédio do Grupo Escolar Fausto Cardoso foi cedido a nata anapolitana para a realização do baile que varou a madrugada. A animada orquestra Jazz-Band de Aracaju/SE, encheu os salões logo depois da escolha de três rainhas do centenário, símbolos da cidade e eleitas democraticamente: Silvina Prata, Carmelita Carvalho e Clarita Figueiredo. Em seguida a mulher anapolitana foi homenageada pelo poeta João Freire Ribeiro. Era comum naquela época utilizarem o espaço da Grupo Escolar para a realização de bailes exclusivos as famílias abastadas da cidade. As alunas do Fausto Cardoso já haviam participado do desfile cívico. Também foi no Grupo Escolar Fausto Cardoso que, em 16 de outubro de 1955, aconteceu à primeira distribuição de merenda escolar deste Município. Por meio da iniciativa do Ministério da Educação, representado por Dr. Tavares, na presença das autoridades constituídas, do Bel. José Fernando Barros de Mendonça (Diretor Geral do Departamento de Educação) e do Comissário de Ensino, Francino Silveira Déda, foi dado início a solenidade presidida pelo Prefeito Cândido Dortas de Mendonça (1954-1959). Antes da distribuição da merenda, os alunos do primeiro ano, da professora Olda do Prado Dantas, fizeram uma demonstração de exercício físico combinado com a interpretação de uma narrativa que agradou aos presentes.

Com as novas regulamentações na política educacional e as ofertas de novas modalidades de ensino, o Grupo Escolar Fausto Cardoso passou por diversas transições, sobretudo, no final do século XX. Por Decreto Nº 16.267/96 de 18 de dezembro de 1996, do governo do Estado Albano do Prado Franco, o Grupo Escolar mudou sua nomenclatura para Escola de 1º Grau Fausto Cardoso. Deste modo, foi ampliado o Ensino Fundamental, passando a ofertar também as quatro séries finais. Durante o governo de João Alves Filho, foi sancionado o Decreto-Lei Nº 329/03/CEE, de 17 de dezembro de 2003, alterando mais uma vez a nomenclatura da Instituição para Escola Estadual Fausto Cardoso, como atualmente é chamada. Por este mesmo Decreto o Governador alterou as denominações de mais três Instituições deste Município: Escola Estadual Pedro Valadares, Escola Estadual Maria de Lourdes Silveira Leite, Escola Estadual João de Matos Carvalho e a Escola Estadual Senador Lourival Baptista, do Povoado Triunfo. Atualmente a Escola Estadual Fausto Cardoso oferta o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio Convencional, com um número aproximado de 259 alunos matriculados.



Exemplar do O IDEAL, de 14 de outubro de 1934.
Ano I, Nº 02.
Acervo da Biblioteca Pública de Sergipe

Além de sua arquitetura, na majestosa Praça Barão de Santa Rosa, outro assunto de destaque, é a construção do jardim público que circunda a Igreja Matriz de Senhora Sant'Ana. Em 12 de junho de 1921, Emílio Rocha lançou a ideia de construir um jardim na Praça e erguer um busto em memória do Juiz de Direito Dr. Pedro Barreto de Andrade, morto em 14 de julho de 1919. Nesta ocasião formaram uma comissão pró-busto Pedro Barreto, composta pelos cidadãos Júlio Manoel de Oliveira, José Alves Oliveira e José Manoel Palmeira da Silva. Embora não faça parte das tradicionais famílias preponderantes da política simão-diense, o jornalista Emílio Rocha teve uma importância ímpar no progresso de Simão Dias, na década de 1920, especialmente, nas campanhas para o embelezamento da cidade, na fundação de Grêmios e Clubes Literários, da Associação Beneficente mantenedora do Hospital Bom Jesus, da construção do próprio Hospital, entre outros.

Nascido em Simão Dias, em 17 de agosto de 1894, Emílio Rocha era filho do pecuarista e político Jerônimo José da Rocha e Eleodora Maria dos Santos. Em 24 de novembro de 1912, casou-se com Elvira Sant'Anna Rocha, na Capelinha de Pedra Mole, na época pertencente a Matriz Nossa Senhora da Boa Hora de Campo do Brito, sendo ela, filha do casal João Lucas de Sant'Anna e D. Maria Umbelina de Oliveira Sant'Anna. Por coincidência, o casal Emílio e Elvira também comemorava juntos a data natalícia de seus aniversários: Dia 17 de agosto. Ambos tiveram 07 filhos: Inah Sant'Anna Rocha Freire, que era casada com o poeta João Freire Ribeiro, Josephina Rocha Dutra, Emílio Rocha Filho, Colbert de Sant'Anna Rocha, Tito Lívio de Sant'Anna Sobrinho, Beatriz Rocha Caruso e Virgínio Sant'Anna Sobrinho. Embora sua linhagem seja um pouco desconhecida de nossos registros, no jornal A LUCTA há notícia da morte de sua avó Rosalina Olinda de Oliveira Rocha, ocorrida em 26 de fevereiro de 1918, aos 90 anos de idade. Ela



Emílio Rocha
Acervo da galeria do Hospital Bom Jesus, inaugurado em
23.03.1924

era membro antigo da família Andrade e viveu por longos anos na residência de seu neto. Era filha de Antônio Ferreira Carlos e Ana Evangelista do Sacramento, casada na primeira núpcia (1844) com Joaquim Vieira de Santa Anna, morto em 20 de abril de 1858, e depois, com José Lourenço da Rocha, avô de Emílio Rocha, morto em 10 de agosto de 1899, aos 80 anos de idade. Jornalista, idealizador, Emílio Rocha fundou o jornal A LUCTA, semanário noticioso e literário que circulou aos domingos, desde o dia 05 de agosto de 1917. Inicialmente era um órgão independente, com sede na Avenida Coronel Loyola e que tinha como redatores o próprio Emílio Rocha e Messias Álvares da Fonseca. Por um breve período o jornal também foi dirigido por José Barreto de Andrade (1918). A partir do dia 11 de janeiro de 1925 Emílio Rocha se afasta da direção do jornal e o poeta Chagas e Silva assume a chefia da redação, mudada provisoriamente para a Rua General Siqueira. Com a suspensão inesperada do A LUCTA, apareceu em circulação, no dia 15 de março de 1925, o jornal A LÂMPADA, um tabloide da Associação Beneficente Bom

Jesus, com oficina e redação localizada no salão de honra do Hospital, mas que permaneceu poucos dias em circulação. No intuito de intensificar a campanha em prol da Casa de Caridade de Simão Dias, Emílio Rocha retornou com A LUCTA, em 03 de maio de 1925, passando a utilizar como redação a mesma sede do A LÂMPADA. Nesta ocasião, a equipe de redação contava com Emílio Rocha, Chagas e Silva, o engenheiro João Marchesini e um magistrado anônimo. O poeta Chagas e Silva era responsável pela seção literária do jornal. A oficina era administrada por Oscar Cruz do Nascimento. Em 19 de julho de 1925 o tabloide retornou para o seu antigo endereço e Emílio Rocha reassumiu a direção, ficando sob sua responsabilidade até 1928, quando surgiu a ideia de vender o hebdomadário e mudar-se para Maceió/AL. Não há confirmação desta transação, exceto uma pequena nota publicada no CORREIO DE ARACAJU, de 09 de abril deste mesmo ano. Sabe-se somente que, em 1928, A LUCTA parou de circular, retornando à ativa, em 05 de agosto de 1934, quando dá-se início a sua II Fase. Neste intervalo, A LÂMPADA voltou a circular em Simão Dias, inicialmente como órgão particular da Empresa Cinematográfica Rocha & Filhos, e, no ano seguinte, da Associação Beneficente do Hospital Bom Jesus. Na II Fase do A LUCTA, Emílio Rocha assumiu o comando da redação, enquanto Josephina Sant'Anna Rocha ocupou a gerência. A impressão era realizada no Armazém Cotinguiba de Manoel Coelho Cruz e dirigida pelo tipógrafo Rosvaldo Carvalho. Em seu primeiro número, o próprio Emílio Rocha escreveu: **“De novo na arena, A LUCTA, que com o auxílio do povo, fundou sociedades esportivas, recreativas, literárias, operárias e escolas para as crianças pobres; que fez jardins, instalou catavento, ergueu estátua, construiu mercado em Mucambo, hospital em Simão Dias, que viveu para ser útil ao povo e à pátria, de novo na arena, para a mesma peleja”**⁸⁹. Apesar de não surtir o mesmo efeito, nesta nova fase o jornal ficou em circulação até 27 de fevereiro de 1938. Além de dedicar uma página as cidades de Paripiranga/BA e Lagarto/SE, o jornal dedicou-se também a campanha integralista dos Camisas Verdes. Contou com a colaboração de Francino Silveira Déda (1897-1979), que usava o pseudônimo Frasilde em suas colunas, e dos poetas Antônio Mascarenhas de Andrade (1908-1957) e Hermes Andrade de Oliveira (1912-1939).

Emílio Rocha era comerciante, proprietário da Casa Rocha, com filiais em Patrocínio do Coité (Paripiranga/BA) e Conceição do Saco/BA. Em 1934, a empresa Emílio Rocha & Filhos assumiu também a administração do Cine-Theatro Sylvio Romero. Foi autor do livro *Jornalista de Macururé*, publicado em 1925, onde se encontram aspectos da vida política e social de Simão Dias. Esta obra foi dedicada a memória de seu pai Jerônimo José da Rocha, que faleceu em 18 de abril de 1903. Fundou sociedades esportivas, recreativas, operárias e escolas para as crianças pobres. Foi um dos fundadores e Presidente do Grêmio Recreativo de Anápolis, no dia 13 de julho de 1930; eleito primeiro presidente da Associação Athletica de Anápolis, fundada em 02 de fevereiro de 1927. Por sua iniciativa e as custas do Presidente Graccho Cardoso, foi construído o mercado público de Mucambo, Município de Frei Paulo, inaugurado em 14 de junho de 1925. Concorreu sem sucesso ao cargo de Intendente nas eleições de 14 de outubro de 1935, quando representava o Partido Integralista em Simão Dias. Em Aracaju foi redator do jornal DIÁRIO DA TARDE. No Rio de Janeiro, Emílio Rocha exerceu diversas atividades, como Procurador do Centro Sergipano e chefe da Secretaria da União Geral dos Secretários Cíveis do Brasil. Emílio Rocha faleceu na Guanabara/RJ, em 25 de abril de 1961.

⁸⁹Cf. LUTA, II Fase. Nº 01. Annapolis, 05 de agosto de 1934, p. 01.

A pretensão de Emílio Rocha para construir o jardim e erguer o busto de Dr. Pedro Barreto de Andrade era utilizar todo espaço defronte ao Grupo Escolar Fausto Cardoso. O jornal A LUCTA serviu para divulgar os valores obtidos durante a campanha, assim como divulgar eventos realizados para este fim. Além dos recursos adquiridos para esculpir o busto, Emílio Rocha conseguiu plantas ornamentais doadas pelas damas da sociedade. Pessoas abastadas da cidade, políticos, comerciantes fizeram doações a campanha. De Aracaju veio donativos de anônimos e de comerciantes, a exemplo de João Luiz de Vasconcelos Junior, proprietário da firma comercial Vasconcelos & Cia. No dia 14 de setembro de 1924 houve a inauguração do primeiro jardim da Praça Barão de Santa Rosa, denominado “Jardim Pedro Barreto de Andrade”. Para este ato foi formada uma nova comissão, agora representada pela ala feminina, composta pelas senhoritas Leonor Franca de Carvalho, Rosita Mascarenhas de Andrade e Maria Acyoli de Oliveira, popularmente conhecida como Sinhazinha de Oliveira. Ambas saíram pela cidade convidando toda população anapolitana para a solene inauguração. Às 17:00 horas ladearam as duas Filarmônicas Lira Sant’Ana e Santa Cecília, e no centro, foram organizados em duas alas os alunos das Escolas Públicas de Simão Dias. Durante a inauguração ouviram-se os discursos de José Manoel Palmeira da Silva, de Lucila Macedo Freitas e do idealizador do projeto Emílio Rocha. Para a proteção do jardim foi construído uma cerca de madeira com um portão de acesso, devido os animais soltos que transitavam pelas ruas da cidade. Pequenos pecuaristas costumavam criar animais cavalar ou bovino de forma primitiva, solto em plena via pública. Próximo a este jardim, anteriormente, já havia sido construído um poço tubular com caixa de cimento para o depósito da água, bomba e catavento, canteiros e aquisição de novos bancos. Na época, a Intendência era administrada por Dr. João de Mattos Carvalho, que além de utilizar recursos próprios, também recebeu auxílio de diversas pessoas da sociedade anapolitana, entre elas, José de Carvalho Déda, Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho e o Cel. Felisberto da Rocha Prata, sobretudo, na instalação elétrica do jardim público da Praça. A inauguração ocorreu no dia 30 de março de 1924.

O jardim do lado direito da Praça Barão de Santa Rosa, construído durante a administração do Intendente José Barreto de Andrade, deram-lhe o nome do Presidente Dr. Maurício Graccho Cardoso. Nele foi posto estatuetas de louças ornamentadas, arborizou o lugar, bancos de mármore, além de um chafariz que funcionava através de um cata-vento que bombeava a água de um tanque de ferro com capacidade para dois mil litros. Foi plantado novas espécies de nossa flora, foi construído um coreto de cimento armado com bar no rez do chão e iluminado profusamente à eletricidade. O ato inaugural ocorreu no dia 31 de outubro de 1926, e contou com a presença de Dr. Hunald Santaflor Cardoso, Orlando Vieira Dantas, Dr. Heribaldo Dantas Vieira, Dr. Alceu Dantas Maciel, Dr. Luiz Garcia, Dr. João de Seixas Dória e Dr. Eleylson Cardoso, irmão e representante de Dr. Graccho Cardoso, epônimo do novo jardim. Para as alocações subiram à tribuna Dr. Marcos Ferreira de Jesus, que proferiu o discurso oficial e o descerramento da placa, o advogado Dr. Aureliano Luiz Bettamio, José Manoel Palmeira da Silva e Emílio Rocha. Na abertura do cerimonial, do alto do coreto a Lira Sant’Ana tocou o Hino Sergipano, retornando no final para a retreta, enquanto parte das pessoas desfilavam pelo jardim ou sentavam nos bancos da Praça. A noite houve um chá dançante na residência do Intendente José Barreto de Andrade. Em 1927, o Intendente José Barreto de Andrade mandou assentar meios fios de granito e o calçamento de paralelepípedo da Praça, deixando-a com aspecto urbanístico. As obras da Praça marcaram sua administração, onde parte dos recursos foram adquiridos através do Presidente do Estado.



Figura 01 – Jardim Dr. Pedro Barreto de Andrade, depois de reformado e ampliado. Figura 02 – Jardim Graccho Cardoso, inaugurado em 31 de outubro de 1926, ambos pelo Intendente José Barreto de Andrade
Acervo Particular de Tânia Maria Góes Montalvão

No intuito de modernizar a Praça de Matriz, Dr. Celso de Carvalho também retirou o chafariz bombeado a cata-vento e removeu o busto de Pedro Barreto, entregando-lhe a família do Juiz. BARRETO, em seu livro *Simão Dias: Minha Terra, Minha Gente*, faz crítica a essa reforma, o que demonstra a rivalidade política entre ambas as famílias. Dr.

Celso de Carvalho, depois reconheceu que o coreto solidamente construído com sua abóbada de concreto armado deveria ter sido mantido, faltou na época noção de conservação de patrimônio histórico, coisas que, mais tarde, jamais teria feito. Embora o Intendente José Barreto tenha construído uma das mais modernas e belas Praças da época, durante a administração de Dr. Sebastião Celso de Carvalho (1947-1951), quase toda a Praça foi destruída.



Foto do antigo Coreto com abóbada de concreto armado, demolido na Administração de Dr. Celso de Carvalho.
Acervo do Memorial de Simão Dias

O coreto da ala Graccho Cardoso foi demolido e no jardim Pedro Barreto de Andrade foi construído o Abrigo Caiçara (1950), que inicialmente era chamado de Bar do Juca, nome derivado de seu primeiro proprietário José Carvalho de Andrade (1921-1994), também conhecido como Juca do Bar, gerenciador daquele comércio durante aquela década. Juca era filho de João Antônio do Nascimento e Silvina Maria de Carvalho, casado desde 23 de novembro de 1943, com Maria Francisca de Andrade, mais tarde com o nome retificado para Maria de Andrade Santana, filha de Francisco Vieira de Sant'Ana e Josefa Andrade do Rosário. Por volta de 1954, há registros também de Juca do Bar como proprietário do Bar e Café Popular, da Rua Joviniano de Carvalho, inaugurado em 28 de fevereiro daquele ano.



Abrigo Caiçara construído na Praça da Matriz durante a administração do Prefeito Dr. Celso de Carvalho. Da época da Lanchonete de Lulu.

Acervo do Memorial de Simão Dias

Durante a administração do Prefeito Pedro Almeida Valadares (1959-1963), o Abrigo ficou sob o comando de Aloízio Menezes Santana, o Seu Lulu, um correligionário do Prefeito, que ganhou a gerência do Abrigo por mérito de campanha. Ele fez a promessa de que, se o industrial Pedro Almeida Valadares saísse vitorioso nas eleições estaduais de 07 de outubro de 1962, o mesmo iria a pé de Simão Dias à Aracaju, carregando uma cruz e de pés descalços, e assim o fez. Aloízio Menezes Sant'Anna nasceu em 14 de setembro de 1941, filho de José Menezes de Sant'Anna e Aldemira Maria de Sant'Anna. Logo depois que deixou o Abrigo Caiçara foi morar em Aracaju, onde trabalhou no Hospital João Alves Filho, atual Hospital de Urgência de Sergipe Governador João Alves Filho (HUSE), até aposentar-se. Morreu no dia 10 de janeiro de 2014. É importante frisar, que nesta época Dr. Celso de Carvalho não chegou a concluir todo projeto urbanístico da praça como prometera. Houve mais destruição do que construção. A obra praticamente foi concluída na gestão de seu sucessor

Nelson Pinto de Mendonça (1951-1954), que em preparação ao Congresso Eucarístico Diocesano, ocorrido entre os dias 14 a 18 de outubro de 1953, reformou o lado norte da Praça Barão de Santa Rosa e outros pontos da cidade, com o planejamento técnico do engenheiro Dr. Evandro Mesquita. Além de serviços de canteiros, nas proximidades do abrigo ao improvisado coreto do lado oposto, foram colocados canteiros para flores e distribuídos banquinhos, denominados nas colunas do jornal A SEMANA, de Romeu e Julieta. O busto do juiz Dr. Pedro Barreto de Andrade foi recolocado frente ao novo coreto, construído no lugar daquele que Dr. Celso de Carvalho demoliu, com uma nova placa inaugural. A reação do



Charge de Carvalho Déda satirizando a figura de Lulu do Abrigo quando pagou a promessa.

Fonte: Jornal A SEMANA, 03.11.1962, p. 02.

novo prefeito em devolver à família Barreto à homenagem a um de seus filhos queridos foi uma resposta à atitude de seu antecessor, já que nesta época, eram oponentes.



Ângulos diferentes da Praça Barão de Santa Rosa (1953) reformada na administração de Nelson Pinto de Mendonça.

Frente ao coreto a herma de Dr. Pedro Barreto de Andrade.

Acervo particular de Maria Rita Santana de Jesus (01 foto) e do Memorial de Simão Dias



Praça Barão de Santa Rosa, posterior a reinauguração de 12 de junho de 1999.
Autor desconhecido

A última reforma da Praça Barão de Santa Rosa, que mudou não apenas todo calçamento e iluminação, mas o coreto e o Abrigo Caiçara, ocorreu durante a gestão do Prefeito Luiz Albérico Nunes da Conceição (1996-2000), em parceria com o Governo do Estado Albano do Prado Franco (1995-1999). A inauguração da mais recente Praça ocorreu durante as comemorações da emancipação política da cidade, em 12 de junho de 1999. As duas hermas ainda são mantidas na Praça: A de Dr. Pedro Barreto de Andrade (1953) e a de Pedro Almeida Valadares (Janeiro/1967), ambas erguidas durante os governos de Nelson Pinto de Mendonça.

Com relação as centenárias palmeiras imperiais ou reais que circundavam toda a Praça da Matriz, não se sabe ao certo quem as plantaram ou em qual administração foram plantadas. Tais palmeiras são originárias das Antilhas, e estas

cultivadas em Simão Dias, são procedentes de uma primeira plantada por Dom João VI, em 1809, e, por isso, chamadas de palmeiras imperiais ou reais. Se haviam placas identificando seus responsáveis elas perderam-se com o tempo, ou talvez nem as colocaram. Não imaginavam que gerações vindouras ainda presenciassem resquícios dessas majestosas palmeiras. É evidente que novas mudas substituíram aquelas primeiras há menos de duas décadas, já que na segunda metade do século XX, parte delas vinham fenecendo em quase todos os ângulos da Praça. Em algumas administrações, como a de Pedro Almeida Valadares (1959-1963), foram contratados empreiteiros para podá-las e fazer a limpeza das copas, decepando as brácteas e os cachos de flores e frutos, que pendidos por baixo das copas, enfeavam as palmáceas. Para isso, utilizaram andaimes emendados as escadas com cordas grossas de fibras, para mantê-las vivas por mais tempo (A SEMANA, 04.04.1959, p. 01).

Partindo para a Avenida Coronel Loyola, a antiga Casa de Mercado ou “Clube do Povo” foi uma das primeiras construções públicas, inaugurada em 1889. Para esta construção foi assinado um contrato entre o Presidente da Câmara Alferes Antônio Francisco de Carvalho e o empreiteiro Capitão José Marçal de Araújo Andrade. O Presidente da Província Antônio dos Passos Miranda aprovou as bases aceitas pela Câmara Municipal da Vila de Simão Dias e sancionou a Resolução N° 993, de 08 de maio de 1874, pela qual, de acordo com o Artigo 2º, **“Depois de 30 annos, a contar do dia em que o edificio começar a funcção de accordo com as condições do Art. 2º do contracto, o empresário, ou os seus herdeiros transmitirão à Câmara Municipal da referida Villa o domínio de posse da casa de mercado em perfeito estado, limpeza e acceiada”** (JORNAL DO ARACAJU, 16.04.1874, p. 01). O Art. 3º determinava que era de responsabilidade do Capitão José Marçal de Araújo Andrade ou alguns de seus herdeiros, não só entregar a Casa de Mercado, como também pela deterioração dos gêneros depositados na referida Casa, produzida por descuido ou desleixo. Por razões diversas, sobretudo, política, o contrato com José Marçal de Araújo Andrade foi can-

celado e as obras da Casa de Mercado ficaram paralisadas. Posteriormente, a Câmara Municipal firmou um subcontrato com Leôncio Uchoa de Loyola, que deu continuidade às obras, até concluí-las. Na época da inauguração, a Câmara Municipal estava sendo administrada pelo Presidente Manoel José Ribeiro. O Capitão José Marçal de Araújo Andrade, que iniciara as obras, havia falecido em 14 de julho de 1886.

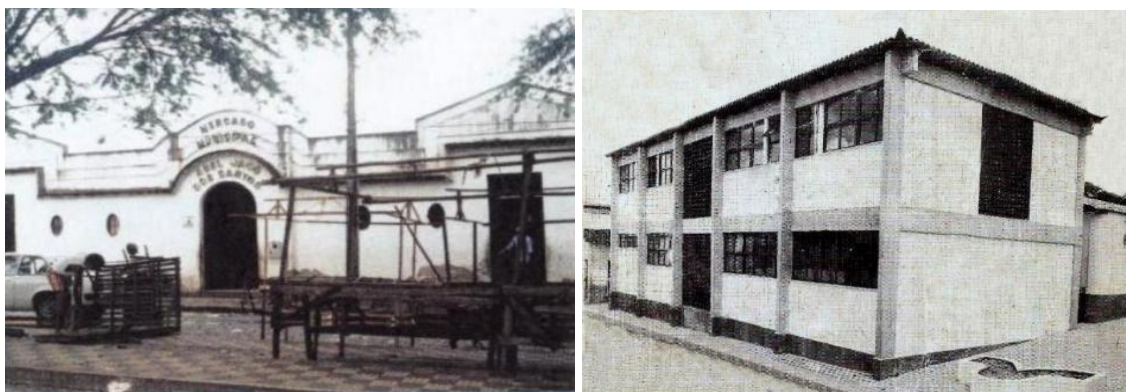


Imagem do Mercado Municipal de Simão Dias após a reforma e ampliação, frente (à direita) e fundos (à esquerda), em 1982.

Fonte: Folder distribuído na reinauguração do Mercado dos seis anos da administração de Abel Jacó dos Santos

O Mercado Municipal também serviu por décadas como Teatro até a inauguração do Cine-Teatro Sylvio Romero em 03 de novembro de 1918. Nele eram improvisados palcos para os espetáculos, ensaiados por artistas amadores da própria cidade, que se preparavam semanas inteiras para estrear, especialmente no período das tradicionais festas de Senhora Sant'Ana. Os textos encenados eram geralmente dramáticos e de caráter religioso, que lotavam o Mercado, reunindo o maior número de espectadores e críticos populares, que depois comentavam o sucesso de cada espetáculo. Durante a administração do Intendente Coronel Agrippino de Souza Prata (1917-1919), o Mercado Municipal passou por uma pequena reforma, devido ao desabamento de uma parte do prédio, ocorrido em 26 de janeiro de 1918. O madeiramento do prédio já estava corroído pelo cupim. Este foi o segundo desabamento registrado, porém, sem qualquer vítima fatal. Aproveitando a reforma, a edilidade Municipal construiu mais dois compartimentos e, nos fundos, um alpendre. No jornal A SEMANA de 20 de maio de 1961, é noticiado um incêndio no interior do Mercado, que foi contido por populares sob o comando do comerciante Floriano Nascimento. Este fato teria ocorrido durante a noite, provocado, possivelmente, por pequenos fogareiros de querosene deixados pelas quituteiras, no qual resultou na destruição de um dos depósitos onde estavam guardados medidas e alguns móveis. Os prejuízos foram de pequena proporção, graças à interferência desses populares que conteve o fogo antes que se alastrasse.

A maior ampliação do Mercado ocorreu durante a administração do Prefeito Abel Jacó dos Santos (1977-1983). Toda a parte ampliada era destinada a venda de farinha e cereais, como o milho, feijão, arroz, etc. Os dois pavimentos assobradados anexado ao fundo do mercado, dava acesso direto à feira de verduras, frutas e legumes. A fachada frontal do antigo Mercado é desprovida de luxo, embora possua basicamente características neoclássicas. É composta de três portões que dão acesso as galerias comerciais, devidamente organizadas e com espaço regular para exposição de seus produtos. Conta-se com duas portas retangulares de vergas retas nas extremidades, caracterizadas por dois frontões triangulares ornados, emoldurados

por platibandas decorada em alto relevo que contorna o prédio. O portão central de gradil de ferro em arco pleno é composto por um frontispício onde, na reinauguração de 1982, foi subscrito o nome Mercado Municipal Abel Jacó dos Santos. Ao invés de janelões, foi colocado respiradouros em formato circular e protegido também por grade em forma de cruz. A construção dos fundos é moderna, com janelas basculantes e área ventilada por cobogós, dando mais luminosidade ao ambiente. Numa das salas também eram utilizadas para cortes de cabelos e barba, e tiragem de Carteiras de Identidade e Trabalho, ambas gratuitas, mantida pela Prefeitura Municipal. Segundo nota da época, só no ano de 1968, o barbeiro contratado João Baptista de Carvalho, chegou a atender 2.630 pessoas, entre idosos e crianças necessitadas da zona rural e urbana de Simão Dias. O antigo Mercado serviu por um século a municipalidade, principalmente nas feiras livres das quartas e sábados, quando reúnem grande número de pessoas da cidade e do interior.

O prédio da Avenida Coronel Loyola funcionou como Mercado Municipal ou Casa de Mercado até o início da década de 1990, quando o poder público transferiu a feira livre para a Rua José Avelino de Oliveira. O atual Mercado Municipal, agora anexo ao Açougue, foi construído durante a administração da Prefeita Josefa Matos Valadares (1989-1992), com recur-



Fachada do antigo Mercado após a restauração e reinauguração do “Caiçara Club”.
Acervo particular de Daniela Santos Silva Soares

sos oriundos do Governador Antônio Carlos Valadares (1987-1991). Este Mercado, mais amplo e moderno, foi inaugurado em 13 de março de 1991, numa grande celebração que contou com o show da renomada Banda Cheiro de Amor. Antônio Carlos Valadares terminou seu mandato em 15 de março de 1991, passando o comando do Estado ao Governador eleito João Alves Filho, ambos filiados ao Partido da Frente Liberal (PFL). O antigo prédio onde funcionava o Mercado foi reformado mais uma vez na administração de José Matos Valadares, e transformada num espaço recreativo, cultural, artístico, social, inicialmente denominado de Clube do Povo. Mais tarde, em homenagem a casa de diversão mais badalada da cidade, o Prefeito Municipal decidiu renomeá-la de Cayçara Club, nome derivado do antigo Clube Recreativo Caiçara, que, por mais de três décadas, funcionou na antiga propriedade do Major Antônio Alexandrino Filho, localizada na Rua Cônego Andrade, inaugurando o espaço com auditório, em 24 de dezembro de 2002. Neste dia foi marcado com o show da Banda Sorriso de Menina.

A antiga feira livre abrangia toda a Avenida Coronel Loyola e parte da Rua Joviniano de Carvalho, findando nos limites do Açougue Municipal ou Talho Municipal. A Casa de Mercado era o ponto central. Quando a feira foi mudada definitivamente da Rua do Comércio

Velho para a Estrada da Caraíbas e Avenida Coronel Loyola, o Presidente da Câmara Tenente-Coronel Francisco Antônio de Loyola mandou construir o primeiro Talho Municipal, o mesmo que foi demolido na administração de José de Carvalho Déda. Vale ressaltar, que a mudança da feira ocorreu antes da Povoação de Simão Dias ser elevada à categoria de Vila, por Resolução Nº 199, de 30 de julho de 1847, em meio a protesto dos “inconformados” que não aceitavam a mudança.⁹⁰ A Assembleia Provincial ainda apoiou os descontentes, promulgando a Lei Nº 210, de 04 de maio de 1848, pela qual revogava a Resolução Nº 199, no entanto, esta última foi anulada após a intervenção do Ministério do Império, por meio do Aviso Nº 152, de 23 de novembro de 1848. O Visconde de Mont’Alegre, com o aval do Imperador D. Pedro II, enviou o documento ao Presidente da Província, no qual determinava a invalidação da Lei Nº 210 e regularizava a primeira. O novo Talho Municipal, construído durante a administração do Intendente José de Carvalho Déda, foi inaugurado em 30 de março de 1935, pelo Intendente interino, dias depois de sua renúncia. Quando foi removida a feira livre para a Rua José Avelino de Oliveira e o prédio do Açougue ficou em disponibilidade, o Prefeito transformou em sede da Associação Artesanal de Simão Dias e Centro de Arte e Artesanato. Na administração de José Matos Valadares, o Centro de Artesanato mudou de sede e o prédio foi cedido ao Banco do Estado de Sergipe S.A. (BANESE), que construiu uma nova Agência cognominada de José de Carvalho Déda e inaugurada em setembro de 2006. Em contrapartida, o BANESE cedeu o seu antigo prédio, que foi reformado e adaptado para funcionar a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Simão Dias. A primeira Agência BANESE foi instalada nesta cidade em 27 de abril de 1982.

O Paço Municipal ou Casa da Câmara, como se chamava no Regime Imperial, a imagem mais antiga que se tem nos arquivos históricos de Simão Dias é o do prédio construído em 1872. Este prédio esteve a serviço da municipalidade e do Poder Judiciário, por mais de 70 anos, localizado na antiga Rua do Coité, onde atualmente funciona a nova sede, reformada e inaugurada na gestão do Prefeito Marival Silva Santana. A sede dos poderes foi desmembrada, quando, em 1942, o Prefeito Marcos Ferreira de Jesus adquiriu um novo prédio na Avenida Coronel Loyola ou antiga Rua da Feira, mantendo a outra para uso exclusivo do judiciário. Este Paço Municipal, localizado nas adjacências do Mercado Municipal e do Cine-Teatro Ipiranga, foi inicialmente a residência e casa comercial do Cel. Felisberto da Rocha Prata e sua família. O palacete foi inaugurado no dia 11 de abril de 1924. A pedra fundamental foi batida por D. Ana Hora Prata, num ato solene ocorrido em 21 setembro de 1923. Antes de ser colocada a pedra foi posto abaixo um frasco (urna) com um número do jornal A LUCTA, um cartão com os nomes do capitalista e proprietário Felisberto da Rocha Prata; do construtor e arquiteto Pedro Piedade; de Dr. Adolpho Espinheira Freire de Carvalho, o engenheiro; de Dr. João de Mattos Carvalho, o Intendente Municipal; de Dr. Maurício Graccho Cardoso, Presidente do Estado; e de Emílio Rocha, redator do A LUCTA. Esta urna não foi encontrada quando o prédio foi demolido ou se perdeu nos escombros, inclusive porque esta informação era ignorada pelos envolvidos. Durante o processo de construção surgiram alguns problemas de cunho administrativo, o que atrasou a conclusão da obra, inclusive um acidente com o pedreiro Trajano, que caiu do andaime e ficou bastante machucado. O palacete, na época considerado um dos mais modernos e luxuosos da cidade, tinha sido construído em substituição a sua antiga residência que desabou de modo superficial em 07 de setembro de 1920. Felizmente não passou de um susto, visto que não houve nenhum

⁹⁰ “Art. 2º - O lugar da feira de Simão Dias, será o largo defronte à casa de Braz Correia, em terras de Senhora Santana padroeira da Freguezia, na estrada que sahe do Povoado para as mattas das Caraíbas” (DEDA: 1967, p. 53).

ferido naquela ocasião. Pela manhã do dia 11 de abril de 1924 o Monsenhor Adalberto Simeão Sobral (1887-1951), Vigário Geral da Diocese de Aracaju, celebrou a Missa inaugural e abençoou o aludido palacete, obra idealizada pelo arquiteto Pedro Piedade, que na época também projetou outras residências nas principais ruas da cidade, inclusive na Praça Barão de Santa Rosa, bem como a reconstrução do Campo Santo.



Antiga casa residencial e comercial do Cel. Felisberto da Rocha Prata, transformada em 1942, na Sede Administrativa de Simão Dias.

Acervo do Memorial de Simão Dias

O capitalista lagartense Cel. Felisberto da Rocha Prata era filho de Geraldo José da Rocha e Edwiges da Rocha Prata, nascido em 24 de maio de 1861 e batizado na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Lagarto, em 16 de junho de 1861, sendo seus padrinhos, o Coronel Francisco Basílio dos Santos Hora e D. Maria Perpétua de Vasconcelos Hora, que mais tarde seriam seus sogros. Casou-se, em 03 de fevereiro de 1883, com Anna de Vasconcelos Hora, que depois de casada adotou a denominação Ana Hora Prata, com quem teve oito filhos, alguns de prestígio nacional, como Felisberto Prata Filho (Comerciante), Dr. Oscar Hora Prata (Advogado e Procurador da República de Sergipe), Dr. Ranulpho Hora Prata (Médico radiologista, escritor e romancista), Dr. Francisco Hora Prata (Médico residente em Ribeirão Preto/SP), Izaura Prata Figueiredo (esposa de Dr. Juarez Figueiredo), Maria Hora Prata (esposa do político Agrippino de Souza Prata), Ventúria de Carvalho Prata (esposa de Dr. Antônio de Carvalho Neto), Arivaldo Prata (Comerciante). Em Lagarto, o Cel. Felisberto Prata foi nomeado membro do Conselho Municipal pelo Governador do Estado Federado de Sergipe e também concorreu as eleições para Deputado Estadual, sendo eleito para exercer o mandato durante o biênio de 1898-1899. Na cidade vizinha, o coronel ocupou outros cargos por nomeação, a exemplo de suplente de Delegado de Polícia, Juiz de Paz e Juiz Municipal.



Coronel Felisberto da Rocha Prata e Anna Hora Prata, antigos proprietários do prédio demolido da Avenida Coronel Loyola, onde funcionava a Prefeitura Municipal, hoje sede do Banco do Nordeste do Brasil.

Fonte: Livro Ranulfo Prata: Vida & Obra, p. 265

Depois do assassinato de seu cunhado e Juiz de Direito Dr. Philomeno de Vasconcelos Hora na feira livre de Lagarto, em 09 de dezembro de 1902, o Cel. Felisberto da Rocha Prata mudou-se com sua família para Simão Dias e aqui fixou residência. Embora se mantivesse ligado moderadamente à política, sua vida esteve voltada mais para o comércio e o altruísmo. Sobre suas patentes de membro da Guarda Nacional, inicialmente foi condecorado Capitão da Guarda Nacional do Termo de Lagarto. Por Decreto de 18 de agosto de 1892 foi designado para o cargo de Coronel da Guarda Nacional, Comandante do 30º Batalhão de Infantaria da Comarca de Lagarto/SE, secção Simão Dias. É importante frisar que ele já havia recebido a patente de Major e Tenente-Coronel, antes e durante o período republicano.



Fazenda "Bella Vista" de Cel. Felisberto da Rocha Prata. Em destaque o casal proprietário e seu primeiro automóvel apinhado de crianças – Anos 1920. Arquivo Municipal de Simão Dias

Graças aos seus esforços, o Cel. Felisberto Prata esteve à frente de diversos projetos, como a construção do Teatro Sylvio Romero, inaugurado em 03 de novembro de 1918, que no ano

seguinte foi adaptado para o cinema. Inicialmente, o espaço foi alugado ao renomado cirurgião dentista Dr. Ignácio Costa Valente para a instalação permanente do cinema, depois vendido pela importância de 4:500\$ a um comerciante da Vila de Riachão. Em abril de 1921, o Coronel Felisberto Prata adquiriu o aparelhamento do antigo Cinema Elite, depois de passar por reparos feitos pelos artistas Nazaret & Chaves. O aludido Cinema Elite foi fundado nesta cidade, em 1916, pelos empresários Hermano e Dantas, mas ficou pouco tempo em atividade. O Cel. Felisberto Prata foi pioneiro na compra do primeiro automóvel de Anápolis (Simão Dias) em novembro de 1919, um Ford preto, de capota conversível; em 1920 comprou outro automóvel que serviu à população como carro de aluguel nas viagens à Estação férrea de Simão Dias a Salgado; inaugurou em sua Fazenda Boa Vista a primeira Linha Telefônica (25 de março de 1920), e, posteriormente, em toda área urbana de Simão Dias (1927); instalou a Usina de Tração Elétrica, em 14 de maio de 1922, firmando contrato com a municipalidade em 23 de maio, inicialmente associado ao Intendente Barão de Santa Rosa; influenciou na criação da feira livre durante as quartas-feiras, até obter a permissão de funcionamento por meio do Presidente do Estado (1924). Além disso, manteve por algum tempo a Escola General Valladão; compôs diversas comissões, entre elas, a que responsável pela reconstrução do Cemitério São João Batista. Foi o primeiro Presidente do Football Club Simãodiense, fundado em 24 de abril de 1921, e sócio benemérito do Hospital de Caridade Bom Jesus, compondo inclusive a primeira Diretoria da Casa de Saúde. Como industrial, Felisberto Prata foi o encarregado da linha férrea Estância-Salgado. Este projeto esteve ligado a Sociedade Anônima Auto Aviação Sergipana, sediada em Estância, fundada para explorar e construir a estrada de rodagem, ligando a cidade de Estância a estação de Salgado, e de lá, da estrada de ferro Timbó a Propriá. Aos 02 de setembro de 1918, no salão da Intendência Municipal de Estância reuniram-se os sócios para instalar e constituir a Sociedade Anônima. O ilustre Coronel era o fundador, que de imediato foi aclamado Presidente pelos acionistas. Em 12 de setembro de 1918 a Assembleia Legislativa do Estado concedeu ao Cel. Felisberto Prata o direito de construir a referida estrada para o transporte ferroviário de carga e passageiro de Estância a Salgado. Desta Sociedade surgiu outro projeto para a construção da estrada rodagem ligando a estação da *chemins de fer* a Simão Dias, numa parceria entre o aludido Coronel Sebastião da Fonseca Andrade, o Barão de Santa Rosa. No início da década de 1930, foi nomeado presidente do Conselho Consultivo de Anápolis (Simão Dias), único cargo político exercido na cidade, nestas três décadas de vida e dedicação à causa pública, neste Município. Decepcionado com os ramos da política e o fim da concessão contratual com a Intendência, mudou-se para a capital do Estado, onde permaneceu até sua morte, em 30 de julho de 1949. O Cine-Teatro, propriedade do Cel. Felisberto Prata e administrada por seu filho Arivaldo Hora Prata, inicialmente passou a pertencer ao jornalista Emilio Rocha & Filhos.

Pouco tempo depois de inaugurado, o novo prédio da Prefeitura recebeu a visita do Interventor Federal Augusto Maynard Gomes, a convite do Desembargador Dr. Gervásio de Carvalho Prata. Antes de chegar aqui, em janeiro de 1944, o governador e sua comitiva fizeram uma parada na cidade de Lagarto, onde foram recebidos por uma comissão composta dos senhores Dr. Nicanor de Oliveira Leal (Juiz de Direito), Dr. Belmiro da Silveira Góis (Promotor Público), Dr. Marcos Ferreira de Jesus (Prefeito Municipal), José de Carvalho Déda (Inspetor Escolar) e Inocêncio Nascimento (Comerciante). O Coronel Augusto Maynard Gomes veio acompanhado de sua esposa D. Helena Nobre Maynard (Presidente da Legião Brasileira de Assistência – LBA, secção Sergipe) e de outras figuras representativas

de seu governo. Na cidade de Lagarto os votos de boas-vindas foram apresentados pelo eminente Juiz de Direito desta Comarca. Chegando em Simão Dias, por volta das 10:00 horas da manhã, sendo recebido pela grande massa popular e a comunidade escolar, que estavam concentrados em frente do luxuoso prédio da Prefeitura. Sob as calorosas salvas de palmas, o Cel. Augusto Maynard Gomes foi conduzido ao Salão Nobre do palacete, onde em nome do povo de Simão Dias, Dr. Marcos Ferreira de Jesus deu as boas-vindas, seguido de Dona Agnor Hora da Fonseca, secretária da LBA local, que fez sua homenagem a primeira dama do Estado. Por fim, após os agradecimentos de praxe feita pelo Interventor Federal, saíram percorrendo todo prédio da Prefeitura. A Lira Sant'Ana, regida pelo maestro Jerônimo Santa Bárbara e Edeltrudes de Oliveira Teles, abrilhantou toda solenidade. Depois de servirem bebidas finas aos presentes, o Interventor e comitiva seguiram para a Fazenda Santa Rosa do Desembargador Gervásio Prata, onde foi servido um delicioso churrasco (A NOITE/RJ, 09.01.1944, p. 09).

A sede administrativa do Município voltou a sua antiga rua durante o governo de Manuel Ferreira de Matos. O novo edifício havia sido construído frente à Casa da Câmara, enquanto o antigo Paço da Avenida Coronel Loyola foi demolido e transformado no Edifício Nelson Pinto de Mendonça, destinado para sediar o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). O Governador João Alves Filho participou do ato inaugural, no dia 06 de janeiro de 1985, sendo recebido por Camilo Calazans de Magalhães (Presidente do BNB), os senadores José Passos Porto e Albano do Prado Franco, o Deputado Federal Sebastião Celso de Carvalho, e outras autoridades sergipanas. Após o hasteamento da Bandeira Nacional e o corte da fita simbólica, Dona Maria Carvalho Pinto, viúva de Nelson Pinto de Mendonça descerrou a placa inaugural, seguido dos discursos de seu filho, Jorge Carvalho Pinto (Gerente da Agência do BNB, seção Simão Dias), de Dr. Celso de Carvalho, do Prefeito Manoel Ferreira de Matos, de Laura Matos Valadares, que representava o Vice-Governador Antônio Carlos Valadares, Camilo Calazans de Magalhães, e, por fim, o Governador do Estado.



Edifício Nelson Pinto de Mendonça – Banco do Nordeste do Brasil – Inaugurado em 06 de janeiro de 1985

Acervo particular de Edjan Alencar Santana Almeida

Diferentemente do que se esperava, quando o Maestro da Filarmônica Lira Sant'Ana, Raimundo Macedo Freitas, foi convidado a discursar sobre a importância do novo edifício para a municipalidade, as autoridades foram surpreendidas com seu manifesto, discorrendo sobre

as Leis que resguardam o Patrimônio Histórico e acusando o Prefeito de obstruir as aludidas leis, destruindo prédios antigos da cidade ao invés de mantê-los. Essa é uma das razões desta construção contemporânea fazer parte deste capítulo, apesar dela ser bela e imponente. Não seria justo que a residência do Cel. Felisberto Prata, hoje demolida, fosse ignorada ou esquecida por gerações, até submergir nos anais da história, assim como outros edifícios, sobrados e casarões da antiga Simão Dias vieram sendo arrasadas nas reformas urbanas ocorridas por séculos, nesta e em outras cidades brasileiras.

Do lado esquerdo do antigo Mercado Municipal está o suntuoso prédio comercial de José Barreto de Andrade, construção concluída em setembro de 1919. A planta ficou por conta do engenheiro Pedro Piedade, que assumiu a incumbência de construir a sede da loja José Barretto de Andrade & Cia, uma réplica copiada de um dos prédios comerciais visto pelo comerciante numa de suas viagens a antiga capital federal. Este prédio comercial possui pequenos traços da arquitetura barroca. A planta é retangular. É perceptível em sua composição, um conjunto de detalhes no frontispício, como as volutas rampante que circunda o prédio, seus pináculos esculpidos em pedra, e, no canto, um frontão circular com uma esfera cimentada no centro, dando pouso a uma águia. A fachada ainda ostenta elementos decorativos em profusão, como cornijas, frisos, molduras, guirlandas e coruchéus em alto relevo. Outros frontões circulares se sobrepõem na cimalha. No projeto inicial havia sete portas de madeira maciça e de verga reta, sendo três na fachada frontal, duas nas laterais e uma no canto, ambas emolduradas com entalhe, decoradas por frisos, ornamentos e treliças de madeira. Das janelas laterais, posteriormente, duas delas foram transformadas em portas. Nos indos de 1916, na Praça do Mercado, nome dado à atual Avenida Cel. Loyola, José Barreto foi proprietário de um estabelecimento comercial, chamado Loja Andrade, que, posteriormente, passou a chamar-se José Barreto de Andrade & Cia. José



José Barreto de Andrade

Fonte: Galeria da galeria de Prefeitos do Memorial de Simão Dias

Barreto de Andrade sempre teve tino para o comércio. Parte da família Barreto era composta de comerciantes. Na Vila de Senhora Sant'Ana de Simão Dias já se destacavam neste ramo os negociantes Pedro Alexandrino de Andrade (seu avô), Francisco Antônio de Oliveira Andrade (Chiquinho da Venda), Pedro Vidal de Oliveira, José Marçal de Araújo Andrade e o Coronel Antônio Alexandrino de Andrade (seu pai), negociante de tecidos na Rua do Comércio Velho, desde 1876. Também seguiram a tradição da família os irmãos João Barreto de Andrade, Firmo Barreto de Andrade e o Major Antônio Alexandrino Filho. O primeiro era dono da loja A Simãodiense, e o segundo da Casa Barreto, ambas sita na Avenida Coronel Loyola, onde, nesta última vendiam fazendas, camisas, chapéus de palhinha e feltro, gravatas, meias, etc. O Major Antônio Alexandrino Filho herdara, em 1909, o ponto comercial de seu pai, localizado na rua do Comércio Velho, e ali estabeleceu uma casa de ferragens e molhados, tintas, farmácia, etc., chamada Armazém Esperança. Mais tarde foi fundada a Firma Alexandrino Filho & Cia, associada ao farmacêutico Juarez Figueiredo, e aberto para outros sócios, caso investisse o capital num valor equivalente a oitenta contos de Réis (80.000\$000).

José Barreto de Andrade nasceu em Simão Dias no dia 12 de junho de 1894, filho do Coronel Antônio Alexandrino de Andrade e Maria Júlia Barreto de Andrade. Casou-se com Maria Freire de Carvalho no dia 30 de setembro de 1920, com quem teve um filho, Pedro Freire Barreto de Andrade, que faleceu no dia 04 de maio de 1978. Ingressou na política no início da década de 1920, militando no Partido Republicano Conservador de Sergipe. Foi nomeado Delegado de Polícia, cargo indicado pelo sogro Cel. Pedro Freire de Carvalho, durante o governo do Presidente Graccho Cardoso. Em 25 de novembro de 1925 foi eleito Intendente Municipal de Simão Dias. Governou até o dia 14 de agosto de 1928, quando renunciou ao cargo para concorrer à reeleição da qual saiu vitorioso no pleito de 25 de novembro de 1928. Ele foi reempossado em 01 de janeiro de 1929, mas não chegou ao fim do mandato. Com a Revolução de 1930, o eminente político foi deposto pelo Interventor Federal, que nomeou para sucedê-lo, em 07 de novembro de 1930, o farmacêutico Alexandre Dutra da Silva. Para atuar no ramo comercial, José Barreto de Andrade abandonou cedo os estudos na capital sergipana e montou seu próprio negócio. Na aludida Firma também comercializava ferragens e molhados, miudezas, drogas e preparados farmacêuticos. A firma Alexandrino Filho & Cia manteve-se ativa até 10 de janeiro de 1919, ficando o Major responsável por todo ativo e passivo da Firma, e embolsando o sócio com capitais e lucros que lhe cabia por direito. A firma José Barreto de Andrade & Cia comercializava variados tecidos e artigos correspondentes, produtos oriundos, sobretudo, da capital federal, onde costumava viajar regularmente.

Com a crescente produção algodoeira do município e o recurso hídrico encontrado na fumaça da Fazenda Santo Antônio da família Andrade, José Barreto de Andrade, o Coronel Pedro Freire de Carvalho, o Barão de Santa Rosa e outros capitalistas, organizaram uma sociedade em comandita por ações em junho de 1923, cujo objetivo era montar uma fábrica de tecidos, mas o projeto não se concretizou. Cada sócio entrava com um capital equivalente a 100.000\$000. Em 06 de agosto de 1922, O PALADINO publicou uma nota sobre a possível sociedade, apontando outros interessados: Padre Dr. João de Mattos Freire de Carvalho, Dr. João de Mattos Carvalho, João Barreto de Andrade, Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho e Major Antônio Alexandrino Filho. A Loja José Barreto de Andrade & Cia foi cenário também para a realização do chá dançante do casamento do eminente biografado e sua esposa Maria Freire de Carvalho (D. Pequena Freire), ocorrido no dia 30 de setembro de 1920. Durante a noite, houve danças, recitais de poesias e trechos de óperas, esta última executada por Olga Andrade. As comemorações estavam previstas para ocorrer durante três dias ininterruptos, entretanto, a família Barreto foi surpreendida no dia 02 de outubro com a súbita morte de D. Judite de Carvalho Andrade, esposa do irmão do nubente Major Antônio Alexandrino Filho. Ela tinha 36 anos de idade e era filha de Benício Gonçalves de Carvalho e Hermenegilda de Mattos Carvalho. Por ter fugido com o Major Antônio Alexandrino, esse casamento ocorreu num oratório particular do Padre Vicente Valentim da Cunha, na cidade de Itabaiana, no dia 13 de janeiro de 1904. Na segunda núpcias casou com Mariana Alves Barreto, em 20 de janeiro de 1921. O Major Antônio Alexandrino Filho faleceu, aos 66 anos, em 04 de fevereiro de 1949.





Nota comercial da Loja José Barreto & Cia
Extraída do Jornal A LUCTA, Cidade de Annapolis – Comarca de Simão Dias, de 07 de janeiro de 1925, Anno VIII, Nº 32, p. 03.

Com o ingresso de José Barreto de Andrade no âmbito político, o comércio foi ficando em segundo plano. A firma José Barreto de Andrade & Cia ficou em segundo plano e sofreu graves prejuízos, até que, em 1929, fechou as portas. Além disso, com a economia nacional abalada com a quebra da Bolsa de Nova York de 1929, seguida das estiagens prolongadas, contribuíram inegavelmente para o declínio do comércio em Simão Dias. Assim, a Firma comercial de José Barreto de Andrade não suportou o impacto e fechou as portas. Na década de 1930, o prédio comercial foi vendido a Josino Barbosa Sobrinho. José Barreto de Andrade morreu aos 45 anos de idade, no dia 26 de fevereiro de 1938. Ainda surpreendeu seus amigos, dizendo “que chegara, enfim, o seu dia 21 de fevereiro”, fazendo apologia à alarmante notícia que se espalhou pela imprensa de que o mundo acabaria no dia 21 de fevereiro daquele ano.

Natural de Pinhão, Josino Barbosa Sobrinho nasceu em 11 de julho de 1910, filho de Gabriel Barbosa e Deonila Maria da Conceição. Casou-se em 03 de fevereiro de 1935 com Elvira Estephania Pereira, na Capelinha de Pinhão, ainda pertencente à Freguesia de Campo do Brito. Após adquirir o prédio e o ponto comercial de José Barreto de Andrade, o novo proprietário permaneceu negociando com tecidos nacionais e importados, chapéus, capas coloniais, guarda-chuvas, sombrinhas, entre outros. A antiga firma José Barreto de Andrade & Cia passou a ser chamada de Casa Barbosa.

Vale ressaltar que, no prédio comercial não funcionava apenas a loja de tecidos e artigos correspondentes. Como a feira livre ali perto, a parte lateral e nos fundos do prédio funcionavam algumas barbearias e outros ramos comerciais. Em 02 de abril de 1968, o comerciante Josino Barbosa Sobrinho perdeu sua esposa D. Elvira Pereira Barbosa, vítima de uma pertinaz moléstia, da qual sofrera a meses. No ano seguinte, casa-se com Valdice Rabelo Barbosa, uma jovem simão-diense, nascida em 20 de dezembro de 1938. Após a morte do patriarca, em 30 de setembro de 1979, a família Barbosa ainda tentou manter sua casa comercial em funcionamento, até que, em 25 de fevereiro de 2002, Valdice Rabelo Barbosa faleceu, e anos depois, a Casa Barbosa decretou falência. Em fevereiro de 2008, com a morte de um de herdeiros Josino Rabelo Barbosa, a empresa fechou definitivamente. No período em que a casa esteve sob a sua direção, o prédio passou por algumas adequações internas, onde foram



O casal Josino Barbosa Sobrinho e Valdice Rabelo Barbosa e sua filha caçula Josivalda Rabelo Barbosa.
Fonte: Acervo particular da família

ram construídos alguns cômodos, sem alterar sua imponência neoclássica e traços barrocos, mas não concluiu. Sob a ameaças de demolição por um comerciante da cidade, que adquiriu o imóvel, o Governador Belivaldo Chagas Silva decidiu intervir e ressarcir este novo proprietário, no intuito de restaurar o prédio e instalar em suas dependências o Centro Cultural de Simão Dias. O Protocolo de Intenções para restauração, reforma e ampliação do prédio centenário, terão instalações interativas, recursos audiovisuais de última geração, e contará a história política, sociocultural de da cidade, em parceria com o Banco Banese e o Instituto Banese.

Partindo para a Praça José Barreto de Andrade, também denominada por outras administrações, de Praça José Zacarias de Carvalho e São João, temos o Cemitério São João Batista, a antiga Cadeia Pública, hoje adaptada para sediar o Memorial de Simão Dias, a antiga sede da usina de tração elétrica e o Posto de Saúde Dr. Manoel dos Santos Aguiar ou Dispensário de doenças de Pele. No início do terceiro quartel do século XIX, quando o Cel. José Zacharias de Carvalho estava à frente da administração da Vila de Senhora Sant'Ana, deram início a construção do Cemitério São João Baptista. A população vinha sendo inumada na Matriz ou no Cemitério Campo Santo de Senhora Sant'Ana, conforme está registrado no Livro de Óbito da Freguesia. Grande parte das famílias abastadas da região eram sepultadas na nave ou tribuna da Igreja, enquanto que os desvalidos, incluindo negros escravizados e índios, tinham seus corpos enterrados no alpendre da Matriz, no Cruzeiro ou no Cemitério dos Missionários. Com o aditamento populacional e o surgimento epidêmico da *Cholera Morbus*, que assolava a região, a nova necrópole passou a ser usada pela municipalidade a partir de abril de 1856. Na década seguinte, a abertura de novas sepulturas no Cemitério dos Missionários ou de Sant'Ana, já acumulados de campas, causava receio à população que estava, de certa forma, sujeitos a doença. Assim, o Governo da Província a título de auxílio, por meio da Lei Nº 785, de 24 de março de 1868, reverteu por espaço de dois anos os impostos das

reses abatidas para a reedificação e conclusão da necrópole, como antes havia sido sancionada para a construção da Igreja Matriz:

“Art. 1º - Fica em inteiro vigor, por mais um biênio a Resolução Nº 309, de 19 de janeiro de 1851.

Art. 2º - O producto da receita creada pelo Artigo 1º da dita Resolução será applicada na reedificação e conclusão do cemitério de São João Baptista na Villa de Simão Dias.

Art. 3º - A presente resolução terá seu inteiro vigor do dia 1º de julho deste ano em diante.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.” (DEDA: 1967, p. 183)

Segundo o jornal CORREIO SERGIPENSE, de 23 de julho de 1864, para a construção da nova necrópole, o Presidente da Província Cincinato Pinto da Silva, já havia destinado 500\$000 Réis. Depois de reedificado, a população passou a utilizá-lo constantemente, deixando aos poucos o Cemitério dos Missionários ou Campo Santo de Senhora Sant’Ana, até lacrá-lo definitivamente no último quartel do século XIX.

A nova Necrópole recebeu este nome para homenagear o Padre João Baptista de Carvalho Daltro, irmão do Cel. José Zacarias de Carvalho, vigário da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Lagarto desde 24 de junho de 1875. Vale ressaltar que o Monsenhor Daltro também foi vigário desta Freguesia, mas como coadjutor do Cônego Antônio da Costa Andrade. Por décadas, o Cemitério ficou sob a



Cemitério São João Batista
Acervo do Memorial de Simão Dias

tutela da Freguesia de Senhora Sant’Ana, no entanto, o governo municipal se apoderou do Campo Santo em 1896. Inconformado com a situação, o Padre José Joaquim Ludovice protestou contra o governo, utilizando-se, inclusive, o jornal FOLHA DE SERGIPE, como descreveu o Padre Philadelpho Macedo no Livro de Tombo, datado de 30 de novembro de 1911. Em 1909, o Campo Santo foi murado, mantendo-se preservado, até hoje, sua fachada original. O artista Raphael de Freitas foi o responsável pela arquitetura, ficando seu nome registrado no frontão do portão de entrada do Cemitério. Dois anos antes, durante uma Santa Missão, ocorrida entre 18 a 28 de janeiro de 1907, e pregada pelos Missionários Capuchinhos Frei Caetano de São Leo e Frei Camilo Crispiero, foi erguido e bento um Cruzeiro feito de cal e pedra. O Vigário de Itabaiana Padre Vicente Valentim da Cunha falou durante o ato inaugural, diante de uma multidão de fiéis e assistido pelos sacerdotes: Padre Vicente José Martins (Bom Conselho/BA), Padre Firmino José de Jesus (Frei Paulo), Padre Francisco Freire de Menezes (Campo do Brito), Monsenhor João Baptista de Carvalho Daltro (Lagarto) e o Padre Possidônio Pinheiro da Rocha (Diretor de Instrução Católica, residente em Aracaju). A família Carvalho, através de seu patriarca Cel. Antônio Manuel de Carvalho, recebeu a graça do Arcebispado Metropolitano e Primaz da Bahia, de sepultar sua linhagem no recinto da Igreja Matriz de Senhora Sant’Ana, mas, por volta de 1908, percebendo que o

pavimento da Matriz estava tomado por muitos túmulos, solicitou ao Revmo. Senhor Arcebispo Dom Jerônimo Thomé da Silva, a comutação daquele local para outra sepultura perpétua no Cemitério João Batista. Em 21 de agosto daquele ano, o Arcebispo concedeu-lhe o benefício, e, no ano seguinte, a família ergueu o mausoléu registrado como Jazigo Perpétuo do Coronel Antônio Manuel de Carvalho e familiares. Este é um dos mais antigos e preservados mausoléus, visto logo na entrada principal do Cemitério.

O antigo prédio do Quartel da Polícia, localizado na esquina que dar acesso ao antigo Hospital Bom Jesus, e do qual já tratamos no Capítulo anterior, foi adaptado para funcionar o Memorial de Simão Dias. Em 1990, quando a Delegacia foi transferida para o Conjunto José Neves da Costa, o Governador do Estado cedeu o prédio em regime de comodato, para servir como centro de exposição de documentação e memória histórica do Município. Deste modo, a antiga Cadeia Pública passou por reformas internas e seu espaço foi adaptado para compor o vasto acervo fotográfico de simãodienses ilustres, a documentação textual e iconográfica de José de Carvalho Déda, imagens históricas, religiosas, artísticas e culturais de Simão Dias, além do acervo bibliográfico de autores sergipanos. Em um de seus compartimentos, inicialmente foi anexado a Biblioteca Pública Lucila Macedo Déda, com uma estrutura dividida em Seção de Atendimento e Informação, Salas do Acervo, Seção Técnica, Seção de Atividades de Extensão, Biblioteca Infantil e Telecentro Comunitário. O Memorial de Simão Dias foi criado com base no Projeto de Lei Nº 43, da Prefeita Municipal Josefa Matos Valadares, aprovado pela Câmara, em 12 de junho de 1990. Por meio deste Projeto foi instituído também o Centro de Documentação da História, Tradição e Vida do Município, com recursos despendidos pela própria Prefeitura. De acordo com a Lei Municipal Nº 15/90, de 18 de junho de 1990, foram criados três cargos comissionados, dentre eles, Diretor Geral, Diretor Administrativo e Diretor de Atividades, ambos de inteira responsabilidade da Municipalidade. Inaugurado em 10 de agosto de 1991, foi empossada para o cargo de Diretora Geral do Memorial de Simão Dias, D. Enedina Chagas Silva, professora jubilada do Colégio Cenequista Carvalho Neto, falecida em 21 de fevereiro de 2004. De acordo com a Lei Municipal Nº 22/92, de 07 de dezembro de 1992, foi criado o Conselho do Memorial de Simão Dias, composto de oito conselheiros, dos quais foram eleitos Antônio Carlos Valadares, Dr. Sebastião Celso de Carvalho e o escritor Paulo de Carvalho Neto. Destes, apenas os três últimos se mantiveram no cargo. Por Decreto Nº 164/97, de 25 de abril de 1997, foram nomeados para exercer as respectivas funções, o presbítero Samuel Santana Cruz e as professoras Enedina Chagas Silva e Valdice Teixeira Carvalho, ambos para o mandato de quatro anos; Denílson Silva Andrade e Raimundo Roberto de Carvalho, para o mandato de dois anos. Por ser de arquitetura civil institucional e propriedade do Estado, o prédio do Memorial de Simão Dias foi protegido como Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe, por Decreto Nº 18.774, de 02 de maio de 2000, com inscrição no Livro de Tombo Nº 01, geral fl. 29.

A Biblioteca Lucila Macedo Déda foi desmembrada do Memorial na última gestão do Prefeito José Matos Valadares. Inicialmente funcionou na Praça Nicanor Leal, atual Praça Vicente Ferreira de Souza, contudo, na gestão de Dênisson Déda de Aquino (2008-2012), foi transferida para a Rua Cônego Andrade, na antiga residência do Coronel Antônio Alexandrino de Andrade, comerciante, político, pecuarista e proprietário do Engenho Santo Antônio. O Coronel Antônio Alexandrino de Andrade foi o último Vice-Presidente eleito da Câmara Municipal da Vila de Simão Dias, cargo criado por meio do Decreto Nº 3.029, de 09 de janeiro de 1881 (Lei Saraiva). Nasceu em janeiro de 1847, filho de Pedro Alexandrino de



Coronel Antônio Alexandrino de Andrade
Fonte: Acervo particular de Jorge Barreto Matos

Andrade e Mariana Alexandrina de Andrade, ambos descendentes de antigas famílias da Província de Sergipe del Rei. Em sua genealogia, ainda foi possível encontrar antigos descendentes nos Livros de Registros da Freguesia de Lagarto, sendo que, o mais velho foi Antônio Ferreira Carlos, apesar de não carregar este sobrenome Andrade. Este casou-se, em 12 de julho de 1819, com Joanna Maria da Conceição, após ficar viúvo de Thomázia Maria de Jesus, aos 60 anos de idade. Seu enlace foi apadrinhado por Pedro Vidal de Sam Tiago, um de seus filhos mais velhos, casado com Maria da Piedade, também da Vila do Lagarto, com idade de 20 anos, em 08 de outubro de 1804. No registro, a mãe de Pedro Vidal de Sam Tiago era D. Maria Francisca do Espírito Santo. Outro que se destaca nesta linhagem é Manoel Ferreira Carlos, Juiz de Paz desta Povoação, entre 1845 a 1848, casado na Paróquia de Senhora Sant'Ana, em 26 de agosto de 1841, com Antônia Perpétua de Almeida, e falecido no dia 07 de setembro de

1887. O Coronel Antônio Alexandrino foi batizado na Freguesia de Senhora Sant'Ana de Simão Dias, em 15 de abril de 1847, tendo como padrinhos Joaquim José de Carvalho e Ana Joaquina de Jesus. Dentre os seus irmãos podemos destacar: Firmo Alexandrino de Andrade (1845-1890), casado com Laurinda Prata de Andrade; Gratuliano Alves de Andrade (1849-1891), casado com Felismina Maria do Sacramento, em 16 de janeiro de 1875; e Sérgio Alexandrino de Andrade (1857-?). O Coronel Antônio Alexandrino de Andrade era casado com Maria Júlia Barreto de Andrade, nascida em 05 de agosto de 1861, filha do Coronel Manoel Coelho de Menezes Barreto e Marianna Nabuco de Menezes Barreto, proprietários do Engenho Paty, localizado na zona rural do município de Divina Pastora. Desta união nasceram o Major Antônio Alexandrino de Andrade Filho (1881-1949), seu primogênito, que assumiu as atividades do pai na Rua do Comércio Velho; do Juiz de Direito Dr. Pedro Barreto de Andrade (1886-1919); João Barreto de Andrade (1888-1956), que ocupou o cargo de secretário da força pública da cidade de Simão Dias, comerciante e fazendeiro; Maria Júlia de Andrade Carvalho (1891-1975), esposa de Pedro Freire de Carvalho; do Intendente José Barreto de Andrade (1894-1938); e Firmo Barreto de Andrade (1893-1921), que era também comerciante e da indústria pastoril.

Apesar de muitos escritos, a imprensa e obras referir-se a José Barreto como Coronel, ele não fora condecorado com nenhuma patente das Forças Armadas, nem da Guarda Nacional. Populares lhe atribuiu este título por demonstração de respeito e consideração aos cargos que assumira ou por pertencer a família tradicionais e abastadas como o seu avô Pedro Alexandrino de Andrade, seu Pai Coronel Antônio Alexandrino de Andrade e seu irmão Major Antônio Alexandrino Filho. O casamento de Antônio Alexandrino de Andrade com Maria Júlia Barreto de Andrade foi sua segunda núpcia. Há registro no Livro de Casamento da Freguesia de Estância, da união do biografado com Dona Maria Constância da Glória Heitor, realizado no dia 14 de maio de 1870, sendo ela filha de Manoel Joaquim da Silva Heitor e Maria Constança da Rocha Heitor. O primeiro filho do casal chamado Antônio foi batizado com idade de dois meses na Freguesia de Senhora Sant'Ana, no dia 18 de maio de 1871, sendo padrinhos Pedro Alexandrino de Andrade e Mariana Alexandrina de Jesus. Esta

criança falecera em 26 de maio de 1871, seis horas antes de sua mãe Maria Constância da Glória Heitor, que tinha apenas 20 anos de idade, sendo ambos sepultados no Cemitério São João Baptista de Simão Dias. A obra de JORGE BARRETO, publicada em 1967, faz menção ao casamento do Cel. Antônio Alexandrino de Andrade com Maria Júlia Barreto de Andrade, realizado em 1872 no Engenho Paty, na região do Cotinguiba, mas não cita a sua viuvez. Em 06 de outubro de 1889, Antônio Alexandrino de Andrade foi eleito Secretário do Diretório do Partido Liberal em Simão Dias, juntamente com o Coronel Sebastião da Fonseca Andrade (Presidente) e seus membros: José Antonio de Souza Prata, os Tenentes Ezequiel Propheta do Nascimento e Camilo de Mattos Hora. Este mesmo grupo, em 01 de dezembro de 1889, fundou o primeiro Club Republicano Simãodiense, denominado de Club Republicano Sylvio Romero. Com a Proclamação da República e a elevação de Simão Dias a categoria de cidade, foi criado o Conselho de Intendentes, do qual Antônio Alexandrino de Andrade fez parte, sendo nomeado pelo Governo Federado, em 27 de agosto de 1890, cargo que exerceu até o dia 09 de dezembro do mesmo ano. Ele falecera em 30 de agosto de 1913, enquanto que a matriarca D. Maria Júlia Barreto de Andrade, morreu em 31 de julho de 1923.



Biblioteca Pública Lucila Macedo Déda – Antiga residência do Cel. Antônio Alexandrino de Andrade, localizada na Rua Cônego Andrade, Nº 224, antiga Rua do Comércio Velho.
Acervo particular de Daniela Santos Silva Soares

O casarão térreo da família é uma construção do século XIX, cuja fachada ostenta as mesmas linhas austeras. A composição neogótica apresenta seis vãos de vergas ogivais, sendo que as janelas são de duas folhas de madeira almofadada que se abre para o interior, protegida com bandeira fixa em caixilharia de vidro, segundo os moldes imperiais. Uma das alterações recente da fachada é a grade ferro que protege a porta de madeira almofadada de duas folhas.

Há figuras de losango em alto relevo no peitoril abaixo de cada janela. Unem-se a composição uma cornija superior e uma platibanda reta interrompida por um frontão triangular, ornado com elementos em volutas, destacando ao centro, dois ramos e uma flor, ambos em alto relevo. Por fim, têm em cada vértice, dois pináculos.

Apesar de poucos registros históricos sobre a criação de Biblioteca em nosso Município, no primeiro quartel do século XX, a nata anapolitana ou simãoodiense fundou alguns gabinetes de leitura. O primeiro deles surgiu em 1916, fundado por Messias Fonseca e Quinto Monte Santo, fundador e redator do jornal O SIMÃOODIENSE, foi denominada de Gabinete de Leitura Gumercindo Bessa, que disponibilizava de um pequeno acervo de obras literárias, de instrução e recreativa, composta de um grande número de associados. No entanto, foi o Prefeito Dr. Marcos Ferreira de Jesus, prefeito de Simão Dias, o pioneiro a fundar nesse Município uma Biblioteca Pública. Com grande acervo literário, a Biblioteca da Prefeitura, como assim era chamada, foi instalada na própria sede. Década mais tarde, em 17 de junho de 1962, por iniciativa particular de algumas senhorinhas da sociedade, foi inaugurada a Biblioteca Cônego José Antônio Leal Madeira, situada na Rua Monsenhor Olímpio Campos, Nº 21. A solenidade inaugural, na época, marcada para às 16:00 horas, foi antecipada para às 10:00 horas da manhã, porque, na tarde, aconteceria o jogo da Copa do Mundo entre Brasil e Tchecoslováquia, e o público queria acompanhar os resultados. Foi formada uma Comissão organizadora para o evento, composta por Valda Nunes Sant'Anna, Maria Amélia Freire, Rosa Dortas e Avilete Sant'Anna, ambas integrantes do Movimento Formação da Juventude. Por Lei Nº 37, de 08 de fevereiro de 1968, decretada pela Câmara Municipal e sancionada pelo Prefeito Antônio Carlos Valadares (1967-1970), foi criada a Biblioteca Pública Municipal, mantida e supervisionada pela Municipalidade. Todos os livros pertencentes à Biblioteca da Prefeitura, outrora criada na gestão de Dr. Marcos Ferreira de Jesus, passaram a ser do acervo da Biblioteca Pública Municipal, exceto, os de caráter técnico administrativo. O Art. 03 autorizava o Prefeito a assinar Convênios com o Instituto Nacional do Livro e com outras Entidades para a aquisição de novos acervos e assistência técnica na organização da Biblioteca. O Art. 04 autorizava a disponibilidade por parte do Poder Público Municipal uma verba especial, que seria destinada para as despesas da instituição (A SEMANA, 02.03.1968, p. 05). O Decreto foi assinado pelo Prefeito Municipal e a Secretária Maria Rita Santana de Jesus, em 01 de fevereiro de 1968, mesma data da criação do feriado Municipal de 12 de junho (Lei Nº 41, de 08.02.1968), o consagrado Dia do Município ou emancipação política de Simão Dias. A Biblioteca Pública Municipal funcionou na atual sede da Filarmônica Lira Sant'Ana, e, posteriormente, no piso superior da sede da Câmara Municipal de Vereadores, até o início da década de 1990, sendo depois transferida para o Memorial de Simão Dias, logo quando foi inaugurado. Por volta de junho de 1968, o Ginásio Industrial Carvalho Neto também recebeu uma moderna Biblioteca doada pelo Ministério de Educação e Cultura, através do Livro Técnico e Didático (COTED). Constava com 363 compêndios, de diversos assuntos, dando maior ênfase as Artes Industriais e Ensino Técnico. A Biblioteca ficou sob a organização de Heloísa Helena Silva, inicialmente instalada na sede do Centro Educacional de Simão Dias – CESD, antiga Maternidade Ana Hora Prata.

Ladeado com o Prédio do Memorial, onde atualmente funciona a sede da Secretaria da Ação Social e do Trabalho, funcionou por décadas a Usina elétrica a motor do Município e a LBA (Legião Brasileira de Assistência). Para recapitular, a primeira empresa de energia elétrica de Anápolis, propriedade do Coronel Felisberto da Rocha Prata, teria sido inaugurada em

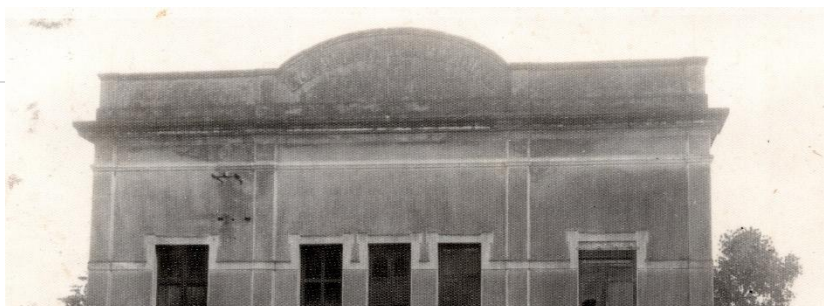
15 de maio de 1922. O fornecimento de energia foi devidamente autorizado pela Lei Nº 110, desde 12 de janeiro de 1922. Segundo o jornal A LUCTA, na presença das escolas primárias e dos paraninfos representando a Medicina, Agricultura, Comércio e Justiça, foi lançada a benção das máquinas pelo Cônego Philadelpho Macedo. No prédio da Usina, a sessão foi aberta pelo Juiz Dr. Abílio de Vasconcelos Hora, que convidou Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho para presidi-la, já que o eminente clínico representava o Governador do Estado. Durante a inauguração, discursaram o farmacêutico Dr. Marcos Ferreira de Jesus, José Manoel Palmeira da Silva, o advogado José Nogueira Nunes e o poeta Isaac Ettinger. Depois disso saíram em passeata até a Escola General Valladão, onde mais uma vez Dr. Marcos Ferreira falou demoradamente sobre a importância da escola nos serviços prestados à infância desprovida de fortuna. Ao anoitecer foram ligadas as máquinas e a iluminação das casas particulares, e as ruas da cidade tomou novo aspecto atraente. Na ocasião, o Barão de Santa Rosa se associou ao aludido capitalista, e valendo-se da condição de Intendente Municipal assinou contrato com a própria Municipalidade, em 23 de maio de 1922, devidamente lavrado em notas do Tabelião Aristóteles da Silva Amarinho.

Durante a administração do Intendente José Barreto de Andrade esse acordo foi desfeito. Segundo BARRETO, o Intendente notou que a Empresa de iluminação elétrica do Cel. Felisberto da Rocha Prata vinha fraudando na contagem dos Kilowatts, prejudicando a arrecadação do Município. Assim, determinou que o pagamento da fatura de consumo de energia seria efetuado na sede da Prefeitura, porém, o proprietário só aceitava que o pagamento fosse feito nos escritórios da empresa. O jornal CORREIO DE ARACAJU, de 12 de agosto de 1927, publicou um protesto da parte do Coronel Felisberto da Rocha Prata, datado de 28 de julho de 1927, representado pelos procuradores Dr. Oscar Hora Prata, Dr. Antônio Manuel de Carvalho Neto e Leonardo Gomes de Carvalho Leite, dirigido ao Juiz dos Feitos da Fazenda Estadual e Municipal de Aracaju, acusando a Intendente Municipal de violar as cláusulas contratuais, fato que não ocorria durante a administração precedente. Acusou a administração de não efetuar os pagamentos de duas mensalidades no prazo estipulado, só mediante reclamações reiteradas. Tal procedimento permitiu a suspensão da iluminação pública, até que houve a intervenção do cidadão Octávio Gomes da Cunha, gerente da Agência do Banco de Sergipe, que pagou as mensalidades vencidas. Em contrapartida, o Coronel Felisberto da Rocha Prata foi acusado de mandar cortar a luz da residência do Intendente. Segundo BARRETO (2005, p. 32-33), José Barreto de Andrade chamou uma pessoa entendida em eletricidade para fazer o religamento da energia, e, dessa forma, trouxe novamente luz a sua residência. No dia seguinte, o Intendente mandou desligar a iluminação dos logradouros públicos, da Intendência, da casa de parentes, amigos e correligionários, revogando a concessão nos primeiros dias de setembro de 1927, cassando todos os favores, vantagens, isenções e privilégio concedidos ao proprietário da empresa de eletrificação.

Em alguns periódicos do Estado e no Diário Oficial de Sergipe foi publicado o protesto do Intendente, intitulado “Câmara Municipal de Anápolis versus Felisberto Prata”, representado pelos advogados Dr. Alceu Dantas Maciel e Dr. Luís José da Costa Filho. O protesto acusava o empresário Felisberto da Rocha Prata de infringir as cláusulas contratuais validadas por 30 anos, tornando-se dispendiosíssimo a Intendência Municipal, em se tratando de obrigações, multa e demais penalidades estabelecidas, e concedendo vantagens apenas a Empresa. Ainda acusou que para proteger sua Empresa de Luz Elétrica, o Coronel Felisberto da Rocha Prata aceitou sociedade com o Barão de Santa Rosa, fato registrado em Ata do

Conselho Municipal datada de 01 de julho de 1925, da qual o mesmo se retirou quando a empresa se achava dando resultados satisfatórios. E concluiu: semelhante contrato, assinado por um Intendente, ao mesmo tempo sócio do concessionário favorecido, torna-se imoral e passivo de nulidade. Acusou também o concessionário de se negar a receber os onerários da Intendência, apenas para deixar a cidade às escuras. Quando era chamado insistentemente ao cumprimento de seus deveres, fazia-se de vítima. Assim, contra a infração contratual firmado com o Município, o Intendente José Barreto de Andrade, com base no Art. 718 e seguindo o Código do Processo Civil e Commercial do Estado, em 06 de agosto de 1927, publicou a petição de protesto que pede a interrupção do contrato firmado entre a Intendência e a Empresa do Coronel Felisberto da Rocha Prata. De acordo com a Lei Nº 144, de 15 de outubro de 1927, o Conselho Municipal aprovou o descontrato celebrado entre a Municipalidade de Anápolis e o empresário concessionário do serviço público de energia elétrica, cassando todos os favores, isenções, vantagens e privilégios concedidos no contrato assinado em 23 de maio de 1922.

Um ano passou e a cidade às escuras. Depois de José Barreto de Andrade, com a aprovação da Câmara Municipal, contrair empréstimo de cem contos de Réis (100:000\$000), com juros de 12% ao ano, e possuir o aval do Coronel Pedro Freire de Carvalho, a Usina Elétrica foi inaugurada, em 30 de setembro de 1928, na presença do Presidente do Estado Manuel Correia Dantas. Sua Excelência chegou na Praça Barão de Santa Rosa no final da tarde. Desceu de seu automóvel entre as alas formadas pelas senhoritas que o recepcionava e saudado pelo Promotor Público desta Comarca, João de Deus Teixeira, que falou em nome do Intendente. A Força Pública aquartelada fez guarda de honra, enquanto a Lira Sant'Ana e a Banda da Polícia executavam diversas peças musicais. O Presidente seguiu com sua comitiva para o palacete do Cel. Pedro Freire de Carvalho, sendo saudado por Ítala Teixeira, que representava as mulheres de Anápolis, e pelo Cônego Domingos Fonseca de Almeida, que fez sua oratória em nome do anfitrião. Às 17:00 horas seguiram em passeada até a Praça São João para assistir à inauguração da Usina Elétrica. O Cônego Jugurtha Feitosa Franco, vigário da Freguesia de Lagarto, proferiu a bênção das máquinas, seguido do discurso do Promotor, que enalteceu a administração de José Barreto de Andrade. O Presidente Manoel Correia Dantas rompeu a fita que prendia as máquinas da Usina e a luz logo se fez surgir, intensa e fascinante. Depois houve um baile nos salões do palacete do Cel. Pedro Freire de Carvalho. No dia seguinte, o Presidente do Estado participou de uma Santa Missa campal, da inauguração de seu retrato na sede do Conselho Municipal e de uma tarde chique organizada pelo Vigário Cônego Domingos Fonseca de Almeida, em benefício a pintura da Igreja Matriz. À noite, depois de um jantar oferecido no palacete do Cel. Pedro Freire, houve na residência do Intendente, uma *Soirée Blanchet*, que se estendeu até alta madrugada. Na terça-feira, o Presidente Manoel Correia participou de uma Santa Missa no Hospital Bom Jesus e inaugurou-se o novo Parque Pedro Freire de Carvalho, localizado na Praça da Independência, seguido de uma sessão especial organizada pelo diretor, professores e alunos do Grupo Escolar Fausto Cardoso, em homenagem ao Presidente. A visita do Governador foi encerrada com sessão literária organizada pela caravana do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe no Theatro Sylvio Romero (A LÂMPADA, 07.10.1928, p. 01-03)



Prédio Público erguido para funcionar a Usina de Tração Elétrica, depois cedido para LBA. Hoje funciona a Secretaria Municipal de Inclusão, Assistência Social e Trabalho
Acervo particular de Jorge Barreto Matos

Na Usina Elétrica de Anápolis, no final do mandato de José Barreto de Andrade (1930), foi construído quatro grandes pavilhões destinados a almoxarifado. Após diversos reparos no motor ou troca de motores por sucessivos prefeitos de Simão Dias, em 15 de novembro de 1964, às 17h30min, a população assistiu o Governador Dr. Sebastião Celso de Carvalho cortar a fita simbólica e ligar as chaves de instalação da energia elétrica vinda de Paulo Afonso/BA, solucionando definitivamente o problema da energia da cidade. Dois anos depois, a Municipalidade doa o prédio da Usina a LBA (Legião Brasileira de Assistência), que reconstruiu completamente o edifício para tornar-se a sede regional da Instituição, com a colaboração do Governador do Estado e a Prefeitura Municipal de Simão Dias. No dia 01 de novembro de 1966 foi inaugurada oficialmente o núcleo da Legião Brasileira de Assistência nesta cidade. Dona Bertilde Barreto Carvalho, esposa do então Governador do Estado Dr. Sebastião Celso de Carvalho era a Presidente Estadual da LBA. Neste mesmo prédio foram inauguradas também uma escola infantil (Jardim de Infância), Clube das Mães, Escola de Artesanato para meninas e um parque infantil montado do lado externo do prédio. Na solene inauguração estiveram presentes várias autoridades eclesiais e políticas, inclusive representantes da Capital Federal: O Bispo Diocesano Dom José Bezerra Coutinho, o governador Dr. Lourival Baptista, o Coronel Fontes Lima (Comandante da Força Pública do Estado), Dr. Paulo Freire de Carvalho (Diretor da Divisão de Proteção à Infância e a Maternidade da LBA), Dr. Carlos Melo (médico da LBA), o Prefeito Nelson Pinto de Mendonça. o Vigário da Freguesia Padre Aureliano Diamantino Silveira, representantes da Câmara Municipal, entre outros. Discursaram durante o ato solene Dr. Paulo Freire de Carvalho, o jornalista Francino Silveira Déda, D. Clarita Sant'Anna Conceição, representando o Clube das Mães, adstrito ao Núcleo de Simão Dias, D. Maria Aparecida de Sales, os Governadores Dr. Lourival Baptista e Dr. Sebastião Celso de Carvalho. Após os discursos, Dr. Paulo Freire de Carvalho convidou Dr. Celso de Carvalho e Dona Bertilde para cortarem a fita simbólica, sendo feito sob aplausos dos presentes. O Bispo Dom José Bezerra Coutinho, auxiliado pelo Vigário Padre Aureliano Diamantino Silveira espargiu água benta em todas as dependências do prédio. Para a diretoria do Clube das Mães, assumiu D. Dejanira Nascimento; a Diretora do Jardim de Infância ficou a cargo de Carmem Dantas do Amaral. Nos primeiros anos de funcionamento o cargo de docência foi preenchido pelas professoras Maria Virgília Carvalho Freitas e Maria Auxiliadora Tavares Matos.

De acordo com a Lei Nº 73, de 15 de abril de 1966, do Prefeito Nelson Pinto de Mendonça, deu autoridade ao Poder Executivo, de doar o prédio da Usina de Tração Elétrica a LBA, para funcionar um Jardim de Infância e Obras de Assistência Social, com uma ressalva: o Art. 03 determinava que, em caso de encerramento das atividades da LBA, o prédio com as benfeitorias nele introduzidas, voltaria a ser patrimônio da Prefeitura Municipal. Assim, com o Projeto Lei, do Prefeito José Neves da Costa, encaminhado à Câmara Municipal de Simão Dias, que extinguiu o Art. 03, da Lei Nº 73, de 15 de abril de 1966, autorizou a assinatura da Escritura Pública e rerratificação da doação a título gratuito do imóvel, antes ocupado pela Usina Elétrica, em favor da LBA, como segundo consta na Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Simão Dias, de 06 de setembro de 1972. Em 12 de março de 1987 foi reinaugurado o Núcleo Social Nº 05, através do Programa Primeiro a Criança, quando o Presidente da LBA era Marcos Vinícius Rodrigues Viana e a Superintendente da LBA no Estado era D. Maria do Carmo do Nascimento Alves, esposa do Governador João Alves Filho. Em 05 de outubro do mesmo ano houve a inauguração do Parque Infantil Antônio Carlos Valadares Filho.

Na atual Praça José Barreto de Andrade, do lado do Prédio da Secretaria da Ação Social e do Trabalho está também o antigo Dispensário de Doenças de Pele, construído e inaugurado em 1947, iniciativa de Dr. Joaquim Fraga Lima, chefe do serviço de combate à lepra no Estado e a ajuda de 10 contos de Réis do S.N.L. (Serviço Nacional de Lepra). Dona Ana Carmem Carvalho Salustino ou D. Carmita Salustino, liderou a campanha pela qual recebeu também recursos do governador Dr. José Rollemberg Leite, do Prefeito de Aracaju Dr. Marcos Ferreira de Jesus e do gestor Municipal, que doou o terreno para a construção do prédio. O governo do Estado fez a doação dos azulejos que revestiu parte da parede interna do Posto, e o prefeito da capital forneceu o forro. Isso se confirma no relato de Dr. Joaquim Fraga Lima, que diz:

“Em face de existirem em Simão Dias muitos doentes que não careciam de internamento, mas que deviam ser tratados, tive a ideia da construção de um dispensário naquela cidade. Da Prefeitura conseguir o terreno. Apeloando para o Serviço Nacional da Lepra, mandou-me este a quase insignificante importância de 10 contos de reis. Constei, entretanto, com a colaboração do Prefeito de Aracaju, Dr. Marcos Ferreira, do Governador José Rollemberg Leite, e com o esforço da senhora Carmem Salustino, que promoveu festivais em benefício das obras do dispensário. Constei com a colaboração dos Drs. Salustino Neto, médico, e Belmiro Gois, Juiz de Direito que ajudaram na administração das obras, sendo que o Dr. Belmiro ainda conseguiu do seu cunhado Cândido Dortas, uma dádiva de cinco mil tijolos de alvenaria. O Dr. Marcos, pela Prefeitura de Aracaju, deu todo o serviço de madeira do forro. O Governador Rollemberg deu, pelo Estado, todo o serviço de azulejo” (Minha Passagem pela vida – Dr. Fraga Lima).

Em 21 de maio de 1946, durante a inauguração do Posto de Puericultura do Município, na qual estava presente o Interventor Federal Coronel Antônio de Freitas Brandão, o Juiz de Direito Dr. Belmiro da Silveira Góis, solicitou ao eminente representante do Executivo Estadual, que olhasse para os hansenianos que existia em Simão Dias.

Com o Dispensário inaugurado, no ano seguinte, um grupo de senhoras e senhorinhas, com o objetivo de amparar as vítimas de hanseníase fundou a Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra. Esta Associação, além de auxiliar as famílias das vítimas em isolamento preventivo, ofereciam materiais e noções de higiene relativa a prevenção do mal.

No primeiro biênio de existência, a Sociedade de Assistência aos Lázaros foi presidida por D. Carmita Salustino. Em 20 de julho de 1949 foi eleita uma nova diretoria para o biênio 1949-1951, sendo eleita Clarita Sant'Anna Conceição (Presidente); Ivone Hora Fonseca e Maria Freire de Aguiar (1ª e 2ª Vice-Presidentes); Iolanda Rosa Montalvão e Maria Helena Tavares (1ª e 2ª Secretárias); Vandete Carvalho Oliveira e Marieta Prata Dortas (1ª e 2ª Tesoureiras). Esta Diretoria permaneceu no cargo por mais um biênio. Em 02 de agosto de 1953 foram empossados os novos membros, enquanto que sua antiga Presidenta foi escolhida como sócia-benfeitora da Sociedade. Na ocasião, quem assumiu a Presidência foi D. Francisca Esteves Déda (D. Francisquinha Déda), e a Secretaria Maria Soledade Macedo Freitas, as quais mantiveram-se nos cargos até setembro de 1955. A última diretoria eleita e publicada no jornal A SEMANA ficou assim distribuída: Maria Rita de Cássia Góis (Presidente); Maria Fontes Vieira e Isilina de Carvalho Freitas (1ª e 2ª Vice-Presidentes); Iolanda Rosa Montalvão e Aliete da Silva Andrade (1ª e 2ª Secretárias); Silvina Prata Góis e Enedina Chagas Silva (1ª e 2ª Tesoureiras).

A Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra desapareceu das colunas sociais do jornal A SEMANA, contudo, não testifica sua extinção. O Dispensário de Doenças de Pele foi mantido pelo menos até meados da década de 1960. Sustentado as duras penas pelo governo Federal, com a cooperação do Estado e do Município, o A SEMANA, de 12 de agosto de 1961, acusou o Poder Público Municipal de especificar nas despesas orçamentárias rótulos de “Remédios para o Dispensário”, mas que não se chegava no Posto. Isso ocasionou uma série de problemas e descontrole na administração do Dispensário, até que, mais tarde, o prédio tornou-se apenas Posto de Saúde Municipal, inicialmente dirigido pelo clínico Dr. Manuel de Souza Aguiar, médico oriundo da Freguesia de Nazaré/BA, nascido em 15 de maio de 1905, filho de Domingos Valente de Aguiar e Guimar dos Santos Aguiar. Ele era formado pela Faculdade de Medicina da Bahia (1927), e após fixar residência em Simão Dias, integrou o Departamento de Saúde Pública de Sergipe, em 05 de setembro de 1931, e, posteriormente, o Departamento Nacional de Saúde, em 27 de dezembro de 1943. Na Matriz de Senhora Sant'Ana casou com D. Maria Freire de Andrade (D. Pequena Freire) em 30 de janeiro de 1940, com quem viveu um pouco mais de três décadas. Nas sua segunda núpcias casou-se com Nely Menezes Aguiar (1976). Dr. Aguiar faleceu em 13 de março de 1986. De autoria do Vereador João Miranda de Souza Neto foi sancionado o Projeto-Lei Nº 11/95, de 16 de agosto de 1995, que denomina-se o Posto de Saúde Municipal de “Dr. Manuel de Souza Aguiar”.

No início de minhas pesquisas, na antiga Rua do Comércio Velho, onde outrora funcionava a feira velha, existia o mais antigo sobrado da cidade. Era uma construção datada do segundo quartel do século XIX e protegido pelo Artigo 2º, da Lei Municipal Nº 305/04, de 16 de julho de 2004. O casarão de traços coloniais foi à residência do Capitão Pedro Vidal de Oliveira, irmão do Coronel Pedro Alexandrino de Andrade, Capitão José Marçal de Araújo Andrade e Francisco Antônio de Oliveira Andrade, ambos senhores de terras, engenho e comércio.

Pedro Vidal de Oliveira nasceu em 1821, filho de Antônio Ferreira Carlos e Joanna Maria de Jesus. Em 09 de março de 1857, casou-se com Maria Manoela do Sacramento, com quem teve pelo menos sete filhos: Petronília do Sacramento Oliveira (1848-1881), Dr. Ramiro Ramos de Oliveira (1853-1904), Leopoldina Eulália de Oliveira Andrade (1858-1884), Laurinda Licardina

de Oliveira (1859-1881) e Alfredo Ramos de Oliveira (1860). Negociante bem-sucedido, o Capitão Pedro Vidal de Oliveira também assumiu cargos eletivos ou por nomeação, quando Simão Dias foi elevada à categoria de Vila. No pleito de 02 de junho de 1850, foi eleito Vereador da Vila de Senhora Sant'Ana, no qual obteve 192 votos, o terceiro mais votado, perdendo apenas para os cidadãos Francisco de Paula Vieira Gatto e Felix José de Carvalho. Durante o quadriênio de 1877 a 1882, também exerceu a vereança. Antes disso, foi nomeado diversas vezes para ocupar a função de Suplente de Juiz Municipal e de Órfãos, e, posteriormente, foi eleito Juiz de Paz (1883-1886). Embora não se encontre muitas informações a respeito do Capitão Pedro Vidal de Oliveira, no A SEMANA, de 01 de outubro de 1955, há registros biográficos de Dr. Ramiro Ramos de Oliveira, um de seus filhos e herdeiro do sobrado. Estudou na Faculdade de Medicina da Bahia, mas devido a um problema de saúde, abandonou o curso e recebeu apenas a carta de Farmacêutico, estabelecendo-se nesta Vila com uma Botica. Aqui casou-se com Silvina Mota de Oliveira, em 17 de abril de 1880, com quem teve dois filhos: Pompílio Ramos de Oliveira (1887-1889) e Ramiro Ramos de Oliveira Filho, dentista, que faleceu em 04 de novembro de 1977. Mudou-se para São Paulo, abrindo uma Farmácia na cidade de Araraquara. Não se sabe ao certo o ano de sua morte, entretanto, em 1904, Dr. Ramiro Ramos de Oliveira já tinha falecido.



Antigo sobrado construído por Pedro Vidal de Andrade sita Rua do Comércio Velho
Acervo do Memorial de Simão Dias

O sobrado era o principal ponto de encontro entre os feirantes. Enquanto que no andar superior funcionava sua residência, no piso térreo era um estabelecimento comercial desde outrora. Era composto de cinco portas alargadas de duas folhas de madeira com verga em arco abatido nas suas extremidades; a porta central ficava ajustada com as escadarias de acesso ao segundo piso; estas escadas eram de corrimão de madeira contrastando com o forro do teto superior constituído da mesma matéria prima. Alguns cômodos possuíam pisos de cerâmicas e outros de tijolos batidos. As cinco janelas do andar superior também são arqueadas, seguidas pelo mesmo padrão das demais vistas na lateral direita do sobrado. O sistema construtivo era de taipa e sopapo. A água do telhado estava em número de quatro e os beirais curtos, formando uma arquitetura simples, mas que

encantava pela proporção de sua localização de centro, visto que, de lá havia três ruas de acesso direcionadas para o sobrado.

Com mais de um quartel sem registro, em 02 de abril de 1932 a casa assobradada de Pedro Vidal de Andrade, que estava sob os cuidados da proprietária Lionilla de Jesus Santos, também chamada de Iaiá de José Leopoldino de Sant'Anna, foi vendida ao comerciante João Caetano de Oliveira. Na época o documento foi lavrado nas folhas 52 e 53 do Livro de Escritura de Compra e Venda desta Cidade, Termo da Comarca de Lagarto/SE, acertado pelo preço de 4.000.000 (Quatro Contos de Réis). João Caetano de Oliveira ou Janjão, como era popularmente conhecido, nasceu em Simão Dias no dia 06 de agosto de 1897, filho de Juventino Caetano de Oliveira e Josefa Jardelina de Oliveira. Casou-se com Aureliana Nunes de Oliveira (1901-1974), em 01 de fevereiro de 1919, filha de Manuel Nunes da Silva e Maria Marcelina de Oliveira, com que teve cinco filhos: Gervásio Nunes de Oliveira, José Nunes de Oliveira, Nair Oliveira Santos, Afrodísia Oliveira Brasil, João Nunes de Oliveira, José Augusto Nunes de Oliveira e Wilson Nunes de Oliveira.

Tanto João Caetano de Oliveira como Gervásio Nunes de Oliveira exerceram a vereança em Simão Dias, ambos eleitos democraticamente. O primeiro venceu as eleições de 14 de outubro de 1935, mas teve seu mandato cassado após a instalação do regime ditatorial do Estado Novo. Filiado ao Partido Social Democrata (PSD), Gervásio Nunes de Oliveira venceu as eleições de 19 de outubro de 1947, sendo empossado, em 10 de novembro de 1947, exatamente uma década após a cassação do mandato de seu pai. Logo, tornaram-se fortes aliados do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Leonel Brizola, no qual foram eleitos presidentes do Diretório regional de Simão Dias. Neste Partido, ainda concorreram as eleições para Prefeito e Deputado Estadual, mas não obtiveram sucesso. Como negociantes, João Caetano de Oliveira e Gervásio Nunes de Oliveira trabalharam no SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social), de Simão Dias. O SAPS foi criado durante o governo de Getúlio Vargas (1940), quando se desenvolvia no País uma política de combate à fome e a desnutrição. Através deste serviço era fornecido uma alimentação barata, isenta de impostos e outros benefícios para as famílias carentes espalhadas em todo Brasil. A pedido deles, o Deputado Federal e líder do PTB no Estado, Francisco de Araújo Macedo, trouxe o SAPS para Simão Dias. Sua inauguração ocorreu em 04 de setembro de 1957, contando com a presença do ilustre Deputado, de Mario Cardoso Chagas (Delegado Estadual do SAPS, seção Sergipe), e outros funcionários. Durante o ato inaugural Gervásio Nunes de Oliveira (Administrador do SAPS em Simão Dias), ocupou o lugar de destaque na tribuna. Após proferir seu discurso, o Delegado Mario Cardoso Chagas falou a todos sobre a finalidade do SAPS em todo Brasil, uma espécie de mercado popular, mantida pelo governo. O Deputado Francisco Araújo Macedo foi convidado para cortar a fita simbólica, e este convidou para substituí-lo, seu aliado Djalma Fontes. A sede do SAPS estava localizada na Rua Dr. Joviniano de Carvalho, Nº 09. Todos os presentes percorreram o interior do estabelecimento, verificando os preços e a qualidade dos gêneros alimentícios em exposição, os preços seguiam uma tabela, sempre abaixo do valor do mercado comum. Encerrando o evento, o Deputado Francisco Macedo exaltou a figura de João Goulart, Vice-Presidente do Brasil, pela criação de seu programa de assistencialismo, e condenou a ganância dos especuladores. O SAPS ampliou seus salões anos mais tarde, reinaugurando-os, no dia 15 de novembro de 1963, o posto de autosserviço de vendas a preços de custo de alguns gêneros de primeira necessidade. Com o golpe militar

de 1964, este serviço foi extinto e substituído pela COBAL (Companhia Brasileiro de Alimentos), por Decreto-Lei Nº 224, de 28 de fevereiro de 1967, sancionado pelo Presidente General Humberto Castelo Branco.

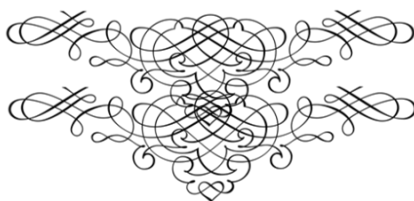
Gervásio Nunes de Oliveira continuou a frente da COBAL com seu aliado político e amigo Abel Jacó dos Santos. Os dois petebistas formaram, em janeiro de 1964, o Grupo dos Onze ou Comandos Nacionalistas, lançado por Leonel Brizola, líder do PTB, na Rádio Mayrink Veiga, no Rio de Janeiro, em 29 de novembro de 1963. O programa de Brizola ia ao ar todas as sextas-feiras, às 21:00 horas. A ideia central era criar em todos os Municípios brasileiros, um clube formado por onze companheiros, em apoio às Reformas de Base criadas durante o governo de João Goulart. No Grupo dos Onze deveria haver uma ação coordenada, onde se trabalhasse em conjunto e em defesa das conquistas democráticas, na luta e resistência contra qualquer tipo de golpe, pela imediata concretização das reformas, especialmente das reformas agrária rural e urbana, e pela libertação do Brasil quanto à espoliação internacional. Na Ata de fundação deveria conter os objetivos dos Comandos Nacionalistas a escolha do líder ou chefe, e seu substituto eventual. Em seguida, era feita uma comunicação por carta ou telegrama dirigida ao Deputado Leonel Brizola, aos cuidados da Rádio Mayrink Veiga. Não deveria haver uma sede permanente, porém, os companheiros deveriam estabelecer um sistema de avisos, de modo que ambos pudessem se reunir ou se mobilizar em minutos, em caso de ameaças ou iminência de um golpe contra os direitos e liberdades. Ouvir o programa da Rádio Mayrink Veiga era quase que obrigatória, que no final eram lidas as cartas enviadas pelos companheiros e lida as instruções para as atividades dos grupos integrantes da organização.

Não se tem muitas informações sobre a atuação do Grupo dos Onze em Simão Dias, porque não durou muito tempo. Reuniram-se inicialmente no sobrado de Seu Janjão, alguns de seus aliados petebistas e amigos como Eraldo Martins Guerra, José Manuel da Cruz e Luiz dos Reis, onde foi lavrada a Ata de fundação e escolhido seu líder e as novas diretrizes de circulação, conforme as regras gerais do comando. Segundo relato do Professor Udilson Soares Ribeiro, parte de seus membros ingressou no grupo por amizade, não por ideologia. Consciência política eram privilégios de poucos, a exemplo de seu líder Gervásio Nunes de Oliveira. Logo após a deflagração do Golpe Militar, na madrugada de 31 de março de 1964, a polícia de repressão começou a perseguir e prender todos os líderes e seguidores do Grupo dos Onze em todo o país. O jornal A SEMANA, fez irrisão aos Onze na nota “As Brigadinhas de Brizola”, quando estes comitês passaram a ser perseguidos pela polícia de repressão no Sul do país: **“Os cabeças e os sub-cabeças destas ridículas brigadinhas, estão em palpos de aranha** (11.04.1964, p. 04). Em Simão Dias, os adversários políticos acabaram delatando o líder local, que foi detido pelo 28º Batalhão de Caçadores (28º B C) de Aracaju. Naquele dia, sua mãe, D. Aureliana Nunes de Oliveira, pediu a intervenção do Padre Mário de Oliveira Reis, que os alcançaram na cidade de Lagarto, e após provar sua fidelidade aos princípios Católicos Apostólicos e Romanos, convenceu os milicos a soltá-lo e retornar a cidade, na companhia do aludido Vigário. Vale ressaltar que, a justificativa pela perseguição dos militares aos seguidores Brizolistas, era pela acusação de apregoar ideais comunistas e a sua subversão a nova ordem política estabelecida. Enquanto isso, os demais militantes do Grupo dos Onze já tinham se refugiado, temendo a repressão, fato que DEDA, com sarcasmos, expunha no jornal A SEMANA:

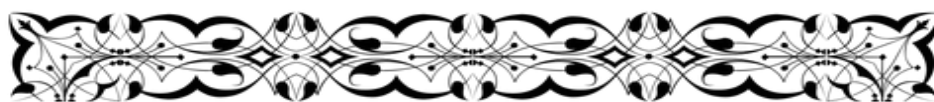
“A política de Simão Dias sumiu-se. Sumiu-se ou calou-se. Ninguém tuge nem muge, num calculado silêncio. É o que pode popularmente chamar ‘resguardo de boca’. Preocupações recomendadas pela sabedoria popular, segundo a qual em boca fechada não entre mosca. De maneira que o atual silêncio é tão profundo que permite ouvir o zumbido de uma mosca. De primeiro havia acirradas batalhas pela posse de legendas partidárias. Agora, porém, as legendas estão sobrando. São de ninguém. O certo, em tudo isso, é que o veneno está por baixo. Na hora ‘h’...” (04.07.1964, p. 04).

Durante a época que pertenceu a João Caetano de Oliveira, no sobrado vendia-se petróleo *in natura*, do primeiro poço de Petróleo do Brasil, localizado em Lobato, Salvador/BA. Este combustível era utilizado em lamparinas e candeeiros para iluminação, substituindo óleos vegetais e animais. João Caetano de Oliveira morreu na capital sergipana, na véspera de seu aniversário, em 05 de agosto de 1981. Com a morte de seu pai, Gervásio Nunes de Oliveira passou a administrar e conservar o sobrado até sua morte, em 2007, quando foi vítima de atropelamento em Aracaju. A partir daí, o prédio assobradado secular passou a ser mantido pelo seu irmão Wilson Nunes de Oliveira, até ser vendido o imóvel ao empresário Pedro Freitas Sobrinho, que decidiu demolí-lo em 2019.

Como vemos, o patrimônio arquitetural de Simão Dias é rico em minudências e história. Por Lei Municipal Nº 305/04, de 16 de julho de 2004, outorgada na administração de José Matos Valadares, alguns destes bens foram tombados, considerando-os Patrimônio Histórico do Município de Simão Dias, devendo ser mantida as características da fachada de seus prédios públicos e residenciais da Praça Barão de Santa Rosa, o antigo sobrado da antiga Rua do Comércio, o Memorial de Simão Dias, o prédio da Secretaria Municipal de Ação Social e do Trabalho e o Posto de Saúde Dr. Manoel Aguiar. É uma forma de preservar aqueles que restaram, visto que a incompreensão de antigos administradores e proprietários que deixaram demolir patrimônios como o antigo sobrado de Seu Janjão, o Paço Municipal e residência do Cel. Felisberto da Rocha Prata, o Açougue Municipal da Rua Dr. Joviniano de Carvalho, a residência de Cel. João Pinto de Mendonça, a residência do Cel. Antônio Alexandrino de Andrade Filho, antigo Caiçara Club, entre outros. A partir desta Lei Municipal, qualquer alteração na fachada externa dos prédios supracitados, deverá ter a autorização escrita de técnicos da Prefeitura Municipal, caso contrário, além de multa, o transgressor poderá ser obrigado a restaurar o prédio e deixá-lo com o seu aspecto original. Vale ressaltar que, o patrimônio arquitetônico é uma referência a história de nossa cidade, a trajetória daqueles que nos precederam. É o que se mantém viva na memória coletiva de um povo que transmitem para as gerações porvindouras, seu legado político-sócio-cultural, podendo ser sopesado ao longo do tempo sob o olhar da ciência.







CAPÍTULO VI

DOIS GINÁSIOS CARVALHO
NETO – GANHA O MUNICÍPIO
NA LUTA POLÍTICA DO “BEN-
FAZEJA”





Desde o século XIX, o município de Simão Dias vem sendo constituído de diversas escolas isoladas, apartadas por sexo, nas modalidades de ensino primário e complementar, seja da rede pública ou particular. Mesmo com o projeto político republicano do governo de Graccho Cardoso, e, conseqüentemente, a inauguração do Grupo Escolar Fausto Cardoso, as escolas públicas isoladas ainda foram mantidas pelo poder público municipal ou privado, mesmo em pequena quantidade, sobretudo, nos subúrbios, até ser sumariamente extintas pelo Prefeito Dr. Marcos Ferreira de Jesus, quando inaugurou, em 17 de maio de 1936, as Escolas Reunidas Augusto Maynard. Em cumprimento da Lei Imperial de 15 de outubro de 1827, que regularizava o ensino primário no Brasil, o Conselho do governo da Província de Sergipe, em sessão de 13 de dezembro de 1828, criou a cadeira de primeiras letras na Capela de Simão Dias, graças aos esforços do Capitão-mor de Lagarto, Joaquim Martins Fontes. Posto em concurso, em 23 de janeiro de 1829, foi aprovado para assumir a cadeira, o itabaianista Antônio Carneiro de Menezes, no entanto, cinco dias depois, também foi aprovado em concurso, o senhor Antônio Soares da Silva, homem simples e morigerado, que passou a frente do primeiro e assumiu, em 14 de fevereiro de 1829, a primeira turma primária de Simão Dias. Neste caso, saiu lucrando a Povoação, visto que o primeiro era violento, déspotas, um mancebo inculto de 15 anos de idade, filho de José Teles de Menezes. Nesta Povoação, o professor Antônio Soares da Silva lecionou até 14 de agosto de 1839, quando se aposentou e foi substituído, em 21 de outubro, por Liberato Antônio da Costa Lobo, o qual foi transferido em 28 de junho de 1842 para Itaporanga, assumindo a vaga em aberto, o Professor José Guimarães que, em 18 de julho de 1849, foi sucedido por Francisco Mathias dos Santos Fernandes, que tomou posse em 20 de agosto de 1849. (SOBRINHO, 2005, p. 217-219). Nos primeiros anos de Freguesia até a inauguração do Grupo Escolar, entre os diversos professores nomeados, podemos destacar ainda: Maria Sinphronia Gomes de Araújo, Maria José de Alcântara Brito, Serapião Lupércio Pereira, Alcina Esmeralda de Barros, Ivo José de Santa Anna, Mariana Francelina d'Oliveira, Fabrício Carneiro Tupinambás Vampré, José de Farias Góis, Francisco de Siqueira, Raphael Archanjo Montalvão, Antônio de Araújo e Silva, Leonor Maciel de Franca, Aristides da Silva Bittencourt, Zumira de Sá Jacob, Francisco Antônio dos Santos, José Alípio de Oliveira, Leão Magno Ramos, Maria Jardelina de Oliveira Prado, Maria Roza da Guia Bastos, Maria Jovita de Menezes, Marianna Mendonça, Filenilla Brandão, Amélia Miranda Lima Guimarães, Júlia de Matos Hora, Grigória do Prado Dantas, Octaviana Odília da Silveira, Umbelina de Sant'Anna, Lídia Baptista Nogueira, Maria Hermínia de Carvalho, Maria Rosa Mendonça, Maria das Dores Barros, entre outros.

No século XIX, no final de cada ano letivo, era realizado um exame, onde os alunos, presumivelmente preparados, eram arguados diante de uma mesa examinadora, composta por três ou mais acadêmicos, nas matérias análogas da língua vernácula e matemática, sob os olhares curiosos de grande número de espectadores, cidadãos e autoridades públicas. Os examinadores eram instruídos para avaliar cada estudante e aprová-los ou reprová-los, se se fizesse necessário. Um destes Termos de Exames, realizados em 20 de dezembro de 1872, foi publicado num órgão de imprensa da Capital, o JORNAL DO ARACAJU. Às 10:00 horas da manhã, na casa onde funcionava a Escola do Ensino Primário, sob a presidência do Professor Fabrício Carneiro Tupinambás Vampré, deram início ao exame, começando com a turma do sexo masculino, onde se apresentaram 72 alunos com seus respectivos pais, ambos preparados para responder as perguntas da junta avaliadora, formada por Juvenal de Oliveira Andrade, Manoel Pereira de Araújo Leite e Guilhermino Amâncio Bezerra. Os examinadores passaram a arguir

dez dos alunos indicados pelo professor, e, de acordo com as notas que iam lançando, obtiveram os seguintes resultados: José Aristides da Costa, Álvaro da Córdova Moreira, Francisco da Mota Ribeiro, Balbino Correia de Jesus e Antônio José do Espírito Santo, foram aprovados com o Grau de distinção; Jesuíno José do Espírito Santo, Domingos José de Carvalho, Alfredo Crescenciano de Oliveira, Maximiano José Ribeiro, Manoel Cesário de Carvalho e outros de classes menos adiantadas, quase todos exibiram provas de adiantamento e boa direção. Com os arguidores satisfeitos, foi perguntado aos espectadores se havia alguma outra pergunta, mas todos se calaram. Nesse caso, já passando das duas horas e meia da tarde, iniciaram semelhantes trabalhos com a turma do sexo feminino, que após concluir os exames e receberem seus resultados, deram por encerrado o ano letivo. As atividades foram concluídas com alguns alunos declamando poesias.

Ginásio Carvalho Neto – Uma abordagem histórica sobre a formação do Ensino Secundário em Simão Dias

Em 1957, houve uma mobilização entre lideranças política e eclesiástica, juntamente com personalidades simãodienses, no intuito de fundar o Ginásio Carvalho Neto, por meio da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG)⁹¹. Esta Campanha foi responsável por criar um movimento de expansão de oportunidades no Ensino Secundário, inédito no Brasil, sendo acessível a todas as classes. Embora muitos tenham se envolvido nesta cruzada, a implantação do Curso Secundário ocorreu, principalmente, graças aos esforços do Padre Mário de Oliveira Reis e do acadêmico Dr. Lauro Ferreira do Nascimento, pois ambos estiveram à frente da Campanha, sendo determinantes para a instalação e construção da CNEG em Simão Dias. Dr. Lauro Ferreira chegou a indicar o eminente Vigário para assumir a Presidência da Diretoria Municipal da CNEG e a direção do Ginásio Carvalho Neto, que teve, unanimemente, a aceitação dos demais envolvidos. Na ocasião, o senhor Francino Silveira Déda fez parte desta diretoria, exercendo a função de Secretário. Com um local definido para o funcionamento do Ginásio Carvalho Neto, em 02 de junho de 1957, reuniram-se no Grupo Escolar Fausto Cardoso, o professor José Lima de Azevedo, os Deputados Sebastião Celso de Carvalho e José de Carvalho Déda, o Promotor Público Dr. Eraldo Ribeiro Aragão, o advogado Dr. Lauro Ferreira do Nascimento e o jornalista Francino Silveira Déda. Da cidade de Paripiranga/BA, estiveram presentes o Juiz de Direito Dr. Tito Lívio

⁹¹ A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) é uma sociedade civil filantrópica, com objetivos educacionais e assistenciais, sem fins lucrativos, criada em 29 de julho de 1943 pelo paraibano Felipe Tiago Gomes, na cidade do Recife-PE, com o objetivo de oferecer um ginásio gratuito para estudantes pobres. A Entidade foi originalmente denominada Campanha do Ginasiano Pobre – CGC. Posteriormente, passou a ser a Campanha dos Educandários Gratuitos – CEG, depois, Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos – CNEG, e atualmente, Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC. (Disponível em: http://www.oocities.org/felipetiagogomes/cnec_historico.html) A Campanha foi instalada no Estado de Sergipe em 26 de setembro de 1953, com a tomada de posse da primeira Diretoria, constituída pelo Capitão do Porto, Antônio Maria Nunes de Souza (Presidente) e o Cel. Max Ribeiro (Tesoureiro) (JESUS, 2009, p. 37-38).

Dortas de Mendonça e o Promotor Dr. Manoel Tavares. Ambos discutiram sobre a instalação do Ginásio local e a busca de reforço dos representantes legais dos Poderes Executivo e Legislativo, a nível Estadual e Municipal.

Em 16 de junho de 1957, no Cine Brasil, foi realizada a cerimônia de instalação do Núcleo e Diretoria Municipal da CNEG e a posse do Padre Mário de Oliveira Reis e dos demais membros: Nelson Pinto de Mendonça, Dr. Manuel Salustino Neto, Francino Silveira Déda e Dr. Lauro Ferreira do Nascimento. Para esta solenidade, veio a Simão Dias o Coronel Max Ribeiro, Dr. Gileno Lima e o Professor José Lima de Azevedo, respectivamente Presidente, Vice-Presidente e Secretário Geral da CNEG, deste estado, além de Dr. Juarez Figueiredo, também membro proeminente da CNEG. Com o cinema literalmente lotado, a mesa foi composta pelo Prefeito Cândido Dortas de Mendonça, os deputados Sebastião Celso de Carvalho e José de Carvalho Déda, Nelson Pinto de Mendonça, que representava o Deputado José Dória de Almeida, Dr. Tito Lívio Dortas de Mendonça, Jonathas Lima Menezes, diretor e proprietário do O IDEAL, de Paripiranga/BA, e José Neves da Costa, Presidente da Câmara Municipal. O Presidente Cel. Max Ribeiro declarou aberta a sessão e concedeu a palavra ao Secretário Dr. Gileno Lima e ao Padre Mário de Oliveira Reis, seguido de outros oradores. Após a solenidade e o almoço de confraternização, a Comissão Estadual fez um *city tour* pela cidade, visitando, por fim, o edifício que sediaría o Ginásio, sito no Bairro Bomfim. Este edifício havia sido construído durante o primeiro mandato do Governador José Rollemberg Leite (1947-1951), para funcionar uma Escola Normal Regional, mas nunca chegou a ser instalada. A área correspondente media 132,50 metros de largura de frente e pertencia ao comerciante Corcino Cavalcante Lima. Toda a área delimitada do Ginásio não foi oficialmente escriturada e adquirida por meio de compra e venda, até que, em 28 de setembro de 1984, por Ação de Usucapião, e conforme o Mandado Judicial assinado pelo Juiz de Direito Dr. José Emídio do Nascimento, todo imóvel foi cedido a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), conforme Registro Geral do Livro Nº 2-M, da Comarca de Simão Dias, fl. 156, ano de 1984. No início da década de 1960, o Padre Mário Reis ainda tentou adquirir um terreno na Avenida Brasília, atual Construtor João Antônio de Santana, na tentativa de construir uma sede própria para o Ginásio, mas devido o preço exorbitante do terreno, ele acabou desistindo da negociação.



Ginásio "Carvalho Neto" – Foto de Osmar Barreto Matos, ano de 1967.

Fonte: Acervo particular de Jorge Barreto Matos

Os Deputados José de Carvalho Déda e José Dória de Almeida (Dorinha), criaram o Projeto-Lei Nº 18/57, de 05 de junho de 1957, que concedia um auxílio especial de Cem mil Cruzeiros (Cr\$ 100.000,00), para a instalação do Ginásio Carvalho Neto. Esse Projeto foi sancionado pelo Governador Leandro Maynard Maciel, com base na Lei Nº 835, de 13 de setembro de 1957. No dia 28 de setembro deste mesmo ano, foi realizada nas instalações do Ginásio, a primeira inspeção federal, coordenada por Celina Oliveira Lima, e através de seu relatório, foi dado o Alvará de funcionamento, reconhecendo decisivamente o mais novo estabelecimento de ensino de Simão Dias. Padre Mário de Oliveira Reis recebeu, meses depois, um telegrama do Chefe do SPAE Secundário, Tarcísio Tupinambá Gomes, contendo o seguinte teor:

“Diretor Ginásio Carvalho Neto – Praça da Bandeira – Rio de Janeiro
Prazer informar pela Portaria Nº 1991 de 26 de Dezembro de 1957, foi autorizado funcionamento condicional deste estabelecimento.
Saudações Tarcísio Tupinambá Gomes
Chefe do S.P.A.E. Secundário” (A SEMANA, 11.01.1958, p. 01).

Inicialmente, para estudar no Ginásio Carvalho Neto era preciso passar por um Exame de Admissão. As primeiras inscrições foram realizadas na Praça Barão de Santa Rosa, durante o turno vespertino. No edital publicado pelo jornal A SEMANA, de 25 de janeiro de 1958, continham regras preestabelecidas para serem impreterivelmente seguidas, de acordo com o Art. 1º, da Portaria Nº 282, de 23 de agosto de 1957:

- “1 – Requerimento isento de selo firmado pelo candidato ou por seu responsável, dirigido ao estabelecimento, com a declaração de que não se escreveu nem se escreverá em exame de admissão em outro estabelecimento de ensino.
 - 2 – Certidão de idade comprovando ter o candidato pelo menos 11 anos completos ou por completar até 31 do mês de julho de 1958, com firma reconhecida.
 - 3 – Provas de sanidade física e mental constituídas por atestados médicos firmados pelas autoridades sanitárias competentes, com firmas reconhecidas.
 - 4 – Certidão de vacina antivariólica recente, com firma reconhecida.
 - 5 – 06 fotografias 3 X 4.
 - 6 – Certidão de conclusão do curso primário oficial ou atestado idôneo de ter recebido satisfatória educação primária reconhecida.
 - 7 – Prova de estar regularizada a sua situação com o serviço militar, quando se tratar do sexo masculino e que seja maior de 18 anos de idade.
- Não serão aceitas inscrições condicionais para apresentação posterior de quaisquer documentos acima enumerados.

Os exames constarão de provas escritas e orais de Português, Matemática, Geografia, História do Brasil, sendo que a prova escrita de Português tem caráter eliminatório, exigindo do candidato a nota quatro, pelo menos.

Simão Dias, 21 de janeiro de 1958.

Secretaria do Ginásio Carvalho Neto" (IDEM, 25.06.1958, p. 04).

Os candidatos reprovados no Exame de Admissão não poderiam repeti-lo em outro estabelecimento, sob a pena de nulidade, segundo Portaria Nº 501, de 19 de maio de 1952. Na ocasião, dos 66 alunos inscritos para fazer a prova de admissão, apenas 51 passaram no exame. A direção ofereceu prêmios aos três primeiros classificados, que foram Maria José Santos, com 9,66 pontos, Maria Lucia Freire de Carvalho, com 9,54 pontos, e Enedina Chagas Silva, com 9,46 pontos.

Em 02 de março de 1958, foi realizada a solenidade de instalação e inauguração do Ginásio Carvalho Neto. A aula inaugural aconteceu dias depois, em 07 de março, na presença das autoridades locais, do Fiscal Federal, dos membros da CNEG nível estadual, representantes de autoridades estaduais, corpo administrativo, docente e discente. Na manhã daquele dia, o Padre Mário Reis presidiu a Missa em Ação de Graças, e, à tarde, ocorreu à cerimônia inaugural propriamente dita. Segundo conta o jornal A SEMANA:

“(...) a 07 de março se dera a memorável festa de inauguração do tão almejado Ginásio – Missa em Ação de Graças, hasteamento do Pavilhão Nacional, Hino Nacional pelos alunos e pela Filarmônica local, vastos discursos aplaudidos pela imensa multidão que ocupavam os vastos salões do edifício” (IBIDEM, 21.06.1958, p. 01).

O Ginásio Carvalho Neto foi à primeira escola do Município a oferecer o Ensino Secundário gratuito e de qualidade. No entanto, mesmo com a adoção do Exame de Admissão, parte destes alunos procedentes de classes e escolas distintas, tiveram dificuldades para adaptarem-se às inovações, no processo de transição do primário para o novo ciclo de aprendizagem. Neste caso, Padre Mário Reis e seus professores, passaram a adotar novos procedimentos, buscando resolver a situação. DEDA comenta sobre este fato no jornal A SEMANA:

“No início os alunos não entendiam muito bem o novo método de ensino e se apresentavam fracos; vindo alunos de curso primário, ensino elementar, esperavam as lições marcadas e uma única voz, a da orientadora e mestra de classe. Apareceram professoras com preleções repetidas em aulas de história, geografia, matemática, latim, português, francês, religião, canto orfeônico, desenho e ginástica. O diretor que é também o Presidente da Campanha local, buscando aprofundar-se na pedagogia moderna, promoveu reuniões para a realização de palestra entre os pais de família. Carvalho Neto, 1º Secretário da Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos” (IBIDEM, 21.06.1958, p. 01).

A primeira equipe de funcionários auxiliares de Padre Mário Reis (Diretor) era composta por Celina Oliveira Lima (Inspetora), Valdeci Martins Guerra (Secretária titular) e Eleonora da Silva Tavares (Secretária adjunta). Parte dos professores eram desta cidade e da capital sergipana, entre os quais citamos: Dr. Lauro Ferreira do Nascimento, Iolanda Rosa Montalvão, Maria Rita Cardoso, Dr. Lauro Pacheco de Oliveira (Juiz da Comarca), Dr. Artur Oscar de Oliveira Déda, Demeval Martins Guerra, Olda do Prado Dantas e Vilda Martins Guerra. Os professores estavam divididos por áreas, mas sem formação específica, visto que,

parte deles ministravam aulas de Línguas vernácula e estrangeira, Latim, Geografia, História, Matemática, entre outras, suprimindo a falta de profissionais graduados em alguns dos componentes adotados, no entanto, todos lecionavam com competência e dedicação que lhe era peculiar. A educação oferecida priorizava não só o conhecimento, como também a maneira de se portar, por meio de valores e respeito. Segundo SOARES apud JESUS, existia a disciplina Etiqueta Social, que instruía os alunos a se comportar no meio social. Durante o Regime Militar (1964-1985), os alunos eram obrigados todos os dias a se reunir no pátio, e, em posição de respeito, cantavam os Hinos Cívicos, como demonstração de amor à pátria.

Para integrar os alunos a sociedade e adaptar a este novo ciclo de aprendizagem, eliminando, sobretudo, as diferenças pertinentes às suas origens, o Ginásio Carvalho Neto passou a produzir diversos eventos internos e externos, envolvendo toda a comunidade escolar. Em 29 de junho de 1958, houve a Páscoa dos secundários. A Missa em Ação de Graças foi celebrada no pátio do Colégio pelo Padre Mário Reis, com profunda contrição e a belíssima cerimônia do *“Fazei isso em memória de mim”*. Após o rito, houve a distribuição de doces secos. A festinha contou com três meninas acordeonistas e um grupo de criancinhas trajadas de caipiras, dançando a quadrilha e o arrasta-pé, em comemoração ao mês junino. Em 10 de janeiro de 1959, a CNEG realizou um recital no Cine-Teatro Ipiranga com a declamadora carioca Lyse Prata Saint-Clair, neta do Desembargador Dr. Gervásio de Carvalho Prata, em benefício do Ginásio Carvalho Neto. A apresentação foi feita pelo professor Dílson da Mota Silveira. Em 10 de agosto deste mesmo ano, realizou-se uma reunião literária, com a participação de professores e alunos do Ginásio. Na ocasião, os alunos Corcino Cavalcante Lima Neto, Maria Ernestina Freire da Conceição, Enedina Chagas Silva, Maria Verônica Silva, Maria Lucia Santana e Alzira Ribeiro, declamaram poesias, seguida de uma palestra com Dr. José Rosa Montalvão, que de forma dinâmica, tratou de assuntos diversos, referentes à educação. Também, neste mesmo ano, o Ginásio formou uma equipe teatral, que estreou seu primeiro espetáculo, O Transviado, nos dias 11 e 12 de fevereiro de 1960, sob a direção das professoras Maria Helena Silva Tavares, Eleonora Silva Tavares e Gildete Chagas. Este mesmo grupo também se apresentou na vizinha cidade de Lagarto, em três atos. Naquela época, era comum eleger a Rainha dos Estudantes. Em 24 de abril de 1960, nos salões do Caiçara Club, reuniram-se num grande baile, os ginásianos do Carvalho Neto, animado pelo Conjunto de Ritmos da Associação Atlética de Aracaju, para eleger sua Rainha. Dentre as candidatas, foi eleita a ginásiana Maria Verônica da Silva, sendo, no final coroada solenemente, seguindo as regras preestabelecidas pela direção do Ginásio. Para as crianças das séries iniciais eram realizados Concursos infantis de Bonecas, algumas vezes, como forma de arrecadarem doativos para a solenidade de formatura dos secundaristas. No primeiro concurso, o processo de seleção foi iniciado em outubro de 1961, com prazo para terminar em 24 de dezembro do mesmo ano. Durante o processo foram distribuídos cédulas de votação entre os alunos, com a lista das candidatas, para que lhe fosse atribuído o voto e elege-se a favorita até o prazo estabelecido. Inscreveram-se dez meninas do Jardim de Infância, entre elas, Jussara de Carvalho Salustino, Maria Cristina Chagas Silva, Maria Rita Batista, Iracema Siqueira, Sônia Barreto Carvalho, Maria Fernanda Tavares de Matos, Maria Ester Déda Gonçalves, Rosa de Alencar Almeida, Maria Aparecida Dórea e Jane Marie Pinho Marques. A idealizadora do concurso foi a Secretária Eleonora Silva Tavares. Durante os preparativos, as candidatas foram treinadas para desfilarem na culminância do concurso, no Caiçara Club, quando, enfim, após a decisão final dos jurados, a Rainha das bonecas era, oficialmente, coroada.

No dia 30 de outubro de 1966, outras turmas de concludentes organizaram no Caiçara Clube a Festa das Rosas. Neste concurso foram eleitas, a rainha Damares Andrade e as princesas Valdenora Cavalcante e Mercedes Dortas, ambas coroadas pelo governador Dr. Celso de Carvalho, o Juiz Dr. Antônio Ferreira Filho e o Promotor Dr. Fernando Ferreira de Matos. No término das Festas das Rosas ou Tarde das Rosas, as matinês eram sempre animadas por Conjuntos musicais, como Os Brasas, da cidade de Paripiranga/BA, e os Los Guaranis, de Lagarto/SE. Além deste evento, havia as tardes da primavera, organizadas pelos professores e alunos, onde ornamentavam o hall do Ginásio com ramalhetes de flores naturais, para as apresentações de recitais de poesias alusivas à data e vários números de cânticos, sob a regência de D. Olda do Prado Dantas, e, em algumas solenidades, apresentações com a acordeonista e aluna secundarista Helena Silva. Em algumas tardes primaveris, tiveram quadros de retóricas, presidida por um professor ou o diretor do Ginásio.

A colação de grau da primeira turma de concludentes do Ginásio Carvalho Neto, ocorreu em 17 de dezembro de 1961. Diferentes das atuais, as solenidades de formatura deu-se início no arrebol, com a alvorada na Praça Barão de Santa Rosa. Ainda pela manhã, houve a Missa Solene presidida pelo Vigário e diretor do Ginásio, acolitado pelo Padre Almiro Oliva Alves e alguns seminaristas filhos de Simão Dias, que estavam de férias, visitando a família. O coral foi regido pelo maestro Padre Sebastião Drago, que também foi o pregador da Festa. Ao meio dia, foi oferecido um almoço de cinquenta talheres no Caiçara Club, organizado por D. Bertilde Barreto de Carvalho, e, às 15:00 horas, depois do *Te Deum*, houve a Missa em Ação de Graças na Igreja Matriz de Senhora Sant'Ana. No Cine-Teatro Ipiranga ocorreu a colação de Graus, onde os formandos, individualmente, foram apresentados por seus paraninfos para receber o diploma. O Bispo Metropolitano de Aracaju, Dom José Vicente Távora, a convite dos neo-diplomados, foi eleito paraninfo da turma. Na sua chegada, o Prelado foi recepcionado pela formanda Luciene Macedo Déda, representante oficial da classe. O Reverendíssimo Bispo, tomando por base o discurso da formanda, externou seu ponto de vista como sacerdote e como cidadão, ali regozijado pela acolhida daqueles que faziam parte do Ginásio Carvalho Neto. Durante a solenidade, a professora Olda do Prado Dantas dirigiu o grupo Orpheon, formado pelos alunos do Ginásio, sendo a mestra e seus orfeonistas aplaudidos com entusiasmo geral. Como oradora da turma, a formanda Enedina Chagas Silva foi a primeira a usar da palavra, seguida de Dr. Thieres Gonçalves de Santana, presidente da CNEG, que prometeu, que até o início de março de 1962, o Curso Técnico de Contabilidade iniciaria naquela Instituição. Os trabalhos da sessão foram anunciados pelo Dr. João Marques Guimarães, Procurador Geral do Estado. Também estiveram presentes o Governador Luiz Garcia e a primeira dama Maria Emília Pinto Garcia (Presidente da LBA no Estado), D. Celina Oliveira Lima (Presidente da Seccional) e Dr. Pedro Iroito Dória Leó (Diretor do Ginásio de Maroim). Toda a solenidade foi abrilhantada pela Filarmônica de Lagarto/SE. Após o término da colação de Graus, houve o baile ao som da Orquestra do Iate Club de Aracaju. Meia-noite, os diplomados e seus paraninfos dançaram a valsa tradicional. Entre os formandos estavam onze jovens: além dos já citados anteriormente, foram diplomados Maria Thereza Siqueira Mendes, Maria Hilda Batista, Luiza Matos, Lucia Cardoso, Laura Matos Valadares, Josefa Costa, Josefa Cruz, Joaquim Fontes Freire e Antônio Carlos de Oliveira.

Entre os dias 18 a 31 de março de 1964, por intermédio do Padre Mário de Oliveira Reis, houve matrículas para o Curso de Alfabetização de Adultos pelo método Paulo Freire. Esse

curso abrangia todos aqueles que concluíram a 4ª série ginásial ou aqueles que estavam concluindo com idade aprazada. Em 16 de janeiro de 1965, o mesmo encaminhou ao Governador Sebastião Celso de Carvalho, um pedido de autorização para o funcionamento do Curso Pedagógico, com a finalidade de formar professores de 1ª a 4ª série, a nível de 2º Grau. Depois de aprovado, neste mesmo ano, foi dado início a matrícula e a formação da primeira turma, os quais foram graduados dois anos depois, em 10 de dezembro de 1967. Em 09 de dezembro de 1967, véspera da colação de Grau da turma de Pedagogia, houve a Hora da saudade, com poesias, cantos e o discurso de despedida, pronunciado pela concludente Maria da Conceição Freire. A mesma entregou a chave simbólica aos terceiranistas, futuros formandos do Magistério. Neste período, a direção do Ginásio estava nas mãos do novo Pároco da Freguesia, o Padre Aureliano Diamantino Silveira, Vigário encomendado que sucedeu o Padre Mário de Oliveira Reis, em 04 de março de 1966. Este último tinha se afastado por um tempo da Paróquia para cuidar de sua saúde e acabou não voltando para reassumir suas funções. Desde 22 de julho de 1958, em ocasião da visita pastoral do Bispo Dom José Vicente Távora, já se falava de uma possível saída do Padre Mário Reis. Quando o epíscopo visitou o Ginásio Carvalho Neto, durante um tributo dedicado ao Vigário e Diretor da Unidade, a ginásiana Luciene Macedo Déda lhe dirigiu as palavras encomiásticas, pedindo-lhe a permanência de Padre Mário Reis nesta Freguesia. O Bispo informou de suas pretensões de levá-lo para a sede da Diocese, mas que, diante do apelo da comunidade, ia deixá-lo por mais um tempo. Padre Mário de Oliveira Reis realizou grandes obras durante seu paroquiado nesta cidade, distendendo suas funções à frente do Ginásio Carvalho Neto. Provavelmente, esse acúmulo de tarefas foi a principal causadora do problema de saúde que o fez afastar-se daqui. Mesmo assim, com exímio apreço, ainda era lembrado pelos funcionários, alunos e demais paroquianos.

Em 10 de dezembro de 1967, na mesma data em que foi paraninfo do Curso Pedagógico, o Monsenhor Mário Reis recebeu o título honorífico de cidadão simãodiense. Durante a Missa de Ação de Graças, o sermão foi pregado por ele, enquanto que a celebração, ficou sob a presidência do Vigário Padre Aureliano Diamantino Silveira. À noite, no Cine-Teatro Ipiranga, na seção presidida pelo Governador Lourival Baptista, aconteceu à cerimônia de entrega dos diplomas. Nos discursos, o formando Ariosvaldo Xavier dos Santos expressou os sentimentos dos concludentes pedagogos. A oradora oficial, Maria Josefina de Carvalho, com a participação uníssona dos demais, fez o juramento concernente ao curso. Em seguida, falaram o paraninfo da turma, o Promotor Dr. Fernando Ferreira de Matos, o paraninfo do Curso, Monsenhor Mário de Oliveira Reis, o Patrono da turma, o Governador Lourival Baptista, e, por fim, o Diretor do Ginásio, Padre Aureliano Diamantino Silveira. A solenidade terminou com um baile realizado na própria Instituição, que se prolongou até a madrugada. Na época de falecimento do Monsenhor Mário Reis, ocorrido na cidade de Itabaiana, em 10 de setembro de 1986, os alunos do Colégio Cenecista Carvalho Neto foram para o seu sepultamento, onde participaram da Missa de Corpo Presente e das exéquias, quando o féretro saiu em direção a Riachuelo/SE, sua cidade natal, para ser sepultado no Campo Santo daquela Freguesia.

No dia 27 de maio de 1962, sob a presidência do Juiz de Direito da Comarca e professor Dr. Lauro Pacheco de Oliveira, foi inaugurado o Grêmio Estudantil Literário Padre Mário Reis. O ato solene ocorreu no Cine-Teatro Ipiranga, repleta de secundaristas e funcionários do Ginásio. O Grêmio Padre Mário Reis teve em sua diretoria, alunos como Israel de Carvalho

Neto, Virgílio Carvalho Oliveira Sobrinho, Daniel Alves de Santana e Antônio de Amaral Cavalcante. Este último ocupou o cargo de Vice-Presidente e Presidente do Grêmio. Além das solenes comemorações clássicas que faziam parte do calendário escolar, como o Dia do Estudante, os secundaristas participavam de movimentos estudantis de cunho político, realizavam palestras, debates, seminários, movimentos culturais, ambos orientados por professores do Ginásio. Filiado a USES (União Sergipana de Estudantes Secundaristas), o Grêmio chegou a participar de diversos Congressos Estaduais na Capital do Estado. A Entidade mantinha estreita relação com o movimento político revolucionário liderado por Padre Joaquim Antunes de Almeida, mais conhecido por Padre Almeida. De caráter esquerdista, assim que assumiu a Secretaria da recém-criada Diocese de Estância, o sacerdote foi se integrando às Paróquias, e, nelas, passou a formar e conscientizar a juventude, fundando grupos ou Associações, em parceria com os párocos de cada Freguesia. A União Redentora da Juventude Estanciana (URJE), criada por ele, era uma sociedade assistencial e cultural, idealizada por grupos de jovens secundaristas. Aqui, em Simão Dias, como é de conhecimento do leitor, os dois primeiros diretores do Ginásio eram Vigários, e isto facilitou a comunicação do Padre Almeida com os secundaristas locais. Em 05 de junho de 1962, fundaram a AJIS – Associação da Juventude Idealista Simãodiense, uma sociedade cujo objetivo era promover intercâmbios culturais entre os jovens, despertando-os para a responsabilidade, desenvolvendo sua autocrítica. A AJIS mantinha, semanalmente, reuniões orientadas pelo Pároco, onde eram debatidos assuntos da atualidade. Este movimento criou, entre tantas ações, palestras, conferências e juris-simulados, abrangendo as mais diversas temáticas, que visavam reforçar o desenvolvimento intelectual dos cidadãos, promovendo seu senso crítico e seu espírito participativo. Os juris-simulados também envolvia toda a comunidade escolar, num trabalho que, geralmente, tratava-se de uma questão histórica. É importante frisar, que parte dos integrantes da AJIS eram também gremistas, e muitas vezes, durante estes eventos, trabalhavam sempre em parcerias.

Durante a Semana Cultural, ocorrido entre os dias 24 de abril a 01 de maio de 1963, foi proposto pelo rábula e jornalista José de Carvalho Déda, a realização de um júri-simulado para a revisão do julgamento da figura histórica de Domingos Fernandes Calabar (1609-1635). Este julgamento seria um complemento da Semana Cultural, com data prevista para acontecer no dia 23 de maio daquele mesmo ano. O rábula José de Carvalho Déda foi convidado para ser o advogado acusador, enquanto o seu filho, Dr. Arthur Oscar de Oliveira Déda, assumiu a defesa. A presidência da sessão coube ao Juiz da Comarca Dr. Lauro Pacheco de Oliveira, e o Conselho de jurados era formado por sete componentes: Dr. Orlando Rodrigues Silva, Dr. Luiz Ferreira Santos, Dr. Fernando Ferreira de Matos, Dr. Rosalvo Vieira de Melo, Manuel Prata Dortas, Pierre de Andrade Freitas e Rute Andrade. Após José de Carvalho Déda desenvolver a acusação contra o réu Calabar, Dr. Arthur Oscar fez sua defesa. Houve réplica e tréplica. Pelo adiantado da hora, o julgamento se estendeu até o dia seguinte. Diante do brilhantismo da defesa, quase metade do júri e os demais que o assistiam, ficaram convencidos da inocência do réu. Para os ginasianos que participaram da Semana Cultural, e, conseqüentemente, do júri-simulado, viu-se naquele evento, a oportunidade de transformar a Semana Cultural numa atividade litero-recreativa. A AJIS, em parceria com os Ginásios locais, também promoveu a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada no dia 10 de maio de 1964. Logo, pela manhã, foi celebrada uma Santa Missa na sede do Ginásio Carvalho Neto, seguida de uma sessão literária, realizada em homenagens às mães, que foi concluída com a entrega de presentes. À tarde, a passeata saiu da Praça Barão

de Santa Rosa, passando pelas principais ruas da cidade, reunindo autoridades, estudantes do Ensino Primário e Secundário, associações civis, religiosas e simpatizantes, que, no final, retornaram a mesma Praça, concentrando-se no adro da Matriz de Sant'Ana, onde discursaram diversos oradores. Também, no final de cada ano, a AJIS promovia festas natalinas entre seus membros e familiares, logo após a tradicional Missa do Galo. Uma outra atividade organizada pela AJIS foi o concurso de poesias, realizado no dia 29 de janeiro de 1967. No salão superlotado da Associação, sob a presidência do Padre Aureliano Diamantino Silveira, houve a solenidade para a escolha das três poesias vencedoras. Fizeram parte do Júri, o Padre Almeida, Francino Silveira Déda, Luciene Macedo Déda e a Tabeliã Carmem Dantas do Amaral. Na oportunidade, uma jovem representante da Associação homenageou Padre Almeida, tecendo elogios e agradecimentos em nome de todos. As poesias vencedoras foram: 1º lugar - *Homem Triste*, da jovem Assistente Social Magna; 2º lugar *Lembrança Triste*, da professoranda Agnaldo; e o 3º lugar ficou para a poesia *Resignação*, do jovem técnico Rodrigues Alves.

O Curso de Contabilidade foi uma conquista iniciada pelo Padre Mário de Oliveira Reis, seguida do Padre Aureliano Diamantino Silveira e demais membros do Núcleo Municipal da CNEG, de maneira especial, pelo Dr. Manoel Salustino Neto. Diversas reuniões foram realizadas na Ação Social da Paróquia, e, mesmo sem a afluência dos pais dos alunos, algumas delas contaram com a presença do Prefeito Antônio Carlos Valadares, o Juiz de Direito Dr. Antônio Ferreira Filho, o Gerente do Banco da Produção e Comércio João Lins de Carvalho, o Presidente da Câmara José Neves da Costa, o professor Raimundo Roberto Carvalho, entre outros interessados. Em 27 de janeiro de 1969, foi encaminhado um ofício ao Diretor do Ensino Comercial do Ministério de Educação e Cultura, solicitando a criação do Curso Técnico, após definir, no próprio Colégio, o número de alunos matriculados, o turno de funcionamento e a equipe de professores disponíveis. As matrículas foram custeadas no valor de NCR\$ 10,00 (Dez Cruzeiros Novos) e a mensalidade de NCR\$ 15,00 (Quinze Cruzeiros Novos). Embora Padre Aureliano Diamantino Silveira tenha permanecido à frente da direção do estabelecimento, o Professor Raimundo Roberto Carvalho foi escolhido como diretor do Curso Técnico de Contabilidade, que foi aprovado pelo MEC através da Portaria Nº 207, de 27 de junho de 1969. Para instalação do Curso de Contabilidade, o Ginásio passou por reformas custeadas pelo Governador Lourival Baptista. A referida verba foi utilizada na recuperação do prédio, na instalação de água e luz, nos serviços de pintura e reparos em geral. A reinauguração ocorreu em 24 de novembro de 1968 e contou com a presença do próprio Governador e sua comitiva, que reunidos com autoridades locais e populares na Avenida Senador Leite Neto, saíram em passeata em direção ao Ginásio, onde se deu o descerramento da placa. No salão nobre foram assinados vários convênios e contratos com o Banco Nacional da Habitação e a construtora Caiçara S.A., para edificação do Conjunto Residencial de casas populares e contratos para o abastecimento de água e luz. Este Conjunto residencial recebeu o nome de Pedro Valadares, por sugestão do próprio Governador do Estado, em tributo ao ex-prefeito e Deputado Estadual, falecido no dia 05 de março de 1965. Inclusive, na ocasião, foi entregue um cheque superior a 14 mil Cruzeiros a Josefa Matos Valadares, mãe do Prefeito e viúva do homenageado. O Governador Lourival Baptista fez referência também à memória de José de Carvalho Déda, fundador do jornal A SEMANA, que morreu no dia 02 de setembro de 1968.

No dia 12 de maio de 1969, a Inspetoria Seccional do Ensino Secundário de Aracaju homologou a Resolução Nº 03/69, do Conselho Estadual da CNEC, decretando a mudança do nome do Ginásio Carvalho Neto para Colégio Carvalho Neto, englobando os cursos Secundário, Colegial, Contabilidade e Colegial Normal. Quando foi instalado o 2º Grau com formação Técnica Pedagógica, Científico, Contabilidade e Administração, os alunos cursavam, inicialmente, o 1º Ano Básico, e somente a partir do 2º Ano, era que eles definiriam a sua especialização. Na década de 1990, de acordo com a Lei Nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, ficou estabelecido que a etapa final da Educação Básica, teria duração mínima de três anos. Era comum, muitas vezes, os alunos formarem-se num determinado curso, e, em seguida, fazer outra especificação, aproveitando o 1º Ano Básico com as médias de parte das disciplinas, já que, em determinado curso, os componentes curriculares se repetiam com as mesmas quantidades de horas/aulas semanais e de ementas semelhantes. Alguns cursos profissionalizantes oferecidos pelo Colégio Carvalho Neto, mantinham convênio com algumas agências bancárias da cidade, que ofertavam estágio remunerado na própria empresa. Era oferecida uma bolsa equivalente a aproximadamente meio salário mínimo, exigindo do estagiário apenas uma média acima de 7,0 nas disciplinas obrigatórias e 100% de frequência, ambas comprovadas por meio de relatórios mensais, elaborado pela escola e assinado pelo diretor. Parte destes estagiários, muitas vezes, acabavam sendo aproveitados pela Agência, recebendo um emprego formal, após sua formatura. No campo do Magistério, o Colégio Carvalho Neto passou também a oferecer o Curso Adicional, ministrado no período de um ano, uma espécie de continuação do Curso do Magistério, preparando futuros professores para lecionar nas áreas de Ciências e Língua Portuguesa, nos dois primeiros anos do Ensino Secundário.

A CNEG iniciou uma nova fase em 1969, mudando sua nomenclatura e passando a chamar-se CNEC – Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, reconhecida pela superintendência de Sergipe, por meio do Decreto Estadual Nº 361.174. Essa mudança foi sugerida no XIII Congresso da Entidade, realizado em Miguel Pereira/RJ, e aprovada por meio de um Estatuto, sancionado em 27 de julho de 1969, visto que a expressão gratuita não mais correspondia à realidade da Campanha, já que parte significativa das arrecadações eram providas da própria comunidade, por meio de mensalidades pagas pelos próprios pais dos alunos. Vale ressaltar que, mesmo não sendo possível manter a gratuidade do ensino e recebendo uma expressiva subvenção do Estado e do Município, a CNEC ainda pôde ser caracterizada como uma entidade filantrópica, vista que não tinha proprietário, e seus lucros eram utilizados para sua manutenção, o que se difere das escolas particulares.



Logomarca da CNEC feita por Francisca Gomes, irmã do Professor Felipe Tiago Gomes. Foi utilizada pela CNEC de 1969 a 2002.

Apesar de inicialmente o Colégio Carvalho Neto ter sido dirigido por dois clérigos, a Instituição não tinha ligação direta com a Igreja Católica, como os Ginásios Diocesanos, porém, suas normas não fugiam de uma esmerada educação cristã e cívica, principalmente, nas primeiras décadas, nem das práticas do patriotismo e nem dos castigos estabelecidos para aqueles que fugiam às regras. A comunidade ginásiana, que tinha alto apreço pelo Monsenhor Mário de Oliveira Reis, pela sua didática e pelo controle no afã com seus alunados, não teve a mesma receptividade com as normas preestabelecidas do Padre Aureliano Diamantino Silveira. Embora o seu fundador-diretor não admitisse alunos sem a farda completa, evasivos,

descomedidos, indisciplinados, seu sucessor foi mais maleável, porém, incompreendido. Há uma série de editoriais do A SEMANA, entre setembro e novembro de 1968, que explicita uma série de fatos, uma espécie de campanha contra o Padre Silveira, acusando-o, dentre outras coisas, de agressivo:

“Reiteradamente têm-nos chegado informações desairosas, alusivas ao comportamento do atual diretor daquele estabelecimento de ensino secundário (...). obtuso, incivil, raivoso e sem equilíbrio, o homem não é capaz de conter sua irascibilidade, estabelecendo um irrespirável ambiente de pavor entre os alunos, com a implantação de um método disciplinar retrógado (...). Sem descortino, pouco lhe importa haja ou não aprendizagem, bastando que os alunos tremam diante de sua presença mefistofélica. *Oderint, dunmatuani* (Que me deteste, contando que me temam)” (A SEMANA, 21.09.1968, p. 01).

O Diretor se agastou com as denúncias cometidas pelo jornal A SEMANA, mas não reviu suas normas estabelecidas no Ginásio Carvalho Neto, contudo, a campanha restauradora da “moralização administrativa” persistiu. Há quem diga que a direção do jornal o combatia abertamente, motivado por questões particulares, visto que o Vigário havia se recusado a dar a extrema-unção ao fundador-proprietário do A SEMANA, após a sua morte ocorrida em 02 de setembro de 1968. Sendo justa ou não tais acusações, a passagem de Padre Silveira em Simão Dias e na direção do Ginásio foi breve. Ele deixou a Freguesia de Senhora Sant’Ana, em 20 de dezembro de 1969, resultado de seu envolvimento com uma paroquiana chamada Maria Helena Silveira, com quem casou em 19 de fevereiro de 1972. A direção do Carvalho Neto ficou a cargo do Juiz de Direito Dr. Antônio Ferreira Filho (1970-1975).

Em 04 de agosto de 1975, o professor e poeta Udilson Soares Ribeiro, compôs o Hino Oficial do Colégio Carvalho Neto, sendo a partir daí cantado nas solenidades cívicas e demais eventos importantes, executada vezes pela Banda Marcial do Colégio ou pela Filarmônica Lira Sant’Ana. Era tradição todos os alunos e funcionários acompanhar sua execução no final do novenário mariano da Igreja Matriz, assim como nos espetaculosos desfiles cívicos do nosso município:

“1 – Clarins de paz e da unidade/ a nós conclamam para a ação,/ de edificar um mundo em flor/ mais justo e mais irmãos./ a violência e o comodismo,/ guerreamos sem temer./ Na fé, virtude e disciplina/ havemos de crescer.

REFRÃO: Somos filhos da esperança/ jardineiros do amor./ Nosso lema: “que da vida/ o botão se torna em flor.

2 – Os jovens do “Carvalho Neto” / unidos sempre no ideal/ de se educar pra construir/ a Deus tem por fanal./ No alvi-anil de nossa farda/ recontos há de heróis/ e a poesia de uma raça,/ dá liberdade à voz.

3 – As pedras que houver no caminho,/ degraus do bem pra nós serão/ e até desgostos do presente/ em glória se farão./ Amamos nossa Simão Dias/ queremos-la feliz,/ que amar a nossa terra e gente/ é amar nosso país” (Arquivos Internos da Escola Municipal Carvalho Neto).

Udilson Soares Ribeiro nasceu na cidade de Paripiranga, Bahia, em 19 de julho de 1946, filho de Hercílio Ribeiro de Santana e Isabel Soares de Oliveira Santana. Sua mãe morreu quando ele tinha apenas dois anos de idade. Após o segundo casamento de seu pai, Udilson Soares veio morar em Simão Dias com sua tia Ilda Soares Oliveira. Casou-se na Igreja Presbiteriana de Simão Dias com a professora Maria do Carmo Santos Ribeiro, com quem teve dois filhos: Davi Soares Santos Ribeiro e Tiago Soares Santos Ribeiro (*in memoriam*). Iniciou seus estudos nas Escolas Reunidas Augusto Maynard (1956-1958), depois foi transferido para o Grupo Escolar Fausto Cardoso, onde concluiu o Ensino Primário (1959). O Ensino Secundário cursou no Ginásio Carvalho Neto (1963), vindo, posteriormente, a fazer o Curso Técnico de Contabilidade (1969-1971). Antes disso, fez o Curso de Aperfeiçoamento Secundário (CADES) e de Suficiência para o ensino de Língua Portuguesa na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em Maceió/AL (1967). Pela Universidade Federal de Sergipe, formou-se em Licenciatura de 1º Grau em Estudos Sociais (1975). Foi professor do Ginásio Carvalho Neto, de 1964 a 1993, e do Ginásio Industrial Carvalho Neto ou Milton Dortas, onde deu aulas no 4º Ano Primário (1963). Para os ginásianos e secundaristas, dentre tantas outras disciplinas, Professor Udilson lecionou Língua Portuguesa, Francês, Literatura e Redação nas duas Instituições. Escreveu diversos poemas e artigos religiosos nos jornais ROTEIRO SERGIPANO e TRIBUNA REGIONAL (1993-1995), e teve também seus poemas publicados no livro intitulado *Palavras à meia luz* (2001).

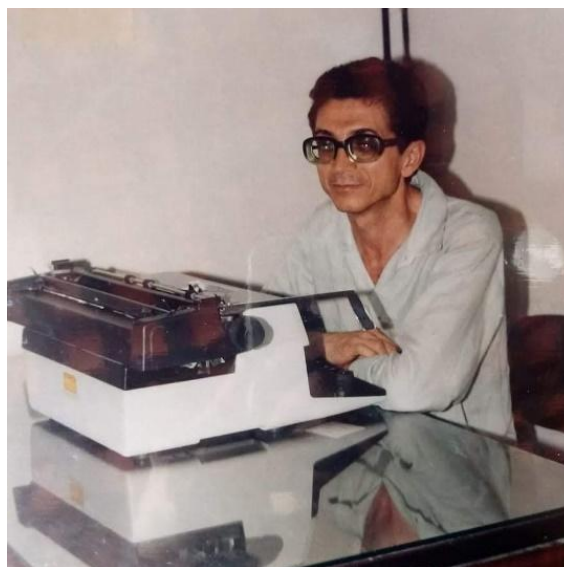


Udilson Soares Ribeiro durante o curso ginásial do Carvalho Neto.
Acervo particular de Davi Soares

Cristão adepto da Igreja Presbiteriana, ordenou-se presbítero (*in dignitatis*), em 1987, regente do Coral, organista e organizador do Quarteto Presbiteriano e professor da Escola Bíblica Dominical, que recebeu o seu nome. Além do Hino do Colégio Cenecista Carvalho Neto, foi autor do Hino das seguintes escolas: Escola Estadual Dr. Milton Dortas; Centro de Estudos Supletivos Dr. Marcos Ferreira; Escola Estadual José de Carvalho Déda, Escola Estadual Lourival Baptista, Escola Municipal Cícero Ferreira Guerra, Colégio Pierre Freitas e Colégio Eduardo Marques. Udilson Soares Ribeiro recebeu da Câmara Municipal o título de cidadão Simão-diense, conforme Decreto Nº 04/93, de 15 de setembro de 1993, autoria do vereador João Silveira Déda Neto⁹². Entre os anos de 1977 a 1996, foi Chefe de Gabinete nos governos de Abel Jacó dos Santos, Manoel Ferreira de Matos, Josefa Matos Valadares, Maria Valadares de Andrade, Virgílio de Carvalho Oliveira Sobrinho, além da gestão do Prefeito Dênisson Déda de Aquino (2009-2012). Assumiu o cargo de Assessor especial dos Prefeitos Luiz Albérico Nunes da Conceição e José Matos Valadares.

⁹² Disponível em: <<http://profdavisoares.blogspot.com.br>> Acesso em 25 nov. 2018.

Após a transferência do Juiz de Direito Dr. Antônio Ferreira Filho desta Comarca, em dezembro de 1975, o Colégio Carvalho Neto perdeu mais um de seus diretores. Em seguida, Dr. Manuel Salustino Neto, Presidente da CNEC – Secção Simão Dias, sugeriu o nome do Professor Raimundo Roberto de Carvalho para substituí-lo. Em 25 de janeiro de 1976, através da Portaria Nº 002/76 – CNEC-SE, Professor Roberto, como era conhecido, foi oficialmente designado para o cargo. De acordo com a Resolução Nº 042/81, de 09 de março de 1981, do Conselho Estadual de Educação de Sergipe, foi autorizada a mudança de nome do Colégio Carvalho Neto, para Colégio Cenecista Carvalho Neto. Neste período, a educandário passou a receber grande número de alunos de diferentes classes, o que implicou, mais tarde, no acarretamento de mensalidades não pagas e uma série de contas da própria instituição para serem quitadas. Além disso, a entidade encontrou muitos entraves. As verbas não eram repassadas ou chegavam com cortes sem justificativas, inclusive, as subvenções da própria rede municipal, que era um de seus provedores. É importante lembrar que a CNEC também recebia doações do Governo Federal e Estadual, e de setores bancários, como o Banco da Produção e Comércio de Simão Dias. Parte dos funcionários ficou sem receber seus salários e outros pagamentos não foram efetuados concomitantemente. A situação foi se agravando gradativamente. Em meio à crise, o Diretor Raimundo Roberto de Carvalho, vinte e seis anos à frente da direção do Colégio, requereu sua aposentadoria. Após sua saída, a secretária Joseilde de Jesus Alcântara assumiu a direção do Colégio, por meio da Resolução DN – 54/2002, permanecendo no cargo por um curto espaço de tempo, visto que, em 2004, foi decretado oficialmente o seu fechamento como Rede CNEC. Neste mesmo ano, houve atos de vandalismo dentro da Instituição. Moradores da própria cidade invadiram o Colégio, roubando e depredando todo patrimônio, contudo, parte dos documentos individuais dos alunos e dados importantes referentes à CNEC, foi levado para a Inspeção Escolar de Aracaju.



Udilson Soares Ribeiro exercendo a função de Chefe de Gabinete na Prefeitura de Simão Dias
Acervo particular de Davi Soares

Conforme Mandado Judicial, de 01 de setembro de 2006, extraídos dos Autos de Desapropriação Nº 200.584.022-17,⁹³ e assinado pelo MM. Juiz de Direito Dr. Marcos de Oliveira Pinto, em 25 de outubro de 2006, todo imóvel do antigo Colégio Cenecista Carvalho Neto, passou judicialmente para Prefeitura Municipal de Simão Dias. No entanto, desde 11 de novembro de 2005, mediante a declaração de utilidade pública, através do Decreto Municipal Nº 1.279/2005, o Juiz da Comarca já havia imitada a posse do imóvel, dando direito ao Município, de reformar todo prédio e reabrir aquela Unidade de Ensino. Na ocasião, a empresa responsável pela obra Construtora Construal LTDA, seguindo o projeto do Engenheiro Daniel Morais Andrade Lima, ampliou e construiu mais salas. Por Decreto Lei Nº

⁹³Nos Autos de Desapropriação do imóvel pertencente à Escola Municipal Carvalho Neto, consta o processo de averbação da área desmembrada correspondente a 851,45 metros quadrados, doados ao Tribunal Regional Eleitoral, conforme registro R-01-Mat-6.576 às fls. 068 do Livro 2-Z de 11 de agosto de 2008. [Grifo do autor]

370/05, de 30 de dezembro de 2005, o Prefeito José Matos Valadares criou a Escola Municipal Carvalho Neto, para funcionamento do Curso Fundamental da 1ª à 8ª série e da EJA (Educação de jovens e adultos). Após sua inauguração, ocorrida em 10 de março de 2006, foram iniciadas as suas atividades letivas sob a direção da Professora Yara Mércia Pimentel de Carvalho. Dois anos depois, em outubro de 2008, o Prefeito José Matos Valadares inaugurou um novo pavilhão, denominado Prof. Raimundo Roberto de Carvalho, em homenagem a um de seus últimos diretores, enquanto Cenecista. Nesse pavilhão, além das três salas de aulas adicionais, foi também implantada um laboratório de informática.

Além de Mons. Mário de Oliveira Reis, a história do Colégio Cenecista Carvalho Neto está ligada a figura empreendedora do advogado e educador Dr. Lauro Ferreira do Nascimento, fato mencionado no início deste capítulo. Por mais que os dados históricos desta Instituição tenha tentado apagar seus feitos em prol da fundação do Ginásio, jamais deve-se esquecer, que o mesmo dedicou parte de seu tempo na luta pela implementação do Curso Secundário, em Simão Dias, ao lado do Vigário desta Freguesia. Em entrevista, Dr. Lauro Nascimento declarou que, sua saída do Ginásio foi voluntária, já que seus objetivos naquela ocasião havia se concretizado. Dali em diante, seu propósito seria lutar para trazer cursos técnicos profissionalizantes, porque tinha amigos influentes na política, não apenas no Estado, mas também no Distrito Federal. Dr. Lauro Nascimento referia-se a seus amigos particulares, os Deputados Federais Dr. Antônio Ferreira de Oliveira Brito (1912-1997), José Carlos Mesquita Teixeira (1936-2018) e o Senador Francisco Leite Neto (1907-1964), de quem trataremos mais tarde. O Deputado Oliveira Brito era seu colega de magistratura, nascido em Ribeira do Pombal/BA e formado advogado pela Faculdade de Direito da Bahia. Influente na política, após exercer alguns mandatos de Deputado Federal, Dr. Oliveira Brito assumiu o Ministério da Educação e Cultura (1961-1963), no exato momento em que Dr. Lauro Nascimento estava na acirrada campanha para a construção do Ginásio Industrial na Cidade. Apesar disso, segundo BARRETO (1967), Dr. Lauro Ferreira do Nascimento sofreu perseguições por parte de alguns confrades do Ginásio Carvalho Neto, inclusive, do próprio Dr. Lauro Pacheco de Oliveira, Juiz da Comarca e professor da Instituição, que unindo-se aos seus colegas, tramaram a sua expulsão do quadro de funcionários. As intrigas criadas no Ginásio repercutiram nos debates da ALESE – Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, pois envolvia facções políticas. O eminente advogado tinha uma ligação direta com o Deputado Dr. Celso de Carvalho, amigo particular e de quem tornou-se Secretário particular. O Deputado Estadual canhobense Antônio Torres Junior, líder oposicionista na bancada, não poupou palavrões e ataques encolerizados contra ele, chegando a taxá-lo de pederasta. Antônio Torres era aliado político do Prefeito Antônio Carlos Valadares e esteve na cidade de Simão Dias, em 10 de dezembro de 1967, para assistir a sessão solene da Câmara Municipal, quando a egrégia casa concedeu o título de cidadão simãodiense ao Mons. Mário de Oliveira Reis, Dr. Fernando Ferreira de Matos e ao Governador Lourival Baptista. Além de Prefeito, Antônio Carlos Valadares e seu Vice-Prefeito Demeval Martins Guerra, eram professores do Ginásio Carvalho Neto, o que confirma-se a tese de que, naquela ocasião, o educandário tornara-se reduto político dos udenistas, Partido contrário ao de Dr. Lauro Ferreira do Nascimento, que sempre pertenceu a bancada pessedista. Esses dois grupos partidários, durante o Regime Militar (1964-1985) foram substituídos pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), fundada em Sergipe, em 12 de fevereiro de 1966, e pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), fundado em abril deste mesmo ano. Em Simão Dias, os partidos filiaram-se a ARENA, e durante a sucessão Municipal de 12 de março de 1967, ficaram divididos

entre a ARENA I, representada pelo candidato Dr. Lauro Ferreira do Nascimento, e ARENA II, por Antônio Carlos Valadares. Assim como os Pebas e Cabaús da Velha República, estas facções políticas foram apelidadas de Jacaré, grupo liderado por Dr. Celso de Carvalho, e Crocodilo, grupo representado pelos Valadares. Esta denominação foi dada pelo espanhol e comerciante, Cezário Blando Vidal, natural da Freguesia de Fornellos de Montra, Bispado de Tuy, Velha Espanha, nascido em 19 de dezembro de 1910, filho de Antônio Blanco Santa Maria e Serafina Vidal Santa Maria. Aqui, casou-se com Josefina Alves dos Santos, em 24 de maio de 1948. Ele dedicou parte de sua vida ao serviço caridoso da Sociedade de São Vicente de Paula (S.S.V.P), tanto que, na década de 1960, liderou a campanha para a reforma e a iluminação da sede dos Vicentinos. Enfim, independente do que tenha ocorrido com o afastamento de Dr. Lauro Ferreira do Nascimento do Ginásio Carvalho Neto, quem saiu ganhando com essa divisão foi o próprio Município, que, em poucos anos, foi agraciado com dois ginásios gratuitos, ambos voltados para o Ensino Secundário, com um diferencial, o mais novo deles, era voltado para o Ensino Técnico Industrial, reconhecido como o melhor e mais equipado estabelecimento de Ensino do Estado de Sergipe.

Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto – Inovação e Tecnicização no Ensino Secundarista

Para discorrer sobre o Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto, vamos conhecer inicialmente a história do advogado e educador Dr. Lauro Ferreira do Nascimento e o processo de construção desta nova Unidade Escolar, que por razões não aclaradas, foi também chamado de Carvalho Neto, como se fosse uma extensão do primeiro Ginásio. Propositalmente ou não, denominar o Industrial com o mesmo nome, confrontaria a potencialidade das duas Instituições, criando uma espécie de rivalidade, o que acabou acontecendo. Por décadas, houve fortes competitividades entre os dois Colégios, em diversos aspectos, principalmente, nos novenários marianos e nos suntuosos desfiles cívicos de 07 de setembro.

Lauro Ferreira do Nascimento nasceu em Simão Dias, no dia 05 de março de 1927, filho do comerciante Inocêncio Nascimento e Dejanira Ferreira do Nascimento. Iniciou seus estudos no Grupo Escolar Fausto Cardoso e o ginásial cursou no Colégio Nossa Senhora da Vitória, em Salvador/BA. Formou-se Bacharel pela Faculdade de Direito da Bahia, e, após retornar



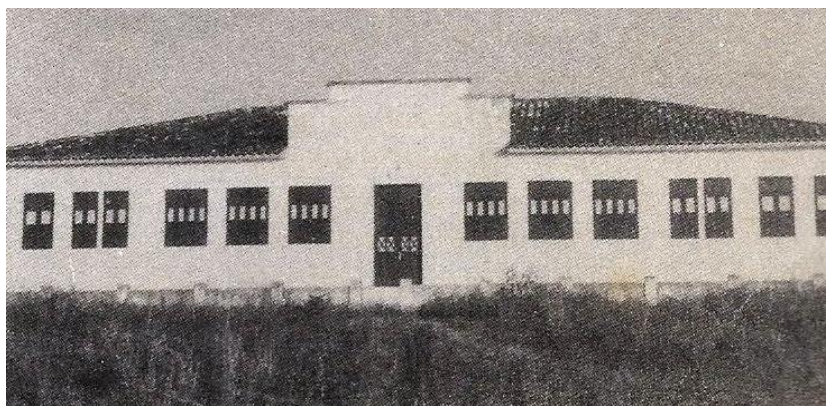
Lauro Ferreira do Nascimento
Foto de campanha eleitoral de 1967, publicada
no jornal "A SEMANA", 11.03.1967, p. 02.

a sua cidade natal, foi logo nomeado adjunto do Promotor Público desta Comarca, por convocação do Procurador Geral da Justiça do Estado, em 03 de novembro de 1953, substituindo o titular efetivo Dr. José Conceição. Casou-se em 28 de janeiro de 1978, com Elisete Batista Nogueira do Nascimento, na Igreja Nossa Senhora Auxiliadora do Colégio Salesiano, em Aracaju. Chegou a disputar as eleições municipais de 12 de março de 1967, ao lado do industrial José Silva Góis (Juca Baeta), representando o Partido Social Democrático (PSD), mas foi derrotado nas urnas pelo udenista Antônio Carlos Valadares. Com as sucessivas derrotas municipais de seus aliados, Dr. Lauro Nascimento permaneceu atuante no campo político, mas em Paripiranga/BA, advogando na Prefeitura Municipal, a convite do Prefeito João Vitorino de Menezes, de quem também tornou-se seu assessor político. O entrosamento do advogado na cidade vizinha, foi evidenciado em nota publicada no jornal A SEMANA, de 20 de maio de 1967, quando o Vereador daquele Município, Benedito Demétrio da Fraga Virgens, em nome da população, atribuiu e agradeceu a Dr. Lauro Ferreira do Nascimento, pela instalação

do moderno serviço de telefonia urbana (TELESE). Junto aos trâmites jurídicos, esteve ligado à educação, desde 1955, quando foi nomeado Diretor da Educação de Aracaju, durante a administração de Dr. Roosevelt Dantas Cardoso de Menezes, e, a posteriori, tornou-se Delegado do Ministério da Educação em Sergipe e membro do Conselho Estadual de Educação de Sergipe. Enquanto estava numa constante campanha para as obras do Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto, Dr. Lauro Ferreira do Nascimento foi Diretor da Associação Beneficente e Hospital Bom Jesus (1965-1972), desta cidade. Neste período, com o apoio do Senador Leite Neto, foi inúmeras vezes a Brasília em busca de angariar verbas para o abastecimento de água, saúde, educação e eletrificação do Município. Para a instalação da rede elétrica, foi visitar a CHESF, em Recife/PE, em companhia do Prefeito Nelson Pinto de Mendonça. Oriunda de Paulo Afonso/BA, a rede de distribuição elétrica de Simão Dias recebeu apoio de Apolônio Jorge de Farias Sales e do Governador do Estado Sebastião Celso de Carvalho, sendo inaugurada em 15 de novembro de 1964. Depois, além de solicitar o prolongamento da rede elétrica urbana para o Tanque Velho, Bairro Bomfim e Boa Vista, Dr. Lauro Nascimento também liderou o movimento de eletrificação do Povoado Triunfo e da fundação da Companhia Telefônica de Simão Dias, ambas inauguradas em 29 de janeiro de 1967.

Após sua saída da CNEG, Dr. Lauro Nascimento deu início à campanha de instalação do Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto. O Centro Educacional de Simão Dias – CESD, entidade mantenedora deste Ginásio, fundada em 05 de março de 1961, era mantido por meio de verbas federais, adquiridas através do Senador Francisco Leite Neto e dos Deputados Antônio Ferreira de Oliveira Brito e José Carlos Teixeira. Esta sociedade civil filantrópica foi reconhecida como utilidade pública por Decreto Estadual do Deputado Cândido Dortas de Mendonça. O Ginásio Industrial era uma Instituição que assegurava uma cultura básica e

profissionalizante aos jovens, ofertando-lhes novas oportunidades para avançarem nos estudos, até atingir o Curso Superior. Para garantir o acesso e a permanência de alunos de baixo poder aquisitivo, o Ginásio mantinha parcerias com diversas esferas públicas Federais, Estaduais e Municipal,



Prédio da Maternidade Ana Hora Prata, cedido ao Centro Educacional para funcionar o Ginásio Industrial Carvalho Neto em 1963. Foto extraída da Enciclopédia dos Municípios, IBGE, ano 1959

como a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), que foi homenageada pela própria Instituição, quando, durante a inauguração de um dos Pavilhões do Ginásio Industrial, foi descerrada uma placa em um tributo de gratidão. Inicialmente, o Ginásio funcionou no prédio da Maternidade Ana Hora Prata, situada na Rua Floriano Peixoto, Nº 258, que foi cedido ao CESD, pela Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Simão Dias (A.P.M.I.)⁹⁴. O Deputado Estadual José de Carvalho Déda havia solicitado ao Governador Leandro Maciel, a construção do prédio onde funcionaria a Maternidade, inaugurada em 17 de julho de 1955, sob a bênção do Vigário Padre Mário de Oliveira Reis. A A.P.M.I. de Simão Dias teve seu registro homologado pelo Diretor Geral das Instituições de Proteção à Maternidade, à Infância e à Adolescência, exarado no Processo L.A. Nº 3.178/55, por meio do Registro Nº 1.421, de 28 de setembro de 1955, as folhas 30 do Livro Nº 02. Embora sendo construído para funcionar a Maternidade, o prédio ficou por um tempo sem funcionamento. Em 06 de dezembro de 1962, durante a formatura da turma do Curso de Corte e Costura, mantido pela Ação Social da Paróquia de Simão Dias, o paraninfo e vice-governador eleito, Dr. Celso de Carvalho, lamentou sobre a situação do prédio desativado da A.P.M.I., do qual era Presidente. Dizia ele que o prédio da Maternidade:

“(...) é uma obra de fachada que não funciona. Eu mim sinto à vontade para fazer este comentário à guisa de crítica, mas crítica construtiva, porque sou responsável na qualidade de Presidente da Associação de Proteção à Infância, à Maternidade e à Juventude, órgão mantenedor da Maternidade D. Ana Prata, desta cidade. Uma majestosa casa que não funciona em conformidade com o seu destino. Lá está a Maternidade D. Ana Prata equipada, mas parada, fechada. É como se não existisse” (A SEMANA, 05.01.1963, p. 01).

Visto que o CESD estava sob a presidência de Dr. Lauro Ferreira do Nascimento, que, na época, era também Vice-Presidente da Associação de Proteção a Maternidade e a Infância, por determinação da Diretoria, e, em comum acordo com as diretrizes do Estatuto, o prédio

⁹⁴ A Associação de Proteção a Maternidade e a Infância foi criada em Simão Dias, em 12 de junho de 1954, através do Estatuto transcrito no Livro de Registro folhas 40 e verso, Nº 105 de 19 de junho de 1954, com o objetivo de desenvolver atividades em favor da Maternidade, a infância e à adolescência no município. Com mandato de um ano, os primeiros membros da Diretoria, empossados no Ato da aprovação do Estatuto, foram José Amarante de Carvalho (Presidente), Nelson Pinto de Mendonça (Vice-Presidente), Libério Fernandes da Fonseca (Secretário) e Otavio de Carvalho Andrade (Tesoureiro). Em 17 de junho de 1955, data da inauguração da sede do A.P.M.I., houve a posse de seus novos membros, agora sob a presidência do jornalista Francino Silveira Déda. Nesta eleição foram reeleitos Nelson Pinto de Mendonça e Libério Fernandes da Fonseca, para os cargos de Vice-Presidente e Secretário, enquanto que, Orlando da Silva Tavares assumiu as funções de Tesoureiro, ambos eleitos em 10 de julho de 1955 (A SEMANA, 16.07.1955, p. 01; 23.07.1955, p. 04; 30.07.1955, p. 01-04).

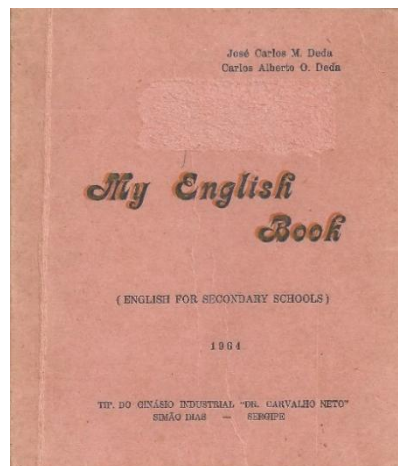
foi cedido ao CESD e destinado para sediar, inicialmente, parte das turmas do Ginásio Industrial. Em convênio com o SESP, e através de recursos orçamentários e verbas específicas, a Maternidade Ana Hora Prata foi anexada ao Hospital Bom Jesus, numa ala construída, especificamente, para funcionar o ambulatório e a própria Maternidade.

O Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto foi inaugurado em 09 de maio de 1963 e autorizada a funcionar mediante Portaria Nº 217, da Divisão de Ensino Industrial do M.E.C., tendo como seu primeiro diretor, Dr. Lauro Ferreira do Nascimento, e como Vice-Diretora e Secretária, as professoras Olda do Prado Dantas e Iolanda Rosa Montalvão, sendo que, esta última, posteriormente, passou a exercer também as funções de Presidenta do Centro Educacional de Simão Dias – CESD. A primeira turma era formada por 28 alunos, oriundos de diversas escolas públicas, ambos matriculados após passar pelo Exame de Admissão. Inicialmente, este Exame foi agendado para acontecer em fevereiro de 1963, conforme havia sido divulgado pela imprensa, por meio de uma missiva, datada de 26 de novembro de 1962. Segundo Valter Euda, em seu trabalho de conclusão do curso de Bacharel em Biblioteconomia e Documentação (2021), com a demora para concluir a obra do primeiro pavilhão do Ginásio Industrial, os referidos Exames de Admissão só ocorreram entre os dias 07 e 08 de maio de 1963, considerando-os de segunda época, por terem sido aplicados dentro do próprio ano letivo, uma vez que, sempre os exames deveriam acontecer no final do ano anterior ao início das aulas. Estes Exames de Admissão eram obrigatórios nas Instituições de Ensino, pelo menos até ser promulgada a Lei Nº 5.692/71, de 11 de agosto de 1971, que passou a integrar os cursos Primário e Ginásial, transformando-os numa única etapa (1ª a 8ª Série do 1º Grau), com duração mínima de 08 (oito) anos. Apesar da extinção dos Exames de Admissão, o Ginásio Industrial continuou aplicando as provas para os alunos da 5ª Série, sobretudo, para aqueles alunos procedentes de outra Instituição. O Ginásio Industrial aplicou, pelo menos, 14 Exames de Admissão entre os anos de 1963 a 1976. É importante frisar que, no CESD, além de ser a sede da entidade mantenedora da Instituição, lá funcionava também algumas turmas das séries iniciais.

A primeira equipe diretiva do CESD era formada por Dr. Lauro Ferreira do Nascimento (Presidente), José Gilson Tavares Matos (Vice-Presidente), Iolanda Rosa Montalvão (Tesoureira) e Gildo Oliveira Fraga (Secretário). Os primeiros quadros de professores do Ginásio era composto por Dr. Lauro Ferreira do Nascimento, Iolanda Rosa Montalvão, Antônio Carlos de Oliveira, Dr. José Gilson Tavares de Matos, Dr. Gildo Tavares de Matos, Olda do Prado Dantas, Luciano Adonay Cardoso, Israel Carvalho Neto, Rivaldo Costa Brasileiro, José Carlos Macedo Déda, Rita Guimarães Hora Santos, Ana Maria Montalvão Alves, Josefa Carvalho Matos, Josefa Souza, Maria Nery Varjão, Maria Nize Carvalho Matos, Maria Rita de Souza, Maria Santana Silva, Maria Selma Siqueira Carvalho, Mileta Oliveira Andrade, José Raimundo, Carlos Alberto de Oliveira Déda, Valdenora Silveira, entre outras. Além de fazer parte da equipe diretiva, no início de funcionamento do Ginásio Industrial, dos Componentes Curriculares estabelecidos pela LDB, Dr. Lauro Ferreira do Nascimento chegou a lecionar as aulas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira (OSPB), a professora Olda do Prado Dantas deu aulas de Português e Iolanda Rosa Montalvão, de Educação Física. De acordo com Valter Euda, **“na matriz curricular organizada pela Unidade de Ensino, obedecendo aos ditames da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 20/12/1961 (LDB nº 4.024/1961), estava prevista uma Base Na-**

cional Comum e uma Parte Diversificada (Artes Industriais, Atividades Agrícolas e Educação Para o Lar)” (2021, p. 16). As duas primeiras disciplinas eram decisivas para diferenciar o Ginásio Industrial do outro Colégio, mantido pela Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos (CNEG). As Artes Industriais abrangia a área da marcenaria, tipografia e cerâmica.

Os Professores Carlos Alberto de Oliveira Déda e José Carlos Macedo Déda, que eram responsáveis pelas aulas de Inglês no Ginásio Industrial, diante da dificuldade de grande parte de seus alunos em adquirir o livro didático, passaram a editar seu próprio material, na pequena oficina tipográfica da Instituição, na época, destinada para o ensino de Artes Gráficas. Com sua experiência de tipógrafo, Carlos Alberto de Oliveira Déda e seu primo criaram uma espécie de cartilha de Inglês, denominada *My English Book*, sem descuidar dos conteúdos adotados pelo MEC, tendo sua edição publicada em 03 de junho de 1964. Com a divisão de tarefas, coube a José Carlos Déda organizar os conteúdos e datilografá-los, enquanto que ficou para Alberto Déda, a tarefa de fazer a composição e a impressão do livro. Houve a solenidade de lançamento da obra em um dos salões do Ginásio Industrial, que contou com a presença de toda equipe diretiva, professores, além dos ginásianos, que vieram acompanhados de seus pais.



Capa da edição original do livro de Inglês, editado e adotado pelos Professores do Ginásio Industrial, em 1964.
Foto extraída do Blog carlosalbertodeda.blogspot

Alguns professores do Ensino Primário participaram de um treinamento, em 02 de julho de 1963, patrocinado pelo Ministério da Educação e Cultura, através do plano de emergência. Este curso foi coordenado pelas professoras paulistas Neuza Maria Cesar Marlondes, Ana Flora Nascimento, Daicy Moraes Chaves, sob a orientação do professor Benedito Apare-



Professora Olda do Prado Dantas e Dr. Celso de Carvalho na sessão solene de entrega de Certificados do Curso de Treinamento dos Professores. Simão Dias, 13 de julho de 1963.
Foto de Barbosa Guimarães/ Acervo particular de D. Olda do Prado Dantas

cido Novais. O encerramento ocorreu em 13 de julho de 1963, onde foram diplomadas cerca de setenta concludentes, numa solenidade realizada no Caiçara Club da cidade, que contou com a presença do Vice-governador Sebastião Celso de Carvalho, indicado naquela ocasião, para a entrega dos certificados. As formandas participaram também da Missa em Ação de Graças na Matriz de Senhora Sant'Ana, presidida pelo Vigário Padre Mário de Oliveira Reis.

Em 09 de janeiro de 1964, realizou-se no CESD, outro Curso de Treinamento, promovido pela Secretaria Estadual de Educação, com duração de um mês, do qual participaram 37 professores. No final do treinamento, ocorrido em 07 de fevereiro de 1964, houve também a entrega de Certificados. Para este curso, reuniram-se educadores desta e de outras cidades sergipanas, como Itabí, Santa Rosa de Lima, Nossa Senhora do Socorro, Aquidabã, Laranjeiras, São Cristóvão, Barra dos Coqueiros e Aracaju. O Curso era supervisionado pela Professora Marieta Ferreira Lima e funcionava em dois turnos diários. O treinamento foi ministrado pelas seguintes professoras e suas respectivas áreas: Alaíde dos Santos (Língua Portuguesa), Marieta Ferreira Lima (Matemática), Creuza Gomes de Matos (Ciências Físicas e Naturais), Ana Flora do Nascimento (Estudos Sociais), Maria Carmem Siqueira Mendonça (Educação Física). Os professores Antônio Carlos Oliveira e Israel Carvalho Neto fizeram um Curso Intensivo no Centro Pedagógico de Ensino Industrial de Curitiba/PR, se especializando para ministrar as aulas de artes gráficas, cerâmica, desenho técnico, trabalhos em madeira e metais. A professora Maria Virgília de Carvalho Freitas se especializou na Escola Doméstica de Natal/RN para dar aulas de Educação do Lar, preparando as meninas para decoração do lar, culinária, higiene, corte e costura, puericultura e socorros urgentes.

Assim como o Ginásio Carvalho Neto, o Ginásio Industrial era promotor de grandes eventos, onde reuniam, não só a nata da sociedade simão-diense, como também autoridades políticas, principalmente da Capital do Estado. Entre os grandes eventos realizados pela equipe diretiva e alunos do Ginásio Industrial, podemos citar sua participação nas novenas de maio, realizadas na Igreja Matriz de Senhora Sant'Ana. A Instituição passou a patrocinar estas novenas desde o paróquio do Monsenhor João Barbosa de Souza, competindo com o brilho e a imponência das demais Instituições da cidade, sobretudo, do Colégio Carvalho Neto, seu principal oponente. Apesar de não ter um dia específico para a sua noite, em meados da década de 1980, tornou-se tradição as novenas do Industrial advir na noite do dia 09 de maio, data de sua fundação. Vale ressaltar que, nos primeiros anos, as comemorações de seu aniversário aconteciam na própria sede do Centro Educacional. Numa delas, ocorrida em 09 de maio de 1965, toda a solenidade foi organizada pela vice-diretora Olda do Prado Dantas e a secretária Iolanda Rosa Montalvão. Logo cedo, teve a alvorada e um evento literário no Cine Brasil, com leituras e poemas alusivos ao Dia das Mães. Ao meio dia, no prédio do Ginásio, foi servido um almoço aos pais dos alunos e mestres, e, às 15:00 horas, ocorreu a dupla comemoração, em homenagem as mães e ao aniversário do Ginásio industrial, presidida pelo Prefeito Nelson Pinto de Mendonça e o Padre Arnaldo Matos Conceição. Os oradores oficiais da solenidade foi o Professor Luciano Adonay Cardoso e a professora Luciene Macedo Déda, sendo que, esta última, proferiu um discurso referente aos deveres dos filhos para com suas mães. Havia também os grandes festejos dos Jogos da Primavera. Durante a semana houve disputas de jogos esportivos entre os ginásianos do próprio estabelecimento, sendo, no final, agraciados com medalhas.

Em 26 de setembro de 1965, no Caiçara Clube, houve um desfile de pequeninas alunas do Pré-escolar e do Primeiro Ano, seguida das jovens das séries ginásiais, cada uma delas apresentando determinadas alegorias e quadros primaveris. Para estes desfiles foram montados no centro do clube uma passarela em formato de "T", e, após as apresentações, foi entregue as medalhas condecorativas aos vencedores dos Jogos da Primavera. Luciano Adonay Car-

doso fez as apresentações das candidatas, que foram anunciadas pelo professor Murilo Dantas. À meia-noite, Carlos Alberto de Oliveira Déda, também professor do Ginásio, fez a saudação à Zilda Reis, que foi eleita a rainha da primavera 1965. O Diretor Dr. Lauro Ferreira do Nascimento a coroou, colocando na mesma, a modo boldrié, a faixa alegórica da rainha da festa. Por fim, a Orquestra de Fernando Silva tocou até a madrugada.



Dr. Arthur Oscar de Oliveira Déda, orador do evento ocorrido no Caiçara Clube, ao lado da Rainha da Primavera e o do Professor Murilo Dantas.

Foto 08, do Livro “Memorial do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, Vol. 03, ano 2015, p. 291.

O caiçara sempre foi um dos espaços requisitados pelos ginasianos para a realização das grandiosas festas e solenidades. Com um pouco mais de um ano de funcionamento, os estudantes sentiam-se à vontade para promover bailes a caráter, seguindo a seu modo, o calendário das datas comemorativas. Inclusive, no mês de junho, vários arraiais foram montados. Todos os alunos iam caracterizados com trajes variados de matutos, capa-bodes, catimbós, jecas, sertanejos, saquaremas, e outros, para participarem da cerimônia de casamento à caipira. Durante a noite serviam licores, enquanto o arrasta-pé ficava por conta do sanfoneiro José Gregório Ribeiro, popularmente conhecido como Josa, o Vaqueiro do Sertão, grande acordeonista nascido no Povoado Jacaré, deste Município, no dia 12 de março de 1929. Queimavam fogueiras com mastros, soltavam balões de papel multicolor, que naquela época, eram permitidos. E mantendo a cultura nordestina, de matuto de raízes e devoção aos Santos Juninos, à beira da fogueira, realizam rituais de apadrinhamentos ou compadrescos com o clássico dito popular: **“Santo Antonio dormiu, São João acordou, vamos ser compadre que São Paulo e São Pedro mandou”**. Além das comilanças regadas ao caruru baiano, a canjica, o milho e a pamonha, não deixava faltar a tradicional quadrilha, organizada pelos próprios ginasianos e o grupo de docentes do Industrial.

Parte do novo prédio do Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto foi inaugurado no dia 09 de janeiro de 1966. Para a construção do prédio, o casal João Antônio de Santana e Francisco

Carlos Santana, doaram o terreno ao Centro Educacional de Simão Dias, localizado na Avenida Senador Leite Neto, atual Construtor João Antônio de Santana, sendo a escritura passada no Cartório do 2º Ofício situado à Rua Dr. Joviniano de Carvalho. Inicialmente, apenas o pavilhão Senador Leite Neto foi concluído, ficando ainda para terminar o outro pavilhão, que seria destinado às aulas do curso ginásial. Neste caso, as aulas práticas foram ministradas na ala recém-inaugurada, já equipada por uma rica maquinaria destinada para as oficinas. As aulas teóricas permaneciam na antiga maternidade. Na cerimônia de inauguração do pavilhão Senador Leite Neto, Dr. Lauro Nascimento prestou homenagem ao saudoso sergipano Francisco Leite Neto, que fora um dos baluartes para a construção Centro Educacional de Simão Dias – CESD, casado com Celina Prata de Carvalho, filha do jurídico e patrono da Instituição Dr. Antônio Manuel de Carvalho Neto, que faleceu em 10 de dezembro de 1964. Em seguida, o Governador Dr. Celso de Carvalho descerrou a placa metálica comemorativa, com a efigie do homenageado.



Inauguração do Pavilhão Senador Leite Neto, em 08 de janeiro de 1966. Em destaque, o Governador Dr. Celso de Carvalho (Foto 02) e Dr. Lauro Nascimento, discursando no microfone da Rádio Jornal, de Aracaju (Foto 03).
Acervo particular de Jorge Barreto Matos (Foto 1) e do autor (Fotos 3 e 4)

Durante a solenidade falou o Professor Carlos Alberto de Oliveira Déda, que interpretou o pensamento do corpo docente do Ginásio Industrial. Em nome dos alunos discursou ainda Claudio Dinart Déda Chagas, seguido do Senador José Rolemberg Leite, Dr. Silvio Leite Neto, Dr. Curt Vieira, Diretor do Departamento de Educação, e o Governador Dr. Celso de Carvalho, que discorreu sobre a importância do Ginásio Industrial para o Município de Simão Dias. Por fim, todos os presentes foram convidados a conhecer as novas instalações, e, num dos seus salões foi aberta uma exposição de troféus conquistados pelo patrono Leite Neto, suas insígnias militares das três armas, diplomas honoríficos e obras literárias de natureza política.

Abrindo uma lacuna, sem fugir do tema estudado, a Avenida que também recebeu o nome do Senador Leite Neto, inicialmente foi chamada de Avenida Brasília, uma extensão da Avenida Coronel Loyola, local onde funcionava a Feira Livre desta cidade, que durante a construção do Ginásio Industrial, estava em pleno desenvolvimento. A Avenida Senador Leite Neto tornou-se uma das melhores vias residenciais, graças à iniciativa laboriosa do construtor João Antônio de Santanaou João de Pedrinho, há quem, décadas mais tarde, foram prestadas merecidas homenagens, dando-lhe seu nome a Avenida. Grande parte dos terrenos da Avenida Leite Neto pertenciam ao construtor João Antônio de Santana, que investia nas construções de residências modernas para serem comercializadas posteriormente. Para ele tornar-se um construtor licenciado, foi preciso submeter-se a um exame, por meio do Processo Nº 61/56, sendo logo aprovado pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura. De acordo com o Artigo 5º, parágrafo único, do Decreto Nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, lhe foi fornecida a Licença Nº 192 L.P., de 04 de setembro de 1956, para que o mesmo exercesse as atividades de Construtor, em Simão Dias.

Além do Industrial, a Escola Estadual Dr. João de Mattos Carvalho, construída em 1967, também foi uma de suas obras. Na área política, João Antônio de Santana foi Vereador, no período de 01 de fevereiro de 1955 a 01 de fevereiro de 1959. Durante o processo de construções e comercializações das casas, ele não chegava a morar muito tempo em suas residências, pois logo as vendia. Um de seus palacetes, situado na esquina que separa a Avenida Cel. Loyola da de Brasília, inaugurado em 1957, foi vendido pouco tempo depois de construído, enquanto ele já residia naquela via em um outro imóvel. Este palacete até hoje é admirado pela sua imponência, dividido por vários compartimentos e dependências, áreas, salas, antessalas, alcovas, salões, jardins, hall e capitel jônico, com balaústres e colunelos bem moldurados, tudo com profusa luz solar e perfeita renovação natural do ar nos recintos.

Nesta Avenida Senador Leite Neto, além do Ginásio Industrial, foi construído o Campo de Futebol do Esporte Clube Cruzeiro ou Estádio Brasília, depois denominado Luciano Cardoso, num terreno doado pelo próprio João de Pedrinho. Luciano Adonay Cardoso (1926-2015), sempre esteve à frente da campanha em prol da construção do campo de futebol, hoje transformado na Praça da Juventude. Luciano Adonay Cardoso era gerente da Agência do Banco do Nordeste (BNB)⁹⁵ e professor do Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto. Natural

⁹⁵ A Agência do Banco do Nordeste do Brasil S.A. foi criada pela Lei Federal Nº 1.649, de 19 de julho de 1952, com sede em Fortaleza/CE. Depois de Aracaju, Simão Dias foi o primeiro município do estado a possuir uma Agência do BNB, inaugurada

de Alagoinhas/BA, nasceu em 13 de setembro de 1926, filho de Lucio Bento Cardoso e Veríssima da Conceição Cardoso. Casou-se no altar-mor da Matriz de Senhora Sant'Ana, no dia 26 de abril de 1963, com Elizia Soares Fonseca, filha de Elizario Ferreira de Almeida e Hermenegilda Soares de Oliveira. Munido de serviços de alto falantes, e num caminhão com atletas do S.C. Cruzeiro, do Grêmio Esportivo Carvalho Neto e da Associação Atlética Banco do Nordeste, ele percorreu a cidade recolhendo garrafas vazias para serem vendidas em diversas fábricas de bebidas, e toda a renda revertida seria usada para a construção do Estádio, concluído e inaugurado no dia 10 de janeiro de 1965. Durante o tempo que esteve nesta cidade, assumiu também a presidência do Sport Club Cruzeiro, o grêmio esportivo de Simão Dias, fundado em 07 de junho de 1962. Em 1967, após fazer mais um curso de especialização para Diretor Geral do Banco do Nordeste do Brasil S.A., em Fortaleza/CE, o economista permaneceu à frente da gerência do BNB, mas por pouco tempo. Em setembro deste mesmo ano, foi transferido para Jequié/BA, sendo, em seguida, substituído por José Osvaldo Machado e Silva. Morreu em Salvador/BA, em 16 de fevereiro de 2015. Em março de 1972, houve a Pavimentação asfáltica da Rodovia Lourival Baptista (SE-103), ligada à Avenida Senador Leite Neto, que foi inaugurada pelo Governador Paulo Barreto de Menezes. A construção do canteiro central e iluminação foi inaugurado pelo Governador João Alves Filho, em 03 de maio de 1984, uma obra concluída em abril do mesmo ano, realizada em parceria com a Prefeitura Municipal, na época administrada por Manoel Ferreira de Matos. O governo de Albano do Prado Franco fez o recapeamento asfáltico, no mesmo período em que foi pavimentada a Avenida Coronel Loyola, Praça Barão de Santa Rosa, Rua Nelson Pinto de Mendonça e Rua de Santana, ambas inauguradas em 12 de junho de 1999.

Retomando o histórico do Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto, em 18 de dezembro de 1966, houve a colação de grau de sua primeira turma, que era formada por 18 concludentes, dentre eles, Ana Alice Sotero Santos, Claudio Dinart Déda Chagas, David Dantas do Amaral, Emilson Andrade Santana, Gilvane Rodrigues Viana, Ivanete Carvalho Modesto, Jesanias Araújo Andrade, José Américo Ribeiro do Rosário, José Carlos Gois Montalvão, José Carlos Santana, José Oliveira Santos, Josefina Pimentel Carvalho, Maria Belizana Santana, Maria de Lourdes Santos, Maria Santana Silva, Milton Santos Oliveira, Robério Andrade Carvalho e Valter José de Seixas Lima. Pela manhã, houve a Missa em Ação de Graças na Igreja Matriz de Senhora Sant'Ana e um culto na Igreja Presbiteriana. À noite, na residência de Dr. Lauro Ferreira do Nascimento, foi oferecido um jantar aos concludentes e ao Exmo. Revmo. Senhor Dom José Bezerra Coutinho, Bispo da recém-criada Diocese de Estância, que foi homenageado pela turma. Deste jantar, participaram o Governador Sebastião Celso de Carvalho e outras autoridades civis, militares e eclesiásticas. No Cine Brasil foi realizada a cerimônia de entrega dos Certificados. A sessão foi presidida pelo eminente Governador, que após a oratória feita pelos alunos Claudio Dinart Déda Chagas e Gilvane Rodrigues Viana, fez a entrega dos referidos diplomas. O paraninfo Dr. Lauro Ferreira do Nascimento proferiu seu discurso, no qual focou o problema educacional do Brasil, e, particularmente, de Simão Dias. Encerrou a solenidade com um baile no Caiçara Clube.

no dia 13 de novembro de 1955. O primeiro gerente do BNB nomeado para esta cidade foi José Rui Barbosa (A SEMANA, 12 e 19.11.1955).

Como já mencionamos anteriormente, o Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto recebeu do MEC, em 1967, uma biblioteca escolar, através da Comissão do Livro Técnico e Didático (COTED). A biblioteca constava com 363 compêndios de diversos assuntos, sendo que, a principal parte dos acervos, era sobre Artes Industriais e Ensino Técnico. Além dos acervos bibliográficos, o Ginásio recebeu cinco instantes funcionais. A professora Heloísa Helena Silva, através do CESD, chegou a participar de um curso de bibliotecária, na capital, patrocinado pelo CADES, sendo, por fim, escalada para assumir a aludida função nesta biblioteca, montada em um espaço provisório no prédio do CESD, até ser concluído um novo pavilhão do Ginásio Industrial.

Supervisionado por uma equipe do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), através de um convênio com o MEC (Ministério de Educação e Cultura), o CESD patrocinou cursos intensivos de Eletricista Instalador. Cerca de quatorze alunos participaram do curso de preparação de mão-de-obra, com duração de 150 horas, com aulas ministradas pelo professor Israel de Carvalho Neto. A primeira turma formada nesta área iniciou as aulas em 24 de setembro de 1968. A cerimônia de instalação do curso contou com a presença do Presidente do CESD, Dr. Lauro Nascimento, de Dr. Antônio Ferreira Filho (Juiz de Direito desta Comarca), João Lins Carvalho (Gerente do Banco de Produção), dos Professores Antônio Marcolino de Almeida (Coordenador Geral do Curso Intensivo de Preparação de Mão-de-obra) e Gildo Matos Macedo (Diretor do SENAI em exercício), além dos demais docentes e estudantes do ensino secundário. O encerramento ocorreu no dia 05 de dezembro daquele mesmo ano. Ainda em parceria com o SENAI, o Centro Educacional patrocinou os cursos de Sapateiro, Torneiro Mecânico e de Supervisão. Este último envolvia quatro fases: Ensino correto de um trabalho, Relações humanas, Simplificação de trabalho e Liderança da reunião.



3ª Reunião Conjunta dos Conselhos de Educação – Rio de Janeiro, dezembro de 1966.

A direita Dr. Lauro Ferreira do Nascimento.

Acervo particular de D. Elisete Batista Nogueira do Nascimento

Em 20 de outubro de 1968, o Ginásio Industrial também inaugurou o Grêmio Estudantil. O evento ocorreu nos salões do Caiçara Clube, durante a Festa dos Corações, animada pelo conjunto musical Os Brasas, que contou com a participação de estudantes das cidades de Paripiranga e Lagarto. Em diversas ocasiões, o grêmio fez intercâmbio com alunos da União

Redentora da Juventude Estanciana (URJE) e da União Renovadora da Juventude Lagartense (URJIL), ambos criados por Padre Almeida, da cidade de Estância/SE. Contando com o apoio de outros gremistas, o Grêmio do Industrial também esteve ligado a AJIS (Associação da Juventude Idealista Simãodiense) e a outros movimentos da cidade.

Como se deve concluir, as conquistas do Ginásio Industrial sempre estiveram diretamente ligadas a Dr. Lauro Ferreira do Nascimento, que vivia em constantes viagens para a capital federal, na busca de verbas para as obras intermináveis da sede. Através dele, foram adquiridos recursos para a construção do refeitório e Casa do Estudante, ambos inaugurados em junho de 1969. A construção do refeitório foi resultado de um convênio entre o CESD e a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). A casa do estudante ou república, como era chamada, comportava aproximadamente 70 alunos. Era uma espécie de internato reservado para os alunos procedentes de outros Municípios, como Nossa Senhora do Socorro, Poço Verde, Pinhão, Lagarto e da cidade limítrofe Paripiranga/BA. Havia também três alunos de Simão Dias, filhos de pequenos agricultores, ambos oriundos da Zona rural. Após o primeiro ano de funcionamento, diante da grande procura de vagas para o internato, além de Pedrinhas, Cristinápolis e Tomar do Geru, deste estado, outras cidades baianas como Antas, Alagoinhas, Caxias, Ribeira do Pombal e Adustina, foram beneficiadas, chegando a atingir um número de 68 internos. Durante o regime de internato, a coordenação esteve a cargo do Professor José Américo Siqueira, sendo sucedido, posteriormente, pelos funcionários João Soares, Jorge Barros e José Augusto, até seu término de funcionamento, em 1971. Rosamira Vieira da Silva, carinhosamente chamada pelos internos de Dona Rosa, era a cozinheira oficial da república, mas que assumia com exatidão a função de orientadora, impondo disciplina e respeito, assumindo o papel secundário de mãe. Aos internos era atribuído às funções de varrer o pátio, o dormitório, lavar os banheiros e cuidar dos bens pessoais, seguindo, a rigor, as regras preestabelecidas pela direção do Ginásio. Ao lado do bloco do Pavilhão Senador Leite Neto, havia uma área reservada para o exercício de técnicas agrícolas, onde parte de produtos cultivados eram destinados para a refeição dos internos, complementando as compras dos alimentos, que também era parte das atribuições dos estudantes. É importante notar que, desde 1972, o Industrial passou a funcionar no turno noturno, ofertando cursos específicos para atrair uma geração de jovens e adultos, sobretudo, a classe operária, que durante o dia trabalhavam no comércio ou empresas desta ou de outras cidades vizinhas. Após afastar-se definitivamente da política, e, conseqüentemente, da direção e do quadro de professores do Ginásio Industrial, Dr. Lauro Ferreira do Nascimento mudou-se para Aracaju, vindo a Simão Dias apenas nos fins de semana, para o seu Sítio, localizado no Povoado Pastinho, onde faleceu, em 25 de outubro de 2016, após viver por décadas no ostracismo, comparando aos tempos áuricos, quando ele prestava grande e relevantes serviços à comunidade.

Em 25 de junho de 1975, por atravessar dificuldades financeiras, Dr. Lauro Ferreira do Nascimento, os demais membros da diretoria do CESD e seus funcionários, sem condições de mantê-lo, doou o Ginásio ao Estado, na época administrado pelo Governador José Rollemberg Leite, exigindo apenas o aproveitamento do corpo docente, do pessoal de apoio e da direção, sendo que das duas primeiras cláusulas foram cumpridas apenas a última. Mantendo ainda a Escola nos dois prédios, o Governador José Rollemberg Leite reformou a primeira sede e concluiu as obras do último Pavilhão (Bloco 03), com cinco salas, além das

quatro salas do pavilhão central (Bloco 02) do prédio da Avenida Leite Neto. O Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto permaneceu sob a direção de Dr. Lauro Ferreira do Nascimento até o ano de 1977. Conforme o Decreto N° 3.832/77, de 11 de novembro de 1977, o Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto passou a chamar-se Escola de 1º Grau Dr. Carvalho Neto. Em 14 de dezembro de 1977, a professora Celeste Maria de Oliveira Souza foi nomeada diretora desta Escola, mas sua permanência no referido cargo foi breve.

A transferência definitiva para o prédio da Avenida Senador Leite Neto ocorreu em 1978, no mesmo ano em que Escola de 1º Grau Carvalho Neto estava sob a direção da professora Tânia Maria Góes Montalvão. A professora Iolanda Rosa Montalvão aposentou-se por tempo de serviço, em 16 de novembro de 1976, mas continuou exercendo a função de Secretária, que, desde outrora, vinha desempenhando. Seus esforços e dedicação eram reconhecidos por toda comunidade escolar, que lhe atribuiu o relevante papel de co-fundadora do Ginásio Industrial e uma das professoras pioneiras da Instituição. Ela servia ao magistério com tanto afinho, que, muitas vezes, seus vencimentos eram insuficientes para o seu sustento. Segundo declarou sua cunhada Maria Rita de Cássia Góes Montalvão, **“ela tirava de si para ajudar aos alunos, àqueles que não tinham condições de comprar o fardamento ou seu material escolar”**. A ilustre professora havia exercido também o seu magistério, no Grupo Escolar Fausto Cardoso e no Ginásio Carvalho Neto. Depois que Tânia Maria Góes Montalvão saiu da direção da Escola, consecutivamente, foram designadas para o cargo as seguintes funcionárias: Maria Emília Reis (1979), Terezinha Maria Santana Fraga (1980), Mirian Barreto Marinho (1981-1983) e Norma Pereira da Cruz (1984). Em 1985, a professora Maria Tereza dos Santos Mendes (Dona Tereza Mendes) assumiu a direção, juntamente com Josefa Angélica da Silva Carvalho, que havia sido designada para exercer a função de Vice-Diretora. Em 1993, através do Decreto Estadual N° 4.694/93, foi concedida a aposentadoria de Dona Tereza Mendes, e, para substituí-la, foi nomeada a ilustre professora Heloísa Helena Silva Machado (no período de 1993-2001).



Escola Técnica Estadual Dr. Milton DORTAS – Foto extraída do convite da Festa das Bodas de Prata – 1965-1985. Imagem extraída do convite das bodas de prata do Ginásio ocorrido em 09 de maio de 1988

Quanto a composição da equipe diretiva, em 1992, a Secretaria Estadual da Educação nomeou a professora Ana Lúcia Menezes dos Santos para exercer a função de Vice-diretora adjunta, passando, assim, a dividir suas atribuições com Josefa Angélica da Silva Carvalho. A Vice-diretoria foi extinta no ano seguinte, quando, por Decreto do Governador do Estado, a direção foi subdividida em três funções distintas: Direção Geral, Administrativa e Pedagógica, cargos para os quais foram nomeadas Heloísa Helena Silva Machado, Josefa Angélica da Silva Carvalho e Ana Lúcia Menezes dos Santos, respectivamente. Com a jubilação destas duas últimas, em 1995, a diretoria voltou a ser unificada, passando a contar, apenas, com as suas Secretárias e a Coordenação Pedagógica. Através da Portaria Nº 2.946/95, a professora Gilza Ribeiro Passos dos Santos foi nomeada Secretária titular da Escola. Para exercer a função de Coordenador Pedagógico, foi nomeado o professor Clóvis de Andrade Franca (1997-1998). Posteriormente, Maria dos Santos de Carvalho (1998-2007), substituiu o eminente professor, que depois passou a dividir a coordenação com Valdelice das Virgens Araújo (2003-2005). Este cargo também foi exercido pelas professoras Ângela Nascimento dos Santos e Lúcia Gomes dos Santos. De modo sequencial, também foram nomeados diretores: Domingos José da Silva (2001-2007), Valdelice das Virgens Araújo (2007-2008), Maria Emília de Jesus (2009-2014) e Daniela Santos Silva.

No início de 1981, por decisão do Governador Dr. Augusto do Prado Franco, o nome de Carvalho Neto foi retirado da escola, que passou a chamar-se de Escola Técnica Estadual Dr. Milton DORTAS. Segundo os seus arquivos, esta denominação não chegou a ser oficializada, no entanto, foi colocada uma placa inaugural no hall do prédio e um letreiro luminoso em sua parte frontal, como mostra a figura acima. Dr. Milton DORTAS de Mendonça era natural de Simão Dias, nascido em 04 de julho de 1910, filho de Alexandre Pinto de Mendonça e Maria Rosa DORTAS de Mendonça. Diplomou-se em Medicina, pela Universidade de Salvador/BA, em 14 de dezembro de 1936, tornando-se clínico e hansenologista. Entre 1937 a 1957, foi médico residente da cidade de Riachuelo/SE, onde dirigiu o Hospital São Vicente de Paula. Depois foi transferido para Aracaju e ingressou no Serviço Nacional



Dr. Milton DORTAS de Mendonça
Fonte: Centro de Excelência Dr. Milton DORTAS

de Lepra, do qual foi nomeado Médico e Chefe do Setor Sergipe, função que exerceu até 31 de dezembro de 1972. Diante do surgimento de um caso de hanseníase em um parente próximo, Dr. Milton DORTAS fez um estágio na Colônia Padre Bento, em São Paulo, buscando aprofundar-se no assunto. A partir daí, o ilustre clínico passou a se especializar no assunto, dedicando grande parte de sua vida no combate ao mal da Hanseníase em Sergipe, e, particularmente, em Riachuelo, onde residia. Em 1957, ingressou no serviço Nacional de Lepra do Ministério da Saúde, assumindo o papel de assessor da Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária (DNDS) para o Programa da Hanseníase no Estado de Sergipe. Na Capital, também assumiu a direção do Hospital Colônia Lourenço Magalhães. Durante os anos em que viveu em Riachuelo/SE, diante de seu prestígio como médico e trabalhos sociais, ingressou na política, lançando-se candidato a Prefeito, eleito no pleito eleitoral de 03 de outubro de 1954 e empossado em 31 de janeiro de 1955, passando a administrar o Município até o

início de janeiro de 1959. Coincidentemente, enquanto ele administrava Riachuelo, seu irmão Cândido DORTAS de Mendonça (Candinho), estava à frente do governo de Simão Dias. Era casado com Rita Maria Maynard de Mendonça (1931-2016), com quem teve três filhos: Adriano Maynard Mendonça, Antônio Fernando Maynard Mendonça e Milton DORTAS de Mendonça Junior. O ilustre médico morreu em 06 de julho de 1980, em Aracaju/SE, aos 70 anos de idade.

Durante a visita do Governador Augusto Franco a Simão Dias, em 08 de novembro de 1981, por ocasião da inauguração da Escola de 1º Grau Pedro Valadares e da Quadra de Esporte do Colégio Cenecista Carvalho Neto, foi armado um palanque em frente à Escola Técnica Dr. Milton DORTAS, onde reuniram-se aproximadamente três mil pessoas para ouvir o discurso do chefe do Executivo e sua comitiva, formada pelas lideranças do PSD, além de Adriano Maynard Mendonça, filho do homenageado, que veio especialmente representando a família na solenidade de lançamento oficial do novo nome dado à Instituição. Além da mudança de sua nomenclatura, a Escola havia também passado por obras de restauração. A pedido do Secretário da Educação e Cultura do Estado, Antônio Carlos Valadares, nesta época, o Governador

Dr. Augusto Franco construiu a quadra de esporte polivalente e a casa dos professores. Esta casa era constituída de quatro salas no atual Bloco 01. Foi montado um Laboratório de Química e Física, sala de audiovisual, muito bem equipada, principalmente para as aulas de língua estrangeira, um gabinete



Solenidade de instalação do Curso Técnico de Assistente de Administração no BNB Clube de Simão Dias

Acervo particular de José Matos Valadares

nete dentário, diretoria, secretaria e sala de professores com banheiro exclusivo. O consultório dentário, montado com equipamentos de última geração tinha um profissional contratado para atender o alunado, de todas as idades, contudo, seu funcionamento durou um pouco mais de uma década. Apesar da imprensa se referir a Instituição como Escola Técnica Dr. Milton DORTAS, por Decreto-Lei Nº 4.987, de 23 de abril de 1981, a escola passou a chamar-se Escola de 1º e 2º Graus Dr. Milton DORTAS. Em 1996, durante o segundo mandato do governador Albano do Prado Franco, a casa dos professores foi transformada em refeitório e a antiga cozinha, em almoxarifado. As mesas de som da sala de audiovisual, que estava em desuso por carência de recursos e manutenção, foram removidas para o depósito. A sala, agora vazia, foi adaptada para receber o Laboratório de Informática. Mesmo com as perdas significativas da sala audiovisual, não haveria outra solução, senão desativá-la, já que, com os novos avanços tecnológicos, os aparelhos existentes como gravadores, vitrola e compactos discos, estavam todos superados pelos CDs, CD-ROM, mp3 e plataformas digitais. O curso Técnico de Assistente de Administração, nível de 2º Grau, foi instalado em 10 de março de 1980. A solenidade foi realizada no salão do BNB Clube de Simão Dias e contou com a presença de diversas autoridades civis, entre eles, Antônio Carlos Valadares (Secretário de

Educação do Estado), Antônio Fontes Freitas (diretor-geral de Educação do SEC), o Prefeito Abel Jacó dos Santos, além do grande público. Inicialmente, o curso atendeu 120 alunos, com duração de três anos, ministrado por professores com larga experiência no Magistério, além daqueles graduados nas áreas de Química, Física, Inglês e Educação Física, especialmente contratados na capital pela Secretaria do Estado (JORNAL DE SERGIPE, 12.03.1980, p. 09).

O processo de funcionamento era idêntico ao antigo Colégio Cenecista Carvalho Neto. Os educandos iniciava o 2º Grau com o 1º Ano Básico, e a partir do 2º Ano, é que definiria sua especialização. Por isso era comum alunos formar-se em Administração e, em seguida, cursarem o científico, sem habilitação específica, instalado nesta escola posteriormente, com base na Resolução Nº 113/81, de 12 de novembro de 1981, pelo Conselho Estadual de Educação – C.E.E., com apenas um diferencial, o primeiro era profissionalizante, enquanto que, o segundo, era um curso básico para vestibulandos. O Curso de Magistério para o ensino de 1º Grau, de 1ª a 4ª série, foi instalado em 1986, mas sua Autorização oficial somente foi concedida mais tarde, por meio da Resolução Nº 012/91, de 28 de fevereiro de 1991 – C.E.E.

O Curso Primário foi ofertado pela Instituição até o final do ano de 1999, na mesma época em que foram extintos os Cursos de Magistério, Científico (Sem Habilitação Específica) e Técnico em Administração, passando, assim, a ser ofertado o Ensino Médio. Com a aprovação da Lei Nº 9.394/96, de 31 de dezembro de 1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), foi instituído o Ensino Médio, uma espécie desubsídios para qualquer curso profissionalizante a nível de 2º grau ou pré-vestibulando. Assim, a partir do ano 2000, a Instituição passou a ser chamada de Colégio Estadual Dr. Milton DORTAS, conforme Decreto sancionado pelo Governo Albano do Prado Franco. No final de 2009, o Colégio deixou de ofertar o Ensino Fundamental Maior, passando exclusivamente, a ofertar, o Ensino Médio, Ensino Médio Normal e o Ensino Médio Inovador, como podemos ver na Tabela abaixo:

DENOMINAÇÕES DO EDUCANDÁRIO	PERÍODOS	CURSOS OFERECIDOS
Ginásio Industrial “Dr. Carvalho Neto”	1963-1971	Curso Ginasial de 1ª a 4ª série
Ginásio Industrial “Dr. Carvalho Neto”	1971-1977	Antigo 1º Grau – 5ª a 8ª série
Escola de 1º Grau “Dr. Carvalho Neto”	1978-1980	Antigo 1º Grau – 1ª a 8ª série
Escola de 1º e 2º Graus “Dr. Milton DORTAS”	1981-1986	1º Grau – 1ª a 8ª série e técnico em Administração.
	1987-1988	1º Grau – 1ª a 8ª série e Técnico em Administração, 2º Grau sem Habilitação Específica (Científico) e Pedagógico.
	1989-1999	1º Grau – 1ª a 8ª série e Técnico em Administração, 2º Grau sem Habilitação Específica (Científico) e Magistério de 1ª a 4ª série.
	2000	Ensino Fundamental – 1ª e 2ª Fase e Ensino Médio.
	2004	Ensino Fundamental – 1ª e 2ª Fase e Ensino Médio e Médio Normal.

Colégio Estadual “Dr. Milton DORTAS”	2005	Ensino Fundamental – 5ª a 8ª Série e Ensino Médio e Médio Normal.
Escola Estadual “Dr. Milton DORTAS”	2010	Ensino Médio, Ensino Médio Inovador e Ensino Médio Normal.

Dados cedidos pela Secretaria da Escola Estadual “Dr. Milton DORTAS”

Às comemorações alusivas aos 25 anos da Escola de 1º e 2º Graus Dr. Milton DORTAS, ocorreu em 09 de maio de 1988. A solenidade começou com o hasteamento da bandeira e o descerramento da placa comemorativa, seguida do desfile estudantil, dando início às 09:00 horas, acompanhado pela própria Banda Marcial da Escola. À noite, houve a Missa de Ação de Graças na Igreja Matriz de Senhora Sant’Ana, presidida pelo Mons. João Barbosa de Souza e concelebrada pelos Clérigos Frei Nelson José dos Santos (Vigário Colaborador e professor de Ensino Religioso da Escola) e o Padre Arnaldo Matos Conceição (Vigário Colado da Freguesia de Itabaianinha/SE).

Para a solenidade foram produzidos convites com a programação da festa, e numa de suas laudas, foi feita uma homenagem ao patrono Dr. Milton DORTAS de Mendonça juntamente com todos os seus diretores, iniciando com o advogado e educador Dr. Lauro Ferreira do Nascimento, fundador e presidente do antigo Centro Educacional de Simão Dias. Na Santa Missa reuniram-se autoridades políticas e toda comunidade escolar, que saíram, em cortejo, da própria Escola, acompanhados pela Filarmônica Lira Sant’Ana, em direção da Matriz. No final do Rito foi executado o Hino da Escola, acompanhado pelo coral, formado pelos alunos da Escola, uníssonos com toda a comunidade presente. A letra e música do Hino foram compostas pelo professor Udilson Soares Ribeiro, de quem já mencionamos anteriormente.



Convite da Festa das Bodas de Prata celebrada no dia 09 de maio de 1988. Em destaque o Patrono Dr. Milton DORTAS de Mendonça e seus diretores desde sua fundação: Dr. Lauro Ferreira do Nascimento (1963-1975); Celeste Maria de Oliveira Souza (1976-1977); Tânia Maria Gois Montalvão (1978); Maria Emília Reis (1979); Terezinha Maria Santana Fraga (1980); Mirian Barreto Marinho (1981-1983); Norma Pereira da Cruz (1984); Maria Tereza dos Santos Mendes (1985-1990).

1. Eis o brado de vitória e paz/ que o trabalho só constrói./ Na oficina do saber para ser/ cada obreiro é um herói./ Nossa luta é por um povo bom/ consciente e varonil,/ que assim mesmo se engradeça/ e assim, enobreça o Brasil.

CORO: Com fé num futuro de glória/ revendo o passado imortal. / Queremos gravar na história/ da “Milton DORTAS” o grande ideal.

2. Por Bandeira, Liberdade e Amor/ e justiça por fanal. / Na pesquisa e livros armas ver/ da grandeza intelectual. / A batalha dura pode ser/ mas não foge o lutador/ que procura sempre mais crescer/ com a luz de um mundo novo.

Depois de estabelecer o Ensino Secundário no município, por meio dos dois Ginásios Carvalho Neto, outras administrações Estadual e Municipal, passaram a ampliar o número de Grupos Escolares, no centro e nos subúrbios da cidade. A construção do Grupo Escolar João Mattos Carvalho, foi iniciada na administração de Dr. Sebastião Celso de Carvalho e concluída na gestão de Dr. Lourival Baptista (1967), com recursos provenientes do Plano Nacional de Educação. O Grupo Escolar José da Carvalho Déda, sito Bairro Bomfim, foi inaugurado em 1970; o Grupo Escolar Pedro Almeida Valadares, foi inaugurado em 02 de outubro de 1981, mas iniciou suas atividades a partir de março de 1982, por meio do Decreto Nº 5.128; o Centro de Estudos Supletivo Marcos Ferreira, atual C.R.E.J.A. foi inaugurado em dezembro de 1981, assim como, o Grupo Escolar Maria de Lourdes Silveira Leite, que também foi inaugurado na mesma época. Em 28 de fevereiro de 1991, o Governador inaugurou a mais nova Escola Estadual Aristheu Carlos Valadares, localizada no Conjunto Caçula Valadares, que passou a funcionar, com base no Decreto-Lei Nº 12.104. Ainda nos conjuntos habitacionais de Simão Dias, as Escolas Municipais Dr. Luiz Albérico Nunes da Conceição e Therezinha Pimentel de Carvalho foram inauguradas no ano de 1994. Esta última, obedecendo a Lei Federal Nº 12.781, de 10 de janeiro de 2013, que proíbe em todo Território Nacional a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos com nomes de personalidades vivas, por aprovação do Projeto-Lei Nº 61/2017, de 04 de outubro de 2017, sancionado pelo Prefeito Marival Silva Santana, passou a denominar-se Escola Municipal Raimundo Roberto de Carvalho, nome do antigo diretor do Colégio Cenecista Carvalho Neto, que morreu em 24 de setembro de 2017. A nova nomenclatura ocorreu oficialmente na reinauguração da Instituição, em 05 de abril de 2018. A Escola Municipal Dr. Luiz Albérico Nunes da Conceição, de acordo com a Lei Municipal Nº 808/2018, de 07 de novembro de 2018, passou a chamar-se de Escola Municipal Maria Helena Nunes da Silva, cunhada do antigo patrono, que exerceu relevante serviço na educação de Simão Dias.

A história das escolas pioneiras na educação secundária de Simão Dias sempre esteve ligada às rivalidades políticas, criando assim, uma espécie de competitividade entre seus alunos. Na década de 1970, quando o Colégio Cenecista Carvalho Neto tornou-se particular, grande parte de seus alunados eram oriundos de famílias abastadas do Município, ao contrário do Ginásio Industrial, que continuava acolhendo alunos de múltiplas classes sociais. Nas grandes solenidades, principalmente, nas novenas do mês de maio e nas paradas cívicas do 07 de setembro, quase não havia diferenças sociais, pois cada um deles apresentavam-se glamorosamente, usufruindo de sua criatividade e imponência, baseando-se em variados temas de aspecto político-socio-cultural. Durante a Ditadura Militar (1964-1985), as escolas eram auxiliadas por seus diretores para seguir determinadas regras preestabelecidas pelo Regime, embora muitos não fizessem ideia do que realmente estivesse acontecendo no submundo político, especialmente, nos anos de chumbo. Em alguns anos pós-golpe militar, os desfiles cívicos ocorriam no dia 31 de março, data comemorativa do aniversário da chamada Revolução Vitoriosa. Em 31 de março de 1965, foi comemorado, em Simão Dias, o primeiro aniversário do Golpe que destituiu do cargo, o Presidente João Goulart. No alvorecer, a fanfarra do Ginásio Carvalho Neto saiu às ruas, na cadência dos tambores e os toques das cornetas e cornetins, despertando a cidade para participar do hasteamento da Bandeira na

haste do Grupo Escolar Fausto Cardoso, com a participação dos Ginásios e das demais escolas primárias públicas e particulares. Depois do hasteamento, as autoridades políticas e eclesiástica, seguiram para a Igreja Matriz, acompanhados pelos alunos, funcionários e populares, para participarem da Solene Missa em Ação de Graças, presidida por Padre Mário de Oliveira Reis. À tarde, desfilaram os alunos das escolas primárias e secundárias, concentrando-se, no final da parada, na Praça Barão de Santa Rosa, onde proferiram discursos o Juiz de Direito Dr. Lauro Pacheco de Oliveira, e a professora Luciene Macedo Déda que, **“(...) descreveu o civilismo e militarismo desde o tempo do Segundo Império, falou sobre alguns dos Presidentes Republicanos e crises militares naqueles períodos e sobre a Revolução de 1930 até o governo de João Goulart. Relacionou por ordem cronológica fatos e protestos que se verificaram no Brasil até 31 de março, quando as Forças Armadas, atendendo as aspirações do povo, deram o seu grito de repúdio ao comunismo, aos corruptos, aos inescrupulosos e como quem dizia: Para trás réprobos..., fizeram recuar o então governo e seus asseclas (...)”** (A SEMANA, 10.04.1965, p. 01).

O Padre Mário de Oliveira Reis falou representando o Ginásio Carvalho Neto e Dr. Fernando Ferreira de Matos, Promotor Público da Comarca, concluiu a solenidade, em nome do Prefeito Nelson Pinto de Mendonça, que também estava presente. Este ato cívico também se repetiu no dia 07 de setembro, onde os estudantes saíram desfilando pelas principais ruas da cidade, fardados a rigor, ajeitados e disciplinados, como regia as normas preestabelecidas dos respectivos diretores dos Ginásios. É importante ressaltar que, nas novenas de Maio, enquanto a Escola de 1º e 2º Graus Dr. Milton Dorts era fiel patrocinadora da noite do dia 09 de maio, data que coincidia com o aniversário de sua fundação, o Colégio Cenecista Carvalho Neto, organizava a festa de coroação da imagem de Nossa Senhora da Conceição, momento final do mês mariano, com todo aparato que lhe era peculiar. A grandeza das solenidades vinham das esportulas arrecadadas pelos Ginásios, que, por vezes, estipulavam determinados valores cobrados aos pais dos alunos, alguns deles, ainda trajavam seus filhos a caráter, seja para a oferta das flores, cartazes, porta-bandeiras e estandartes, personagens angelicais e bíblicos, entre outros. Os cortejos seguiam-se acompanhados pela Filarmônica Lira Sant’Ana ou as fanfarras compostas pelos alunos, que durante o momento transubstancial eucarístico, tocavam abruptamente uma vinheta, despertando os fiéis que estavam prostrados num denso silencioso mistério da fé. No final do solene rito de Ação de Graças, a Banda de Música também executava o Hino de cada Escola, acompanhado pelos alunos e funcionários, que conheciam inteiramente a letra e a canção.

As datas cívicas eram comemoradas pelas escolas com a participação massiva de seus alunos, que desfilavam garbosamente pelas principais vias da cidade, numa travada competição entre os dois principais Ginásios, que davam o melhor de si, para atrair a atenção do público ou a aprovação de suas fiéis plateias, que, se apertavam entre as multidões para aplaudir sua escola predileta. Em meio a tantos reboliços, os ginásianos e seus mestres se envolviam entre as ovações delirantes, numa apoteose de luxo e criatividade. Os ginásianos vestiam a camisa de sua Escola e defendiam com luta e raça a égide de sua Instituição. As rivalidades entre as duas eram diretas. Embora houvesse Grupos Escolares, como o Fausto Cardoso, que era o mais antigo deles, a conhecida batalha dos desfiles caía sobre os Ginásios, resquícios deixados por seus fundadores, que deixou marcas entre os seus ginásianos e a equipe administra-

tiva. Durante os ensaios, os alunos eram constantemente monitorados pelos inspetores e diretores, que não lhes permitiam nenhum deslize, e, caso houvesse, o aluno era punido com advertência ou, se necessário, aplicaria uma suspensão. Durante a gestão do Padre Aureliano Diamantino Silveira, parte dos alunos do Ginásio Carvalho Neto reclamavam da exagerada disciplina aplicada por ele, principalmente nostreinos para o desfile do Dia da Independência. Os alunos acusavam o diretor de recusar atestados médicos e aplicar suspensões por quaisquer motivos, o que levou-os a iniciar uma campanha pra destituí-lo do cargo.



As duas imagens acima ilustra o desfile de 07 de setembro de 1963 do Ginásio Industrial Carvalho Neto
Acervo Particular de Olda do Prado Dantas

Para ganhar a simpatia e a predileção da população, ambas as instituições chegaram a contratar maestros da capital, para reger suas fanfarras e treinar as cadências das marchas, posturas e coreografias dos desfiles, seguindo, a cada ritmo, as regras militares. Nos ensaios gerais, os alunos saíam de suas sedes e percorriam as principais ruas da cidade, chegando, algumas vezes, a se confrontarem durante o percurso, havendo discussões e disputas pela via de acesso. Quando não se tinha acordo, passavam as duas escolas entre os pelotões, provocando uma série de confusão de ritmo desordenados, pelo menos entre as fanfarras. Eram corriqueiros entre as duas escolas, concorrem pela contratação da Banda Interescolar da Secretaria do Estado de Sergipe, a SECBANDA⁹⁶, para abrir os desfiles do 07 de Setembro. Foi através de seus maestros que alguns ginásianos tiveram a oportunidade de exercitar e desenvolver a disciplina, o civismo e a aprendizagem da arte das fanfarras.

No centenário de nascimento do Coronel Pedro Freire de Carvalho, comemorado em 16 de abril de 1968, a abertura das festividades foi marcada com o desfile cívico de todas as Escolas da cidade. O Prefeito Antônio Carlos Valadares, no uso de suas atribuições, decretou o aludido dia como Feriado Municipal⁹⁷. Além do desfile, durante as festividades houve uma Santa Missa celebrada na Matriz de Senhora Sant'Ana, concentração na Praça Barão de Santa Rosa, de onde as autoridades constituídas, representantes das escolas e o povo, seguiram, em romaria, até o Cemitério São João Baptista, para fazer uma visita ao mausoléu do homenageado, onde lá foi depositada uma grinalda de flores e pronunciada uma bela oração pelo Prefeito Municipal. No Cine Brasil, houve uma sessão cívica com o escritor José de Carvalho Déda, que contou a biografia do Coronel Pedro Freire de Carvalho, publicada na íntegra em um dos seus livros, que faz parte da coletânea *Carvalho Déda - Vida & Obra* (2008, p. 206-227).



Desfile estudantil dos Ginásianos, durante o primeiro Centenário de nascimento do Coronel Pedro Freire de Carvalho (16 de abril de 1968)

Acervo particular de Carlos Alberto de Oliveira Déda

⁹⁶ A SECBANDA é uma Banda Musical de Marcha e de Concertos, criada em 07 de Setembro de 1976, pelo Decreto-Lei N° 14.548 de 04/05/94, Portaria N° GS 287/76 SEED de 06 de setembro de 1976. Disponível em: <<http://www.seed.se.gov.br/portais/secbanda/quemsomos.asp>> Acesso em: 13 ago. 2017.

⁹⁷ Art. 1º - É declarado feriado municipal o dia 16 de abril de 1968, data do 1º centenário de nascimento do Coronel Pedro Freire de Carvalho. Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito Municipal de Simão Dias, em 28 de março de 1968" (A SEMANA, 30.03.1963, p. 06).

Os Ginásios também costumavam participar de eventos culturais e esportivos promovidos pelos Clubes da Cidade, ou vezes, pelas próprias Instituições. As olimpíadas estudantis e jogos da primavera mobilizavam os alunos de tal forma, que ficaram marcadas na vida de seus ex-alunos. Diversas modalidades esportivas, como o futebol, voleibol e basquetebol, eram desenvolvidas, sendo que, tanto o Carvalho Neto como o Industrial, possuíam times de futebol oficiais. Inicialmente, as olimpíadas estudantis eram organizadas pelos próprios professores, depois foi tomando proporção em nível de municipalidade e com representações na capital do Estado. Entre as décadas de 1950 e 1960, foram criados Campeonatos Simão-dieneses de Pingue-pongue, realizados nos próprios Ginásios e no Caiçara Clube, com a participação, não só dos alunos, como também dos sócios do Centro Recreativo BNB. Além destas, eram corriqueiras acontecer durante os fins de semana, na própria sede dos Ginásios, atividades culturais diversas, sempre monitorados por instrutores das próprias escolas, tornando perceptível, a proximidade existente entre a Instituição e a comunidade.

Atualmente, a Escola Municipal Carvalho Neto é uma das maiores escolas da Rede Municipal de Simão Dias, com uma clientela diversificada e economicamente carente, alguns deles recebem acompanhamento especial do Conselho Tutelar ou frequentam a Instituição por determinação oficial da Procuradoria Pública da Comarca. Nela, é oferecido apenas o Ensino Infantil, as duas etapas do Ensino Fundamental todas as modalidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Entretanto, o Centro de Excelência Dr. Milton DORTAS (CEMD) tornou-se grande referência no Município, na Modalidade Normal de Ensino Médio, com reconhecimento no ranking nacional. Este novo padrão revigorado, adotado pela instituição pública estatal, possui caráter técnico, pontuado nos critérios de modernização, correspondendo ao conceito de nova gestão pública, que oportuniza diversas esferas da sociedade a ingressar no Ensino Superior. O CEMD implementou, desde 2018, o Programa Estadual de Ensino Integral Escola Educa Mais.





CAPÍTULO VII
LIRA SANT'ANA: ENTRE TAN-
TAS FILARMÔNICAS, RESISTE
A CENTENÁRIA FÊNIX SIMÃO-
DIENSE





Filarmônica Lira Sant'Ana – Data desconhecida.
Foto divulgação



A centenária Filarmônica Lira Sant'Ana de Simão Dias tem um histórico intenso de atribulações e recomeços, sobretudo, nas primeiras décadas após a sua fundação. Além dos conflitos e subdivisões de seus membros, ainda sofria com as intervenções políticas e as concorrências com outras bandas que também foram fundadas neste Município. A Lira Sant'Ana não foi a primeira a surgir aqui, mas foi a mais importante e de maior duração, tanto que, com sua imponência, ainda hoje atua durante as festividades da Excelsa Padroeira, em solenidades públicas e particulares, nas festas de Padroeiros do interior do Município ou em outras cidades e estados vizinhos. Neste apanhado histórico de nossas Filarmônicas, podemos reunir diversos artigos fragmentados de sua história, seus músicos e regentes, trazendo um epítome de informações de seus criadores, desde a pioneira Filarmônica do Maestro José Felipe de São Tiago, às demais aqui fundadas: Música de Bombinho, Música de Loyola, Filarmônica Ypiranga, Lira Santa Cecília, Lira Pinto ou Lira Sant'Ana, Os Paturis, a Lira Carlos Gomes e a Lira José Barreto.

De origem ignota, porém, previsível, a primeira Filarmônica surgiu em Simão Dias no início do terceiro quartel do século XIX. Aqui, as sociedades musicais sempre teve caráter civil, mas cumpriam determinadas funções tanto sociais como religiosas, vindo mais tarde a pender para as convergências políticas. Há citações no jornal A SEMANA sobre esta Filarmônica, atuante na recém-criada Vila de Senhora Sant'Ana, quando o cidadão José Felipe de São Tiago fundou sua pequena orquestra, procurando obter a simpatia da população. Natural de Itabaiana/SE, músico e político, José Felipe de São Tiago era casado inicialmente com D. Serafina Maria dos Anjos, e, após enviuar, casou-se, em 07 de outubro de 1845 com D. Umbelina Maria de Jesus, também falecida aos 50 anos de idade, em 20 de maio de 1880. Segundo crônica de Marius de Andrade, do A SEMANA, de 21 de maio de 1955, o Maestro talvez fosse descendente do sesmeiro Simão Dias Fontes. Na Câmara Municipal tomou acento mais de uma vez, sendo um dos primeiros a compor a Casa do Legislativo quando foi instalada, em 29 de abril de 1851, como consta na Ata da apuração oficial dos Vereadores eleitos da Vila de Senhora Sant'Ana, datada de 18 de junho de 1850. Também exerceu a função de Comissário Vacinador Municipal, exonerado no dia 12 de abril de 1879. Apenas uma ressalva: em algumas crônicas de Francino Silveira Déda, publicadas no jornal A SEMANA, o Maestro e político é chamado de João Felipe de São Tiago e não José Felipe, como aparece em diversas publicações do jornal CORREIO SERGIPENSE e documentos oficiais da época. Mas, claramente, trata-se da mesma pessoa.

A Filarmônica, por vezes, era contratada para as festas e cerimônias fúnebres. Um destes registros, é o funeral do Capitão Geraldo José de Carvalho, ocorrido em 01 de junho de 1851, filho do casal doador do patrimônio da Freguesia de Senhora Sant'Ana; o funeral de Antônio Silva Vieira, em 20 de abril de 1869, um abastado fazendeiro da Borda da Mata, da Vila de Simão Dias, que morreu com cem anos de idade, vítima de um carbúnculo; e o funeral de

D. Mariana Margarida de Jesus, ocorrido em 29 de setembro de 1871, ilustre senhora que residia na Praça da Matriz, mãe do Padre João Antônio Figueiredo Mattos, exímio Vigário da Freguesia de Campos, Tobias Barreto. Neste último cortejo fúnebre, ouviu-se os melódiosos acordes de um de seus clarinetistas e político, o Alferes Manoel Marques de Jesus. Para estes eventos, a Filarmônica do Maestro José Felipe de São Tiago era contratada pela quantia de 30\$000 Réis, e para as demais solenidades, por 80\$000 Réis. Apesar da existência dessa Filarmônica, em março de 1883, durante os Atos Litúrgicos da Semana Santa, na Matriz de Senhora Sant'Ana, reuniram-se os sacerdotes Cônego João Baptista de Carvalho Daltro e os Padres Vicente Valentim da Cunha e José Joaquim Ludovice, numa cerimônia solene e de culto a Santa Cruz, acompanhada por outra orquestra, regida pelo Maestro e professor João Belisário Junqueira, exímio tocador de rabeca, seu instrumento predileto, diretor do jornal SERGIPE e fiel do filantrópico Asilo Nossa Senhora da Pureza de Aracaju. Este era um dos amigos de Tobias Barreto de Menezes, companheiro de serenata nos tempos de Itabaiana.

Durante a regência do Maestro José Felipe de São Tiago, dentre seus músicos, podemos destacar Carlos José Lino de Menezes, Alexandre Moreira dos Santos e Justino José de Andrade. No jornal A REFORMA, de 17 de julho de 1887, aparecem também os nomes dos artistas Benício Gonçalves de Carvalho, José Alves Pereira Dias, João dos Santos Pereira, Balbino de Motta Nunes, Honório José de Barros e Carlos José de Oliveira, ambos subscritos num abaixo-assinado, datado de 15 de março de 1887, onde grupos conservadores manifestaram-se a favor do Juiz de Direito Dr. Catão Guerreiro de Castro.

José Felipe de São Tiago faleceu em Simão Dias no último quartel do século XIX e deixou sua banda sob a batuta de seu filho Benício Gonçalves de Carvalho, que, em comemoração ao dia 13 de maio de 1888, saiu pelas ruas da Vila de Senhora Sant'Ana, tocando e anunciando a libertação dos escravos. O neo-regente casou-se em 26 de abril de 1883 com Hermenegilda Carlos da Motta, que falecera aos 23 anos de idade, em 27 de abril de 1890. O casal eram os pais de Judith da Motta Carvalho (1884-1920), primeira esposa do Major Antônio Alexandrino Filho. Dos músicos que tocavam sob sua regência, estavam os irmãos Pedro da Silveira Sobrinho (Pedro Laranjeiras) e Domingos da Silveira Sobrinho (Domingos Laranjeiras), que viviam na Ponte das Laranjeiras a mais de uma légua da Vila de Simão Dias, e vinham a pé todas as noites aprender o ofício de músico com o referido professor. Após a morte de Benício Gonçalves de Carvalho, Luiz José da Silva assumiu a direção da Filarmônica até fixar residência em Vitória/ES, onde se tornou maestro renomado. Aqui, ele foi substituído por Abdias Profeta Ribeiro, último regente desta Banda, já que ela acabou depois de sua morte, no final do século XIX.

A segunda Filarmônica a surgir na Vila de Senhora Sant'Ana, sem nome oficial, era popularmente conhecida como Música de Bombinho, denominação popular derivada do nome do seu Maestro Tenente Manoel Pedro das Dores Bombinho. Esta Banda foi fundada pelo Alferes, comerciante, padeiro, latoeiro e rábula Ezequiel Profeta do Nascimento, nascido em 1851 na Freguesia do Bom Conselho, atual Cícero Dantas/BA, filho de Manoel Soares do Nascimento e Joana Baptista de Jesus. Quando veio para Simão Dias se fixou as margens do Caiçá e aqui se tornou líder político dos Liberais. Casou-se na Matriz de Senhora Sant'Ana com Belarmina Maria do Amor Divino, em 01 de setembro de 1873, com quem viveu 08 anos, quando ela falecera por complicações no parto, em 14 de novembro de 1880. Em 21 de novembro de 1882 casou-se novamente com Mirena Satyra de San Tiago. Em 01

de dezembro de 1889, Ezequiel Propheta do Nascimento foi eleito vice-presidente do Clube Republicano Silvio Romero, fundado pelo grupo aliado do Capitão Sebastião da Fonseca Andrade, que naquela ocasião foi eleito presidente do referido Clube. Tanto Ezequiel Propheta como Bombinho, consecutivamente, foram nomeados Delegado e Suplente de Delegado de Polícia da Vila de Simão Dias, por Ato do Presidente da Província em 13 de julho de 1889. O primeiro já havia sido nomeado Tenente da 5ª Companhia do Batalhão de Polícia da Simão Dias, em 26 de março de 1881.

Arrogante e encenqueiro, chegou a responder por um crime de responsabilidade, quando em 19 de abril de 1879, entrou arbitrariamente na Fazenda Quimgimbe do Tenente-Coronel Francisco Antônio de Loyola. Durante a invasão, o Alferes obrigou os escravos a abrirem as portas, sendo que, dias antes, no dia 05 de abril, havia prendido o inocente Felipe Nery da Cruz, mantendo-o num tronco por mais de 24 horas consecutivas. Suas ações fez o Governo Provincial intervir no caso, forçando o dito Alferes a assinar um termo de bem viver, em 13 de fevereiro de 1890, sob as ordens do Delegado de Polícia Tenente-Coronel Antônio Manuel de Carvalho. Dr. Heráclito Diniz Gonçalves dizia que Ezequiel Propheta era líder de uma malta de assassinos em dezembro de 1889. Aguerrido e ousado, suas arbitrariedades não parou por aí: Insultou o Padre José Joaquim Ludovice na própria Igreja Matriz de Senhora Sant'Ana, durante o sermão, e diante de todos os fiéis (1891); Coordenou um grupo de cacundeiros para atacar o próprio Quartel da Força Pública da Cidade (1891). Insultou publicamente Frei João Evangelista de Monte Marciano, quando este pregava uma Santa Missão na Vila do Coité (Paripiranga/BA) (1892); Atacou com palavras libertinas o Padre Dr. João de Mattos Freire de Carvalho, quando ele celebrava o segundo casamento do sogro Capitão Manoel Pedro da Silva, em 02 de fevereiro de 1893; Atentou contra a vida de Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho, em 01 de maio de 1893, quando invadiu armado com uma faca de ponta a farmácia do médico, onde ficava o lactário. Só não o matou por ter sido atrapalhado pelo negociante itabaianense Belmiro da Silveira Góis, o professor Delmiro José de Oliveira e Caetano José Pereira do Espírito Santo. A razão dessa desvairada ação teria sido porque o médico havia ajudado na captura de Manoel José de Santana ou Manoel do Portão, seu amigo particular, que teria agredido seu irmão, o Capitão José Joaquim de Carvalho, popularmente conhecido como Capitão Zezé, residente no Coité. Ele já havia dito ao amigo José Antônio da Rocha, em 30 de abril daquele ano, que havia de pôr abaixo as tripas de Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho. Esse foi o último de seus desmandos, que culminou num processo por tentativa de homicídio. O Juiz de Direito de Itabaiana Dr. João da Silva Melo, Comarca de quem Simão Dias era Termo, acabou absolvendo o réu, em 10 de julho de 1893. Depois disso, o Alferes Ezequiel Propheta do Nascimento mudou-se para Matas de São João, no Estado da Bahia, onde falecera (A SEMANA, 04.10.1958, p. 01).

Quanto ao musicista e maestro Tenente Manoel Pedro das Dores Bombinho, era natural de Propriá/SE, mestre da música e tocador de requinta, advogado provisionado e ourives, este último ofício aprendeu em sua cidade natal. Era filho de Luiz Gonzaga das Dores e Ana Rita de Jesus Dores. Sozinho começou a estudar parágrafos e artigos do código penal até se tornar advogado rábula. Sua aptidão para a política surgiu quando vivia em Cícero Dantas/BA, onde chegou a assumir o cargo de Delegado de Polícia. Na cidade baiana também casou com Joaquina Maria das Dores, com quem teve grande parte de seus filhos, muitos deles nascidos em Simão Dias. Quando ficou viúvo no início do século XX, casou-se em 04

de abril de 1904, na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, com Euthalia Rosentina de Bittencourt, filha natural de Maria Bertholda do Amor Divino. Uma de suas filhas, Ana das Dores Bombinho casou também na cidade vizinha, em 21 de fevereiro de 1903, com Altamirano de Carvalho, viúvo de Ormina Francisca de Carvalho. Durante o período que viveu neste Termo, exerceu o cargo de Escrivão de Paz, Delegado de Polícia, comerciante, além de tomar assento na Câmara Municipal de Simão Dias, durante o biênio 1898 e 1899, ano posterior a sua cruzada na Guerra de Canudos, quando chegou a participar como tropeiro da IV Expedição combatentes daquele Arraial, por ser exímio conhecedor da região do sertão da Bahia. Esta experiência resultou na produção da obra poética *Canudos, História em Versos*, uma raridade com 5.984 versos, baseada em tudo que viu e anotou no decorrer da guerra.



Manoel Pedro das Dores Bombinho, com sua esposa Euthalia Rosentina de Bittencourt e duas filhas.
Acervo particular de Pawlo Cidade, bisneto do biografado

O Maestro Bombinho vivia em constantes conflitos com o fundador da banda Ezequiel Profeta, resultando na divisão do grupo, já que, indiretamente, suas contendas dividiam opiniões entre os seus músicos. Com a divisão da Filarmônica Música de Bombinho, a pequena parcela dos músicos, que se mantinham fiéis ao seu fundador, acabou ficando sem o maestro e seu mantenedor. Assim, o Tenente-Coronel Francisco Antônio de Loyola tomou para si a responsabilidade de formar uma nova bandinha e mantê-la sob suas expensas, reunindo os músicos restantes da antiga Filarmônica e alguns novos integrantes, e montou uma nova banda, que foi apelidada pelos simãodienses de Música do Loyola. Vale ressaltar que o Tenente-Coronel Francisco Antônio de Loyola era ligado ao Partido Conservador e adversário político declarado de Manuel Pedro das Dores Bombinho, que era do grupo dos Liberais. Enquanto o Maestro Bombinho regia sozinho sua banda, a Filarmônica Música de Loyola tinha como regente Leôncio Uchoa de Loyola, filho de seu fundador. Assim, estabeleceram-se a animosidade entre as duas Filarmônicas: Música de Bombinho versus Música de Loyola, como afirma DEDA. Após inúmeras discussões, prisões, correrias e enfrentamentos entre as duas Filarmônicas, acabaram acarretando uma série de problemas internos das bandas, levando-as a uma possível falência. Outro fator crucial que contribuiu com a extinção da Filarmônica Música de Bombinho foi o fatídico evento ocorrido no Fórum de Simão Dias, envolvendo o maestro, escrivão e Tenente Bombinho e o Procurador da Cobrança do Fórum, José Leopoldino da Silveira (Zé Collête), em 19 de janeiro de 1891. Quando o Tenente Bombinho chegou no Fórum para uma audiência, pediu para o rábula Raphael Archanjo Montalvão chamá-lo no interior do Tribunal, onde estava em companhia do Juiz de Direito Dr. Heráclito Diniz Gonçalves, do Promotor Público Joaquim Martins Fontes da Silva e de alguns populares. Na frente do Fórum iniciaram uma ligeira discussão sobre a entrega de certos documentos e Bombinho agride brutalmente seu oponente com um soco

no estômago, criando um alvoroço. Na confusão Dr. Heráclito Diniz Gonçalves sofreu uma síncope passageira, enquanto os dois foram apartados. Zé Collête, que era cardíaco, entra para o interior do Fórum e cai, sendo socorrido por populares que o põe sobre a mesa já morto. Bombinho ficou detido por quatro meses na Cadeia Pública de Simão Dias e após seu julgamento foi absolvido pelo Júri. José Leopoldino da Silveira exerceu diversos cargos na Justiça em Simão Dias, desde Oficial de Justiça a Procurador da Cobrança do Fórum e Advogado provisionado. Era filho de Marcolino Cândido da Silveira e Carolina Eulália de Jesus, nascido em 1851 e batizado nesta Freguesia em 04 de janeiro de 1854, era afilhado de Manoel Ferreira Carlos e Bernadina de Sena Siqueira. Casou-se com Belmira Baptista da Silveira, em 28 de maio de 1870, com quem adotou como filha, a eminente professora Octaviana Odília da Silveira. Na certidão de óbito da Paróquia, José Leopoldino da Silveira morreu vítima de pancada. Sua esposa D. Belmira Baptista da Silveira morreu aos 84 anos de idade, no dia 09 de julho de 1937.

Após o fatídico acontecimento que levou à morte José Leopoldino da Silveira, o Tenente Bombinho foi preso e solto em apenas quatro meses, depois de ser julgado e absolvido pelo Júri Popular. Após a sua soltura, passou a residir na cidade de Paripiranga/BA, dispensando seus músicos e encaixotando os seus instrumentos, mas não desapareceu totalmente do cenário político deste município, como podemos lembrar da invasão da sede do Conselho Municipal de Simão Dias, em 28 de novembro de 1910, sob o comando de seu maior aliado político Cel. Sebastião da Fonseca Andrade. Aqui, a Música de Loyola permaneceu por mais um tempo e depois acabou. Em Paripiranga, o Tenente Bombinho fundou e regeu uma nova Filarmônica e reassumiu sua função de advogado provisionado. No entanto, depois de alguns anos, retirou-se para Mata de São João/BA, depois Canavieiras, na Foz do Rio Pardo, e, por fim, a cidade de Ilhéus, onde faleceu, aos 87 anos de idade, no dia 06 de maio de 1945, deixando filhos e netos dos dois casamentos. Há indícios de que, com a morte do Coronel Francisco Antônio de Loyola, em 10 de janeiro de 1890, seu filho Leôncio Uchoa de Loyola mudou-se para Estância/SE, no entanto, grande parte dos seus filhos e sua esposa Lucinda Votta Loyola, nasceram em Jaboticabal/SP, onde ele falecera em 17 de abril de 1954. Quanto a regência da banda ficou sob a responsabilidade do músico Manoel Sabino, que dirigiu um pequeno grupo de aprendizes por pouco tempo. Destes aprendizes se revelaram grandes talentos de músicos, como José Amarante de Carvalho, Júlio Brandão e João Simões. Este último se tornou um notável maestro em Vitória/ES.

Em 04 de maio de 1897, sob o comando do General Claudio do Amaral Savaget, chegaram nesta cidade às tropas que compunha a IV Expedição combatente do Arraial de Canudos. Entre as três Brigadas aquarteladas no alto do Bomfim, atual Praça Lucila Macedo Déda, havia um grupo de oficiais músicos, que juntos formavam a Filarmônica Banda 31 de Bagé, de caráter unicamente militar. Atraídos pela Banda de oficiais que executavam suas marchinhas militares, muitos de nossos músicos nostálgicos recordavam os tempos áuricos das Filarmônicas locais, que mesmo envolto de conflitos e agitações, teve sua importância para a cultura de nossa antiga Vila. Vale ressaltar que nossos músicos eram formados em sua maioria de pequenos funcionários, pedreiros, marceneiros, sapateiros, alfaiates, pessoas oriundas das classes populares, que viam na Filarmônica uma nova forma de ganhar alguns vencimentos extras. Na ocasião, o Comando de Oficiais das Brigadas pediram para que o Padre José Joaquim Luduvice celebrasse uma Santa Missa de envio, e nesta celebração, seus músicos deveriam tocar

peças sacras, conforme dita os ritos canônicos, mas muito deles não conheciam. Assim, providenciaram de imediato alguns artistas de Simão Dias, antigos membros das Filarmônicas local, que conheciam estas composições, entre eles, Adolpho Sant'Anna, Érico Erotides de Loyola e o cantor sacro Capitão Licínio José Barbosa Guimarães. Este último era oriundo da cidade de Estância, que veio morar em Simão Dias com sua esposa D. Amélia Miranda Lima Guimarães, professora que regeu a cadeira do sexo feminino em 1907, em substituição a jubilada mestra D. Filenilla Brandão. Aqui, o Capitão Licínio, junto com outros irmãos da Igreja Presbiteriana, realizaram os primeiros cultos e instalaram o primeiro salão de cultos evangélicos da Cidade. D. Amélia Guimarães morreu em 28 de janeiro de 1912, com 36 anos completos de Magistério. Seu corpo foi sepultado na área interditada do Cemitério da Piedade de Estância, destinada apenas aos protestantes. Nas segunda núpcias Capitão Licínio Guimarães casou-se com Emiliana Oliveira Guimarães, filha de Cyriaco de Oliveira e Antônia de Oliveira. Ele morreu no dia 30 de agosto de 1919. Assim sendo, sob a influência da Banda 31 de Bagé e com o incitamento de parte dos integrantes das antigas Filarmônicas, o comerciante José Pinto resolveu patrocinar a nova Banda sinfônica de Simão Dias, congregando os músicos das últimas Filarmônicas, incluindo os instrumentos encaixotados da antiga Música de Bombinho.

Nos diversos documentos, periódicos e obras que conta a história de Simão Dias, nada foi encontrado sobre a existência de uma outra Filarmônica neste município, no período pós falência das bandas Música de Bombinho e Música de Loyola, pelo menos até o início do século XX. No entanto, em algumas publicações do jornal A NOTÍCIA, de Aracaju, o nome da banda Philarmônica Ypiranga surge com assiduidade nos constantes eventos políticos e sociais da cidade, a exemplo das comemorações pela queda do Arraial de Canudos, nos festins literários e na inauguração do Açude do Tanque Novo. Durante a inauguração do Engenho Santa Rosa, em 11 de outubro de 1897, após a Missa presidida pelo Padre Dr. João de Mattos Freire de Carvalho e o almoço oferecido pelo proprietário Cel. Sebastião da Fonseca Andrade, chegou à notícia da total destruição de Canudos. Já de noite, as pessoas percorreram as principais ruas da cidade acompanhados pela Philarmônica Ypiranga, que executaram trechos em regozijo pelo triunfo da guerra. Esta mesma Filarmônica também participou, na ocasião, dos festins literários organizados pelos professores Leão Magno Ramos, D. Maria Jardelina de Oliveira, D. Maria Rosa da Glória Bastos e D. Leonor Franca de Carvalho, além da inauguração do Açude do Tanque Novo, este último ocorrido em 05 de dezembro de 1897. O jornal A NOTÍCIA não especifica a origem desta Filarmônica, somente que ela foi contratada, por diversas vezes, pela Intendência Municipal ou por particulares logo após a passagem da Banda 31 de Bagé. Para alguns pesquisadores, como Jorge Barreto Mattos, a Philarmônica Ypiranga foi fundada pelo comerciante José Pinto, que havia sido fundada no final do século XIX. Podíamos supor que seria a mesma Lyra Pinto, usando outro nome, quiçá, outra Filarmônica recém-criada na cidade, mas que não floresceu. A aludida Lyra Pinto, fundada em 06 de abril de 1900, contratou como o seu regente, o Maestro Manoel Antônio do Nascimento, mais conhecido como Manoel Saboeiro, natural da cidade de Tucano/BA, irmão de Olympio Synfrônio do Nascimento e Eustáquio do Nascimento, que também migraram para esta cidade e tornaram-se mestres da arte musical. Manoel Saboeiro era casado com Philenila Alves do Nascimento, que faleceu aos 64 anos de idade, em 02 de outubro de 1934. Ele era sócio de seu irmão, o mestre e Capitão Olympio Synfrônio do Nascimento, numa fábrica de fogos. Em 1920, sua fábrica Povir foi transferida para a antiga rua da Lama, e, posteriormente, para Estância/SE, como publicou o jornal O PALADINO, de Paripiranga, em 27 de agosto de 1922.

José Pinto, fundador da Philarmônica Ypiranga e Lyra Pinto, era filho natural de D. Maria Vicência de Jesus e de pai desconhecido. Nasceu pobre, mas trabalhou como almocreve e como pequeno negociante de molhados, até acumular uma pequena fortuna, tornando-se proprietário da fábrica de sabão Pinto & Cia, desta cidade. Era intransigente quanto às ideologias políticas do Partido Republicano, a quem prestou relevantes serviços no início do governo de Monsenhor Olímpio de Souza Campos (1853-1906). José Pinto viveu um pouco mais de 22 anos com Emiliania de Oliveira, mãe de sua única filha, a menor chamada Rita, a quem reconheceu como legítima por meio da Certidão de Nascimento e do Testamento. Este Testamento, que a nomeava como sua principal herdeira, foi elaborado durante o período em que José Pinto estava gravemente doente, sendo todo texto ditado por ele e preparado por seu cunhado Antônio Raphael de Oliveira, que era também padrinho e tutor de sua filha. Sua companheira o serviu durante o seu tratamento com Dr. Antônio Militão de Bragança (1860-1849), na cidade de Laranjeiras/SE, depois nas águas termais de Cipó, no estado da Bahia, 22 léguas de distância de Simão Dias. Sua morte prematura ocorreu nesta cidade, aos 45 anos de idade, na casa de sua irmã Antônia, em companhia de sua mãe e de seus parentes, no dia 27 de fevereiro de 1910. Sua mãe D. Maria Vicência de Jesus, por meio de seu procurador Major José Antônio de Lemos, protestou contra a divisão de bens do espólio do falecido, acusando Emiliania de Oliveira e Firmo de Oliveira Rocha, companheira e cunhado de seu filho, de se apoderar de grande parte de seus bens, quando ele já estava com sua saúde debilitada. Da outra parte, Emiliania de Oliveira acusava D. Maria Vicência de Jesus de mãe desnaturada, que em vida nunca questionou a paternidade de sua neta, mas por questão da herança, rebate a última vontade do falecido, que deixou apenas a terça parte de seus bens para a filha. Os protestos e contraprotestos pela disputa dos bens do comerciante José Pinto foram publicados em diversos jornais da capital, porém, sem a implicação final do processo.

Retomando a história da Filarmônica Lyra Pinto, esta passou a ser contratada para diversos eventos na cidade, contudo, o momento mais marcante foi durante a Festa de Senhora Sant'Ana, quando foi contratada para fazer sua estreia durante os novenários e o encerramento. Naquele dia, quando o Pároco Padre José Marinho Duarte apresentou a nova Filarmônica à cidade, o mesmo sugeriu a mudança de seu nome e a rebatizou de Lyra Sant'Ana. Segundo o jornal A LUCTA, de 05 de abril de 1936, a Lira Sant'Ana foi fundada em 06 de abril de 1900. A Filarmônica era popular e muito requisitada para tocar em eventos distintos. Além das festas na Igreja Matriz de Senhora Sant'Ana, aos domingos fazia retretas, com frequência, em diversas comemorações, inclusive quebra-potes e pau-de-sebo. Devido a isso foi apelidada por populares de Lambe-Tudo. Além de seu Maestro Manoel Antônio do Nascimento, o grupo era composto pelo Capitão Olympio Synfrônio do Nascimento (Pistom), Eustáquio do Nascimento (Contrabaixo), Lucio Alves de Sant'Anna (Clarineta), João dos Santos Pereira, o pé-de-boi da Lyra (Contrabaixo), Pedro da Silveira Sobrinho, o popular Pedro Laranjeiras (Baixo), seu irmão Domingos Silveira Sobrinho e Adolpho Sant'Anna. Anos mais tarde, Jerônimo Santa Bárbara, futuro regente da Lira Sant'Ana entra como aprendiz e torna-se tocador de requinta. Além destes, tinha José Propheta da Silveira ou Zeca Laranjeiras, que tornou um exímio professor de música; Agripino Prediliano da Costa (Pratos), Zeca Macedo (Trombone), João Cabrito (Trompa), Cândido Pindaíba (Clarineta), João Evangelista da Silva, José Salles Costa, Ismael Santos, além de João Alves de Sant'Anna e Miguel Alves de Sant'Anna, que eram filhos de Lúcio, o clarinetista.



Uma das mais antigas fotografias da Lira Sant'Ana na segunda década de existência. Em destaque o mestre Lúcio Alves de Sant'Anna (primeiro à sua direita) e Jerônimo Santa Bárbara, à esquerda do estandarte da Filarmônica.

Acervo particular de Luiz Santa Bárbara

1

por desentendimentos. O grupo se subdividiu e o Maestro Manoel Antônio do Nascimento fundou outra banda, deixando Lúcio Alves de Sant'Anna como regente da Lira. A nova Filarmônica foi denominada de Lira Santa Cecília, nome derivado da Santa padroeira dos músicos e das músicas sacras, que foi martirizada entre o ano de 176 a 180, em Roma, durante o império de Marco Aurélio. Com isso as duas Filarmônicas iniciaram uma espécie de concorrência excedida, culminando numa série de brigas, cacetadas, troca tiros, além de arremesso de instrumentos. A Lira Santa Cecília deram-lhe o codinome Cacumbi, pois durante sua estreia nas festividades de julho, por azar, não era eleita para tocar no momento ápice da Festa de Senhora Sant'Ana, restando-lhe, apenas, o contrato para acompanhar a procissão do grupo folclórico Cacumbi, que saía pelas ruas da cidade horas antes da solene procissão. A competitividade era comum entre as bandas no decorrer dos novenários. O maior realce era na entrega do ramo oferecido pelo mordomo, que ao chegar na igreja, colocava no altar, e no final da novena, ia pegá-lo e levava-o em procissão para a casa do sucessor, que repetia este gesto no dia seguinte. O cortejo seguia composto por duas alas formadas por senhorinhas segurando velas enfeitadas. A multidão seguia iluminada pelos clarões das espadas e das bengalixes multicolores. As bandas contratadas pelos mordomos davam o melhor de si, e de acordo com os dobrados tocados por uma, no dia seguinte, a outra tentava vencer a rival. Neste reboiço havia gente que vibrava, ovacionava e torcia pela Filarmônica de sua simpatia. A massa popular dizia que a discórdia entre as duas Liras era motivada também pela dualidade política-ideológica da época: a Lira Sant'Ana pertencia à facção política do Barão de Santa Rosa e a Lira Santa Cecília, ao grupo político do Cel. Pedro Freire

de Carvalho, um de seus principais fundadores. Segundo crônica do A SEMANA, numa das brigas entre as Filarmônicas ocorrida na casa do Major Lôla, sita a antiga Rua do Coité, **“o pau falou e os instrumentos calaram-se, e na contenda entre cacetes e murros surgiu um tiro nas sombras, que feriu o Maestro Manoel Saboeiro. A maioria dos músicos receberam cacetadas, somente se salvaram os que deram o fora, antes da onça beber água”** (26.05.1956, p. 04).

O Estandarte da Lira Sant’Ana foi resultado de uma campanha liderada pelos jovens Raphael Archanjo Montalvão Filho e João Evangelista da Silva, que fizeram entre os admiradores da Filarmônica. Confeccionado no Estado da Bahia, o Estandarte foi entregue a Lira no dia 10 de novembro de 1916, na residência do Cel. Raphael Archanjo Montalvão, onde reuniram-se todos os seus doadores para entregar o rico presente a corporação, que foi levado por gentil senhorita pelas ruas da cidade, seguida pela Filarmônica que tocavam seu repertório, até sua sede. No momento da entrega, Emílio Rocha representou os demais admiradores, entregando-a ao Maestro Lúcio Alves de Sant’Anna, em nome de seus adeptos. Em nome da Lira Sant’Ana, José Palmeira da Silva agradeceu a todos presentes, e, em seguida, para finalizar a noite, foi promovido um grande baile. A comissão iniciou a campanha em 06 de fevereiro de 1916, com um leilão organizado por um grupo de senhoritas, dentre as quais destacamos: Dalva Prata, Lourdes Figueiredo, Antonieta Amarinho, Eutímia Montalvão, Zulmira Montalvão, Anita Carvalho Andrade, Marietta Montalvão Mattos, entre tantas outras.

Ainda na primeira década do século XX, as duas Filarmônicas entraram em crise e ficaram mais uma temporada sem reunir os seus músicos e sem fazer qualquer tipo de apresentação. Inclusive, na Festa de inauguração da nova Matriz, em 06 de janeiro de 1910, a solenidade foi animada pela tradicional Lyra Carlos Gomes, da cidade de Estância/SE. Na ocasião, Manoel Antônio do Nascimento (Manoel Saboeiro) foi o artista que preparou o show de fogos pirotécnicos. A Lira Santa Cecília passou a ser contratada para animar diversos eventos no ano seguinte. No carnaval ocorrido entre os dias 26, 27 e 28 de fevereiro de 1911, onde desfilaram pelas ruas os Clubes Filhos de Vênus, Arranca, Filhos de Bacco e o grupo Zé Pereira, a Banda Musical Santa Cecília foi a responsável pela alvorada de frente à casa do Major Antônio Alexandrino Filho, percorrendo, em seguida, pelas principais ruas da cidade, tocando belíssimos dobrados e convocando os foliões. Ao meio dia, os clarins fantasiados e montados a cavalos, anunciavam, nos pontos principais da cidade, o Club Filhos de Vênus, o próximo a sair. As duas horas se aglomeravam uma multidão de foliões em frente ao Clube, onde, às três horas da tarde, saiu a interessante e encantadora “deusa” vênus, assentada no acolchoado de seu carro, trazendo o estandarte, em cujo fundo de pelúcia azul, via-se bordado a ouro uma estrela e as cores verde e vermelha da agremiação. O artista responsável por toda ornamentação do carro alegórico era José Marques do Prado.

“(…) Sobre um grande estrado, cercado de altas columnas auri-brancas, a sege divinal tendo como um docel uma grande confeccionada concha entretecida de largas pétalas de rozaspuchada por dois gabozoscysnes. A sua frente encimando uma alta columna via-se uma lua em quarto minguante, ladeada por duas estrellas que surgiam do alto de duas outras, de menor altura. Na parte posterior, três columnas também se erguiam, majestosas e belas. No ápice da do centro, mais alta que todas, o sol,

aurifulgente e meigo, com um movimento giratório que produziu maravilhoso efeito representando a aurora carnavalesca, (...)” (DIÁRIO DA MANHÃ, 29.03.1911, p. 02).

O Vice-Presidente Antônio Alexandrino Filho, acompanhado pela Filarmônica Lira Santa Cecília, fez a última revista do carro, e, em seguida, pôs-se em ordem de marcha. Uma guarda de honra formada de doze foliões, fantasiados e montados em seus cavalos, bem aparelhados, seguiam o desfile ao lado do carro. Em frente, cavalgava o arauto em direção a casa do Presidente, o Comendador Sebastião da Fonseca Andrade, onde lhe foi entregue um ramallete de flores e ouviu-se o discurso do bacharelando Virgínio Sant’Anna. Dali seguiram pelas ruas até o crepúsculo. À noite, desfilaram em passeatas um grande número de famílias, que se divertiam em renhido combate de confetes, serpentina e lança perfume, entre vivas e palmas, acompanhados das notas melódicas da Lira Santa Cecília e a luz de lanternas e fogos de bengalas. Nos dias seguintes desfilaram os foliões do Zé Pereira, os clubes Arranca e Filhos de Bacco. A Lira Santa Cecília fechou com chave de ouro, tocando o baile de carnaval nos vastos e luxuosos salões do palacete do Major Lourenço da Silva Vieira. As comemorações se repetiram no dia 05 de março, durante o aniversário do Comendador Sebastião da Fonseca Andrade, que era presidente do clube Filho de Vênus. Acompanhados pela Filarmônica Lira Santa Cecília, os foliões desfilaram até o Engenho Santa Rosa, onde, na entrada da Fazenda, formaram duas alas de digníssimas senhoras, e, ao centro, levavam o belo estandarte do clube.

Em 16 de abril de 1914 foi organizada a festa de aniversário do Cel. Pedro Freire de Carvalho na sua Fazenda Mercador, onde na tarde daquele dia, a Lira Santa Cecília saiu pelas ruas da cidade erguendo seu rico estandarte, acompanhados por um grande número de pessoas que se aglomeraram frente à casa de João Barreto de Andrade. Durante o percurso de 3 km para a Fazenda, houve o encontro da referida Lira com a Filarmônica da vizinha cidade de Paripiranga/BA, que se misturavam aos aplausos vibrantes da multidão que as seguiam. No elenco estavam o Maestro Manoel Antônio do Nascimento e seus irmãos, o Juca de Anfrísia (Bombo), José Lourenço de Carvalho, popularmente conhecido por Seu Nonô (Saxofone), o Capitão Licínio Guimarães, e outros.

Em 07 de maio de 1916, foi inaugurada a sede da Lira Santa Cecília, uma solenidade organizada pela comissão formada por João Barreto de Andrade, Firmo Barreto de Andrade e Alcino de Matos Hora. O prédio foi oferecido pelo Cel. Pedro Freire de Carvalho, um de seus principais mecenas. Logo, na madrugada, a Filarmônica tocou a alvorada em frente à sede, onde executou diversas peças de seu repertório. No ápice da cerimônia, marcada para às 20:00 horas, o Cel. Pedro Freire entrou no prédio, acompanhado por um grande número de amigos e aliados políticos, ao som do Hino Sergipano, executado pela banda. O Juiz de Direito Dr. Pedro Barreto de Andrade, discursou em nome da Filarmônica, enquanto que, o Bacharel Dr. Gervásio de Carvalho Prata falou representando o patrono. Após o final da solenidade, um saxofone rompeu os primeiros prelúdios de uma valsa, dando início ao baile.

Apesar das rivalidades de ambas as Filarmônicas, em 11 de novembro de 1917, para espaiar as agruras da guerra, a população dividia-se entre as ruas General Siqueira e Coronel Loyola, para assistir o vasto repertório das Liras Sant’Ana e Santa Cecília. Em 07 de

abril de 1918, o salão da Lira Santa Cecília se abriram para o artista e intérprete conhecido por senhor Zazá, que em prol da construção da Casa de Caridade ou Hospital Bom Jesus, cantou diversas canções nacionais e internacionais acompanhado pela Filarmônica Lira Sant'Ana. Entre as canções interpretadas pelo artista, destacamos *Oh, meu Brasil*, *Aí bole, bole*, *Meu Periquito* e a *Michaela*, canção que fechou o espetáculo. No segundo espetáculo, estrelado na semana seguinte, Zazá apresentou a peça cômica *Angu baiano*, onde foi magistralmente aplaudido por toda a plateia. O jovem artista usa de sua criatividade, cantando com perfeito conhecimento da sua divina arte, doçura e melifluidade, interpretando gestos travestis, apesar de não conseguir manter a todo momento a nota na voz feminina, fazendo cair, em pouco tempo, o seu natural masculino. Numa tentativa de auxiliar a Lira Santa Cecília, em 22 de setembro de 1918, foi realizado um leilão para arrecadar recursos e manter a Filarmônica. A banda ainda se apresentou no ato solene de 24 de outubro (Emancipação Política de Sergipe), tocando a alvorada junto com a Lira Sant'Ana, por entre o espocar de bombas.

Em 1919 foi noticiada no jornal A LUCTA apenas duas últimas aparições da Lira Santa Cecília: Durante as boas vindas do farmacêutico Marcos Ferreira de Jesus, em janeiro deste ano, houve uma retreta em frente da residência de Antônio Rodrigues Oliveira, após desfilar pelas principais ruas da cidade, tocando diversos dobrados. A segunda menção foi durante o féretro do pequeno Antônio, filho do mesmo Antônio Rodrigues Oliveira, no dia 24 de março de 1919. Por fim, por iniciativa de Paulo José de Almeida, secretário da Lira Santa Cecília, da diretoria e dos demais membros, em dezembro de 1920, ambos decidiram doar os instrumentos e a mobília da extinta Filarmônica para o Hospital Bom Jesus. O músico Elpídio de Oliveira Vasconcelos, último maestro da Lira Santa Cecília, em 30 de setembro de 1919, havia transferido definitivamente sua residência para a cidade de Estância/SE. Elpídio era alfaiate e sua tenda estava localizada na antiga loja A Simãodiense, cita a Avenida Coronel Loyola. O jornal O PALADINO, de 07 de agosto de 1921, trata da inexistência da Lira Santa Cecília e dos esforços dos Maestros João dos Santos Pereira e José Profeta da Silveira para manter ativa a Filarmônica Lira Sant'Ana, que estava enfrentado uma crise.

O jornal A LUCTA publica a notícia da morte de Manoel Antônio do Nascimento (Manoel Saboeiro) ocorrida em 29 de agosto de 1917, aos 43 anos de idade. Segundo a nota, Manoel Saboeiro vivia na Rua General Siqueira, e devido sua competência e maestria na arte da música, seu nome era conhecido dentro e fora do estado. Os músicos da Filarmônica Lira Santa Cecília acompanharam o féretro trazendo consigo um distintivo de luto. Além dos irmãos Saboeiro, Sérgio Francisco Brandão também se destacou na extinta Filarmônica. Natural de Simão Dias, nascido em 09 de setembro de 1870, o músico era filho de Joaquim Francisco Brandão e Maria Manoela de Jesus. Era casado com Maria Ribeiro Brandão, falecida em 12 de agosto de 1912, vítima de tísica pulmonar. Ele faleceu aos 49 anos de idade, no dia 24 de novembro de 1919.

Entre os anos de 1915 e 1916, havia surgido na cidade uma banda infantil, fundada pelo comerciante Quinto Monte Santo, registrada como Os Paturis. As crianças tinham idade de 08 a 10 anos e seus instrumentos eram fabricados de barro com bocal metálico, tendo um dispositivo de seda que imitava um instrumento de verdade. Quinto Monte Santo, da classe tipográfica e artista de mérito, era proprietário da Tipografia Monte Santo. Liderou a cam-

panha contra a mudança do nome Anápolis fundando em 1912 o semanário O SIMÃODI-ENSE, do qual era proprietário, além do periódico O MUNICÍPIO, que circulou, posteriormente, na cidade de Laranjeiras/SE. Era casado com Marietta Montalvão Monte Santo, que morreu vítima da influenza espanhola, em 19 de novembro de 1918, deixando órfãos seus três filhos ainda pequenos: Pedro, Astrolábio e Marietta Monte Santo. Quinto Monte Santo morreu prematuramente, em 20 de abril de 1920. Alguns músicos de renome nacional e internacional iniciou sua carreira artística na Banda Os Paturis: Gabriel Santos ou Gabriel Barulho, como era conhecido, tornou-se músico da orquestra da Alemanha; José Cruz (Zica) tornou-se clarinetista de Fanfarras, em Vitória/ES; O Tenente Hypólito dos Santos Pereira (Jessé), filho do contrabaixista João dos Santos Pereira, foi integrante da Banda do 19 BC de Salvador/BA; e Abdênago de Oliveira Menezes (Bedóia), se tornou Maestro da Filarmônica da cidade de Lagarto.

O Maestro José Profeta da Silveira, o Zeca Laranjeiras, que regeu o coro da Igreja Matriz durante o paroquiado do Cônego Philadelpho Macedo, também fundou um conjunto musical formado por várias senhoritas da sociedade simãodiense, que enchia a Praça Barão de Santa Rosa aos domingos e feriados, executando diversas melodias ao som de violinos e bandolins. **Noêmia Dias Rocha, Olda do Prado Dantas, Hildete Rabelo Dortas, Marieta Rabelo Dortas, Lenita Ra-**



belo Fonseca, Carmem do Prado Dantas, Berenice Rabelo Dortas, Rosita Mascarenhas de Andrade, Edeltrudes e Arystea Santos Oliveira eram suas principais musicistas (foto abaixo). O grupo animava também festas familiares, previamente ensaiadas e regidas pelo seu fundador, músico e compositor Zeca Laranjeiras. É atribuído também ao Maestro, a formação de um espetáculo infantil estreado no Theatro Sylvio Romero e reapresentado na cidade de Paripiranga/BA, em 28 de janeiro de 1923, num baile pastoril direcionado as crianças. Os artistas mirins deram ao público duetos, canções, e outros, para delírio do público.

Com o fim da Lira Santa Cecília, por caprichos políticos, surge, em 1923, a Orquestra Carlos Gomes. Um de seus patrocinadores era o capitalista e político Cel. Pedro Freire de Carvalho, que inicialmente fez a doação de parte de seus instrumentos. Outros instrumentos ainda foram ofertados por José Barreto de Andrade (Pistom) e Nelson Dortas de Mendonça (Trombone). Para a manutenção da Orquestra foram realizados alguns leilões com prendas doadas pela municipalidade e quermesse, esta última destinada para a compra de estantes e bancos para a sua sede. Neste mesmo período, um circo que visitou a cidade promoveu um espetáculo onde a renda foi toda revertida para a Carlos Gomes. O jornal A LUCTA faz merchandising da Orquestra, que também foi regida por Zeca Laranjeiras, em uma de suas principais

apresentações, realizadas em 11 de novembro de 1923. Segundo a publicação, a Orquestra Carlos Gomes tocava em festas religiosas, cívicas, bailes, recepções, casamentos, etc. Recebia chamados para qualquer parte. Uma outra apresentação marcante da Filarmônica foi na festa inaugural de Café Ypiranga, no dia 04 de novembro de 1923. Na retreta de 06 de abril de 1924 realizada no jardim público da Praça da Matriz, a Lira ou Orquestra Carlos Gomes tocou dobrados, valsas e tangos, entre os quais: Depois do acampamento, *Probidades*, *Recordação da Infância*, *Coro de Crociati*, *Cinema Rio Branco*, *Piracicaba*. Sucessivas apresentações foram surgindo consecutivamente, até que a recém nominada Lira Carlos Gomes foi dividindo os holofotes com a renomada Lira Sant'Ana, longe das rivalidades que outrora existia com a extinta Lira Santa Cecília. O jornal A LUCTA, de 08 de novembro de 1925, publicou uma nota informando da extinção desta Filarmônica, ocorrida na semana anterior.

José Propheta da Silveira nasceu em Simão Dias em 11 de abril de 1896, filho de Pedro da Silveira Sobrinho (Pedro Laranjeiras) e Philomena do Amor Divino. Zeca Laranjeiras, como era conhecido, foi regente de outras Filarmônicas nos Estados de Sergipe e Bahia. Fez algumas apresentações em diversos programas de rádio tocando sua clarineta, propagando suas composições e executado diversos clássicos, até surgir um grave problema na visão que o impossibilitou de fazer leituras de suas peças musicais. Com o agravamento de sua miopia, acabou cego sob o cuidado de seus filhos. Casou com Maria Senhora Andrade da Silveira, em 28 de fevereiro de 1919, filha de João Baptista do Nascimento e Marcolina Maria da Conceição. Zeca Laranjeiras morreu aos 70 anos de idade, em Feira de Santana/BA, pobre e no ostracismo, apenas rodeado de sua família, às 22:00 horas, do dia 11 de abril de 1966, dia de seu aniversário. A seu pedido, seu sepultamento ocorreu em Alagoinhas/BA, já que era difícil conduzir seu féretro até sua terra natal.



Ao centro, José Propheta da Silveira (Zeca Laranjeiras) com seus músicos de uma de suas “bandinhas” amadora.

Acervo particular de Luiz Santa Bárbara

A família Laranjeiras estiveram sempre envolvidos com a música. Desta linhagem destacaram-se Antônio Severiano da Silveira Custódio, o patriarca, casado com Genoveva Maria de Jesus, desde 29 de julho de 1867, pai dos também músicos Pedro da Silveira Sobrinho e

Domingos da Silveira Sobrinho, sendo que, este último morreu solteiro, aos 37 anos, no dia 07 de janeiro de 1907. Pedro da Silveira Sobrinho nasceu em 26 de abril de 1868 e casou duas vezes. Primeiro com Philomena Propheta do Amor Divino, em 20 de julho de 1893, filha de filha do fundador da Filarmônica Música de Bombinho, Ezequiel Propheta do Nascimento e Belarmina Maria do Amor Divino Nascimento. Desta união nasceu Zeca Laranjeiras. Viúvo muito cedo, casou-se, em 17 de fevereiro de 1901, com Vicência Maria de Oliveira Silva, filha do Capitão Manoel Pedro da Silva e Antônia Rita da Conceição. Segundo o periódico A LÂMPADA, que circulava, em Simão Dias, na década de 1920, Pedro Laranjeiras foi adotado pela senhora-Delphina Propheta da Silveira, que faleceu no dia 05 de novembro de 1928. O distinto maestro morreu em 26 de junho de 1942. O Maestro José Propheta da Silveira, músicos associados e admiradores da Lira Sant'Ana passou a promover diversos eventos na cidade para manter a Filarmônica.



**Jerônimo Santa Bárbara (ao centro), com
Zeca Laranjeiras e Zeca do Café**
Acervo particular de Luiz Santa Bárbara

Os jornais A LUTA, O PROGRESSO E A LÂMPADA tornaram-se os seus principais vínculos de divulgação das campanhas e registros da banda, que nos deu um norte sobre sua atuação na década de 1920, considerada para nossa Simão Dias os anos dourados. Foi neste período que chegou aqui o cinema, a usina de tração elétrica, o telefone, a Associação Beneficente e Hospital Bom Jesus, os clubes de futebol, Grêmio Literário, o primeiro Grupo Escolar, entre outros avanços sócio-econômico-cultural. Sucessivos leilões foram promovidos na cidade, além de retretas em residências, praças, gabinetes de leituras e sedes de grêmios literários. Durante as conferências literárias foram realizados diversos espetáculos teatrais em prol da Filarmônica, além de concursos de valsas e tangos, ambos promovidos pelo musicista e maestro Zeca Laranjeiras. O primeiro concurso de valsa organizado pelo Orquestra A Quimera, ocorreu no dia 07 de janeiro de 1923, fato registrado no O PALADINO da vizinha cidade baiana. Nesta época os Maestros João dos Santos Pereira e Lúcio Alves de Sant'Anna estava à frente da Filarmônica Lira Sant'Ana. O primeiro era filho de Nicolau José de Santana e Josefa Petronila Nascimento, nascido em janeiro de 1867. Casou-se duas vezes: a primeira com Constância Maria de Jesus (data indefinida), e, depois, com Maria dos Anjos de Jesus, filha natural de Joaquina Maria de Jesus. A cerimônia do segundo enlace ocorreu na noite do dia 02 de dezembro de 1903, na residência do Vigário Padre José Marinho Duarte, devido ao atraso da dispensa em favor dos nubentes, por parte do Arcebispo da Bahia, Primaz do Brasil. O Vigário fez a solicitação em caráter de urgência, mas a resposta não chegou a tempo. Precisou com que o Padre recorresse ao Missionário Capuchinho Frei Gabriel de Cagli, Prefeito do Convento da Piedade de Salvador, que estava em Missão na Freguesia de Itabaiana, que prontamente autorizou a realização do ato, tornando-se validado o matrimônio. João dos Santos Pereira, desde sua infância aprendeu o ofício de músico, tornando-se artista renomado e um dos fundadores da Filarmônica Lira Sant'Ana.

Retomando o concurso de Valsa, às 16:00 horas, na residência do Maestro João dos Santos Pereira, foi organizada a Comissão julgadora, composta pelos mestres Lúcio Alves de Sant'Anna e Demosthenes de Araújo Borges, Major Oseas Cabral, proprietário da Fábrica de cigarros Águia do Norte, o cidadão Daniel Silva, Manoel Coelho Cruz (diretor do jornal O Paladino) e Emílio Rocha (Diretor do A Lucta), que assumiu a presidência. Na abertura foi executado o Hino Sergipano pela Lira Sant'Ana, seguido do discurso do músico Minerino Carvalho, que representando a Filarmônica, dissertou sobre os fecundos resultados do concurso. Ambas as valsas foram executadas sob a batuta do Maestro José Prophetada Silveira. O Júri classificou as valsas concorrentes da seguinte forma: 1º Lugar – “Sentimento do amor”, em menor, composição do jovem Abdênago de Oliveira Menezes; 2º – “Relembrando o passado”, em menor, de autoria Hipólito dos Santos Pereira; 3º – “Sonho de noiva”, também em menor, de Josias Cruz; 4º – “Transformando o pensamento”, em maior, de José Plácido Muniz. Finda a execução, serviram um profuso copo de cerveja, enquanto falavam o Presidente do Júri e os senhores Demosthenes de Araújo Borges e Oseas Cabral. Em nome dos concorrentes, o músico Jerônimo Santa Bárbara. As senhoritas Izaura e Zina Rocha entregaram os prêmios aos vencedores. A sessão foi concluída com a execução do Hino Sergipano. Os músicos da Lira Sant'Ana também participaram do Concurso de Tangos, organizado pelo industrial Arivaldo Prata, filho do Cel. Felisberto da Rocha Prata e Ana Hora Prata.

No dia 23 de fevereiro de 1923, no Theatro Sylvio Romero, depois do desfile de carnaval, realizou-se o Concurso de Tangos, do qual fez parte da comissão organizadora, os senhores Tenente Verçosa Pitanga, Manuel Coelho Cruz, Emílio Rocha, Demosthenes de Araújo Borges, José Amarante de Carvalho, Lúcio Alves de Sant'Anna e João Ouro. Deste concurso saíram premiados: 1º lugar: Abdênago de Oliveira Menezes com o tango “Milão” (Medalha de ouro); 2º lugar: Josias Cruz com o tango “É isto mesmo” (Medalha de Prata); 3º lugar: Hipólito dos Santos Pereira com o tango “Paixão de Preto” (Medalha de bronze); 4º Lugar: José Plácido Muniz com o tango “Quem vencerá” (Medalha de bronze). Quem presidiu o júri foi Verçosa Pitanga, que discursou no final. João Ouro também foi bastante aplaudido em sua locução. O Tenente Verçosa era telegrafista da estação de Anápolis, cargo que exerceu até o dia 16 de setembro de 1924, quando foi nomeado para dirigir a estação telegráfica de Japarutuba. Neste ano, o carnaval de Simão Dias (Anápolis) foi organizado por uma comissão composta por Humberto Freire de Carvalho, Antônio Fonseca e Antônio Cesar, obedecendo no primeiro dia, o seguinte programa: Pela manhã foi tocado os clarins pelo grupo do Zé Pereira, anunciando a abertura do Carnaval. Ao meio dia, os blocos Só pra machucar e Flor Tapuya percorreram as ruas da cidade. Às 15:00 horas saíram os carros alegóricos, seguidos pelos cordões, os automóveis e todos os séquito belicoso do Rei Momo, acompanhada pela Filarmônica Lira Sant'Ana. À noite, realizou-se, no Theatro Sylvio Romero, o Concurso de Tangos. (A LUCTA, 11.02.1923, p. 02). Entre os foliões reuniram-se rapazes, moças, músicas, confetes, serpentinas e saíram às ruas para a brincadeira. As senhoritas do bloco Filhas de Júpiter desfilaram representando a Cruz Vermelha, e por ser esta a pátria da aviação, uma criança saiu representando um aviador, em cima do carro alegórico, onde havia sido constituído um enorme avião, acompanhada numa prancha entoando cantos. Seguiam o bloco um grupo de pessoas fantasiadas ao som das marchas executadas pela Lira Sant'Ana. No dia seguinte, antes do desfile do bloco Jardim de Infância, um mensageiro cavalgou pelas principais ruas da cidade tocando os clarins. Este bloco desfilou acompanhado por um grande número de pessoas e a Filarmônica da cidade, que executou tangos

apropriados. Além do cinema e matinês, os bailes improvisados em algumas residências da cidade, também fazia parte da programação.



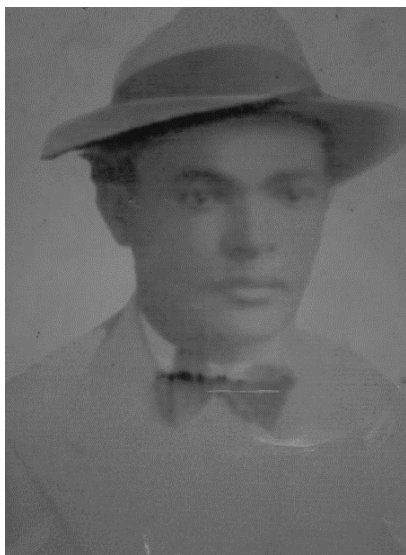
Carnaval em Simão Dias – Além das bandeiras dos clubes e as senhorinhas de representando a luz vermelha, as crianças do grupo “Caboclinhos”.

Acervo do Memorial de Simão Dias

Nos anos de 1920, a Lira Sant’Ana tornou-se basicamente a única Filarmônica em evidência nos eventos públicos e particulares de Simão Dias. Entre estes eventos podemos destacar à inauguração do Engenho São João, propriedade de Dr. João de Mattos Carvalho; durante à visita do Deputado Federal Dr. Antônio Manuel de Carvalho Neto a Simão Dias, ocorrido em 21 de fevereiro de 1922; festas do primeiro centenário de Independência do Brasil, onde inaugurou-se de diversas ruas e praça da cidade, entre elas, a Barão de Santa Rosa; na inauguração do Grupo Escolar Fausto Cardoso; nas tradicionais Festas de Senhora Sant’Ana; entre outras. Em 1923, a Filarmônica participou das solenidades do dia 02 de julho, alusivas ao Centenário da Bahia, na vizinha cidade de Paripiranga. No crepúsculo do dia, num gesto fidalgo, a Euterpe Coitense dirigiu-se a estrada que dar acesso a Anápolis para esperar a Lira Sant’Ana, e juntas apresentaram-se no palco do Teatro Ypiranga, emprestando a festa o maior realce.

Com a inauguração do jardim Graccho Cardoso e a construção do coreto da Praça Barão de Santa Rosa, a Lira Sant’Ana assinou contrato com a Intendência Municipal, para executar retretas nas tardes de quintas-feiras e domingos. A Lei N° 146/27, aprovada pelo Conselho Municipal, em 01 de dezembro de 1927, tornou-se obrigatória a partir do ano seguinte, e seria destinada, sobretudo, para a manutenção da Filarmônica Lira Sant’Ana, incluindo pagar o Maestro com um salário fixo. O valor da subvenção, paga mensalmente, era equivalente a 600\$000 Réis. As apresentações das retretas vinha ocorrendo aos domingos e dias santos, gratuitamente para todos os públicos, sem a obrigatoriedade da subvenção paga pela municipalidade. Tanto que, em novembro de 1926, uma plêiade de cavalheiros fundou a

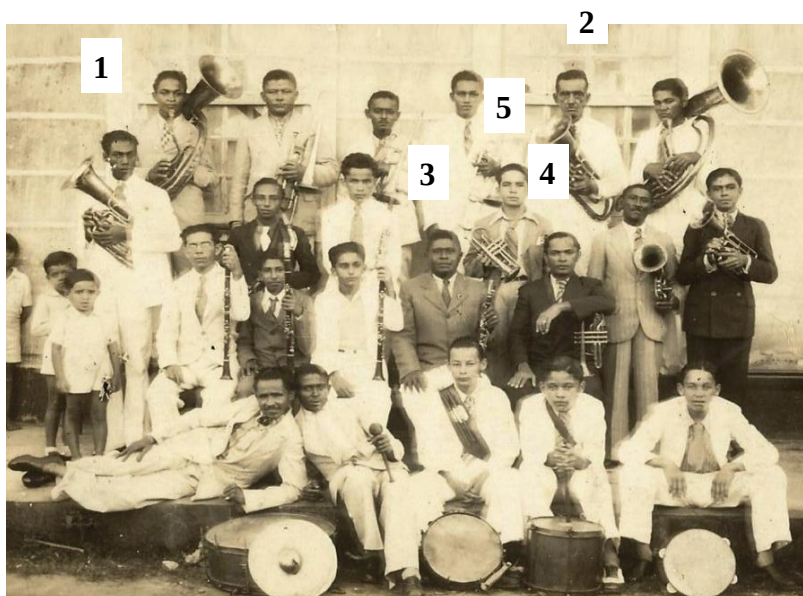
Liga pró Lira Sant'Ana, com o objetivo de reforçar a campanha em prol da Filarmônica, da qual o Intendente José Barreto de Andrade fazia parte. Além deste, outras autoridades, comerciantes e fazendeiros faziam parte, como Arivaldo Prata, José Manoel Palmeira da Silva, Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho, Emílio Vasconcelos Madureira, João Barreto de Andrade, Raimundo Barbadinho Neto, Marcos Ferreira de Jesus, João Pereira Filho, João Batista da Conceição, José Menezes Barroso, João de Deus Teixeira, Cel. Pedro Freire de Carvalho, Cel. João Pinto de Mendonça, Dr. João de Mattos Carvalho, Aristóteles Amarinho, Cel. Felisberto da Rocha Prata, Cônego Domingos Fonseca de Almeida, Bernardino Andrade e outros. Nas tardes de retretas, a Praça vivia repleta de gente de todas as idades, para assistir a Lira Sant'Ana tocar diversos trechos de dobrados, tangos, polcas, baião, boleros e valsas, uma verdadeira exposição da cultura popular regional, que se distendeu por mais de três décadas consecutivas. É importante notar que, a partir de 1938, as retretas ocorriam a cada quinzena do mês, pelo menos até a aprovação do Estatuto e a criação de sua Diretoria (1947). Entretanto, quase no fim do mandato de José Barreto de Andrade, o contrato com a Filarmônica foi suspenso, único e exclusivamente por questões políticas. O Maestro, que também era funcionário público e do grupo de oposição, durante as apresentações, fazia suas interlocuções entre uma peça ou outra, desagradando, principalmente, o Intendente, que segundo MATOS (2005), foi acusado de estar **“fazendo corpo mole, ora palestrando animadamente com os músicos, ora cochilando como se estivesse sendo pago para embromar”**. No dia seguinte o Intendente cancelou o acordo e as subvenções pagas a Filarmônica. Com o apoio financeiro de amigos correligionários, José Barreto adquiriu instrumentos e recuperou a Orquestra ou Lyra Carlos Gomes e contratou o Maestro Edeltrudes de Oliveira Teles para regê-la. O nome Carlos Gomes não durou muito tempo. A população a rebatizou pela alcunha de Lira José Barreto, fazendo uma alusão ao seu patrocinador, que teve seu mandato cassado após deflagrar a Revolução de 1930, por meio do Decreto Nº 01 de 06 de novembro de 1930.



Edeltrudes de Oliveira Teles
Fonte desconhecida

O Maestro Edeltrudes de Oliveira Teles era natural de Laranjeiras/SE, nascido no dia 23 de junho de 1899, filho de Antônio Teixeira dos Santos e Maria Antônia de Souza. Iniciou seus estudos com dois importantes mestres da música: o professor Pedro Álvares de Azevedo e Adolfo Menezes de Melo. Deste último recebeu suas primeiras lições de trompete. Aos 19 anos regiu sua primeira Filarmônica na cidade de Itaporanga d'Ajuda (1918), depois conduziu a Lira da cidade de Nossa Senhora do Socorro (1920) e a Lira Paulistana, de Frei Paulo (1922). Enquanto regia a Lira Paulistana, casou-se com Josepha Cybelle da Silva, filha de Arnóbio de Aquino Silva e Silvina da Costa Silva, numa cerimônia presidida pelo Cônego José Antônio Leal Madeira, na Capela de Nossa Senhora da Conceição do Alagadiço, Paróquia de Frei Paulo, em 22 de outubro de 1922. Foi graduado 2º Sargento contramestre, após ingressar na Polícia Militar do Estado de Sergipe (1928), onde compôs *Dois irmãos*, seu primeiro dobrado. Esteve afastado da corporação enquanto regiu as homônimas Filarmônicas Lira Carlos Gomes de Simão Dias e Estância, retornando para a Polícia Militar em 1947, quando foi promovido a primeiro Sargento. Aqui, foi nomeado

professor de música das Escolas Reunidas Augusto Maynard, por Decreto Nº 24, de 31 de dezembro de 1941, sendo exonerado, a pedido, por meio do Decreto de 31 de julho de 1944, pelo Prefeito Marcos Ferreira de Jesus. O Maestro também foi promovido a outras patentes militares, até atingir o posto de Major, sendo reformado em 1974, aos 75 anos de idade, em decorrência de problemas de saúde. Enquanto esteve na Polícia Militar compôs diversos dobrados, valsas, marchas, fantasias e arranjos populares, além do Hino da Polícia Militar, que foi composto em parceria com seu filho José de Oliveira Teles. Faleceu em 09 de julho de 1983⁹⁸.



Parte dos integrantes da Filarmônica Lira Sant'Ana (Agosto /1936) – Em destaque os cinco Maestros: Zótico Guimarães Santos (1), Pedro Silveira Sobrinho (Laranjeiras) (2), Jerônimo Santa Bárbara (3), Edeltrudes de Oliveira Teles (4) e Raimundo Macedo Freitas (5)

Arquivo particular de Luiz Santa Bárbara

A crise financeira da Lira Sant'Ana era visível, neste período. Com a suspensão da subvenção paga pela Intendência e o bloqueio de convites para as solenidades públicas na cidade, em suas raras apresentações a banda aparecia com o número reduzido de músicos e parte de seus instrumentos remendados de cera. Durante o mandato do Intendente Alexandre Dutra da Silva, a subvenção paga a Lira Sant'Ana volta a fazer parte das Leis Orçamentárias do Município (1931). No entanto, durante o mandato de José de Carvalho Déda, por meio do Ato Nº 51, de 19 de dezembro de 1932, foi reafirmado o compromisso de subvencioná-la mensalmente com a importância de dois mil contos e quatrocentos mil Reis, além de ser reconhecida como utilidade pública. Com a validação deste Ato, coube a Intendência Municipal, o direito de poder interferir sempre que necessário na organização da Lira Sant'Ana. No dia 01 de novembro de 1934, durante a inauguração da sede da Filarmônica Lira Sant'Ana, num preito de eterna memória, foi posto no salão principal o quadro do regente Lúcio Alves Sant'Anna. Nesta época, estava à frente dos trabalhos da Corporação Musical, o eminente Maestro Jerônimo Santa Bárbara. Durante o ato, na presença da família do homenageado e de seus amigos e admiradores, falaram o Cônego Domingos Fonseca de Almeida e Francino Silveira Déda. Lúcio Alves era filho natural de D. Valentina de Sant'Anna

⁹⁸ SILVA, Acrísio Santos e BORGES, Mackely Ribeiro. Catalogação de Partituras do Acervo de Músicas da Banda da Polícia Militar do Estado de Sergipe in: IV Simpósio Sergipano de pesquisa e ensino em música, UFS, 10 e 11 de dezembro de 2012, p. 40.

e casado com Jovina Pereira de Sant'Anna. Com a morte de Lúcio Alves de Sant'Anna, em 07 de agosto de 1934, a regência da banda ficou a cargo do Maestro José Costa Carneiro por pouco tempo, sendo logo substituído por Edeltrudes de Oliveira Teles. João dos Santos Pereira regeu a Lira alternadamente com o Maestro Lúcio Alves. Devido a avançada idade, ele afastou-se de suas funções, em meados da década de 1920, e morreu em 20 de outubro de 1937. É importante lembrar que, na ausência dos regentes supracitados, o mestre Jerônimo Santa Bárbara assumia interinamente as funções de maestro, até tornar-se o regente titular.

Durante o mandato de Manoel da Fraga Dantas (1946-1947), a Filarmônica enfrentou uma nova crise provocada por alguns remanescentes da Lira Santa Cecília e parte de populares, que exigiam a prestação de conta relativo às subvenções mensais pagas pela Intendência, além das doações recebidas, através de leilões, festivais, espetáculos e concessões dos sociários. Reuniram-se sócios e pessoas gradas nos salões nobres da Intendência, nos dias 25 e 27 de janeiro de 1947, para formar uma Diretoria Provisória que seria encarregada de gerir os recursos da banda, enquanto era encaminhada a aprovação de um Estatuto, que naquela ocasião, estava sendo elaborado. Esta diretoria era formada por Hélio Rosa Montalvão (Presidente), Francino Silveira Déda (Secretário), Inocêncio Nascimento (Tesoureiro), Benedito Macedo Freitas (Procurador), Maestro João Bonifácio de Araújo (Diretor Técnico), Francisco Mathias de Almeida e Mário Sebastião Amaral (Comissão de Contas). A diretoria tomou posse imediata e deixou agendada uma nova reunião para o dia 03 de fevereiro de 1947, onde seria aprovado o aludido Estatuto, legitimado a Diretoria e estabelecido para todos os sócios e membros da Lira, os seus direitos, deveres e principais cláusulas previamente constituídas. Ficou decidido agregar também elementos da arte da extinta Lira Santa Cecília. Na ocasião, no salão nobre da Intendência, sob a regência do Maestro João Bonifácio de Araújo foi executada diversas peças musicais, em comemoração à nova fase da Lira Sant'Ana, agora revigorada com a adesão de novos sócios e sob a égide de um Estatuto legal.

Apesar do reconhecimento de utilidade pública, das subvenções pagas pelo poder público e as contribuições mensais dos seus sócios, toda aptidão e esforços do Maestro João Bonifácio de Araújo não foi o suficiente para a Filarmônica sair da crise. No seu curriculum podemos destacar sua exímia competência na Filarmônica Nossa Senhora da Conceição, de Itabaianinha; na Lyra Carlos Gomes, de Estância; e na Filarmônica de Santa Luzia do Itanhy, que foi rebatizada com o nome de João Bonifácio, em tributo ao seu primeiro regente. Em Simão Dias ele permaneceu regendo a Filarmônica até o final da década de 1940, quando pediu falência. No dia 01 de novembro de 1933, a diretoria, membros da Filarmônica Lira Sant'Ana e outras personalidades, reuniram-se em sua sede para fundar o Clube Esportivo Lyra Sant'Anna. Depois de estruturado o clube, o time passou a treinar no campo Bomfim, onde passaram a realizar uma série de jogos contra os times locais e/ou de outras cidades sergipanas. O Sport Club Lyra Sant'Anna (S.C.L.S.A.) também era uma forma de incentivar seus membros a participar ativamente da Filarmônica, que se dividiam entre os jogos de futebol dos clubes locais e os compromissos da Lira, ambos dinamicamente concorridos. O Estatuto e a composição da Diretoria do Sport Club Lyra Sant'Anna, eleita democraticamente entre seus associados, não se encontram nos arquivos internos da Filarmônica, talvez seus atuais membros nem tenha conhecimento deste fato, contudo, por meio de notas publicadas pelo jornal A LUTA, foi possível encontrar registros de eleições da Diretoria, ocorridas entre os anos de 1934 e 1936, ficando, assim, constituída:

DATA DA ELEIÇÃO	BIÊNIO	MEMBROS E FUNÇÕES
14/11/1934	1934-1935	Presidente de Honra: Messias Á. da Fonseca Presidente Efetivo: Francino Silveira Déda Vice-Presidente: João Alves Oliveira Primeiro Secretário: Edgard Soares Segundo Secretário: Demétrio Oliveira Tesoureiro: Acylino Coelho Cruz Diretor de Esporte: Jerônimo Santa Bárbara e Emílio Rocha Primeiro Fiscal: José Francisco de Carvalho Segundo Fiscal: João Cavalcante Nery Rainha do Clube: Prof. Daura de Aguiar Britto.
01/11/1935	1935-1936	Presidente Efetivo: Francino Silveira Déda Vice-Presidente: João Alves Oliveira Primeiro Secretário: Edgard Soares Segundo Secretário: Demétrio Oliveira Tesoureiro: Acylino Coelho Cruz Diretor Esportivo: Jerônimo Santa Bárbara Fiscal do campo: José Francisco de Carvalho Orador: Emílio Rocha Comissão de Honra: Marcos Ferreira de Jesus Rainha do Clube: Prof. Daura de Aguiar Britto.
01/11/1936	1936-1937	Presidente Efetivo: Francino Silveira Déda Vice-Presidente: João Alves Oliveira Primeiro Secretário: Edeltrudes de O. Teles Segundo Secretário: Demétrio Oliveira Tesoureiro: Acylino Coelho Cruz Diretor Esportivo: Jerônimo Santa Bárbara Fiscal do campo: José Francisco de Carvalho Orador: Edgard Soares Comissão de Honra: Presidente: Emílio Rocha Rainha do Clube: Professora Ritta Oliveira.

Fonte: A LUTA, 18.11.1934; 10.11.1935; 08.11.1936.

Em 15 de agosto de 1934, foi realizada a noite de Pensamento e Arte, em benefício do Sport Club Lyra Sant'Anna. Na primeira parte do Festival foi unicamente literária, da qual fizeram parte os intelectuais Dr. Marcos Ferreira de Jesus, Dr. Manoel dos Santos Aguiar, Messias Álvares da Fonseca, Emílio Rocha e Claritta Sant'Anna. As jovens Mendú Oliveira, Glorinha Fonseca e o grupo de alunas da professora Grigória do Prado Dantas, cantaram e dançaram na parte lírica do evento. A Filarmônica executou diversas óperas e dobrados. Nesta ocasião, quem estava à frente da regência da Filarmônica era o contramestre Jerônimo Santa Bárbara. O campo oficial do S.C.L.S.A. estava localizado um pouco acima da Rua Laranjeiras. A cerca murada da arena esportiva foi patrocinada pelo Prefeito Dr. Marcos Ferreira de Jesus e pelo Tesoureiro do Clube, o comerciante Acylino Coelho Cruz. Sua inauguração ocorreu antes mesmo da construção do muro, logo na primeira semana de outubro de 1934. Além da sua sede, o S.C.L.S.A. também treinava ou realizava seus jogos no campo do Bairro Bomfim e no campo anexo a antiga Rua das Louceiras. Embora não tenhamos os nomes completos de cada um dos seus jogadores, o time era formado por Paty, Joca, Nenem, Lutá, Perigo, Tebira, Relâmpago, Duda, Pepé, Dopí e Juju. No seu auge, o Sport Club Lyra

Sant'Anna viajou com seus sportmens para a cidade de Paripiranga, Lagarto, Estância, Campos, atual Tobias Barreto, entre outros. Aqui enfrentou times locais como Associação Atlética de Annapolis e o Club Annapolitano. No último ano de suas atividades, o Sport Club Lyra Sant'Anna reuniu uma multidão de torcedores para assistir o amistoso entre o Clube Esportivo daqui e a embaixada esportiva de Paripiranga/BA. O time baiano chegou na cidade, em 03 de janeiro de 1937, acompanhado pela Filarmônica Euterpe Paripiranguense, onde foram direto para a casa do Presidente do time Francino Silveira Déda, e de lá, partiram para a casa de Dr. Marcos Ferreira de Jesus. A partida iniciou pontualmente no campo do Bairro Bomfim, e logo o time da cidade vizinha fez o primeiro gol. Apesar do susto, o Sport Club Lyra Sant'Anna venceu a partida, com cinco a dois, contra o Independente Sport Club, de Paripiranga. Às 19:00 horas, reuniram-se os dois clubes na sede da Lira Sant'Ana, para comemorar o amistoso, onde discursaram os dois presidentes dos Clubes: Francino Silveira Déda e Aldemiro Rocha. A retreta iniciou uma hora depois, no jardim público da Praça Barão de Santa Rosa, agrupando as duas Filarmônicas no coreto até alta madrugada. Praticamente este foi o último grande evento do Sport Club Lyra Sant'Anna noticiado pelo A LUTA, em 10 de janeiro de 1937. A partir desta data o Clube Esportivo desaparece das colunas de esporte local e do Estado.

No início da década de 1950, a Filarmônica Lira Sant'Ana entrou em crise e desapareceu dos eventos públicos, carecendo que a municipalidade contratasse para as suas festas, a Banda da Polícia ou a Lira Popular da cidade de Lagarto. Inclusive, durante o Congresso Eucarístico Diocesano de 1953, a nossa Lira não participou do evento. Durante os festejos alusivos à padroeira Senhora Sant'Ana, a procissão foi acompanhada pelas Filarmônicas de outras cidades, a exemplo do ano de 1956, que contou com a participação da Lira Popular, regida pelo Maestro Abdênago de Oliveira Menezes, de quem já falamos neste capítulo. Pelo menos até 1954, o município de Simão Dias ficou apenas com a Escola de Música das Escolas Reunidas Augusto Maynard, criada no início da década de 1940. Dentre os professores nomeados pela municipalidades para ministrar naquela Instituição, podemos nominá-los: Raimundo Sant'Anna Costa (Nomeada por Decreto Nº 13, de 02 de janeiro de 1941 – Exonerada por Decreto Nº 24, de 31 de dezembro de 1941); Edeltrudes de Oliveira Teles (Nomeado por Decreto Nº 24, de 31 de dezembro de 1941 – Exonerado, a pedido, por meio do Decreto de 31 de julho de 1944); Jerônimo Santa Bárbara (Nomeado por Decreto de 31 de julho de 1944 – Exonerado por Decreto de 01 de agosto de 1945); Maria Cravo de Abreu (Nomeada por Decreto de 01 de agosto de 1945 – Exonerada por Decreto de 02 de setembro de 1951); Raimundo de Macedo Freitas (nomeado por Decreto de 03 de novembro de 1959, com vencimentos anuais de doze mil Cruzeiros (CR\$ 12.000,00). O mesmo já vinha exercendo o cargo desde setembro de 1951, por estar vago – exonerado, a pedido, por meio do Decreto de 01 de março de 1963.

O Maestro Zótico Guimarães Santos, que na época morava em Itapuã, na cidade de São Salvador/BA, através da coluna Artes & Artistas, publicada pelo jornal A SEMANA, em 31 de julho de 1954, iniciou uma campanha para o reagrupamento da Filarmônica Lira Sant'Ana. Simão diense, nascido em 08 de dezembro de 1915, Zótico Guimarães Santos foi o primogênito do casal, o mestre Affonso José Guimarães e Enedina Maria dos Santos, casados na Matriz de Senhora Sant'Ana em 29 de janeiro de 1915. Seu talento musical herdara de seu pai, construtor e antigo músico da Lira deste município. Ainda criança recebeu as primeiras lições musicais de seus mestres regentes João dos Santos Pereira e Lúcio Alves de

Sant'Anna. Sua primeira composição foi uma pequena peça intitulada Anápolis. Tornou-se músico contrabaixista, bombardinista e trombonista. Em 14 de fevereiro de 1939, por Ato Nº 05, do Prefeito Coronel João Pinto de Mendonça, foi nomeado interinamente, o cargo de agente arrecadador, que estava vago com a exoneração de Manoel Freire de Andrade, função que exerceu até o dia 04 de maio, quando foi exonerado, por Ato Nº 14, do mesmo gestor. Ingressou na vida militar em Salvador/BA (1943), onde inicialmente foi nomeado Mestre da Base Aérea de Salvador e depois promovido a Tenente. Assumiu a regência da Banda de Música como contramestre e mestre de música do Ministério da Aeronáutica; No Rio de Janeiro foi Mestre da Base Aérea do Estado da Guanabara e parte do Conselho Nacional da Ordem dos Músicos; por fim, dirigiu a Banda da Base Aérea do Galeão (1956). No Estado da Guanabara também foi professor de Educação Musical nos colégios Brigadeiro Newton de Braga (1960-1963), Capitão Lemos Cunha (1963-1968) Melo e Souza (1965-1966). Em Aracaju foi professor no Instituto Rui Barbosa, no Atheneu Sergipense, no Colégio Costa e Silva, Colégio de Aplicação e no Conservatório de Música. O Tenente Zótico Guimarães morreu, aos 75 anos de idade, em 28 de dezembro de 1990, no Estado do Rio de Janeiro. Era casado com Guiomar Guimarães Santos. Em sua coluna Artes & Artistas, inicialmente foi feito um apelo à municipalidade para a aquisição de novos instrumentos e de voluntários para restabelecer a Filarmônica Lira Sant'Ana. Destas conversações, o Maestro Zótico Guimarães encontrou três principais colaboradores: os Maestros Raimundo Macedo Freitas, Jerônimo Santa Bárbara e o empresário Domingos dos Santos. Este último era natural da cidade de Capela e residente neste Município, filho de Antônio dos Santos e Elvira Dias dos Santos. Casou-se com Nair Nunes de Oliveira, em 09 de janeiro de 1950, filha de João Caetano de Oliveira (Seu Janjão) e Aureliana Nunes de Oliveira. Aqui progrediu no ramo de transporte, tornando-se dono da empresa de transportes São Luiz, que fazia linha da capital do estado para o interior, incluindo Simão Dias e a cidade de Paripiranga/BA. Sob suas expensas foram comprados os instrumentos para a nova Filarmônica no Estado de São Paulo, mas falecera aos 41 anos de idade, em 02 de novembro de 1954, antes mesmo de chegar as encomendas.



Maestro Tenente Zótico Guimarães Santos, recebendo homenagem da Filarmônica Lira Sant'Ana, no coreto da Praça Barão de Santa Rosa (1980)
Acervo do Memorial de Simão Dias

Durante as suas férias, o Tenente Zótico Guimarães Santos veio a Simão Dias, no intento de reunir as autoridades e colaboradores para organizar uma nova Filarmônica ou remontar a Lira Sant'Ana. No dia 20 de março de 1955, após mandar anunciar sua conferência nos alto-falantes da cidade, reuniram-se no Cine Brasil, buscando encontrar soluções práticas para preparar o grupo de músicos. Naquele dia, poucas pessoas compareceram à reunião, inclusive, as autoridades locais, os deveriam ser mais interessados pela cultura musical e o

progresso do Município. O jornal também divulgou nota do empório pertencente ao Maestro João Bonifácio de Araújo, sita a Rua Souza Freire, da cidade de Lagarto, que vendia instrumentos musicais usados para os que tivessem interesses em fazer parte da Filarmônica. Em substituição a Domingos dos Santos, o médico Dr. Manoel Salustino Neto assumiu a comando dessa empreitada, juntamente com o músico José Viana, que se somou aos demais colaboradores, dando continuidade ao projeto.



Foto dos primeiros membros da Lira Sant'Ana (07.09.1954), sob a regência do mestre Raimundo Macedo Freitas – Da esquerda para a direita: Manequinha, Chico Guaxinim, Oto de Alfredinho, Maestro João Bonifácio de Araújo, Maestro Raimundo Macedo Freitas, Altamiro e o menino Walter, filho de João Bonifácio.

Acervo particular de Maria Rita Santana de Jesus

Com as inúmeras lições ministradas pelos Mestres Raimundo Macedo Freitas e Jerônimo Santa Bárbara, em 13 de maio de 1956, ainda sem um nome oficial, a Filarmônica fez sua primeira aparição, marchando harmoniosamente pelas ruas da cidade, durante as comemorações alusivas à abolição da escravidão, sob o comando de Germiro da Paixão dos Santos, o “General da banda”, nome dado ao Maestro, que ficou incumbido de ensinar a marchar aos seus pupilos, com cadência militar. Segundo A SEMANA, os mesmos reapareceram durante a Festa de Sant'Ana daquele ano, desta vez sob a batuta do Regente Raimundo Macedo Freitas, abrilhantando todos os atos religiosos, inclusive parte das alvoradas. Os novos músicos, ainda inexperientes, precisavam aperfeiçoar seus acordes maciais, fato que foi sobrevindo nos anos seguintes, contudo, sem atingir a expectativa esperada.



Lira Sant'Ana (05.08.1956) – Presença notabilizada de seu retorno durante a Festa de Senhora Sant'Ana. Na regência, mestre Raimundo Macedo Freitas.
Acervo particular de Luiz Santa Bárbara

Durante o mandato do prefeito Antônio Carlos Valadares (1967-1970), a Filarmônica ainda encarava problemas, sobretudo, de caráter financeiro. Com o objetivo de recuperá-la, em 16 de março de 1968, o gestor reuniu-se com algumas autoridades e interessados nos salões da Prefeitura, e utilizando-se de meios filantrópicos, criou a Associação Cultural e Artística de Simão Dias, mantenedora de uma Escola de Música e da Filarmônica local, uma forma de despertar na população, de maneira especial, aos jovens, o interesse pela arte. De acordo com os Artigos 2º e 5º de seu estatuto, **“A Associação é uma Entidade de direito privado sem fins lucrativos e tem como finalidade promover o desenvolvimento da arte musical através do ensino gratuito a todos os seus associados”**. Em 18 de abril de 1968, no Cine Brasil, foi escolhido os membros da primeira Diretoria, dos quais foram eleitos: Raimundo Roberto de Carvalho (presidente); Eraldo Martins Guerra (vice-presidente); Maria da Conceição Freire (1ª Secretária); Udilson Soares Ribeiro (2º Secretário); Joaquim Fontes Freire (1º tesoureiro); Luiz dos Reis (2º tesoureiro); Zótico Guimarães Santos (assistente cultural); Raimundo Macedo Freitas (maestro da filarmônica). Nesta primeira reunião, antes mesmo de eleger a Direção, ficou acordado entre seus Associados, que a Filarmônica seria cognominada de Filarmônica José Barreto e a Escola de Música Jerônimo Santa Bárbara. A primeira em homenagem ao Intendente José Barreto de Andrade, e a segunda, era um tributo ao saudoso músico e Maestro da Lira Sant'Ana, que morreu, aos 78 anos de idade, em 02 de dezembro de 1962.

Jerônimo Santa Bárbara nasceu em Simão Dias, no dia 30 de setembro de 1884, filho de Antônio Santa Bárbara e Paulina Maria de Jesus. Iniciou sua vida como caixeiro viajante da loja de tecidos do Cel. Felisberto da Rocha Prata, a quem serviu por longos anos, até tornar-se o guarda livro do estabelecimento. Depois de fechada a loja, montou seu próprio comércio com negócio de secos e molhados, e, posteriormente, em sociedade com Osvaldo Mascarenhas de



Jerônimo Santa Bárbara
Acervo particular de Luiz Santa Bárbara

Andrade, foi proprietário da Padaria Central. Na vida pública exerceu cargos como amanuense da Intendência Municipal (1917-1925), Delegado de Polícia (1941) e Despachante Estadual da Exatoria. Foi por mais de quarenta anos músico instrumentista da Lira Sant'Ana. Por Decreto de 01 de agosto de 1945, foi exonerado a seu pedido, do cargo de Professor de música municipal, sendo substituído por Maria Cravo de Abreu, lotada nas Escolas Reunidas Augusto Maynard. Casou-se, em 18 de julho de 1907, com Dona Maria Narcionila de Roma Santa Bárbara, com quem teve duas filhas: Nair Santa Bárbara (Diretora das Escolas Reunidas Augusto Maynard), Rita Santa Bárbara e mais três filhos adotivos: Luiz Santa Bárbara, que trabalhou como gráfico e chefe das oficinas do jornal A SEMANA; da Professora Josefina Souza e de Maria da Conceição.

A Escola de Música Jerônimo Santa Bárbara iniciou suas atividades em 29 de abril de 1968, com uma aula inaugural realizada no Cine Ipiranga. A turma contava com 40 alunos, aproximadamente, e a adesão de dez músicos profissionais. As aulas eram ministradas três dias por semana, nas segundas, quartas e sextas-feiras, pelos Maestros Raimundo Macedo Freitas e o Tenente Zótico Guimarães Santos. No dia 25 de abril, nas dependências da Prefeitura Municipal, os alunos inscritos já havia recebidos seus instrumentos, antes mesmo de ser iniciada as aulas práticas, entretanto, cada um dos aprendizes tinha que assinar um Termo de responsabilidade.

A primeira aparição da Filarmônica José Barreto foi durante a novena em preparação da Festa de Santana, em 19 de julho de 1968, na noite patrocinada pelo Apostolado do Sagrado Coração de Jesus. Neste ano, a banda foi escalada para mais seis noites e a culminância da Festa. Outro momento importante, que contou com a participação da Filarmônica, foi na cerimônia de diplomação dos formandos do Ginásio Industrial Carvalho Neto, em 15 de dezembro de 1968, realizada no palco do Cine Ipiranga. Durante o evento, o Maestro Sargento Raimundo Macedo Freitas, entre acenos ou mímicas costumeiras de cada nota e compasso da melodia, também tocou um Eliton de metal, uma tuba tipo Helicon em si bemol, sem perder a maestria. Parte das dependências da Prefeitura Municipal de Simão Dias serviu de sede para a Filarmônica Lira Sant'Ana, enquanto a banda não obtinha a sua própria sede. Por isso, inicialmente suas reuniões eram realizadas no salão nobre da Prefeitura, tanto no período de intervenção e adoção do Estatuto da Corporação (1947), como na fundação da Filarmônica José Barreto e a Escola de Música Jerônimo Santa Bárbara (1968). Por Portaria Nº 55, de 11 de fevereiro de 1959, o Prefeito Antônio Carlos Valadares nomeou uma comissão para avaliar terrenos e benfeitorias pertencentes aos senhores José Caboclo de Matos, Dr. Manoel Aguiar dos Santos e Maria Júlia de Andrade Carvalho, para a compra de um terreno ou imóveis que seriam utilizados para a construção de uma biblioteca pública e de uma escola de música, constantes do Decreto de Desapropriação Nº 06, de 11 de fevereiro de 1969. A comissão era formada pelos senhores Silvio Batista de Andrade, Dr. Adérico Ferreira Caldas e Francino Silveira Déda.



Filarmônica José Barreto, atual Lira Sant'Ana, segunda formação do grupo sob a regência de Raimundo Macedo Freitas, quando se apresentaram durante a festa de Nossa Senhora do Bom Conselho – em 15.08.1969.

Acervo particular de Maria Rita Santana de Jesus

O antigo palacete do Cel. Felisberto da Rocha Prata, sita na Avenida Cel. Loyola, devido ao seu espaço ser amplo, serviu até a década de 1970 como sala de aula e almoxarifado, para guardar os instrumentos e parte da escrituração, que estava sob a responsabilidade de seus mestres regentes. Pelo menos até dezembro de 1971, a sede da Lira Sant'Ana funcionava naquele antigo prédio, como mostra um dos documentos timbrados da Filarmônica José Barreto, remissiva a compra de instrumentos. Há indícios da existência da sede em uma outra casa naquela mesma Avenida e na Praça Barão de Santa Rosa.



Filarmônica José Barreto, sob a regência de Raimundo Macedo Freitas, na Av. Coronel Loyola, próximo a sua antiga sede. Abril de 1970.

Acervo particular de Maria Rita Santana de Jesus

Durante a regência do Maestro Raimundo Macedo Freitas, a sede da Lira Sant'Ana passou a funcionar em sua residência, na Rua do Comércio Velho, até receber a doação de sua atual sede, sita a Praça Jackson de Figueiredo, Nº 2.422, antigo prédio público que serviu a municipalidade como Biblioteca Pública e Câmara Municipal. Esta sede possui 02 salas de aulas, 02 almoxarifados e 01 banheiro. A propriedade é escriturada e definitiva para o usufruto da Lira Sant'Ana, uma iniciativa do Prefeito Manoel Ferreira de Matos, que desde o início de sua administração, passou a contratá-la para diversos eventos públicos e a subvencioná-la regularmente.



Terceira formação da Filarmônica Lira Sant'Ana, sob a regência de Raimundo Macedo Freitas, durante as festividades alusivas à Senhora Sant'Ana.
Acervo particular de Maria Rita Santana de Jesus

Eleito Governador do Estado, Antônio Carlos Valadares (1987-1991) reconheceu a Filarmônica Lira Sant'Ana como utilidade pública, por meio do Decreto Estadual Nº 2.663, de abril de 1988. Em 07 de outubro de 1993, o Prefeito Municipal de Simão Dias Manoel Ferreira de Matos, sancionou, em comum acordo com a Câmara Municipal, a Lei Nº 43/93, reconhecendo a nova Filarmônica Lira Sant'Ana como utilidade pública, conforme está descrita em sua íntegra, a seguir:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Filarmônica “Lira Santana”, fundada em 16 de março de 1968, CGC nº 16.223.513/0001-00, com sede na Praça Jackson de Figueiredo nº 2422, nesta cidade, mantenedora da Banda de Música “Lira Santana”. Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, re-negadas as disposições em contrário”⁹⁹.

É importante lembrar que este Decreto não avigora a antiga Resolução do Intendente José de Carvalho Déda, visto que esta última Resolução, trata da antiga Filarmônica José Barreto, fundada em 16 de março de 1968, e que a partir do final da década de 1970, foi rebatizada pelo nome de sua antiga denominação. Segundo os populares, o Maestro Raimundo Macedo

⁹⁹ SOUZA, Vânia Batista de. Banda Filarmônica Lira Sant'Anna e a Formação Cidadã. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, julho/2011, p. 42.

Freitas justificava que o nome “Lira” era tributo à sua esposa Josefa Francisca Freitas, popularmente conhecida como Lira Freitas (1916-1998), com quem casara na Matriz de Senhora Sant’Ana, em 06 de dezembro de 1947, filha de Izaías Propheta da Cruz e Graciliana Francisca de Jesus. O Maestro era natural de Simão Dias, nascido em 06 de dezembro de 1919, filho de Pedro dos Santos Freitas e Maria Conceição Macedo Freitas.

A história da Lira Sant’Ana abre-se mais uma lacuna sem registros nos últimos decênios do século XX. Os primeiros Livros de Atas perderam-se nas sucessivas substituições de Maestros, sobretudo, com a súbita saída do Maestro Raimundo Macedo de Freitas, após seu histórico discurso durante a inauguração do Banco do Nordeste S.A., desacatando diretamente o Prefeito Municipal Manoel Ferreira de matos, responsável pela demolição do prédio histórico da antiga Intendência, invés de preservá-lo. Diante disso, a permanência do Maestro à frente da Associação Filarmônica Sant’Ana tornou-se insustentável, visto que tinha o salário pago pela própria municipalidade. Parte dos arquivos da Associação foram encaixotados e guardados nas mãos de particulares.



Com a saída do Maestro, a Filarmônica Lira Sant’Ana foi regida pelos mestres José Ferreira dos Santos, pelo Subtenente José Castro e Silva, Raimundo dos Santos Oliveira, José Heraldo Prata e João de Souza Cruz (Biller). José Castro e Silva (1932-2014) nasceu em Formigas/MG e migrando para este estado, tornou-se maestro renomado, musicista, arranjador e compositor, de inestimável valor



O Maestro Raimundo Macedo Freitas e sua batuta com um de seus alunos
Acervo do Memorial de Simão Dias

cultural, educacional e artístico para o nosso município. Aqui compôs um arranjo especial para piano e órgão do Hino Oficial de Simão Dias, oficializado por meio do Decreto Municipal Nº 405/99, de 02 de janeiro de 1999. A Câmara Municipal também o sagrou, em 09 de maio de 2001, com o Título de Cidadão Simãodiense. Após sofrer um acidente automobilístico, em 2005, ficou afastado de suas funções, vindo a falecer, em 06 de novembro de 2014, na cidade de Lagarto, onde residia.

Em novembro de 2005, a regência da Lira Sant’Ana passou a ser ocupada pelo músico e compositor João de Souza Cruz, o popular Biller, simãodiense e pupilo do Mestre Raimundo Macedo de Freitas. Este nasceu em 11 de setembro de 1966, filho de Osório Batista da Cruz e Josefa de Souza. Em 09 de março de 1982 matriculou-se na Escola de Música Lira Sant’Ana, e com a experiência adquirida, em 08 de novembro de 2001, passou a ministrar aulas de música na cidade de Poço Verde, onde permaneceu até setembro de 2007.



O Maestro José Castro e Silva e a Filarmônica Lira Sant'Anna concentrados durante o Cerimonial da emancipação política de Simão Dias
Acervo particular da Filarmônica Lira Sant'Ana





CAPÍTULO VIII

SÍMBOLOS DE SIMÃO DIAS





Monumento do vaqueiro Simão Dias, figura histórica e mitológica do homem que deu origem à cidade.

Fonte: Jornal Simãodiense



Hino e Bandeira

A Constituição promulgada em 18 de setembro de 1946, delegou o direito dos estados e municípios a possuírem símbolos próprios, até então privativos da União. Com a nova Carta Magna, a constitucionalização dos estados e a criação das Câmaras Municipais, os municípios passaram a adotar símbolos oficiais. O mais antigo símbolo criado em Simão Dias é o hino cívico da cidade, que teve como autor o Maestro Tenente Zótico Guimarães Santos, que foi responsável pela composição da letra e da música.

O Maestro Zótico Guimarães Santos possui um legado de mais de quarenta composições, entre dobrados, valsas, músicas populares e românticas e hinos, dentre eles, o Hino da Base Aérea do Galeão e o Hino de Simão Dias. Este último foi composto em 1964, passando, em seguida, a ser executado em diversas solenidades alusivas a história do Município. De acordo com a Lei Nº 04/81, de 15 de maio de 1981, sancionada pelo Prefeito Abel Jacó dos Santos, este Hino foi declarado oficialmente o Hino do Município. Em 1985, o Maestro e Subtenente José Castro e Silva (1932-2014) fez um novo arranjo voltado para piano e órgão, sendo, mais tarde, oficializado por meio do Decreto Nº 405/99, de 02 de janeiro de 1999.

Hino de Simão Dias **Letra e Música: Zótico Guimarães Santos**

Salve! Salve! Simão Dias!
De Sergipe cidade inspiração
No sertão e na fronteira és rainha,
Na cultura gloriosa tradição.

Linda praça cheia de amores
Vigiada por palmeiras imperiais
No centro o excelso Templo de Sant'Ana
Circundado de belezas sem rivais.

Ruas curtas, estreitas e tranquilas

Que se abraçam em traçado solidário
Sob os telhados vozes e risos que se unem
Num coral misto de canto humanitário.

Povo alegre por temperamento
Que relega uma grande dor ao esquecimento
Conquista a vida com dignidade
Pra que a cidade seja uma fonte de bondade

Os teus vultos nas letras e nas artes
São faróis que orientam a mocidade
Que vibrante à procura da verdade
Quer com justiça construir a sociedade.

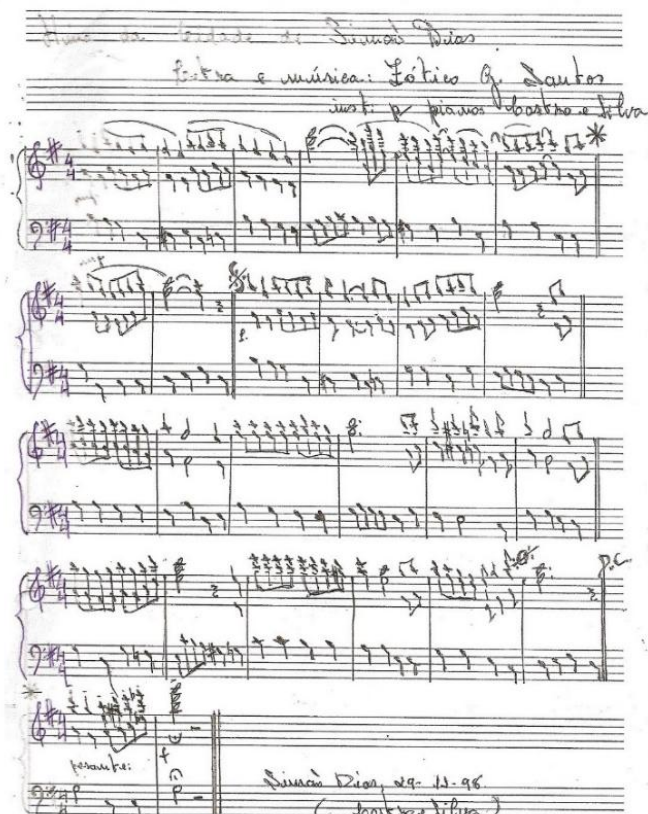
Na sessão de 16 de novembro de 1995, foi sancionado um Projeto-Lei Nº 10/95, de 19 de maio de 1995, de autoria do Vereador Aloízio Souza Viana, que tornou obrigatório cantar o Hino Oficial de Simão Dias nas solenidades do dia da Emancipação Política de Simão Dias, com uma ressalva em uma de suas estrofes: *No centro, o excelso templo de Sant'Anna, circundado de belezas sem rivais*. Eis, na íntegra, a Resolução supradita:

“Art. 1º – Será obrigatório o canto do Hino oficial do Município de Simão Dias, de autoria – letra e música – do Maestro Professor Tenente Zótico Guimarães Santos, constante da Lei Nº 04/1981 de 15 de maio de 1981, nas solenidades públicas do dia do município – 12 de junho.

Art. 2º – O 3º e 4º verso da primeira estrofe do referido Hino passam a ter a seguinte redação: ‘No centro, o excelso templo de Sant’Anna, circundado de belezas sem rivais’.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação revogada as disposições em contrário.

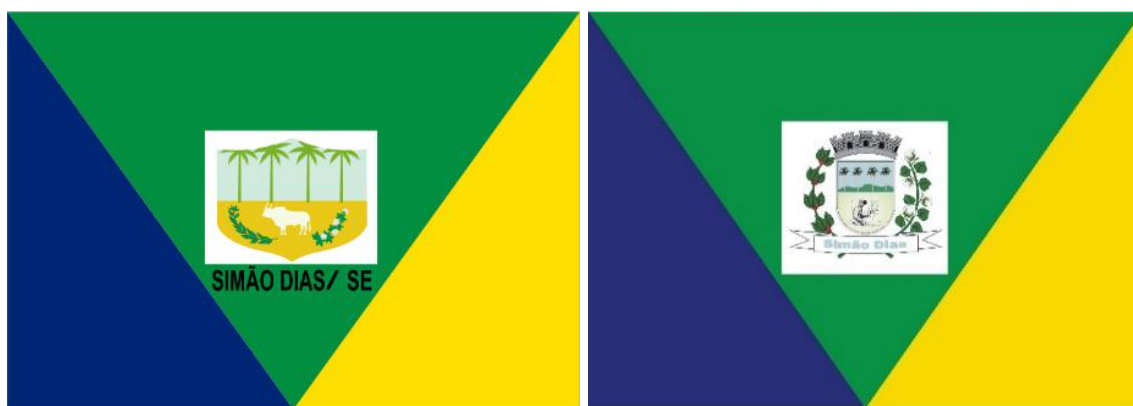
Sala das sessões da Câmara Municipal de Simão Dias, em 19 de maio de 1995” (ATA DA CAMARA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS, p. 98-99).



Partitura do Hino de Simão Dias composto pelo Maestro Zótico Guimarães Santos e adaptada pelo Maestro Castro e Silva, datada de 29 de novembro de 1998.

Arquivo particular do autor (Fotocópia)

A bandeira do município de Simão Dias, criada no último quartel do século XX, é formada por um retângulo, dividido em suas extremidades por três triângulos de igual largura, de cores azul, verde e amarela, como espelha nossa bandeira nacional e estadual, simbolizando o céu, as matas e as riquezas minerais do solo. Ao centro, sob o verde, aparece o brasão oficial de Simão Dias, com representação que nos remetem aos elementos que compõem a história socioeconômica e cultural do município, como trataremos no próximo subtítulo. Esta Bandeira foi alterada, em conformidade com a Lei N° 05/09, de 18 de fevereiro de 2009, substituído o antigo brasão municipal, mas mantendo as mesmas formas e cores. O diferencial pode ser percebido também na faixa que identifica o município, antes escrita abaixo do Brasão, agora inserida no próprio Brasão, como vemos a seguir as duas flâmulas:



O Brasão de Simão Dias

O primeiro brasão da cidade foi criado durante a administração de Josefa Matos Valadares (1989-1992), por meio do Projeto de Lei N° 44, de 12 de junho de 1990, e aprovado pela Câmara Municipal, em 15 de junho de mesmo ano. O referido símbolo municipal foi oficialmente instituído através da Lei N° 13/90, de 18 de junho de 1990. Anos mais tarde, com estudo mais aprofundado, foi percebido que o brasão estava fora dos padrões tradicionalmente aceito, pois a Legislação determina que os brasões municipais tenham uma coroa mural, prateada de cinco torres a vista, cor indicada para municípios que não são capitais. Na parte inferior do antigo Brasão podem ser identificados três elementos importantes e que representa a base econômica do município de Simão Dias: O café, a rês e o algodão. O horizonte, formado por serras, o céu azul e as palmeiras imperiais complementam a parte superior do lábaro, simulando os elementos típicos característicos desta região. Abaixo, possui a legenda Simão Dias, identificando o município. De acordo com o Art. 3° do projeto Lei, tornou-se obrigatório a aplicação do brasão na bandeira do município e nos documentos oficiais, flâmulas e placas de obras públicas.



Com o Projeto de Lei Nº 05/09, de 18 de fevereiro de 2009, foi revogada a Lei Nº 13/90, de 18 de junho de 1990, e restaurado o brasão de Simão Dias, preservando alguns elementos que se enquadram com a história do município. Nele, adequou-se às características e estilos tradicionais do padrão heráldico, segundo concepção e autoria de seus criadores: Marcelo Domingos de Souza, historiador e secretário municipal de Educação e Cultura, e Marcos Domingos de Souza, secretário municipal de Administração. O prefeito Dênisson Déda de Aquino foi o responsável pela sanção do Projeto-Lei que tornou oficial o novo brasão. Os dois criadores também foram responsáveis pelo desenho e sua composição gráfica. O novo Brasão substituiu o escudo do estilo francês pelo arredondado, mantendo as palmeiras imperiais, as serras e o céu azul no campo superior. A coroa mural, como é padronizado os escudos dos municípios do Brasil, é formada por oito torres, sendo cinco à vista. Houve uma alteração na parte inferior. De acordo com a supradita Lei:

“Art. 1º - O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS, ESTADO DE SERGIPE, passa ter as seguintes características de estilização heráldica de representação simbólica da tradição da História do Município dois campos: o superior, com quatro palmeiras imperiais, sob céu azul, serras verdejantes; ao fundo: inferior, com figura representativa do Vaqueiro Simão Dias, que deu nome ao Município, seu cavalo, em fundo esverdeado; encimados os dois campos por uma coroa mural prateada sobre uma base com uma faixa branca em que está inscrita, em cor azul, legenda SIMÃO DIAS-SE ladeados os dois campos direita por um galho de algodão esquerda, por um galho de café, símbolos históricos da riqueza agrícola.

Art. 2º No art. 4º da Lei nº. 13/90 de 18.06.1990, onde se lê ‘o Brasão da Cidade’ ler-se-á ‘O Brasão do Município’.

Art. 3º Ficam revogados os artigos 1º e 2º da Lei nº. 13/90 de 18.06.1990.

Art. 4º Ficam inalterados os dispositivos não modificados pela presente Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Simão Dias, em 09 de setembro de 2009.

DENISSON DÉDA DE AQUINO

Prefeito Municipal”.

Em conformidade com a Lei Nº 911/2020, de 17 de dezembro de 2020, o brasão foi modificado e aprimorado, com a inclusão de um novo desenho do vaqueiro Simão Dias, de autoria do designer gráfico simãodiense Jean Carvalho, graduado pela Universidade Fede-

ral de Sergipe, que atua como motion designer na empresa Lamparina Animação e Produção de Vídeos Ltda., em Aracaju/SE, como ilustrador para capas de livros e como *storyboarder* pra curta-metragem. A nova versão foi extraída dos arquivos da Web, contudo, reformulado, para evitar problemas com direitos autorais. O artista cedeu gratuitamente os direitos de sua obra.



O prefeito municipal Marival Silva Santana sancionou a Lei N°733/2017, de 14 de junho de 2017, que dispõe sobre o uso das cores do município, quando da pintura de prédios, identificação de veículos, documentos e material escolar no âmbito do município de Simão Dias. De acordo com o Art. 01 da referida Lei, ficou estabelecido que **“Os imóveis públicos, os particulares utilizados pela Administração Pública Municipal, as obras de engenharias e arquiteturas públicas e os bens móveis da propriedade da municipalidade, só poderão ser identificados nas cores componentes da bandeira do município, definida pela Lei N° 14/90”**.

A Lei N° 911/2020, de 17 de dezembro de 2020, sancionada pelo mesmo gestor, revogou a Lei N°733/2017, de 14 de junho de 2017, e estabeleceu **“normas gerais e critérios básicos para utilização do brasão Oficial do município de Simão Dias, em documentos, atos normativos, veículos, obras, instalações e serviços, bem como a padronização da pintura de prédios e demais equipamentos públicos de acordo com as cores do brasão do município de Simão Dias-Sergipe”**. No capítulo II da supracitada lei, torna-se obrigatório a utilização do brasão oficial do município de Simão Dias, em documentos, atos normativos, veículos, obras, instalações e serviços, ou quaisquer outros atos de natureza correlata. As normas também aplica-se em atos praticados pelo Poder Executivo e Legislativo, bem como as suas autarquias fundações e/ou demais entidades que prestam serviços públicos diretos ou que a ela esteja vinculada. No Artigo 4º proíbe a utilização de símbolos, cores ou logomarcas, vinculadas a gestões ou administrações, sendo autorizada, apenas, a utilização do brasão do município. Os imóveis públicos e os particulares utilizados pela Administração Direta e Indireta, bem como as obras de engenharia e arquitetura públicas, obrigatoriamente serão pintadas na parte externa com as cores predominantes do brasão, cujas tonalidades deverão ser idênticas às do símbolo municipal e ainda veta qualquer promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos, agremiações político-partidárias, caso contrário, os responsáveis poderão perder o cargo ou função pública que exercerem, multa civil equivalente a três vezes o último salário recebido na função pública que exerce e/ou a suspensão da subvenção ou auxílio.

A nova administração, no primeiro mês de mandato sancionou a Lei Nº 916/21, de 28 de janeiro de 2021, alterando e acrescentando dispositivos à Lei Nº 911/2020. Além do uso das cores do brasão ou da bandeira do município, o Artigo 4º estabelece que “poderá ocorrer a utilização de símbolos ou marca do governo, inclusive em sítios eletrônicos, desde que se aplique as cores do brasão ou da bandeira do município, sem caracterizar promoção pessoal de autoridade ou de servidores públicos. Quanto as construções ou reformas de prédios públicos, a parte externa deverá utilizar as cores do Brasão ou da Bandeira, no entanto, a parte interna poderá ser adotada a pintura de cores que harmonizem o ambiente. Os veículos e demais imóveis poderão permanecer com cores originais de fábrica, caso não a substitua com as cores do brasão ou da bandeira do município.





PALAVRAS FINAIS







Desde os primórdios, a história de Simão Dias foi construída de fatos, no mínimo inusitados, histórias que podem ser vistas com meras semelhanças com as dramaturgias típicas regionais, nas velhas narrativas de coronéis e barões dos recantos mais longínquos dos sertões desbravados do semiárido nordestino. A pequena Vila de senhorio cercados de fâmulos que se acomodam, tomam partido, morrem se capaz, em defesa da ideologia de seus chefes, dos enfrentamentos armados e/ou ideológicos, de clérigos que viviam dubiamente a vida sacerdotal e familiar, do poder que se instala e suprime a Comarca, dos suntuosos bailes dos palacetes, da era do Cine-Teatro e clubes de vanguardas e tantos outros personagens incógnitos, comparáveis mitos e legítimos desbravadores, como os remanescentes tapuianos e o caboclo Francês, que de uma puerícia surreal e fim ignorado, prefaciou nosso arraial, quando partia com o rebanho dos currais de Brás Rabelo, fugindo dos invasores batavos.

A nossa história foi consequência e espectadores de grandes momentos históricos do Brasil: Das sequelas catastróficas do processo de colonização das tropas de Luiz de Brito e Cristóvão de Barros, da invasão holandesa em Sergipe, da odisséia do conselheiro e seus seguidores, além da passagem das tropas que os combateram. Simão Dias exaltou a transição do Império à República, abrigou tropas combatentes da Coluna Prestes. Aqui foram geradas notáveis personalidades políticas, de destaques sociais de grande visibilidade e prestígio nacional. Não que louva nossa terra, mas daqui acendeu políticos que apoiaram o Golpe de 1964, deste se fez governador do estado Dr. Sebastião Celso de Carvalho, conquanto, de sua Excelência, a sociedade é grata e reconhece os aditamentos que para aqui trouxe. Mas ainda teve quem lutassem, mesmo que, minoritariamente, contra o clientelismo. Os púberes idealistas do PT recém-criado, ligados as Pastorais e Sindicatos, não foram os primeiros. Grupos semelhantes surgiram na década passada, partidários dos “camisas verdes” ou “brizolistas”, fundadores do breve Grupo dos Onze. Esta nova geração pós-modernistas incomodava as oligarquias, abespinhava-os, pois seus ideais retrógados confrontavam-se com os manifestos do “muito cano, pouca água”, da panfletagem no dilúculo do dia, do boletim “EVIDÊNCIAS”, distribuídos nas residências, quando foi lançado em abril de 1992.

Ao longo destas pesquisas, foi possível adentrar com mais profundidade na história de Simão Dias, homem e cidade, que por décadas foi apenas uma parte nas histórias de Santo Antônio de Itabaiana e nos registros fragmentados de José de Carvalho Déda. Tive sim a pretensão de complementar nossa história com mais detalhes, e talvez ser o primeiro dentre tantos a

reescrever páginas inéditas da nossa Simão Dias, e, por conseguinte, aguçar outros historiadores a dar seguimento às pesquisas sobre dados que não foram mencionados nesta obra. Simão Dias tem crescido e modernizado nestes séculos de existência, visto que há muitas histórias ainda a serem desvendadas no antes e depois da sua emancipação política. Sobre esta última, é importante lembrar que durante muitos quartéis, o município de Simão Dias comemorava a criação da Freguesia de Senhora Sant'Ana e não sua emancipação política, como se faz atualmente. A tradição foi criada durante o governo de Antônio Carlos Valadares, secretariado por Maria Rita Santana de Jesus. Por Lei N° 41, de 08 de fevereiro de 1968, a Câmara Municipal decretou e o prefeito sancionou a criação do feriado municipal, consagrando o dia 12 de junho como o Dia do Município. A partir de 1968, a cidade passou a comemorar esta data com alvorada, missa solene e cerimonial alusivo à sua emancipação política, assistida por representantes das escolas públicas municipais, estaduais e privadas, autoridades constituídas, personalidades importantes do município, além dos populares que ocupavam a Praça Barão de Santa Rosa para o hasteamento das bandeiras nacional, estadual e municipal, acompanhado da Filarmônica Lira Sant'Ana, que com maestria executava os hinos pátrios.

Embora nesta obra eu não tenha tratado, especificamente, das questões econômicas de Simão Dias, seus antecedentes históricos, seu desenvolvimento e os primeiros relatos referentes à produção tiveram início no século XVI, com o plantio do milho e da mandioca, desenvolvido pelos índios remanescentes dos Tapuias, seguido da pecuária bovina com a chegada do vaqueiro e a produção canavieira, entre os quais tiveram destaques o engenho do Capitão Geraldo José de Carvalho, fundado na praça da antiga Capela de Senhora Sant'Ana, do engenho Boa Sorte do Mercador, de seu filho Capitão Domingos José de Carvalho, entre outros. Já na segunda metade do século XIX, respondendo aos estímulos externos decorrentes da Guerra de Secessão, na província de Sergipe, foi gerada uma verdadeira “febre do ouro branco”. Nesta época, a Vila de Simão Dias passou também a produzir o algodão. Ao lado dos cereais e do algodão, o café igualmente passou a ser produzido, tornando-se o principal produto de exportação, e, em decorrência disso, o Coronel Antônio Manuel de Carvalho foi premiado com uma medalha de ouro, na Exposição Nacional do Rio de Janeiro. Simão Dias, inicialmente, foi caracterizado como um município monocultor, embora a qualidade dos terrenos fosse acessível a todos os gêneros de cultura, como o milho, feijão, fumo, mamona, algodão e outros produtos, como descreve o relatório do presidente da Câmara, Tenente-Coronel Francisco Antônio de Loyola, em 15 de maio de 1881¹⁰⁰. No mesmo relatório enviado a capital da província e direcionado a Dr. Benjamim Franklin Ramiz Galvão, o camarista faz menção as fábricas de açúcar e ao café, que vinha sendo acolhido por preço superior em todos os pontos da província. Aqui se criava o gado vacum, lanígero, cavalari e cabrum. Já possuíam fábricas de descaroçar algodões, fábricas de cal, telhas e tijolos, curtimento de couro e solas, tecidos grosseiros de algodões, alambiques de aguardentes de cana e álcool; ainda se fazia queijos e requeijos, rapaduras, tijolos doces de raiz de umbu, partes destes exportados para o sertão da Bahia. O terreno prestava-se aptamente para a cultura das uvas roxas e verdes, laranjas, mangas, jambos, ananás, melancia, araçá graúdo e miúdo, pinhas arithicum, jenipapo, camboi, caju, guabiraba, cocos e outras.

¹⁰⁰An. Bibl. Nac., Rio de Janeiro: 111: 133-273, 1991.

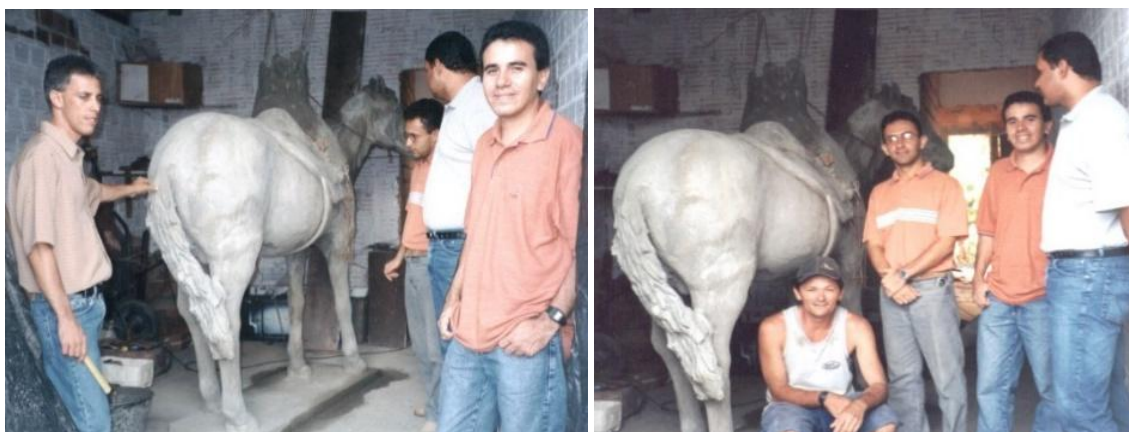
No século seguinte, se desenvolvia em Simão Dias diversas fábricas de calçados, charutos e um comércio próspero. Até a década de 1930 ostentou a simbólica coroa de “Princesa do Sertão”, consequência dos anos áuricos da economia, voltada inicialmente para a produção da cana-de-açúcar, do café e do algodão. No entanto, crises socioculturais fê-lo cair em estagnação, como DEDA explica no editorial do jornal A SEMANA, de 20 de abril de 1968, que atribui a crise ao surgimento do banditismo que circundava o sertão nordestino, a seca de 1932, que provocara o empobrecimento da região sertaneja e a perda de mercado consumidor nas terras baianas. Já na década de 1950, passou a cultivar também outros produtos como a laranja baiana, popularmente conhecida como laranja de umbigo, que segundo dados do jornal A SEMANA, em 10 de agosto de 1957, a safra teve um rendimento notável, aumentando assim, um alto índice de exportação. Atualmente Simão Dias passou a ser o maior produtor de milho do estado de Sergipe, impulsionado, sobretudo, com o surgimento do PRONAF, que possibilitou o acesso dos agricultores familiares ao financiamento de bancos federais, como o Banco do Brasil e o do Nordeste, com juros pré-fixados, por meio de cadastros realizados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e na Secretaria Municipal de Agricultura. Embora a produção agrícola de Simão Dias tenha se especializado no plantio do milho em grande escala, a agricultura de subsistência continuou no núcleo dos pequenos agricultores, que cultivava o milho, o feijão, a fava e a mandioca. Para esta obra, foi gratificante adentrar na história de nossos casarões e palacetes, e, ao mesmo tempo, exprimir doridamente a insatisfação pela demolição de alguns prédios históricos, substituídos por edificações modernas, ficando apenas expressos na memória dos mais velhos ou nas fontes iconográficas, expostas no Memorial do Município. Os que restam destes casarões e palacetes originários dos séculos XIX e XX são tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe, outros protegidos por Decretos Municipais, pela Lei Municipal Nº 305/04, de 16 de julho de 2004, outorgada na administração de José Matos Valadares, devendo, por conseguinte, ser mantidas as características de sua fachada, como todos os prédios e edificações da praça Barão de Santa Rosa, inclusive os residenciais, o Memorial de Simão Dias (antiga Delegacia de Polícia), a Secretaria Municipal de Ação Social e Trabalho (antiga Usina Elétrica) e o Posto de Saúde Dr. Manoel Santos Aguiar (antigo Dispensário de Doenças de Pele).

O mais recente Monumento tombado é a estátua que homenageia o vaqueiro Simão Dias Francês, de acordo com a Lei Nº 374/06, de 06 de abril de 2006. Sobre este monumento não poderei deixar de discorrer a parte, porque enaltece a figura do campeiro, homens de raízes, desbravador, que entre poucos sertanejos deu nome à esta urbe. Afinal, a maior parte das cidades brasileiras homenageiam personalidades vinculadas à política ou famílias tradicionais, prefixando a terminação “polis” como ambicionava o Padre Dr. João de Mattos Freire Carvalho, com a Anápolis de outrora. A ideia inicial do projeto surgiu em 1990, através do eminente Alexandre do Nascimento Barreto Júnior, professor licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Após assumir a diretoria do Departamento de Turismo da Secretaria de Educação deste município, conheceu as obras do artista plástico Jorge Alves Siqueira, popularmente conhecido como Zeus, quando participou de uma exposição em Aracaju. Naquela mesma ocasião, viu outras esculturas de cavalos na entrada do Resort Boa Luz, em Laranjeiras/SE. Zeus é natural de Itabaiana, nascido em 08 de abril de 1959, mas reside na cidade de Areia Branca, onde está localizado o seu ateliê. Seus primeiros contatos com a arte ocorreram ainda em Itabaiana, na década de 1970, junto com seu irmão Jorgevaldo Alves Siqueira, sob a influência do artista Ronaldo Gomes de Oliveira. Iniciou sua carreira esculpindo com seu irmão imagens de ex-votos. Suas esculturas são entalhadas

em madeira, pedra e concreto. Expôs individualmente, em 1984, na Galeria J. Inácio, da capital sergipana.

Seguindo os traços característicos de Simão Dias Francês, descrito na obra de José de Carvalho Déda, o artista seguiu à risca os moldes do rosto traçados na capa da primeira edição do livro *Simão Dias: Fragmentos e sua história* (1967), além das orientações de mais três colaboradores do projeto, professor Dênisson Déda de Aquino, Secretário de Educação, Esporte, Cultura, Turismo e Lazer, e os historiadores Marcelo Domingos de Souza e Geraldo Henrique dos Santos Prata, que fizeram pesquisas sobre a figura do vaqueiro durante o Período Colonial, e ainda tomaram base nos inscitos de João José Reis, *A morte é uma festa*. Toda a estrutura da estátua foi montada com vergalhões e concreto, orçada no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), valor doado pela Indústria e Comércio de Cal e Tinta – Grupo Votorantim, situada no Povoado Apertado de Pedra, deste Termo, através do engenheiro Gilvan Calado Freitas. A Prefeitura Municipal de Simão Dias, através de seu gestor José Matos Valadares, custeou toda a base onde foi posta a escultura. Segundo a entrevista concedida por Alexandre do Nascimento Barreto Júnior a licencianda Josenilda Santana da Silva Pereira, a conclusão do projeto foi demorada, já que, com a escultura já pronta, o prefeito não se empenhou para inaugurar a obra, nem disponibilizou o veículo para transportar a peça, que tomava quase todo espaço do ateliê, impedido que o artista continuasse a produzir outras obras já encomendadas.

A estátua foi assentada em 07 de junho de 2003, à direita da Rodovia Lourival Baptista, no sentido Simão Dias a Lagarto, trevo que dar acesso à cidade de Poço Verde, sem festividade solene. Na época, Alexandre do Nascimento Barreto Júnior pretendia depositar uma cápsula com documentos e objetos para ser aberta na posteridade, assim como ocorreu na solenidade alusiva ao Centenário da Freguesia de Senhora Sant’Ana, em 06 de fevereiro de 1935. Até esta data, não há nenhuma placa inaugural com referência ao vaqueiro Simão Dias ou com os nomes daqueles que diretamente se envolveram com o projeto.



Registro do artista Zeus e os idealizadores do Projeto do monumento do vaqueiro no ateliê, em Areia Branca.
Fonte: Memorial de Simão Dias

Além da escultura que sublima a figura de Simão Dias Francês, a cidade também realiza anualmente a Festa do Vaqueiro. Este evento foi iniciado em 07 de março de 1982 pelo

fazendeiro e político Genário Alves dos Santos, quando organizou a primeira Missa do Vaqueiro na cidade, reunindo cavaleiros e amazonas em procissão pelas principais ruas até a Avenida Cel. Loyola, local onde se concentrava um grande número de fiéis para participar do Rito Eucarístico, presidido pelo Mons. João Barbosa de Souza, seguido de shows, cantorias, repentis, premiações de troféus e assessorios típicos de vaqueiro. Anos mais tarde, com a recusa do vigário em celebrar a missa campal, o tradicional evento tornou-se a Festa do Vaqueiro. A Prefeitura Municipal de Simão Dias, durante a gestão de José Matos Valadares, instituiu o Dia do Vaqueiro Simãodiense, através da Lei Nº 422/08, de 27 de março de 2008, passando a ser comemorado todos os anos, no segundo domingo de novembro. Assim, a Festa do Vaqueiro tornou-se inclusa na agenda cultural de Simão Dias, popularizando-se a festividade, que passou a realizar vaquejadas em diversos interiores, dependendo ou não de recursos públicos. A proposta da aludida Lei surgiu do vereador Jorgeval Silva Santana, que buscou homenagear Genário Alves dos Santos no aniversário de 25 anos da Festa, da qual manteve parcialmente, os gastos, sem receber apoio financeiro da administração. Na mesma ocasião, Genário Alves, por mérito, foi intitulado Promotor da Festa do Vaqueiro. Enfim, proporcionar esta obra remissiva à história de Simão Dias, com referência a tantas personalidades ilustres ou inominadas na bibliografia do município, pretendo dispor aos leitores uma crestomatia de subsídios que os levem a descobrir sua identidade, reconhecer seus valores, compreender toda conjuntura política, socioeconômica e cultural, dos que fizeram a Simão Dias das antigas palmeiras imperiais, cidade inspiração do semiárido sergipano.





APÊNDICE INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS







A historiografia do município de Simão Dias não poderia ser estudada sem as informações, mesmo que fragmentadas, de José de Carvalho Déda, porque sua obra não se resume apenas nos seus dois livros editados em 1967, mas nos diversos textos jornalísticos colhidos no jornal *A SEMANA* (1946-1947/1953-1969), e na coletânea *Carvalho Déda: Vida e Obra*, publicada na edição comemorativa de seus 110 anos de nascimento e 40 anos de morte, lançada durante a exposição *O Mundo de Carvalho Déda* no Memorial de Simão Dias, em 02 de fevereiro de 2009. Embora tenha buscado referências nos estudos de Dr. João de Mattos Freire de Carvalho (1922), nas obras de Jorge Barreto Matos (1967; 1991-2007), Joaquim Fraga Lima (1986) e encontrado reforços nos diversos textos das revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) e na Academia Sergipana de Letras (ASL), nas histórias perdidas de Joaquim de Oliveira e tantas outras narrativas sobre Simão Dias Francês, que faz parte da bibliografia da Vila de Santo Antônio de Itabaiana, durante a produção desta obra, o nome José de Carvalho Déda foi referência constante, isso porque seu legado contribui muito para a construção de nossa história. Quando outros pesquisadores realizarem estudos mais aprofundado sobre diversos aspectos de nossa bibliografia, muitos encontrarão norte em seus inscitos.



Francino Silveira Déda
Fonte: Memorial de Simão Dias

O jornal *A SEMANA* foi fundado, em 08 setembro de 1946, por José de Carvalho Déda ou Zeca Déda, passando a circular semanalmente aos domingos, até 29 de junho de 1947. Após um breve intervalo fora de circulação, passou a ser publicado aos sábados, reiniciando sua edição, a partir de 18 de julho de 1953. O semanário era impresso em oficinas próprias no tamanho 49X33. Nas suas variadas colunas eram discutidos diversos temas de cunho político e social a nível de estado e/ou da federação, abrangendo também notícias internacionais de vários teores. Traziam também notícias de povoados do município de Simão Dias e de municípios adjacentes, enalteciam personalidades de diversas origens, com o feitiço literário, noticioso e combativo. Diversas seções permanentes foram criadas, entre elas, “Retratos Femininos”, na

“Seara Sergipana”, artigos políticos, “Coluna dos Lavradores”, “Aspectos da Cidade”, onde Carvalho Déda assinava sua autoria usando pseudônimos, exceto nas xilogravuras e na coluna “Política em Pequenas Doses”, que escreveu ininterruptamente até sua morte. Estas xilogravuras foram criadas a partir de 23 de maio de 1959, utilizando perfis de personalidades da época, numa seção intitulada A Piada da Semana. Parte das crônicas publicadas nos jornais A SEMANA era assinada pelo seu principal colaborador, o seu irmão Francino Silveira Déda, que mesmo após a morte de Carvalho Déda, permaneceu escrevendo para o jornal até seu fechamento definitivo, ocorrido no início de 1969. Vale ressaltar que, no segundo período de circulação (1953-1969), o jornal interrompeu sua publicação entre 22 de julho a 16 de dezembro de 1967.

José de Carvalho Déda nasceu em 01 de dezembro de 1898 na antiga Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité/BA, filho de José Antônio de Carvalho Déda e Olívia da Silveira Alves. Em 1900, mudou-se com sua família para Riachão do Dantas/SE, onde, em 1905, iniciou os estudos na Escola Pública da Professora Rosa Frião, sendo depois transferido para a Escola da Professora Raquel de Lemos e o Colégio da Professora Grigória do Prado Dantas. Em 1910, voltou para a cidade de Paripiranga, onde concluiu seu Curso Primário na Escola do Professor Francisco de Paula Abreu, e, posteriormente, ainda frequentou, por alguns meses, o Colégio Americano de Ponte Nova/BA. Em Paripiranga aprendeu o ofício de sapateiro e nomeado, ainda moço, comissário de um dos distritos policiais da cidade. Casou-se inicialmente com Júlia Batista dos Anjos, filha de José Romano dos Anjos e Lydia Batista de Carvalho, mas morreu precocemente, em 26 de dezembro de 1922, vítima de uma infecção puerperal, logo após o nascimento de seu primogênito Tenente Washington Oscar Batista Déda, em 05 de dezembro daquele mesmo ano. Em 30 de julho de 1925 casa-se, pela segunda vez, na Matriz de Senhora Sant’Ana com Maria Accioly de Oliveira Déda, filha de Francisco José de Oliveira e Adele Accioly Oliveira. Washington Oscar faleceu em Recife/PE, onde residia com sua esposa Célina Vasconcelos Déda, em 22 de setembro de 1989.



José de Carvalho Déda
Acervo particular de Carlos Alberto de O. Déda

Em 1930, foi nomeado Delegado Militar da Revolução, passando, em seguida, a Delegado de Polícia, quando assumiu o cargo em 30 de novembro de 1931. Após vencer o plebiscito, em 18 de maio de 1932, foi nomeado Intendente Municipal de Anápolis (Simão Dias), mandato que exerceu até o dia 29 de março de 1935, quando renunciou ao cargo, em solidariedade ao Interventor do Estado, Augusto Maynard Gomes. Neste mesmo ano, com a instalação da Câmara Municipal, tornou-se Vereador de Simão Dias (1935-1937). Submetido a concurso, tornou-se solicitador do Fórum, assim como também obteve a carteira de Advogado Provisionado, inscrito na OAB, seção Sergipe. Foi nomeado Inspetor Escolar (1942), efetivando-se no cargo por meio de concurso público (1945), até sua aposentadoria. Foi eleito Deputado Estadual por três legislaturas consecutivas (1947-1950; 1951-1954; 1955-1958), e

líder do governo de Leandro Maynard Maciel. Representou o estado em três Congressos Interestaduais nos estados de Alagoas, Pernambuco e São Paulo. Foi autor do regimento da casa e do projeto que emancipou o município de Poço Verde.

Dentre tantos trabalhos editados nos jornais do estado, é autor de duas obras marcantes: *Simão Dias – Fragmentos de sua História e Brefários e Burundangas*. Faleceu em 02 de setembro de 1968, vítima de enfarte do miocárdio, aos 69 anos de idade, em plena atividade intelectual. Foi sepultado no Cemitério São João Batista, após o cerimonial fúnebre realizado no templo da Igreja Presbiteriana, a pedido de familiares, onde lá foram proferidas as palavras de exortação pelo bacharel José Oswaldo Machado e Silva, substituto do Pastor Rev. Bianor Dias dos Santos. Após sua morte o jornal A SEMANA continuou circulando até 25 de janeiro de 1969, sob a direção de seu filho Carlos Alberto de Oliveira Déda.

Nas últimas décadas foram realizados diversos estudos e de aspectos distintos sobre nossa historiografia. Teses e monografias oriundas de acadêmicos da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Faculdade Augusto Vieira (FJAV), Universo Acadêmico AGES (UniAGES), entre outras, pesquisaram aspectos particulares e quase desconhecidos da nossa história. Parte deles foram mencionados nesta obra e outros deverão ser vistos e aprofundados nos futuros trabalhos, devido a sua particularidade peculiar. Destes trabalhos podemos citar as monografias: *Uma Arte Feminina: Manufatura de Charutos de Simão Dias*, de Ana Lúcia Andrade de Oliveira (2002); *O Sonho Acabou: o cinema da cidade de Simão Dias de 1960-1990*, de Claudia Patrícia Silva Santana (2002); *Entre o silêncio e o esquecimento – O índio e o negro na criação e formação da freguesia e Vila de Senhora Santana de Simão Dias (1834-1864)*, de Marcone Ferreira Maroto (2008); além do trabalho acadêmico de Josefa Silva dos Santos sobre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Simão Dias, e a influência do Grupo Votorantim no Povoado Apertado de Pedra, Termo de Simão Dias, produzido por Rita de Cássia Cruz, ambos também elaborados em 2002.





REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Ponto Turístico Serra do Cruzeiro ou Serra do Cabral – Vista panorâmica da Cidade

Fonte: Jornal O simãodiense

SITES

<https://www.familysearch.org/>

<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

<http://jornaisdesergipe.ufs.br/>

<https://www.revistaihge.org.br/index.php/revista>

<https://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=528781>

<http://www.cmitabaiana.se.gov.br/itabaiana-em-1640.html> Acesso em: 05 ago. 2015.

<http://www.ff.medeiros.nom.br/joao/luis/peguerra.htm> Acesso em: 13 mar. 2019.

<http://www.outraversao.blog.br> Acesso em: 30 ago. 2016.

<https://docplayer.com.br/15584509-A-cidade-e-seus-povoados.html> Acesso em: 13 mar. 2019.

<http://arqrio.org/> Acesso em: 13 mar. 2019.

<http://www.institutomarcelodeda.com.br/marcelo-deda-prestigia-posse-do-poeta-amaral-cavalcante-na-asl> Acesso em: 19 out. 2018.

<http://www.pge.se.gov.br/subprocuradora-geral-representa-governador-em-inauguracao-da-2a-vara-de-simao-dias> Acesso em 13 mar. 2019.

<http://profdavisoares.blogspot.com.br> Acesso em 25 nov. 2018.

<http://grupominhaterreaesergipe.blogspot.com.br/2015/05/o-zunido-das-cigarras.html> Acesso em: 19 out. 2018.

<https://carlosalbertodeda.blogspot.com/search?q=fausto+cardoso> Acesso em: 30 out. 2016.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-de-araujo-macedo> Acesso em: 25 out. 2018.

<http://www.seed.se.gov.br/portais/secbanda/quemsomos.asp> Acesso em: 13 ago. 2017

<https://universohistoriaarte2013.blogspot.com/search?q=Sim%C3%A3o+Dias> Acesso em: 19 mar, 2022.

PERIÓDICOS

A BOA NOVA (Aracaju/SE), 1930-1935

A CRUZADA (Aracaju/SE), 1918-1926; 1944-1970

A IDEA (Simão Dias/SE), 1883

A LAMPADA (Anápolis/SE), 1925-1929

A LUCTA (Anápolis/SE), 1917-1926; 1934-1938

A NOTÍCIA (Aracaju/SE), 1896-1897

A RAZÃO (Estância/SE), 1908-1911

A REFORMA (Aracaju/SE), 1887-1889

A REPUBLICA (Aracaju/SE), 1932-1935

A SEMANA (Simão Dias/SE), 1946-1947, 1953-1969 (CD-ROM)

A VOZ DO CONGRESSO (Simão Dias/SE), 1952-1953
 CINE JORNAL (Simão Dias/SE), 1925-1926
 CORREIO DE ARACAJU (Aracaju/SE), 1906-1961
 CORREIO OFFICIAL. Vol. 05. Nº 114. Rio de Janeiro, 13.11.1835
 CORREIO SERGIPENSE (Aracaju/SE), 1840-1866
 DIÁRIO DA MANHÃ (Aracaju/SE), 1911-1922
 DIÁRIO DE SERGIPE (Aracaju/SE), 1945-1961
 DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO (Rio de Janeiro/RJ), ANNO XXXI. Nº 8.882, 03 de janeiro de 1852.
 DIÁRIO OFFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, Anno I. Nº 06. Aracaju, 07.09.1895: P. 03.
 ESTADO DE SERGIPE (Aracaju/SE), 1890-1919
 FOLHA DE SERGIPE (Aracaju/SE), 1886-1895
 GAZETA DE ARACAJU (Aracaju/SE), 1881-1882
 GAZETA DE NOTÍCIAS (Rio de Janeiro/RJ), 1894-1899
 GAZETA DE SERGIPE (Aracaju/SE), 1890-1891
 GAZETA DO POVO (Aracaju/SE), 1924-1926
 JORNAL DA CIDADE (Aracaju/SE), 1873-1985
 JORNAL DE SERGIPE (Aracaju/SE), 1877-1884
 JORNAL DO ARACAJU (Aracaju/SE), 1871-1875
 O ESTADO DE SERGIPE (Aracaju/SE), 1890-1937
 O GUARANI (Aracaju/SE), 1884
 O IDEAL. (Anápolis/SE), 1934-1942.
 O IDEAL (Paripiranga/BA), 1953-1961
 O NOTICIADOR CATHOLICO (Arcebispo da Bahia), 14 de janeiro de 1854
 O PALADINO (Paripiranga/BA), 1919-1929; 1939
 O PROGRESSO (Anápolis/SE), 1920-1921
 O REPUBLICANO (Aracaju/SE), 1890-1891
 O SIMÃODIENSE (Anápolis/SE), 1915-1916
 POPULAR (Simão Dias/SE), 1885
 SERGIPE (Aracaju/SE), 1882
 SERGIPE-JORNAL (Aracaju/SE), 1921-1954

LIVROS E REVISTAS

ALMEIDA, Aurélio Vasconcelos de. *Vida do Primeiro Apóstolo de Sergipe. Padre Gaspar Lourenço*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Nº. 21, Vol. XVI, 1953-1954.
 ALMEIDA, Edjan Alencar Santana. *Um homem, uma história: Celso de Carvalho*. Lagarto/SE. Universidade Federal de Sergipe: Polo de Lagarto, 2002.
 ARAUJO, Ricardo Teles. *Sergipanos dos séculos XVII e XVIII nos arquivos portugueses*. Aracaju: 21 de abril de 1999.
 AZEVEDO, Crislane Barbosa de. *A Modernidade no Governo Graccho Cardoso (1922-1926) e a Reforma Educacional de 1924 em Sergipe*. Edufrn. Natal, 2015.
 _____. *Arquitetura e Grupos Escolares em Sergipe: uma relação entre espaço e educação na escola primária*. Revista outros tempos. Volume 7, número 10, dezembro de 2010 - Dossiê História e Educação.

- _____. *Grupos escolares em Sergipe (1911-1930): cultura escolar e civilização*. Salvador. 253p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado da Bahia, 2006.
- _____. *O ideário modernizador do governo Graccho Cardoso (1922-26) e a reforma da instrução pública de 1924 em Sergipe*. Natal/RN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.
- _____. In: REVISTA OUTROS TEMPOS. Volume 7, número 10, dezembro de 2010 - Dossiê História e Educação. Pp 119-142
- BARRETO, Armando (Org.). *Cadastro Comercial, Industrial, Agrícola e Informativo do Estado de Sergipe: 1933*. Aracaju: Escola de Aprendizes e Artífices de Sergipe, 1934.
- BARRETO, Jorge. *Minha Terra e Minha Gente*. Aracaju: Gráfica Aracaju S/A, 1967.
- BARRETO, Luiz Antônio. *Dicionário Prático de Nomes de Denominações de Aracaju*. Aracaju: IBETEC/Banese, 2002.
- _____. *História do Poder Judiciário em Sergipe*. Aracaju: Tipografia Editorial/ Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, 2004.
- _____. *Simão Dias: Tradição e História: Centenário de sua Emancipação Política*. Aracaju: Pesquisa Montalvão Publicidade, 1990.
- BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. *ABC das Alagoas: Dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.
- BIBLIOTHECA NACIONAL. *Documentos Históricos (1656-1659)*. Provisões, Alvarás e Sesmarias. Rio de Janeiro. Vol. XIX da série e XVII dos Docs. da Bib. Nac. Typographia Monroe, 1930.
- BOMBINHO, Manoel Pedro das Dores. *Canudos: História em Versos*. Marco Antônio Villa (org.). Imprensa Oficial, EdufsCar. Ed: Hedra. São Paulo, 2002.
- BRASIL, *Constituição Política do Império do Brasil*. (de 25 de Março de 1824).
- BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe. *Resultado das Eleições Municipais em Sergipe – Edição Histórica*. Volume I (1947 a 1996). Aracaju: TRE/SE, 2015.
- _____. *Resultado das Eleições Municipais em Sergipe – Edição Histórica*. Volume II (2000 a 2012). Aracaju: TRE/SE, 2015.
- CARREGOSA, Antônio Santana. *O Mandonismo Local e a Política no Sertão da Bahia: O Caso da Política de Paripiranga*. São Cristóvão/SE. Universidade Federal de Sergipe, 2015.
- CARVALHO, João de Mattos Freire de. *Mattas de Simão Dias*. Aracaju: Est. Graphico F. Sampaio & Cia, 1922.
- CARVALHO, Vladimir Souza. *Santas almas de Itabaiana Grande*. Itabaiana: Edições O Serano. 1973.
- _____. *Vila de Santo Antonio de Itabaiana*. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade LTDA, 2009.
- CASCUDO, Luiz Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1953.
- _____. *Geografia de Sergipe no Domínio Holandês*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Nº 16, 1942: pp. 01-06.
- DANTAS, Beatriz Góis. *A Tupimania na Historiografia*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Nº 29, 1983-1987, pp. 39-50.
- DANTAS, Ibarê. *A Tutela Militar em Sergipe (1964-1984)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- _____. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.
- _____. *Os Partidos Políticos em Sergipe (1889-1964)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

DÉDA, Artur Oscar de Oliveira. *Discurso de Posse do Acadêmico Artur Oscar de Oliveira Déda, na Cadeira Nº 28, da Academia Sergipana de Letras, proferido na sessão solene realizada no dia 11 de agosto de 1982, no Auditório Governador José Rollemberg Leite, do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe*. In: Revista da Academia Sergipana de Letras. Nº 36. Aracaju-SE, pp. 27-41.

DÉDA, José de Carvalho. *A História da Freguesia de Simão Dias*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Vol. XX. Nº 25, 1960, pp. 05-15.

_____. *Simão Dias: Fragmentos de sua história*. 2. Edição. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1967.

_____. *Carvalho Déda Vida & Obra (Coletânea)*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2008.

DICIONÁRIO BIOGRÁFICO DE MÉDICOS EM SERGIPE. Org. Antônio Samarone de Santana, Lúcio Antônio Prado Dias, Petrônio Andrade Gomes.

FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *História de Sergipe: 1575 – 1855*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1891.

_____. *História Territorial de Sergipe*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe/ Secretaria de Estado da Cultura/ FUNDEPAH, 1995.

GOIS, Baltazar. *A República em Sergipe*. 2ª ed. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2005.

GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro: Gráfica Paulo, Pongetti & Cia, Edição do Estado de Sergipe, 1925.

_____. *Glossário Etimológico da Língua Tupi na Geografia do Estado de Sergipe*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Vol. II, nº 5, 1914, pp. 297-326.

GUIMARÃES, Estácio Bahia. *Discurso de posse do Acadêmico Estácio Bahia Guimarães, na cadeira nº 29, da Academia Sergipana de Letras, proferido na sessão solene realizada no dia 25 de outubro de 2001, no Auditório Oviêdo Teixeira do Centro de Convenções do CDL em Aracaju, Sergipe*. In: Revista da Academia Sergipana de Letras. Nº 35. Aracaju-SE, 2005. pp. 117-142.

HERCKMAN, Elias. *Os Tapuias do Nordeste e a Monografia*. Revista do Instituto do Ceará. Tomo XLVIII, 1934, pp. 7-28

IBGE, *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (Alagoas e Sergipe)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. V. 19: 468-472.

JESUS, Edígina de. *A Importância do Colégio Cenecista Carvalho Neto para a Cidade de Simão Dias*. Faculdade José Augusto Vieira. Lagarto/SE. Junho de 2006.

JUNIOR, Carvalho Lima. *História dos Limites entre Sergipe e Bahia*. São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

_____. *Limites entre Sergipe e Bahia (Estudo Histórico)*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, Vol. I, 1914, pp. 09-48.

_____. *Monografia Histórica do Município de Itabayana*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, Vol. I, 1914, pp. 128-149.

_____. *Notas Históricas – Município e Cidade de Simão Dias*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, Vol. VII, 1927, pp. 9-33

LIMA, J. Fraga. *Memórias do Desembargador Gervásio Prata (Na comemoração do 1º centenário de seu nascimento)*. Governo de Sergipe/Secretaria de Estado da Educação e Cultura. FUNDESC: 1986.

LIMA JUNIOR, Francisco A. de Carvalho. *Memória sobre o Poder Legislativo em Sergipe*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Anno IV. Vol. IV. Imprensa Oficial: Aracaju, 1919.

LOPES, Raimundo Hélio. In ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira Republica [Recursos eletrônicos] 1889-1930*. FGV Editora CPDOC, 2015.

MACEDO, Norton. *Um poeta desconhecido de Antônio Conselheiro*. In: Revista Brasil Açucareiro. Agosto, 1968.

MAMIANI, Luiz Vincencio. 1877. *Arte de Grammatica da LinguaBrazilica da Nação Kiriri*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional.

MATOS, Eduardo Lima de. LEÓ, Pedro Iroito Dória. FILHO, José Carlos de Oliveira. *Revista do Cinquentenário da Associação Sergipana de Ministério Público (1943-1993)*. Gráfica Editora J. Andrade LTDA. Aracaju/SE, 1993.

MATOS, Jorge Barreto. *O Intendente Municipal José Barreto de Andrade e os políticos de seu tempo*. Aracaju/SE: 2005.

_____. *Recordação da vida e da morte do Juiz de Direito Dr. Pedro Barreto de Andrade*. Aracaju/SE: 2003.

_____. *Sesquicentenário do Barão de Santa Rosa 05-04-1857 – 05-04-2007*. Aracaju/SE: 2007.

_____. *Síntese da vida de uma senhora que se chamou Maria Julia de Andrade Carvalho (Dona Maroca Freire)*. Aracaju/SE: 1991.

MELLO, Frederico Pernambucano. *A Guerra total de Canudos*. São Paulo. Escrituras: 2007.

MENEZES, Luana Alves de Souza. SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Os palácios do Brasil Moderno: Os Grupos Escolares de Sergipe*. Práxis Pedagógica: Revista do Curso de Pedagogia, Aracaju, Vol. 3; Nº 4, Jan/Jun 2015.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Boas de Carvalho do. *Práticas Educacionais Protestantes no século XIX: O caso de Sergipe*. Cadernos Ceru, série 2, n. 14, 2003. PP 158-176.

NETO, Carvalho. *Pela História: Um trecho do Sergipe Ocidental*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, Vol. VIII, 1928, pp. 13-66.

NEVES, Juliana Brainer Barroso. *Colonização e resistência no Paraguaçu – Bahia (1530-1678)*. Recife. Universidade Federal da Bahia, 2008.

NOGUEIRA, J. L. de Almeida. *Academia de S. Paulo – Tradições e Reminiscências – Estudantes, Estudantes e Estudantes*. Segunda Série. São Paulo. A Editora, 1907.

NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial I*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1989.

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO DE PARIPIRANGA/BA. Livro de Tombo I e II. Acervo dos Arquivos da Paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio. Paripiranga. (Manuscrito).

PARÓQUIA DE SENHORA SANTANA DE SIMÃO DIAS/SE. Livro de Tombo I, II e III. Acervo dos Arquivos da Paróquia de Senhora Santana. Simão Dias. (Manuscrito).

PINTO, Estevão. *Os indígenas do Nordeste*. São Paulo: Nacional, 1935.

_____. *Os indígenas do Nordeste*. 2. Tomo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

PRATA, Gervásio. *Discurso do Desembargador Gervásio Prata no centenário de Santa Ana de Simão Dias*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, Vol. XIII, 1943, pp. 47-56.

REIS, João Dantas Martins dos. *Criação dos termos Judiciais Especiais de Sergipe, providos por Juizes Municipais e de Órfãos, Togados*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, Vol. XV, 1949-1951, pp. 144-162.

_____. *Juízes de Direito – Privativos e Especiais – Juízes Municipais e de Paz – E o Ministério Público nos seus desdobramentos*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju. N° 17, Vol. XVI. 1943. pp. 69 a 80.

REVISTA A NOITE ILUSTRADA. N° 283. Rio de Janeiro, 16 de abril de 1935.

REVISTA BRASIL AÇUCAREIRO. Instituto do Açúcar e do Alcool. Anno XXXVI. Vol. LXXII, N° 02, 1968.

REVISTA FON FON. Anno XIX. N° 12. Rio de Janeiro, 21 de março de 1925.

REVISTA VEJA. Editora Abril, Edição 1.511 de 03 de setembro de 1997. pp. 64-87.

SALGADO, Eneida Desireé. GABARDO, Emerson. *O Processo Eleitoral no Brasil Império*. TRE-PR Revista Paraná Eleitoral. N° 047. 2003.

SANTANA, Pedro Abelardo de. *Aldeamentos indígenas em Sergipe Colonial: subsídios para a investigação de Arqueologia Histórica*. São Cristóvão. Universidade Federal de Sergipe: 2004.

SANTOS, Juvandi de Souza. *Cariri e Tarairiú? Culturas Tapuias nos Sertões da Paraíba*. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS, 2009.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Ecos da Modernidade: A arquitetura dos Grupos Escolares Sergipanos (1911-1926)*. São Cristóvão/SE, Universidade Federal de Sergipe, 2009.

_____. *O quartel infantil: representações dos grupos escolares sergipanos*. SCIENTIA PLENA. VOL. 7, NUM. 7, 2011.

SARRICO, Patrícia. *Percursos do Azulejo de Fachada de Aveiro: Dinâmicas para a sua salvaguarda*. Coimbra, Faculdade de Letra da Universidade de Coimbra, 2009.

SERGIPE, Poder Judiciário. MEDINA, Ana Maria Fonseca (Org.). *Dicionário Biográfico dos Desembargadores do Poder Judiciário de Sergipe 1892-2008*. Aracaju, TJ: Sercore Artes Gráficas: 2008.

SERGIPE, Tribunal Regional Eleitoral. *100 anos de Eleições em Sergipe*. Aracaju: TER/SE, 2002.

SILVA, Clodomir de Souza. *Álbum de Sergipe*. Aracaju: Governo de Sergipe, 1920. P. 166-172.

SOBRINHO, Pompeu. *Os Tapuias do Nordeste e a Monografia de Elias Herckman*. In: Revista do Instituto do Ceará. Tomo XLVIII, 1934.

SOBRINHO, Sebrão. *Fragments de histórias Municipais e outras Histórias*. Aracaju: Gráfica J. Andrade. Edição da Fundação Luciano Barreto Júnior, 2003.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Edição comentada por Francisco Adolfo de Varnhagen. São Paulo. Cia Editora Nacional. 1971.

SOUTELO, L. F. R. *Algumas observações sobre o Registro de terras da Freguesia de Santa Ana de Simão Dias*. In: Revista da Academia Sergipana de Letras. N° 33. Aracaju-SE, setembro de 1997. pp. 128-142.

SOUZA, Antônio Lindvaldo. *Um missionário do Colégio Piratininga (SP) em missões na Bahia e Sergipe no final do século XVI*. In: IV Congresso Internacional de História, Paraná, 09 a 11 de setembro de 2009, pp. 2977-2987.

SOUZA, Marcelo Domingos de. *Simão Dias: A transição da oligarquia ao populismo (1940 - 1964)*. Lagarto/SE. Universidade Federal de Sergipe: Polo de Lagarto, 2002.

SOUZA, Ricardo Luiz de. *Festas, procissões, romarias, milagres – Aspectos do catolicismo popular*. Natal: IFRN, 2013.

SOUZA, Vânia Batista de. *Banda Filarmônica Lira Sant'Anna e a Formação Cidadã*. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, julho/2011.

TELLES, M. P. Oliveira. *Sergipenses*. 2ª edição, São Cristóvão – SE, Editora UFS: 2013.

WANDERLEI, Leandro Aquino. *Conflito no sertão conselheirista: a relação do clero da Arquidiocese da Bahia com Antônio Conselheiro e seus adeptos (1873-1897)*. Recife/PE. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE: 2013

Alistamento dos eleitores do grupo “Jacaré”, durante a campanha política de Manoel Ferreira Matos (Caçulo), em 1982. Local – Povoado Pirajá, deste Termo.
Fonte: Mônica Silva Matos



ANEXO I

LISTA DE INTENDENTE E CONSELHO MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS

1900-1930

DATA DA ELEIÇÃO	PERÍODO	INTENDENTES	CONSELHEIROS MUNICIPAIS
10/12/1899 (Eleição) 01/01/1900 (Posse)	1900-1901 (Biênio)	Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho	Manoel Antônio da C. Andrade (P) Porphírio A. da Annuniação (VP) Firmo José dos Santos (S) Joaquim Francisco de A. Barbadinho (C) Antonio José de Santana (C) Justino José de Santana (C) José Lourenço do Amarante (C)
10/12/1901 (Eleição) 01/01/1903 (Posse)	1902-1903 (Biênio)	Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho	Francisco da Cruz Andrade (P) Porphírio Alves da Annuniação (VP) Firmo José dos Santos (S) Joaquim Francisco de Andrade Barbadinho (C) Antonio José de Santana (C) Justino José de Santana (C) José Lourenço do Amarante (C)
30/09/1903 (Eleição) 01/01/1904 (Posse)	1904-1905 (Biênio)	Dr. Jovini- ano Joaquim de Carvalho	Cel. Antônio Manuel de Carvalho (P) Ten. Josias de Montalvão (VP) Cap. Caetano Pereira do Espírito Santo (S) Cap. José Tobias da Cruz (C) Cap. Aristides Freire de Carvalho (C) Ten. Francisco Ferreira Carlos (C) Ten. Jesuíno José do Espírito Santo (C) Cap. Aristides Freire de Carvalho (C) Marcos Ferreira de Jesus (C) ¹⁰¹
30/12/1907 (Eleição) 20/01/1908 (Posse)	1908-1909 (Biênio)	Cel. Raphael Arcanjo Montalvão	T. Cel. João Baptista de Carvalho (P) Cap. Porphírio Alves da Annuniação (S) Cap. José Tobias da Cruz (C) Cel. Sebastião da Fonseca Andrade (C) Pedro de Alcântara Santos (C) Cap. Caetano José Pereira do Espírito Santo (C) Cap. Lourenço da Silva Vieira (C) José Cabral (C) Cel. Antônio Manuel de Carvalho (C)

¹⁰¹Marcos Ferreira de Jesus foi eleito Conselheiro Municipal em 18 de junho de 1904, para tomar assento na vaga em aberto deixado pelo Capitão Aristides Freire de Carvalho, que a havia falecido, em 29 de abril. O novo edil tomou posse no início da terceira sessão ordinária de 15 de julho de 1904, onde prestou o compromisso legal e assumiu o exercício do referido cargo. (APES, CM7 vol.08. Doc. 5 e 6)

			Cap. Tobias Ferreira de Jesus (C) Tenente Firmo José dos Santos (C) ¹⁰²
21/09/1909 (Eleição) 01/01/1910 (Posse)	1910-1911 (Biênio)	Dr. Jovini- ano Joaquim de Carvalho	T. Cel. Raphael Archanjo Montalvão (P) T. Cel. Christóvão Moreira da Costa (VP) Paulo José de Almeida (S) Major Manoel Candido Costa Silva (C) Tenente José Antônio do Espírito Santo (C) Jeremias de Mattos Carvalho (C) Tenente Francisco Ferreira Carlos (C) Aprígio da Cruz Andrade (C)
03/09/1911 (Eleição) 01/01/1912 (Posse)	1912-1913 (Triênio)	Cel. Antônio Manuel de Carvalho	T. Coronel Raphael Arcanjo Montalvão (P) Capitão Porphírio Alves da Annuniação (S) Major Manoel Candido Costa Silva (C) Tenente Francisco Ferreira Carlos (C) Alípio de Andrade Dortas (C) Capitão José Lourenço do Amarante (C) Francisco Sant'Anna (C) ¹⁰³
09/11/1913 (Eleição) 01/01/1914 (Posse)	1914-1916 (Triênio)	Dr. Jovini- ano Joaquim de Carvalho	Cel. Raphael Archanjo Montalvão (P) Major Manoel Candido Costa Silva (S) Ten. Jesuíno José do Espírito Santo (C) Leonel Cardoso da Silva (C) Agrippino de Souza Prata (C) Alcino de Vasconcelos Hora (C) José Marques do Prado (C) ¹⁰⁴ Juventino Caetano de Oliveira (C) José Manoel Palmeira da Silva (C) José Caetano de Oliveira (C)
19/11/1916 (Eleição) 01/01/1917 (Posse)	1917-1919 (Triênio)	Cel. Agrippino de Souza Prata¹⁰⁵	Cel. Sebastião da Fonseca Andrade (P) Cônego Philadelpho Macedo (S) Major Francisco Amarinho de Sant'Ana (C) Capitão Fausto José da Conceição (C) Capitão Leonel Cardoso da Silva (C) Major Manuel Cândido da Costa e Silva (C) Capitão Porphírio Alves de Annuniação (C)
16/11/1919			Cônego Philadelpho Macedo (P)

¹⁰² Os Conselheiros Cel. Sebastião da Fonseca Andrade, Capitão Lourenço da Silva Vieira e o Farmacêutico José Cabral perderam seus mandatos por terem deixados de comparecer as respectivas funções do Conselho, por um espaço superior a seis meses consecutivos, conforme o disposto no § único do Art. 20, do Regulamento Eleitoral expedido com o Decreto Nº 550, de 02 de outubro de 1907. O egrégio Conselho designou o dia 23 de dezembro de 1908 para proceder as eleições para o preenchimento das respectivas vagas. Em 31 de janeiro de 1909, os eleitos Coronel Antônio Manuel de Carvalho, Capitão Tobias Ferreira de Jesus e o Tenente Firmo José dos Santos foram reconhecidos numa sessão preparatória, sendo, em seguida, empossados nos referidos cargos (APES, CM7, Vol. 09. Doc. 06; Vol. 10, Doc. 01).

¹⁰³ A posse dos Conselheiros eleitos, apesar de ter sido marcada para o dia 01 de janeiro de 1912, o juramento e posse do Capitão José Lourenço do Amarante e Francisco Sant'Anna ocorreu em dias diferenciados: O primeiro na sessão do dia 06 de janeiro e o segundo, no dia 08. No dia 03 de abril de 1912, o Secretário Porphírio Alves da Annuniação assumiu a Presidência do Conselho, enquanto o Presidente efetivo assumiu as funções de Intendente Municipal (APES. CM7. Vol. 11, Doc. Nº 05 e 07).

¹⁰⁴ Em 20 de janeiro de 1916 houve na sala ao lado do sul do edifício das sessões do Conselho Municipal a eleição para o preenchimento das vagas de dois Conselheiros. O Conselheiro José Marques do Prado perdeu o mandato e Juventino Caetano de Oliveira renunciou. Procedendo as eleições, após as apurações os resultados dos novos eleitos foram o seguinte: José Manoel Palmeira da Silva, oitenta e oito votos; João Caetano de Oliveira, oitenta e sete votos (ACTA DA ELEIÇÃO DA SEGUNDA SECÇÃO DO MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS).

¹⁰⁵ Durante seu mandato, por diversas vezes, o Cel. Sebastião da Fonseca Andrade assumiu interinamente a Intendência, na ausência do titular. Em 04 de julho de 1919, o jornal "ESTADO DE SERGIPE" publica um telegrama do Cel. Sebastião Andrade congratulando o Presidente do Estado por motivo da assinatura do Tratado de Paz que pôs fim a I Guerra Mundial. Em 04 de Setembro o Intendente Agrippino de Souza Prata reassumiu o cargo. (ESTADO DE SERGIPE, 1919, p. 03).

(Eleição) 01/01/1920 (Posse)	1920-1922 (Biênio)	Cel. Sebastião da Fonseca Andrade¹⁰⁶	Major Francisco Amarinho de Sant'Anna (S) Capitão Leonel Cardoso da Silva (S) Cel. Raphael Archanjo Montalvão (C) Major Manuel Cândido da Costa e Silva (C) Tenente-Coronel João Baptista de Carvalho (C) Capitão Porphírio Alves de Annuniação (C)
19/11/1922 (Eleição) 01/01/1923 (Posse)	1923-1925 (Triênio)	Dr. João de Mattos Carvalho	Cel. Sebastião da Fonseca Andrade (P) Cel. Raphael Arcanjo Montalvão (S) e (P) Major Francisco Amarinho de Sant'Anna (S) e (P) Capitão Paulo José de Almeida (S) Capitão Manoel da Fraga Dantas (C) Capitão Leonel Cardoso da Silva (C) Capitão Raymundo Andrade Barbadinho (C)
29/11/1925 (Eleição) 01/01/1926 (Posse)	1926-1928 (Triênio)	Cel. José Barretto de Andrade¹⁰⁷	Arthur Tavares de Souza (P) Bernardino da Cruz Andrade (S) Francisco Amarinho de Sant'Anna (C) Firmo José dos Santos (C) ¹⁰⁸ João Paulo Dantas (C) Ramiro Moreira da Silveira (C) João Baptista de Carvalho (C) Geraldo José de Carvalho (C) João Barreto de Andrade (C)
25/11/1928 (Eleição) 01/01/1929 (Posse)	1929-1931 (Triênio)	Cel. José Barretto de Andrade	Bernardino da Cruz Andrade (P) Francisco Amarinho de Sant'Anna (S) Ramiro Moreira da Silveira (C) João Barretto de Andrade (C) Geraldo José de Carvalho (C) Manoel Francisco Brandão (C) João Paulo Dantas (C)

P – Presidente VP – Vice-Presidente S – (Secretário) C – Conselheiro S – Suplente

Fonte: APES – CM7 06, CM7 07, CM7 08, CM 09, CM7 10; Livro de Registro de Atas da 2ª Seção Eleitoral – 09.01.1913 a 26.09.1926; MATOS, 2005.

¹⁰⁶ Após um período afastado da Intendência, em 01 de janeiro de 1922, o Cel. Sebastião da Fonseca Andrade reassume o cargo de Intendente Municipal, enquanto que o Cônego Philadelpho Macedo e Francisco Amarinho assumiu alternadamente e interinamente a Presidência do Conselho (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS).

¹⁰⁷ Durante o processo eleitoral afasta-se do cargo, em 14 de agosto de 1928, para concorrer à reeleição. Assume, então, como intendente interino, o presidente do Conselho Artur Tavares de Souza (MATTOS, 2005, p. 52).

¹⁰⁸ O Conselheiro Firmo José dos Santos, popularmente conhecido como Firmo Alfaiate, morreu na madrugada de 03 de janeiro de 1926, aos 53 anos de idade, vítima de um colapso cardíaco. Solteiro, era filho de Francisco José do Espírito Santo e Maria das Virgens Sant'Anna. Como proprietário de uma Pensão nesta cidade, segundo o A LUCTA, Firmo Alfaiate era um exímio colaborador de artistas que, sem obter sucesso em seus espetáculos no Theatro Sylvio Romero, ficavam hospedados em sua Pensão Democrata, sem pagar hospedagens (O PALADINO, 10.01.1926, p. 05; A LUCTA, 03.01.1926, p. 04). Em 29 de maio de 1926, morreu o Cel. João Baptista de Carvalho, também Conselheiro Municipal, agricultor, ex-negociante e integrante do antigo Partido Conservador. Ocupou vários cargos públicos, entre eles, Delegado de Polícia. Casou-se com Leonor França de Carvalho, e depois de viúvo, em 29 de novembro de 1913, casa-se com Annita de Carvalho Andrade. (O PALADINO, 06.06.1926, p. 02). No dia 01 de março de 1926 ocorreu a eleição de Conselheiro para o preenchimento da vaga de Firmo José dos Santos, sendo eleito Geraldo José de Carvalho como seu sucessor. Já em 08 de junho do mesmo ano, para substituir o Cel. João Baptista de Carvalho, foi eleito seu genro João Barretto de Andrade (ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS).

ANEXO II

LISTA DE PREFEITOS MUNICIPAIS E VEREADORES

1947-2022...

ELEIÇÃO E POSSE	PERÍODO	PREFEITOS	PARTIDO	CÂMARAS MUNICIPAIS
19/10/1947 (Eleição) 10/11/1947 (Posse)	1947-1951	Dr. Sebastião Celso de Carvalho (P)	PSD	Inocêncio Nascimento, Mario Sebastião Amaral, Gervásio Nunes de Oliveira, Joviniano Antônio de Jesus, Antônio Mascarenhas de Andrade, João Fonseca Santos, Oscar Siqueira e Silva ¹⁰⁹
03/10/1950 (Eleições) 03/02/1951 (Posse)	1951-1954	Nelson Pinto de Mendonça (P)	UDN	José Neves da Costa ¹¹⁰ , Antônio Mascarenhas de Andrade, Joviniano Antônio de Jesus, Mário Sebastião Amaral, Pedro Almeida Valadares, Antônio Andrade Filho, Oscar Siqueira e Silva.
03/10/1954 (Eleições) 05/02/1955 (Posse)	1955-1959	Cândido Dortas de Mendonça ¹¹¹ (P)	UDN	José Neves da Costa, Pedro Almeida Valadares, Mário Sebastião Amaral ¹¹² , João Antônio de Santana, Antônio Andrade Filho, Manoel Prata Dortas.
				Manoel Prata Dortas,

¹⁰⁹ Vereador suplente que assumiu o cargo como titular, após a renúncia de Antônio Mascarenhas de Andrade (UDN), em 23 de dezembro de 1948. O mesmo fato ocorreu diversas vezes, durante o quadriênio (1951-1954), enquanto seus titulares estavam licenciados. Na eleição para a Presidência da Câmara, em 01 de fevereiro de 1954, houve um empate entre Pedro Almeida Valadares e Oscar Siqueira Silva, sendo este último eleito pela idade (LIVRO DE ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS).

¹¹⁰ Durante a cerimônia de posse, em 31 de janeiro de 1951, o Vereador Milton Alves de Oliveira renunciou ao cargo, em virtude de ser funcionário público estadual. Seu lugar foi ocupado pelo Vereador Suplente Antônio Andrade Filho. O Presidente José Neves da Costa assumiu interinamente a Prefeitura Municipal até a posse do Prefeito eleito Nelson Pinto de Mendonça. Enquanto isso, o Vereador Antônio Mascarenhas de Andrade presidiu a Câmara Municipal e Joviniano Antônio de Jesus, o Secretariou (IDEM).

¹¹¹ Nestas eleições Cândido Dortas de Mendonça, da UDN, foi eleito com 2.078 votos, contra Inocêncio Nascimento (PSD), que obteve 1.590 votos; Arlindo de Almeida Costa (PR), 1.555 votos; e João Caetano de Oliveira (PTB) com 252 votos. Nas urnas foram encontrados diversos votos curiosos, passíveis de anulação. Um dos eleitores deixou no fundo da sobrecarta uma receita passada por um oculista; outro votou com um recorte de jornal com alguns pensamentos que não tinha relação com o pleito; um votou com um Vale de R\$100, provavelmente não gostou da “bacatela” que o candidato lhe dera; Uma eleitora escreveu na cédula um manifesto que dizia o seguinte: “*Meu voto é de Deus. Peço paz e socego (sic) a Nossa Senhora Santana, para que também nos proteja com boa sorte! Olhe, povo deixemos de tanta bondade, povo simãoense*” (A SEMANA, 23.10.1954, p. 01).

¹¹² Nos três últimos meses de Legislatura, o Vereador Mário Sebastião do Amaral solicitou licenciamento do cargo. Quem assumiu sua cadeira foi o suplente Moisés Ferreira do Bomfim, natural do Povoado Paracatu. No entanto, mesmo licenciado, Mário Sebastião do Amaral continuou participando de algumas sessões da Câmara, incomodando alguns de seus adversários, porém, com a conivência do Presidente José Neves da Costa (IDEM, 01.11.1958, p. 04).

03/10/1958 (Eleições) 01/02/1959 (Posse)	1959-1963	Pedro Almeida Valadares (P)	UDN	Mário Sebastião Amaral, Pedro Domingues de Santana, José da Silva Góis, Joaquim Neves dos Santos, João Rodrigues dos Santos ¹¹³ , Joviniano Antônio de Jesus.
07/10/1962 (Eleições) 01/02/1963 (Posse)	1963-1967	Nelson Pinto de Mendonça (P) ¹¹⁴	UDN	Joaquim Neves dos Santos, José Neves da Costa, José da Silva Góis, Mário Sebastião do Amaral, Cel. João Machado Filho, Antônio Correia de Santana.
12/03/1967 (Eleições) 30/03/1967 (Posse)	1967-1970	Antônio Carlos Valadares (P) Demeval Martins Guerra (V)	ARENA II	José Neves da Costa, José Viana, Francisco dos Santos, Benedito Silva, Manoel Sobrinho, Antônio Correia de Santana.
15/11/1970 (Eleições) 31/01/1971 (Posse)	1971-1972	José Neves da Costa (P) Francisco Rocha Almeida (V)	ARENA	Israel Dias de Jesus, Francisco dos Santos, Alaíde Ribeiro da Costa, José Oscar Filho, Benedito Silva, Edivaldo Nascimento Costa, João Batista de Carvalho, João Paulo Filho, Joaquim Nunes de Santana, José Viana, Manoel Sobrinho, Raimundo Manuel dos Anjos. José Antônio Sobrinho ¹¹⁵ .
15/11/1972 (Eleições) 31/01/1973 (Posse)	1973-1976	José Matos Valadares (P) Demeval Martins Guerra (V)	ARENA	Claudio Dinart Déda Chagas, José Antônio Sobrinho, Antônio Carlos Costa, João Paulo Filho, Antônio Freire da Conceição, Deocleciano Menezes Matos, Francisco dos Santos, José Orlando de Souza, José Santa Rosa, José Viana, Manuel Sobrinho, Manoel Souza Menezes.

¹¹³ Em agosto de 1961 foi convocada uma sessão extraordinária para deliberar em caráter de urgência a licença do Vereador pessedistas João Rodrigues dos Santos, por um período de 120 dias. Quem assumiu interinamente o cargo foi o Suplente Joviniano Antônio de Jesus (IBIDEM, 26.08.1961, p. 04).

¹¹⁴ Por Ato do Governo Federal, de 31 de janeiro de 1967, foi extinto o cargo de Prefeito Municipal, e os municípios passaram a ser administrado por Interventores. O Governador Dr. Lourival Baptista, por Ato Nº 33, nomeou para exercer esta função, o prefeito extinto Nelson Pinto de Mendonça, que encerrou o mandato popular e passou a exercer a função de interventor até a posse do novo prefeito. O Interventor foi empossado no dia 02 de abril de 1967, onde passou a acumular funções executivas e legislativas por alguns dias, em regimes discricionários (IBIDEM, 28.01.1967, p. 4; 04.02.1967, p. 01. passim.).

¹¹⁵ Suplente, que assumiu por diversas vezes a cadeira do Legislativo na ausência dos titulares (ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS).

				Joaquim Nunes de Santana ¹¹⁶ .
15/11/1976 (Eleição) 31/01/1977 (Posse)	1977-1982	Abel Jacó dos Santos (P) Manoel Fer- reira de Ma- tos (V)	ARENA II	Antônio Carlos Costa, Genário Alves dos Santos, Antônio Leal, Antônio Dias de Carvalho, Francisco dos Santos, José da Silva Góis, José Orlando de Souza, José Tibúrcio Ribeiro, Manuel Souza Menezes, Manoel Sobrinho, José Neves da Costa ¹¹⁷ .
15/11/1982 (Eleição) 03/02/1983 (Posse)	1983-1988	Manoel Fer- reira Matos (P) Genário Al- ves dos San- tos (V)	PDS I	Israel Andrade Cruz, Antônio Dias de Carvalho, Nelson Nunes de Sales, Francisco dos Santos, Pedro de Matos Leal, Antônio Leal, José Orlando de Souza, Manuel Souza Menezes, João Policarpo do Nascimento, José Orlando de Souza, Antônio Dias de Carvalho, Antônio Carlos Costa, José Antônio de Abreu.
15/11/1988 (Eleição) 01/01/1989 (Posse)	1989-1992	Josefa Ma- tos Valada- res (P) Virgílio de Carvalho Oliveira So- brinho (V)	PFL	Manuel Souza Menezes, Creuza Armandina Déda Araújo, Eliezer Ribeiro de Santana, Genário Alves dos Santos, Israel Andrade Cruz, João Policarpo do Nascimento, José Celestino dos Santos, José Batista dos Santos, João Miranda de Souza Neto, José Antônio de Abreu, José Orlando de Souza, Juarez Andrade do Nascimento, Luiz Albérico Nunes da Concei- ção, Maria Valadares de Andrade.

¹¹⁶ Primeiro Suplente da ARENA, ocupou a cadeira do Legislativo em diversas ocasiões. Na sessão de 06 de março de 1973, o Vereador Deocleciano Menezes Matos requereu uma licença de 120 dias para tratar de interesses particulares, sendo sucedido por Joaquim Nunes de Santana, em 14 de março (ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS, p. 50-51)

¹¹⁷ Segundo o Jornal da Cidade, em 1977, a Câmara Municipal de Simão Dias passou ter onze Vereadores, de acordo com o quociente eleitoral, estabelecido pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Depois de empossados os nove integrantes, em 01 de fevereiro de 1977, baseado nas informações da Juíza Dr.^a Marilza Maynard Salgado de Carvalho, os imediatos eleitos interpu-
seram recursos junto ao TRE, do qual saíram vitoriosos, sendo empossados no dia 01 de março de 1977 (Cf. Jornal da Cidade. Ano V. Nº 1.336. Aracaju, 09.02.1977, p. 03)

15/11/1992 (Eleição) 01/01/1993 (Posse)	1993-1995	Manoel Fer- reira Matos (P) Dr. Luiz Albérico Nunes da Conceição (V)	PDS	Manuel Souza Menezes, José Roberto de Souza, Maria Valadares de Andrade, Leonardo Vieira, João Policarpo do Nascimento João Miranda de Souza Neto, Creuza Armandina Déda Araújo; Alexandre do Nascimento Bar- reto,
20/10/1995 (Posse)	1995-1996	Virgílio de Carvalho Oliveira So- brinho (P) Israel An- drade Cruz (V)	PST	Aloizio Souza Viana, Irailde de Oliveira Souza, João da Silveira Déda Neto, José Jorge Rabelo Menezes, Paulo Custódio da Silva, Rogério Almeida Nunes.
03/10/1996 (Eleição) 01/01/1997 (Posse)	1997-2000	Dr. Luiz Albérico Nunes da Conceição (P) Irailde de Oliveira Souza (V)	PSDB	Creuza Armandina D. Araújo, Maria Valadares de Andrade, Dênisson Déda de Aquino, Rogério Almeida Nunes, Edilson Souza dos Santos, Aloizio Souza Viana, Israel Andrade Cruz, João Miranda de Souza Neto, João Silveira Déda Neto, Jorgeval Silva Santana, José da Cruz Santana, José Humberto Santos Fonseca, Manoel Souza Menezes, Mônica Silva Matos.
01/10/2000 (Eleição) 01/01/2001 (Posse)	2001-2004	José Matos Valadares (P) Creuza Ar- mandina Déda Ara- újo (V)	PSB	Mônica Silva Matos, Israel Andrade Cruz, José Humberto Santos Fonseca, João Policarpo do Nascimento, João da Silveira Déda Neto, Manoel Souza Menezes, Aloizio Souza Viana, Edilson Souza dos Santos, Jorgeval Silva Santana, José de Souza Silva Filho, Maria Luzia Dortas do Nasci- mento, Maria Valadares de Andrade, Rogério Almeida Nunes, José de Souza.
03/10/2004 (Eleição) 01/01/2005 (Posse)	2005-2008	José Matos Valadares (P) Mônica Silva Matos (V)	PSB	Marcelo José Silva Matos, Aloizio Souza Viana, Maria Luzia Dortas do Nasci- mento, Irailde de Oliveira Souza, Fábila Valadares de Andrade, Israel Andrade Cruz, João da Silveira Déda Neto,

				Jorgeval Silva Santana, José de Souza Silva Filho.
05/10/2008 (Eleição) 01/01/2009 (Posse)	2009-2012	Dênisson Déda de Aquino (P) Dr. Luiz Albérico Nunes da Conceição (V)	PSB	José de Souza Silva Filho, Israel Andrade Cruz, Lenivaldo Nunes Conceição, Rogério Almeida Nunes, Aloizio Souza Viana, Cristiano Viana Menezes, Irailde de Oliveira Souza, Jorgeval Silva Santana, Marcelo José Silva Matos.
07/10/2012 (Eleição) 01/01/2013 (Posse)	2013-2016	Marival Silva San- tana (P) Aloizio Souza Vi- ana (V)	PSC	José de Souza Silva Filho, Rogério Almeida Nunes, Fábio Rabelo de Menezes, Cristiano Viana Menezes, Flavio de Matos Souza, Irailde de Oliveira Souza, João da Silveira Déda Neto ¹¹⁸ , Jorgeval Silva Santana, José Carlos dos Santos, José da Cruz Santana, José Uilson Leal de Carvalho, Rosa Cecília Bispo Viana, Ruy Gomes Fonseca Doria.
02/10/2016 (Eleição) 01/01/2017 (Posse)	2017-2020	Marival Silva San- tana (P) Aloizio Souza Vi- ana (V)	PSC	Claudiano Soares de Santana, Elizaldo Carlos Valadares, Fábio Rabelo de Menezes, Flavio de Matos Souza, Gilson Vieira dos Santos, Irailde de Oliveira Souza, João Pinto dos Santos, Jorgeval Silva Santana, José Uilson Leal de Carvalho, Josino Dias de Souza Junior, Nelson Mateus dos Santos Filho, Odilon Bispo Alves, Rogério Almeida Nunes, Abraão da Conceição ¹¹⁹ , Carlos Roberto Celestino Santos ¹²⁰
				Irailde de Oliveira Souza, Rogério Almeida Nunes, Abraão da Conceição, Nelson Mateus dos Santos Filho,

¹¹⁸ João da Silveira Déda Neto, vítima de um infarto fulminante, morreu em Aracaju no dia 08 de junho de 2015. João Déda, como era conhecido, nasceu em 29 de dezembro de 1961 e estava no quinto mandato de Vereador. Neste último ocupava o cargo de 2º Secretário da Mesa diretora. Eleito pelo PSD na eleição de 07 de outubro de 2012, foi substituído na bancada pelo Vereador Suplente Israel Andrade Cruz, que, em sessão extraordinária, tomou posse no dia 11 de junho de 2015 (ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS).

¹¹⁹ O Vereador suplente Abraão da Conceição (PC do B) tomou assento na Câmara Municipal de Simão Dias, no dia 02 de janeiro de 2018, substituindo o Vereador licenciado Flavio de Matos Souza, que se afastou do cargo para assumir a Secretaria de Inclusão Social e do Trabalho, a convite do Prefeito Marival Silva Santana. Em 01 de agosto de 2018, Flávio de Matos Souza voltou a exercer suas funções no Legislativo (ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS, 02.01.2018).

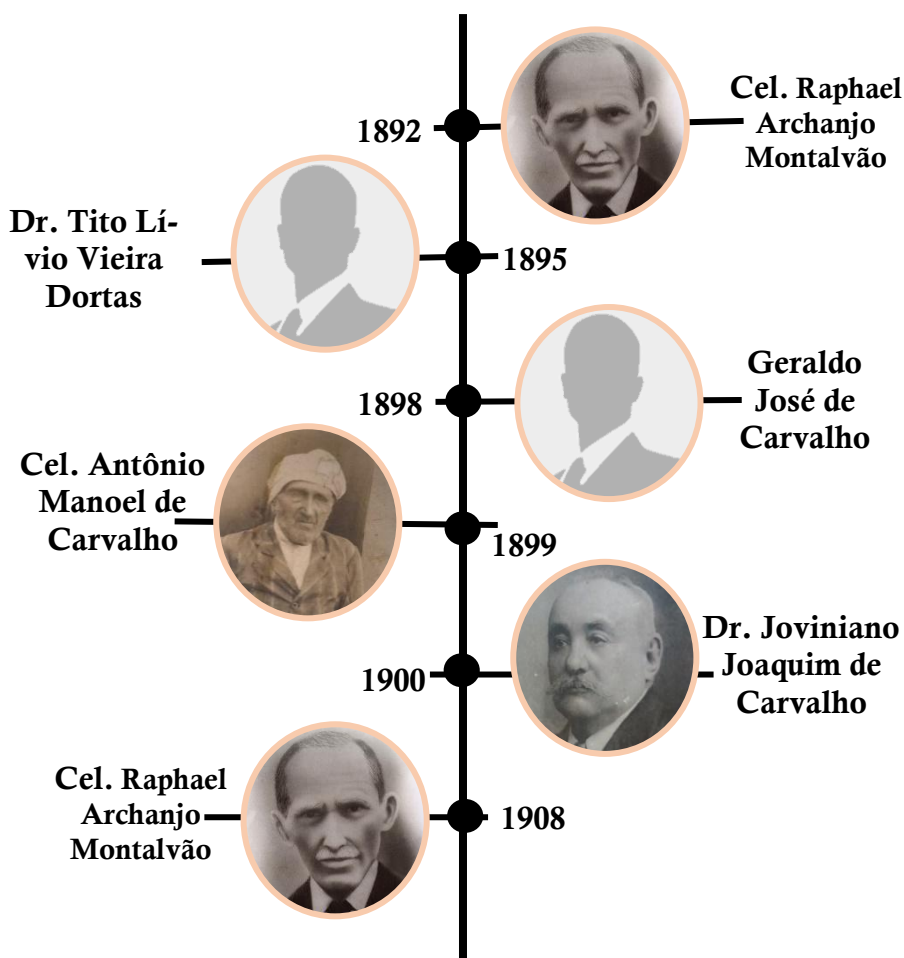
¹²⁰ Carlos Roberto Celestino Santos toma assento, interinamente, em 26 de junho de 2018, substituindo o vereador Odilon Bispo Alves, que se afastou provisoriamente de seu cargo (IDEM, 01.08.2018).

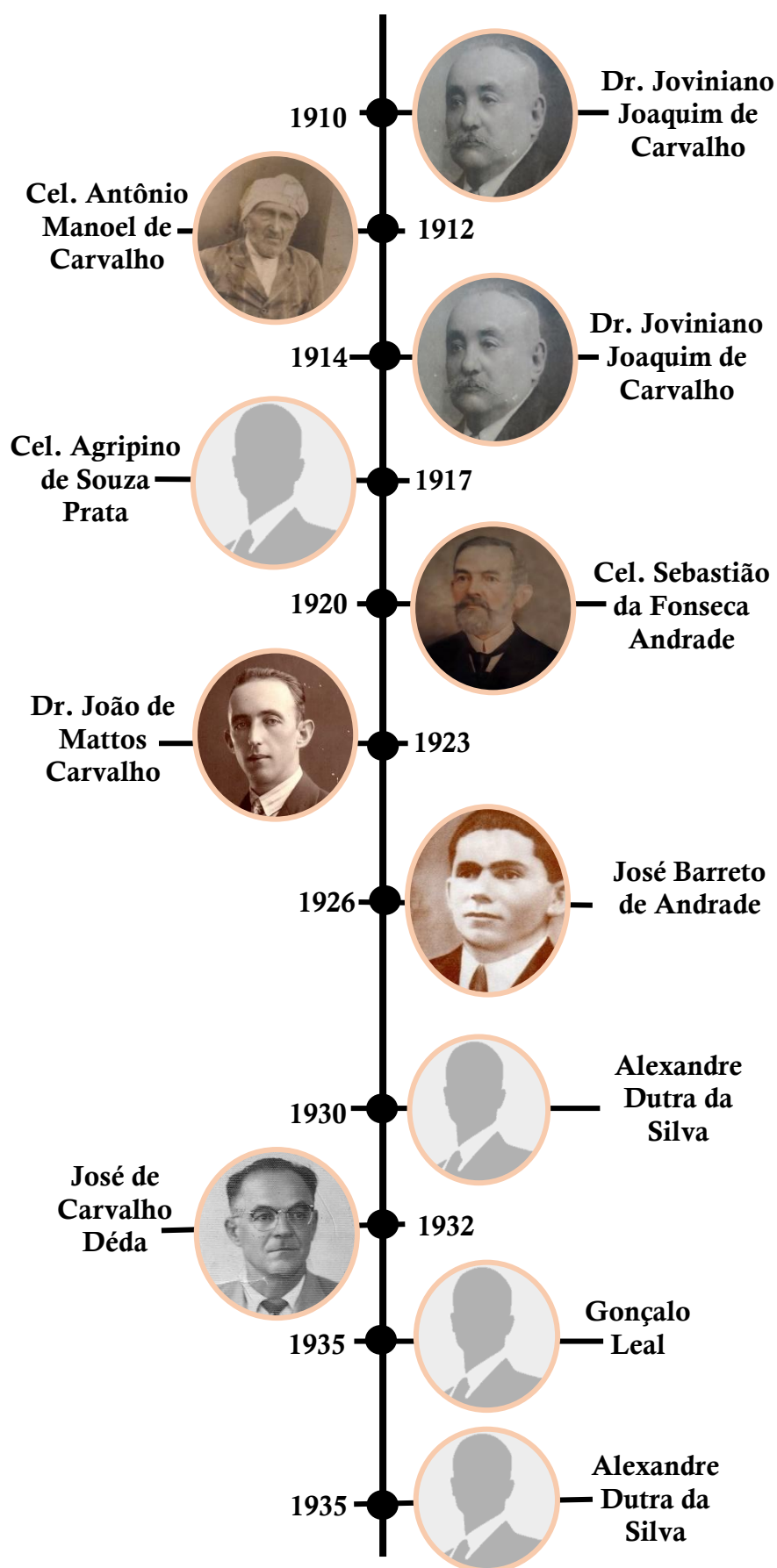
15/11/2020 (Eleição) 01/01/2021 (Posse)	2021-2024	Cristiano Viana Me- nezes (P) Dr. José Renaldo Prata Sobri- nho (V)	PSB	Eduardo Ribeiro de Santana, Roberval Santana Santos, Odilon Bispo Alves, José de Souza Silva Filho, José de Souza, Jorgeval Silva Santana, Geraldo Macêdo Oliveira, Ana Maria Oliveira Santos, Alaizi Cardoso Viana.

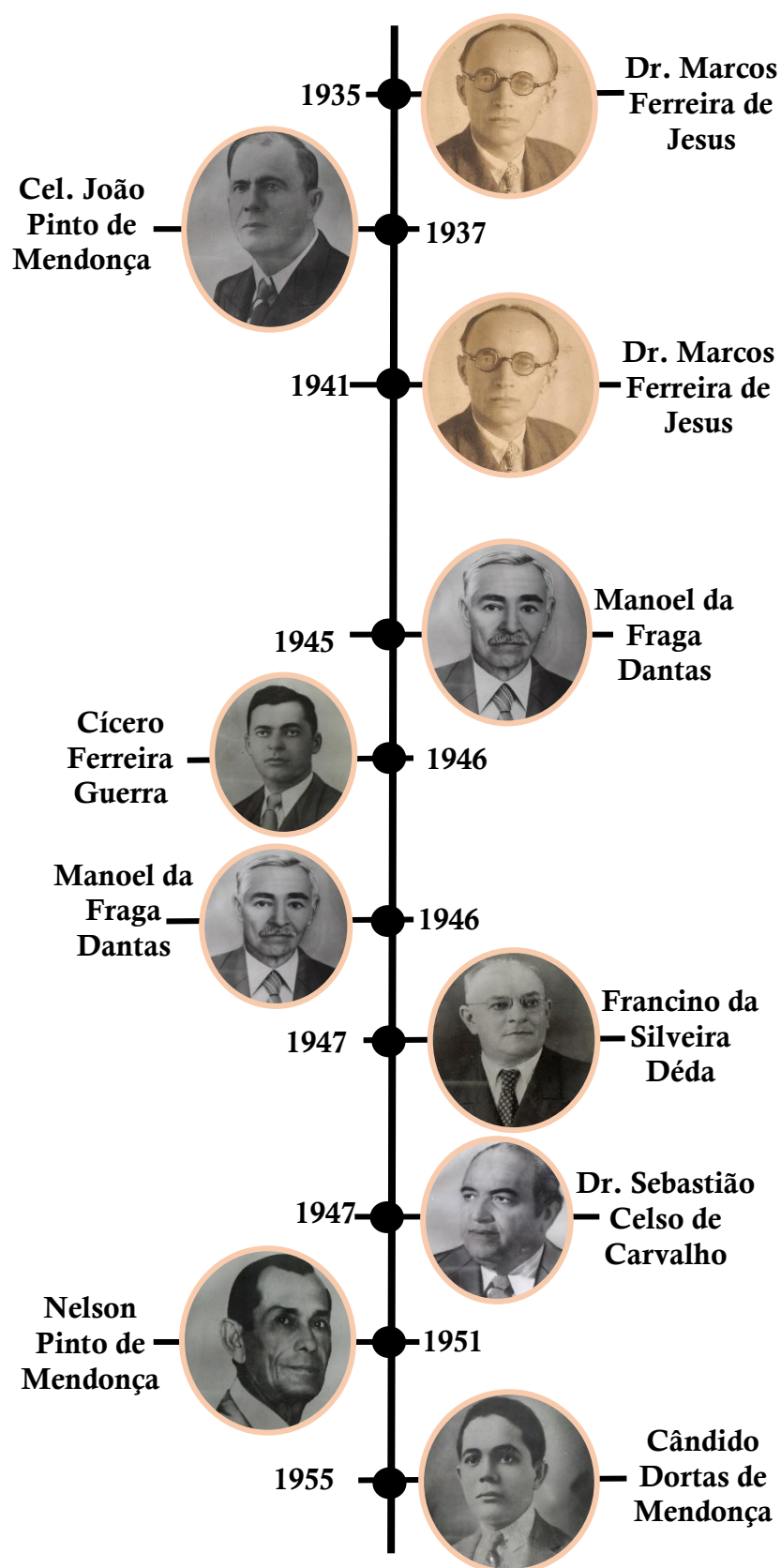
Fonte: Livros de Registro de Atas da Câmara Municipal de Simão Dias

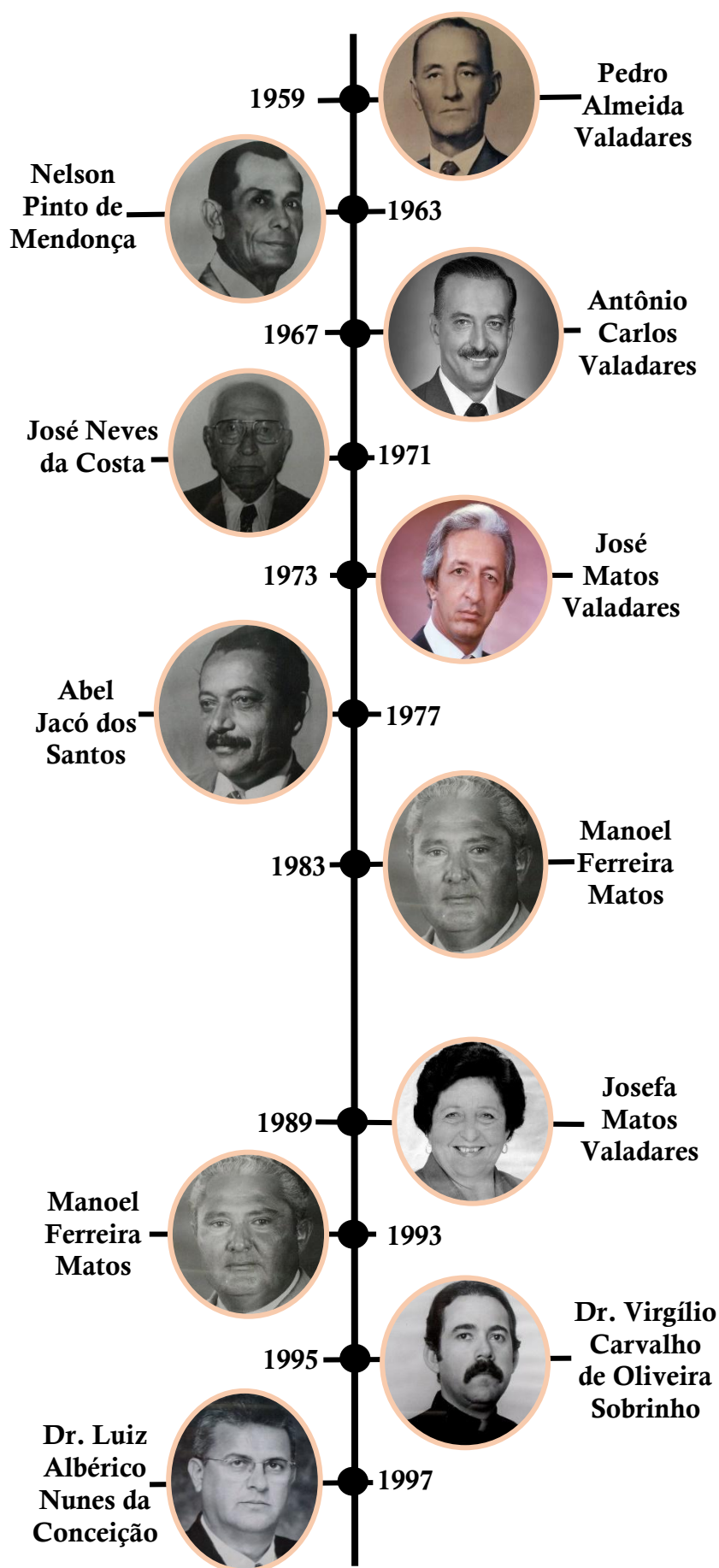
ANEXO III

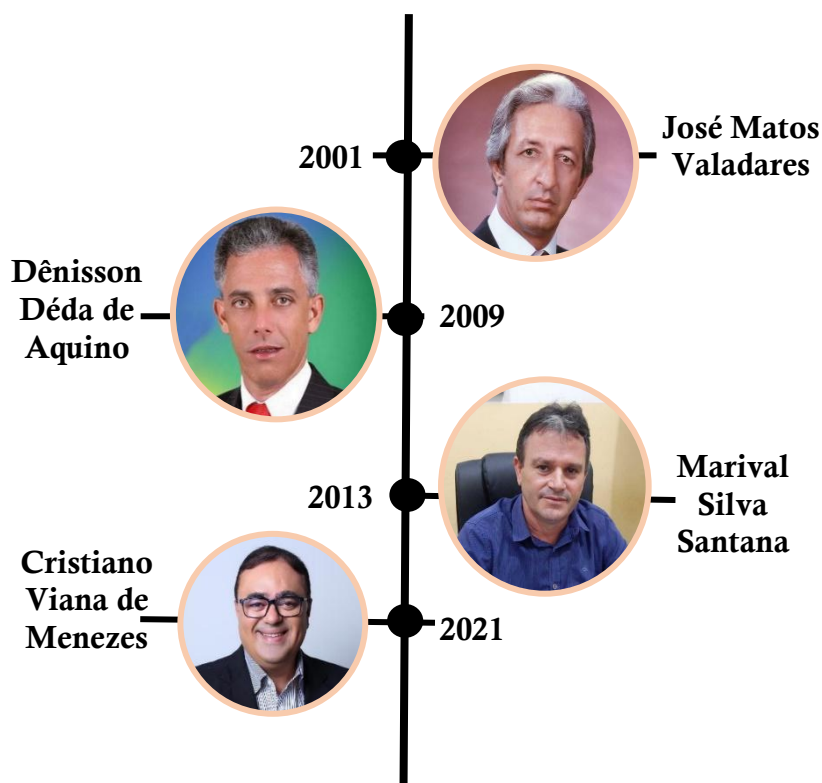
LISTA DE INTENDENTES E PREFEITOS (1892-2022)











ANEXO IV

PRESIDENTES, VICE-PRESIDENTES, SE- CRETÁRIOS, TESOUREIROS DA CÂ- MARA MUNICIPAL 1947-2022

PERIODO	LEGISLATURAS
09/11/1947 – 31/01/1949 (Ano 1947)	Inocêncio Nascimento (Presidente), Mario Sebastião do Amaral (Secretário).
01/02/1948 – 31/01/1949 (Ano 1948)	Inocêncio Nascimento (Presidente), Mario Sebastião do Amaral (Secretário).
01/02/1949 – 31/01/1950 (Ano 1949)	Inocêncio Nascimento (Presidente), Mario Sebastião do Amaral (Secretário).
01/02/1950 – 30/01/1951 (Ano 1950)	Inocêncio Nascimento (Presidente), Mario Sebastião do Amaral (Secretário).
31/01/1951 – 31/01/1952 (Ano 1951)	José Neves da Costa (Presidente), Antônio Mascarenhas de Andrade (Secretário).
01/02/1952 – 01/02/1953 (Ano 1952)	Mario Sebastião do Amaral (Presidente), José Neves da Costa (Secretário).
02/02/1953 – 31/01/1954 (Ano 1953)	Oscar Siqueira e Silva (Presidente); José Neves da Costa (Secretário).

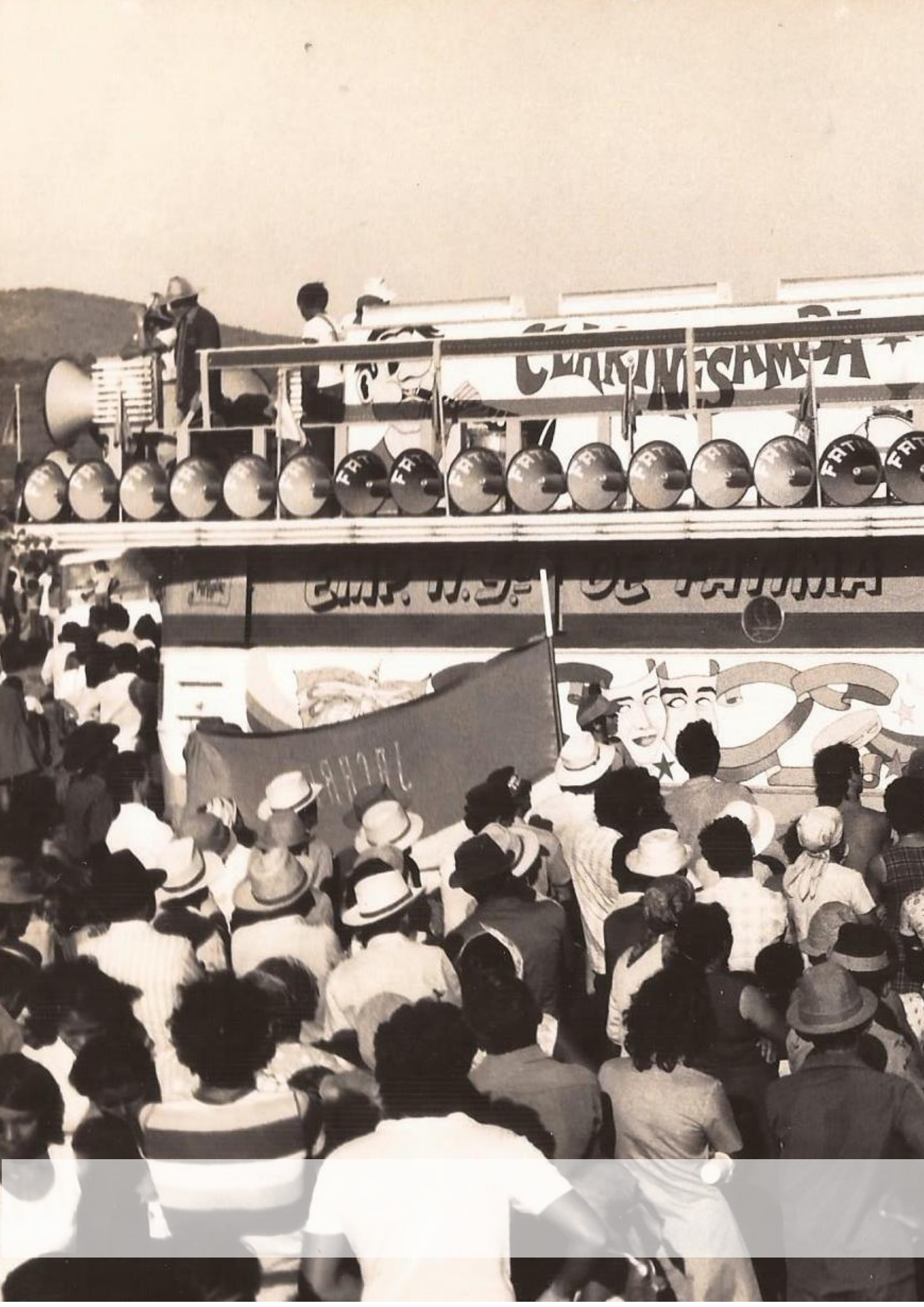
01/02/1954 – 30/01/1955 (Ano 1954)	Oscar Siqueira e Silva (Presidente); José Neves da Costa (Secretário).
31/01/1955 – 31/01/1956 (Ano 1955)	José Neves da Costa (Presidente), Pedro Almeida Valadares (Secretário).
01/02/1956 – 31/01/1957 (Ano 1956)	José Neves da Costa (Presidente), Manoel Prata DORTAS (Secretário).
01/02/1957 – 31/01/1958 (Ano 1957)	José Neves da Costa (Presidente), Manoel Prata DORTAS (Secretário).
01/02/1958 – 30/01/1959 (Ano 1958)	José Neves da Costa (Presidente), Manoel Prata DORTAS (Secretário).
31/01/1959 – 31/01/1960 (Ano 1959)	Manoel Prata DORTAS (Presidente), Mário Sebastião do Amaral (Secretário).
01/02/1960 – 31/01/1961 (Ano 1960)	Mário Sebastião do Amaral (Presidente), Pedro Domingues de Santana (Secretário).
01/02/1961 – 31/01/1962 (Ano 1961)	Manoel Prata DORTAS (Presidente), Mário Sebastião do Amaral (Secretário).
01/02/1962 – 30/01/1963 (Ano 1962)	Manoel Prata DORTAS (Presidente), Mário Sebastião do Amaral (Secretário).
31/01/1963 – 31/01/1964 (Ano 1963)	José da Silva Góis (Presidente), José Neves da Costa (Secretário).
01/02/1964 – 31/01/1965 (Ano 1964)	Joaquim Neves dos Santos (Presidente), José Neves da Costa (Secretário).
01/02/1965 – 31/01/1966 (Ano 1965)	Joaquim Neves dos Santos (Presidente), José Neves da Costa (Secretário).
01/02/1966 – 31/01/1967 (Ano 1966)	Joaquim Neves dos Santos (Presidente), José Neves da Costa (Secretário).
30/03/1967 – 31/01/1968 (Ano 1967)	José Neves da Costa (Presidente), Benedito Silva (Secretário).
01/02/1968 – 31/01/1969 (Ano 1968)	José Neves da Costa (Presidente), Manoel Sobrinho ¹²¹ (Secretário).
01/02/1969 – 01/02/1970 (Ano 1969)	José Neves da Costa (Presidente), Benedito Silva (Secretário).
01/02/1970 – 28/02/1971 (Ano 1970)	José Neves da Costa (Presidente), Benedito Silva (Secretário).
01/03/1971–31/01/1973 (Biênio 1971-1972)	Israel Dias de Jesus (Presidente), Francisco dos Santos (Vice-Presidente), Alaíde Ribeiro da Costa (1ª Secretária), José Oscar Filho (2º Secretário).
01/02/1973 – 31/01/1975 (Biênio 1973-1974)	Claudio Dinart Déda Chagas (Presidente), José Antônio Sobrinho (Vice-Presidente), Antônio Carlos Costa (1º Secretário), João Paulo Filho (2º Secretário).
01/02/1975 – 31/01/1977 (Biênio 1975-1976)	Antônio Carlos Costa (Presidente), José Orlando de Souza (Vice-Presidente), José Antônio Sobrinho (1º Secretário), Manoel Souza Menezes (2º Secretário).
01/02/1977 – 31/01/1978	Genário Alves dos Santos (Presidente), José da Silva Góis (Vice-Presidente),

¹²¹ No dia 07 de fevereiro de 1967, o Vereador Manoel Sobrinho renuncia ao cargo de Secretário da Mesa do Legislativo, em caráter irrevogável, porém, chegou a secretariar algumas sessões até ocorrer a nova eleição da Mesa. Aos 14 dias de fevereiro procedeu a eleição de Secretário, sendo eleito por unanimidade, o cidadão Benedito Silva, que foi empossado naquela mesma sessão (IBIDEM, 07.02 e 14.02.1967. passim).

(Biênio 1977-1978)	Antônio Leal (1º Secretário), Antônio Dias de Carvalho (2º Secretário).
01/02/1979 – 31/01/1981 (Biênio 1979-1980)	José da Silva Góis (Presidente), Antônio Dias de Carvalho (Vice-Presidente), Francisco dos Santos (1º Secretário), Antônio Leal (2º Secretário).
01/02/1981– 31/01/1983 (Biênio 1981-1982)	Francisco dos Santos (Presidente), Antônio Leal (Vice-Presidente), Genário Alves dos Santos (1º Secretário), Antônio Dias de Carvalho (2º Secretário).
01/02/1983 – 28/02/1985 (Biênio 1983-1984)	Israel Andrade Cruz (Presidente), Antônio Dias de Carvalho (Vice-Presidente), Nelson Nunes de Sales (1º Secretário), João Policarpo do Nascimento (2º Secretário).
01/03/1985 – 28/02/1987 (Biênio 1985-1986)	Francisco dos Santos (Presidente), Pedro de Matos Leal (Vice-Presidente), Antônio Leal (1º Secretário), José Orlando de Souza (2º Secretário).
01/03/1987 – 31/12/1988 (Biênio 1987-1988)	Manuel Souza Menezes (Presidente), João Policarpo do Nascimento (Vice-Presidente), José Orlando de Souza (1º Secretário), Antônio Dias de Carvalho (2º Secretário).
01/01/1989 – 31/12/1990 (Biênio 1989-1990)	Manoel Souza Menezes (Presidente), José Orlando de Souza (Vice-Presidente), João Miranda de Souza Neto (1º Secretário), José Antônio de Abreu (2º Secretário),
01/01/1991 – 31/12/1992 (Biênio 1991-1992)	Israel Andrade Cruz (Presidente), João Policarpo do Nascimento (Vice-Presidente), José Celestino dos Santos (1º Secretário), José Batista dos Santos (2º Secretário),
01/01/1993 – 02/01/1994 (Biênio 1993-1994)	Manuel Souza Menezes (Presidente), José Roberto de Souza (Vice-Presidente), Maria Valadares de Andrade (1ª Secretária), Leonardo Vieira (2º Secretário).
02/01/1995 – 31/12/1996 (Biênio 1995-1996)	Maria Valadares de Andrade (Presidente), João Policarpo do Nascimento (Vice-Presidente), João Miranda de Souza Neto (1º Secretário), Creuza Armandina Déda Araújo (2ª Secretária).
01/01/1997 – 31/12/1998 (Biênio 1997-1998)	Creuza Armandina Déda Araújo (Presidente), Maria Valadares de Andrade (Vice-Presidente), Dênisson Déda de Aquino (1º Secretário), Rogério Almeida Nunes (2º Secretário).
01/01/1999 – 31/12/2000 (Biênio 1999-2000)	Mônica Silva Matos (Presidente), Creuza Armandina D. Araújo (Vice-Presidente), Israel Andrade Cruz (1º Secretário), Dênisson Déda de Aquino (2º Secretário).
01/01/2001 – 31/12/2002 (Biênio 2001-2002)	Mônica Silva Matos (Presidente), Israel Andrade Cruz (Vice-Presidente), José Humberto Santos Fonseca (1º Secretário), João Policarpo do Nascimento (2º Secretário).
01/01/2003 – 31/12/2004	Israel Andrade Cruz (Presidente), João da Silveira Déda Neto (Vice-Presidente),

(Biênio 2003-2004)	Manoel Souza Menezes (1º Secretário), Mônica Silva Matos (2ª Secretária).
01/01/2005 – 31/12/2006 (Biênio 2005-2006)	Marcelo José Silva (Presidente), Aloizio Souza Viana (Vice-Presidente), Maria Luzia Dorts do Nascimento (1ª Secretária), Irailde de Oliveira Souza (2ª Secretária).
01/01/2007 – 31/12/2008 (Biênio 2007-2008)	Marcelo José Silva (Presidente), João Silveira Déda Neto (Vice-Presidente), Maria Luzia Dorts do Nascimento (1ª Secretária), Irailde de Oliveira Souza (2ª Secretária).
01/01/2009 – 31/12/2011 (Biênio 2009-2010)	José de Souza Silva Filho (Presidente), Israel Andrade Cruz (Vice-Presidente), Lenivaldo Nunes Conceição (1º Secretário), Rogério Almeida Nunes (2º Secretário).
01/01/2011 – 31/12/2012 (Biênio 2011-2012)	José de Souza Silva Filho (Presidente), Israel Andrade Cruz (Vice-Presidente), Lenivaldo Nunes Conceição (1º Secretário), Rogério Almeida Nunes (2º Secretário).
01/01/2013 - 31/12/2014 (Biênio 2013-2014)	José de Souza Silva Filho (Presidente), Rogério Almeida Nunes (Vice-Presidente), Fábio Rabelo de Menezes (1º Secretário), João Silveira Déda Neto (2º Secretário).
01/01/2015 – 31/12/2016 (Biênio 2015-2016)	Rogério Almeida Nunes (Presidente), José da Cruz Santana (Vice-Presidente), Fábio Rabelo de Menezes (1º Secretário), Cristiano Viana Menezes (2º Secretário).
01/01/2017 – 31/12/2018 (Biênio 2017-2018)	Jorgeval Silva Santana (Presidente) Flávio de Matos Souza (Vice-Presidente) Fábio Rabelo de Menezes (1º Secretário), Josias Dias de Souza Júnior (2º Secretário)
01/01/2019 – 31/12/2020 (Biênio 2019-2020)	Jorgeval Silva Santana (Presidente) Flávio de Matos Souza (Vice-Presidente) Fábio Rabelo de Menezes (1º Secretário), Josias Dias de Souza Júnior (2º Secretário)
01/01/2021 – 31/12/2022 (Biênio 2021-2022)	Irailde de Oliveira Souza (Presidente), Rogério Almeida Nunes (Vice-Presidente), Abraão da Conceição (1º Secretário), Nelson Mateus dos Santos Filho (2º Secretário).

FONTE: Atas da Câmara Municipal de Simão Dias 1947-2015





Vitória nas eleições municipais de 15 de novembro de 1976. No palanque, o prefeito eleito Abel Jacó dos Santos e o Deputado Dr. Sebastião Celso de Carvalho, dignos representantes do grupo Jacaré.
Fonte: Acervo particular de Maria Virgília de Carvalho Freitas

Fazer o resgate da História de Simão Dias foi muito instigante e desafiador. Aqui passei a explorar obras de historiadores simãodienses, de maneira especial, do eminente José de Carvalho Déda, que deu um grande passo na historiografia do município com seus importantes fragmentos, sem desmerecer a primazia do Padre Dr. João de Mattos Freire de Carvalho, que tão somente defendeu sua tese em relação a mudança do nome de Simão Dias para Anápolis. Aguçado por novas informações, fui aos poucos descobrindo que este trabalho exigia tempo. Não eram poucos os arquivos da Biblioteca Nacional, Estadual e Municipal, que tratava de nossa história, muito menos os artigos e documentações esquecidas e inexploradas da Prefeitura e Câmara Municipal, parte deles, sujeito às traças. Ao tentar salvaguardar do esquecimento, aqui compartilho grande parte desta investigação sobre um tempo pouco explorado: A presença dos índios remanescentes dos Tapuias, a vida e vinda de Simão Dias Francês e sua esposa Damiana, o processo de povoação e Vila de Senhora Sant'Ana de Simão Dias, a gênese política, ambos mesclados com o desenvolvimento econômico-sócio-cultural do município.

Esta obra reveste-se de valor, não só para pesquisadores e profissionais da área de Ciências Humanas, mas também para o grande público que tem interesse em conhecer a fundo a História de Simão Dias, dando aspectos diversificados do viver, pensar e sentir de um povo na relação cotidiana com a cidade.

“Por uma réstia apertada entre os escombros do passado, procuro, desde muitos anos, reconstituir o Ontem, na esperança de compreender o Hoje e prever o Amanhã desta terra de Santana. [...] Os velhos arquivos onde os curiosos poderiam encontrar o manancial de preciosas informações e documentários seguros, foram impiedosamente devorados pela traça ou desapareceram na voragem dos incêndios que se faziam a título de saneamento... [...] As eleições antigas, a despeito de se realizarem no recinto sagrado da Igreja, nem sempre terminavam na doce proclamação dos eleitos a ‘bico-de-pena’, porque degeneravam nos duros protestos à bico-de-faca. [...] Mas a despeito de tantas lutas e tanto ódio estranhado, os velhos políticos simãodienses conseguiram fazer uma coalizão com a Proclamação da República, embora tivesse durado pouco com a eleição de 01 de outubro de 1892, quando foi eleito o primeiro Intendente Municipal”

(Trechos de crônicas de José de Carvalho Déda, publicado no jornal A SEMANA, 29/09 e 20/10/1946).

Este livro faz uma análise sobre a formação política e jurídica de Simão Dias, numa visão retrospectiva dos primeiros “homens bons” e integrantes da elite agrária, salientando o duelo entre os Conservadores e Liberais até o advento da República. Neste contexto, foram acrescidas uma análise sobre a hegemonia e transição do coronelismo ao populismo, além de uma prosopografia das elites políticas e jurídicas que se destacaram no estado e no país, que fez da Simão Dias a Princesa de Sergipe, um verdadeiro celeiro de personalidades políticas e jurídicas de grande destaque nacional.

TIRAGEM	350 EXEMPLARES
FONTE	CALISTO MT
TAMANHO	21x29,7
PAPEL	OFF-SET 75g/m² (miolo)
	Supremo 300g/m² (capa)